

RELATORIO

APRESENTADO

AO

PRESIDENTE DA REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

PELO

Ministro de Estado das Relações Exteriores

COMPREHENDENDO O PERIODO DECORRIDO

DE

30 de Abril de 1923 a 3 de Maio de 1924

ANNEXOS B, C, D e E

2º VOLUME



RIO DE JANEIRO
IMPRENSA NACIONAL

1925

RELATORIO

DO

DAS RELAÇÕES EXTERIORES

1924

NNEXOS B, C, D e E

RELATORIO

APRESENTADO

AO

PRESIDENTE DA REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

PELO

Ministro de Estado das Relações Exteriores

COMPREHENDENDO O PERIODO DECORRIDO

DE

30 de Abril de 1923 a 3 de Maio de 1924

ANNEXOS B, C, D e E

2º VOLUME



RIO DE JANEIRO
IMPRENSA NACIONAL

1925

INDICE

ANNEXO B

	PAGS.
Quadro do pessoal da Secretaria de Estado, em 1º de Maio de 1924.....	3
Quadro do Corpo Diplomatico brasileiro, em 30 de Abril de 1924.....	11
Quadro do Corpo Diplomatico estrangeiro, em 30 de Abril de 1924.....	23
Quadro do Corpo Consular brasileiro, em 30 de Abril de 1924.....	31
Quadro do Corpo Consular estrangeiro, em 30 de Abril de 1924.....	45
Quadro do pessoal da Secretaria de Estado, por antiguidade de posto, em 30 de Abril de 1924.....	61
Quadro do Corpo Diplomatico brasileiro, por antiguidade de posto, em 30 de Abril de 1924.....	65
Quadro do Corpo Consular brasileiro, por antiguidade de posto, em 30 de Abril de 1924.....	69
Quadro do pessoal do Ministerio em disponibilidade, em 30 de Abril de 1924.....	75

ANNEXO C

LEIS, DECRETOS E PORTARIAS

N. 1

LEIS

Decreto n. 4.750, de 17 de Novembro de 1923 — Approva a adhesão do Brasil ao Accôrdo celebrado em Berna, em 30 de Junho de 1920, relativo ao restabelecimento dos direitos de propriedade industrial.....	3
Decreto n. 4.756, de 28 de Novembro de 1923 — Approva a Convenção relativa á Repressão do trafico das Brancas e outros Actos internacionaes, assignados em Paris a 4 de Maio de 1910.....	3
Decreto n. 4.806, de 12 de Janeiro de 1924 — Approva os Protocollos relativos ás emendas aos arts. 6º, 16º e 26º do Pacto da Liga das Nações.....	4
Decreto n. 4.807, de 12 de Janeiro de 1924 — Approva o Tratado de 3 de Maio de 1923, assignado em Santiago, tendo por fim evitar ou prevenir conflictos entre os Estados Americanos.....	4
Decreto n. 4.808, de 12 de Janeiro de 1924 — Approva a Convenção sobre a publicidade das leis, decretos e regulamentos aduaneiros, assignada em Santiago a 3 de Maio de 1923.....	5

Decreto n. 4.809, de 12 de Janeiro de 1924 — Autorisa o Governo a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de 527:283\$869, ouro, suplementar ás verbas 6ª, 7ª, 8ª, 11ª e 13ª, do orçamento de 1923.....	5
Decreto n. 4.810, de 12 de Janeiro de 1924 — Approva a Convenção para a protecção das marcas de fabrica, commercio ou agricultura e dos nomes commerciaes, assignada em Santiago do Chile, em 1923.....	6
Decreto n. 4.818, de 23 de Janeiro de 1924 — Approva a Convenção especial sobre a propriedade litteraria e artistica entre o Brasil e Portugal.....	7
Decreto n. 4.819, de 23 de Janeiro de 1924 — Autorisa o Governo a offerecer ao Mexico um monumento de Gonçalves Dias, abrindo para isso os necessarios creditos	7

N. 2

DECRETOS

Decreto n. 16.009, de 11 de Abril de 1923 — Crêa o Conselho Superior do Commercio e Industria.....	9
Decreto n. 16.023, de 25 de Abril de 1923 — Crêa um Consulado em San Sebastian, na Hespanha.....	12
Decreto n. 16.024, de 25 de Abril de 1923 — Promulga o Convenio postal hispano-americano, assignado em Madrid aos 13 de Novembro de 1920.....	12
Decreto n. 16.028, de 30 de Abril de 1923 — Eleva á categoria de embaixada a Representação diplomatica do Brasil no Imperio do Japão.....	18
Decreto n. 16.049, de 26 de Maio de 1923 — Crêa um Consulado honorario em Reyhjavik, na Islandia.....	18
Decreto n. 16.050, de 26 de Maio de 1923 — Publica a adhesão da Republica da Finlandia á Convenção Internacional de 7 de Junho de 1905, para a criação e manutenção do Instituto Internacional de Agricultura.....	18
Decreto n. 16.051, de 26 de Maio de 1923 — Promulga a Convenção de Emigração e Trabalho entre o Brasil e a Italia.....	21
Decreto n. 16.052, de 26 de Maio de 1923 — Publica a adhesão do Equador á Convenção Internacional, assignada em Genebra a 6 de Julho de 1906.....	19
Decreto n. 16.053, de 26 de Maio de 1923 — Publica as adhesões da Suissa e de Camerun (Mandato francez) á Convenção Internacional Radio-telegraphica de Londres.....	20
Decreto n. 16.067, de 13 de Junho de 1923 — Reconhece a independencia da Hungria e seu actual Governo.....	26
Decreto n. 16.081, de 26 de Junho de 1923 — Crêa um Consulado honorario em Budapest, na Hungria.....	26
Decreto n. 16.091, de 4 de Junho de 1923 — Supprime o Consulado em Boston, nos Estados Unidos da America.....	26
Decreto n. 16.092, de 7 de Julho de 1923 — Publica as adhesões do Afghanistan e da Republica da Lethonia á Convenção de Genebra, de 1906, para melhorar a sorte dos feridos e doentes nos exercitos em campanha.....	27
Decreto n. 16.111 de 31 de Julho de 1923 — Publica a adhesão da Rumania ás duas Convenções assignadas em Bruxellas a 15 de Março de 1886, sendo um para a troca de documentos officiaes e publicações scientificas e litterarias e outra para a troca immediata do jornal official e documentos parlamentares.....	28

	PAGS.
Decreto n. 16.112, de 31 de julho de 1923 — Publica as adhesões da Polonia e da Cidade Livre de Dantzig á Convenção Sanitaria Internacional de 1912....	29
Decreto n. 16.113, de 31 de julho de 1923 — Crêa um Consulado honorario em Los Angeles, nos Estados Unidos da America.....	30
Decreto n. 16.115, de 3 de Agosto de 1923 — Manda prestar a Warren G. Harding, Presidente da Republica dos Estados Unidos da America, as honras de Chefe de Estado.....	30
Decreto n. 16.132, de 25 de Agosto de 1923 — Promulga as Resoluções contendo emendas aos arts. 4º, 6º, 12, 13, 15, 16 e 26 do Pacto da Liga das Nações, adoptadas nas sessões de 3, 4 e 5 de Outubro de 1921.....	31
Decreto n. 16.133, de 25 de Agosto de 1923 — Publica o deposito de ratificação, pela Republica de Guatemala, dos actos postaes assignados em Buenos Aires em 1921.....	45
Decreto n. 16.166, de 6 de Outubro de 1923 — Publica a adhesão da Colonia do Canadá á Convenção da União de Paris, de 20 de Março de 1883, para a protecção da propriedade industrial, revista em Bruxellas a 14 de Dezembro de 1900 e em Washington a 2 de Junho de 1911.....	46
Decreto n. 16.167, de 6 de Outubro de 1923 — Publica a adhesão da Finlandia ás Convenções internacionaes para a unificação de certas regras em materia de assistencia e salvamento maritimos e em materia de abordagem, assignadas em Bruxellas em 23 de Setembro de 1910.....	47
Decreto n. 16.168, de 6 de Outubro de 1923 — Publica a adhesão da Republica Dominicana ás Convenções assignadas em Bruxellas a 15 de Março de 1886, para a permuta internacional de documentos officaes e publicações scientificas e litterarias.....	49
Decreto n. 16.180, de 18 de Outubro de 1923 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito especial de 50:298\$611, ouro, para occorrer ás despesas com as Embaixadas no Mexico, no Chile, na Republica Argentina e no Japão e eleva as dotações de aluguel de chancellaria e conservação do predio da Embaixada em Buenos Aires.....	50
Decreto n. 16.181, de 18 de Outubro de 1923 — Crêa um Consulado honorario em Belgrado, na Yugo-Slavia.....	53
Decreto n. 16.182, de 20 de Outubro de 1923 — Regula a applicação da taxa maxima da tarifa alfandegaria.....	53
Decreto n. 16.199, de 31 de Outubro de 1923 — Publica a adhesão da Albania á Conferencia da Cruz Vermelha, assignada em Genebra a 6 de Julho de 1906	54
Decreto n. 16.247, de 5 de Dezembro de 1923 — Publica as adhesões da Esthonia e Burnei á Convenção Internacional Radio-telegraphica de Londres.....	55
Decreto n. 16.261, de 12 de Dezembro de 1923 — Publica a adhesão da Hungria á Convenção de 15 de Março de 1886, relativa á permuta de documentos officaes e publicações.....	56
Decreto n. 16.262, de 12 de Dezembro de 1923 — Publica as adhesões do Haiti, Polonia, Lethonia e Tchecoslovaquia ao Instituto Internacional de Agricultura de Roma.....	57
Decreto n. 16.263, de 29 de Dezembro de 1923 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito suplementar de 150:000\$, ouro, á verba 12 do art. 25, da lei n. 4.632, de 6 de Janeiro de 1923.....	58
Decreto n. 16.319, de 12 de Janeiro de 1924 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de 527:283\$869, ouro, suplementar ás verbas 6ª, 7ª, 8ª, 11ª e 13ª do art. 25 da Lei orçamentaria n. 4.632, de 6 de Janeiro de 1923	59

Decreto n. 16.320, de 12 de Janeiro de 1924 — Crêa um Consulado honorario em Savona, na Italia.....	59
Decreto n. 16.321, de 12 de Janeiro de 1924 — Crêa um Consulado honorario em Graz, na Australia.....	60
Decreto n. 16.368, de 13 de Fevereiro de 1924 — Modifica a reorganisação do Corpo Consular e dispõe sobre ajudas de custo dos membros do Corpo Diplomatico e do Consular.....	60
Decreto n. 16.373, de 13 de Fevereiro de 1924 — Abre, ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de 527:283\$869, ouro, suplementar ás verbas 6ª, 7ª, 11ª e 13ª, do art. 25 da lei orçamentaria n. 4.632, de 6 de Janeiro de 1923...	62
Decreto n. 16.378, de 20 de Fevereiro de 1924 — Publica a adhesão da Esthonia a actos internacionaes, relativos á protecção da propriedade industrial.....	63
Decreto n. 16.379, de 20 de Fevereiro de 1924 — Promulga os Actos firmados pelos Delegados do Brasil no VII Congresso da União Postal Universal, reunido em Madrid em Outubro de 1920.....	64
Decreto n. 16.397, de 27 de Fevereiro de 1924 — Crêa a Legação do Brasil no Egypto	315
Decreto n. 16.398, de 27 de Fevereiro de 1924 — Supprime a Legação do Brasil na Grecia.....	315
Decreto n. 16.412, de 13 de Março de 1924 — Crêa uma Representação permanente do Brasil junto á Liga das Nações.....	316
Decreto n. 16.413, de 13 de Março de 1924 — Faz publica a declaração da Hungria sobre a Convenção Sanitaria Internacional de 1903.....	316
Decreto n. 16.414, de 13 de Março de 1924 — Publica a adhesão da ilha Reunião á Convenção Radio-telegraphica Internacional, assignada em Londres a 5 de Julho de 1912.....	318
Decreto n. 16.415, de 13 de Março de 1924 — Promulga a adhesão do Brasil ao Ajuste relativo á conservação ou ao restabelecimento dos direitos de propriedade industrial attingidos pela guerra mundial, assignado em Berna a 30 de Junho de 1920.....	319
Decreto n. 16.416, de 13 de Março de 1924 — Publica a adhesão do Dominio do Canadá á Convenção de Berna, para a protecção de obras litterarias e artisticas, revista em Berlim a 13 de Novembro de 1908.....	323
Decreto n. 16.424, de 26 de Março de 1924 — Publica a adhesão da Esthonia ao Ajuste abaixo mencionado, do Congresso Postal Universal de Madrid.....	325
Decreto n. 16.445, de 2 de Abril de 1924 — Publica a adhesão da Hespanha ás Convenções de Bruxellas para a unificação de certas regras em materia de abalroamento, de assistencia e de salvamento maritimos.....	326
Decreto n. 16.452, de 9 de Abril de 1924 — Promulga a Convenção especial sobre propriedade litteraria e artistica, de 1922, com Portugal.....	328

N. 3

DECISÕES

Circular ao Corpo Diplomatico e ao Consular Brasileiros sobre recibos mensaes e maneira de usal-os — 26 de Maio de 1923.....	331
Circular ao Corpo Diplomatico e ao Consular Brasileiros sobre recibos de vencimentos e despesas — 27 de Junho de 1923.....	331
Circular ao Corpo Consular, Brasileiro sobre taxa das facturas reformadas — 23 de Setembro de 1923.....	332

Circular ao Corpo Consular Brasileiro sobre concessão provisória de facturas consulares para a introdução de plantas vivas no Brasil — 21 de Setembro de 1923.....	333
Circular ao Corpo Diplomático e ao Consular Brasileiros sobre prestações de contas e comprovantes das despesas de aluguel das Chancellarias — 28 de Setembro de 1923.....	333
Circular ao Corpo Diplomático e ao Consular Brasileiros sobre execução do Código da Contabilidade — 10 de Outubro de 1923.....	334
Circular ao Corpo Consular Brasileiro sobre importação de sementes de algodão e de algodão em caroço — 10 de Novembro de 1923.....	335
Circular ao Corpo Consular Brasileiro sobre mudas, fructas e sementes de cauceiro procedentes de qualquer paiz estrangeiro, especialmente do Equador e das Guyanas — 10 de Novembro de 1923.....	335
Circular ao Corpo Consular Brasileiro sobre o visto em passaportes — 31 de Janeiro de 1924.....	336
Circular ao Corpo Consular Brasileiro sobre o visto gratis em passaportes de imigrantes — 31 de Janeiro de 1924.....	336
Circular ao Corpo Consular Brasileiro sobre disposições do Regulamento das Facturas Consulares — 21 de Março de 1924.....	337
Circular ao Corpo Consular Brasileiro sobre autographos — 4 de Abril de 1924	
Circular ao Corpo Diplomático e ao Consular Brasileiro sobre a expedição de sementes, plantas ou partes vivas de plantas — 1º de Julho de 1924.....	338

ANNEXO D

CONTABILIDADE

Renda dos Consulados Geraes e Consulados remunerados, em 1923, recolhida á Delegacia do Thesouro em Londres.....	3
Renda dos Consulados não remunerados, em 1923, recolhida á Delegacia do Thesouro em Londres.....	7
Movimento de estampilhas consulares em 1923.....	9
Tabellas explicativas do orçamento das despesas do Ministerio para o exercicio de 1924.....	11
Proposta do orçamento das despesas do Ministerio para o exercicio de 1924.....	13

ANNEXO E

MONTEPIO

Quadro dos contribuintes do Montepio dos funcionarios do Ministerio das Relações Exteriores que falleceram e a cujas familias foram abonadas quantias para funeral ou luto e pensões, desde 1890 até 30 de Abril de 1924.....	3
---	---

ANNEXO B

Quadros do pessoal da Secretaria de Estado, do
Corpo diplomatico e do Corpo consular do Brasil. — Quadro
do Corpo diplomatico estrangeiro acreditado
no Brasil. — Quadro do Corpo consular estrangeiro

N. 1

Quadro do pessoal da Secretaria de Estado das Relações Exteriores

EM 30 DE ABRIL DE 1924

Ministro de Estado

José Felix Alves Pacheco.

Gabinete do Ministro

CHEFE DO GABINETE

Sebastião Sampaio, Consul geral.

OFFICIAL DE GABINETE

Joaquim Eulalio do Nascimento Silva, Consul de 1ª classe.

AUXILIARES

Acyr do Nascimento Paes, 2º official.

Moacyr Ribeiro Briggs, 3º official.

Orlando Guerreiro de Castro, 3º official.

Perillo Gomes, 3º official.

Sub-Secretario de Estado

.....

Gabinete do Sub-Secretario de Estado

.....

Secção de Contabilidade

DIRECTOR DE SECÇÃO

Manoel Coelho Rodrigues.

PRIMEIROS OFFICIAES

Henrique Pinheiro de Vasconcellos.

Fernando de Souza Dantas.

Renato de Lacerda Lago.

SEGUNDOS OFFICIAES

Francisco de Miranda Mascarenhas.

Heitor Collet.

TERCEIROS OFFICIAES

Pedro de Paranaguá.

Ivan Galvão.

Mauro Pontes.

Maria José Pinheiro de Vasconcellos.

Narcez de Lima Ferreira.

DACTYLOGRAPHO

Fabio Antão de Medeiros Muniz.

Directoria Geral dos Negocios Politicos e Diplomaticos

DIRECTOR GERAL

Zacarias de Goés Carvalho.

AUXILIAR DE GABINETE

TERCEIRO OFFICIAL

Fernando Lobo Leite Pereira Junior.

Secção do Protocollo

DIRECTOR DE SECÇÃO

Henrique José de Saules.

PRIMEIROS OFFICIAES

Ayres de Maya Monteiro, em commissão.
Antonio de São Clemente.

SEGUNDO OFFICIAL

Luiz Guimarães Fernandes Pinheiro.

TERCEIRO OFFICIAL

Murillo Tasso Fragoso.

CALLIGRAPHO

Gaspar de Araujo Monteverde.

DACTYLOGRAPHA

Georgina Martins.

Secção dos Negocios Politicos e Diplomaticos da America

DIRECTOR DE SECÇÃO

Luiz Pereira Ferreira de Faro Junior.

PRIMEIRO OFFICIAL

Luiz Carlos de Andrade F'lho.

SEGUNDO OFFICIAL

Ronald de Carvalho.

TERCEIRO OFFICIAL

Afranio de Mello Franco Filho.

**Secção dos Negocios Politicos e Diplomaticos da Europa e
Asia**

DIRECTOR DE SECÇÃO

Raphael de Mayrink.

PRIMEIRO OFFICIAL

Mauricio Nabuco.

SEGUNDO OFFICIAL

Affonso Barbosa de Almeida Portugal.

TERCEIRO OFFICIAL

Manoel Moreira de Barros e Silva.

DACTYLOGRAPHA

Maria Antonietta de Araujo Jorge.

Secção dos Limites e Actos Internacionaes

DIRECTOR DE SECÇÃO

Arthur Guimarães de Araujo Jorge.

PRIMEIROS OFFICIAES

Mario de Barros e Vasconcellos.
Hildebrando Pompêo Pinto Accioly.

SEGUNDOS OFFICIAES

Oswaldo de Moraes Corrêa.
Edgardo Barbedo.

TERCEIRO OFFICIAL

Jorge Latour.

CARTOGRAPHO

Francisco Eduardo de Oliveira Basto.

ZELADOR DA MAPPOTHECA

Estevão Mercurin.

Directoria Geral dos Negocios Commerciaes e Consulares

DIRECTOR GERAL

Raul Adalberto de Campos.

AUXILIAR DE GABINETE

SEGUNDO OFFICIAL

Juvenal Meirelles Mesquita.

DACTYLOGRAPHAS

Alice de Hoffbauer Antunes.

Cecilia Pereira Leite.

Secção dos Negocios Commerciaes e Consulares da America

DIRECTOR DE SECÇÃO

Sylvio Romero, filho.

PRIMEIRO OFFICIAL

Henrique Pecegheiro de Amaral.

SEGUNDO OFFICIAL

Adriano de Souza Quartin.

TERCEIRO OFFICIAL

Raul Braga de Azevedo.

Secção dos Negocios Commerciaes e Consulares da Europa, Asia, Africa e Oceania

DIRECTOR DE SECÇÃO

Gregorio Pecegheiro do Amaral.

PRIMEIRO OFFICIAL

Manoel Raymundo de Menezes.

SEGUNDO OFFICIAL

Cesar de Mesquita Serva.

TERCEIROS OFFICIAES

Alcides Domingues da Silva.

Affonso Lopes de Almeida.

Secção do Archivo e da Bibliotheca

DIRECTOR DE SECÇÃO

Napoleão Reys.

PRIMEIRO OFFICIAL

Rodolpho Gonçalves de Siqueira.

SEGUNDO OFFICIAL

.....

TERCEIRO OFFICIAL

Jorge Jobim, em licença.

CONSERVADOR DO ARCHIVO E DA BIBLIOTHECA

Luiz Esteves de Almeida.

AJUDANTE DO CONSERVADOR

Carlos Alberto Garcez Palha.

Portaria

PORTEIRO

Braz José de Oliveira.

AJUDANTE DO PORTEIRO

Carlos Salgado.

CONTINUOS

Americo Ventura Rodrigues.
Salvador Felipe Gonzalez.
Amphiloquio Teixeira Alves.
Bernardino José Pereira Barroso.
Francisco de Paula da Silva Braga.
João Opytaciano dos Santos.
Horacio José Rosas.
Clodomiro Ferraz.
Euclydes José Tavares.
Francisco José Gonçalves.

CORREIOS

Carlos Pinto da Costa.
Antonio Joaquim de Souza.

TELEPHONISTA

Benigna Santos.

N. 2

Quadro do Corpo Diplomatico Brasileiro

EM 30 DE ABRIL DE 1924

PARAGUAY

ASSUMPÇÃO

ENVIADO EXTRAORDINARIO E MINISTRO PLENIPOTENCIARIO

José de Paula Rodrigues Alves.

PRIMEIRO SECRETARIO

Octavio Fialho.

SEGUNDO SECRETARIO

Jorge Olinto de Oliveira, addido á Embaixada em Buenos Aires.

ALLEMANHA

BERLIM

ENVIADO EXTRAORDINARIO E MINISTRO PLENIPOTENCIARIO

Adalberto Guerra Duval.

PRIMEIRO SECRETARIO

José Joaquim de Lima e Silva Moniz de Aragão.

SEGUNDOS SECRETARIOS

Cyro de Freitas Valle, ausente.

João de Avellar Magalhães Calvet.

ADDIDO COMMERCIAL

Joaquim Antonio de Souza Ribeiro.

SUISSA

BERNA

ENVIADO EXTRAORDINARIO E MINISTRO PLENIPOTENCIARIO

Raul do Rio Branco.

PRIMEIRO SECRETARIO

Antonio José do Amaral Murtinho, em férias extraordinarias.

SEGUNDO SECRETARIO

Joaquim de Souza Leão Filho.

COLOMBIA

BOGOTÁ

MINISTRO RESIDENTE

Mario de Belfort Ramos, em transito.

SEGUNDO SECRETARIO

Argeu de Segadas Machado Guimarães, Encarregado de Negocios.

BELGICA

BRUXELLAS

EMBAIXADOR EXTRAORDINARIO E PLENIPOTENCIARIO

Alfredo de Barros Moreira.

PRIMEIRO SECRETARIO

Mario Pimentel Brandão.

SEGUNDO SECRETARIO

Carlos Elias de Latorre Lisboa.

ARGENTINA

BUENOS AIRES

EMBAIXADOR EXTRAORDINARIO E PLENIPOTENCIARIO

Pedro Toledo, ausente.

PRIMEIRO SECRETARIO

Carlos de Rostaing Lisboa, Encarregado de Negocios.

SEGUNDOS SECRETARIOS

Jorge Olinto de Oliveira, serve addido.

.....

ADDIDO COMMERCIAL

Narciso Peixoto de Magalhães.

EGYPTO

CAIRO

MINISTRO RESIDENTE

José Francisco de Barros Pimentel.

SEGUNDO SECRETARIO

.....

VENEZUELA

CARACAS

MINISTRO RESIDENTE

Frederico de Castello Branco Clark, em commissão.

SEGUNDOS SECRETARIOS

Abelardo Bretanha Bueno do Prado, Encarregado de Negocios.

.....

NORUEGA

CHRISTIANIA

MINISTRO RESIDENTE

Alberto Jorge de Ipanema Moreira, em commissão.

SEGUNDO SECRETARIO

.....

DINAMARCA

COPENHAGUE

MINISTRO RESIDENTE

Lucilio Antonio da Cunha Bueno.

SEGUNDO SECRETARIO

Rubens Ferreira de Mello.

CUBA E AMERICA CENTRAL

HAVANA

ENVIADO EXTRAORDINARIO E MINISTRO PLENIPOTENCIARIO

Annibal Velloso Rebello.

SEGUNDO SECRETARIO

Carlos da Silveira Martins Ramos.

PAIZES BAIXOS

HAYA

ENVIADO EXTRAORDINARIO E MINISTRO PLENIPOTENCIARIO

Antonio Augusto de Brienne Carneiro do Nascimento Feitosa.

PRIMEIRO SECRETARIO

Gustavo de Vianna Kelsch.

SEGUNDO SECRETARIO

Gustavo Mattos de Souza Bandeira, em licença.

BOLIVIA

LA PAZ

ENVIADO EXTRAORDINARIO E MINISTRO PLENIPOTENCIARIO

Luiz de Lima e Silva, em commissão.

PRIMEIRO SECRETARIO

Felix Bocayuva, Encarregado de Negocios.

SEGUNDO SECRETARIO

Felippe Silviano Brandão.

PERÚ

LIMA

ENVIADO EXTRAORDINARIO E MINISTRO PLENIPOTENCIARIO

Abelardo Roças, em licença.

PRIMEIRO SECRETARIO

Pedro de Moraes Barros, Encarregado de Negocios.

SEGUNDO SECRETARIO

Ruy Pinheiro Guimarães.

PORTUGAL

LISBOA

EMBAIXADOR EXTRAORDINARIO E PLENIPOTENCIARIO

José Manoel Cardoso de Oliveira.

PRIMEIRO SECRETARIO

Lafayette de Carvalho e Silva.

SEGUNDOS SECRETARIOS

Themistocles da Graça Aranha.

José Roberto de Macedo Soares.

GRÃ-BRETANHA

LONDRES

EMBAIXADOR EXTRAORDINARIO E PLENIPOTENCIARIO

Domicio da Gama.

PRIMEIROS SECRETARIOS

Carlos Martins Pereira e Souza.

Luiz Avelino Gurgel do Amaral.

SEGUNDOS SECRETARIOS

Antonio Camillo de Oliveira Filho, em férias extraordinarias.

Heitor Lyra.

ADDIDO COMMERCIAL

Julio Augusto Barbosa Carneiro, em commissão.

HESPAHHA

MADRID

ENVIADO EXTRAORDINARIO E MINISTRO PLENIPOTENCIARIO

Rinaldo de Lima e Silva, em licença.

PRIMEIRO SECRETARIO

Jarbas Lorette da Silva Lima.

SEGUNDO SECRETARIO

Antonio Moreira de Abreu.

MEXICO

MEXICO

EMBAIXADOR EXTRAORDINARIO E PLENIPOTENCIARIO

Raul Régis de Oliveira, em commissão.

PRIMEIRO SECRETARIO

Lorival de Guillobel, Encarregado de Negocios.

SEGUNDO SECRETARIO

Jacome Baggi Berenguer Cezar.

URUGUAY

MONTEVIDEO

ENVIADO EXTRAORDINARIO E MINISTRO PLENIPOTENCIARIO

Luiz Guimarães Filho, ausente.

PRIMEIRO SECRETARIO

João Severiano da Fonseca Hermes, ausente.

SEGUNDO SECRETARIO

Gastão Paranhos do Rio Branco.

FRANÇA

PARIS

EMBAIXADOR EXTRAORDINARIO E PLENIPOTENCIARIO

Luiz Martins de Souza Dantas.

PRIMEIROS SECRETARIOS

Pedro Leão Velloso Neto.

Carlos Taylor.

SEGUNDOS SECRETARIOS

Carlos Celso de Ouro Preto.

João Ruy Barbosa.

Traiano Medeiros do Paço.

ADDIDO COMMERCIAL

Francisco Guimarães.

CHINA

PEKIM

ENVIADO EXTRAORDINARIO E MINISTRO PLENIPOTENCIARIO

Hippolyto Pacheco Alves de Araujo, em licença.

PRIMEIRO SECRETARIO

Godofredo de Bulhões, Encarregado de Negocios.

TCHECO-SLOVAQUIA

PRAGA

MINISTRO RESIDENTE

Carlos Lemgruber Kropf.

SEGUNDO SECRETARIO

Djalma Pinto Ribeiro Lessa.

EQUADOR

QUITO

MINISTRO RESIDENTE

Arminio de Mello Franco.

SEGUNDO SECRETARIO

Octavio de Teffé von Hoonholtz.

ITALIA

ROMA

EMBAIXADOR EXTRAORDINARIO E PLENIPOTENCIARIO

Oscar de Teffé.

PRIMEIROS SECRETARIOS

Paulo N. Coelho de Almeida.

.....

SEGUNDOS SECRETARIOS

Labienco Salgado dos Santos.

Leopoldo Teixeira Leite.

ADDIDO COMMERCIAL

Deoclecio de Campos.

SANTA SÉ

EMBAIXADOR EXTRAORDINARIO E PLENIPOTENCIARIO

Carlos Magalhães de Azeredo.

PRIMEIRO SECRETARIO

Eduardo de Lima Ramos.

SEGUNDOS SECRETARIOS

Carlos Maximiano de Figueiredo.

Caio de Mello Franco, em férias extraordinarias.

CHILE

SANTIAGO

EMBAIXADOR EXTRAORDINARIO E PLENIPOTENCIARIO

Sylvino Gurgel do Amaral.

PRIMEIRO SECRETARIO

Jeronymo de Avellar Figueira de Mello.

SEGUNDO SECRETARIO

Antonio Barrozo Fernandes Filho.

SUECIA

STOCKHOLMO

MINISTRO RESIDENTE

Alfredo de Almeida Brandão.

SEGUNDO SECRETARIO

Arthur dos Guimarães Bastos, em férias extraordinarias.

JAPÃO

TOKIO

EMBAIXADOR EXTRAORDINARIO E PLENIPOTENCIARIO

Alberto de Faria, nomeado.

PRIMEIRO SECRETARIO

SEGUNDO SECRETARIO

POLONIA

VARSOVIA

ENVIADO EXTRAORDINARIO E MINISTRO PLENIPOTENCIARIO

Aleibiades Peganha.

PRIMEIRO SECRETARIO

Carlos Alberto Muniz Gordilho.

SEGUNDO SECRETARIO

.....

AUSTRIA

VIENNA

ENVIADO EXTRAORDINARIO E MINISTRO PLENIPOTENCIARIO

Felix de Barros Cavalcanti de Lacerda, em transito.

PRIMEIRO SECRETARIO

.....

SEGUNDO SECRETARIO

Rubens Dunham.

ESTADOS UNIDOS DA AMERICA

EMBAIXADOR EXTRAORDINARIO E PLENIPOTENCIARIO

Augusto Cochrane de Alencar.

PRIMEIRO SECRETARIO

Samuel de Souza Leão Gracie.

SEGUNDO SECRETARIO

Roberto Mendes Gonçalves.

•

N. 3

Quadro do Corpo Diplomatico Estrangeiro

EM 1 DE MAIO DE 1924

AMERICA

ESTADOS UNIDOS DA AMERICA

EDWIN VERNON MORGAN, Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario.

SHELDON L. CROSBY, Conselheiro de Embaixada.

HUGH MILLARD, Terceiro Secretario.

Commandante FRANKLIN LENGLEY WHITLEY, Addido Militar.

Capitão HUGH BARCLAY, Addido Militar.

Capitão de Corveta GLENN F. HOWELL, Addido Naval.

WILLIAM L. SCHURZ, Addido Commercial.

REPUBLICA ARGENTINA

Dr. ANTONIO MORA Y ARAUJO, Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario.

Dr. JUAN A. ARECO, Conselheiro de Embaixada.

EDUARDO RACEDO, Primeiro Secretario (Ausente).

LUDOVICO LOIZAGA, Segundo Secretario.

Capitão de Corveta MAXIMO A. KOCH, Addido Naval.

Commandante JOSÉ M. SAROBE, Addido Militar.

REPUBLICA DA BOLIVIA

ALBERTO DIEZ DE MEDINA, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario (ausente).

ROBERTO PARAVICINI, 1º Secretario de Legação, Encarregado de Negocios, interino.

Commandante FERNANDO GARRON, Addido Militar.

REPUBLICA DO CHILE

Dr. MIGUEL CRUCHAGA TOCORNAL, Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario (ausente).

JORGE SAAVEDRA AGUERO, Secretario de Embaixada.

Capitão de Fragata LUIS A. CABALLERO, Addido Naval.

Capitão ARTURO MERINO BENITEZ, Addido Militar.

Commandante GUILLERMO MEDINA LABRA, Addido Commercial.

RAUL ZANARTE CAVERO, Addido.

REPUBLICA DA COLOMBIA

Dr. L. TANCO DE ARGÁEZ, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario (ausente).

MAXIMILIANO GRILLO, Encarregado de Negocios, interino.

REPUBLICA DE CUBA

Dr. ENRIQUE PEREZ CISNEROS, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

Dr. JOSÉ LUIZ GOMES GARRIGA, Primeiro Secretario de Legação.

ENRIQUE PERTIERRO MORALES, Addido Commercial.

REPUBLICA DO EQUADOR

Dr. RAPHAEL MARIA ARIZAGA, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

CESAR CHIRIBOGO GANGOTENA, Secretario de Legação.

TOMAS VEGA TORAL, Secretario de Legação.

REPUBLICA DE GUATEMALA

Dr. EDUARDO POIRIER, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario (ausente).

ESTADOS UNIDOS MEXICANOS

Dr. ALVARO TORRE DIAZ, Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario.

Dr. ALFONSO ACOSTA, Primeiro Secretario de Embaixada.

Capitão FRANCISCO GONZALEZ SWAIN, Addido Militar.

OCTAVIO REYES SPINDOLA, Addido.

REPUBLICA DO PANAMÁ

BELISARIO PORRAS, Ministro Residente (ausente).

REPUBLICA DO PARAGUAY

MODESTO GUGGIARI, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario (ausente).

SILVANO MOSQUEIRA, Secretario de Legação (ausente).

REPUBLICA DO PERÚ

ERNESTO DE TEZANOS PINTO, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

OSCAR BARRENECHEA Y RAYAGADA, Primeiro Secretario de Legação.

REPUBLICA ORIENTAL DO URUGUAY

DIONISIO RAMOS MONTERO, Enviado e Ministro Plenipotenciario.

Dr. TEOFILO PIÑEYRO CHAIN, Secretario de Legação (nomeado).

D. RAMOS MONTERO filho, Addido.

CARLOS S. MARQUES, Addido Commercial.

REPUBLICA DE VENEZUELA

Dr. DIEGO CARBONELL, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario (ausente).

(A Legação está a cargo do Sr. Carlos da Rocha Lima, Consul da Venezuela).

EUROPA

ALLEMANHA

GEORG PLEHN, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

RUDOLF COMTE WALDBOTT DE BASSENHEIM, Conselheiro de Legação.

DANKWARD-CHRISTIAN VON BÜLOW, Secretario de Legação.

REINOLD FREYTAG, Secretario de Legação.

BELGICA

Barão ALBÉRIC FALLON, Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario.

Cavalheiro JACQUES BEHAGHEL DE BUEREN, Secretario de Embaixada (ausente).

DINAMARCA

OTTO CARL MOHR, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

KARL KRUSE, Secretario de Legação.

FRANÇA

ALEXANDRE ROBERT CONTY, Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario.

Conde de HAUTECLOCQUE, Secretario de Embaixada.

Commandante SALATS, Addido Militar.

GRÃ BRETANHA

Sir JOHN A. C. TILLEY, Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario.

WALTER ANNESLEY STEWART, Conselheiro de Embaixada.

HENRY DOBINSON, Terceiro Secretario de Embaixada.

Capitão de Mar e Guerra GERARD WELLS, Addido Naval.

Coronel C. R. V. KINSMAN, Addido Militar.

ERNEST HAMBLOCH, Primeiro Secretario Commercial.

HESPAHANHA

ANTONIO BENITEZ, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

Dr. CARLOS DE MIRANDA, Secretario de Embaixada.

Commandante JULIAN CHACEL NORMA, Addido Militar.

ITALIA

Marechal PIETRO BADOGLIO, Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario.

Conde EMILIO PAGLIANO, Conselheiro de Embaixada.

MARIO LOMBARDI, Secretario de Embaixada.

Coronel DOMENICO SICILIANI, Addido Militar.

Dr. HUMBERTO TOMEZZOLI, Conselheiro de Emigração.

Dr. GIOVANNI BATTISTA MANFEROCE, Addido Commercial (ausente).

NORUEGA

F. HERMAN GADE, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario (ausente).

CARL F. SONDBERG, Secretario de Legação. Encarregado de Negocios, interino.

REIDAR SOLUM, Chanceller de Legação, em funções de Secretario.

PAIZES BAIXOS

Dr. TH. B. PLEYTE, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

C. VAN BREUGEL DOUGLAS, Secretario de Legação.

PIERRE JACQUES VAN DER GRIENT, Chanceller de Legação, em funções de Secretario.

CHARLES REMY-BERZENCOVICH DE SZILLAS, Consul Geral da Hungria, Addido á Legação.

ALOIS WANWRA, Director Hungaro, Addido á Legação.

(A Legação dos Paizes Baixos está encarregada dos interesses húngaros no Brasil.)

POLONIA

Conde CZESLAW PRUSZYNSKI, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario (ausente).

GEORGES WARCHALOWSKI, Segundo Secretario de Legação, Encarregado de Negocios, interino.

PORTUGAL

Dr. DUARTE LEITE PEREIRA, Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario.

Dr. JOAQUIM PEDROSO, Conselheiro de Embaixada.

Dr. JOÃO DE LEBRE E LIMA, Terceiro Secretario.

Dr. MANOEL DE ANTAS D'OLIVEIRA, Terceiro Secretario.

J. DE CARVALHO NEVES, Addido Commercial.

A. DA COSTA IVO, Addido Financeiro.

SANTA SÉ

Monsenhor ENRICO GASPARRI, Nuncio Apostolico.

Monsenhor BASILIO DE SANTIS, Auditor da Nunciatura.

SUECIA

JOHAN THEODOR PAUES, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

SUISSA

ALBERT GERTSCH, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

CHARLES REDARD, Secretario de Legação, Addido Commercial.

(A Legação da Suissa está encarregada dos interesses liechtensteinenses no Brasil.)

TCHecosLOVAQUIA

JAN KLECANDA HAVLASA, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario (ausente).

MIROSLAV J. SCHUBERT, Secretario de Legação, Encarregado de Negocios, interino.

ASIA

CHINA

SHIA YI-DING, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

OU TSIN-SHUING, Primeiro Secretario de Legação.

TOUNG-DEKIEN, Segundo Secretario de Legação.

LIU NAI-TCHIUN, Addido.

JAPÃO

SHICHITA TATSUKE, Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario.

ARATA AOKI, Conselheiro de Embaixada.

RYOJI NODA, Primeiro Secretario de Embaixada.

HIÇAO YANAI, Terceiro Secretario de Embaixada.

YASHICHI OTANI, Primeiro Secretario, Interprete de Embaixada.

Capitão de Fragata Tô MORIMATO, Addido Naval.

Capitão YUTAKA TAKEUCHI, Addido Militar.

N. 4

Corpo Consular Brasileiro

EM 30 DE ABRIL DE 1924

CONSULADOS GERAES E CONSULADOS

ABYSSINIA

CONSULADO HONORARIO

Addis-Abbaba — Sylvio de Sá Valle, Consul.

ALLEMANHA

CONSULADOS GERAES DE CARREIRA

Berlim — Dr. Bento Carvalho do Paço, Consul Geral.

Hamburgo — Filinto Elysio Rodrigues Vianna de Abreu, Consul Geral.

CONSULADOS DE CARREIRA

Bremen — Oscar Bernardino Paranhos da Silva, Consul.

Munich — Mario Navarro da Costa, Consul.

CONSULADOS HONORARIOS

Altona — Rodolpho Richter, Consul.

Baden-Baden — Carlos Renaux, Consul.

Bonn — Otto Mattheis, Consul.

Colonia — João Paulino de Siqueira Campos, Encarregado.

- Dresden* — Dr. Ataliba Florence, Consul.
Dusseldorf — Alberto da Rocha Faria de Nioac, Consul.
Elberfeld — João Paulino de Siqueira Campos, Consul.
Hannover — Pindaro Tasso Jatahy, Consul.
Magdeburgo — Otto de Freitas Loewe, Consul.
Nuremberg — Otto Scheyer, Consul.
Wiesbaden — Dr. Fritz Berlé, Consul.

ARGENTINA

CONSULADO GERAL DA CARREIRA

- Buenos Aires* — Alcino Santos Silva, Consul Geral.

CONSULADOS DE CARREIRA

- Alvear* — Carlos Carlton Coelho Cintra, Consul.
Paso de los Libres — Demetrio de Toledo, Consul.
Posadas — Paulo Demoro, Consul.
Rosario — Socrates Moglia, Consul.
Santo Tomé — Protasio Baptista Gonçalves, Consul.

AUSTRIA

CONSULADO DE CARREIRA

- Vienna* — Annibal de Saboia Lima, Consul.

CONSULADO HONORARIO

- Graz* — Julius Gerstl.

BELGICA

CONSULADO GERAL DE CARREIRA

- Antuerpia* — José Maria de Campos Paradedá, Consul Geral.

CONSULADO DE CARREIRA

- Bruxellas* — Fernando Augusto Georlette, Consul, encarregado.

BOLIVIA

CONSULADOS DE CARREIRA

Cobija — Candido de Louza, Consul.

Porto-Sucre — Dr. José de Mendonça Lima, Vice-Consul, encarregado.

Guajará-Merim — Raul Vacchias, Consul.

CONSULADOS HONORARIOS

La Paz — Juan Muñoz Reys, Consul.

Puerto Suarez —

BULGARIA

CONSULADO HONORARIO

Sofia — Bernard Ignace, Consul.

CHILE

CONSULADO GERAL DE CARREIRA

Valparaíso — José Carlos de Mesquita Telles, Vice-Consul, encarregado.

CONSULADO HONORARIO

Santiago — Douglas Stewart, Consul.

CHINA

CONSULADO GERAL DE CARREIRA

Shanghai — Hugo Reiss, Encarregado do Consulado.

CONSULADO HONORARIO

Tientsin — Louis Macgowan, Consul.

COLOMBIA

CONSULADO GERAL HONORARIO

Bogotá — Manuel Marulanda, Consul Geral.

CONSULADOS HONORARIOS

Barranquilla — J. Henry Helm, Consul.

Cali — Leonidas Marulanda, Consul.

Cartagena — Ramon del Castillo, Consul.

COSTA RICA

CONSULADO HONORARIO

S. José — Felipe Herrero Garcia, Consul.

CUBA

CONSULADOS HONORARIOS

Havana — Dr. Gonzalo Arostegui, Consul.

Santiago — Dr. Felipe S. Veranes, Consul.

DINAMARCA

CONSULADO DE CARREIRA

Copenhagen — Hamilton Paulino da Silva Pires, Consul.

CONSULADO HONORARIO

Reykjavik (Islandia) — Pjetur Andreas Olafson, Consul.

DOMINICANA (REPUBLICA)

CONSULADO HONORARIO

Santo Domingo — Silvestre Aybar y Nunez, Consul.

EGYPTO

CONSULADO DE CARREIRA

Alexandria — Eduardo Porto Ozorio Bordini, Consul.

EQUADOR

CONSULADO GERAL HONORARIO

Quito — Rafael Vasconez Gomez, Consul Geral.

CONSULADOS HONORARIOS

Cuenca — Remigio Crespo Toral, Consul.

Guayaquil — Julio Burbano Zuniga, Consul.

Loja — Agustin Arias Valdivieso, Consul.

ESPANHA E POSSESSÕES

CONSULADO GERAL DE CARREIRA

Barcelona — Dr. José Marcelino de Moraes Barros, Consul Geral.

CONSULADOS DE CARREIRA

Cadiz — José Fonseca Filho, Consul.

Madrid — Alvaro da Cunha, Consul.

Vigo — Pedro Neves de Paula Leite, Consul.

CONSULADOS HONORARIOS

Las Palmas (Canarias) — Alfredo Sierra Valle, Consul.

Malaga — Francisco Crooke y Heredia, Consul.

San Sebastian — Alfredo Blake de Sant'Anna, Consul.

Santa Cruz (Teneriffe) — Juan Yañez y Perdon, Consul.

ESTADOS UNIDOS E POSSESSÕES

CONSULADOS GERAES DE CARREIRA

Nova Orleans — Carlos Ferreira de Araujo, Consul Geral.

Nova York — Helio Lobo, Consul Geral.

CONSULADOS DE CARREIRA

Baltimore — George William Chester, Consul.

Chicago — Alvaro de Magalhães, Consul.

New-port-News — Alfredo Polzin, Consul.
Norfolk — Oscar Correia, Consul.
Philadelphia — Eduardo de Aguiar Vallim, Consul.

CONSULADOS HONORARIOS

Cleveland (Ohio) — Carl W. Brand, Consul.
Honolulu (Hawai) — Antonio Daniel de Castro, Consul.
Los Angeles —
Manilha (Fillippinas) —
Pensacola — Vincent José Vidal, Vice-Consul, encarregado.
San Francisco — Ludwig Mathias Hoefer, Consul.

FINLANDIA

CONSULADO DE CARREIRA

Helsingfors — Antonio Torres, Consul. (Nomeado).

FRANÇA E POSSESSÕES

CONSULADOS GERAES DE CARREIRA

Havre — Jayme de Nascimento Brito, Consul adjunto, encarregado.

Marselha — José Monteiro de Godoy, Consul Geral.

Paris — João Baptista Lopes, Consul Geral.

CONSULADOS DE CARREIRA

Bordéos — Matheus de Albuquerque, Consul.

Boulogne sur Mer — Alberto Gracie, Consul encarregado.

Cayenna (G. Franceza) — João Constantino Pinto Peixoto, Consul.

Cherburgo — Mario de Deus Fernandes, Consul.

Dakar — Mario de Deus Fernandes, Consul.

La Rochelle-Pallice — Horacio Sully de Souza, Consul.

Lyon — Paulo Coelho Rodrigues, Encarregado.

CONSULADOS HONORARIOS

Cannes — J. Langasque, Vice-Consul, encarregado.

Nantes — Paul Théophile Charpentier, Vice-Consul, encarregado.

Nice — Ernesto de Campos Lima, Consul.

Toulouse — E. Lamothe, Consul.

GRÃ-BRETANHA E POSSESSÕES

CONSULADOS GERAES DA CARREIRA

Liverpool — Dario Freire, Consul Geral.

Londres — Francisco Garcia Pereira Leão, Consul Geral.

CONSULADOS DE CARREIRA

Barbados (Antilhas) — Aluizio Martins Torres, Consul.

Calcuta (India) — Heraclito Hermes de Vasconcellos, Consul.

Capetown (Colonia do Cabo) — Charles Henry Fleming, Encarregado do Consulado.

Cardiff — Domingos de Oliveira Alves, Consul.

Dublin — Mario Drolhe da Costa, Consul.

Glasgow — Alvaro Gastão de Aragão e Mello, Vice-Consul, encarregado.

Montreal (Canadá) — David Moretzohn Barbosa Lage, Encarregado.

Manchester — Hipolito Hermes de Vasconcellos, Consul.

Southampton — John de Grouchy, Vice-Consul, encarregado.

CONSULADOS HONORARIOS

Colombo (Ceylão) — Fernando de Montes Kruger, Consul.

Dover — Francis William Prescott, Consul.

Durban (Natal) — George Gordon Edwards, Consul.

Gibraltar — Aurelio Onetti, Consul.

Hong-Kong — José Miguel Alves, Consul.

Johannesburgo (Transvaal) — John Massey, Consul.

Kingston (Jamaica) — Louis P. Fernandes, Consul.

La Vallette (Malta) — John Dunbar Vella, Consul.

Port of Spain (Trindade) — Ernesto Gomez, Consul.

Santa Lucia (Antilhas) — Gregor Mac Gregor Peter, Consul.

Singapura — Ernen Lechrenkraus, Vice-Consul, encarregado.

Swansea — David H. Morgan, Vice-Consul, encarregado.

Sydney (Australia) — James Edwards Barron, Consul.

Terra Nova — John Fenelon, Vice-Consul, encarregado.

GRECIA

CONSULADOS HONORARIOS

Athenas — Andreas Elliados, Consul.

Salonica — Salomon Ezraty, Consul.

GUATEMALA

CONSULADO HONORARIO

Guatemala — José H. Muñoz, Consul.

HAITI

CONSULADO HONORARIO

Port-au-Prince — Justin Mevs, Consul.

HUNGRIA

CONSULADO HONORARIO

Budapest — Joseph Kovás, Consul.

ITALIA

CONSULADOS GERAES DE CARREIRA

Genova — Dr. José Basileu Neves Gonzaga Filho, Consul Geral.

Napoles — Fabio Ramos, Consul Geral.

CONSULADOS DE CARREIRA

Livorno — Pedro Nunes de Sá, Consul.

Milão — Achile Castelli, Vice-Consul, encarregado.

Roma — João Eudoxio de Vasconcellos, Consul.

Trieste — André Luxich, Vice-Consul, encarregado do Consulado.

CONSULADOS HONORARIOS

Chiavari — Emilio Podestá, Consul.
Florença — Com.^{te} Alexandre Kraus Filho, Consul.
Marsala — Nestore Fortunati, Consul.
Palermo — Francesco Paolo Dichiarà Russo, Consul.
Rapallo — Juarez Nogueira, Consul.
San Remo — Mariano Massani, Encarregado do Consulado.
Savona — Giovanni Buscaglione, Consul.
Spezzia — Francesco Capellini, Consul.
Turim — Giovanni Borgna, Consul.
Veneza — Giuseppe Fagione, Consul.
Ventimiglia — Alfredo Gallian, Consul.

JAPÃO

CONSULADO GERAL DE CARREIRA

Yokohama — Luiz Villares Fragoso, Consul Geral.

CONSULADO DE CARREIRA

Kobe — Pedro Vicente do Couto, Vice-Consul, encarregado.

CONSULADO HONORARIO

Nagasaki — Fo-Kutaro Maganni, Consul.

LETONIA

CONSULADO HONORARIO

Riga — Alfredo Dinbergs, Consul.

MARROCOS

CONSULADOS HONORARIOS

Casa Branca — Joseph Zagury, Consul.
Tanger — Francisco Figueira, Consul.

MEXICO

CONSULADO DE CARREIRA

Tampico — Manoel da Veiga Menezes, Consul.

CONSULADO HONORARIO

Mexico — Antonio Carneiro da Fontoura, Consul.

MONACO

CONSULADO HONORARIO

Montecarlo — Henry Trüb, Consul.

NICARAGUA

CONSULADO HONORARIO

Managua —

NORUEGA

CONSULADO DE CARREIRA

Christiania — Rodolpho Riegel Filho, Consul.

PAIZES BAIXOS

CONSULADO GERAL DE CARREIRA

Amsterdam — Leonardo Olavo da Silva Castro, Consul Geral.

CONSULADO DE CARREIRA

Rotterdam — Carlos de Carvalho e Souza, Consul.

CONSULADOS HONORARIOS

Haya — Th. de Groen, Consul.

Willemstad (Ilha de Curaçao) — Julius Penha Junior, Consul.

PANAMÁ

CONSULADO DE CARREIRA

Panamá — Nestor de Braga Mello, Consul.

PARAGUAY

CONSULADO GERAL DE CARREIRA

Assumpção — Roberto Mesquita, Consul Geral.

PERÚ

CONSULADO DE CARREIRA

Iquitos — Felipe de Mello, Consul.

CONSULADO HONORARIO

Lima — Lucas Oyague y Noel, Consul.

POLONIA E DANTZIG

CONSULADOS DE CARREIRA

Dantzig — Carlos Ribeiro de Faria, Consul.

Varsovia — Fernando de Mesquita Braga, Consul.

PORTUGAL E POSSESSÕES

CONSULADOS GERAES DE CARREIRA

Lisbôa — Landulpho Borges da Fonseca, Consul Geral.

Porto — Dr. Alfredo Varela, Consul Geral.

CONSULADO DE CARREIRA

Funchal (Madeira) — Amynthas de Lima, Consul.

CONSULADOS HONORARIOS

Aveiro — Luiz Caldas Lins, Consul.

Beira (Africa) —

Braga — Rozo Lagôa, Consul.

Coimbra — Carlos Balbino Dias, Consul.

Lourenço Marques — Léon Cohen, Consul.

Quelimane (Africa) — Rodolpho Huber, Consul.

Leiria — Antonio Ferreira Monteiro da Silva, Consul.

S. Vicente (Cabo Verde) — Augusto Vera Cruz, Consul.

Villa do Conde — Eduardo de Andrade Villares, Consul.

ROMANIA

CONSULADO DE CARREIRA

Galatz — Osorio Dutra, Consul (Nomeado).

RUSSIA DOS SOVIETS

CONSULADO DE CARREIRA

Odessa — Mario de Deus Fernandes, Consul (Nomeado).

CONSULADO HONORARIO

SALVADOR

S. Salvador — Jorge Harrison, Consul.

SUECIA

CONSULADO DE CARREIRA

Gothemburgo — Braz Calmon da Gama, Consul.

CONSULADO HONORARIO

Stockholmo — Rudolf Ashell, Vice-Consul, encarregado do Consulado.

SUISSA

CONSULADOS DE CARREIRA

Genebra — João David de Almeida Casaes, Vice-Consul, encarregado do Consulado.

Zurich — Victor Ferreira da Cunha, Consul.

SYRIA E PALESTINA

CONSULADOS HONORARIOS

Beyruth — Fortunato Sellan, Consul.

Damasco — Nicoláo Maluf Bey, Consul (Nomeado).

Haifa — William Gebara, Consul (Nomeado).

TCHECOSLOVAQUIA

CONSULADO DE CARREIRA

Praga — Vinicio da Veiga, Consul.

TURQUIA

CONSULADO DE CARREIRA

Constantinopla — Paulo Demôro, Consul (Nomeado).

URUGUAY

CONSULADO GERAL DE CARREIRA

Montevideo — Dr. Alberto Baez Conrado, Consul Geral.

CONSULADOS DE CARREIRA

Artigas — Murillo Martins de Souza, Consul.

Melo — Noé de Florambel Pinto Peixoto, Consul.

Paysandú — Dr. Joaquim Pereira da Costa, Consul.

Rio-Branco — Euribiades Barbosa Gonçalves, Consul.

Rivera — Joaquim Maria Pedreira Junior, Consul.

Salto — Mario de Azevedo, Consul.

Santa Rosa — José Calmon da Gama, Consul.

VENEZUELA

CONSULADO GERAL HONORARIO

Caracas — Henrique Perez Dupuy, Consul Geral.

YUGO SLAVIA

CONSULADO HONORARIO

Belgrado — Jacques B. Jonathan, Consul.

ADDIDOS COMMERCIAES

Berlim — Joaquim Antonio de Souza Ribeiro.

Buenos-Aires — Narciso Peixoto de Magalhães.

Londres — Julio Barbosa Carneiro.

Paris — Francisco Guimarães.

Roma — Dr. Deoclecio de Campos.

Washington —

Na presente lista consular não estão incluídos os nomes dos
Vice-Consules e Agentes Consulares.

N. 5

Corpo Consular Estrangeiro

EM 30 DE ABRIL DE 1924

CONSULADOS GERAES E CONSULADOS

ALLEMANHA

CONSULADOS

Bahia — Ernst Brandmuller, Encarregado.*Belém* — Franz Berringer.*Curityba* — Wilhelm Schack.*Blumenau* — Otto Rohkohl.*Florianopolis* —*Cuyabá* — Henry Hesslein.*Fortaleza* — Oscar Huland.*Joinville* — Heinrich Meyer.*Porto-Alegre* — Henrich Daehnardt.*Recife* — Adolf Boeckmann.*Rio de Janeiro* — A cargo da Legação.*Santos* — Otto Huebele.*S. Luiz* — Julius D. Jacobsen, Consul interino.*S. Paulo* — Karl Pistor.*Victoria* — August Arens.Tem um Vice-Consulado em *Juiz de Fôra*.

ARGENTINA

CONSULADOS GERAES

Rio de Janeiro — Pedro G. Goytia.*Porto-Alegre* — Horacio Bossi Cáceres.

CONSULADOS

Corumbá — Juan M. da Costa, Encarregado.

Pelotas — Argentino Brasil Rossani.

Rio Grande — Francisco Antonio Susini.

S. Paulo — Eugenio J. Cattini.

Uruguayana — Horacio Rovira.

Tem Vice-Consulados na *Bahia*, *Belém*, *Florianopolis*, *Fóz do Iguassú*, *Itaqui*, *Manáos*, *Paranaguá*, *Recife*, *S. Borja*, *Santos* e *S. Francisco do Sul*.

AUSTRIA

CONSULADO GERAL

Rio de Janeiro — Hugo Ornstein.

CONSULADOS

Bahia — Richard Schwartz.

Belém — Pedro M. Steiner.

Curityba — Bertholdo Hauer.

Recife — Constantino Barza.

Santos — Karl Reibel.

S. Paulo — Antonio Zerrenner.

Victoria — Robert Langen.

Não tem Vice-Consulados.

BELGICA

CONSULADOS

Bahia — Antonio Petersen.

Belém — Paul Le Cointe.

Bello Horizonte — Hector Fauconnier.

Fortaleza — Raul de Souza Carvalho.

Goyaz — Henry Alfred Péclat.

Manáos — Joaquim Gonçalves de Araujo.

Porto-Alegre — Jean Lahorgue, Encarregado.

Recife — Paul Henry, Encarregado.

Rio Grande — Marcel Guidoux.

Rio de Janeiro — A cargo da Embaixada.

Santos — Jules Doneux.

São Luiz — Carlos S. de Oliveira Neves, Encarregdo.

S. Paulo — F. Longrée.

Victoria — Jean Zinzen.

Tem um Vice-Consulado em *Maceió* e uma Agência Consular em *Paranaguá*.

BOLIVIA

CONSULADOS GERAES

Belém — Romero Ovando.

Rio de Janeiro — Dr. Luiz Soares de Souza Henriques.

CONSULADOS

Aracajú — José da Silva Ribeiro.

Bahia — Antonio Balbino de Carvalho.

Corumbá — Carlos Melquiades Barbey.

Curityba — Paulo Ildefonso de Assumpção.

Florianopolis — Ernesto Mendel.

Fortaleza — Maximiniano Leite Barbosa.

Maceió — Ezequiel Pereira da Silva Goulart.

Manáos — José Vaz de Oliveira, Encarregado.

Nictheroy — Luiz H. de Iparraguirre.

Porto-Alegre — Leopoldo Lemmertz, Encarregado.

Porto-Velho — José Domingo Arce Lacaze.

Recife — João Eustaquio Pereira.

Santos — José de Souza Dantas.

S. Luiz — José Francisco Jorge.

S. Paulo — Alcides Vidigal.

Victoria — Brasílio Pimenta Filho.

Tem Vice-Consulados em *Abunã*, *Brasilea*, *Guajará-Mirim* e *S. Luiz de Cáceres*.

CHILE

CONSULADOS GERAES

Rio de Janeiro — Samuel Gracie.

S. Paulo — Julio Cesar Campos.

CONSULADOS

Bahia — Alberto Moraes Martins Catharino.
Belém — Arnaldo Valente Lobo, Encarregado.
Fortaleza — José Gentil Alves de Carvalho.
Manãos — Raul de Azevedo.
Porto-Alegre — Edmundo Eichemberg.
Recife — Antonio Loyo de Amorim.
Rio Grande — José Lopes de Areias Junior.
S. Francisco do Sul — Otto Selinke.
Não tem Vice-Consulados.

CHINA

CONSULADO

Recife — João Pessoa de Queiroz.

COLOMBIA

CONSULADOS GERAES

Manãos — Demetrio Salamanca.
Rio de Janeiro — Dr. Antonio Carlos Simoens da Silva.

CONSULADOS

Belém — Gustavo Arboleda.
Fortaleza — José Candido de Souza Carvalho.
S. Paulo — Julio Cezar Hofmam Uribe.
Tem Agencias Consulares em *Marin (Baixo Japurá)* e *Porto Velho*.

COSTA RICA

CONSULADO GERAL

Rio de Janeiro — Dr. Americo Galvão Bueno.

CONSULADO GERAL

Recife — Dr. Martinho Garcez Caldas Barreto.
Não tem Vice-Consulados.

CUBA

Tem, apenas, um Vice-Consulado no *Rio de Janeiro*.

DINAMARCA

CONSULADOS

Bahia — Alberto Thomas Bailie.

Porto Alegre — Oscar Christiano Paetzel.

Recife — Adolf Egmund Klein.

Rio Grande — Sinclair Robinson, Encarregado.

Rio de Janeiro — A cargo da Legação.

Tem Vice-Consulados em *Belém, Florianopolis, Santos, S. Luiz e S. Paulo*.

EQUADOR

CONSULADOS

Belém — Hannibal Porto.

Manáos — Joaquim Nunes Lima.

Rio de Janeiro — Octavio do Nascimento Brito.

Não tem Vice-Consulados.

ESPAÑA

CONSULADO GERAL

S. Paulo — Pedro Lopez Garcia.

CONSULADOS

Bahia — Francisco Virgilio Sevillano y Carbajal.

Belém — Remigio C. Fernandes, Encarregado.

Recife — Tomas Suñer Ferrer.

Rio de Janeiro — Ramiro Fernandes Pintado y Camacho.

Santos — Urbano Feijó de Sotomayor y Feijoó de Sotomayor.

S. Francisco do Sul — Carlos Haeberer.

Tem Vice-Consulados em *Bagé, Bello Horizonte, Campo Grande, Campos, Corumbá, Curityba, Florianopolis, Fortaleza, Guaxupé, Jahú, Manáos, Parahyba, Pelotas, Piracicaba, Poços de Caldas, Porto Alegre,*

Rio Grande, Sant'Anna do Livramento, S. Luiz, Therezina, Uberaba, Uruguayana e Victoria e Agencias Consulares em Araraquara, Atibaia, Bebedouro, Botucatu, Catanduvas, Descalvado, Espirito Santo do Pinhal, Glycerio, Itapira, Jacarehy, Ribeirão Preto, Rio Preto, Santo Anastacio e S. Carlos.

ESTADOS UNIDOS DA AMERICA

CONSULADO GERAL

Rio de Janeiro — Alphonse Gaulin.

CONSULADOS

Bahia — Homer Brett.

Belém — George H. Pickerell.

Porto Alegre — John R. Bradley.

Recife — Charles R. Cameron.

Santos — Herndon W. Goforth.

S. Paulo — Arminius T. Haeberle.

Tem Vice-Consules em *Manáos e Rio Grande* e Agentes Consulares em *Curityba, Fortaleza, S. Luiz e Victoria.*

FINLANDIA

CONSULADO GERAL

Rio de Janeiro — Charles Warrington Gilbert.

Tem Vice-Consulados na *Bahia, Recife e Santos.*

FRANÇA

CONSULADOS

Bahia — Martin Mufraggi, Encarrgado.

Belém — Edouard Charles F. de Payan.

Porto Alegre — Fernand Puech.

Rio de Janeiro — Regulus Napoleon Eugène Lucciardi.

S. Paulo e Santos — Lucien Gabriel Emerat.

Tem Vice-Consulados em *Recife e Parahyba* e Agencias Consulares em *Bello Horizonte, Campos, Curityba, Cuyabá, Fortaleza, Florianopolis, Maceió, Natal, Parnahyba, Pelotas, S. Luiz e Victoria.*

GRÃ-BRETANHA

CONSULADO GERAL

Rio de Janeiro — Edgar Errol Napier Mac-Donnell.

CONSULADOS

Bahia — Gastou A. Cournayer, Encarregado.

Belém — Augustine Beverley Wilson.

Bello-Horizonte — Dr. Elysio de Carvalho Britto.

Porto Alegre — Dr. Thomas Cantrell Dillon.

Recife — Albert Ernest Renault Browne.

S. Paulo — Francis J. Patron.

Tem Vice-Consulados em *Aracaju, Corumbá, Curityba, Cuyabá, Florianopolis, Fortaleza, Ilhéos, Maceió, Mandós, Morro Velho, Natal, Parahyba, Paranaguá, Parnahyba, Porto Velho, Rio Grande, Santos, S. Francisco, S. João d'El-Rey, S. Luiz e Victoria.*

GRECIA

CONSULADO GERAL

Rio de Janeiro — Demetrius Sfezzo.

CONSULADOS

S. Paulo — Nicolas Janacopoulos.

Tem Vice-Consulados na *Bahia, em Belém, Florianopolis, Fortaleza, Natal, Parahyba, Paranaguá, Porto Velho, Recife, Rio Grande, Santos e S. Luiz.*

GUATEMALA

CONSULADO GERAL

Rio de Janeiro — Carlos Augusto Faller.

CONSULADOS

Santos — João Manuel Alfaya Rodrigues.

S. Paulo — Leopoldo de Freitas.

Não tem Vice-Consulados.

HAITI

CONSULADO GERAL

Rio de Janeiro — Luiz de Moraes Junior.

CONSULADOS

Bahia — Dr. Edgard Ribeiro Sanches.

Florianopolis — João Pedro de Oliveira Carvalho.

Manáos — Dr. Alcides Bahia.

Porto Alegre — Edmundo H. Teltscher Bastian.

Recife — Sylvio de Guimarães Cravo.

S. Paulo — Joaquim Ferreira da Rosa Sobrinho.

Não tem Vice-Consulados.

HONDURAS

CONSULADO GERAL

Rio de Janeiro — Roberto J. Kinsmann Benjamin.

Não tem Vice-Consulados.

HUNGRIA

CONSULADO

S. Paulo — Guillaume Fillinger.

Não tem Vice-Consulados.

ITALIA

CONSULADO GERAL

S. Paulo — Giovanni Battista Dolfini.

CONSULADOS

Belém — Cav. Ludovico Manzini.

Bello Horizonte — Cav. Gio Battista Belli de Sardes.

Curityba — Cav. Nob. Tommasi Ugo.

Florianopolis — Cav. Emmanuel Grazi.

Porto Alegre — Massimo Goffredo.

Recife — Bruno Zuculin.

Rio de Janeiro — Sylvio Camerani, Encarregado.

Tem Vice-Consulados na *Bahia*, em *Juiz de Fôra*, *Ribeirão Preto* e *Santos* e Agencias Consulares em *Bagé*, *Bento Gonçalves*, *Botucatu*, *Campinas*, *Caxias*, *Corumbá*, *Cuyabá*, *Fortaleza*, *Franca*, *Itapetininga*, *Jaboticabal*, *Jacarézinho*, *Jahú*, *Laguna*, *Maceió*, *Manáos*, *Mococa*, *Nova Veneza*, *Obidos*, *Ouro Fino*, *Palmeiras*, *Parahyba*, *Petropolis*, *Piracicaba*, *Ponta Grossa*, *Rio Grande*, *Sant'Anna do Livramento*, *Santa Maria da Bocca do Monte*, *Santa Thereza*, *Santa Victoria do Palmar*, *S. Carlos do Pinhal*, *S. Luiz*, *Taquaritinga*, *Taubaté*, *Uruguayana* e *Victoria*.

JAPÃO

CONSULADO GERAL

S. Paulo — Kadsu Saito.

CONSULADOS

Baurú — Tetsusuke Tarama, Encarregado.

Ribeirão Preto — Suetaka Hayao, Encarregado.

Rio de Janeiro — Ryoji Noda Jorakui.

Não tem vice-Consulados.

MEXICO

CONSULADOS

Bahia — Ignacio Hasselmann.

Belém — Manuel Ignacio Pereira da Motta.

Manáos — Breislau M. de Castro Junior.

Porto Alegre — Carlos Fontoura.

Recife — João Dubeux.

Rio de Janeiro — Nabor Guzman.

S. Luiz — Amadeu da Cunha Santos Arozo.

S. Paulo — Joaquim Candido de Azevedo.

Tem um Vice-Consulado em *Santos*.

MONACO

CONSULADO GERAL

Rio de Janeiro — Albino da Silva Bandeira.
Não tem Vice-Consulados.

NICARAGUA

CONSULADO GERAL

Rio de Janeiro — Roberto J. Kinsmann Benjamin.

CONSULADO

S. Paulo — Dr. Christiano Costa.
Não tem Vice-Consulados.

NORUEGA

CONSULADO GERAL

Rio de Janeiro — Fredrik Herman Gad.

CONSULADOS

Porto Alegre — John Baade, Encarregado.

Recife — John William Ayres.

Santos — Armando Lichti.

S. Paulo — Pedro Gad.

Tem Vice-Consulados na *Bahia*, em *Belém*, *Fortaleza*, *Florianópolis*, *Maceió*, *Parahyba*, *Paranaguá*, *Rio Grande* e *S. Luiz*.

PAIZES BAIXOS

CONSULADOS

Bahia — Manuel José do Conde Junior.

Belém — F. Chr. A. Berringer.

Curityba — Wilhelm Schack.

Florianópolis — M. Hoepcke, Encarregado.

Fortaleza — Joaquim da Costa e Souza.
Maceió — Robert William Browning Paterson, Encarregado.
Manáos — H. E. Weitingh.
Natal — Henry J. Green.
Parahyba — Gustav Moelmann, Encarregado.
Porto Alegre — J. t'Sas, Encarregado.
Recife — Julius von Söhsten.
Rio Grande — Jah de Boer.
Rio de Janeiro — A cargo da Legação.
Santos — G. A. Honing.
S. Luiz — Hans Kemnitzer.
S. Paulo — A. F. Zerrenner.
Victoria — J. Zinzen.
Não tem Vice-Consulados.

PANAMÁ

CONSULADOS

Rio de Janeiro — Carlos T. Mendez, Encarregado.
S. Paulo — Samuel Augusto das Neves.
Não tem Vice-Consulados.

PARAGUAY

CONSULADO GERAL

Rio de Janeiro — Pedro Arrua Rodas, Encarregado.

CONSULADOS

Bella Vista — Dr. Rodrigo de Oliveira.
Corumbá — Juan R. da Costa.
Manáos — Antonio Duarte de M. Arcosa.
Porto Alegre — Sebastião Kraemer.
S. Paulo — Daniel Monteiro de Abreu.
Santos — Manuel Augusto Alfaya Rodrigues.
Tem Vice-Consulados em *Fóz do Iguassú*, *Nu Verá*, *Ponta Porã*
e *Porto Murtinho*.

PERÚ

CONSULADOS GERAES

Manáos — Ricardo J. Mac Lean.

Rio de Janeiro — Othon Leonardos Junior.

CONSULADOS

Bahia — Manuel Cerqueira Conde.

Belém — Francisco A. Loyaza.

Fortaleza — Minervino de Abreu.

Porto Velho — Julio Medina Cáceres.

Recife — Joaquim Rodrigues da Costa Magalhães.

S. Paulo — Mario Guastini.

Senna Madureira — Fabriciano Hoyos.

Teffé — Cunegundes Machado.

Tem Vice-Consulados em *Benjamim Constant*, *Porto Alegre* e *Santos*.

POLONIA

CONSULADO

Curityba — Zbigniew August Miszke.

PORTUGAL

CONSULADO GERAL

Rio de Janeiro — Carlos de Almeida Afonseca Sampayo Garrido.

CONSULADOS

Bahia — Gonçalo de Figueiredo Vasconcellos da Guerra Mourão.

Belém — Manuel Fran Paxeco.

Bello Horizonte — Avelino Fernandes, Encarregado.

Fortaleza — Julio Augusto do Amaral Teixeira de Souza Pinto.

Manáos — Arthur Alberto Ferreira da Silva, Encarregado.

Porto Alegre — Amadeu Alegria, Encarregado.

Recife — Agapito Pedroza Rodrigues.

Santos — José Augusto Ribeiro de Mello.

S. Luiz — Annibal de Padua Pereira de Andrade.

S. Paulo — Dr. José Augusto de Magalhães.

Tem Vice-Consulados em *Alemquer, Altamira, Amparo, Aracajú, Araraquara, Bagé, Bananal, Barbacena, Barra do Pirahy, Barretos, Baurú, Botucatu, Bragança, Cabo Frio, Campinas, Campos, Casa Branca, Caxias, Codó, Coroatá, Corumbá, Curitiba, Cuyabá, Florianópolis, Franca, Goyaz, Granja, Iguape, Ilhéos, Itacoatiara, Itapira, Jaboticabal, Jaguarão, Juiz de Fóra, Macahé, Maceió, Natal, Niteroy, Obidos, Ouro Preto, Parahyba do Norte, Parahyba do Sul, Paranaguá, Parnahyba, Pelotas, Petropolis, Piracicaba, Pirassinunga, Ponta Grossa, Porto Velho, Rezende, Ribeirão Preto, Rio Grande, Rio Negro, Santarém, Santa Maria, Santa Victoria do Palmar, S. Carlos do Pinhal, S. Fidelis, Sobral, Taubaté, Therezina, Tres Lagoas, Turyassú, Tutoya, Uberaba, Varginha, Victoria e Agencias Consulares em Cururupú e Ourém.*

ROMANIA

CONSULADO

Rio de Janeiro — Arthur Wraubeck, Consul.

Não tem Vice-Consulados.

SALVADOR

CONSULADOS

Rio de Janeiro — Octavio Reis.

Não tem Vice-Consulados.

SUECIA

CONSULADO GERAL

Rio de Janeiro — Arendt Holmberg, Encarregado.

Tem Vice-Consulados na *Bahia, Porto Alegre, Recife, Rio Grande, Santos, S. Luiz e S. Paulo.*

SUISSA

CONSULADO GERAL

Rio de Janeiro — Albert Gertsch.

CONSULADOS

Bahia — Emil Wildberger.
Belém — Albert Suter.
Curityba — Ernest Sigel.
Porto Alegre — Paul Luchsinger.
Recife — Albert Hess, Encarregado.
Rio Grande — Rodolpho Dietiker.
S. Paulo — E. Darbelley, Encarregado.
Não tem Vice-Consulados.

URUGUAY

CONSULADO GERAL

Estados do Sul — Florencio Rivas (Com séde em Montevidéo).

CONSULADOS

Aracajú — José de Barros Pimentel Filho.
Bagé — Agustin V. Fernandez.
Bahia — Antonio Basañez.
Belém — Antonio Leite Chermont.
Corumbá — Juan M. Vallejo (hijo).
Fortaleza — José Candido Cavalcanti Filho, Encarregado.
Jaguarão — Rafael Alvarez.
Manáos — Leopoldo de Moraes e Mattos, Encarregado.
Paranaguá — Francisco Pezanos.
Pelotas — Antonio Romeu.
Porto Alegre — Juan J. Bazac.
Quarahy — Justo R. Pelayo.
Recife — Mario Garcia Cames.
Rio Grande — Rodolfo B. Vieira.
Rio de Janeiro — Alfredo Roberto Fischer.
Sant'Anna do Livramento — Juan Francisco Costa.
Santa Maria — Antonio de Lapuente.
Santa Victoria do Palmar — Hector Hernandez Malmsten.
Santos — Carlos Maria de Vallejo.

S. Francisco do Sul — Domingo Ernesto Tabarez.

S. Luiz — Joaquim Francisco Vinhas Junior, Encarregado.

Tem Vice-Consulados em *Barra do Quarahy, Barranco Branco, D. Pedrito, Florianopolis, Itajahy, Itaquí, Maceió, Passo Fundo, Porto Murtinho, S. João Baptista do Quarahy, S. Paulo e Uruguayana.*

VENEZUELA

CONSULADOS

Belém e Manáos — Bartolomé Level, G.

Recife — Mario Melo.

Rio de Janeiro — Carlos da Rocha Lima.

S. Paulo — Dr. José Zannes.

Tem um Vice-Consulado em *Santos*.

N. 6

Quadro dos empregados da Secretaria de Estado, por antiguidade de posto, em 30 de abril de 1924

NOMES	CATEGORIAS	DATAS DA ENTRADA PARA A CLASSE
Raul Adalberto de Campos.....	Director Geral dos Negocios Commerciaes e Consulares.....	24 de abril de 1918.
Zacarias de Góes Carvalho.....	Director Geral dos Negocios Politicos e Diplomaticos.....	31 de julho de 1923.
Dr. Clovis Bevilacqua.....	Consultor Juridico.....	27 de junho de 1906.
Gregorio Pecegheiro do Amaral.....	Director de Secção.....	31 de março de 1911.
Napoleão Reys.....	Idem.....	16 de maio de 1913.
Sylvio Roméro Filho.....	Idem.....	14 de novembro de 1916.
Henrique José de Saules.....	Idem.....	24 de abril de 1918.
Arthur Guimarães de Araujo Jorge.....	Idem.....	24 de abril de 1918.
Manoel Coelho Rodrigues.....	Idem.....	31 de outubro de 1918.
Raphael de Mayrinck.....	Idem.....	16 de abril de 1920.
Luiz Pereira Ferreira de Faro Junior.....	Idem.....	13 de março de 1924.
Manoel Raymundo de Menezes.....	Primeiro Official.....	28 de fevereiro de 1913.
Henrique Pecegheiro do Amaral.....	Idem.....	20 de maio de 1914.
Ayres de Maya Monteiro.....	Idem.....	29 de outubro de 1914.
Mario de Barros e Vasconcellos.....	Idem.....	14 de novembro de 1916.
Antonio de São Clemente.....	Idem.....	24 de abril de 1918.
Rodolpho Gonçalves de Siqueira.....	Idem.....	24 de abril de 1918.
Henrique Pinheiro de Vasconcellos.....	Idem.....	24 de janeiro de 1919.
Fernando de Souza Dantas.....	Idem.....	24 de setembro de 1919.
Mauricio Nabuco.....	Idem.....	6 de abril de 1920.
Hildebrando Pompeu Pinto Accioly.....	Idem.....	13 de março de 1924.
Renato de Lacerda Lago.....	Idem.....	13 de março de 1924.
Luiz Carlos de Andrade Filho.....	Idem.....	13 de março de 1924.
Juvenal Meirelles Mesquita.....	Segundo Official.....	24 de abril de 1918.
Oswaldo de Moraes Correia.....	Idem.....	24 de abril de 1918.
Ronald de Carvalho.....	Idem.....	24 de abril de 1918.
Edgardo Barbedo.....	Idem.....	24 de abril de 1918.
Adriano de Souza Quartim.....	Idem.....	24 de abril de 1918.
Luiz Guimarães Fernandes Pinheiro.....	Idem.....	24 de abril de 1918.
Francisco de Miranda Mascarenhas.....	Idem.....	31 de outubro de 1918.
Cesar de Mesquita Serva.....	Idem.....	8 de novembro de 1920.
Heitor Collet.....	Idem.....	13 de março de 1924.
Afonso Barbosa de Almeida Portugal.....	Idem.....	13 de março de 1924.
Fernando Lobo.....	Idem.....	13 de março de 1924.
Acyrr Paes.....	Idem.....	13 de março de 1924.
Moacyr Ribeiro Briggs.....	Terceiro Official.....	24 de abril de 1918.
Raul Braga de Azevedo.....	Idem.....	24 de abril de 1918.
Pedro de Paranaguá.....	Idem.....	24 de abril de 1918.
Maria José Mendes Pinheiro de Vasconcellos.....	Idem.....	24 de setembro de 1918.
Jorge Latour.....	Idem.....	31 de outubro de 1918.
Jorge de Oliveira Jobim.....	Idem.....	17 de setembro de 1919.
Ivan Galvão.....	Idem.....	1 de abril de 1920.
Afonso Lopes de Almeida.....	Idem.....	15 de maio de 1920.
Mauro Pontes.....	Idem.....	1 de setembro de 1920.
Afranio de Mello Franco Filho.....	Idem.....	13 de março de 1924.
Orlando Guerreiro de Castro.....	Idem.....	13 de março de 1924.
Murillo Tasso Fragoso.....	Idem.....	13 de março de 1924.
Narceiz de Lima Ferreira.....	Idem.....	13 de março de 1924.
Manoel Moreira de Barros e Silva.....	Idem.....	13 de março de 1924.
Perillo Gomes.....	Idem.....	13 de março de 1924.

NOMES	CATEGORIAS	DATAS DA ENTRADA PARA A CLASSE
Francisco Eduardo de Oliveira Basto.	Cartographo.....	19 de novembro de 1920.
Gaspar de Araujo Monteverde.....	Calligrapho.....	24 de abril de 1918.
Luiz Esteves de Almeida.....	Conservador do Archivo e da Bibliotheca.....	24 de abril de 1918.
Carlos Alberto Garcez Palka.....	Ajudante do Conservador..	30 de junho de 1919.
Estevão Mercúrin.....	Zelador da Mappotheca...	30 de junho de 1919.
Fabio Antão de Medeiros.....	Dactylographo.....	24 de agosto de 1918.
Balthazar Franklin Tavora.....	Idem.....	24 de agosto de 1922.
Georgina Martins.....	Idem.....	4 de agosto de 1922.
Alice de Hoffbauer Antunes.....	Idem.....	24 de agosto de 1922.
Maria Antonietta Araujo Jorge.....	Idem.....	24 de agosto de 1922.
Cecilia Pereira Leite.....	Idem.....	24 de agosto de 1922.
Annibal Xavier Rodrigues.....	Guarda-livros.....	24 de agosto de 1922.
Braz José Oliveira.....	Porteiro.....	7 de julho de 1922.
Carlos Salgado.....	Ajudante de Porteiro.....	7 de julho de 1922.
Americo Ventura Rodrigues.....	Continuo.....	25 de maio de 1905.
Salvador González.....	Idem.....	23 de fevereiro de 1912.
Amphiloquio Teixeira Alves.....	Idem.....	1 de outubro de 1913.
Bernardino Barroso.....	Idem.....	14 de julho de 1915.
Francisco de Paula da Silva Braga...	Idem.....	14 de novembro de 1916.
João Opytaciano dos Santos.....	Idem.....	8 de janeiro de 1918.
Clodomiro Ferraz.....	Idem.....	8 de janeiro de 1918.
Horacio José Rosa.....	Idem.....	8 de janeiro de 1918.
Francisco José Gonçalves.....	Idem.....	4 de julho de 1923.
Carlos Pinto da Costa.....	Correio.....	30 de setembro de 1903.
Antonio Joaquim de Souza.....	Idem.....	28 de fevereiro de 1921.
Eustachio Torres Estruc.....	Servente.....	31 de dezembro de 1920.
Manoel Miranda.....	Idem.....	31 de dezembro de 1920.
Abrelino Pereira.....	Idem.....	31 de dezembro de 1920.
Antonio Alves de Lyra.....	Idem.....	31 de dezembro de 1920.
Eduardo Galdino dos Santos.....	Idem.....	31 de dezembro de 1920.
Sebastião José Moreira.....	Idem.....	31 de dezembro de 1920.
Joaquim Marques Ferreira.....	Idem.....	31 de dezembro de 1920.
Pedro Messa.....	Idem.....	31 de dezembro de 1920.
Francisco Luiz Coutinho Braga.....	Idem.....	31 de dezembro de 1920.
Salvador Pelicore Rizzo.....	Idem.....	31 de dezembro de 1920.
José Sartori.....	Idem.....	31 de dezembro de 1920.
Aristides de Oliveira Palmeira.....	Idem.....	31 de dezembro de 1920.
Manoel Marcellino de Souza.....	Idem.....	31 de dezembro de 1920.
Vicente Giudice.....	Idem.....	31 de dezembro de 1920.
Eduardo Francisco dos Santos.....	Servente.....	31 de dezembro de 1920.
José Teixeira Sampaio.....	Idem.....	31 de dezembro de 1920.
Francisco Reynaldo.....	Idem.....	7 de julho de 1922.
Aulicine Augusto dos Santos.....	Idem.....	7 de julho de 1922.
Antonio Joaquim Vaz.....	Idem.....	10 de novembro de 1922.
João Francisco dos Santos Junior....	Idem.....	4 de julho de 1923.
Benigna Santos.....	Telephonista.....	24 de agosto de 1922.

N. 7

Quadro dos funcionarios addidos da Secretaria de Estado,
em 30 de abril de 1924

NOMES	CATEGORIAS	DATAS EM QUE FORAM DECLARADOS ADDIDOS
Luiz Leopoldo Fernandes Pinheiro....	Secretario Geral.....	18 de fevereiro de 1920.
Annibal Quintiliano da Silva.....	Encarregado do Material.	18 de fevereiro de 1920.

N. 8

Quadro do Corpo Diplomatico Brasileiro, por antiguidade
de posto, em 30 de abril de 1924

EMBAIXADORES

NOMES	DATAS DA ENTRADA PARA A CLASSE	POSTOS EM QUE SERVEM
Domicio da Gama.....	25 de março de 1911.....	Grã-Bretanha.
Carlos Magalhães de Azeredo.....	28 de janeiro de 1919.....	Santa Sé.
Augusto Cochrane de Alencar.....	25 de maio de 1919.....	Estados Unidos.
Luiz Martins de Souza Dantas.....	17 de outubro de 1919.....	França.
Alfredo de Barros Moreira.....	24 de fevereiro de 1921...	Belgica.
José Manoel Cardoso de Oliveira	27 de julho de 1922.....	Portugal.
Sylvino Gurgel do Amaral.....	27 de julho de 1922.....	Chile.
Raul Regis de Oliveira.....	27 de julho de 1922.....	Mexico.
Oscar de Teffé.....	7 de novembro de 1922...	Italia.
Pedro de Toledo.....	11 de novembro de 1922...	Argentina.
Alberto Faria.....	29 de agosto de 1923.....	Japão.

ENVIADOS EXTRAORDINARIOS E MINISTROS PLENIPOTENCIARIOS

NOMES	DATAS DA ENTRADA PARA A CLASSE	POSTOS EM QUE SERVEM
Alcibiades Peçanha.....	7 de outubro de 1910....	Polónia.
Raul Paranhos do Rio Branco.....	30 de abril de 1912.....	Suiça.
Antonio Augusto de Brienne Carneiro do Nascimento Feitosa.....	15 de maio de 1913.....	Paizes-Baixos.
Rinaldo de Lima e Silva.....	4 de junho de 1914.....	Hespanha.
Adalberto Guerra Durval.....	12 de novembro de 1914..	Allemanha.
Hippolyto Pacheco Alves de Araujo..	7 de março de 1917.....	China.
Luiz Guimarães Filho.....	8 de agosto de 1917.....	Uruguay.
José de Paula Rodrigues Alves.....	24 de julho de 1918.....	Paraguay.
Annibal Velloso Rebello.....	7 de agosto de 1918.....	Cuba e America Central.
Luiz de Lima e Silva.....	23 de março de 1921.....	Bolivia.
Abelardo Roças.....	22 de julho de 1922.....	Perú.
Felix de Barros Cavalcanti de Lacerda	14 de novembro de 1922..	Austria.
Alfredo de Almeida Brandão.....	31 de janeiro de 1923....	Suecia.

MINISTROS RESIDENTES

NOMES	DATAS DA ENTRADA PARA A CLASSE	POSTOS EM QUE SERVEM
José Francisco de Barros Pimentel...	20 de julho de 1917.....	Egypto.
Carlos de Lemgruber Kropf.....	7 de agosto de 1918.....	Tcheco-Slovaquia.
Alberto Jorge de Ipanema Moreira ..	5 de setembro de 1921...	Noruega.
Arminio de Mello Franco.....	1 de outubro de 1921....	Equador.
Mario de Belfort Ramos.....	27 de julho de 1922.....	Colombia.
Lucillo Antonio da Cunha Bueno.....	27 de julho de 1922.....	Dinamarca.
Frederico de Castello Branco Clark..	13 de novembro de 1922..	Venezuela.

PRIMEIROS SECRETARIOS DE LEGAÇÃO

NOMES	DATAS DA ENTRADA PARA A CLASSE	PORTOS EM QUE SERVEM
Felix Bocayuva.....	25 de março de 1912.....	Bolivia.
José Joaquim Moniz de Aragão.....	16 de maio de 1913.....	Allemanha.
Eduardo de Lima Ramos.....	16 de maio de 1913.....	Santa Sé.
Carlos de Rostaing Lisboa.....	4 de junho de 1914.....	Republica Argentina.
Mario Pimentel Brandão.....	4 de junho de 1914.....	Belgica.
Lafayette de Carvalho e Silva.....	4 de junho de 1914.....	Portugal.
Pedro Leão Velloso Neto.....	16 de fevereiro de 1916.....	França.
Antonio José do Amaral Murtinho.....	20 de julho de 1917.....	Suissa.
Gustavo Vianna Kelch.....	31 de janeiro de 1918.....	Hollanda.
Godofredo de Bulhões.....	31 de janeiro de 1918.....	China.
Jarbas Loretti da Silva Lima.....	31 de janeiro de 1918.....	Hespanha.
Carlos Martins Pereira e Souza.....	31 de janeiro de 1918.....	Grã-Bretanha.
Samuel de Souza Leão Gracie.....	24 de abril de 1918.....	Estados Unidos.
Luiz Avelino Gurgel do Amaral.....	24 de julho de 1918.....	Grã-Bretanha.
Pedro de Moraes Barros.....	24 de julho de 1918.....	Perú.
Carlos Taylor.....	24 de julho de 1918.....	França.
Jeronymo de Avelar Figueira de Mello	7 de agosto de 1918.....	Chile.
Octavio Fialho.....	26 de fevereiro de 1919.....	Paraguay.
Paulo Nieuwerve Coelho de Almeida.	5 de outubro de 1921.....	Italia.
Carlos Alberto Moniz Gordilho.....	27 de julho de 1922.....	Polonia.
Lourival de Guillobel.....	27 de julho de 1922.....	Mexico.
João Severiano da Fonseca Hermes Junior.....	14 de novembro de 1922 .	Paris.

SEGUNDOS SECRETARIOS DE LEGAÇÃO

NOMES	DATAS DA ENTRADA PARA A CLASSE	POSTOS EM QUE SERVEM
Carlos Elias de Latorre Lisboa.....	16 de julho de 1912.....	Belgica.
Octavio de Tefé von Hoonholtz.....	4 de junho de 1914.....	Equador.
Carlos Celso de Ouro Preto.....	29 de outubro de 1914.....	França.
Gustavo Mattos de Souza Bandeira..	12 de novembro de 1914..	Paizes-Baixos.
Sylvio Rangel de Castro.....	10 de julho de 1915.....	Liga das Nações.
João Ruy Barbosa.....	30 de setembro de 1915...	França.
Labienco Salgado dos Santos.....	16 de fevereiro de 1916 ..	Italia.
Americo Galvão Bueno.....	25 de maio de 1916.....	Estados Unidos.
José Roberto de Macedo Soares.....	20 de julho de 1917.....	Portugal.
Gastão Paranhos do Rio Branco.....	27 de fevereiro de 1918 ..	Uruguay.
Antonio Camillo Filho.....	27 de fevereiro de 1918 ..	Grã-Bretanha.
Cyro de Freitas Valle.....	27 de fevereiro de 1918 ..	Allemanha.
João de Avellar Magalhães Caivet....	24 de abril de 1918.....	Allemanha.
Themistocles da G. Aranha.....	24 de julho de 1918.....	Portugal.
Leopoldo Teixeira Leite Filho.....	24 de julho de 1918.....	Italia.
Antonio Moreira de Abreu.....	24 de julho de 1918.....	Hespanha.
Carlos Maximiano de Figueiredo.....	7 de agosto de 1918.....	Santa Sé.
Rubens Dunham.....	2 de janeiro de 1919.....	Austria.
Felippe Silviano Brandão.....	4 de fevereiro de 1919 ..	Bolivia.
Caio de Mello Franco.....	26 de fevereiro de 1919 ..	Santa Sé.
Rubens Ferreira de Mello.....	17 de setembro de 1919...	Dinamarca.
Joaquim de Souza Leão Filho.....	17 de setembro de 1919...	Suissa.
Arthur dos Guimarães Bastos.....	11 de setembro de 1920...	Suecia.
Traiano Medeiros do Paço.....	11 de setembro de 1920...	França.
Ruy Pinheiro Guimarães.....	11 de setembro de 1920...	Perú.
Roberto Mendes Gonçalves.....	11 de setembro de 1920...	Estados Unidos.
Djalma Pinto Ribeiro Lessa.....	11 de setembro de 1920...	Tcheco-Slovaquia.
Argeu de Segadas Machado Guimarães.	11 de setembro de 1920...	Colombia.
Antonio Barroso Fernandes Filho.....	5 de setembro de 1921...	Chile.
Carlos da Silveira Martins Ramos....	5 de setembro de 1921...	Cuba.
Jacome Baggi Berenguer Cesar.....	5 de setembro de 1921...	Mexico.
Abelardo Bretanha Bueno do Prado ..	1 de outubro de 1921....	Venezuela.
Jorge Olyntho de Oliveira.....	15 de julho de 1922.....	Buenos Aires.
Heitor Lyra.....	25 de novembro de 1922..	Grã-Bretanha.
Ildeu Vaz de Mello.....	25 de julho de 1923.....	Polonia.
José de Alencar Netto.....	25 de julho de 1923.....	Noruega.
Mario da Costa Guimarães.....	25 de julho de 1923.....	Paraguay.
Antonio de Vilhena Ferreira Braga...	13 de março de 1924.....	
Mario de Lima Barbosa.....	13 de março de 1924.....	

N. 9

Quadro do Corpo Consular Brasileiro, por antiguidade de posto, em 30 de abril de 1924

CONSULES GERAES

NOMES	DATAS DA ENTRADA PARA A CLASSE	POSTOS EM QUE SERVEM
Dr. Alberto Baez Conrado.....	24 de dezembro de 1906 .	Montevidéo.
Filinto Elysio Rodrigues Vianna de Abreu.....	5 de março de 1913.....	Hamburgo.
Dario Freire.....	19 de novembro de 1913..	Liverpool.
Dr. José Marcellino de Moraes Barros.	12 de novembro de 1914..	Barcelona.
Helio Lobo.....	10 de julho de 1915.....	Nova York.
Landulpho Borges da Fonseca.....	24 de abril de 1918.....	Lisbôa.
Dr. José Basileu Neves Gonzaga Filho	24 de abril de 1918.....	Genova.
José Monteiro de Godoy.....	14 de novembro de 1918.	Marselha.
Alcino dos Santos Silva.....	26 de fevereiro de 1919..	Buenos Aires.
Dr. Bento de Carvalho do Paço.....	20 de março de 1914.....	Berlim.
Augusto Sarmento Pereira Brandão....	24 de março de 1915.....	Shanghai.
Dr. Alfredo Varela.....	28 de março de 1917.....	Porto.
José Maria de Campos Paradedá.....	31 de dezembro de 1917 .	Antuerpia.
Octaviano Augusto Machado de Oliveira.....	24 de abril de 1918.....	Havre.
Fabio Ramos.....	24 de abril de 1918.....	Napoles.
Francisco Garcia Pereira Leão.....	24 de abril de 1918.....	Londres.
José Pinto da Fonseca Guimarães....	24 de abril de 1918.....	Valparaizo.
Carlos Ferreira de Araujo.....	24 de abril de 1918.....	New-Orleans.
João Baptista Lopes.....	24 de abril de 1918.....	Paris.
Luiz Villares Fragoso.....	24 de abril de 1918.....	Yokohama.
Leonardo Olavo da Silva Castro.....	14 de novembro de 1918..	Amsterdam.
Roberto de Mesquita.....	13 de fevereiro de 1924...	Assumpção.
Sebastião Sampaio.....	13 de março de 1924.....	Southampton.

CONSULES DE 1ª CLASSE

NOMES	DATAS DA ENTRADA PARA A CLASSE	POSTOS EM QUE SERVEM
Philomeno Padula.....	28 de janeiro de 1911....	Napoles.
Domingos de Oliveira Alves.....	28 de janeiro de 1911....	Cardiff.
Alvaro da Cunha.....	25 de fevereiro de 1911....	Rotterdam.
Hippolyto Hermes de Vasconcellos....	8 de março de 1911....	Iquitos.
Matheus de Albuquerque.....	23 de fevereiro de 1913....	Cadiz.
Socrates Moglia.....	28 de fevereiro de 1913....	Rosario de Santa Fé.
Joaquim Maria Pedreira Junior.....	12 de novembro de 1914....	Porto Sucre.
Rodolpho Riegel Filho.....	23 de fevereiro de 1916....	Christiania.
Emilio de S. Felix Simonsen.....	1 de maio de 1917.....	Rivera.
Carlos de Carvalho e Sousa.....	24 de abril de 1918.....	Vigo.
Mario Augusto de Azevedo.....	24 de abril de 1918.....	Salto.
Paulo Demôro.....	24 de abril de 1918.....	Posadas.
Victor Ferreira da Cunha.....	24 de abril de 1918.....	Nova Orleans.
George William Chester.....	24 de abril de 1918.....	Manchester.
Carlos Ribeiro de Faria.....	24 de abril de 1918.....	Dantzig.
Oscar Paranhos da Silva.....	24 de abril de 1918.....	Berlin.
Mario Savard de Saint-Brisson Marques.....	24 de abril de 1918.....	Lyon.
Manoel de Oliveira Costa.....	24 de abril de 1918.....	Gothemburgo.
Mario Castello Branco.....	24 de abril de 1918.....	Trieste.
Nicolau José Debané.....	24 de abril de 1918.....	Christiania.
Guilherme Fernandes da Silva (1)....	24 de abril de 1918.....	
Joaquim Eulalio do Nascimento Silva	24 de abril de 1918.....	Glasgow.
Alvaro de Magalhães.....	24 de abril de 1918.....	Chicago.
Annibal de Saboia Lima.....	24 de abril de 1918.....	Vienna.
Braz Calmon da Gama.....	14 de novembro de 1918..	Cobija.
Pedro Neves de Paula Leite.....	24 de janeiro de 1919....	Vigo.
Eduardo Porto Ozorio Bordini.....	26 de fevereiro de 1919....	Southampton.
Fernando Augusto Georlette.....	4 de outubro de 1922....	Bruxellas.
Eduardo de Aguiar Vallim.....	4 de outubro de 1922....	Philadelphia.
João Eudoxio de Vasconcellos.....	4 de outubro de 1922....	Roma.
Antonio Filinto de Souza Bastos.....	13 de fevereiro de 1924...	Bruxellas.
Nestor de Braga Mello.....	13 de fevereiro de 1924...	Panamá.
José Fonseca Filho.....	13 de fevereiro de 1924...	Cadiz.

(1) Aguarda ordens no Rio de Janeiro.

CONSULES DE 2ª CLASSE

NOMES	DATAS DA ENTRADA PARA A CLASSE	POSTOS EM QUE SERVEM
Dr. Joaquim Pereira da Costa.....	2 de maio de 1910.....	Paysandú.
Carlos Carlton Coelho Cintra.....	2 de maio de 1910.....	Alvear.
Dr. Protasio Baptista Gonçalves.....	21 de outubro de 1911....	Santo Thomé.
Heraclito Hermes de Vasconcellos.....	28 de fevereiro de 1913...	Calcuttá.
Mario de Deus Fernandes.....	12 de novembro de 1914...	Odessa.
Mario Drolhe Costa.....	5 de janeiro de 1915....	Dublin.
Amyntas de Lima.....	2 de fevereiro de 1915...	Funchal.
Aluisio Martins Torres.....	8 de janeiro de 1917....	Barbados.
Alberto Gracie.....	8 de janeiro de 1917....	Dakar.
João Constantino Pinto Peixoto.....	28 de março de 1917.....	Cayena.
Oscar Correia.....	8 de maio de 1917.....	Norfolk.
Manuel da Veiga Menezes.....	8 de janeiro de 1918....	Tampico.
Horacio Sully de Souza.....	24 de abril de 1918....	La Rochelle-Pallice.
Antonio Rabello Braga.....	24 de abril de 1918....	Montreal.
Fernando de Mesquita Braga.....	24 de abril de 1918....	Varsovia.
Euribades Barbosa Gonçalves.....	24 de abril de 1918....	Rio Branco.
Alfredo de Mesquita Bastos.....	24 de abril de 1918....	Cherburgo.
José Calmon da Gama.....	24 de abril de 1918....	Santa Rosa.
Alfredo Polzin.....	24 de abril de 1918....	Newport-News.
Pedro Nunes de Sá.....	24 de abril de 1918....	Livorno.
Noé de Florambel Pinto Peixoto.....	11 de novembro de 1918...	Melo.
Mario Navarro da Costa.....	14 de novembro de 1918...	Munich.
Felippe de Mello.....	24 de abril de 1918....	Iquitos.
Osorio Dutra.....	12 de março de 1919....	Galatz.
Alfredo Dias de Mello.....	22 de fevereiro de 1919...	Milão.
Hamilton Paulino da Silva Pires.....	1 de janeiro de 1920....	Copenhague.
Maurillo Martins de Souza.....	11 de fevereiro de 1921...	Artigas.
Candido de Souza.....	5 de outubro de 1922....	Cobija.
Raul Vacchias.....	5 de outubro de 1922....	Guayará-Mirim.
Demetrio de Toledo.....	5 de outubro de 1922....	Paso de los Libres
Vinício Veiga.....	13 de fevereiro de 1924...	Braga.
Antonio Torres.....	13 de fevereiro de 1924...	Helsingfors.

CONSULES DE 2ª CLASSE ADJUNTOS

NOMES	DATAS DA ENTRADA PARA A CLASSE	POSTOS EM QUE SERVEM
Wenceslau de Souza Guimarães.....	2 de janeiro de 1914....	Montevideo.
Milton Cesar Weguelin Vieira.....	4 de junho de 1914....	Genova.
James Philip Mee.....	10 de julho de 1915....	Liverpool.
João Baptista Borges Machado.....	2 de fevereiro de 1916....	Porto.
Luiz de Magalhães Tavares.....	4 de janeiro de 1918....	Paris.
Carlos Miranda da Silveira Lobo....	24 de abril de 1918....	Barcelona.
Ary Werneck.....	24 de abril de 1918....	Hamburgo.
João Carlos Muniz.....	24 de abril de 1918....	Nova York.
Henrique de Carvalho Marques de Hollanda.....	24 de abril de 1918....	Lisbôa.
Jayme do Nascimento Britto.....	24 de abril de 1924....	Havre.
José Fabrino de Oliveira Bayão.....	24 de abril de 1918....	Londres.
Pericles Barbosa Lima.....	13 de fevereiro de 1924....	Antuerpia.
José Lavrador.....	13 de fevereiro de 1924....	Buenos Aires.

INSPECTORES CONSULARES

NOMES	DATAS DA ENTRADA PARA A CLASSE	POSTOS EM QUE SERVEM
José Custodio Alves de Lima.....	24 de abril de 1918....	América do Norte, América Central e Ásia.
João Fausto de Aguiar.....	24 de abril de 1918....	América do Sul e Sul da África.
Henrique Carlos Martins Pinheiro....	10 de março de 1920....	Europa e Norte da África.

ADDIDOS COMMERCIAES

NOMES	DATAS DA ENTRADA PARA A CLASSE	SÉDES DE SEUS POSTOS
Deoclecio de Campos.....	8 de março de 1911....	Roma.
Francisco Guimarães.....	28 de fevereiro de 1913....	Paris.
Narciso Peixoto de Magalhães.....	28 de março de 1917....	Buenos Aires.
Julio Augusto Barbosa Carneiro.....	8 de janeiro de 1919....	Londres.
Joaquim Antonio de Souza Ribeiro....	24 de março de 1920....	Berlim.

AUXILIARES DE CONSULADO

NOMES	DATAS DA ADMISSÃO OU DA NOMEAÇÃO	POSTOS EM QUE SERVEM
William Oliver Punshon.....	1 de fevereiro de 1877..	Liverpool.
William Howarth.....	10 de julho de 1883.....	Liverpool.
Joaquim Clington.....	15 de março de 1884.....	Lisbôa.
Quintino Gramacho.....	1 de maio de 1886.....	Porto.
William George Smith.....	1 de setembro de 1892.....	Liverpool.
John de Grouchy.....	11 de setembro de 1899...	Southampton.
Alfredo Carlos Morgan.....	1 de novembro de 1899...	Londres.
Eugenio Raisin.....	15 de novembro de 1899...	Bordéas.
François Huibant.....	1 de janeiro de 1901.....	Havre.
Alfredo Retumba.....	6 de janeiro de 1901.....	Porto.
Mauricio Morel.....	15 de abril de 1902.....	Havre.
Ernesto Francisco d'Almeida de Cam- pos Velho.....	1 de janeiro de 1903.....	Porto.
Raul Gaia.....	18 de fevereiro de 1904...	Lisbôa.
José Augusto da Silva Ribeiro.....	22 de outubro de 1904...	Porto.
Augusto Pinto Chaim.....	15 de março de 1906.....	Porto.
André Luxieh.....	20 de agosto de 1906.....	Trieste.
Julio Mirellis Garcia.....	3 de janeiro de 1907.....	Barcelona.
Mario Rowley Mendes.....	3 de junho de 1907.....	Montevideo.
João Antonio Rodrigues Martins.....	2 de junho de 1908.....	Genova.
Carlos Maria do Carmo de Noronha ..	31 de julho de 1908.....	Lisbôa.
Henrique Carlos de Martins Pinheiro Filho.....	4 de outubro de 1908....	Paris.
A. Caseaux Dasquez.....	2 de abril de 1909.....	Montevideo.
Nicanor Damasio e Mello de Oliveira	30 de novembro de 1909...	Antuerpia.
Manoel Dias Fernandes.....	18 de março de 1910.....	Vigo.
Luiz Damaso da Costa Moraes.....	1 de janeiro de 1911.....	Porto.
Jorge Clington.....	20 de julho de 1911.....	Lisbôa.
Tertius Griffith Anslow.....	18 de dezembro de 1911...	Liverpool.
Eurico Costa.....	1 de março de 1912.....	Buenos-Aires.
José Rodrigues Martins.....	1 de outubro de 1912....	Genova.
Lucien Turqué.....	2 de outubro de 1912....	Bordéas.
Francisco Sebastian.....	22 de abril de 1913.....	Barcelona.
Caio Eugenio de Moraes Barros.....	21 de junho de 1913.....	Cadiz.
Manoel Garcia Paranhos.....	12 de julho de 1913.....	Montevideo.
Ildefonso Navarro Leitão.....	10 de novembro de 1913...	Rosario de Santa Fé.
Alexandre Georlette.....	13 de outubro de 1914...	Antuerpia.
Eduardo Agostini.....	1 de janeiro de 1903.....	Paris.
Eugenio Oddino.....	1 de janeiro de 1916.....	Nápolis.
David Moretzohn Barbosa Lage.....	16 de fevereiro de 1916...	Halifax.
José Antunes Sampaio Guimarães.....	20 de maio de 1916.....	Lisbôa.
João Baptista Barreto Leite.....	1 de junho de 1916.....	Rivera.
Benedicto Costa.....	10 de junho de 1916.....	Genova.
José de Carvalho e Silva.....	1 de julho de 1916.....	Hamburgo.
Paulo Coelho Rodrigues.....	11 de julho de 1916.....	Syria.
Theodoro da Silva Ribeiro Junior.....	15 de julho de 1916.....	Bordéas.
Antonio C. Moreira Telles.....	11 de agosto de 1916.....	Marselha.
Narciso José Nogueira Braga.....	30 de agosto de 1916.....	Cardiff.
Renato de Macedo Sodré.....	25 de setembro de 1916...	Paris.
Jayne Holstein Morse.....	11 de outubro de 1916...	Nova York.
Waldemar Mendes de Almeida.....	1 de fevereiro de 1917...	Paris.
Joaquim Antonio dos Santos.....	1 de maio de 1917.....	Genebra.
Raul Conrado.....	2 de maio de 1917.....	Buenos-Aires.
Gabriel de Andrade.....	15 de outubro de 1917...	Nova York.
Carlos Escobeiro Fernandes.....	1 de novembro de 1917...	Nova Orleans.
Joaquim Pinto Dias.....	24 de abril de 1918.....	Genova.
Edgard Rangel do Monte.....	24 de abril de 1918.....	Buenos-Aires.
Luiz Gonzaga Mendes de Almeida.....	24 de abril de 1918.....	Montevideo.
Henrique Schuler.....	24 de abril de 1918.....	Bremen.
Arnaldo Guimarães.....	24 de abril de 1918.....	Cherburgo.
Eurico da Camara.....	24 de abril de 1918.....	Nápoles.
Antonio de Brandão Mendes.....	24 de abril de 1918.....	Posadas.
Waldemar de Araujo.....	24 de abril de 1918.....	Buenos-Aires.
Ildefonso Falcão.....	24 de abril de 1918.....	Amsterdam.
Alberto de Almeida Cavalcanti.....	24 de abril de 1918.....	Liverpool.
João Carlos de Mesquita Telles.....	24 de abril de 1918.....	Valparaizo.
Christino do Valle Junior.....	24 de abril de 1918.....	Paris.

AUXILIARES DE CONSULADO

NOMES	DATAS DA ADMISSÃO OU DA NOMEAÇÃO	POSTOS EM QUE SERVEM
Francisco Gualberto de Oliveira Filho.	24 de abril de 1918.....	Vienna.
Felippe de Santa Cruz Guimarães...	24 de abril de 1918.....	Londres.
Paulo de Souza Dantas.....	24 de abril de 1918.....	Nova York.
Alfredo dos Santos Couceiro.....	24 de abril de 1918.....	Rotterdam.
Claudionor Augusto de Campos.....	24 de abril de 1918.....	Marselha.
Pedro Alcantara Nabuco de Abreu Filho	24 de abril de 1918.....	Hamburgo.
José Enéas Ferraz Filho.....	26 de fevereiro de 1923...	Roma.
Heraldo Pederneiras.....	14 de novembro de 1918...	Lyon.
Antonio Augusto de Souza Bandeira...	15 de dezembro de 1918...	Paris.
Roberto Nobrega Beltrão.....	24 de abril de 1919.....	Amsterdam.
Odon Sarmento.....	4 de março de 1920.....	Hamburgo.
Jorge de São Clemente.....	9 de abril de 1920.....	Nova York.
Fernando Murtinho Braga.....	9 de setembro de 1920...	Norfolk.
Nemesio Dutra.....	30 de novembro de 1920...	Genova.
Raul Ribeiro da Silva.....	10 de dezembro de 1920...	Hamburgo.
Ignacio Soares de Bulhões.....	22 de dezembro de 1920...	Manchester.
Vicente Avelino.....	13 de janeiro de 1921....	Londres.
João Godoy de Oliveira Rocha.....	25 de janeiro de 1921....	Manchester.
Alvaro Gastão de Aragão e Mello...	29 de janeiro de 1921....	Glasgow.
Elpidio Pereira.....	14 de fevereiro de 1921....	Paris.
Alipio Dutra.....	25 de fevereiro de 1921...	Paris.
José Antonio de Freitas.....	17 de maio de 1921.....	Lisboa.
Firmino de Moraes Pinto Filho.....	1 de setembro de 1921...	Munich.
Antonio José de Paula Fonseca Filho.	5 de setembro de 1921...	Montevideo.
Adolpho Camargo das Neves.....	9 de fevereiro de 1922...	Havre.
Ruy do Prado Marcondes.....	9 de fevereiro de 1922...	Napoles.
Florianio Nunes Pereira.....	17 de maio de 1922.....	Hamburgo.
Octaviano Machado Filho.....	31 de maio de 1922.....	La Rochelle.
Edmundo Lopes Carneiro da Fontoura.	14 de junho de 1922.....	Glasgow.
Raul Gomes.....	11 de agosto de 1922.....	Hamburgo.
Alberto Martins Ribeiro.....	23 de agosto de 1922.....	Napoles.
Narbal Costa.....	23 de agosto de 1922.....	Munich.
Octaviano Conrado.....	23 de agosto de 1922.....	Salto.
Arthur Iberê de Lemos.....	23 de agosto de 1922.....	Berlin.
Mario Wright de Miranda Pacheco...	23 de agosto de 1922.....	Paris.
Jorge Kirchoffer Cabral.....	23 de agosto de 1922.....	Genebra.
Luiz Felipe do Rego Rangel.....	23 de agosto de 1922.....	Marselha.
Helenio de Miranda Moura.....	18 de setembro de 1922...	Antuerpia.
Armando Braga Ruy Barbosa.....	14 de outubro de 1922...	Southampton.
Marietta da Silva Lara.....	14 de outubro de 1922...	Nova York.
Dario Caetano da Silva.....	18 de outubro de 1922...	Londres.
Oscar Pires do Rio.....	21 de outubro de 1922...	Lisboa.
Octavio de Sá Neves da Rocha.....	14 de novembro de 1922...	Lisboa.
Alberto Rangel.....	3 de novembro de 1922...	Londres.
Armando Laredo.....	17 de setembro de 1923...	Bremen.
Ubirajára Nogueira Reys.....	15 de fevereiro de 1924..	—

N. 10

Quadro dos agentes diplomaticos e consulares em disponibilidade em 30 de abril de 1924

NOMES	CATEGORIA	DATA DA DISPONIBILIDADE
Dr. Olyntho Maximo de Magalhães..	Env. Ext. e Min. Plen. c/a comm. de Embaixador..	17 de outubro de 1919.
João Leopoldo Modesto Leal.....	Segundo Secretario.....	13 de março de 1924.
Manoel Pinto de Souza Dantas.....	Consul Geral.....	13 de fevereiro de 1924.
José Pinto de Souza Dantas.....	Consul Geral.....	13 de março de 1924.

ANNEXO C

LEIS, DECRETOS E CIRCULARES

N. 1

LEIS

DECRETO N. 4.750 — DE 17 DE NOVEMBRO DE 1923

Approva a adhesão do Brasil ao accôrdo celebrado em Berna, em 30 de junho de 1920, relativo ao restabelecimento dos direitos de propriedade industrial

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:
Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Fica approvada a adhesão do Brasil ao accôrdo celebrado em Berna, em 30 de junho de 1920, relativo á Convenção e restabelecimento dos direitos de propriedade industrial attingidos pela guerra de 1914.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 17 de novembro de 1923, 102º da Independencia e 35º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

DECRETO N. 4.756 — DE 28 DE NOVEMBRO DE 1923

Approva a Convenção relativa á Repressão do Trafico das Brancas e outros actos internacionaes assignados em Paris a 4 de maio de 1910

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:
Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Ficam approvados os seguintes actos internacionaes assignados pelo delegado do Brasil na cidade de Paris em 4 de maio de 1910: a "Convenção relativa á Repressão do

Trafico das Brancas", o "Protocollo de Encerramento" dessa mesma Convenção, o "Arranjo relativo á Repressão da Circulação de Publicações Obscenas" e o "Protocollo Final desse Arranjo".

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 28 de novembro de 1923, 102º da Independencia e 35º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

DECRETO N. 4.806 — DE 12 DE JANEIRO DE 1924

Approva os Protocollos relativos ás emendas aos arts. 6º, 16º e 26º do Pacto da Liga das Nações

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Art. 1º. Ficam approvados os Protocollos relativos ás emendas aos arts. 6º, 16º e 26º do Pacto da Liga das Nações, votadas pela segunda assembléa da mesma Liga.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1924, 103º da Independencia e 36º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

DECRETO N. 4.807 — DE 12 DE JANEIRO DE 1924

Approva o Tratado de 3 de maio de 1923, assignado em Santiago, tendo por fim evitar ou prevenir conflictos entre Estados Americanos

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Art. 1º. Fica approvado o Tratado de 3 de maio de

1923, assignado em Santiago, tendo por fim evitar ou prevenir conflictos entre Estados Americanos.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1924, 103º da Independencia e 36º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

DECRETO N. 4.808 — DE 12 DE JANEIRO DE 1924

Approva a Convenção sobre a publicidade das leis, decretos e regulamentos aduaneiros, assignada na cidade de Santiago em 3 de maio de 1923

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Art. 1º. Fica approvada a Convenção sobre a publicidade das leis, decretos e regulamentos aduaneiros, assignada na cidade de Santiago, em 3 de maio de 1923, pelos delegados plenipotenciarios do Brasil á V Conferencia Internacional Americana.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1924, 103º da Independencia e 36º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

DECRETO N. 4.809 — DE 12 DE JANEIRO DE 1924

Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de 527:283\$869, ouro, complementar das verbas 6ª, 7ª, 8ª, 11ª e 13ª do orçamento de 1923

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministerio das Relações Exteriores, o credito suplementar

de 527.283\$869, ouro, assim distribuido por diferentes verbas do orçamento vigente : Verba 6ª, "Congressos e Conferencias", 2ª consignação, 100:000\$000 ; Verba 7ª, "Serviço telegraphico", 150:000\$000 ; Verba 8ª, "Repartições internacionaes" contribuição para a Liga das Nações, mais 324.277,92 francos, ouro— 127.283\$969 ; Verba 11ª, "Ajudas de custo", réis 50:000\$000 ; Verba 13ª, "Expansão economica", 2ª consignação, 100:000\$000.

Art. 2º. Fica outrosim o Poder Executivo autorizado a realizar, para os fins do art. 1º, a necessaria operação de credito.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1924, 103º da Independencia e 36º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

DECRETO N. 4.810—DE 12 DE JANEIRO DE 1924

Approva a Convenção para a protecção das marcas de fabrica, commercio ou agricultura e dos nomes commerciaes, assignada em Santiago do Chile em 1923

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Art. 1º. Fica approvada a Convenção para a protecção das marcas de fabrica, commercio ou agricultura e dos nomes commerciaes, assignada na Conferencia Internacional Americana, em Santiago do Chile, em 1923.

Art. 2º. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1924, 103º da Independencia e 36º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

DECRETO N. 4.818 — DE 23 DE JANEIRO DE 1924

Approva a Convenção Especial sobre a propriedade litteraria e artistica entre o Brasil e Portugal

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:
Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Art. 1º. Fica approvada a Convenção Especial sobre a propriedade litteraria e artistica entre o Brasil e Portugal, assignada nesta capital no dia 26 de setembro de 1922.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 1924, 103º da Independencia e 36º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

DECRETO N. 4.819 — DE 23 DE JANEIRO DE 1924

Autoriza o Governo a offerecer ao Mexico um monumento de Gonçalves Dias, abrindo para isso os necessarios credits

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:
Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Artigo unico. Fica o Governo autorizado a, por intermedio do Ministerio das Relações Exteriores, offerecer ao Mexico um monumento de Gonçalves Dias, abrindo para isso os necessarios credits.

Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 1924, 103º da Independencia e 36º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

N. 2

DECRETOS

DECRETO N. 16.009 — DE 11 DE ABRIL DE 1923

Cria o Conselho Superior do Commercio e Industria

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização constante do art. 80, n. 10, da lei n. 4.632, de 6 de janeiro de 1923, combinado com o art. 86 da mesma lei, que revigorou o art. 28, III da lei n. 3.991, de 5 de janeiro de 1920, decreta:

Art. 1.º Fica creado o Conselho Superior do Commercio e Industria, o qual funcionará sob a presidencia do ministro da Agricultura, Industria e Commercio e será órgão consultivo dos poderes publicos em assumptos commerciaes e industriaes.

Paragrapho unico. Independentemente de consulta, o conselho poderá suggerir aos poderes publicos o que julgar conveniente ao commercio, á industria e á prosperidade economica do paiz.

Art. 2.º Além do estudo de outros assumptos que possam interessar ao commercio interno e externo e á industria nacional, o Conselho Superior do Commercio e Industria occupar-se-ha, especialmente, do seguinte: novos mercados e desenvolvimento das relações commerciaes existentes, inqueritos commerciaes, taxas e impostos, tarifas alfandegarias e ferroviarias, convenios e tratados commerciaes, transportes terrestres, maritimos e fluviaes e respectivos fretes, navegação e regimen dos portos commerciaes, bolsas de fundos e de mercadorias e navios, bancos e caixas economicas, emissões de apolices e titulos de credito, circulação fiduciaria, associações de classes e de soccorros mutuos, *drawbacks* e *warrants*, propaganda no paiz e no exterior, estatistica industrial e commercial, seguros maritimos e terrestres, desenvolvimento das grandes e pequenas industrias, exposições e feiras nacionaes e internacionaes, congressos economicos, propriedade industrial, ensino technico commercial e industrial.

Art. 3.º O Conselho Superior do Commercio e Industria será constituído de quarenta membros, a saber:

a) director geral de Industria e Commercio, director geral de Estatística, director do Serviço de Informações, presidente da Junta Commercial e syndico da Junta de Corretores do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio;

b) director geral da Estatística Commercial, director da Receita Publica do Thesouro Nacional, director da Recebedoria do Districto Federal, inspector da Alfandega do Rio de Janeiro e inspector geral de Seguros, do Ministerio da Fazenda;

c) inspector federal das Estradas de Ferro, inspector de Portos, Rios e Canaes e inspector da Navegação, do Ministerio da Viação e Obras Publicas;

d) director geral dos Negocios Commerciaes e Consulares, do Ministerio das Relações Exteriores;

e) presidente do Banco do Brasil;

f) director do Lloyd Brasileiro;

g) quatro representantes da Federação das Associações Commerciaes do Brasil (Camara de Commercio do Brasil);

h) tres representantes da Associação Commercial do Rio de Janeiro;

i) tres representantes do Centro Industrial do Brasil;

j) um representante do Centro de Commercio e Industria;

k) um representante da Liga do Commercio;

l) um representante do Centro Industrial de Fiação e Tecelagem do algodão;

m) dous representantes da Sociedade Nacional de Agricultura;

n) nove pessoas de reconhecida competencia em assumptos economicos, escolhidas pelo ministro da Agricultura, Industria e Commercio.

§ 1.º Haverá tambem o cargo de secretario geral do conselho, o qual participará das sessões e superintenderá todo o serviço de expediente.

§ 2.º Os membros do conselho, com excepção do secretario geral, servirão gratuitamente.

Art. 4.º Os assumptos de que trata o art. 2º serão distribuidos em grupos distinctos, cada um dos quaes constituirá objecto de especial estudo de uma commissão de tres membros, nomeada pelo presidente.

Paragrapho unico. Salvo caso de urgencia, nenhum as-

sumpto será submettido á deliberação do Conselho, sem o parecer da respectiva commissão.

Art. 5.º O Conselho Superior do Commercio e Industria reunir-se-ha, normalmente, uma vez por mez, podendo porém, ser convocado extraordinariamente pelo presidente, *ex-officio*, ou a requerimento, pelo menos, de cinco membros.

Art. 6.º O Conselho Superior do Commercio e Industria só poderá deliberar quando se acharem presentes, pelo menos, dez membros, inclusive o presidente.

§ 1.º As resoluções do Conselho serão tomadas por maioria de votos, sendo licito inserir na acta declaração de voto do membro que o requerer.

§ 2.º As actas serão lavradas pelo secretario geral ou por quem o substituir e publicadas no *Diario Official*.

Art. 7.º O Conselho Superior do Commercio e Industria elegerá annualmente um vice-presidente, que substituirá o presidente em suas faltas ou impedimentos.

Paragrapho unico. Na falta ou impedimento do presidente e do vice-presidente, os membros presentes escolherão aquelle que deverá presidir a sessão.

Art. 8.º As commissões de que trata o art. 4º reunir-se-hão sempre que julgarem conveniente á boa marcha dos seus trabalhos.

§ 1.º O secretario geral do Conselho providenciará para que sejam sempre attendidas com a maxima brevidade as requisições que lhe forem feitas pelas commissões sobre informações, dados estatísticos e quaesquer outros elementos de que necessitem para o estudo dos assumptos a seu cargo.

§ 2.º Para o fim de que trata o paragrapho anterior, o secretario geral dirigir-se-ha directamente aos diversos departamentos da administração publica, bem como ás associações ou corporações particulares.

Art. 9.º A secretaria do Conselho Superior do Commercio e Industria funcionará sob a direcção do secretario geral, que será um especialista nos assumptos constantes do art. 2º, e terá, além deste, o seguinte pessoal: um auxiliar, um steno-dactylographo, um dactylographo e um continuo.

Paragrapho unico. Para o desempenho de taes cargos poderão ser nomeados, em commissão, funcionarios addidos e, na falta destes, funcionarios effectivos, sem prejuizo do serviço publico.

Art. 10. Até o fim do mez de fevereiro de cada anno, o secretario geral do Conselho apresentará ao presidente um relatorio dos trabalhos do anno anterior, ao qual serão annexados os pareceres das commissões a que se refere o ar-

tigo 4º e outros documentos de interesse para a elucidação dos assumptos de que se tenha occupado o Conselho.

Art. 11. O Conselho Superior do Commercio e Industria organizará o seu regimento interno, no qual serão estabelecidas medidas para o perfeito funcionamento dos trabalhos da secretaria.

Art. 12. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 11 de abril de 1923, 102º da Independencia e 35º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

Miguel Calmon du Pin e Almeida.

R. A. Sampaio Vidal.

Francisco Sá.

José Felix Alves Pacheco.

DECRETO N. 16.023 — DE 25 DE ABRIL DE 1923

Crêa um consulado em San Sebastian, na Hespanha

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização concedida pela lettra *a* do art. 4º do decreto n. 14.058, de 11 de fevereiro de 1920, decreta:

Artigo unico. Fica creado um Consulado honorario em San Sebastian, na Hespanha; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 25 de abril de 1923, 102º da Independencia e 35º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

DECRETO N. 16.024 — DE 25 DE ABRIL DE 1923

Promulga o Convenio postal hispano-americano, assignado em Madrid aos 13 de novembro de 1920

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, havendo saneconado, ppelo decreto n. 4.461, de 11 de janeiro de 1922, a resolução do Congresso Nacional que approvou o Convenio postal, assignado em Madrid aos 13 de Novembro de 1920, entre o Brasil, Hespanha, Estados Unidos da America, Argentina, Bolivia, Colombia, Costa-Rica, Cuba, Chile, Dominicana, Equador, Salvador, Filipinas, Guatemala, Haiti, Honduras, Mexico, Nicaragua, Panamá, Paraguay, Perú, Uruguay e Venezuela; e tendo-se effectuado o deposito do instrumento

brasileiro de ratificação do mesmo Convenio no dia 18 do corrente mez, em Madrid, decreta que o alludido Convenio, apenso por cópia ao presente decreto, seja executado e cumprido tão inteiramente como nelle se contém.

Rio de Janeiro, 25 de abril de 1923, 102º da Independencia e 35º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

Arthur da Silva Bernardes, Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber aos que a presente Carta de Ratificação virem, que entre os Estados Unidos do Brasil e os paizes seguintes: Hespanha, Estados Unidos da America, Argentina, Bolivia, Colombia, Costa-Rica, Cuba, Chile, Dominicana, Equador, Salvador, Filipinas, Guatemala, Haiti, Honduras, Mexico, Nicaragua, Panamá, Paraguay, Perú, Uruguay e Venezuela, representados no Congresso Postal de Madrid, da União Postal Universal, foi concluido e assignado pelos respectivos Plenipotenciarios, aos treze de Novembro de mil novecentos e vinte, um Convenio do teor seguinte:

Convenio Postal celebrado entre España, los Estados Unidos de América, Argentina, Bolivia, Brasil, Colombia, Costa-Rica, Cuba, Chile, Dominicana, Ecuador, El Salvador, Filipinas, Guatemala, Haiti, Honduras, Mexico, Panamá, Paraguay, Perú, Uruguay y Venezuela.

Los firmantes, reunidos en Madrid, debidamente autorizados por sus respectivos Gobiernos, y visto el parrafo IIº del articulo 21 del Convenio principal de la Union Postal Universal, de común acuerdo y con reserva de ratificación, han concertado las siguientes bases para regular y mejorar sus relaciones postales:

ARTICULO I

1º. Todos los paises que firman el presente convenio formarán un sólo territorio postal.

2º. Se declara obligatorio el franqueo previo de toda clase de correspondencia que haya de ir uno a otro de los países que constituyen esta Unión, excepto las cartas, para las que se concederá un limite de tolerancia solamente en la insuficiencia del franqueo.

3º. Cada uno de los paises convenidos, se compromete a transportar libre y gratuitamente por su territorio y mediante

los servicios que dependan de su Administración o utilice para el envío directo de su propia correspondencia, la que reciba de cualquiera de esos países, con destino a otro.

Sin embargo serán de cuenta del país de origen los gastos de transporte terrestre o marítimo de la correspondencia, cuando ésta requiera para su curso subsiguiente la mediación de países extraños a los adheridos al presente convenio.

4°. Se establece como principio fundamental, que en las relaciones postales entre los países adheridos regirá la tarifa que cada una de las Administraciones tenga establecida en su servicio interior.

5°. Las disposiciones de este Convenio se extienden a las cartas, tarjetas postales sencillas y de respuesta pagada, impresos de todas clases, papeles de negocios y muestras.

ARTICULO II

1 — CARTAS

a) Se considerará como no franqueada, dejándola sin curso por la oficina de origen, toda carta que no lleve los sellos correspondientes al primer porte de una carta sencilla.

b) La oficina de origen será la única autorizada para fijar la tasa de las cartas insuficientemente franqueadas, debiendo hacerlo por el doble de la insuficiencia, según su peso. La oficina de destino podrá percibir del destinatario la cuantía de la tasa fijada por la de origen, cuyo importe será de su pertenencia.

2 — TARJETAS POSTALES

Para las tarjetas postales, tanto sencillas como de respuesta pagada, regirá la tarifa interior de cada país.

3 — LIBROS, PERIÓDICOS, IMPRESOS Y PAPELES DE NEGOCIO

El peso de los paquetes que contengan libros, periódicos, impresos o papeles de negocios, no excederá de cuatro kilos, a excepción de los obras empresas en un solo tomo cuyo peso podrá llegar hasta cinco kilos como máximo. Las dimensiones de estos paquetes, no excederán de 45 centímetros por cualquiera de sus lados.

Aquellos paquetes que sean presentados en forma de rollo circularán por el Correo siempre que su tamaño no exceda de 1 metro de largo por 15 centímetros de diámetro.

Los papeles de negocio deberán llevar un franqueo mínimo, con arreglo al fijado para la tarifa del país de origen.

4 — MUESTRAS

Las muestras serán cursadas libremente por el Correo, si no tuvieran valor comercial en venta, y si su tamaño no excediese de 30 centímetros de largo por 20 centímetros de ancho y 10 centímetros de fondo o de espesor. Si su forma fuese de rollo, las dimensiones máximas serán de 30 centímetros de largo por 15 de diametro.

Las muestras no llevarán un franqueo inferior al señalado por la tarifa del país de origen.

ARTICULO III

RESPONSABILIDAD POR LA PÉRDIDA DE ENVÍOS CERTIFICADOS

1°. En caso de pérdida de un envío con caracter de certificado, el remitente tendrá derecho a una indemnización igual a la que determina para el mismo caso la legislación interior del país de origen, sin que pueda exceder de 50 francos oro.

2°. El pago de la indemnización por la Administración remitente, se efectuará, lo más tarde, dentro del plazo de doce meses, a contar del día siguiente al en que se produzca la primera reclamación. La Administración responsable de la pérdida deberá reintegrar a la de origen, sin retraso y dentro del plazo señalado, el importe de la indemnización que ésta hubiese abonado al remitente. Este pago se efectuará en la moneda del país acreedor, o su equivalencia, en la moneda de otro país, que de común acuerdo designen las Administraciones interesadas.

ARTICULO IV

En todo aquello que no se oponga a las cláusulas de este Convenio, regirán las disposiciones de la Union Postal Universal.

ARTICULO V

El presente Convenio comenzará a regir en 1° de Enero de 1921 para los países que en esa fecha lo hubieran ratificado, y los que aun lo hubieran hecho participarán de su vigencia en el momento ou que notifiquen a las otras partes contratantes esa ratificación.

El Convenio presente tendrá una duración indeterminada; pero cada una de las partes podrá retirar-se del Convenio,

previo aviso notificado, con un año de anticipación, a las otras Administraciones firmantes.

Hecho en Madrid el treize de Noviembre de 1920.

Por la delegación de España: *El Conde de Colombi — José de Garcia Torres — Guillermo Capdevila — José de España — Martin Vicente — Antonio Camacho — J. Ortega Munilla — Justo G. Hervás.*

Por las Colonias españolas: *Bernardo Rolland — Manuel Gomez Acebo.*

Por la delegación de los Estados Unidos de Norte America: *Otto Praeger — S. M. Weber — Elizabeth Lee Woods.*

Por la República Argentina: *A. Barrera Nicholson — Eugenio Troisi.*

Por la Delegación de Bolivia: *Luis Rodriguez.*

Por los Estados Unidos del Brasil: *Alcibiades Peçanha — José Henrique Aderne.*

Por la Delegación de Colombia: *Gabriel Roldan.*

Por la República de Costa Rica: *Manuel M. de Peralta.*

Por la República de Cuba: *Juan Iruretagoyena.*

Por la Delegación de Chile: *Florencio Márques de la Plata.*

Por la República Dominicana: *Leopoldo Lovelace.*

Por el Ecuador: *Luiz Robalino Dávila — Leonidas A. Yerovi.*

Por la República de El Salvador: *Ismael G. Fuentes.*

Por la República de Guatemala: *Juan J. Ortega — Enrique Traumann.*

Por la República de Haiti:

Por la República de Honduras: *Dr. Ricardo Beltrán y Rózpide.*

Por los Estados Unidos Mexicanos: *Cosme Hinojosa — Affonso Reyes — Julio Poulat — P. Julio Poulat.*

Por Nicaragua: *M. J. Terán.*

Por la República de Panamá: *J. D. Arosemena.*

Por el Paraguay: *Fernando Pignet.*

Por Perú: Por impedimento definitivo del Delegado Sr. *Urrea, O. Barrenechea y Raygada.*

Por el Uruguay: *Adolfo Agorio.*

Por los Estados Unidos de Venezuela: *Pedro Emilio Coll — Barceló.*

E. E. U. U. de America. Por las Islas Filipinas: *José Topacio.*

CLAUSULA FINAL

En el momento de proceder a la firma del anterior Convenio, los Delegados Firmantes del mismo han acordado la siguiente clausula adicional.

1°. Las actas de ratificación al presente Convenio serán recibidas em Madrid.

2°. Esta clausula tendrá la misma validez que si se hallase inserta en el texto del Convenio a que se refiere, firmando un ejemplar de la misma, que quedará depositado en los Archivos del Gobierno español y una copia que será entregada a cada parte.

En Madrid el trece de Noviembre de 1920. — *C. de Colombi.* — *Ricardo Beltrán Rozpido* (Honduras). — *Leopoldo Lovelace.* — *Eugenio Troisi.* — *Juan Iruretagoyena.* — *A. de la Cruz.* — *Florencio Márquez de la Plata.* — *Adolfo Agorio.* — *A. Barrera Nicholson.* — *Luiz Robalino Dávila.* — *Leonidas A. Yerivi.* — *Fernando Pignet.* — *J. Poulat.* — *Affonso Reyes.* — *Luis Rodriguez.* — *J. T. Arosemena.* — *Gabriel Roldan.* — *O. Barrenechea y Reygada.* — *Barceló.* — *Enrique Traumann.* — *M. J. Terán.* — *José Henrique Aderne.* — *Elizabeth Lee Woods.* — *Otto Praeger.* — *Ismael G. Fuentes.* — *José Topacio.*

E tendo sido o dito acto, cujo teôr acima transcripto, approvado pelo Congresso Nacional, o confirmo e ratifico, e, pela presente, o dou por firme e valioso, para produzir o seu effeito, promettendo que será cumprido inviolavelmente.

Em firmeza do que, mandei passar esta carta, que assigno e é sellada com o sello das Armas da Republica e subscripta pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Dada no Palacio da Presidencia, no Rio de Janeiro, aos 24 dias do mez de fevereiro de 1923, 102° da Independencia e 35° da Republica.

ARTEUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

DECRETO N. 16.028 — DE 30 DE ABRIL DE 1923

Eleva á categoria de Embaixada a representação diplomatica do Brasil no Imperio do Japão

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização contida no decreto legislativo n. 4.156, de 15 de outubro de 1920, decreta:

Art. 1º. Fica elevada á categoria de Embaixada a representação diplomatica do Brasil no Imperio do Japão.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 1923, 102º da Independencia e 35º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

DECRETO N. 16.049 — DE 26 DE MAIO DE 1923

Crêa um consulado honorario em Reykjavik, na Islandia

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização concedida pela lettra A do art. 4º do decreto n. 14.058, de 11 de fevereiro de 1920, decreta:

Artigo unico. Fica creado um consulado honorario em Reykjavik, na Islandia; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 26 de maio de 1923, 102º da Independencia e 35º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

DECRETO N. 16.050 — DE 26 DE MAIO DE 1923

Publica a adhesão da Republica da Finlandia á Convenção Internacional de 7 de junho de 1905, para a criação e manutenção do Instituto Internacional de Agricultura

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a adhesão da Republica da Finlandia á Convenção Internacional de 7 de junho de 1905, para a criação e manutenção do Instituto Internacional de Agricultura, conforme communicação do governo italiano transmittida ao Ministerio das Relações Exteriores pela Embaixada Italiana nesta Ca-

pital, em nota de 28 de abril proximo passado, cuja tradução official acompanha este decreto.

Rio de Janeiro, 26 de maio de 1923, 102° da Independencia e 35° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

TRADUÇÃO

Embaixada de Italia — N. 514/41 — Rio de Janeiro, 28 de abril de 1923.

Sr. Ministro—Em nome do Real Governo, tenho a honra de communicar a V. Ex. que em data de 17 de fevereiro do corrente anno a Republica da Finlandia adheriu, com o consentimento dos outros Estados signatarios, á Convenção Internacional de 7 de junho de 1905, para a creação e a manutenção do Instituto Internacional de Agricultura.

O governo finlandez pediu que a Finlandia seja inscripta no quarto grupo dos Estados adherentes áquelle instituto e participou haver designado para seu delegado no Comité Permanente do Instituto o proprio enviado extraordinario e ministro plenipotenciario em Roma.

Acceite, Sr. Ministro, os protestos da minha mais alta consideração. — V. *Cobianchi*.

A S. Ex. Dr. Felix Pacheco, Ministro das Relações Exteriores — Rio de Janeiro.

DECRETO N. 16.052 — DE 26 DE MAIO DE 1923

Publica a adhesão do Equador á Convenção Internacional assignada em Genebra a 6 de julho de 1906

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a adhesão da Republica do Equador á Convenção Internacional, assignada em Genebra a 6 de julho de 1906, para melhorar a sorte dos feridos e enfermos nos exercitos em campanha, conforme communicou ao Ministerio das Relações Exteriores a Legação da Suissa nesta Capital, por nota

de 8 do corrente, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 26 de maio de 1923, 102° da Independencia e 35° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

TRADUCÇÃO

Legação da Suissa no Brasil — N. 2.763/2 — Rio de Janeiro, 8 de maio de 1923 — Caixa postal 744.

Sr. Ministro — Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Ex. que, por nota datada de 7 de dezembro de 1922, o governo da Republica do Equador deu sciencia ao Conselho Federal Suisso do seu desejo de adherir á Convenção Internacional, assignada em Genebra a 6 de julho de 1906, para melhorar a sorte dos feridos e enfermos nos exercitos em campanha.

A Republica do Equador, tendo adherido, em 3 de agosto de 1907, á Convenção de Genebra de 22 de agosto de 1864, a sua adhesão á Convenção de 6 de julho de 1906 é regulada pela alinea segunda do art. 32 desta ultima. Ella fica, pois, definitiva desde a presente notificação.

Vivamente agradecido a V. Ex. se sirva tomar em consideração esta communicação e de accusar seu recebimento, aproveito com prazer tambem esta occasião, Sr. Ministro, para lhe reiterar as seguranças de minha mais alta cónsideração.

Gertsch.

A S. Ex. o Sr. Dr. Felix Pacheco, Ministro de Estado das Relações Exteriores — Rio de Janeiro.

DECRETO N. 16.053 — DE 26 DE MAIO DE 1923

Publica as adhesões da Suissa e de Camerum (Mandato francez) á Convenção Internacional Radio-telegraphica de Londres

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publicas as adhesões da Suissa e do Camerun (Mandato francez) á Convenção Internacional Radio-telegraphica, assignada em Londres a 5 de julho de 1912, conforme communicação do governo da Grã-Bretanha transmittida ao Minis-

terio das Relações Exteriores pela Embaixada britannica nesta Capital, por nota de 26 de abril proximo passado, cuja tradução official acompanha este decreto.

Rio de Janeiro, 26 de maio de 1923, 102° da Independencia e 35° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

TRADUÇÃO

Embaixada Britannica, Rio de Janeiro — N. 52 — Petropolis, 26 de abril de 1923.

Sr. Ministro — Com referencia á nota de Sir John Tilley, n. 129, de 25 de julho de 1922, relativa á Convenção Internacional Radio-telegraphica, assignada em Londres a 5 de julho de 1912, tenho a honra de informar a V. Ex., de ordem do meu governo, que lhe foram notificadas as seguintes adhesões á dita Convenção, nas datas abaixo mencionadas:

Suissa, 26 de fevereiro de 1923;

Camerun (mandato francez), 7 de março de 1923.

Tenho a honra de ser, com o mais alto respeito, o mais obediente e humilde servo de V. Ex.

W. A. Stewart.

DECRETO N. 16.051 — DE 26 DE MAIO DE 1923

Promulga a Convenção de Emigração e Trabalho entre o Brasil e a Italia

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Havendo sancionado, pelo decreto n. 4.469, de 14 de janeiro de 1922, a resolução do Congresso Nacional que approvou a Convenção de Emigração e Trabalho, assignada em Roma a 8 de outubro de 1921; e tendo sido trocadas as respectivas ratificações naquella cidade, no dia 7 de março ultimo:

Decreta que a referida Convenção, appensa por cópia ao presente decreto, seja executada e cumprida tão inteiramente como nelle se contém.

Rio de Janeiro, 26 de maio de 1923, 102° da Independencia e 35° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

Arthur da Silva Bernardes, Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço publico, aos que a presente Carta de Ratificação virem, que entre os Estados Unidos do Brasil e o Reino da Italia foi concluida e assignada pelos respectivos plenipotenciarios, na cidade de Roma, aos sete de março de mil novecentos e vinte e um, uma Convenção sobre emigração e trabalho do teor seguinte:

Convenção de Emigração e Trabalho entre os Estados Unidos do Brasil e a Italia

O Presidente dos Estados Unidos do Brasil e Sua Majestade o Rei da Italia, reservando-se a faculdade de negociar um Tratado Geral de Emigração e Trabalho a bem dos nacionaes dos dous paizes, concordaram celebrar uma convenção para estabelecer já a igualdade de tratamento entre os cidadãos das duas Nações no que se refere aos beneficios das leis sobre os infortunios do trabalho e adoptar as medidas necessarias para facilitar tanto quanto possivel o movimento da emigração e o tratamento dos trabalhadores immigrantes.

Para esse fim nomearam os seus Plenipotenciarios:

O Presidente dos Estados Unidos do Brasil:

S. Ex. o Sr. Luiz Martins de Souza Dantas, Embaixador dos Estados Unidos do Brasil na Italia;

Sua Majestade o Rei da Italia:

S. E. Cav. de g. c. De Michelis Giuseppe, Commissario Geral da Emigração.

Convenzione per l'Emigrazione ed il Lavoro fra gli Stati Uniti del Brasile e l'Italia

Il Presidente della Repubblica del Brasile e Sua Maestà il Re d'Italia riservandosi di negoziare un trattato generale di emigrazione e lavoro a vantaggio del rispettivi nazionali hanno convenuto di conchiudere una convenzione che stabilisca fin d'ora l'eguaglianza di trattamento fra i cittadini dei due Paesi per ciò che concerne i benefici delle leggi riguardanti gl'infortuni sul lavoro e contenga le misure necessarie per agevolare in quanto possibile il movimento migratorio ed il trattamento dei lavoratori immigranti.

A tale scopo hanno nominato quali plenipotenziari:

Il Presidente degli Stati Uniti del Brasile:

S. E. Luiz Martins de Souza Dantas, Ambasciatore della Republica degli Stati Uniti del Brasile;

Sua Maestà il Re d'Italia:

S. E. Cav. di g. c. De Michelis Giuseppe, Commissario Generale dell'emigrazione.

os quaes, depois de trocarem os respectivos plenos poderes reconhecidos em bôa e devida forma, convieram nas seguintes disposições:	i quali, dopo essersi scambiati rispettivi pieni poteri riconosciuti in buona e debita forma, convenuto le disposizioni seguenti:
--	--

ART. 1.º

ART. 1.º

As indemnizações, os benefícios e os privilegios estabelecidos pelas leis e pelos regulamentos sobre reparação de infortunios do trabalho serão concedidos em cada um dos dous paizes aos cidadãos do outro e aos seus beneficiarios legaes que a elles tiverem direito, sem a condição de residencia ou outra condição que não seja exigida para os nacionaes.

Le indenità, i benefici ed i privilegi stabiliti dalle leggi e dai regolamenti sulla ripara-zione degli infortuni sul lavoro saranno accordati in ciascuno dei due Paesi ai cittadini dell'altro ed ai loro legali che a ciò abbiano diritto, senza condizioni de residenza o altra condizione, la quale non sia richiesta per i nazionali.

ART. 2.º

ART. 2.º

Os contractos de Trabalho, individuaes e collectivos, effectuados na Italia por trabalhadores italianos para serem executados no Brasil, nelle terão pleno vigor se não forem contrarios á ordem publica.

I contratti de lavoro, individuali o collettivi, conchiusi in Italia da lavoratori italiani e da eseguirsi nel Brasile, vi avranno piena efficacia in quanto non s' siano contrari all'ordine publico.

ART. 3.º

ART. 3.º

Os dous Governos facilitarão a conclusão e a execução dos accòrds que as Administrações competentes dos Estados Unidos do Brasil effectuarem com o Commissariado Geral da emigração italiana, para o enca-minhamento e condições de emprego dos trabalhadores italianos, com a condição que taes accordos sejam prévia-

I due Governi faciliteranno la conclusione e l'esecuzione degli accordi che le Amministrazioni competenti degli Stati Uniti del Brasile potranno prendere col Commissariato Generale dell'emigrazione italiana, per l'avviamento e le condizioni d'impiego di lavoratori italiani, a condizioni che gli accordi in questione

mente submettidos á appro- siano precedentemente sotto-
vação do Governo Federal e messi all'approvazione dei
do Governo do Estado no qual Governo Federale e delle Stato
tiverem de ser executados. nel quale dovranno essere ese-
guiti.

ART. 4.º

O Governo Brasileiro, quan-
do installado o seu Departamento Nacional do Trabalho e de accôrdo com os seus Regulamentos, velará pela rigorosa inspecção do trabalho e cuidará da protecção e melhor collocação dos imigrantes italianos, fiscalizando a perfeita execução dos contratos celebrados com esses imigrantes.

ART. 4.º

Il Governo Brasiliano quando avrà instituito il suo Dipartimento Nazionale del Lavoro ed in conformità dei suoi regolamenti, vigilerà alla rigorosa ispezione del lavoro e curerà la protezione ed il miglior collocamento possibile degli immigranti italiani, controllando la perfetta esecuzione dei contratti di lavoro conclusi fra imprenditori e lavoratori.

ART. 5.º

O Governo Brasileiro facilitarà a organização e funcionamento das Sociedades cooperativas de consumo, de credito, de producção, de trabalho, de previdencia, de assistencia, etc., entre trabalhadores agricolas, concedendo-lhes as possiveis facilidades.

ART. 5.º

Il Governo Brasiliano faciliterà l'organizzazione ed il funzionamento delle Società cooperative di consumo, di credito, di produzione, di lavoro, di previdenza e di assistenza ecc. tra i lavoratori agricoli italiani accordando loro tutte le facilitazioni possibili.

ART. 6.º

Os imigrantes italianos gozarão no Brasil de todas as facilidades, beneficios e privilegios que são concedidos ou venham a ser concedidos aos imigrantes de outros paizes.

ART. 6.º

Gli immigranti italiani godranno in Brasile di tutte le facilitazioni, i benefici ed i privilegi che siano accordati e venissero accordati agli immigranti di altri paesi.

ART. 7.º

O Governo Brasileiro facilitarà a acção das Sociedades

ART. 7.º

Il Governo Brasiliano faciliterà l'opera delle Società ita-

que regularmente se consti- liane, regolarmente costituite
tuirem entre italianos no Bra- fra italiani nel Brasile, che si
sil com o proposito de acon- propogliono di consigliare gli
selhar os immigrantes italia- immigranti e di facilitarne il
nos e lhes facilitar o tra- lavoro.
balho.

ART. 8.º

A presente convenção en-
trará em vigor depois de ap-
provada pelo Congresso Na-
cional brasileiro e pelo Parla-
mento italiano, e de ratificada
pelos dous Governos respe-
ctivos.

Vigorarà emquanto não fôr
denunciada por uma das par-
tes com antecedencia pelo
menos de seis mezes.

Roma, oito de outubro de
1921.

(L. S.) L. M. DE SOUZA DANTAS.
(L. S.) GIUSEPPE DE MICHELIS.

ART. 8.º

La presente convenzione
entrerà in vigore dopo l'ap-
provazione del Congresso Na-
zionale Brasiliano e del Par-
lamento Italiano e dopo che
sia avvenuto lo scambio delle
ratifiche da parte dei due Go-
verni rispettivi.

Rimarrà in vigore fino a
che non venga denunciata da
una delle due parti con un
preavviso di almeno sei mesi.

Roma, Otto Ottobre 1921.

(L. S.) L. M. DE SOUZA DANTAS.
(L. S.) GIUSEPPE DE MICHELIS.

E tendo sido o dito Acto, cujo teôr acima transcripto, ap-
provado pelo Congresso Nacional, o confirmo e ratifico, e,
pelo presente, o dou por firme e valioso, para produzir o seu
effeito, promettendo' que será cumprido inviolavelmente.

Em firmeza do que mandei passar esta Carta, que assigno
e é sellada com o sello das Armas da Republica e subscripta
pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Dada no Palacio da Presidencia, no Rio de Janeiro, aos
vinte e quatro dias do mez de fevereiro de mil novecentos e
vinte e tres, 102º da Independencia e 35º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

DECRETO N. 16.067 — DE 13 DE JUNHO DE 1923

Reconhece a independencia da Hungria e seu actual Governo

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil declara que ficam reconhecidos para todos os effeitos a independencia da Hungria e seu actual Governo.

Rio de Janeiro, 13 de junho de 1923, 102° da Independencia e 35° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

DECRETO N. 16.081 — DE 26 DE JUNHO DE 1923

Crêa um consulado honorario em Budapest, na Hungria

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização concedida pela lettra A do art. 4° do decreto n. 14.058, de 11 de fevereiro de 1920, decreta:

Artigo unico. Fica creado um consulado honorario em Budapest, na Hungria, supprimido o actual Consulado Geral honorario.

Rio de Janeiro, 26 de junho de 1923, 102° da Independencia e 35° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

DECRETO N. 16.091 — DE 4 DE JULHO DE 1923

Supprime o Consulado em Boston, nos Estados Unidos da America

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização concedida pela lettra a do art. 4° do decreto n. 14.058, de 11 de fevereiro de 1920,

Decreta:

Artigo unico. Fica supprimido o Consulado honorario, em Boston, nos Estados Unidos da America.

Rio de Janeiro, 4 de julho de 1923, 102° da Independencia e 35° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

DECRETO N. 16.092 — DE 7 DE JULHO DE 1923

Publica as adhesões do Afghanistan e da Republica da Lethonia á Convenção de Genebra, de 1906, para melhorar a sorte dos feridos e doentes nos exercitos em campanha

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, faz publica as adhesões do Afghanistan e da Republica da Lethonia á Convenção assignada em Genebra, a 6 de julho de 1906, para melhorar a sorte dos feridos e doentes nos exercitos em campanha, conforme communicou ao Ministerio das Relações Exteriores a Legação da Suissa nesta Capital, por nota de 7 de junho proximo passado, cuja traducção official acompanha este decreto.

Rio de Janeiro, 7 de julho de 1923, 102° da Independencia e 35° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

TRADUCÇÃO

Legação da Suissa no Brasil — N. 2.804/2 — Rio de Janeiro, 7 de junho de 1923 — Caixa postal 744

Sr. Ministro — Em additamento ás notas circulares ns. 2.288/2 e 2.301/2, de 28 de abril e 5 de maio de 1922, tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Ex. que, no prazo de um anno, previsto pelo art. 32, alinea 3, da Convenção assignada em Genebra a 6 de julho de 1906, para melhorar a sorte dos feridos e doentes nos exercitos em campanha, nenhuma opposição foi manifestada ao Conselho Federal Suisso contra as adhesões do Afghanistan e da Republica da Lethonia áquella Convenção.

Por consequente, a adhesão do Afghanistan tornou-se definitiva desde 6 de abril de 1923 e a da Republica da Lethonia desde 8 de abril de 1923.

Aproveito esta nova occasião para renovar-lhe, Sr. Ministro, as seguranças da minha mais alta consideração.

Gertsch.

A S. Ex. Sr. Dr. Felix Pacheco, Ministro das Relações Exteriores — Rio de Janeiro.

DECRETO N. 16.111 — DE 31 DE JULHO DE 1923

Publica a adhesão da Rumania ás duas Convenções assignadas em Bruxellas a 15 de março de 1886, sendo uma para a troca de documentos officiaes e publicações scientificas e litterarias e outra para a troca immediata do jornal official e dos Annaes e documentos parlamentares

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a adhesão da Rumania ás duas Convenções assignadas em Bruxellas a 15 de março de 1886, sendo uma para a troca de documentos officiaes e publicações scientificas e litterarias e outra para a troca immediata do jornal official e dos Annaes e documentos parlamentares, conforme communicou ao Ministerio das Relações Exteriores a Embaixada Belga nesta Capital, por nota de 20 de julho do corrente anno, cuja traducção official acompanha este decreto.

Rio de Janeiro, 31 de julho de 1923, 102º da Independencia e 35º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

TRADUCÇÃO

Embaixada da Belgica — N. 838 — Rio de Janeiro, 20 de julho de 1923.

Sr. Ministro — O Sr. Ministro da Rumania em Bruxellas levou ao conhecimento do Sr. Ministro dos Negocios Estrangeiros, em data de 5 de junho de 1923, que o seu Governo, usando da faculdade reservada aos Estados não signatarios das convenções de troca de 15 de março de 1886, declara adherir a esses Actos diplomaticos.

Vossa Excellencia não ignora que, nos termos das mesmas disposições convencionaes, cabe á Belgica notificar ás Potencias contractantes e adherentes as accessões que venham a dar-se.

Por conseguinte, tenho a honra de scientificar ao Governo Brasileiro, por intermedio de Vossa Excellencia, da adhesão da Rumania ás convenções de 15 de março de 1886, concernentes:

1º) ás trocas internacionaes relativas aos documentos officiaes e ás publicações scientificas e litterarias;

2º) á troca immediata do jornal official, assim como dos *Annaes* e documentos parlamentares.

Aproveito a occasião, Senhor Ministro, para renovar a Vossa Excellencia, as seguranças da minha mais alta consideração.

Albéric Fallon.

Sua Excellencia Senhor Felix Pacheco, Ministro das Relações Exteriores dos Estados Unidos do Brasil — Rio de Janeiro.

DECRETO N. 16.112 — DE 31 DE JULHO DE 1923

Publica as adhesões da Polonia e da Cidade Livre de Dantzig á Convenção Sanitaria Internacional de 1912

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publicas as adhesões da Polonia e da Cidade Livre de Dantzig á Convenção Sanitaria Internacional assignada em Paris a 17 de janeiro de 1912, conforme communicou ao Ministerio das Relações Exteriores a Embaixada da Republica Franceza nesta Capital por Nota de 18 de julho do corrente anno, cuja traducção official acompanha este decreto.

Rio de Janeiro, 31 de julho de 1923, 102º da Independencia e 35º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

TRADUCÇÃO

Embaixada da Republica Franceza no Brasil — N. 35 —
Rio de Janeiro, 18 de julho de 1923.

Sr. Ministro — Em nota de 12 de maio ultimo, o Sr. Ministro da Polonia em Paris notificou ao Governo Francez a accessão da Polonia á Convenção Sanitaria Internacional de 17 de janeiro de 1912, e em Nota de 29 de maio esse mesmo diplomata notificou igualmente a adhesão da Cidade Livre de Dantzig á dita Convenção.

De conformidade com o artigo 159 da Convenção, tenho a honra de levar essas adhesões ao conhecimento do Governo Federal.

Queira acceitar, Senhor Ministro, a segurança da minha mais alta consideração.

O Encarregado de Negocios de França,

J. de Hauteclocque.

Sua Excellencia! Senhor Felix Pacheco, Ministro das Relações Exteriores — Palacio Itamaraty.

DECRETO N. 16.113 — DE 31 DE JULHO DE 1923

Crêa um Consulado honorario em Los Angeles, nos Estados Unidos da America

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização concedida pela letra A do artigo 4º do decreto n. 14.058, de 11 de fevereiro de 1920, decreta:

Artigo unico. Fica creado um Consulado honorario em Los Angeles, nos Estados Unidos da America.

Rio de Janeiro, 31 de julho de 1923, 102º da Independencia e 35º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

DECRETO N. 16.115 — DE 3 DE AGOSTO DE 1923

Manda prestar ao Sr. Warren G. Harding, Presidente dos Estados Unidos da America, hontem fallecido, as honras de Chefe de Estado

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, tendo recebido communicação official do fallecimento, occorrido em 2 do corrente, na cidade de São Francisco da California, do Sr. Warren G. Harding, Presidente dos Estados Unidos da America, resolve que lhe sejam tributadas as honras funebres de Chefe de Estado, e decreta luto nacional por tres dias.

Rio de Janeiro, 3 de agosto de 1923, 102º da Independencia e 35º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

João Luiz Alves.

José Felix Alves Pacheco.

DECRETO N. 16.132 — DE 25 DE AGOSTO DE 1923

Promulga as resoluções contendo emendas aos arts. 4º, 6º, 12, 13, 15, 16 e 26 do Pacto da Liga das Nações, adoptadas nas sessões de 3, 4 e 5 de outubro de 1921

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Havendo sancionado pelo decreto n. 4.611, de 29 de novembro de 1922, a resolução do Congresso Nacional que approvou as resoluções contendo emendas aos arts. 4º, 6º, 12, 13, 15, 16 e 26 do Pacto da Liga das Nações, adoptadas nas sessões de 3, 4 e 5 de outubro de 1921, na assembléa da mesma Liga, reunida na cidade de Genebra, e tendo-se effectuado o deposito do instrumento brasileiro de ratificação das ditas resoluções no dia 7 de julho proximo passado, naquella cidade:

Decreta que as referidas resoluções, appensas por cópia ao presente decreto, sejam executadas e cumpridas tão fielmente como nellas se contém.

Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1923, 102º da Independencia e 35º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Félix Alves Pacheco.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES

Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil.

Faço saber aos que a presente Carta de Ratificação virem, que os Estados Unidos do Brasil e outros paizes representados na segunda Assembléa da Liga das Nações, que se reuniu em Genebra, de cinco de setembro a cinco de outubro de mil novecentos e vinte e um, concluíram e approvaram sete Resoluções, contendo emendas aos artigos 4, 6, 12, 13, 15, 16 e 26 do Pacto da Liga, tendo assignado os respectivos Protocollos, tudo do teor seguinte:

PROTOCOLE

PROTOCOL

RELATIF À UN AMENDEMENT À L'ARTICLE 4 DU PACTE. OF AN AMENDMENT TO ARTICLE 4 OF THE COVENANT.

La deuxième Assemblée de la Société des Nations, sous la présidence de Son Excellence le Jonkheer H. A. van Karnebeek, assisté de l'Honorable The Second Assembly of the League of Nations under the Presidency of His Excellency Jonkheer H. A. van Karnebeek, with the Honourable Sir

sir Eric Drummond, Secrétaire général, a adopté dans sa séance du 5 octobre 1921, la résolution suivante, comportant le troisième alinéa de l'article 4 du Pacte.

«L'alinéa suivant sera inséré entre le deuxième et le troisième alinéa de l'article 4 :

«L'Assemblée fixe, à la majorité des deux tiers, les règles concernant les élections des Membres non permanents du Conseil, et en particulier, celles concernant la durée de leur mandat et les conditions de rééligibilité.»

Les soussignés, dûment autorisés, déclarent accepter, au nom des Membres de la Société qu'ils représentent, l'amendement ci-dessus.

Le présent protocole restera ouvert à la signature des Membres de la Société; il sera ratifié et les ratifications seront déposées aussitôt que possible au Secrétariat de la Société.

Il entrera en vigueur conformément aux dispositions de l'article 26 du Pacte.

Une copie certifiée conforme du présent protocole sera transmise par le Secrétaire général à tous les Membres de la Société.

Fait à Genève, le cinq octobre, mil neuf cent vingt et un, en un seul exemplaire, dont

Eric Drummond, Secretary-General adopted at its meeting of October 5th, 1921, the following resolution, being an Amendment to Article 4 of the Covenant.

«The following paragraph shall be inserted between the second and third paragraphs of Article 4 :

«The Assembly shall fix by a two-thirds majority the rules dealing with the election of the non-permanent Members of the Council, and particularly such regulations as relate to term of office and the conditions of re-eligibility.»

The undersigned, being duly authorised, declare that they accept, on behalf of the Members of the League which they represent, the above amendment.

The present Protocol will remain open for signature by the Members of the League; it will be ratified and the ratifications will be deposited as soon as possible with the Secretariat of the League.

It will come into force in accordance with the provisions of Article 26 of the Covenant.

A certified copy of the present Protocol will be transmitted by the Secretary-General to all Members of the League.

Done at Geneva, on the fifth day of October, one thousand nine hundred and twenty-one,

les textes français et anglais in a single copy of which the
feront également foi et qui French and English texts are
restera déposé dans les archi- both authentic and which will
ves du Secrétariat de la So- be kept in the archives of the
ciété. Secretariat of the League.

Le Président de la deuxième Assemblée: *President of the Second As-
sembly:*

VAN KARNEBEEK

Le Secrétaire général: *Secretary-General:*

ERIC DRUMMOND

PROTOCOLE

PROTOCOL

RELATIF À UN AMENDEMENT À OF AN AMENDMENT TO ARTICLE
L'ARTICLE 6 DU PACTE 6 OF THE COVENANT

La deuxième Assemblée de The Second Assembly of the
la Société des Nations, sous la League of Nations, under the
présidence de Son Excellence Presidency of His Excellency,
le Jonkeer H. A. van Kar- Jonkheer H. A. van Karne-
nebeek, assisté de l'Honorable beek, with the Honourable Sir
sir Eric Drummond, Secrétaire Eric Drummond, Secretary-
re général, a adopté, dans sa General, adopted at its meet-
séance du 5 octobre 1921, la ing of October 5th, 1921, the
résolution suivante, compor- following resolution, being an
tant amendement à l'annexe Amendment to Annex of the-
du Pacte. Covenant.

"Que la liste suivante soit "That the following shall be
insérée à l'annexe au Pacte: inserted in the Annex to the
Covenant:

III.

III.

RÉPARTITION DES DÉPENSES DE ALLOCATION OF THE EXPENSES
LA SOCIÉTÉ OF THE LEAGUE

<i>Etats</i>	<i>Unités à payer</i>	<i>States</i>	<i>Units payable</i>
Afrique du Sud.	15	Albania	2
Albanie	2	Argentina	35
Argentine.	35	Australia	15
Australie	15	Austria	2
Autriche	2	Belgium	15
Belgique	15	Bolivia	5
Bolivie	5	Brazil	35
Brésil	35	British Empire	90
Empire britannique	90	Bulgaria	10
Bulgarie	10	Canada	35

Canadá	35	Chile	15
Chili	15	China	65
Chine	65	Colombia	10
Colombie	10	Costa Rica	2
Costa-Rica	2	Cuba	10
Cuba	10	Czecho-Slovakia	35
Danemark	10	Denmark	10
Espagne	35	Esthonia	5
Esthonie	5	Finland	5
Finlande	5	France	90
France	90	Greece	10
Grèce	10	Guatemala	2
Guatémala	2	Haïti	5
Haïti	5	Honduras	2
Honduras	2	India	65
Inde	65	Italy	65
Italie	65	Japan	65
Japon	65	Latvia	5
Lettonie	5	Liberia	2
Libéria	2	Lithuania	5
Lithuanie	5	Luxemburg	2
Luxembourg	2	Netherlands	15
Nicaragua	2	New Zealand	10
Norvège	10	Nicaragua	2
Nouvelle-Zélande	10	Norway	10
Panama	2	Panama	2
Paraguay	2	Paraguay	2
Pays-Bas	15	Peru	10
Pérou	10	Persia	10
Perse	10	Poland	15
Pologne	15	Portugal	10
Portugal	10	Roumania	35
Roumanie	35	Salvador	2
Salvador	2	Serb - Croat - Slovene State	35
Serbe - Croate-Slovène (Etat)	35	Siam	10
Siam	10	South Africa	15
Suède	15	Spain	35
Suisse	10	Sweden	15
Tchéco-Slovaquie	35	Switzerland	10
Uruguay	10	Uruguay	10
Venezuela	5	Venezuela	5

Les soussignés, dûment au-
torisés, déclarent accepter, au

The undersigned, being duly
authorized, declare that they

nom des Membres de la Société qu'ils représentent, l'amendement ci-dessus.

Le présent protocole restera ouvert à la signature des Membres de la Société; il sera ratifié et les ratifications seront déposées aussitôt que possible au Secrétariat de la Société.

Il entrera en vigueur conformément aux dispositions de l'article 26 du Pacte.

Une copie certifiée conforme du présent protocole sera transmise par le Secrétaire général à tous les Membres de la Société.

Fait à Genève, le cinq octobre mil neuf cent vingt et un, en un seul exemplaire, dont les textes français et anglais feront également foi et qui restera déposé dans les archives du Secrétariat de la Société.

Le Président de la deuxième Assemblée:

VAN KARNEBEEK

Le Secrétaire général:

ERIC DRUMMOND

PROTOCOLE

RELATIF À UN AMENDEMENT À L'ARTICLE 12 DU PACTE

La deuxième Assemblée de la Société des Nations, sous la présidence de Son Excellence le Jonkheer H. A. von Karnebeek, assisté de l'Honorable

accept, on behalf of the Members of the League which they represent, the above amendment.

The present Protocol will remain open for signature by the Members of the League; it will be ratified and the ratifications will be deposited as soon as possible with the Secretariat of the League.

It will come into force in accordance with the provision of Article 26 of the Covenant.

A certified copy the present Protocol will be transmitted by the Secretary-General to all Members of the League.

Done at Geneva, on the fifth day of October, one thousand nine hundred and twenty-one, in a single copy, of which the French and English texts are both authentic and which, will be kept in the archives of the Secretariat of the League.

President of the Second Assembly:

Secretary-General:

PROTOCOL

OF AN AMENDMENT TO ARTICLE 12 OF THE COVENANT

The Second Assembly of the League of Nations, under the Presidency of His Excellency Jonkheer H. A. van Karnebeek, with the Honoura-

sir Eric Drummond, Secrétaire général, a adopté dans sa séance du 4 octobre 1921 la résolution suivante, comportant amendement à l'article 12 du Pacte.

L'article 12 sera rédigé comme suit:

Article 12

«Tous les Membres de la Société conviennent que s'il s'élève entre eux un différend susceptible d'entraîner, une rupture, ils le soumettront soit à la procédure de l'arbitrage ou à un règlement judiciaire, soit à l'examen du Conseil. Ils conviennent encore qu'en aucun cas ils ne doivent recourir à la guerre avant l'expiration d'un délai de trois mois après la décision arbitrale ou judiciaire, ou le rapport du Conseil.

«Dans tous les cas prévus par cet article, la décision doit être rendue dans un délai raisonnable, et le rapport du Conseil doit être établi dans les six mois à dater du jour où il aura été saisi du différend.»

Les soussignés, dûment autorisés, déclarent accepter, au nom des Membres de la Société qu'ils représentent, l'amendement ci-dessus.

Le présent protocole restera ouvert à la signature des Membres de la Société; il sera ratifié et les ratifications se-

ble Sir Eric Drummond, Secretary-General, adopted at its meeting of October 4th, 1921, the following resolution, being an Amendment to Article 16 of the Covenant.

Article 12 shall read as follows:

Article 12

“The Members of the League agree that, if there should arise between them any dispute likely to lead to a rupture, they will submit the matter either to arbitration or judicial settlement or to enquiry by the Council and they agree in no case to resort to war until three months after the award by the arbitrators or the judicial decision, or the report by the Council.

“In any case under this Article the award of the arbitrator or the judicial decision shall be made within a reasonable time, and the report of the Council shall be made within six months after the submission of the dispute.»

The undersigned, being duly authorised, declare that they accept, on behalf of the Members of the League which they represent, the above amendment.

The present Protocol will remain open for signature by the Members of the League; it will be ratified and the ra-

ront déposées aussitôt que possible au Secrétariat de la Société.

Il entrera en vigueur conformément aux dispositions de l'article 26 du Pacte.

Une copie certifiée conforme du présent protocole sera transmise par le Secrétaire général à tous les Membres de la Société.

Fait à Genève, le cinq octobre mil neuf cent vingt et un, en un seul exemplaire, dont les textes français et anglais feront également foi et qui restera déposé dans les archives du Secrétariat de la Société.

Le Président de la deuxième Assemblée:

tifications will be deposited as soon as possible with the Secretariat of the League.

It will come into force in accordance with the provisions of Article 26 of the Covenant.

A certified copy of the present Protocol will be transmitted by the Secretary-General to all Members of the League.

Done at Geneva on the fifth day of October, one thousand nine hundred and twenty-one, in a single copy, of which the French and English texts are both authentic and which will be kept in the archives of the Secretariat of the League.

President of the Second Assembly:

VAN KARNEBEEK

Le Secrétaire général:

Secretary-General:

ERIC DRUMMOND

PROTOCOLE

PROTOCOL

RELATIF À UN AMENDEMENT À
L'ARTICLE 13 DU PACTE

OF AN AMENDMENT TO ARTICLE
13 OF THE COVENANT

La deuxième Assemblée de la Société des Nations, sous la présidence de Son Excellence le Jonkheer H. A. van Karnebeek, assisté de l'Honorable sir Eric Drummond, Secrétaire général, a adopté dans sa séance du 4 octobre 1921 la résolution suivante, comportant amendement à l'article 13 du Pacte.

The Second Assembly of the League of Nations, under the Presidency of His Excellency Jonkheer H. A. van Karnebeek, with the Honourable Sir Eric Drummond, Secretary-General, adopted at its meeting of October 4th, 1921, the following resolution, being an Amendment to Article 13 of the Covenant.

«Les Membres de la Société conviennent que s'il s'élève entre eux un différend susceptible, à leur avis, d'une solution arbitrale *ou judiciaire*, et si ce différend ne peut se régler de façon satisfaisante par la voie diplomatique, la question sera soumise intégralement à un règlement arbitral *ou judiciaire*.

«Parmi ceux qui sont généralement susceptibles d'une solution arbitrale *ou judiciaire*, on déclare tels les différends relatifs à l'interprétation d'un traité à tout point de droit international, à la réalité de tout fait qui, s'il était établi, constituerait la rupture d'un engagement international ou à l'étendue, ou à la nature de la réparation due pour une telle rupture.

«*La cause sera soumise à la Cour permanente de Justice Internationale, ou à toute juridiction ou cour désignée par les parties ou prévue dans leurs conventions antérieures.*»

«Les Membres de la Société s'engagent à exécuter de bonne foi les sentences rendues, et à ne pas recourir à la guerre contre tout

«The Members of the League agree that, whenever any dispute shall arise between them which they recognise to be suitable for submission to arbitration *or judicial settlement*, and which cannot be satisfactorily settled by diplomacy, they will submit the whole subject-matter to arbitration *or judicial settlement*.

«Disputes as to the interpretation of a treaty, as to any question of international law, as to the existence of any fact which, if established, would constitute a breach of any international obligation, or as to the extent and nature of the reparation to be made for any such breach, are declared to be among those which are generally suitable for submission to arbitration *or judicial settlement*.

«*For the consideration of any such dispute, the court to which the case is referred shall be the Permanent Court of International Justice, established in accordance with Article 14, or any tribunal agreed on by the parties to the dispute or stipulated in any convention existing between them.*

«The Members of the League agree that they will carry out in full good faith any award *or decision* that may be rendered, and that

Membre de la Société qui s'y conformera. Faute d'exécution de la sentence le Conseil propose les mesures qui doivent en assurer l'effet.»

Les soussignés, dûment autorisés, déclarent accepter, au nom des Membres de la Société qu'ils représentent, l'amendement ci-dessus.

Le présent protocole restera ouvert à la signature des Membres de la Société; il sera ratifié et les ratifications seront déposées aussitôt que possible au Secrétariat de la Société.

Il entrera en vigueur conformément aux dispositions de l'article 26 du Pacte.

Une copie certifiée conforme du présent protocole sera transmise par le Secrétaire général à tous les Membres de la Société.

Fait à Genève, le cinq octobre mil neuf cent vingt et un, en un seul exemplaire dont les textes français et anglais feront également foi et qui restera déposé dans les archives du Secrétariat de la Société.

Le Président de la deuxième Assemblée:

VAN KARNEBEEK

Le Secrétaire général:

ERIC DRUMMOND

they will comply therewith. In the event of any failure to carry out such an award *or decision*, the Council shall propose what steps should be taken to give effect thereto.»

The undersigned, being duly authorised, declare that they accept, on behalf of the Members of the League which they represent, the above amendment.

The present Protocol will remain open for signature by the Members of the League; it will be ratified and the ratifications will be deposited as soon as possible with the Secretariat of the League.

It will come into force in accordance with the provisions of Article 26 of the Covenant.

A certified copy of the present Protocol will be transmitted by the Secretary-General to all Members of the League.

Done at Geneva on the fifth day of October, one thousand nine hundred and twenty-one, in a single copy, of which the French and English texts are both authentic and which will be kept in the archives of the Secretariat of the League.

President of the Second Assembly:

Secretary-General:

PROTOCOLE

PROTOCOL

RELATIF À UN AMENDEMENT À
L'ARTICLE 15 DU PACTE

OF AN AMENDMENT TO ARTICLE
15 OF THE COVENANT

La deuxième Assemblée de la Société des Nations, sous la présidence de Son Excellence le Jonkheer H. A. van Karnebeek, assisté de l'Honorable sir Eric Drummond, Secrétaire général, a adopté, dans sa séance du 4 octobre 1921, la résolution suivante, comportant amendement à l'article 15 du Pacte.

« Le premier alinéa de l'article 15 sera rédigé comme suit :

« S'il s'élève entre les Membres de la Société un différend susceptible d'entraîner une rupture et si ce différend n'est pas soumis à la procédure de l'arbitrage ou à un règlement judiciaire prévu à l'article 13, les Membres de la Société conviennent de le porter devant le Conseil. A cet effet il suffit que l'un d'eux avise de ce différend le Secrétaire général, qui prend toutes dispositions en vue d'une enquête et d'un examen complet. »

Les soussignés, dûment autorisés, déclarent accepter, au nom des Membres de la Société

The Second Assembly of the League of Nations, under the Presidency of His Excellency Jonkheer H. A. van Karnebeek, with the Honourable Sir Eric Drummond, Secretary-General, adopted at its meeting of October 4th, 1921 the following resolution, being an Amendment to Article 15 of the Covenant.

« The first paragraph of Article 15 shall read as follows :

« If there should arise between Members of the League any dispute likely to lead to a rupture, which is not submitted to arbitration or judicial settlement in accordance with Article 13, the Members of the League agree that they will submit the matter to the Council. Any party to the dispute may effect such submission by giving notice of the existence of the dispute to the Secretary-General, who will make all necessary arrangements for a full investigation and consideration thereof. »

The undersigned, being duly authorised, declare that they accept, on behalf of the Mem-

té qu'ils représentent, l'amendement ci-dessus.

bers of the League which they represent, the above amendment.

Le présent protocole restera ouvert à la signature des Membres de la Société; il sera ratifié et les ratifications seront déposés aussitôt que possible au Secrétariat de la Société.

The present Protocol will remain open for signature by the Members of the League: it will be ratified and the ratifications will be deposited as soon as possible with the Secretariat of the League.

Il entrera en vigueur conformément aux dispositions de l'article 26 du Pacte.

It will come into force in accordance with the provisions of Article 26 of the Covenant.

Une copie certifiée conforme du présent protocole sera transmise par le Secrétaire général à tous les Membres de la Société.

A certified copy the present Protocol will be transmitted by the Secretary-General to all Members of the League.

Fait à Genève, le cinq octobre mil neuf cent vingt et un, en un seul exemplaire, dont les textes français et anglais feront également foi et qui restera déposé dans les archives du Secrétariat de la Société.

Done at Geneva, on the fifth day of October, one thousand nine hundred and twenty-one, in a single copy, of which the French and English texts are both authentic and which will be kept in the archives of the Secretariat of the League.

Le Président de la deuxième Assemblée:

President of the Second Assembly:

VAN KARNEBEEK

Le Secrétaire général:

Secretary-General:

ERIC DRUMMOND

PROTOCOLE

PROTOCOL

RELATIF À UN AMENDEMENT À L'ARTICLE 16 DU PACTE

OF AN AMENDMENT TO ARTICLE 16 OF THE COVENANT

La deuxième Assemblée de la Société des Nations, sous la présidence de Son Excellence le Jonkheer H. A. van Kar-

The Second Assembly of the League of Nations, under the Presidency of His Excellency Jonkheer H. A. van

nebeek, assisté de l'Honorable sir Eric Drummond, Secrétaire général, a adopté, dans sa séance du 4 octobre 1924, la résolution suivante, comportant amendement à l'article 16 du Pacte.

« La dernière partie du premier alinéa de l'article 16 du Pacte sera rédigée comme suit :

« Ceux-ci s'engagent à rompre immédiatement avec lui toutes relations commerciales ou financières, à interdire tous rapports entre les personnes résidant sur leur territoire et celles résidant sur le territoire de l'Etat en rupture de pacte et à faire cesser toutes communications financières, commerciales ou personnelles entre les personnes résidant sur le territoire de cet Etat et celles résidant sur le territoire de tout autre Etat membre ou non de la Société. »

Les soussignés, dûment autorisés, déclarent accepter, au nom des Membres de la Société qu'ils représentent, l'amendement ci-dessus.

Le présent protocole restera ouvert à la signature des Membres de la Société; il sera ratifié et les ratifications seront déposées aussitôt que possible au Secrétariat de la Société.

Karnebeek, with the Honourable Sir Eric Drummond, Secretary-General, adopted at its meeting of October 4th, 1924, the following resolution, being an Amendment to Article 16 of the Covenant.

"The latter part of the first paragraph of Article 16 of the Covenant shall read as follows.

"...which hereby undertake immediately to subject it to the severance of all trade or financial relations, the prohibition of all intercourse between persons residing in their territory and persons residing in the territory of the Covenant-breaking State, and the prevention of all financial, commercial or personal intercourse between persons residing in the territory of the Covenant-breaking State and persons residing in the territory of any other State, whether a Member of the League or not.

The undersigned, being duly authorised, declare that they accept, on behalf of the Members of the League which they represent, the above amendment.

The present Protocol will remain open for signature by the Members of the League; it will be ratified and the ratifications will be deposited as soon as possible with the Secretariat of the League.

Il entrera en vigueur conformément aux dispositions de l'article 26 du Pacte.

Une copie certifiée conforme du présent protocole sera transmise par le Secrétaire général à tous les Membres de la Société.

Fait à Genève, le cinq octobre mil neuf cent vingt et un, en un seul exemplaire, dont les textes français et anglais feront également foi et qui restera déposé dans les archives du Secrétariat de la Société.

It will come into force in accordance with the provision of Article 26 of the Covenant.

A certified copy of the present Protocol will be transmitted by the Secretary-General to all Members of the League.

Done at Geneva, on the fifth day of October, one thousand nine hundred and twenty-one, in a single copy, of which the French and English texts are both authentic and which will be kept in the archives of the Secretariat of the League.

Le Président de la deuxième Assemblée:

President of the Second Assembly:

VAN KARNEBEEK

Le Secrétaire général:

Secretary-General:

ERIC DRUMMOND

PROTOCOLE

PROTOCOL

RELATIF À UN AMENDEMENT À L'ARTICLE 26 DU PACTE

OF AN AMENDMENT TO ARTICLE OF THE COVENANT

La deuxième Assemblée de la Société des Nations, sous la présidence de Son Excellence le Jonkheer H. A. van Karnebeek, assisté de l'Honorable sir Eric Drummond, Secrétaire général, a adopté dans sa séance du 3 octobre 1921 la résolution suivante, comportant amendement à l'article 26 du Pacte.

The Second Assembly of the League of Nations, under the Presidency of His Excellency Jonkheer H. A. van Karnebeek with the Honourable Sir Eric Drummond, Secretary-General, adopted at its meeting of October 3rd, 1921, the following resolution, being an Amendment to Article 26 of the Covenant.

« Le premier alinéa de l'article 26 du Pacte sera remplacé par le texte suivant:

« The first paragraph of Article 26 of the Covenant shall be replaced by the following text:

« Les Amendements au présent Pacte dont le texte

« Amendments to the present Covenant the text of

aura été voté par l'Assemblée à la majorité des trois quarts, parmi lesquels doivent figurer les vœux de tous les Membres du Conseil représentés à la réunion, entreranno en vigueur dès leur ratification par les Membres de la Société dont les représentants composaient le Conseil lors du vote, et par la majorité de ceux dont les représentants forment l'Assemblée.»

which shall have been voted by the Assembly on a three-fourths majority, in which there shall be included the votes of all the Members of the Council represented at the meeting, will take effect when ratified by the Members of the League whose Representatives composed the Council when the vote was taken and by the majority of those whose Representatives form the Assembly.»

Les soussignés, dûment autorisés, déclarent accepter, au nom des Membres de la Société qu'ils représentent, l'amendement ci-dessus.

The undersigned, being duly authorised, declare that they accept, on behalf of the Members of the League which they represent, the above amendment.

Le présent protocole restera ouvert à la signature des Membres de la Société; il sera ratifié et les ratifications seront déposées aussitôt que possible au Secrétariat de la Société.

The present Protocol will remain open for signature by the Members of the League; it will be ratified and the ratifications will be deposited as soon as possible with the Secretariat of the League.

Il entrera en vigueur conformément aux dispositions de l'article 26 du Pacte.

It will come into force in accordance with the provisions of Article 26 of the Covenant.

Une copie certifiée conforme du présent protocole sera transmise par le Secrétaire général à tous les Membres de la Société.

A certified copy of the present Protocol will be transmitted by the Secretary-General to all Members of the League.

Fait à Genève, le cinq octobre mil neuf cent vingt et un, en un seul exemplaire dont les textes français et anglais feront également foi et qui

Done at Geneva on the fifth day of October, one thousand nine hundred and twenty-one in a single copy, of which the French and English texts are

restera déposé dans les archi- both authentic and which will
ves du Secrétariat de la So- be kept in the archives of the
ciété. Secretariat of the League.

Le Président de la deuxième Assemblée: *President of the Second As-
sembly:*

VAN KARNEBEEK

Le Secrétaire général: *Secretary-General:*

ERIC DRUMMOND

E tendo sido os mesmos Actos, cujo teôr fica acima transcripto, approvados pelo Congresso Nacional, os confirmo e ratifico, e, pela presente, os dou por firmes e valiosos para produzirem seus devidos effeitos, promettendo que serão cumpridos inviolavelmente.

Em firmeza do que, mandei passar esta Carta, que assigno e é sellada com o sello das Armas da Republica e subscripta pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Dada no Palacio da Presidencia, do Rio de Janeiro, aos dous dias do mez de maio de mil novecentos e vinte e tres, 102° da Independencia e 35° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

DECRETO N. 16.133 — DE 25 DE AGOSTO DE 1923

Faz publico o deposito de ratificação, pela Republica de Guatemala, dos actos postaes assignaos em Buenos Aires em 1921

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, faz publico que, segundo communicação dirigida ao Ministerio das Relações Exteriores, pela Embaixada Argentina nesta Capital, por nota de 26 de julho proximo passado, o Governo da Republica de Guatemala fez depositar no archivo do Ministerio das Relações Exteriores e Culto, em Buenos Aires, aos 30 de junho deste anno, o instrumento de ratificação, por parte daquelle Governo, da Convenção principal da União Postal Pan-Americana e do Convenio sobre encomendas postaes, com os seus respectivos protocollas finaes e regula-

mentos de execução, assim como do Convenio sobre vales postaes, actos esses concluidos em Buenos Aires aos 15 de setembro de 1921.

Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1923, 102º da Independencia e 35º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

DECRETO N. 16.166 — DE 6 DE OUTUBRO DE 1923

Faz publica a adhesão da Colonia do Canadá á Convenção de União de Paris, de 29 de março de 1883, para a protecção da propriedade industrial, revista em Bruxellas a 14 de dezembro de 1900 e em Washington a 2 de junho de 1911.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a adhesão da Colonia do Canadá á Convenção de União de Paris, de 29 de março de 1883, para a protecção da propriedade industrial, revista em Bruxellas a 14 de dezembro de 1900 e em Washington a 2 de junho de 1911, conforme communicou ao Ministerio das Relações Exteriores a Legação da Suissa, nesta Capital, por Nota de 28 de setembro proximo passado, cuja traducção official acompanha este decreto.

Rio de Janeiro, 6 de outubro de 1923, 102º da Independencia e 35º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

TRADUCÇÃO

Legação da Suissa no Brasil — N. 2.947 2 — Rio de Janeiro, 27 de setembro de 1923 — Caixa Postal 744.

Senhor Ministro — A 24 de agosto ultimo, a Legação da Gran-Bretanha, em Berne, participou ao Conselho Federal Suisso e pediu-lhe dar conhecimento aos Governos dos paizes membros da União para a protecção da propriedade industrial,

que a Colonia do Canadá accedeu á Convenção de União de Paris, de 20 de março de 1883, para a protecção da propriedade industrial, revista em Bruxellas a 14 de dezembro de 1900 e em Washington a 2 de junho de 1911.

Segundo o teor da nota da Legação e conforme o artigo 16 bis da dita Convenção de União, essa adhesão produz effeito a partir de 1 de setembro de 1923.

Rogando a Vossa Excellencia queira tomar nota do que precede, aproveito a occasião para renovar-lhe, Senhor Ministro, a segurança da minha mais alta consideração.

Gertsch.

Sua Excellencia Senhor Dr. Felix Pacheco, Ministro de Estado das Relações Exteriores — Rio de Janeiro.

DECRETO N. 16.167 — DE 6 DE OUTUBRO DE 1923

Faz publica a adhesão da Finlândia ás Convenções Internacionais para a unificação de certas regras em materia de assistencia e salvamento maritimos e em materia de abordagem assignadas em Bruxellas em 23 de setembro de 1910.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a adhesão da Finlândia á Convenção Internacional para a unificação de certas regras em materia de assistencia e salvamento maritimos e á Convenção Internacional para a unificação de certas regras em materia de abordagem, ambas assignadas em Bruxellas, a 23 de setembro de 1910, conforme communicou á nossa Embaixada Brasileira naquella cidade o Ministerio dos Negocios Estrangeiros Belga por Notas de 28 de julho ultimo, cujas traducções officiaes acompanham este decreto.

Rio de Janeiro, 6 de outubro de 1923, 102° da Independencia e 35° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

TRADUÇÃO

Ministerio dos Negocios Estrangeiros — Direcção P/B
— Secção das Communicações — N. C. 23/4.766 — S.
Bruxellas, 28 de julho de 1923.

Senhor Embaixador:

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excellencia que, segundo uma communicação do Senhor Encarregado de Negocios interino da Finlandia em Bruxellas, o Governo Finlandez declarou adherir á "*Convenção Internacional para a unificação de certas regras em materia de abordagem*", assignada em Bruxellas a 23 de setembro de 1910.

A notificação por parte do Governo do Rei dessa adhesão aos Representantes dos Estados contractantes, tendo tido logar a 28 de julho corrente, a dita adhesão produzirá seus effeitos um mez após essa data, conforme as disposições do artigo 17 da Convenção precitada.

Permitto-me recorrer ao obsequioso intermedio de Vossa Excellencia para participar o que precede ao Governo dos Estados Unidos do Brasil.

Aproveito a occasião, Senhor Embaixador, para renovar a Vossa Excellencia as seguranças da minha mui alta consideração. — *Henri Jaspar*.

Sua Excellencia. o Senhor de Barros Moreira Embaixador do Brasil — Bruxellas.

TRADUÇÃO

Ministerio dos Negocios Estrangeiros — Direcção P/B —
Secção das Communicações — N. C. 23/4.766 — S. — Bru-
xellas, 28 de Julho de 1923.

Senhor Embaixador:

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excellencia que, segundo uma communicação do Sr. Encarregado de Negocios interino da Finlandia em Bruxellas, o Governo Finlandez declarou adherir á "*Convenção internacional para a unificação de certas regras em materia de assistencia e de salvamento maritimos*", assignada em Bruxellas a 23 de setembro de 1910.

A notificação por parte do Governo do Rei dessa adhesão ao Representantes dos Estados contractantes tendo tido

logar a 28 de julho corrente, a dita adhesão produzirá seus effeitos um mez após essa data, conforme as disposições do artigo 17 da Convenção precitada.

Permitto-me recorrer ao obsequioso intermedio de Vossa Excellencia para participar o que precede ao Governo dos Estados Unidos do Brasil.

Aproveito a occasião, Senhor Embaixador, para renovar a Vossa Excellencia as seguranças da minha mui alta consideração. — *Henri Jaspas*.

Sua Excellencia o Senhor de Barros Moreira, Embaixador do Brasil — Bruxellas.

DECRETO N. 16.168 — DE 6 DE OUTUBRO DE 1923

Faz publica a adhesão da Republica Dominicana ás Convenções assignadas em Bruxellas a 15 de março de 1886, para a permuta internacional de documentos officiaes e publicações scientificas e litterarias

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a adhesão da Republica Dominicana á Convenção para permuta internacional de documentos officiaes e publicações scientificas e litterarias, assignada em Bruxellas a 15 de março de 1886, assim como tambem á Convenção para a permuta do jornal official e dos *Annaes* e documentos parlamentares, firmada igualmente em Bruxellas, naquella mesma data, conforme communicou ao Ministerio das Relações Exteriores a Embaixada da Belgica nesta Capital, por Nota de 28 de setembro proximo passado, cuja traducção official acompanha este decreto.

Rio de Janeiro, 6 de outubro de 1923, 102º da Independencia e 35º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

TRADUCÇÃO

Embaixada da Belgica — N. 1.171 — Rio de Janeiro, 28 de setembro de 1923.

Senhor Ministro — O Senhor Consul Geral da Republica Dominicana em Bruxellas levou ao conhecimento do Sr. Ministro dos Negocios Estrangeiros, em data de 17 de agosto de

Annexo C — 4

1923, que o seu Governo adheriu ás convenções de 15 de março de 1886, concernentes ás permutas internacionaes relativas aos documentos officiaes e ás publicações seientificas e litterarias.

Vossa Excellencia não ignora que, nos termos das disposições convencionaes desses actos diplomaticos, cabe á Belgica notificar ás Potencias contractantes e adherentes as accessões que venham a se verificar.

Por conseguinte, tenho a honra de participar officialmente ao Governo dos Estados Unidos do Brasil a adhesão da Republica Dominicana ás convenções de 15 de março de 1886, relativas:

1º, ás permutas internacionaes dos documentos officiaes e publicações seientificas e litterarias;

2º, á permuta immediata do jornal official, assim como dos *Annaes* e documentos parlamentares.

Aproveito a occasião, Senhor Ministro, para renovar a Vossa Excellencia as seguranças da minha mais alta consideração.

J. Behaghel de Bueren.

Sua Excellencia o Senhor Felix Pacheco, Ministro das Relações Exteriores dos Estados Unidos do Brasil — Rio de Janeiro.

DECRETO N. 16.180 — DE 18 DE OUTUBRO DE 1923

Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito especial de 50:298\$641, ouro, para occorrer ás despesas com as Embaixadas no Mexico, no Chile, na Republica Argentina e no Japão e eleva as dotações de aluguel de chancellarias e conservação do predio da Embaixada em Buenos Aires

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização constante do decreto legislativo numero 4.156, de 15 de outubro de 1920, tendo sido consultado o Tribunal de Contas e ouvido o Ministro da Fazenda, nos termos dos arts. 92 e 93 do Codigo de Contabilidade que baixou com o decreto n. 15.783, de 8 de novembro de 1923; e

Considerando que pelos decretos n. 15.410, de 23 de março de 1922, n. 15.558, de 12 de julho de 1922, e n. 15.751, de 25 outubro de 1922, foram respectivamente elevadas á categoria de embaixadas as representações diplomaticas do Brasil nos Estados Unidos Mexicanos, no Chile e na Republica Argentina;

Considerando que a lei n. 4.632, de 6 de janeiro de 1923 não dotou na verba 9ª "Corpo Diplomático" do art. 25 as referidas embaixadas de accôrdo com os citados decretos, e limitou-se a manter as anteriores dotações orçamentarias;

Considerando que são diminutas as dotações constantes dos referidos decretos para aluguel das chancellarias das Embaixadas no Mexico e no Chile e para as despesas de conservação do predio, limpeza, illuminação, telephone, aquecimento e salarios de porteiro, continuos e serventes da Embaixada na Republica Argentina;

Considerando que pelo facto de ser um proprio nacional brasileiro o actual edificio da nossa Embaixada em Buenos Aires mais se impõe uma carinhosa conservação do mesmo immovel e suas dependencias;

Considerando que a citada lei orçamentaria n. 4.632, de 6 de janeiro de 1923, art. 25, não consignou dotação alguma para o aluguel da chancellaria da antiga legação em Buenos Aires;

Considerando que com a sua promoção o embaixador em Buenos Aires tem direito a uma differença de vencimentos durante dous mezes de 1922, na importancia de 1:111\$111, ouro;

Considerando ainda que, nos termos da autorização constante do decreto legislativo n. 4.156, de 15 de outubro de 1920, foi elevada á categoria de Embaixada a representação diplomatica do Brasil no Imperio do Japão, pelo decreto numero 16.028, de 30 de abril de 1923;

Considerando, finalmente, que pelo decreto n. 15.410, de 23 de março de 1922, não foi attendida a necessidade de se nomear um primeiro secretario para a Embaixada no Mexico, mas que esta exigencia póde ser satisfeita sem augmento de despesa, com o aproveitamento de um dos primeiros secretarios actualmente avulsos

Decreta:

Art. 1.º Fica elevada para 10:000\$, ouro, a dotação annual para o aluguel da chancellaria da Embaixada do Brasil nos Estdos Unidos Mexicanos, constante do decreto n. 15.410, de 23 de março de 1922, para 14:000\$, ouro, a dotação annual para o aluguel da Chancellaria da Embaixada do Brasil no Chile, constante do decreto n. 15.558, de 12 de julho de 1922, e para 12:000\$, ouro, a dotação annual para a conservação do predio, limpeza, illuminação, telephone, aquecimento e salarios do porteiro, continuos e serventes da Embaixada do Brasil na Republica Argentina, constante do decreto n. 15.751, de 25 de outubro de 1922.

Art. 2.º A Embaixada do Brasil no Imperio do Japão se comporá de um embaixador com o ordenado de 12:000\$, ouro, gratificação 6:000\$, ouro, e representação 12:000\$, ouro, annuaes, de um primeiro secretario e um segundo secretario, como actualmente, com a dotação annual de 10:000\$, ouro, para o aluguel da respectiva chancellaria e de 1:000\$, ouro, para o expediente.

Art. 3.º Fica creado um logar de primeiro secretario na Embaixada do Brasil nos Estados Unidos Mexicanos, sendo designado para servir nesse posto um dos dous primeiros secretarios avulsos de que trata o § 7º do art. 2º do regulamento do decreto n. 14.057, de 11 de fevereiro de 1920.

Art. 4.º Para attender ás despezas decorrentes dos artigos precedentes e dos decretos nelle referidos, fica aberto ao Ministerio das Relações Exteriores o credito especial de 50:298\$614 (cincoenta contos duzentos e noventa e oito mil seiscentos e onze réis) ouro, sendo 1:111\$111, ouro, para reforço da verba 9ª do art. 26 da lei n. 4.555, de 10 de agosto de 1922, afim de attender ao pagamento de differenças dos vencimentos e mais 25 % sobre a mesma, devida ao embaixador na Republica Argentina nos mezes de novembro e dezembro de 1922, e 49:187\$500, ouro, para reforço da verba 9ª, do art. 25 da lei n. 4.632, de 6 de janeiro de 1923, afim de attender ás despezas no corrente anno das Embaixadas do Brasil nos Estados Unidos Mexicanos, no Chile, na Republica Argentina e no Imperio do Japão, assim discriminadas: differenças dos vencimentos dos embaixadores (ordenado, gratificação e representação) sendo os do embaixador no Japão calculados, a partir de 1 de outubro corrente, 15:750\$, ouro, e mais 25 %, isto é, 3:937\$500, ouro, differenças de aluguel e expediente das chancellarias e conservação do predio e outras despezas da Embaixada em Buenos Aires 29:500\$, ouro.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 18 de outubro de 1923, 102º da Independencia e 35º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

DECRETO N. 16.181 — DE 18 DE OUTUBRO DE 1923

Crêa um consulado honorario em Belgrado, na Yugo-Slavia

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização concedida pelo art. 4.º, lettra a, do decreto n. 14.058, de 11 de fevereiro de 1920, decreta:

Artigo unico. Fica creado um consulado honorario em Belgrado, na Yugo-Slavia.

Rio de Janeiro, 18 de outubro de 1923, 102.º da Independencia e 35.º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

DECRETO N. 16.182 — DE 20 DE OUTUBRO DE 1923

Regula a applicação da taxa maxima da tarifa alfandegaria

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que dispõe o art. 53 das disposições preliminares da tarifa das alfandegas, revista de accôrdo com as leis ns. 640 e 651, de 14 e 22 de novembro de 1899, decreta:

Art. 1.º De 1 de janeiro de 1924 em deante, ficarão sujeitas á taxa maxima prevista no citado art. 53 as mercadorias dos paizes que, com duas ou mais pautas de tarifas differenciaes, não applicuem, daquella data em deante, a pauta minima aos productos brasileiros, faltando assim á reciprocidade devida pelo mesmo tratamento de taxa minima, que até agora lhes concede o Brasil.

Art. 2.º Aos paizes, nas condições do artigo anterior, que a 1 de janeiro de 1924 ainda estejam negociando com o Brasil um accôrdo ou convenio commercial, que colloque os productos nacionaes nas suas pautas minimas, sómente será applicada a taxa maxima si o accôrdo ou convenio não estiver ultimado até 1 de fevereiro de 1924, e, portanto, dessa data em deante.

Art. 3.º Nos termos do mesmo art. 53, a taxa maxima será diminuida no todo ou em parte, conforme julgar conveniente

o Governo, á vista da concessão que aquelles paizes façam aos productos brasileiros.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1923, 102º da Independencia e 35º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

R. A. Sampaio Vidal.

Miguel Calmon du Pin e Almeida.

José Felix Alves Pacheco.

DECRETO N. 16.199 — DE 31 DE OUTUBRO DE 1923

Publica a adhesão da Albania á Conferencia da Cruz Vermelha, assignada em Genebra a 6 de julho de 1906

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a adhesão da Albania á Convenção, assignada em Genebra a 6 de julho de 1906, para melhorar a sorte dos feridos e enfermos nos exercitos em campanha, conforme communicou ao Ministerio das Relações Exteriores a Legação Suissa nesta Capital, por Nota de 8 de outubro do corrente anno, cuja traducção official acompanha este decreto.

Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1923, 102º da Independencia e 35º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

TRADUCÇÃO

Legação da Suissa no Brasil — N. 2.958/2 — Rio de Janeiro, 8 de outubro de 1923.

Senhor Ministro.

Em additamento á nota-circular de 6 de outubro de 1922, tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excellencia que, no prazo de um anno previsto pelo artigo 32, alinea 3, da Convenção assignada em Genebra a 6 de julho de 1906, para melhorar a sorte dos feridos e enfermos nos exercitos em campanha, nenhuma opposição foi manifestada ao

Conselho Federal contra a adesão da Albania áquella Convenção.

Por conseguinte, a adesão da Albania tornou-se definitiva desde 13 de setembro de 1923.

Aproveito esta occasião para lhe renovar, Senhor Ministro, a segurança de minha mais alta consideração.

Gertsch.

Sua Excellencia o Sr. Dr. Felix Pacheco, Ministro de Estado das Relações Exteriores, Rio de Janeiro.

DECRETO N. 16.247 — DE 5 DE DEZEMBRO DE 1923

Publica as adhesões da Esthonia e Brunei á Convenção Internacional Radio-Telegraphica de Londres

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publicas as adhesões da Esthonia e Brunei á Convenção Internacional Radio-Telegraphica, assignada em Londres a 5 de julho de 1912, conforme communicação da Grã-Bretanha transmittida ao Ministerio das Relações Exteriores pela Embaixada Britannica nesta capital, por nota numero 131, de 7 de novembro ultimo, cuja traducção official acompanha este decreto.

Rio de Janeiro, 5 de dezembro de 1923, 102° da Independencia e 35° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

TRADUCÇÃO

EMBAIXADA BRITANNICA

Rio de Janeiro, 7 de novembro de 1923.

N. 131.

Senhor Ministro.

Com referencia á nota n. 52 do Senhor Stewart de 26 de abril ultimo, relativa á Convenção Internacional Radio-telegraphica assignada em Londres a 5 de julho de 1912, tenho a honra de informar a Vossa Excellencia, de ordem do

meu Governo, que lhe foram notificadas as seguintes adhesões á dita Convenção nas datas abaixo mencionadas.

Esthonia — 4 de julho de 1923.

Brunei — 13 de setembro de 1923.

Aproveito esta oportunidade para renovar a Vossa Excellencia as seguranças da minha mais alta consideração.

John Tilley.

A Sua Excellencia o Sr. Felix Pacheco,
Ministro das Relações Exteriores.

Rio de Janeiro.

DECRETO N. 16.261 — DE 12 DE DEZEMBRO DE 1923

Publica a adesão da Hungria ás Convenções de 15 de março de 1886, relativa á permuta de documentos officiaes e publicações

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a adesão da Hungria á Convenção para a permuta de documentos officiaes e publicações scientificas e litterarias, assignada em Bruxellas a 15 de março de 1886, assim como tambem á Convenção para a permuta do jornal official e dos annaes e documentos parlamentares, firmada igualmente em Bruxellas naquella mesma data, conforme communicou ao Ministerio das Relações Exteriores a Embaixada da Belgica nesta capital, por Nota de 30 de agosto proximo passado, cuja traducção official acompanha este decreto.

Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1923, 102° da Independencia e 35° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

TRADUÇÃO

EMBAIXADA DA BELGICA

Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1923.

N. 1.050.

Senhor Ministro,

A Legação da Hungria em Bruxellas participou ao Senhor Ministro dos Negocios Estrangeiros, em data de 30 de julho de 1923, que o seu Governo, usando da faculdade reservada aos

Estados não signatarios das convenções de permuta de 15 de março de 1886, declara adherir a esses actos diplomaticos.

Vossa Excellencia não ignora que, nos termos das mesmas disposições convencionaes, cabe á Belgica notificar ás Potencias contractantes e adherentes as adhesões que se verificarem.

Por conseguinte, tenho a honra de communicar officialmente ao Governo dos Estados Unidos do Brasil a adhesão da Hungria ás Convenções de 15 de março de 1886 relativas:

1º, ás permutas internacionaes dos documentos officiaes e publicações scientificas e litterarias;

2º, á permuta immediata do jornal official, assim como dos annaes e documentos parlamentares.

Aproveito esta occasião, Senhor Ministro, para renovar a Vossa Excellencia as seguranças da minha mais alta consideração.

J. Behaghel de Bueren.

DECRETO N. 16.262 — DE 12 DE DEZEMBRO DE 1923

Publica as adhesões do Haiti, Polonia, Lethonia e Tchecoslovaquia ao Instituto Internacional de Agricultura de Roma

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publicas as adhesões da Republica do Haiti, da Polonia, da Lethonia e da Tchecoslovaquia á Convenção de 7 de julho de 1905, para a criação do Instituto Internacional de Agricultura, conforme communicou ao Ministerio das Relações Exteriores a Embaixada Italiana nesta Capital por Nota de 16 de agosto proximo passado, cuja traducção official acompanha este decreto.

Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1923, 102º da Independencia e 35º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

TRADUÇÃO

EMBAIXADA DE ITALIA

Rio de Janeiro, 16 de agosto de 1923.

N. 997 — Pos. XVIII.

Senhor Ministro,

Em nome do regio Governo, tenho a honra de communicar a Vossa Excellencia que, havendo os Estados signatarios da convenção para a creação do Instituto Internacional de Agricultura em Roma acceitado a adhesão á referida convenção da Republica do Haiti, da Polonia, da Lethonia e da Tchecoslovaguia, tal adhesão se tornou definitiva para o Haiti, Polonia e Lethonia a 3 de Outubro de 1921 e para a Tchecoslovaguia a 20 de Abril de 1922.

Aproveito a occasião para renovar-lhe, Senhor Ministro, os protestos da minha mais alta consideração.

V. Cobianchi.

A Sua Excellencia Dr. Felix Pacheco, Ministro das Relações Exteriores, Rio de Janeiro.

DECRETO N. 16.293 — DE 29 DE DEZEMBRO DE 1923

Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito supplementar de 150:000\$, ouro, á verba 12ª do art. 25, da lei n. 4.632, de 6 de janeiro de 1923

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, nos termos do art. 45, n. 5, do Regulamento do Codigo de Contabilidade da União, que baixou com o decreto n. 15.683, de 8 de novembro de 1922, tendo sido consultado o Tribunal de Contas e ouvido o ministro da Fazenda, na fórmula dos arts. 90 e 92 do mesmo codigo, resolve:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministerio das Relações Exteriores o credito supplementar de cento e cincoenta contos de réis (150:000\$000), ouro, á verba 12ª, do art. 25 da lei n. 4.632, de 6 de janeiro de 1923, na fórmula da autorização constante da tabella B annexa á mesma lei.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1923, 102º da Independencia e 35º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

DECRETO N. 16.319 — DE 12 DE JANEIRO DE 1924 (*)

Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de réis 527:283\$869, ouro, suplementar ás verbas 6ª, 7ª, 8ª, 11ª 13ª, do art. 25 da lei orçamentaria n. 4.632, de 6 de janeiro de 1923

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização constante do decreto legislativo numero 4.809, desta data, decreta:

Artigo unico. Fica aberto ao Ministerio das Relações Exteriores o credito suplementar de quinhentos e vinte e sete contos duzentos e oitenta e tres mil e oitocentos e sessenta e nove réis (527:283\$869), ouro, assim distribuido pelas seguintes verbas do art. 25 da lei orçamentaria n. 4.632, de 6 de janeiro de 1923: verba 6ª, "Congressos e conferencias", 2ª consignação, 100:000\$; verba 7ª, "Serviço telegraphico", réis 150:000\$; verba 8ª, "Repartições internacionaes", contribuição para a Liga das Nações, mais 324.277,92 francos, ouro — 127:283\$869, verba 11ª, "Ajudas de custo", 50:000\$; verba 13ª, "Expansão Economica", 2ª consignação, 100:000\$; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1924, 103º, da Independencia e 36º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

DECRETO N. 16.320 — DE 12 DE JANEIRO DE 1924

Crêa um Consulado honorario em Savona, na Italia

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização concedida pelo art. 4º, letra a, do decreto n. 14.058, de 11 de fevereiro de 1920, decreta:

Artigo unico. Fica creado um Consulado honorario em Savona, na Italia; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1924, 103º da Independencia e 36º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

(*) Revogado pelo art. 2º do decreto n. 16.373, de 13 de fevereiro de 1924.

DECRETO N. 16.321 — DE 12 DE JANEIRO DE 1924

Crêa um Consulado honorario em Graz, na Austria

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização constante do art. 4º, lettra a, do decreto n. 14.058, de 11 de fevereiro de 1920, decreta:

Artigo unico. Fica creado um consulado honorario em Graz na Austria.

Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1924, 103º da Independencia e 36º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

DECRETO N. 16.368 — DE 13 DE FEVEREIRO DE 1924

Modifica a organização do Corpo Consular e dispõe sobre ajudas de custo aos membros do Corpo Diplomático e Consular

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização contida no art. 38, n. III, da lei n. 4.793, de 7 de janeiro de 1924, decreta:

Art. 1.º Os actuaes consules geraes de primeira e segunda classe passam a constituir uma só classe, sob a denominação de consules geraes, com os seguintes vencimentos, ouro, annuaes:

Ordenado.....	8:666\$666
Gratificação.....	4:333\$334
	13:000\$000 (a)

Art. 2.º O Corpo Consular de carreira compõe-se de:

a) Vinte e tres (23) consules geraes que funcçãoarão nos seguintes consulados geraes: Nova York, Nova Orleans, Buenos Aires, Montevideo, Valparaíso, Assumpção, Lisboa, Porto, Barcelona, Londres, Liverpool, Southampton, Paris, Havre, Marselha, Genova, Antuerpia, Amsterdam, Hamburgo, Berlim, Napoles, Yokohama, Shanghai;

b) Trinta e dous (32) consules de primeira classe que funcçãoarão nos seguintes consulados de primeira classe: Baltimore, Philadelphia, Chicago, Rosario, Posadas, Salto, Rivera, Panamá, Madrid, Cadiz, Vigo, Cardiff, Manchester, Glas-

(a) A gratificação de 25 % não está incluída nos vencimentos acima mencionados.

gow, Bordéos, Boulogne, Lyon, Bruxellas, Rotterdam, Bremen, Roma, Trieste, Genebra, Zurich, Vienna, Gothemburgo, Christiania, Constantinopla, Dantzig, Capetown, Alexandria, Kobe;

c) Trinta e dous (32) consules de segunda classe, que funcionarão nos seguintes consulados de segunda classe: Norfolk, Newport-News, Montreal, Tampico, Barbados, Cayenna, Cobija, Guayará-Mirin e Cayenna são as mesmas consignadas no orçamento, Artigas, Melo, Paysandú, Rio Branco, Santa Rosa, Cherbúrgo, La Rochelle-Palice, Dublin, Munich, Copenhagen, Milão, Livorno, Varsovia, Odessa, Helsingfors, Praga, Galatz, Dakar, Funchal, Calcuttá;

d) Treze (13) consules de segunda classe adjuntos, que exercerão as funções de seus cargos nos seguintes consulados geraes: Nova York, Buenos Aires, Montevidéo, Lisboa, Porto, Londres, Liverpool, Paris, Havre, Antuerpia, Hamburgo, Genova, Barcelona.

Art. 3.º As verbas de aluguel de casa e expediente para o consulado geral em Southampton, para os consulados de primeira classe em Bordéos, Bremen, Genebra e Zurich e para os consulados de segunda classe em Norfolk, Iquitos, Cobija, Guayará-Merin e Cayenna são as mesmas consignadas no orçamento do Exterior para os referidos postos.

Art. 4.º As verbas de aluguel de casa e expediente para os consulados de primeira classe em Madrid e Constantinopla, bem como para o consulado de segunda classe em Odessa, serão de um conto de réis (1:000\$000) annual, ouro (para casa), quinhentos mil réis (500\$000) ouro, annuaes (para expediente), e correrão pelas verbas extraordinarias do orçamento do Exterior.

Art. 5.º As verbas destinadas a aluguel de casa e expediente dos consulados supprimidos em Halifax, La Plata e Bucarest, serão applicadas aos novos consulados de segunda classe em Montreal, Newport-News e Galatz, respectivamente.

Art. 6.º As verbas de aluguel de casa e expediente para o consulado em Alexandria são as mesmas fixadas para esse consulado quando de categoria de segunda classe.

Art. 7.º Ficam reduzidas para tres contos de réis (3:000\$000), ouro, annuaes, as gratificações supplementares dos consules em Iquitos, Cobija, Guayará-Mirim e Cayenna e, supprimidas as gratificações addicionaes de um conto de réis (1:000\$000), ouro, consignadas ao consul em Alexandria e a cada um dos consules de segunda classe adjuntos, em Paris, Londres e Liverpool.

Art. 8.º Ficam supprimidos os logares de consules de segunda classe adjuntos, em Valparaizo e Iquitos.

1923, o Ministerio dos Negocios Estrangeiros da Esthonia notificou ao Conselho Federal Suisso que a Republica da Esthonia decidiu, por uma lei votada pela Assembléa do Estado, em 29 de novembro de 1923, adherir á Convenção Internacional relativa á protecção da propriedade industrial, assignada em Paris a 20 de março de 1883; revista em Bruxellas a 14 de dezembro de 1900 e em Washington a 2 de junho de 1911, com o seu protocollo de encerramento (v. artigo 18 da Convenção).

De accôrdo com o artigo 16, alinea 3, da Convenção da União de Paris, revista, esta adhesão produzirá effeito um mez após a remessa da notificação feita pelo Governo Suisso aos outros paizes unionistas, portanto, a partir de 12 de fevereiro de 1924.

Quanto á contribuição para a despeza da Repartição internacional, o Conselho Federal Suisso solicitou do Governo da Esthonia de lhe indicar em que classe deseja o seu paiz ser classificado.

Peço a Vossa Excellencia queira tomar nota dessa adhesão.

Aproveito, com prazer, este novo ensejo, Senhor Ministro, para lhe renovar os protestos da minha mais alta consideração.

Gertsch.

A Sua Excellencia o Senhor Dr. Felix Pacheco, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

DECRETO N. 16.379 — DE 20 DE FEVEREIRO DE 1924

Promulga os actos firmados pelos delegados do Brasil no VII Congresso da União Postal Universal, reunido em Madrid em outubro de 1920

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Tendo sancionado pelo decreto n. 4.470, de 14 de janeiro de 1922, a resolução do Congresso Nacional que approvou os actos firmados pelos delegados do Brasil no VII Congresso da União Postal Universal, reunido em Madrid no mez de outubro de 1920; e tendo-se effectuado o respectivo deposito de ratificações no Ministerio dos Negocios Estrangeiros do Reino de Hespanha, aos 30 de janeiro proximo passado;

gow, Bordéos, Boulogne, Lyon, Bruxellas, Rotterdam, Bremen, Roma, Trieste, Genebra, Zurich, Vienna, Gothemburgo, Christiania, Constantinopla, Dantzig, Capetown, Alexandria, Kobe;

c) Trinta e dous (32) consules de segunda classe, que funcionarão nos seguintes consulados de segunda classe: Norfolk, Newport-News, Montreal, Tampico, Barbados, Cayenna, Cobija, Guayará-Mirin e Cayenna são as mesmas consignadas no orçamento, Artigas, Melo, Paysandú, Rio Branco, Santa Rosa, Cherbúrgo, La Rochelle-Palice, Dublin, Munich, Copenhagen, Milão, Livorno, Varsovia, Odessa, Helsingfors, Praga, Galatz, Dakar, Funchal, Calcuttá;

d) Treze (13) consules de segunda classe adjuntos, que exercerão as funções de seus cargos nos seguintes consulados geraes: Nova York, Buenos Aires, Montevidéo, Lisboa, Porto, Londres, Liverpool, Paris, Havre, Antuerpia, Hamburgo, Genova, Barcelona.

Art. 3.º As verbas de aluguel de casa e expediente para o consulado geral em Southampton, para os consulados de primeira classe em Bordéos, Bremen, Genebra e Zurich e para os consulados de segunda classe em Norfolk, Iquitos, Cobija, Guayará-Merin e Cayenna são as mesmas consignadas no orçamento do Exterior para os referidos postos.

Art. 4.º As verbas de aluguel de casa e expediente para os consulados de primeira classe em Madrid e Constantinopla, bem como para o consulado de segunda classe em Odessa, serão de um conto de réis (1:000\$000) annual, ouro (para casa), quinhentos mil réis (500\$000) ouro, annuaes (para expediente), e correrão pelas verbas extraordinarias do orçamento do Exterior.

Art. 5.º As verbas destinadas a aluguel de casa e expediente dos consulados supprimidos em Halifax, La Plata e Bucarest, serão applicadas aos novos consulados de segunda classe em Montreal, Newport-News e Galatz, respectivamente.

Art. 6.º As verbas de aluguel de casa e expediente para o consulado em Alexandria são as mesmas fixadas para esse consulado quando de categoria de segunda classe.

Art. 7.º Ficam reduzidas para tres contos de réis (3:000\$000), ouro, annuaes, as gratificações supplementares dos consules em Iquitos, Cobija, Guayará-Mirim e Cayenna e, supprimidas as gratificações addicionaes de um conto de réis (1:000\$000), ouro, consignadas ao consul em Alexandria e a cada um dos consules de segunda classe adjuntos, em Paris, Londres e Liverpool.

Art. 8.º Ficam supprimidos os logares de consules de segunda classe adjuntos, em Valparaizo e Iquitos.

Art. 9.º E' concedida a gratificação adicional de um conto e duzentos e cincoenta mil réis (1:250\$000) ouro, annuaes, ao consul em Nova York.

Art. 10. Emquanto a ajuda de custo e a disponibilidade para os corpos consular e diplomatico não forem reguladas em nova revisão dos decretos ns. 14.056, 14.057 e 14.058, de 11 de fevereiro de 1920, observar-se-ha o seguinte:

I. Fica suspensa a concessão de ajudas de custo a que se referem os capitulos XIII do decreto n. 14.057 e XV do decreto n. 14.058, de 11 de fevereiro de 1920.

II. Aos funcionarios do Corpo Diplomatico e Consular que forem removidos, bem como ás suas respectivas familias, serão concedidas passagens simples de primeira classe, por terra e por mar, e uma bonificação para extraordinarios de viagem correspondente a um mez de vencimentos. A verba de representação a que tiverem direito os ditos funcionarios não será computada, total ou parcialmente, no calculo para pagamento de bonificação.

III. A disponibilidade dos funcionarios consulares e diplomaticos, autorizada pelo art. 38, n. III, da lei n. 4.793, de 7 de janeiro de 1924, será regulada pelos arts. 129 e 140 da Consolidação referente ao Corpo Consular brasileiro, approvada pelo decreto n. 10.384, de 6 de agosto de 1913.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrario.

Petropolis, 13 de fevereiro de 1924, 103º da Independencia e 36º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

DECRETO N. 16.373 — DE 13 DE FEVEREIRO DE 1924

Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de 527:283\$869, ouro, suplementar ás verbas 6ª, 7ª, 8ª, 11ª, e 13ª do art. 25 da lei orçamentaria n. 4.632, de 6 de janeiro de 1923

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização constante do decreto legislativo numero 4.809, de 12 de janeiro de 1924, e tendo sido consultado o Tribunal de Contas e ouvido o ministro da Fazenda, nos termos dos arts. 90 e 92 do Regulamento do Codigo de Contabilidade, que baixou com o decreto n. 15.683, de 8 de novembro de 1922, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministerio das Relações Exteriores o credito supplementar de quinhentos e vinte e sete contos duzentos e oitenta e tres mil e oitocentos e sessenta e nove réis (527:283\$869), ouro, assim distribuido pelas seguintes verbas do art. 25 da lei orçamentaria n. 4.632, de 6 de janeiro de 1923: verba 6ª, "Congressos e conferencias", 2ª consignação, 100:000\$; verba 7ª, "Serviço telegraphico", 150:000\$; verba 8ª, "Repartições internacionaes", contribuição para a Liga das Nações, mais 324.277,92 francos, ouro — 127:283\$869; verba 11ª, "Ajudas de custo", 50:000\$000; verba 13ª, "Expansão economica", 2ª, consignação, 100:000\$000.

Art. 2.º Ficam revogados o decreto n. 16.319, de 12 de janeiro de 1924 e mais disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 1924, 103º da Independencia e 36º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

DECRETO N. 16.378 — DE 20 DE FEVEREIRO DE 1924

Publica a adhesão da Esthonia a actos internacionaes, relativos á protecção da propriedade industrial

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, faz publica a adhesão da Republica da Esthonia á Convenção Internacional para a protecção da propriedade industrial, assignada em Paris a 20 de março de 1883, revista em Bruxellas a 14 de dezembro de 1900 e em Washington a 2 de junho de 1911, com o respectivo protocollo de encerramento, conforme communicou ao Ministerio das Relações Exteriores a Legação Suissa nesta Capital, por Nota de 7 do corrente, cuja traducção official acompanha este decreto.

Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 1924, 103º da Independencia e 36º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

TRADUÇÃO

Legação da Suissa no Brasil — N. GG 2/2 — Rio de Janeiro, 7 de fevereiro de 1924.

Senhor Ministro — Tenho a honra de informar a Vossa Excellencia que, por nota datada de 18 de dezembro de

1923, o Ministerio dos Negocios Estrangeiros da Esthonia notificou ao Conselho Federal Suisso que a Republica da Esthonia decidiu, por uma lei votada pela Assembléa do Estado, em 29 de novembro de 1923, adherir á Convenção Internacional relativa á protecção da propriedade industrial, assignada em Paris a 20 de março de 1883; revista em Bruxellas a 14 de dezembro de 1900 e em Washington a 2 de junho de 1911, com o seu protocollo de encerramento (v. artigo 18 da Convenção).

De accôrdo com o artigo 16, alinea 3, da Convenção da União de Paris, revista, esta adhesão produzirá effeito um mez após a remessa da notificação feita pelo Governo Suisso aos outros paizes unionistas, portanto, a partir de 12 de fevereiro de 1924.

Quanto á contribuição para a despeza da Repartição internacional, o Conselho Federal Suisso solicitou do Governo da Esthonia de lhe indicar em que classe deseja o seu paiz ser classificado.

Peço a Vossa Excellencia queira tomar nota dessa adhesão.

Aproveito, com prazer, este novo ensejo, Senhor Ministro, para lhe renovar os protestos da minha mais alta consideração.

Gertsch.

A Sua Excellencia o Senhor Dr. Felix Pacheco, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

DECRETO N. 16.379 — DE 20 DE FEVEREIRO DE 1924

Promulga os actos firmados pelos delegados do Brasil no VII Congresso da União Postal Universal, reunido em Madrid em outubro de 1920

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:
Tendo sancionado pelo decreto n. 4.470, de 14 de janeiro de 1922, a resolução do Congresso Nacional que approvou os actos firmados pelos delegados do Brasil no VII Congresso da União Postal Universal, reunido em Madrid no mez de outubro de 1920; e tendo-se effectuado o respectivo deposito de ratificações no Ministerio dos Negocios Estrangeiros do Reino de Hespanha, aos 30 de janeiro proximo passado;

Decreta que esses Actos, appensos por cópia ao presente decreto, sejam executados e cumpridos tão inteiramente como nelles se contém.

Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 1924, 103° da Independencia e 36° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

UNION POSTALE UNIVERSELLE

I

CONVENTION POSTALE UNIVERSELLE

Conclue entre

L'Allemagne, les Etats-Unis d'Amérique, les Iles Philippines, les autres possessions insulaires des Etats-Unis d'Amérique, la République Argentine, l'Autriche, la Belgique, la Colonie du Congo Belge, la Bolivie, le Brésil, la Bulgarie, le Chili, la Chine, la République de Colombie, la République de Costa-Rica, la République de Cuba, le Danemark, la République Dominicaine, l'Egypte, l'Equateur, l'Espanne, et les Colonies Espagnoles, l'Ethiopie, la Finlande, la France, l'Algérie, les Colonies et Protectorats français de l'Indochine, l'Ensemble des autres Colonies françaises, la Grande-Bretagne et divers Dominions, Colonies et Protectorats britanniques, L'Inde Britannique, la Commonwealth de l'Australie, le Canada, la Nouvelle-Zélande, l'Union de l'Afrique du Sud, la Grèce, le Guatemala, la République d'Haïti, la République du Honduras, la Hongrie, l'Islande, l'Italie et les Colonies italiennes, le Japon, le Chosen, l'Ensemble des autres dépendances japonaises, la République de Libéria, le Luxembourg, le Maroc (à l'exclusion de la zone espagnole), le Maroc (zone espagnole), le Mexique, le Nicaragua, la Norvège, la République de Panamá, le Paraguay, les Pays-Bas, les Indes Néerlandaises, les Colonies Néerlandaises en Amérique, le Pérou, la Perse, la Pologne, le Portugal, les Colonies portugaises de l'Afrique les Colonies portugaises de l'Asie et de l'Océanie, la Russie, la République de St-Marin, le Salvador, le Territoire de la Sarre, le Royaume des Serbes, Croates et Slovènes, le Royaume de Siam, la Suède, la Suisse, la Tchecoslovaquie, la Tunisie, la Turquie, l'Uruguay et les Etats-Unis de Venezuela.

Les soussignés, plénipotentiaires des Gouvernements des pays ci-dessus énumérés, s'étant réunis en Congrès à Madrid, en vertu de l'article 25 de la Convention postale universelle conclue à Rome le 26 mai 1906, ont, d'un commun accord et sous réserve de ratification, révisé ladite Convention conformément aux dispositions suivantes:

ARTICLE 1

DEFINITION DE L'UNION POSTALE

Les pays entre lesquels est conclue la présente Convention, ainsi que ceux qui y adhéreront ultérieurement, forment, sous la dénomination d'*Union postale universelle*, un seul territoire postal pour l'échange réciproque des correspondances entre leurs bureaux de poste.

ARTICLE 2

ENVOIS AUXQUELS S'APPLIQUE LA CONVENTION

Les dispositions de cette Convention s'étendent aux lettres, aux cartes postales simples et avec réponse payée, aux imprimés de toute nature, aux papiers d'affaires et aux échantillons de marchandises originaires de l'un des pays de l'Union et à destination d'un autre de ces pays. Elles s'appliquent également à l'échange postal des objets ci-dessus entre pays de l'Union et les pays étrangers à l'Union, toutes les fois que cet échange emprunte les services de deux des parties contractantes au moins.

ARTICLE 3

TRANSPORT DES DÉPÊCHES ENTRE PAYS LIMITROPHES; SERVICES TIERS

1.° Les Administrations des postes des pays limitrophes ou aptes à correspondre directement entre eux sans emprunter l'intermédiaire des services d'une tierce Administration, déterminent, d'un commun accord, les conditions du transport de leurs dépêches réciproques à travers la frontière ou d'une frontière à l'autre.

2.° A moins d'arrangement contraire, on considère comme services tiers les transports maritimes effectués directement entre deux pays, au moyen de paquebots ou bâtiments dépendant de l'un d'eux, et ces transports, de même que ceux effectués entre deux bureaux d'un même pays, par l'intermé-

diaire de services maritimes ou territoriaux dépendant d'un autre pays, sont régis par les dispositions de l'article suivant.

3.^o Les hautes parties contractantes s'engagent à ne pas imposer, au titre postal, d'obligations spéciales aux paquebots affectés à des services réguliers de transport des correspondances et dépendant d'un pays de l'Union, en échange des avantages et privilèges qui pourraient exister ou être institués en faveur d'une catégorie quelconque de navires marchands, notamment pour les formalités et opérations au départ des ports ou à l'arrivée.

ARTICLE 4

FRAIS DE TRANSIT ET D'ENTREPÔT

1. La liberté du transit est garantie dans le territoire entier de l'Union.

Les Administrations ont le droit de supprimer le service postal avec tout pays qui n'observerait pas les dispositions de l'alinéa précédent. Ces Administrations doivent donner préalablement, par télégramme, avis de cette mesure à l'Administration intéressée.

2. Les diverses Administrations postales de l'Union peuvent s'expédier réciproquement par l'intermédiaire d'une ou de plusieurs d'entre elles, tant des dépêches closes que des correspondances à découvert, suivant les besoins du trafic et les convenances du service postal.

3. Les correspondances échangées en dépêches closes entre deux Administrations de l'Union, au moyen des services d'une ou de plusieurs autres Administrations de l'Union, sont soumises, au profit de chacun des pays traversés ou dont les services participent au transport, aux frais de transit suivants, savoir :

1^o, pour les parcours territoriaux :

a) à 1 franc 50 centimes par kilogramme de lettres et de cartes postales et à 20 centimes par kilogramme d'autres objets, si la distance parcourue n'excède pas 3.000 kilomètres;

b) à 3 francs par kilogramme de lettres et de cartes postales et à 40 centimes par kilogramme d'autres objets si la distance parcourue est supérieure à 3.000 kilomètres, mais n'excède pas 6.000 kilomètres;

c) à 4 francs 50 centimes par kilogramme de lettres et de cartes postales et à 60 centimes par kilogramme d'autres objets,

si la distance parcourue est supérieure à 6.000 kilomètres, mais n'excède pas 9.000 kilomètres;

d) à 6 francs par kilogramme de lettres et de cartes postales et à 80 centimes par kilogramme d'autres objets, si la distance parcourue excède 9.000 kilomètres.

2°, pour les parcours maritimes;

a) à 1 franc 50 centimes par kilogramme de lettres et de cartes postales et à 20 centimes par kilogramme d'autres objets, si le trajet n'excède pas 300 milles marins. Toutefois, le transport maritime sur un trajet n'excédant pas 300 milles est gratuit si l'Administration intéressée reçoit déjà, du chef des dépêches transportées, la rémunération afférente au transit territorial;

b) à 4 francs par kilogramme de lettres et de cartes postales et à 50 centimes par kilogramme d'autres objets, pour les échanges effectués sur un parcours excédant 300 milles marins, entre pays d'Europe, entre l'Europe et les ports d'Afrique et d'Asie sur la Méditerranée et la Mer Noire ou de l'un à l'autre de ces ports, et entre l'Europe et l'Amérique du Nord. Les mêmes prix sont applicables aux transports assurés dans tout le ressort de l'Union entre deux ports d'un même Etat, ainsi qu'entre les ports de deux Etats desservis par la même ligne de paquebots lorsque le trajet maritime n'excède pas 1.500 milles marins;

c) à 8 francs par kilogramme de lettres et de cartes postales et à 1 franc par kilogramme d'autres objets, par tous les transports ne rentrant pas dans les catégories énoncées aux alinéas a et b ci-dessus.

En cas de transport maritime effectué par deux ou plusieurs Administrations, les frais du parcours total ne peuvent pas dépasser 8 francs par kilogramme de lettres et de cartes postales et 1 franc par kilogramme d'autres objets; ces frais sont, le cas échéant, répartis entre les Administrations participant au transport, *au pro rata* des distances parcourues, sans préjudice des arrangements différents qui peuvent intervenir entre les parties intéressées.

4. L'entrepôt, dans un port, de dépêches closes apportées par un paquebot et destinées à être reprises par un autre paquebot donne lieu au paiement d'une rémunération fixée à 50 centimes par sac au profit de l'Office des postes du lieu d'entrepôt, pourvu que cet Office ne reçoive pas de paiement pour un service de transit territorial ou maritime. Toutefois, le simple transbordement de paquebot à paquebot ne donne lieu à aucun paiement.

5. Les correspondances échangées à découvert entre deux Administrations de l'Union sont soumises, par article et sans égard au poids ou à la destination, aux frais de transit suivants, savoir:

Lettres...	6	centimes pièce;
Cartes postales...	2 ½	centimes pièce;
Autres objets...	2 ½	centimes pièce.

6. Les prix de transit spécifiés au présent article ne s'appliquent pas aux transports dans l'Union au moyen de services extraordinaires spécialement créés ou entretenus par une Administration sur la demande d'une ou de plusieurs autres Administrations. Les conditions de cette catégorie de transports sont réglées de gré à gré entre les Administrations intéressées.

En outre, partout où le transitant territorial que maritime est actuellement gratuit ou soumis à des conditions plus avantageuses, ce régime est maintenu.

7. Les frais de transit et d'entrepôt sont à la charge de l'Administration du pays d'origine.

8. Le décompte général de ces frais a lieu sur la base de relevés établis une fois tous les trois ans, pendant une période de 28 jours à déterminer dans le Règlement d'exécution de la présente Convention.

9. Sont exemptes de tous frais de transit territorial ou maritime les correspondances mentionnées aux §§ 3 et 4 de l'article 13 ci-après; les cartes postales-réponse renvoyées au pays d'origine; les objets réexpédiés ou mal dirigés; les rebuts; les avis de réception; les mandats de poste et tous autres documents relatifs au service postal.

10. Lorsque le solde annuel des décomptes des frais de transit et d'entrepôt entre deux Administrations ne dépasse pas 1.000 francs, l'Administration débitrice est exonérée de tout paiement de ce chef.

ARTICLE 5

SERVICES AÉRIENS

Sont assimilés aux services extraordinaires dont il est fait mention à l'article 4, § 6, les services aériens établis pour le transport de correspondances entre deux ou plusieurs pays.

Les conditions du transport sont déterminées de gré à gré entre les Administrations intéressées. Toutefois, les frais de

transit afférents à chaque parcours effectué par voie aérienne sont uniformes pour toutes les Administrations qui font emploi de ce service sans participer aux frais d'exploitation.

ARTICLE 6

TAXES, SURTAXE ET CONDITIONS GÉNÉRALES APPLICABLES AUX ENVOIS

1. Les taxes pour le transport des envois postaux dans toute l'étendue de l'Union, y compris leur remise au domicile des destinataires dans les pays de l'Union, où le service de distribution est ou sera organisé, sont fixées en cas d'affranchissement comme il suit :

1°, pour les lettres, à 50 centimes pour le premier poids de 20 grammes et à 25 centimes par chaque poids de 20 grammes ou fraction de 20 grammes au-dessus du premier poids de 20 grammes;

2°, pour les cartes postales, à 30 centimes pour la carte simple ou pour chacune des deux parties de la carte avec réponse payée;

3°, pour les imprimés de toute nature, les papiers d'affaires et les échantillons de marchandises, à 10 centimes par chaque objet ou paquet portant une adresse particulière et par chaque poids de 50 grammes ou fraction de 50 grammes, pourvu que cet objet ou paquet ne contienne aucune lettre ou note manuscrite ayant le caractère de correspondance actuelle et personnelle, et soit conditionné de manière à pouvoir être facilement vérifié.

La taxe des papiers d'affaires ne peut être inférieure à 50 centimes par envoi; la taxe des échantillons ne peut être inférieure à 20 centimes par envoi.

Exceptionnellement, les impressions en relief, à l'usage spécial des aveugles, sont admises au tarif de 5 centimes par envoi et par chaque poids de 500 grammes ou fraction de 500 grammes.

2. Il peut être perçu, en sus des taxes fixées par le paragraphe précédent pour tout objet transporté par des services dépendant d'Administrations étrangères à l'Union, ou par des services extraordinaires dans l'Union donnant lieu à des frais spéciaux, une surtaxe en rapport avec ces frais.

Lorsque le tarif d'affranchissement de la carte postale simple comprend la surtaxe autorisée par l'alinéa précédent ce même tarif est applicable à chacune des parties de la carte postale avec réponse payée.

Le pays de destination est autorisée à percevoir, pour les objets adressés poste restante, une surtaxe spéciale d'après sa législation interne. La surtaxe ne suit pas l'objet en cas de réexpédition ou de mise en rebut.

3. En cas d'absence ou d'insuffisance d'affranchissement, les objets de correspondance de toute nature sont passibles, à la charge des destinataires, d'une taxe double du montant de l'affranchissement manquant ou de l'insuffisance, sans que cette taxe puisse être inférieure à 30 centimes.

4. Les objets autres que les lettres et les cartes postales doivent être affranchis au moins partiellement.

La faculté de ne pas affranchir ou d'affranchir partiellement ne s'applique pas aux lettres et cartes postales ni aux autres objets expédiés avec l'intention évidente d'éviter l'affranchissement.

5. Les lettres ne peuvent pas dépasser le poids de 2 kilogrammes, ni présenter sur aucun de leurs côtés une dimension supérieure à 45 centimètres, ou, si elles ont la forme de rouleau, 75 centimètres de longueur et 10 centimètres de diamètre.

6. Les paquets d'échantillons de marchandises ne peuvent renfermer aucun objet ayant une valeur marchande; ils ne doivent pas dépasser le poids de 500 grammes, ni présenter des dimensions supérieures à 30 centimètres en longueur, 20 centimètres en largeur et 10 centimètres en épaisseur ou, s'ils ont la forme de rouleau, à 30 centimètres de longueur et 15 centimètres de diamètre.

7. Les paquets de papiers d'affaires et d'imprimés ne peuvent pas dépasser le poids de 2 kilogrammes, ni présenter sur aucun de leurs côtés une dimension supérieur à 45 centimètres. On peut, toutefois, admettre au transport par la poste les paquets en forme de rouleau dont le diamètre ne dépasse pas 10 centimètres et dont la longueur n'excède pas 75 centimètres.

Les paquets d'imprimés destinés à l'usage spécial des aveugles ainsi que les volumes imprimés expédiés isolément peuvent atteindre le poids de 3 kilogrammes, mais ne peuvent dépasser les dimensions prévues pour les autres catégories d'imprimés.

8. Sont exclus de la modération de taxe les timbres ou formules d'affranchissement, oblitérés ou non, ainsi que tous imprimés constituant le signe représentatif d'une valeur, sauf les exceptions autorisées par le Règlement d'exécution de la présente Convention.

ARTICLE 7

OBJETS RECOMMANDÉS; AVIS DE RÉCEPTION; DEMANDE DE RENSEIGNEMENTS

1. Les objets désignés dans l'article 6 peuvent être expédiés sous recommandation.

Toutefois, les parties "Réponse" adhérentes aux cartes postales ne peuvent être recommandées par les expéditeurs primitifs de ces envois.

2. Tout envoi recommandé est passible, à la charge de l'expéditeur :

1°, du prix d'affranchissement ordinaire de l'envoi, selon sa nature;

2°, d'un droit fixe de recommandation de 50 centimes au maximum, y compris la délivrance d'un bulletin de dépôt à l'expéditeur.

3. L'expéditeur d'un objet recommandé peut obtenir un avis de réception de cet objet en payant, au moment du dépôt, un droit fixe de 50 centimes au maximum.

Le double de ce droit peut être perçu pour les avis de réception demandés portérieurement au dépôt de l'objet et pour les demandes de renseignements relatives aux objets ordinaires ou recommandés. S'il s'agit de demandes de renseignements concernant des objets recommandés, aucune taxe n'est perçue si l'expéditeur a déjà acquitté le droit spécial pour obtenir un avis de réception.

ARTICLE 8

ENVOIS CONTRE REMBOURSEMENT

1. Les correspondances recommandées peuvent être expédiées grevées de remboursement dans les relations entre les pays dont les Administrations conviennent d'assurer ce service.

Les objets contre remboursement sont soumis aux formalités et aux taxes des envois recommandés.

L'expéditeur paie, en outre, un droit fixe de remboursement de 10 centimes.

Le maximum du remboursement est égal à celui fixé pour les mandats de poste à destination du pays d'origine de l'envoi.

Sauf arrangement contraire entre les Administrations intéressées, le montant du remboursement est exprimé dans la monnaie du pays de destination.

2. Sous la même réserve, le montant encaissé du destinataire doit être transmis à l'expéditeur au moyen d'un mandat de poste après déduction d'un droit d'encaissement de 15 centimes et de la taxe ordinaire des mandats calculée sur le montant du reliquat.

Les mandats de remboursement, qui n'ont pas été payés aux bénéficiaires pour un motif quelconque, ne sont pas remboursés à l'Office d'émission, et le montant en revient définitivement à l'Administration du pays expéditeur des envois grevés de remboursement, après l'expiration du délai légal de prescription.

A tous les autres égards les mandats de remboursement sont soumis aux dispositions fixées par l'Arrangement concernant le service des mandats de poste.

3. La perte d'un envoi recommandé grevé de remboursement engage la responsabilité du service postal envers l'expéditeur dans les conditions déterminées par l'article 10 ci-après pour les envois recommandés.

4. Les sommes encaissées régulièrement du destinataire, déduction faite de la taxe du mandat et du droit d'encaissement, sont garanties à l'expéditeur dans les conditions déterminées par l'Arrangement concernant le service des mandats de poste pour les sommes converties en mandats de poste, sauf dans le cas prévu au 2^e alinéa du § 1 de l'article 10 ci-après.

5. Si l'envoi a été livré au destinataire sans encaissement du montant du remboursement, l'expéditeur a droit à une indemnité, à moins que le non-encaissement ne soit dû à une faute ou une négligence de sa part. L'indemnité ne pourra dépasser, dans aucun cas, le montant du remboursement. Il en est de même, si la somme encaissée du destinataire est inférieure au montant du remboursement indiqué. Par le fait du paiement de l'indemnité, l'Administration est subrogée dans les droits de l'expéditeur pour tout recours éventuel contre le destinataire ou les tiers.

La responsabilité incombe à l'Office du pays de destination, à moins que celui-ci ne puisse prouver que le non-encaissement du remboursement ou l'encaissement d'une somme inférieure est dû à la non-observation d'une disposition réglementaire par l'Office du pays d'origine.

6. Pour les envois grevés de remboursement dont le montant encaissé régulièrement du destinataire n'a pas été transmis à l'expéditeur, l'Office d'origine est autorisé à payer ce montant à l'ayant droit au plus tard dans le délai d'un an à partir du jour qui suit celui de la réclamation. Ce paiement

a lieu pour le compte de l'Office destinataire. L'indemnité éventuelle pour les envois grevés de remboursement livrés au destinataire sans encaissement du montant indiqué ou contre encaissement d'une somme inférieure, ainsi que pour les envois dont le montant a été encaissé frauduleusement, doit être payée par l'Office d'origine à l'ayant droit dans le même délai. Le paiement se fait également pour le compte de l'Office destinataire, si la responsabilité incombe à cet Office en vertu des dispositions du § 5 précédent. Il en est de même, si l'Office destinataire régulièrement saisi a laissé s'écouler six mois sans donner de solution à l'affaire. Ce délai est porté à neuf mois dans les relations avec les pays d'outre-mer. Les délais comprennent le temps nécessaire pour l'expédition de la demande à l'Office destinataire et son renvoi à l'Office d'origine.

Toutefois, l'Office d'origine peut différer exceptionnellement le dédommagement de l'expéditeur au delà du délai précité, lorsque, à l'expiration de ce délai, il n'est pas encore fixé sur le sort de l'envoi grevé de remboursement ou sur les responsabilités encourues.

L'Office destinataire est tenu de restituer à l'Office expéditeur les sommes avancées dans les conditions prévues au § 5 précédent.

ARTICLE 9

CARTES D'IDENTITÉ

1. Chaque Administration peut délivrer, aux personnes qui en font la demande, des cartes d'identité destinées à servir de pièces justificatives pour toutes les transactions effectuées par les bureaux de poste. Ces cartes sont valables dans tous les pays de l'Union, sauf dans ceux qui notifieraient leur non-adhésion à ce service.

2. L'Administration qui délivre une carte d'identité est autorisée à percevoir, de ce chef, une taxe qui doit être représentée en timbres-poste sur la carte; cette taxe ne peut être supérieure à un franc.

3. Les Administrations sont dégagées de toute responsabilité lorsqu'il est établi que la livraison d'un envoi postal ou le paiement d'un mandat a eu lieu sur la présentation d'une carte d'identité régulière.

4. Le titulaire d'une carte d'identité est responsable des conséquences que peut entraîner la perte, la soustraction ou l'emploi frauduleux de la carte.

5. La carte d'identité est valable pendant deux ans à partir du jour de son émission. Si, pendant le délai de validité de la carte, la physionomie du titulaire s'est modifiée à tel point qu'elle ne concorde plus avec la photographie ou le signalement, la carte doit être renouvelée, même avant l'expiration de ce délai.

ARTICLE 10

RESPONSABILITÉ EN MATIÈRE D'ENVOIS RECOMMANDÉS

1. En cas de perte d'un envoi recommandé et sauf le cas de force majeure, l'expéditeur a droit à une indemnité de 50 francs.

Toutefois les Administrations sont dégagées de toute responsabilité pour la perte d'envois recommandés dont le contenu tombe sous le coup des interdictions prévues à l'article 18, § 2, de la présente Convention.

2. Les pays disposés à se charger des risques pouvant dériver du cas de force majeure sont autorisés à percevoir de ce chef sur l'expéditeur une surtaxe de 50 centimes au maximum pour chaque envoi recommandé.

3. L'obligation de payer l'indemnité incombe à l'Administration dont relève le bureau expéditeur. Est réservé à cette Administration le recours contre l'administration responsable, c'est-à-dire contre l'Administration sur le territoire ou dans le service de laquelle la perte a eu lieu.

En cas de perte, dans des circonstances de force majeure, sur le territoire ou dans le service d'un pays se chargeant des risques mentionnés au paragraphe précédent, d'un objet recommandé provenant d'un autre pays, le pays où la perte a eu lieu en est responsable devant l'Office expéditeur, si ce dernier se charge, de son côté, des risques en cas de force majeure à l'égard de ses expéditeurs.

4. Jusqu'à preuve du contraire, la responsabilité incombe à l'Administration qui, ayant reçu l'objet sans faire d'observation, et étant mise en possession de tous les moyens réglementaires d'investigation, ne peut établir ni la délivrance au destinataire, ni, s'il y a lieu, la transmission régulière à l'Administration suivante. Pour les envois adressés poste restante, ou conservés en instance à la disposition des destinataires, la responsabilité cesse par la délivrance à une personne qui a justifié de son identité suivant les règles en vigueur dans le pays de destination, et dont les noms et qualité sont conformes aux indications de l'adresse.

5. Le paiement de l'indemnité par l'Office expéditeur doit avoir lieu le plus tôt possible et, au plus tard, dans le délai de six mois à partir du jour de la réclamation. Ce délai est porté à neuf mois dans les relations avec les pays d'outre-mer.

L'Office expéditeur a la faculté de différer exceptionnellement le règlement de l'indemnité au delà du délai précité lorsque, à son expiration, il n'est pas encore fixé sur le sort de l'objet recherché ou lorsque la question de savoir si la perte de l'envoi est due à un cas de force majeure n'est pas encore tranchée.

Toutefois l'Office d'origine est autorisé à désintéresser l'expéditeur pour le compte de l'Office intermédiaire ou destinataire qui, régulièrement saisi, a laissé s'écouler six mois (neuf mois dans les relations avec les pays d'outre-mer) sans donner de solution à l'affaire.

L'Office responsable ou pour le compte duquel le paiement est effectué en conformité de l'alinéa précédent est tenu de rembourser à l'Office expéditeur le montant de l'indemnité et, le cas échéant, des intérêts dans le délai de trois mois après avis du paiement. Ce remboursement s'effectue sans frais pour l'Office créateur, soit au moyen d'un mandat de poste ou d'une traite, soit en espèces ayant cours dans le pays créateur. Passé le délai de trois mois, la somme due à l'Office expéditeur est productive d'intérêts, à raison de 7 % l'an, à dater du jour de l'expiration du dit délai.

Dans le cas où un Office dont la responsabilité est dûment établie, a tout d'abord décliné le paiement de l'indemnité, il doit, en outre, prendre à sa charge tous les frais accessoires résultant du retard non justifié apporté au paiement.

6. Il est entendu que la réclamation n'est admise que dans le délai d'un an, à compter du jour qui suit le dépôt à la poste de l'envoi recommandé; passé ce terme, le réclamant n'a droit à aucune indemnité.

7. Si la perte a eu lieu en cours de transport sans qu'il soit possible d'établir sur le territoire ou dans le service de quel pays le fait s'est accompli, les Administrations en cause supportent le dommage par parts égales.

8. Les Administrations cessent d'être responsables des envois recommandés dont les ayants droit ont donné reçu et pris livraison, ainsi que des envois dont elles ne peuvent rendre compte par suite de la destruction des documents de service pour cause de force majeure.

ARTICLE 11

RETRAIT DE CORRESPONDANCES; MODIFICATION DE L'ADRESSE OU
DES CONDITIONS D'ENVOI

1. L'expéditeur d'un objet de correspondance peut le faire retirer du service ou en faire modifier l'adresse, tant que cet objet n'a pas été livré au destinataire;

2. La demande à formuler à cet effet est transmise par voie postale ou par voie télégraphique aux frais de l'expéditeur, qui doit payer, savoir :

1°, pour toute demande par voie postale, la taxe applicable à une lettre simple recommandée;

2°, pour toute demande par voie télégraphique, la taxe du télégramme d'après le tarif ordinaire;

3. L'expéditeur d'un envoi recommandé grevé de remboursement peut, aux conditions fixées pour les demandes de modification de l'adresse, demander le dégrèvement total ou partiel du montant du remboursement.

ARTICLE 12

FIXATION DES ÉQUIVALENTS PAR RAPPORT AU FRANC POUR LES
TAXES À PERCEVOIR ET LES COMPTES À RÉGLER

Le franc pris pour base des taxes postales s'entend du franc-or conforme au poids et au titre des monnaies d'or établis par la législation en vigueur dans les divers pays qui ont adopté cette unité monétaire.

Dans tous les pays de l'Union les taxes sont établies d'après une équivalence correspondant, aussi exactement que possible, dans la monnaie actuelle de chaque pays, à la valeur du franc-or.

Quant aux règlements qu'ont à se faire entre eux les Offices postaux des divers pays en exécution des dispositions de la présente Convention, pour solde de leurs comptes réciproques, ils se font sur la base du franc-or.

ARTICLE 13

AFFRANCHISSEMENT DES ENVOIS; COUPONS-RÉPONSE; FRANCHISE
DE PORT

1. L'affranchissement de tout envoi quelconque peut être opéré soit au moyen de timbres-poste valables dans le pays d'origine pour la correspondance des particuliers, soit au moyen d'empreintes de machines à affranchir, officiel-

ment adoptées et fonctionnant sous le contrôle immédiat de l'Administration.

Sont considérées comme dûment affranchis: les cartes-réponse portant des timbres-poste du pays d'émission de ces cartes, les envois régulièrement affranchis pour leur premier parcours et dont le complément de taxe a été acquitté avant leur réexpédition ainsi que les journaux ou paquets de journaux dont la suscription porte la mention "Abonnements-poste" ou une mention équivalente et qui sont expédiés en vertu de l'Arrangement particulier sur les abonnements aux journaux, prévu à l'article 21 de la présente Convention.

2. Des coupons-réponse peuvent être mis en vente dans les pays dont les Administrations ont accepté de se charger de ce débit. Le prix de vente minimum du coupon-réponse est de 50 centimes ou de l'équivalent de cette somme dans la monnaie du pays qui le débite.

Ce coupon est échangeable dans tout pays de l'Union contre un timbre ou des timbres représentant l'affranchissement d'une lettre simple originaire de ce pays à destination de l'étranger. Toutefois, l'échange doit se faire avant l'expiration du deuxième mois qui suit celui de l'émission; ce délai est majoré de quatre mois dans les relations avec les pays d'outre mer. Le Règlement d'exécution de la Convention détermine les autres conditions de cet échange et notamment l'intervention du Bureau international dans la confection, l'approvisionnement et la comptabilité desdits coupons.

3. Les correspondances officielles relatives au service postal, échangées entre les Administrations postales, entre ces Administrations et le Bureau international, entre les bureaux de poste des pays de l'Union, et entre ces bureaux et les administrations sont admises à la franchise de port.

4. Il en est de même des correspondances concernant les prisonniers de guerre, expédiées ou reçues, soit directement, soit à titre d'intermédiaire, par les bureaux de renseignements qui seraient établis éventuellement pour ces personnes, dans des pays belligérants ou dans les pays neutres ayant recueilli des belligérants sur leur territoire.

Les correspondances, à l'exception des envois grevés de remboursement, destinées aux prisonniers de guerre ou expédiées par eux sont également affranchies de toutes taxes postales aussi bien dans les pays d'origine et de destination que dans les pays intermédiaires.

Les belligérants recueillis et internés dans un pays neutre sont assimilés aux prisonniers de guerre proprement dits en ce qui concerne l'application des dispositions ci-dessus.

5. Les correspondances déposées en pleine mer dans la boîte d'un paquebot ou entre les mains des agents des postes embarqués ou des commandants de navires peuvent être affranchies, sauf arrangement contraire entre les Administrations intéressées, au moyen des timbres-poste et d'après le tarif du pays auquel appartient ou dont dépend le dit paquebot. Si le dépôt à bord a lieu pendant le stationnement aux deux points extrêmes du parcours ou dans l'une des escales intermédiaires, l'affranchissement n'est valable qu'autant qu'il est effectué au moyen des timbres-poste et d'après le tarif du pays dans les eaux duquel se trouve le paquebot.

ARTICLE 14

ATTRIBUTION DES TAXES

1. Chaque Administration garde en entier les sommes qu'elle a perçues en exécution des divers articles de la présente Convention, sauf la bonification due pour les mandats, prévus au § 2 de l'article 8 et exception faite en ce qui concerne les coupons-réponse (art. 13).

2. En conséquence, il n'y a pas lieu, de ce chef, à un décompte entre les diverses Administrations de l'Union, sous les réserves prévues au § 1 du présent article.

3. Les lettres et autres envois postaux ne peuvent, dans le pays d'origine, comme dans celui de destination, être frappés à la charge des expéditeurs ou des destinataires, d'aucune taxe ni d'aucun droit postal autre que ceux prévus dans la présente Convention.

ARTICLE 15

ENVOIS EXPRESS

1. Les objets de correspondance de toute nature sont, à la demande des expéditeurs, remis à domicile par un porteur spécial immédiatement après l'arrivée dans les pays de l'Union qui consentent à se charger de ce service.

2. Ces envois, qui sont qualifiés "express", sont soumis à une taxe spéciale de remise à domicile; cette taxe est fixée à une taxe spéciale de remise à domicile; cette taxe est fixée à plètement et à l'avance, par l'expéditeur. Elle est acquise à l'Administration du pays d'origine.

3. Lorsque le domicile du destinataire se trouve en dehors du rayon de la distribution gratuite du bureau de des-

tion, ce bureau peut percevoir une taxe complémentaire, jusqu'à concurrence du prix fixé pour la remise par exprès dans le service interne, déduction faite de la taxe payée par l'expéditeur, ou de son équivalent dans la monnaie du pays qui perçoit ce complément.

La taxe complémentaire prévue ci-dessus, reste exigible en cas de réexpédition ou de mise en rebut de l'objet; elle est acquise à l'Administration qui l'a perçue.

4. Les objets exprès non complètement affranchis pour le montant total des taxes payables à l'avance sont distribués par les moyens ordinaires, à moins qu'ils n'aient été traités comme exprès par le bureau d'origine.

ARTICLE 16

RÉEXPÉDITION; REBUTS

1. Il n'est perçu aucun supplément de taxe pour la réexpédition d'envois postaux dans l'intérieur de l'Union.

2. Les correspondances tombées en rebut ne donnent pas lieu à restitution des droits de transit revenant aux Administrations intermédiaires, pour le transport antérieur des dites correspondances.

3. Les lettres et les cartes postales non affranchies et les correspondances de toute nature insuffisamment affranchies, qui font retour au pays d'origine par suite de réexpédition et de mises en rebut, sont remises aux destinataires ou aux expéditeurs contre paiement des taxes dont elles étaient grevées au départ ou à l'arrivée ou en cours de route par suite de réexpédition au delà du premier parcours.

ARTICLE 17

ÉCHANGE DE DÉPÊCHES CLOSES AVEC LES BÂTIMENTS DE GUERRE

1. Des dépêches closes peuvent être échangées entre les bureaux de poste de l'un des pays contractants et les commandants de divisions navales ou bâtiments de guerre de ce même pays en station à l'étranger ou entre le commandant d'une de ces divisions navales ou bâtiments de guerre et le commandant d'une autre division ou bâtiment du même pays, par l'intermédiaire des services territoriaux ou maritimes dépendant d'autres pays.

2. Les correspondances de toute nature comprises dans ces dépêches doivent être exclusivement à l'adresse ou en provenance des états-majors et équipages des bâtiments destinataires ou expéditeurs des dépêches; les

tarifs et conditions d'envoi qui leur sont applicables sont déterminés, d'après ses règlements intérieurs, par l'Administration des postes du pays auquel appartiennent les bâtiments.

3. Sauf arrangement contraire entre les Offices intéressés, l'Office postal expéditeur ou destinataire des dépêches dont il s'agit est redevable, envers les Offices intermédiaires, de frais de transit calculés conformément aux dispositions de l'article 4.

ARTICLE 18

INTERDICTIONS

1. Sauf les exceptions prévues par la présente Convention et le Règlement d'exécution, il n'est pas donné cours aux envois qui ne remplissent pas les conditions requises, pour chaque catégorie de correspondance.

2. Il est interdit d'expédier :

a) des échantillons et autres objets qui, par leur nature, peuvent présenter du danger pour les agents postaux, salir ou détériorer les correspondances;

b) des matières explosibles, inflammables ou dangereuses; des animaux et insectes, vivants ou morts, sauf les exceptions mentionnées au Règlement d'exécution de la présente Convention;

c) des échantillons, dont le nombre expédié par un même expéditeur à l'adresse d'un même destinataire montre l'intention évidente d'éviter la perception des droits de douane dus au pays de destination;

d) des objets passibles de droits de douane;

e) de l'opium, de la morphine, de la cocaïne et autres stupéfiants;

f) des objets obscènes ou immoraux;

g) des objets quelconques dont l'entrée ou la circulation sont interdites dans les pays d'origine ou de destination.

3. Les envois tombant sous les prohibitions du présent article et qui auraient été à tort admis à l'expédition doivent être renvoyés au timbre d'origine, sauf le cas où l'Administration du pays de destination serait autorisée, par sa législation ou par ses règlements intérieurs, à en disposer autrement.

Toutefois les matières explosibles, inflammables ou dangereuses et les objets obscènes ou immoraux ne sont pas renvoyés au timbre d'origine; ils sont détruits sur place

par les soins de l'Administration qui en constate la présence.

4. Est d'ailleurs réservé le droit du Gouvernement de tout pays de l'Union de ne pas effectuer, sur son territoire, le transport ou la distribution, tant des objets jouissant de la modération de taxe à l'égard desquels il n'a pas été satisfait aux lois, ordonnances ou décrets qui règlent les conditions de leur publication ou de leur circulation dans ce pays, que des correspondances de toute nature qui portent ostensiblement des inscriptions, dessins, etc., interdits par les dispositions légales ou réglementaires en vigueur dans le même pays.

5. Les hautes parties contractantes s'engagent à prendre ou à proposer à leurs pouvoirs législatifs les mesures nécessaires pour empêcher et, le cas échéant, punir l'insertion dans les envois énumérés à l'article 2 de la présente Convention, d'opium, de morphine, de cocaïne et autres stupéfiants.

ARTICLE 19

RELATIONS AVEC LES PAYS ÉTRANGERS À L'UNION

1. Les Offices de l'Union qui ont des relations avec des pays situés en dehors de l'Union, doivent prêter leur concours à tous les autres Offices de l'Union:

1.^o pour la transmission, par leur intermédiaire, soit à découvert, soit en dépêches closes, si ce mode de transmission est admis d'un commun accord par les Offices d'origine et de destination des dépêches, des correspondances à destination ou provenant des pays en dehors de l'Union.

2. Les frais totaux de transit maritime dans l'Union, soit en dépêches closes, à travers les territoires ou par l'intermédiaire de services dépendant des dits pays en dehors de l'Union;

3.^o pour que les correspondances soient soumises en dehors de l'Union, comme dans le ressort de l'Union, aux frais de transit déterminés par l'article 4.

2. Les frais totaux de transit maritime dans l'Union et en dehors de l'Union ne peuvent pas excéder 15 francs par kilogramme de lettres et de cartes postales et 1 franc par kilogramme d'autres objets. Le cas échéant, ces frais sont répartis *au pro rata* des distances, entre les Offices intervenant dans le transport.

3. Les frais de transit, territorial ou maritime, en dehors des limites de l'Union comme dans le ressort de

l'Union, des correspondances auxquelles s'applique le présent article, sont constatés dans la même forme que les frais de transit afférents aux correspondances échangées entre pays de l'Union au moyen des services d'autres pays de l'Union.

4. Les frais de transit des correspondances à destination des pays en dehors de l'Union postale sont à la charge de l'Office du pays d'origine, qui fixe les taxes d'affranchissement dans son service des dites correspondances, sans que ces taxes puissent être inférieures au tarif normal de l'Union.

5. Les frais de transit des correspondances originaires des pays en dehors de l'Union ne sont pas à la charge de l'Office du pays de destination. Cet office distribue sans taxe les correspondances qui lui sont livrées comme complètement affranchies; il taxe les correspondances non ou insuffisamment affranchies selon les règles applicables dans son propre service aux envois similaires à destination du pays d'où proviennent les dites correspondances.

6. A' l'égard de la responsabilité en matière d'objets recommandés, les correspondances sont traitées:

pour le transport, dans le ressort de l'Union, d'après les stipulations de la présente Convention;

pour le transport en dehors des limites de l'Union, d'après les conditions notifiées par l'Office de l'Union qui sert d'intermédiaire.

ARTICLE 20

EMPREINTES ET TIMBRES-POSTE CONTREFAITS

Les hautes parties contractantes s'engagent à prendre, ou à proposer à leurs pouvoirs législatifs respectifs, les mesures nécessaires pour punir l'emploi frauduleux, pour l'affranchissement de correspondances, de timbres-poste contrefaits ou ayant déjà servi, ainsi que d'empreintes contrefaites ou ayant déjà servi de machines à affranchir. Elles s'engagent également à prendre, ou à proposer à leurs législatures respectives, les mesures nécessaires pour interdire et réprimer les opérations frauduleuses de fabrication, vente, colportage ou distribution de vignettes et timbres en usage dans le service des postes, contrefaits ou imités de telle manière qu'ils pourraient être confondus avec les vignettes et timbres émis par l'Administration d'un des pays adhérents.

ARTICLE 21

SERVICES FAISANT L'OBJET D'ARRANGEMENTS PARTICULIERS

Le service des lettres et boîtes avec valeur déclarée, et ceux des mandats de poste, des colis postaux, des valeurs à recouvrer, des abonnements aux journaux, des virements postaux font l'objet d'arrangements particuliers entre les divers pays ou groupes de pays de l'Union.

ARTICLE 22

RÈGLEMENT D'EXÉCUTION: ARRANGEMENTS SPÉCIAUX ENTRE ADMINISTRATIONS

1. Les Administrations postales des divers pays qui composent l'Union sont compétentes pour arrêter d'un commun accord, dans un Règlement d'exécution, toutes les mesures d'ordre et de détail qui sont jugées nécessaires.

2. Les différentes Administrations peuvent, en outre, prendre entre elles les arrangements nécessaires au sujet des questions qui ne concernent pas l'ensemble de l'Union, pourvu que ces arrangements ne dérogent pas à la présente Convention.

3. Il est toutefois permis aux Administrations intéressées de s'entendre mutuellement pour l'adoption de taxes réduites dans un rayon de 30 kilomètres.

ARTICLE 23

LEGISLATION INTERNE; UNIONS RESTREINTES

1. La présente Convention ne porte point altération à la législation de chaque pays dans tout ce qui n'est pas prévu par les stipulations contenues dans cette Convention.

2. Elle ne restreint pas le droit des parties contractantes de maintenir et de conclure des traités, ainsi que de maintenir et d'établir des unions plus restreintes en vue de la réduction des taxes ou de toute autre amélioration des relations postales.

ARTICLE 24

BUREAU INTERNATIONAL

1. Est maintenue l'institution, sous le nom de Bureau international de l'Union postale universelle, d'un Office central qui fonctionne sous la haute surveillance de l'Administration des postes suisses, et dont les frais sont supportés par toutes les Administrations de l'Union.

2. Ce Bureau demeure chargé de réunir, de coordonner, de publier et de distribuer les renseignements de toute nature qui intéressent le service international des postes; d'émettre, à la demande des parties en cause, un avis sur les questions litigieuses; d'instruire les demandes en modification des Actes du Congrès; de notifier les changements adoptés, et, en général, de procéder aux études et aux travaux dont il serait saisi dans l'intérêt de l'Union postale.

ARTICLE 25

LITIGES A REGLER PAR ARBITRAGE

1. En cas de dissentiment entre deux ou plusieurs membres de l'Union, relativement à l'interprétation de la présente Convention ou à la responsabilité dérivant, pour une Administration, de l'application de ladite Convention, la question en litige est réglée par jugement arbitral. A cet effet, chacune des Administrations en cause choisit un autre membre de l'Union qui n'est pas directement intéressé dans l'affaire.

Au cas où l'un des Offices en cause ne donnerait, dans les 12 mois à partir du jour qui suit la date de la première réclamation, aucune suite à une proposition d'arbitrage, le Bureau international pourra, sur la demande qui lui en sera faite, provoquer à son tour la désignation d'un arbitre par l'Office défaillant ou en désigner un lui-même, d'office.

2. La décision des arbitres est donnée à la majorité absolue des voix.

3. En cas de partage des voix, les arbitres choisissent, pour trancher le différend, une autre Administration également désintéressée dans le litige.

4. Les dispositions du présent article s'appliquent également à tous les Arrangements conclus en vertu de l'article 24 précédent.

ARTICLE 26

ADHÉSIONS A LA CONVENTION

1. Les pays qui n'ont point pris part à la présente Convention sont admis à y adhérer sur leur demande.

2. Cette adhésion est notifiée, par la voie diplomatique, au Gouvernement de la Confédération suisse et, par ce Gouvernement, à tous les pays de l'Union.

3. Elle emporte, de plein droit, accession à toutes les clauses et admission à tous les avantages stipulés par la présente Convention.

4. Il appartient au Gouvernement de la Confédération suisse de déterminer, d'un commun accord avec le Gouvernement du pays intéressé, la part contributive de l'Administration de ce dernier pays dans les frais du Bureau international, et, s'il y a lieu, les taxes à percevoir par cette Administration en conformité de l'article 12 précédent.

ARTICLE 27

CONGRÈS ET CONFÉRENCES

1. Des Congrès de plénipotentiaires des pays contractants ou de simples Conférences administratives, selon l'importance des questions à résoudre, sont réunis lorsque la demande en est faite ou approuvée par les deux tiers, au moins, des Gouvernements ou Administrations, suivant les cas.

2. Toutefois, un Congrès doit avoir lieu au plus tard cinq ans après la date de la mise à exécution des Actes conclus au dernier Congrès.

3. Chaque pays peut se faire représenter, soit par un ou plusieurs délégués, soit par la délégation d'un autre pays. Mais il est entendu que le délégué ou les délégués d'un pays ne peuvent être chargés que de la représentation de deux pays, y compris celui qu'ils représentent.

4. Dans les délibérations chaque pays dispose d'une seule voix.

5. Chaque Congrès fixe le lieu de la réunion du prochain Congrès.

6. Pour les Conférences, les Administrations fixent les lieux de réunion sur la proposition du Bureau international.

ARTICLE 28

PROPOSITIONS DANS L'INTERVALLE DES RÉUNIONS

1. Dans l'intervalle qui s'écoule entre les réunions, toute Administration des postes d'un pays de l'Union a le droit d'adresser aux autres Administrations participantes, par l'intermédiaire du Bureau international, des propositions concernant le régime de l'Union.

Pour être mise en délibération, chaque proposition doit être appuyée par au moins 2 Administrations, sans compter celle dont la proposition émane. Lorsque le Bureau international ne reçoit pas, en même temps que la proposition, le nombre nécessaire de déclarations d'appui, la proposition reste sans aucune suite.

2. Toute proposition est soumise au procédé suivant:

Un délai de six mois est laissé aux Administrations de l'Union pour examiner les propositions et pour faire parvenir

au Bureau international, le cas échéant, leurs observations. Les amendements ne sont pas admis. Les réponses sont réunies par les soins du Bureau international et communiquées aux Administrations avec l'invitation de se prononcer pour ou contre. Celles qui n'ont point fait parvenir leur voie dans un délai de six mois, à compter de la date de la seconde circulaire du Bureau international leur notifiant les observations apportées, sont considérées comme s'abstenant.

3. Pour devenir exécutoires les propositions doivent réunir, savoir:

1°, l'unanimité des suffrages, s'il s'agit de l'addition de nouvelles dispositions ou de la modification des dispositions du présent article et des articles 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 14, 15, 17, 20, 29, 30 et 31;

2°, les deux tiers des suffrages, s'il s'agit de la modification des dispositions de la présente Convention autres que celles des articles précités;

3°, la simple majorité absolue, s'il s'agit de l'interprétation des dispositions de la présente Convention hors le cas de litige prévu à l'article 25 précédent.

4. Les résolutions valables sont consacrées, dans les deux premiers cas par une déclaration diplomatique que le Gouvernement de la Confédération suisse est chargé d'établir et de transmettre à tous les Gouvernements des pays contractants, et, dans le troisième cas, par une simple notification du Bureau international à toutes les Administrations de l'Union.

5. Toute modification ou résolution adoptée n'est exécutoire que trois mois, au moins, après sa notification.

ARTICLE 29

PROTECTORATS ET COLONIES DANS L'UNION

Sont considérés comme formant, pour l'application des articles 24, 27 et 28 précédents, un seul pays ou une seule Administration, suivant le cas:

- 1°. La colonie du Congo belge;
- 2°. L'Empire de l'Inde britannique;
- 3°. Le Dominion du Canada;
- 4°. La Confédération australienne (Commonwealth of Australia) avec la Nouvelle-Guinée britannique;
- 5°. L'Union de l'Afrique du Sud;
- 6°. Les autres Dominions et l'ensemble des colonies et protectorats britanniques;
7. Les îles Philippines;

8°. L'ensemble de toutes les autres possessions insulaires des Etats-Unis d'Amérique, comprenant les îles Hawaï, Porto-Rico, Guam, et les îles Vierges des Etats-Unis d'Amérique;

9°. L'ensemble des colonies espagnoles;

10°. L'Algérie;

11°. Les colonies et protectorats français de l'Indochine;

12°. L'ensemble des autres colonies françaises;

13°. L'ensemble des colonies italiennes;

14°. Le Chosen;

15°. L'ensemble des autres dépendances japonaises;

16°. Les Indes néerlandaises;

17°. Les colonies néerlandaises en Amérique;

18°. Les colonies portugaises de l'Afrique;

19°. Les colonies portugaises en Asie et en Océanie.

ARTICLE 30

DURÉE DE LA CONVENTION

La présente Convention sera mise à exécution de 1^{er} janvier 1922 et demeurera en vigueur pendant un temps indéterminé; mais chaque partie contractante a le droit de se retirer de l'Union, moyennant un avertissement donné une année à l'avance par son Gouvernement au Gouvernement de la Confédération suisse.

Toutefois, en ce qui concerne les taxes postales, chaque pays est autorisé à les mettre en vigueur avant la date précitée à la condition d'en informer le Bureau International au moins un mois d'avance, et, au besoin, par télégramme.

ARTICLE 31

ABROGATION DES TRAITÉS ANTERIEURS; RATIFICATION

1. Sont abrogées, à partir du jour de la mise à exécution de la présente Convention, les stipulations de la Convention de l'Union postale universelle conclue à Rome en 1906.

2. La présente Convention sera ratifiée aussitôt que faire se pourra. Les actes de ratification seront échangés à Madrid.

3. En foi de quoi les plénipotentiaires des pays ci-dessous énumérés ont signé la présente Convention à Madrid, le trente novembre mil neuf cent vingt.

Pour l'Allemagne: *Ronge*. — *Schenk*. — *Orth*.

Pour les Etats-Unis d'Amérique: *Conde de Colombi*.

Pour les Iles Philippines et les autres possessions insulaires des Etats-Unis d'Amérique: *Conde de Colombi*.

Pour la République Argentine: *A. Barrera Nicholson*.

Pour l'Autriche: *Eberan*.

Pour la Belgique: *A. Pirard*. — *Tixhon*. — *Hubn Krains*.

Pour la colonie du Congo belge: *M. Halewyck*. — *G. Tondeur*.

Pour la Bolivie: *Luis Rodriguez*.

Pour le Brésil: *Alcibiades Peçanha*. — *J. Henrique Aderne*.

Pour la Bulgarie: *N. Startcheff*. — *H. Boschnakoff*.

Pour le Chili: *A. de la Cruz*. — *Florencio Marquez de la Plata*. — *Gus. Cousiño*.

Pour la Chine: *Liou Fou-Tcheng*.

Pour la République de Colombie: *W. Mac Lellan*. — *Gabriel Roldan*.

Pour la République de Costa-Rica: *Manuel M. de Peralta*.

Pour la République de Cuba: *Juan Iruretagoyena*.

Pour le Danemark: *Holtnagel Jensen Holtnblad*.

Pour la République Dominicaine: *Leopoldo Lovelace*.

Pour l'Égypte: *N. T. Borton*.

Pour la République de l'Équateur: *Luis Robalino Davila*. — *Leonidas A. Yerovi*.

Pour l'Espagne: *Conde de Colombi*. — *José de Garcia Torres*. — *Guillermo Capdevilla*. — *José de España*. — *Martin Vicente*. — *Antonio Camacho*.

Pour les colonies espagnoles: *Bernardo Rolland*. — *Ma-noel G. Acebo*.

Pour l'Éthiopie: *Weuldeu-Berhane*

Pour la Finlandie: *G. E. F. Albrecht*.

Pour la France: *M. Lebon*.

Pour M. Georges Bonnet: *M. Lebon*. — *G. Blin*. — *P. Bouillard*. — *Barrail*.

Pour l'Algérie: *H. Treuillé*.

Pour les colonies et protectorats français de l'Indochine: *André Touzet*.

Pour l'ensemble des autres colonies françaises: *G. Demartial*.

Pour la Grande-Bretagne de divers dominions, colonies et protectorats britanniques: *F. H. Williamson*. — *E. J. Harrington*. — *E. L. Asbley Foaks*.

Pour l'Inde britannique: *G. R. Clarke*.

Pour la Commonwealth de l'Australie: *Justinian Oxenham*.

- Pour le Canada: *F. H. Williamson*.
- Pour la Nouvelle-Zélande: *R. B. Morris*.
- Pour l'Union de l'Afrique du Sud: *H. W. S. Twycross*.
- *D. J. O'Kelly*.
- Pour la Grèce: *P. Scassi*. — *Th. Penthéroudakis*.
- Pour le Guatemala: *Juan J. Ortega*. — *Enrique Traumann*.
- Pour la République d'Haiti: *Luiz Ma. Solér*.
- Pour la République du Honduras: *Ricardo Beltran y Rózpide*.
- Pour la Hongrie: *O. de Fejér*. — *G. Baron Szalay*.
- Pour l'Islande: *Holtnagel Jensen*.
- Pour l'Italie et les colonies italiennes: *E. Delmati*. — *T. C. Giannini*. — *S. Ortisi*.
- Pour le Japon: *S. Nakanishi*. — *Arajiro Miura*. — *Y. Hiratsuka*.
- Pour le Chosen: *S. Nakanishi*. — *Arajiro Miura*. — *Y. Hiratsuka*.
- Pour l'ensemble des autres dépendances japonaises: *S. Nakanishi*. — *Arajiro Miura*. — *Y. Hiratsuka*.
- Pour la République de Libéria: *Luis Ma. Solér*.
- Pour le Luxembourg: *G. Faber*.
- Pour le Maroc (à l'exclusion de la Zone espagnole): *Gérard Japy*. — *J. Walter*.
- Pour le Maroc (Zone espagnole): *M. Aguirre de Cárcer*. — *L. López-Ferrer*. — *C. Garcia de Castro*.
- Pour le Mexique:
- Pour M. Cosme Hinojosa: *Julio Poulat*. — *Julio Poulat*.
- *Alfonso Reyes*.
- Pour le Nicaragua: *M. Ig. Teran*.
- Pour la Norvège: *Sommerschield*. — *Klaus Helsing*.
- Pour la République de Panama: *J. D. Arosemena*.
- Pour le Paraguay: *Fernando Pignet*.
- Pour le Pays-Bas: *A. W. Kymmell*. — *J. S. V. Gelder*.
- Pour les Indes néerlandaises: *Wigman*. — *W. F. Gerdes Oosterbeek*. — *J. van der Werf*.
- Pour les colonies néerlandaises en Amérique: *Wigman*.
- *W. F. Gerdes Oosterbeek*. — *J. van der Werf*.
- Pour le Pérou: *D. C. Urrea*. — *O. Barrenechea y Raygada*.
- Pour la Perse: *Husséin Khan Alaï*. — *C. Molitor*.
- Pour la Pologne: *W. Dobrowolski*. — *Maciejewski*. — *Dr. Marjan Blachier*.
- Pour le Portugal: *Henrique Mousinho de Albuquerque*.

Pour les colonies portugaises de l'Afrique: *Juvenal Elvas Floriado Santa Barbara.*

Pour les colonies portugaises de l'Asie et de l'Océanie: *José Emilio dos Santos e Silva.*

Pour la Roumanie: *D. G. Marinesco.* — *Eng. Boukman.*

Pour le Salvador: *Ismael G. Fuentes.*

Pour le Territoire de la Sarre: *Douarche.*

Pour le Royaume des Serbes, Croates et Slovènes: *Drag. Dimitrijevitch.* — *S. P. Toutoundjitch.* — *Dr. Franya Pavlitch.* — *Costa Zlatanovitch.*

Pour le Royaume de Siam: *Phra Sanpakitch Preecha.*

Pour la Suède: *Julius Juhlin.* — *Thore Wennqvist.*

Pour la Suisse: *Mengotti.* — *F. Boss.*

Pour la Tchécoslovaquie: *Dr. Otokar Ruzicka.* — *Václav Kucera.*

Pour la Tunisie: *Gérard Japy.* — *A. Barbarat*

Pour la Turquie: *Méhméd-Ali.*

Pour l'Uruguay: *Adolfo Agorio.*

Pour les Etats-Unis de Venezuela: *Pedro-Emilio Coll.* — *Barceló.* — *A. Posse.*

II

PROTOCOLE FINAL

Au moment de procéder à la signature des Conventions arrêtées par le Congrès postal universel de Madrid, les plenipotentiaires soussignés sont convenus de ce qui suit:

I

Les dispositions de l'article 11 de la Convention ne s'appliquent pas à la Grande-Bretagne et aux dominions, colonies et protectorats britanniques, dont la législation intérieure ne permet pas le retrait de correspondances à la demande de l'expéditeur.

II

Chaque pays de l'Union, qu'il ait ou non le franc pour unité monétaire, a la faculté de fixer dans sa monnaie intérieure, d'accord avec l'Administration des postes suisses, les équivalents des taxes prévues par la présente Convention.

Ces équivalents ne peuvent pas être supérieurs au montant des taxes fixées par la présente Convention ni inférieurs

au montant des taxes qui étaient en vigueur le 1^{er} octobre 1920. Ils pourront cependant subir des modifications correspondant à la hausse ou à la baisse de la valeur de la monnaie légale du pays considéré, à condition de ne pas descendre en dessous des taxes adoptées lors de la mise à exécution de la Convention de Rome.

III

Lorsque les taxes en vigueur dans un pays sont, par rapport au franc-or, à tel point inférieures à celles d'un autre pays qu'il devient avantageux d'expédier non affranchis ou insuffisamment affranchis les objets de la poste aux lettres à destination du premier de ces pays, l'Administration du second pays peut déclarer obligatoire l'affranchissement complet de ces objets.

L'Administration du pays à l'égard duquel cette mesure a été prise, est autorisée à l'appliquer, à titre de réciprocité et pour la même période, aux objets de correspondance à destination de l'autre pays.

Est réservée à chaque pays la faculté de ne pas admettre les cartes postales avec réponse payée, dans les relations avec les autres pays, lorsque la différence entre les taxes des deux pays est telle que l'emploi de ces cartes peut donner lieu à des abus de la part du public.

IV

Est réservée aux pays de l'Union la faculté de percevoir une surtaxe, qui ne peut dépasser 30 centimes par 20 grammes ou fraction de 20 grammes, pour chaque envoi qui, à la demande de l'expéditeur, est transporté dans un coffre-fort flottant placé à bord d'un paquebot postal. La surtaxe est acquise au pays d'origine de l'envoi.

L'emploi de coffres-forts flottants est réglé de commun accord entre les Administrations qui conviennent d'assurer ce service dans leurs relations réciproques.

V

Il est pris acte de la déclaration faite par la délégation britannique au nom de son Gouvernement et portant qu'il a cédé à la Nouvelle-Zélande avec les îles Cook et autres îles dépendantes, la voix que l'article 29, 6^e, de la Convention attribue aux autres dominions et à l'ensemble des colonies et protectorats britanniques.

VI

Le Protocole demeure ouvert en faveur des pays dont les représentants n'ont signé aujourd'hui que la Convention principale, ou un certain nombre seulement des Conventions arrêtées par le Congrès, à l'effet de leur permettre d'adhérer aux autres Conventions signées ce jour, ou à l'une ou l'autre d'entre elles.

VII

Dans le cas où une ou plusieurs des parties contractantes aux Conventions postales signées aujourd'hui à Madrid ne ratifieraient pas l'une ou l'autre de ces Conventions, cette Convention n'en sera pas moins valable pour les Etats qui l'auront ratifiée.

En foi de quoi les plénipotentiaires ci-dessous ont dressé le présent Protocole final, qui aura la même force et la même valeur que si ses dispositions étaient insérées dans le texte même des Conventions auxquelles il se rapporte, et ils l'ont signé en un exemplaire qui restera déposé aux Archives du Gouvernement de l'Espagne et dont une copie sera remise à chaque partie.

Fait à Madrid, le trente novembre mil neuf cent vingt.

Pour l'Allemagne: *Ronge. — Schenk. — Orth.*

Pour les Etats-Unis d'Amérique: *Conde de Colombi.*

Pour les Iles Philippines et les autres possessions insulaires des Etats-Unis d'Amérique: *Conde de Colombi.*

Pour la République Argentine: *A. Barrera Nicholson.*

Pour l'Autriche: *Eberan.*

Pour la Belgique: *A. Pirard. — Tichon. — Hub. Krains. Krains.*

Pour la colonie du Congo Belge: *M. Halewyck. — G. Tondeur.*

Pour la Bolivie: *Luis Rodriguez.*

Pour le Brésil: *Alcibiades Peçanha. — J. Henrique Aderne.*

Pour la Bulgarie: *N. Startcheff. — N. Boschnakoff.*

Pour le Chili: *A. de la Cruz. — Florencio Marquez de la Plata. — Gus. Cousiño.*

Pour la Chine: *Liou Fou-Tcheng.*

Pour la République de Colombie: *W. Mac Lellan. — Gabriel Roldan.*

Pour la République de Costa-Rica: *Manuel M. de Peralla.*

Pour la République de Cuba: *Juan Iruretagoyena.*

Pour le Danemark: *Hollnagel Jensen.* — *Holmblad.*

Pour la République Dominicaine: *Leopoldo Lovelace.*

Pour l'Égypte: *N. T. Borton.*

Pour la République de l'Équateur: *Luis Robalino Dávila.* — *Leonidas A. Yerovi.*

Pour l'Espagne: *Conde de Colombi.* — *José de Garcia Torres.* — *Guillermo Capdevilla.* — *José de España.* — *Martin Vicente.* — *Antonio Camacho.*

Pour les colonies espagnoles: *Bernardo Rolland.* — *Manuel G. Acebo.*

Pour l'Éthiopie: *Weuldeu-Berhane.*

Pour la Finlande: *G. E. F. Albrecht.*

Pour la France: *M. Lebon.*

Pour M. Georges Bonnet: *M. Lebon.* — *G. Blin.* — *P. Bouillard.* — *Barrail.*

Pour l'Algérie: *H. Treuillé.*

Pour les colonies et protectorats français de l'Indochine: *André Touzet.*

Pour l'ensemble des autres colonies françaises: *G. Demartial.*

Pour la Grande-Bretagne et divers dominions, colonies et protectorats britanniques: *F. H. Williamson.* — *E. J. Harrington.* — *E. L. Ashley Foakes.*

Pour l'Inde Britannique: *G. R. Clarke.*

Pour la Commonwealth de l'Australie: *Justinian Oxenham.*

Pour le Canada: *F. H. Williamson.*

Pour la Nouvelle-Zélande: *R. B. Morris.*

Pour l'Union de l'Afrique du Sud: *H. W. S. Twycross.* — *D. J. O'Kelly.*

Pour la Grèce: *P. Scassi.* — *Th. Penthéroudakis.*

Pour le Guatemala: *Juan J. Ortega.* — *Enrique Trautmann.*

Pour la République d'Haïti: *Luis Ma. Solér.*

Pour la République du Honduras: *Ricardo Beltran y Rózpide.*

Pour la Hongrie: *O. de Fejér.* — *G. Baron Szalay.*

Pour l'Islande: *Hollnagel Jensen.*

Pour l'Italie et les colonies italiennes: *E. Delmatti.* — *T. C. Giannini.* — *S. Ortisi.*

Pour le Japon: *S. Nakanishi.* — *Arajiro Miura.* — *Y. Hiratsuka.*

Pour le Chosen: *S. Nakanishi.* — *Arajiro Miura.* — *Y. Hiratsuka.*

Pour l'ensemble des autres dépendances japonaises: *S. Nakanishi.* — *Arajiro Miura.* — *Y. Hiratsuka.*

Pour la République de Libéria: *Luis Ma. Solér.*

Pour le Luxembourg: *G. Faber.*

Pour le Maroc (à l'exclusion de la Zone espagnole): *Gérard Japy.* — *J. Walter.*

Pour le Maroc (Zone espagnole): *M. Aguirre de Cárcer.* — *L. López-Ferrer.* — *C. García de Castro.*

Pour le Mexique:

Pour M. Cosme Hinojosa: *Julio Poulat.* — *Julio Poulat.* — *Alfonso Reyes.*

Pour le Nicaragua: *M. Ig. Teran.*

Pour le Norvège: *Sommerschöld.* — *Klaus Helsing.*

Pour la République de Panamá: *J. D. Arosemena.*

Pour le Paraguay: *Fernando Pignet.*

Pour les Pays-Bas: *A. W. Kymmell.* — *J. S. van Gelder.*

Pour les Indes néerlandaises: *Wigman.* — *W. F. Gerdes Oosterbeek.* — *J. van der Werf.*

Pour les colonies néerlandaises en Amérique: — *Wigman.* — *W. F. Gerdes Oosterbeek.* — *J. van der Werf.*

Pour le Pérou: *D. C. Urrea.* — *O. Barrenechea y Raygada.*

Pour la Perse: *Husséïn Khan Alaï.* — *C. Molitor.*

Pour la Pologne: *W. Dobrowolski.* — *Maciejewski.* — *Dr. Marjan Blachier.*

Pour le Portugal: *Henrique Moussinhô de Albuquerque.*

Pour les colonies portugaises de l'Afrique: *Juvenal Elvas Floriado Santa Barbara.*

Pour les colonies portugaises de l'Asie et de l'Océanie: *José Emilio dos Santos e Silva.*

Pour la Roumanie: *D. G. Marinescö.* — *Eug. Boukman.*

Pour le Salvador: *Ismael G. Fuentes.*

Pour le Territoire de la Sarre: *Douarche.*

Pour le Royaume des Serbes, Croates et Slovènes: *Drağ.* *Dimitrijevitch.* — *S. P. Toutoundjitch.* — *Dr. Franya Pavlitch.* — *Costa Zlatanovitch.*

Pour le Royaume de Siam: *Phra Sampakitch Preecha.*

Pour la Suède: *Julius Juhlin.* — *Thore Wenngvist.*

Pour la Suisse: *Mengotti.* — *F. Boss.*

Pour la Tchécoslovaquie: Dr. *Otokar Ruzichka*. — *Václav Kucera*.

Pour la Tunisie: *Gérard Japy*. — *A. Barbarat*.

Pour la Turquie: *Méhméd-Ali*.

Pour l'Uruguay: *Adolfo Agorio*.

Pour les Etats-Unis de Venezuela: *Pedro-Emilio Coll*.
— *Barceló*. — *A. Posse*.

III

RE'GLEMENT D'EXECUTION DE LA CONVENTION POSTALE UNIVERSELLE

Conclue entre:

L'Allemagne, les Etats-Unis d'Amérique, les Iles Philippines, les autres possessions insulaires des Etats-Unis d'Amérique, la République Argentine, l'Autriche, la Belgique et la Colonie du Congo Belge, la Bolivie, le Brésil, la Bulgarie, le Chili, la Chine, la République de Colombie, la République de Costa-Rica, la République de Cuba, le Danemark, la République Dominicaine, l'Egypte, l'Equateur, l'Espagne et les colonies espagnoles, l'Ethiopie, la Finlande, la France, l'Algérie, les colonies et protectorats français de l'Indochine, l'ensemble des autres colonies françaises, la Grande-Bretagne et divers dominions, colonies et protectorats britanniques, l'Inde Britannique, la commonwealth de l'Australie, le Canadâ, la Nouvelle-Zélande, l'Union de l'Afrique du Sud, la Grèce, le Guatemala, la République d'Haïti, la République du Honduras, la Hongrie, l'Islande, l'Italie et les colonies italiennes, le Japon, le Chosen, l'ensemble des autres dépendances japonaises, la République de Libéria, le Luxembourg, le Maroc (à l'exclusion de la zonē espagnole), le Maroc (zone espagnole), le Mexique, le Nicaragua, la Norvège, la République de Panamá, le Paraguay, les Pays Bas, les Indes néerlandaises, les colonies néerlandaises en Amérique, le Pérou, la Perse, la Pologne, le Portugal, les colonies portugaises de l'Afrique, les colonies portugaises de l'Asie et de l'Océanie, la Roumanie, la Russie, la République de St. Marin, le Salvador, les territoire de la Sarre, le Royaume des Serbes, Croates et Slovènes, le Royaume de Siam, la Suède, la Suisse, la Tchécoslovaquie, la Tunisie, la Turquie, l'Uruguay et les Etats-Unis de Venezuela.

Les soussignés, vu l'article 22 de la Convention postale universelle, conclue à Madrid le 30 novembre 1920, ont, au nom de leurs Administrations respectives, arrêté d'un commun accord les mesures suivantes, pour assurer l'exécution de la dite Convention.

I

DIRECTION DES CORRESPONDANCES

1 — Chaque Administration est obligée d'expédier par les voies les plus rapides qu'elle emploie pour ses propres envois les dépêches closes et les correspondances à découvert qui lui sont livrées par une autre Administration. Toutefois, l'Administration du pays d'origine a la faculté d'indiquer la voie à suivre par les dépêches closes qu'elle expédie, pourvu que l'emploi de cette voie n'entraîne pas pour une Administration intermédiaire des frais spéciaux excessifs.

Dans le cas où une Administration, par des circonstances extraordinaires, se voit obligée de suspendre temporairement l'expédition des dépêches closes et des correspondances à découvert qui lui sont livrées par une autre Administration, elle est tenue d'en donner immédiatement avis, au besoin par télégraphe, à l'Administration ou aux Administrations intéressées.

2 — Les Administrations qui usent de la faculté de percevoir des taxes supplémentaires en représentation des frais extraordinaires afférents à certaines voies sont libres de ne pas diriger par ces voies les correspondances insuffisamment affranchies.

II

ÉCHANGE EN DÉPÊCHES CLOSES

1 — L'échange des correspondances en dépêches closes, entre les Administrations de l'Union, est réglé d'un commun accord et selon les nécessités du service entre les Administrations en cause.

2 — S'il s'agit d'un échange à faire par l'entremise d'un ou de plusieurs pays tiers, les Administrations de ces pays doivent en être prevenues en temps opportun.

3 — Il est, d'ailleurs, obligatoire de former des dépêches closes toutes les fois qu'une des Administrations intermédiaires en fait la demande, se basant sur le fait que le nombre de correspondances à découvert est de nature à entraver ses opérations.

4 — En cas de changement dans un service d'échange en dépêches closes établi entre deux Administrations par l'entremise d'un ou de plusieurs pays tiers, l'Administration qui a provoqué le changement en donne connaissance aux Administrations des pays par l'entremise desquels cet échange s'effectue.

III

SERVICES EXTRAORDINAIRES

1 — Les services extraordinaires de l'Union donnant lieu à des frais spéciaux dont la fixation est réservée par l'article 4, § 6 de la Convention, à des arrangements entre les Administrations intéressées, sont exclusivement ceux entretenus pour le transport territorial accéléré de la Malle dite des Indes.

2 — Les transports aériens sont assimilés aux services extraordinaires (article 5 de la Convention principale).

IV

FIXATION DES TAXES

1. Les Administrations des pays de l'Union perçoivent leurs taxes d'après les équivalents, qui sont fixés en exécution de l'article 12 de la Convention principale. Chaque Administration doit s'entendre avec l'Administration des postes suisses à laquelle il appartient de faire notifier les équivalents par l'intermédiaire du Bureau international.

Le Bureau international doit établir et distribuer aux Administrations un tableau indiquant, pour chaque pays, les équivalents: de la taxe de la lettre simple, du second port de la lettre, de la carte postale, et des autres objets par unité de 50 grammes.

2. Lorsqu'un changement d'équivalents est jugé nécessaire, l'Administration du pays intéressé doit suivre la procédure indiquée au paragraphe précédent.

3. Les fractions monétaires résultant, soit du complément de taxe applicable aux correspondances insuffisamment affranchies, soit de la fixation des taxes des correspondances échangées avec les pays étrangers à l'Union ou de la combinaison des taxes de l'Union avec les surtaxes prévues par l'article 6 de la Convention, peuvent être arrondies par les Administrations qui en effectuent la perception. Mais la somme à ajouter de ce chef ne peut, dans aucun cas, excéder la valeur d'un vingtième de franc (cinq centimes).

V

EXCEPTIONS EN MATIÈRE DE POIDS

Il est admis, par mesure d'exception, que les Etats qui, à cause de leur régime intérieur, ne peuvent adopter le type

de poids décimal métrique, ont la faculté d'y substituer l'once avoirdupois (28,3465 grammes) en assimilant une once à 20 grammes pour les lettres et deux onces à 50 grammes pour les autres objets, et d'élever, au besoin, la limite du port simple des journaux à quatre onces, mais sous la condition expresse que, dans ce dernier cas, il soit perçu un port entier par numéro de journal, alors même que plusieurs journaux se trouveraient groupés dans un même envoi.

VI

TIMBRES-POSTE ET EMPREINTES D'AFFRANCHISSEMENT

1. Les timbres-poste représentant les taxes-types de l'Union ou leur équivalent dans la monnaie de chaque pays sont confectionnés dans les couleurs suivantes:

Le timbre représentant la taxe d'une lettre simple en bleu foncé;

Le timbre représentant la taxe d'une carte postale en rouge;

Le timbre représentant la taxe du premier port des autres objets en vert.

Les empreintes produites par les machines d'affranchissement doivent comprendre l'indication du pays d'origine.

Elles doivent être de couleur rouge vif, quelle que soit la valeur qu'elles représentent.

2. Les timbres-poste et les empreintes d'affranchissement doivent porter l'inscription de leur valeur d'après le tableau des équivalents adoptés.

L'indication du nombre d'unités ou de fractions de l'unité monétaire, servant à exprimer cette valeur est faite en chiffres arabes.

3. Les timbres-poste peuvent être marqués à l'emporte-pièce de perforations distinctives (initiales ou autres) dans les conditions fixées par l'Administration qui les a émis.

4. Les Administrations doivent recommander au public de coller les timbres-poste à l'angle droit supérieur du côté de la souscription.

Les empreintes des machines d'affranchissement doivent également être appliquées à cette place.

VII

COUPONS-RÉPONSE

1. Les coupons-réponse, dont l'emploi facultatif est prévu à l'article 13 de la Convention, sont conformes au modèle

A annexé au présent Règlement et imprimés par les soins du Bureau international sur papier portant en filigrane les mots:

50 c. Union postale universelle. 50 c.

Chaque Administration a la faculté:

a) de donner aux coupons une perforation distinctive qui ne nuise pas à la lecture du texte et ne soit pas de nature à entraver la vérification de ces valeurs;

b) de modifier à la main ou au moyen d'un procédé d'impression le prix de vente indiqué sur les coupons.

2. Le Bureau international fournit les coupons au prix coûtant aux Administrations qui en font la demande.

3. Chaque Administration débite les coupons au prix qu'elle détermine, sans que ce prix puisse toutefois être inférieur au minimum de 50 centimes (or) fixé par l'article 13 de la Convention.

4. Les coupons présentés par le public sont échangés contre un timbre-poste ou des timbres-poste représentant le prix de l'affranchissement d'une lettre simple à destination de l'étranger.

5. Il ne peut être vendu ou échangé à la même personne plus de 10 coupons en un seul jour.

6. Sauf entente contraire entre les Administrations intéressées, les coupons échangés sont envoyés semestriellement aux Administrations qui les ont émis; ils sont accompagnés, dans chaque cas, de l'indication de leur nombre total.

7. Aussitôt que deux Administrations se sont mises d'accord sur le nombre des coupons échangés dans leurs relations réciproques, un relevé (modèle U) indiquant le solde débiteur ou créateur est dressé par chacune des deux Administrations et transmis par celles-ci au Bureau international. Pour l'établissement de ce relevé, la valeur du coupon est calculée à 50 centimes par unité. Le Bureau international comprend le solde dans un décompte semestriel.

8. Lorsque dans les rapports entre deux Administrations le solde semestriel ne dépasse pas 25 francs, l'Administration débitrice est exonérée de tout paiement de ce chef et le relevé n'est pas dressé.

9. Dans le cas où deux Administrations se sont mises d'accord pour faire un règlement spécial, elles ne transmettent pas de relevé au Bureau international.

10. Les administrations sont autorisées exceptionnellement et en raison de circonstances particulières à suspendre, dans les limites qu'elles fixeront, l'application des restrictions

concernant la vente et l'échange des coupons prévus au § 5 ci-dessus.

Dans ce cas, elles feront part de leur décision au Bureau international, qui la communiquera aux administrations de l'Union.

VIII

CORRESPONDANCE AVEC LES PAYS ÉTRANGERS À L'UNION

Les Offices de l'Union qui ont des relations avec des pays étrangers à l'Union fournissent aux autres Offices de l'Union la liste de ces pays avec les indications suivantes :

1°, frais de transit maritime ou territorial applicables au transport en dehors des limites de l'Union ;

2°, désignation des correspondances admises ;

3°, affranchissement obligatoire ou facultatif ;

4°, limite, pour chaque catégorie de correspondances, de la validité de l'affranchissement perçu (jusqu'à destination, jusqu'au port de débarquement, etc.) ;

5°, étendue de la responsabilité pécunière en matière d'envois recommandés ;

6°, possibilité d'admettre les avis de réception, et

7°, autant que possible, tarif d'affranchissement en vigueur dans le pays en dehors de l'Union par rapport aux pays de l'Union.

IX

APPLICATION DES TIMBRES

1. Les correspondances originaires des pays de l'Union sont frappées au recto d'un timbre indiquant, autant que possible en caractères latins, le lieu d'origine et la date du dépôt à la poste.

Tous les timbres-poste valables doivent être oblitérés.

Dans les localités pourvues de plusieurs bureaux de poste, les timbres d'oblitération doivent porter une indication permettant de constater quel est le bureau de dépôt.

2. Les objets de correspondance mal dirigés doivent être frappés de l'empreinte du timbre à date du bureau auquel ils sont parvenus par erreur. Cette obligation incombe non seulement aux bureaux sédentaires, mais aussi aux bureaux ambulants autant que possible.

3. Le timbrage des correspondances déposées, sur les paquebots, dans boîtes mobiles ou entre les mains des agents des postes embarqués ou des commandants incombe, dans les cas prévus par le § 5 de l'article 13 de la Convention, à l'agent

des postes embarqué ou, s'il n'y en a pas, au bureau de poste auquel ces correspondances sont livrées en main. Le cas échéant, celui-ci les frappe de son timbre à date ordinaire et y appose la mention "Paquebot" soit à la main, soit au moyen d'une griffe ou d'un timbre.

4. Les correspondances originaires des pays étrangers à l'Union sont frappées au recto, par l'Office de l'Union qui les a recueillies, d'un timbre indiquant le point et la date d'entrée dans le service de cet Office.

5. Les correspondances de toute nature pour lesquelles une taxe quelconque doit être perçue postérieurement au dépôt, soit du destinataire, soit, en cas de mise en rebut, de l'expéditeur, sont frappées du timbre T (taxe à payer). L'application de ce timbre incombe à l'Office d'origine ou, s'il s'agit de correspondances devenues insuffisamment affranchies par suite de leur réexpédition ou de leur mise en rebut, à l'Office réexpéditeur. Les correspondances originaires de pays étrangers à l'Union sont frappées du timbre T par l'Office du pays d'entrée.

6. Les envois à remettre par exprès sont pourvus d'une étiquette imprimée transparente et de couleur rouge foncé portant en gros caractères le mot "Exprès". Les administrations sont toutefois autorisées à remplacer cette étiquette par l'empreinte d'un timbre.

Les envois qui ont été munis de la mention "Exprès" par le bureau d'origine sont remis à domicile par porteur spécial, même en cas d'omission ou d'insuffisance de l'affranchissement. Le cas échéant, le bureau d'échange du pays de destination est tenu de signaler l'irrégularité par bulletin de vérification à l'Administration centrale dont relève le bureau d'origine. Ce bulletin doit relater très exactement l'origine et la date du dépôt de l'envoi.

7. Tout objet de correspondance ne portant pas le timbre T est considéré comme affranchi et traité en conséquence, sauf erreur évidente.

8. Les timbres-poste non oblitérés par suite d'erreur ou d'omission dans le service d'origine doivent l'être de la manière usuelle par le bureau qui constate l'irrégularité.

X

ABSENCE OU INSUFFISANCE D'AFFRANCHISSEMENT

1. Lorsqu'un objet est non affranchi ou insuffisamment affranchi, l'Office expéditeur indique, au moyen d'un timbre ou d'un autre procédé, en chiffres bien lisibles apposés à l'an-

gle droit supérieur du recto, le montant en francs et centimes à percevoir du destinataire.

2. D'après cette indication, l'Office de destination frappe l'objet du montant de la taxe annotée, conformément aux dispositions du § 3 de l'article 6 de la Convention.

3. Dans le cas où il a été fait usage de timbres-poste non valables pour l'affranchissement, il n'en est tenu aucun compte. Cette circonstance est indiquée par le chiffre zéro (0), placé à côté des timbres-poste.

XI

CONDITIONNEMENT DES ENVOIS ORDINAIRES ET RECOMMANDÉS

1. Les objets de correspondance adressés sous des initiales et ceux qui portent une adresse écrite au crayon, le crayon-encre excepté, ne sont pas admis à la recommandation.

Les adresses des envois expédiés poste restante doivent indiquer les noms du destinataire; l'emploi d'initiales, de chiffres, de simples prénoms, de noms supposés ou de marques conventionnelles quelconques n'est pas admis pour ces envois.

2. Les envois sous enveloppe entièrement transparente ou à panneau ouvert ne sont pas admis.

Les dispositions suivantes s'appliquent aux envois sous enveloppe à panneau transparent :

a) le panneau transparent doit faire partie intégrante de l'enveloppe et être disposé parallèlement à plus grande dimension, de façon que l'adresse du destinataire apparaisse dans le même sens; il doit être situé de façon à ne pas entraver l'application du timbre à date;

b) la transparence du panneau doit assurer une parfaite lisibilité de l'adresse, même à la lumière artificielle et ne pas empêcher l'application d'une écriture.

Les objets expédiés sous enveloppe à panneau transparent sont admis à la recommandation.

3 — Sauf les exceptions prévues aux paragraphes précédents aucune condition spéciale de forme ou de fermeture n'est exigée pour les objets recommandés. Chaque Office a la faculté d'appliquer à ces envois les règles établies dans son service intérieur.

4 — Les objets recommandés doivent porter à l'angle gauche supérieur de la suscription une étiquette conforme ou analogue au modèle B annexé au présent Règlement, avec l'indication en caractères latins, du nom du bureau d'origine et du numéro d'ordre sous lequel l'envoi est inscrit dans le registre de ce bureau.

Toutefois, il est permis aux Administrations dont le régime intérieur s'oppose actuellement à l'emploi des étiquettes, d'ajourner la mise à exécution de cette mesure et de continuer à employer des timbres pour la désignation des objets recommandés.

Il est cependant de rigueur, pour les Offices qui n'ont pas adopté l'étiquette modèle B, de désigner chaque envoi recommandé par un numéro d'ordre. Ce numéro doit être inscrit à l'angle gauche supérieur de la suscription. Il est obligatoire pour les Offices réexpéditeurs de désigner l'envoi par le numéro original.

5 — Les envois recommandés, insuffisamment affranchis ou non affranchis sont traités comme les envois ordinaires en ce qui concerne l'affranchissement manquant. Les taxes dues dans l'un et l'autre cas sont perçues et retenues par le pays qui effectue la distribution des envois.

6 — Des vignettes de bienfaisance peuvent être collées au verso de toutes les catégories de correspondances prévues à l'article 2 de la Convention.

XII

AVIS DE RÉCEPTION DES OBJETS RECOMMANDÉS

1 — Les envois dont l'expéditeur demande un avis de réception doivent porter l'annotation très apparente "Avis de réception" ou l'empreinte d'un timbre portant: A. R.

2 — Ils sont accompagnés d'une formule de la grandeur et de la consistance d'une carte postale conforme ou analogue au modèle C ci-annexé; cette formule est établie par le bureau d'origine ou par tout autre bureau à désigner par l'Office expéditeur et réunie, extérieurement et d'une manière solide, à l'objet auquel elle se rapporte. Si elle ne parvient pas au bureau de destination, celui-ci dresse d'office un nouvel avis de réception.

Les avis de réception doivent être formulés en français ou porter une traduction interlinéaire en cette langue.

3 — Le bureau de destination, après avoir dûment rempli la formule C la renvoie à découvert et en franchise de port à l'adresse de l'expéditeur de l'objet.

4 — Lorsque l'expéditeur demande un avis de réception d'un objet recommandé postérieurement au dépôt de cet objet, le bureau d'origine reproduit sur une formule C la description très exacte de l'objet recommandé (nature de l'objet,

bureau d'origine, date de dépôt, numéro, adresse complète du destinataire).

Cette formule est attachée à une réclamation modèle I revêtue d'un timbre-poste représentant la taxe d'avis de réception, et traitée selon les prescriptions de l'article XXIX du présent Règlement, à cette exception près, que, en cas de distribution régulière de l'envoi auquel l'avis de réception se rapporte, le bureau de destination retire la formule I et renvoie la formule C, dont le verso a été dûment rempli, à l'origine, de la manière prescrite au § 3 précédent.

5 — Si un avis de réception, régulièrement demandé par l'expéditeur au moment du dépôt, n'est pas parvenu à l'origine dans les délais voulus, on procède, pour réclamer l'avis manquant, conformément aux règles tracées au § 4 précédent. Dans ce dernier cas, il n'est pas perçu une deuxième taxe et le bureau d'origine inscrit en tête de la formule C la mention "Duplicata de l'avis de réception, etc."

6 — Les dispositions particulières adoptées par les Administrations en vertu du § 5 de l'article XXIX du présent Règlement, pour la transmission des réclamations d'objets recommandés, sont applicables aux demandes d'avis de réception formulées postérieurement au dépôt des objets recommandés.

XIII

ENVOIS RECOMMANDÉS GREVÉS DE REMBOURSEMENT

1 — Les envois recommandés grevés de remboursement doivent porter sur le recto l'entête "Remboursement" écrit ou imprimé d'une manière très apparente et suivi de l'indication du montant du remboursement. Le montant est exprimé en caractères latins, en toutes lettres et en chiffres, sans rature ni surcharge, même approuvées. L'expéditeur doit indiquer, sur le recto ou sur le verso, son nom et son adresse également en caractères latins.

2 — Les envois recommandés grevés de remboursement doivent être revêtus, au recto, d'une étiquette de couleur orange, conforme au modèle D, annexé au présent Règlement.

3 — Les Administrations des postes peuvent se charger de verser au crédit de comptes courants postaux du pays de destination de l'envoi le montant des sommes encaissées. Les conditions, taxes à percevoir et autres détails de ce service sont réglés d'un commun accord entre les Administrations intéressées.

4 — Si le destinataire ne paye pas le montant du remboursement dans un délai de 7 jours, dans les relations entre pays d'Europe et dans un délai de 15 jours dans les relations des pays d'Europe avec les pays hors d'Europe et de ces derniers pays entre eux à partir du jour qui suit celui de l'arrivée au bureau destinataire, l'envoi est réexpédié au bureau d'origine.

Ces délais peuvent être étendus jusqu'à un maximum de 28 jours par les Administrations auxquelles leur législation en fait une obligation. L'expéditeur peut toutefois demander, par une annotation libellée dans une langue connue dans le pays de destination, le renvoi immédiat de l'objet à son adresse, si le destinataire refuse de payer le montant du remboursement lors de la première présentation.

5 — Sauf autre arrangement, la somme recouvrée, déduction faite du droit d'encaissement prévu à l'article 8, § 2, de la Convention et de la taxe ordinaire des mandats de poste, est convertie en un mandat de poste portant, en tête du recto, la mention "Remb." et établi pour le surplus en conformité du Règlement d'exécution de l'Arrangement concernant le service des mandats de poste. Il doit être fait mention, sur le coupon du mandat, du nom et de l'adresse du destinataire de l'envoi contre remboursement, ainsi que du lieu et de la date du dépôt de cet envoi.

6 — Sauf arrangement contraire, les envois grevés de remboursement peuvent être réexpédiés d'un des pays participant à ce service sur un autre de ces pays. En cas de réexpédition, l'Office conserve intacte la demande de remboursement originale, telle que l'expéditeur lui-même l'a formulée. L'Office de la destination définitive doit seul procéder à la conversion, dans sa monnaie, du montant du remboursement, d'après le taux en vigueur pour les mandats de poste; il lui appartient aussi de transformer le remboursement en un mandat sur le pays d'origine.

7 — Les mandats de remboursement qui n'ont pu être délivrés aux bénéficiaires sont, à l'expiration du délai de validité, quitancés par l'Office qui les détient et portés en compte à l'Office qui les a émis.

8 — Les mandats de remboursement qui ont été délivrés aux bénéficiaires et qui n'ont pas été encaissés sont remplacés par des autorisations de paiement. Celles-ci sont dressées par l'Office qui a émis les mandats, dès qu'il a pu constater que les titres originaux n'ont pas été payés dans le délai

de validité. Elles sont quittancées par l'Office de destination et inscrites par lui au plus prochain compte qui en suit l'envoi.

XIV.

CARTES POSTALES

1 — Les cartes postales doivent porter, en tête du recto, le titre "Carte postale" en français ou l'équivalent de ce titre dans une autre langue. Toutefois, ce titre n'est pas obligatoire pour les cartes postales simples émanant de l'industrie privée.

Les dimensions des cartes ne peuvent dépasser 14 centimètres en longueur et 9 centimètres en largeur, ni être inférieures à 10 centimètres en longueur et à 7 centimètres en largeur. Les cartes postales doivent être expédiées à découvert, c'est-à-dire, sans bande ni enveloppe.

Les cartes postales doivent être confectionnées en carton ou en papier assez consistant pour ne pas entraver la manipulation.

2 — Les timbre d'affranchissement doivent, autant que possible, être appliqués à l'angle droit supérieur du recto. L'adresse du destinataire ainsi que les mentions relatives au service (recommandé, avis de réception, etc.) doivent figurer au recto, dont la moitié droite au moins est réservée à ces indications. L'expéditeur dispose du verso et de la partie gauche du recto, sous réserve des dispositions du paragraphe suivant.

3 — Il est interdit au public de joindre ou d'attacher aux cartes postales des échantillons de marchandises ou des objets analogues. Toutefois, des vignettes, des photographies, des timbres de toute espèce, des bandes d'adresse ou des feuilles à replier, des étiquettes et des coupures de toute sorte peuvent y être collés à condition que ces objets ne soient pas de nature à altérer le caractère des cartes postales, qu'ils consistent en papier ou en une autre matière très mince et qu'ils soient complètement adhérents à la carte. A l'exception des bandes ou étiquettes d'adresse, ces objets ne peuvent être collés que sur le verso ou sur la partie gauche du recto des cartes postales.

4 — Les cartes postales avec réponse payée doivent présenter au recto, en langue française, comme titre sur la première partie: "Carte postale avec réponse payée"; sur la seconde partie: "Carte postale-réponse". Les deux parties doivent

d'ailleurs remplir, chacune, les autres conditions imposées à la carte postale simple; elles sont repliées l'une sur l'autre et ne peuvent être fermées d'une manière quelconque.

L'adresse de la carte-réponse doit se trouver du côté intérieur du pli.

Il est loisible à l'expéditeur d'une carte postale avec réponse payée d'indiquer son nom et son adresse au recto de la partie "Réponse", soit par écrit, soit en y collant une étiquette.

L'affranchissement de la partie "Réponse" au moyen du timbre-poste du pays qui a émis la carte n'est valable que si les deux parties de la carte postale avec réponse payée sont parvenues adhérentes du pays d'origine et si la partie "Réponse" est expédiée du pays où elle est parvenue par la poste à destination dudit pays d'origine. Si ces conditions ne sont pas remplies, elle est traitée comme carte postale non affranchie.

5 — Les cartes postales ne remplissant pas, quant aux indications prescrites, aux dimensions, à la forme extérieure, les conditions imposées par le présent article à cette catégorie d'envois, sont traitées comme lettres.

XV.

PAPIERS D'AFFAIRES

1 — Sont considérés comme papiers d'affaires et admis comme tels à la modération de taxe consacrée par l'article 6 de la Convention, toutes les pièces et tous les documents écrits ou dessinés en tout ou partie à la main, qui n'ont pas le caractère d'une correspondance actuelle et personnelle, tels que les lettres ouvertes et les cartes postales de date ancienne qui ont déjà atteint leur but primitif les pièces de procédure, les actes de tout genre dressés par les officiers ministériels, les lettres de voiture ou connaissements, les factures, certains documents des compagnies d'assurance, les copies ou extraits d'actes sous seing privé écrits sur papier timbré ou non timbré, les partitions ou feuilles de musique manuscrites, les manuscrits d'ouvrages ou de journaux expédiés isolément, les devoirs originaux et corrigés d'élèves, à l'exclusion de toute indication ne se rapportant pas directement à l'exécution du travail.

2 — Les papiers d'affaires sont soumis, en ce qui concerne la forme et le conditionnement, aux dispositions prescrites pour les imprimés (article XVII ci-après).

XVI

ÉCHANTILLONS

1 — Les échantillons de marchandises ne sont admis à bénéficier de la modération de taxe qui leur est attribuée par l'article 6 de la Convention que sous les conditions suivantes :

Ils doivent être placés dans des sacs, des boîtes ou des enveloppes mobiles de manière à permettre une facile vérification.

Il n'est pas exigé d'emballage pour les objets d'une seule pièce, tels que pièces de bois, métalliques, etc., qu'il n'est pas dans les usages du commerce d'emballer, à condition que, le cas échéant, l'adresse et les timbres-poste figurent sur une étiquette.

Il est permis d'indiquer à la main ou par un procédé mécanique, à l'extérieur ou à l'intérieur de l'envoi, les nom, qualité, profession et adresse de l'expéditeur et du destinataire, ainsi que la date d'expédition, la signature, le numéro d'appel au téléphone, l'adresse et le code télégraphique, le compte courant postal ou bancaire de l'expéditeur, une marque de fabrique ou de marchand, des numéros d'ordre, des prix et des indications relatives au poids, au métrage et à la dimension, ainsi qu'à la quantité disponible et celles qui sont nécessaires pour préciser la provenance et la nature de la marchandise.

2 — Les objets en verre, les envois de liquides, huiles, corps gras, poudres sèches, colorantes ou non, ainsi que les envois d'abeilles vivantes sont admis au transport comme échantillons de marchandises, pourvu qu'ils soient conditionnés de la manière suivante :

1°. Les objets en verre doivent être emballés solidement (boîtes en métal, en bois ou en carton ondulé de qualité solide) de manière à prévenir tout danger pour les correspondances et les agents.

2°. Les liquides, huiles et corps facilement liquéfiables doivent être insérés dans des flacons en verre hermétiquement bouchés. Chaque flacon doit être placé dans une boîte spéciale en bois ou en carton ondulé de qualité solide garnie de sciure de bois, de coton ou de matière spongieuse en quantité suffisante pour absorber le liquide en cas de bris du flacon. La boîte elle-même, si elle est en bois, doit être enfermée dans un second étui en métal, en bois avec couvercle vissé, en carton ondulé de qualité solide ou en cuir fort et épais.

Toutefois, lorsqu'on se sert d'une boîte constituée par un bloc en bois perforé ayant au moins 2 1/2 millimètres dans la partie la plus faible et munie d'un couvercle, il n'est pas nécessaire que ce bloc soit enfermé dans un second étui.

3°. Les corps gras difficilement liquéfiables, tels que les onguents, le savon mou, les résines, etc., dont le transport offre moins d'inconvénients, doivent être enfermés sous une première enveloppe (boîte, sac en toile, parchemin, etc.), placée elle-même dans une seconde boîte en bois, en métal ou en cuir fort et épais.

4°. Les matières colorantes, telles que l'aniline, etc., ne sont admises que dans des boîtes en fer blanc résistant, placées à leur tour dans des boîtes en bois avec de la sciure entre les deux emballages; les poudres sèches non colorantes doivent être placées dans des boîtes en métal, en bois ou en cartons. Ces boîtes sont elles-mêmes enfermées dans un sac en toile ou en parchemin.

5°. Les échantillons de liquides, corps gras, ainsi que ceux revêtus d'enveloppes peu résistantes en toile ou en papier doivent être munis d'une étiquette, de préférence en parchemin, portant l'adresse du destinataire, les figurines d'affranchissement et l'empreinte des timbres à date. L'adresse doit être reproduite sur l'objet lui-même.

6°. Les abeilles vivantes doivent être renfermées dans des boîtes disposées de façon à éviter tout danger et à permettre la vérification du contenu.

7°. Les objets de toute nature qui se gâteraient, s'ils étaient emballés de la manière prescrite au § 1, peuvent exceptionnellement être admis sous un emballage hermétiquement fermé. Dans ce cas les Administrations intéressées peuvent exiger que l'expéditeur ou le destinataire facilite la vérification du contenu, soit en ouvrant quelques-uns des envois désignés par elles, soit d'une autre manière satisfaisante.

3 — Sont également admis au tarif des échantillons les clichés d'imprimerie, les clefs isolées, les fleurs fraîches coupées, les objets d'histoire naturelle (animaux et plantes séchés ou conservés, spécimens géologiques, etc.), tubes de sérum et objets pathologiques rendus inoffensifs par leur mode de préparation et d'emballage. Ces objets, à l'exception des tubes de sérum expédiés dans un intérêt général par les laboratoires ou institutions officiellement reconnus, ne peuvent être envoyés dans un but commercial. Leur emballage doit être conforme aux prescriptions générales concernant les échantillons de marchandises.

XVII

IMPRIMÉS DE TOUTE NATURE

1 — Sont considérés comme imprimés, et admis comme tels à la modération de taxe consacrée par l'article 6 de la Convention, les journaux et ouvrages périodiques, les livres brochés ou reliés, les brochures, les papiers de musique, les cartes de visite, les cartes-adresse, les épreuves d'imprimerie avec ou sans les manuscrits s'y rapportant, les gravures, les photographies et les albums contenant des photographies, les images, les dessins, plans, cartes géographiques, catalogues, prospectus, annonces et avis divers, imprimés, gravés, lithographiés ou autographiés, et, en général, toutes les impressions ou reproductions obtenues sur papier, sur parchemin ou sur carton, au moyen de la typographie, de la gravure, de la lithographie et de l'autographie, ou de tout autre procédé mécanique facile à reconnaître, hormis le décalque et la machine à écrire.

Sont assimilées aux imprimés, les reproductions d'une copie-type faite à la plume ou à la machine à écrire lorsqu'elles sont obtenues par un procédé mécanique de polygraphie (chromographie, etc.); mais pour jouir de la modération de taxe, ces reproductions doivent être déposées aux guichets des bureaux de poste et au nombre minimum de vingt exemplaires parfaitement identiques.

2 — Ne peuvent être expédiés à la taxe réduite les imprimés qui portent des signes quelconques susceptibles de constituer un langage conventionnel ni, sauf les exceptions explicitement autorisées par le présent article, ceux dont le texte a été modifié après tirage.

3 — Il est permis :

a) d'indiquer à la main ou par un procédé mécanique, à l'extérieur ou à l'intérieur de l'envoi, le nom, qualité, profession et adresse de l'expéditeur et du destinataire, ainsi que la date d'expédition, la signature, le numéro d'appel au téléphone, l'adresse et le code télégraphique et le compte courant postal ou bancaire de l'expéditeur;

b) d'ajouter à la main, sur les cartes de visite imprimées ainsi que sur les cartes de Noël et de nouvel an, l'adresse de l'expéditeur, son titre, ainsi que des souhaits, félicitations, remerciements, compliments de condoléance ou autres formules de politesse exprimés en cinq mots au maximum ou au moyen d'initiales conventionnelles (p. f., etc.);

c) d'ajouter aux épreuves corrigées le manuscrit et de faire à ces épreuves les changements et additions qui se rappor-

tent à la correction, à la forme et à l'impression. En cas de manque de place, ces additions peuvent être faites sur des feuilles spéciales;

d) de corriger les fautes d'impression aussi sur les imprimés autres que les épreuves;

e) de biffer certaines parties d'un texte imprimé;

f) de faire ressortir au moyen de traits ou de souligner les mots ou les passages du texte sur lesquels on désire attirer l'attention;

g) de porter ou de corriger à la plume ou par un procédé mécanique les chiffres sur les listes de prix courants, les offres d'annonces, les cotes de bourse et de marché, les circulaires de commerce et les prospectus, de même que le nom du voyageur, la date, l'heure et le nom de la localité par laquelle il compte passer ainsi que l'endroit où il descend, sur les avis de passage;

h) d'indiquer à la main, sur les avis concernant les départs et les arrivées de navires, la date et l'heure de ces départs et de ces arrivées, ainsi que les noms des navires et des ports de départ et d'arrivée;

i) d'ajouter une dédicace manuscrite consistant en un simple hommage sur les livres, brochures, journaux, photographies, gravures, papiers de musique et en général sur toutes productions littéraires ou artistiques imprimées, gravées, lithographiées ou autographiées, ainsi que de joindre à celles-ci la facture se rapportant à l'objet envoyé;

j) de peindre les images de mode, les cartes géographiques, etc.;

k) d'ajouter à la main ou par un procédé mécanique aux passages découpés des journaux et publications périodiques le titre, la date, le numéro et l'adresse de la publication dont l'article est extrait;

l) dans les bulletins de commande ou de souscription relatifs à des ouvrages de librairie, livres, journaux, gravures, morceaux de musique, d'indiquer à la main les ouvrages demandés ou offerts, et de biffer ou de souligner tout ou partie des communications imprimées.

4 — Les imprimés doivent être conditionnés de manière à pouvoir être facilement vérifiés. Ils doivent être, soit placés sous bande, sur rouleau, entre des cartons, dans un étui ouvert des deux côtés ou aux deux extrémités, ou dans une enveloppe non fermée, soit entourés d'une ficelle facile à dénouer, soit enfin simplement pliés, mais de manière que d'autres objets ne puissent se glisser dans leurs plis.

5 — Les cartes-adresse et tous imprimés présentant la forme et la consistance d'une carte non pliée peuvent être expédiés sans bande, enveloppe, lien ou pli.

6 — Les cartes portant le titre "Carte postale" ou l'équivalent de ce titre dans une langue quelconque, sont admises au tarif des imprimés, pourvu qu'elles répondent aux conditions générales stipulées dans le présent article pour ce genre d'envois. Celles qui ne remplissent pas ces conditions sont considérées comme cartes postales et traitées, en conséquence, sous réserve de l'application éventuelle des dispositions du § 5 de l'article XIV du présent Règlement.

XVIII

OBJETS GROUPÉS

Il est permis de réunir dans un même envoi des échantillons de marchandises, des imprimés et des papiers d'affaires, mais sous réserve:

1°, que chaque objet pris isolément ne dépasse pas les limites qui lui sont applicables quant au poids et quant à la dimension;

2°, que le poids total ne dépasse pas 2 kilogrammes par envoi, exception faite pour les imprimés destinés aux aveugles;

3° que la taxe soit au minimum de 50 centimes si l'envoi contient des papiers d'affaires, et de 20 centimes s'il se compose d'imprimés et d'échantillons.

XIX

FEUILLES D'AVIS

1 — Les feuilles d'avis accompagnant des dépêches échangées entre deux bureaux de l'Union sont conformes au modèle E joint au présent Règlement. Elles sont placées sous des enveloppes de couleur bleue portant en gros caractères l'indication "Feuille d'avis".

2 — On indique à l'angle droit supérieur le nombre des sacs ou paquets composant l'envoi auquel la feuille d'avis se rapporte.

Sauf arrangement contraire, les bureaux expéditeurs doivent numéroter les feuilles d'avis à l'angle gauche supérieur, d'après une série annuelle par chaque bureau d'origine et pour chaque bureau de destination, en mentionnant au-des-

sous du numéro la voie à utiliser, et, en cas de transit maritime, le nom du paquebot ou du bâtiment qui emporte la dépêche.

Chaque dépêche prend un numéro distinct l'ors même qu'il s'agirait d'une dépêche supplémentaire empruntant la même voie, le même paquebot ou bâtiment que la dépêche ordinaire.

A la première expédition de chaque année, la feuille d'avis doit porter, outre le numéro d'ordre de la dépêche, celui de la dernière dépêche de l'année précédente.

3 — On doit mentionner, en tête de la feuille d'avis, le nombre total des objets recommandés, des paquets ou sacs renfermant lesdits objets, et, au moyen d'une griffe, d'une étiquette ou d'une annotation manuscrite, la présence d'envois à faire remettre par exprès

4 — Les objets recommandés sont inscrits individuellement au tableau n. I de la feuille d'avis, avec les détails suivants: le nom du bureau d'origine et le numéro d'inscription de l'objet à ce bureau, ou: le nom du bureau d'origine, le nom du destinataire et le lieu de destination.

5 — Il peut être fait usage d'une ou de plusieurs listes spéciales et détachées soit pour remplacer le tableau n. I de la feuille d'avis, soit pour servir comme feuille d'avis supplémentaire.

Quand il est fait usage de plusieurs listes, ces dernières doivent être numérotées. Le nombre des objets recommandés qui peuvent être inscrits sur une seule et même liste est limité à 30.

Le nombre des objets recommandés inscrits sur les listes, le nombre des listes et le nombre des paquets ou des sacs qui renferment ces objets doivent être portés sur la feuille d'avis.

6 — Au tableau n. II on inscrit, avec les détails que ce tableau comporte, les dépêches closes insérées dans l'envoi direct auquel la feuille d'avis se rapporte.

7 — Sous la rubrique "Indications de service", on mentionne les lettres de service ouvertes, les communications ou recommandations diverses du bureaux expéditeur ayant trait au service d'échange, ainsi que le nombre des sacs vides en retour.

8 — Lorsqu'il est jugé nécessaire, pour certaines relations, de créer d'autres tableaux ou rubriques sur la feuille d'avis, la mesure peut être réalisée d'un commun accord entre les Administrations intéressées.

9 — Lorsqu'un bureau d'échange n'a aucun objet à livrer à un bureau correspondant, il n'en doit pas moins envoyer, dans la forme ordinaire, une dépêche qui se compose uniquement d'une feuille d'avis négative.

10 — Quand les dépêches closés sont confiées par une Administration à une autre, pour être transmises au moyen de bâtiments de commerce, le nombre ou le poids des lettres et autres objets doit être indiqué à la feuille d'avis et sur l'adresse de ces dépêches lorsque l'Office chargé d'assurer l'embarquement des dites dépêches le demande.

XX

TRANSMISSION DES OBJETS RECOMMANDÉS

1 — Les objets recommandés, et s'il y a lieu, les listes spéciales prévues au § 5 de l'article XIX, sont réunis en un ou plusieurs paquets ou sacs distincts, qui doivent être convenablement enveloppés ou fermés et cachetés ou plombés de manière à en préserver le contenu. Les objets recommandés sont classés dans chaque paquet d'après leur ordre d'inscription. Quand on emploie plusieurs listes détachées, chacune d'elles est enliassée avec les objets recommandés auxquels elle se rapporte.

Dans aucun cas, les objets recommandés ne peuvent être confondus avec les correspondances ordinaires.

2 — Au paquet d'objets recommandés est attachée extérieurement, par un croisé de ficelle, l'enveloppe spéciale contenant la feuille d'avis; lorsque les objets recommandés sont renfermés dans un sac, la dite enveloppe est fixée au col de ce sac.

S'il y a plus d'un paquet ou sac d'objets recommandés, chacun des paquets ou sacs supplémentaires est muni d'une étiquette indiquant la nature du contenu.

Les paquets ou sacs d'objets recommandés sont placés au centre de la dépêche et de manière à attirer l'attention de l'agent qui procède à l'ouverture.

3 — Le mode d'emballage et de transmission des objets recommandés, prescrit ci-dessus, s'applique seulement aux relations ordinaires. Pour les relations importantes, il appartient aux Administrations intéressées de prescrire, d'un commun accord, des dispositions particulières, sous réserve, dans l'un comme dans l'autre cas, des mesures exceptionnelles à prendre par les chefs des bureaux d'échange, lorsqu'ils ont à

assurer la transmission d'objets recommandés qui, par leur nature, leur forme ou leur volume, ne seraient pas susceptibles d'être insérés dans la dépêche.

XXI

TRANSMISSION DES CORRESPONDANCES A FAIRE REMETTRE PAR EXPRÈS

1 — Les correspondances ordinaires à faire remettre par exprès sont réunies en une liasse spéciale et insérées, par les bureaux d'échange, dans l'enveloppe contenant la feuille d'avis qui accompagne la dépêche.

Une fiche placée dans cette liasse indique, le cas échéant, la présence, dans la dépêche, des correspondances de l'espèce, qui, en raison de leur nombre, de leur forme ou de leurs dimensions, n'ont pu être jointes à la feuille d'avis. Ces correspondances sont réunies dans une ou plusieurs liasses distinctes, munies d'une étiquette portant en gros caractères la mention "Exprès" et insérées dans le sac contenant la feuille d'avis.

2 — Les correspondances recommandées à faire remettre par exprès sont classées, à leur ordre, parmi les autres correspondances recommandées et la mention "Exprès" est portée dans la colonne "Observations" des feuilles d'avis, en regard de l'inscription de chacune d'elles.

XXII

CONFECTION DES DÉPÊCHES

1 — En règle générale, les objets qui composent les dépêches doivent être classés et enliassés par nature de correspondances, en séparant les objets affranchis des objets non ou insuffisamment affranchis.

Les lettres portant des traces d'ouverture ou d'avarie doivent être munies d'une mention du fait et frappées du timbre à date du bureau qui a constaté ce fait.

Les mandats de poste expédiés à découvert sont réunis en un paquet distinct, après subdivision, s'il y a lieu, en autant de liasses qu'il y a de pays destinataires. Ce paquet est inséré par les bureaux d'échange dans l'enveloppe contenant la feuille d'avis qui accompagne la dépêche ou, en cas d'impossibilité, dans le sac renfermant cette feuille.

2 — Dans les échanges par voie de terre, toute dépêche, après avoir été ficelée, est enveloppée de papier fort en quantité suffisant pour éviter toute détérioration du contenu, puis ficelée extérieurement et cachetée à la cire au moyen du ca-

chet du bureau ou plombée. Elle est munie d'une suscription imprimée portant, en petits caractères, le nom du bureau expéditeur et, en caractères plus forts, le nom du bureau destinataire: "de...pour..."

Les dépêches expédiées par voie de mer sont renfermées dans des sacs convenablement fermés, cachetés ou plombés et étiquetés. Il en est de même des dépêches expédiées par la voie de terre lorsque leur volume le comporte. Dans les relations entre pays qui se seraient mis d'accord à cet égard, lorsqu'il s'agit de dépêches négatives, elles peuvent être formées en paquet enveloppé de papier.

3 — Pour les dépêches renfermées dans des sacs, les étiquettes doivent être en toile, cuir ou parchemin ou en papier collé sur une planchette. L'étiquette doit indiquer d'une façon lisible le bureau d'origine et celui de destination, et dans les relations avec les pays d'outre-mer, la date d'expédition et le numéro de l'envoi. Dans les relations entre bureaux limitrophes, il peut être fait usage d'étiquettes en papier fort.

4 — Lorsque le nombre ou le volume des envois exige l'emploi de plus d'un sac, des sacs distincts doivent, autant que possible, être utilisés:

- a) pour les lettres et cartes postales;
- b) pour les autres objets.

Sans égard au nombre ou au volume des envois, des sacs distincts doivent également être employés, autant que possible, lorsque l'Administration de l'un des pays intermédiaires ou du pays de destination le demande.

Lorsqu'il est fait usage de sacs distincts, chacun d'eux doit porter l'indication de son contenu.

Le paquet ou sac des objets recommandés est placé dans un des sacs de lettres.

Le sac renfermant la feuille d'avis est désigné par la lettre F tracée d'une manière apparente sur l'étiquette.

5 — Le poids de chaque sac ne doit pas dépasser 30 kilogrammes.

6—Les sacs doivent être renvoyés vides au pays d'origine par le prochain courrier, sauf autre arrangement entre les Offices correspondants.

Le renvoi des sacs vides doit être effectué entre les bureaux d'échange des pays correspondants, qui sont respectivement désignés à cet effet par les Administrations intéressées, après entente préalable.

Les sacs vides doivent être enroulés et attachés ensemble en paquets convenables; le cas échéant, les planchettes à étiquettes doivent être placées à l'intérieur des sacs. Les paquets doivent être revêtus d'une étiquette indiquant le nom du bureau d'échange d'où les sacs ont été reçus, chaque fois qu'ils sont renvoyés par l'intermédiaire d'un autre bureau d'échange.

Si les sacs vides à renvoyer ne sont pas trop nombreux, ils peuvent être placés dans les sacs contenant la correspondance; dans le cas contraire, ils doivent être placés à part dans des sacs cachetés, étiquetés au nom des bureaux d'échange respectifs. Les étiquettes doivent porter la mention "Sacs vides".

XXIII

VÉRIFICATION DES DÉPÊCHES

1 — Le bureau d'échange qui reçoit une dépêche constate si les inscriptions sur la feuille d'avis et, s'il y a lieu, sur la liste des objets recommandés, sont exactes.

Les dépêches doivent être livrées en bon état. Cependant, la réception d'une dépêche ne peut pas être refusée à cause de son mauvais état. S'il s'agit d'une dépêche pour un bureau autre que celui qui en a pris livraison, elle doit être emballé de nouveau, tout en conservant, autant que possible, l'emballage original. Le remballage est précédé de la vérification du contenu, s'il est à présumer que celui-ci n'est pas resté intact.

2 — Lorsque le bureau d'échange reconnaît des erreurs ou des omissions, il opère immédiatement les rectifications nécessaires sur les feuilles ou listes, en ayant soin de biffer, d'un trait de plume, les indications erronées de manière à laisser reconnaître les inscriptions primitives.

3 — Ces rectifications s'effectuent par le concours de deux agents. A moins d'une erreur évidente, elles prévalent sur la déclaration originale.

4 — Un bulletin de vérification, conforme au modèle G annexé au présent Règlement, est dressé par le bureau destinataire et envoyé sans délai, sous recommandation d'office, au bureau expéditeur.

Dans le cas prévu au § 1 du présent article, une copie du bulletin de vérification est insérée dans la dépêche remballé.

5 — Le bureau expéditeur, après examen, renvoie le bulletin, avec ses observations, s'il y a lieu.

6—En cas de manque d'une dépêche, d'un ou de plusieurs objets recommandés, de la feuille d'avis ou de la liste spéciale, le fait est constaté immédiatement, dans la forme voulue, par deux agents du bureau d'échange destinataire et porté à la connaissance du bureau d'échange expéditeur, au moyen d'un bulletin de vérification recommandé d'office. Toutefois, lorsque l'absence d'une dépêche est le résultat d'un défaut de coïncidence des courriers, le bulletin de vérification n'est pas soumis à la formalité de la recommandation. Si le cas le comporte, le bureau d'échange expéditeur peut, en outre, être avisé par télégramme, aux frais de l'Office expéditeur du télégramme. En même temps, un duplicata du bulletin de vérification est envoyé, par le bureau destinataire, dans les mêmes conditions que le primata, à l'Administration dont relève le bureau expéditeur et, lorsqu'il s'agit du manque d'un ou de plusieurs objets recommandés, de la feuille d'avis ou de la liste spéciale des objets recommandés, ce duplicata doit être accompagné du sac ou de l'enveloppe et du cachet ou plomb du paquet des dits objets ou du sac, de la ficelle de l'étiquette et du cachet ou plomb de la dépêche, si ce paquet lui-même n'a pas été trouvé.

Dès la rentrée d'une dépêche dont l'absence avait été signalée au bureau d'origine ou à un bureau intermédiaire, il y a lieu d'adresser au même bureau un second bulletin de vérification annonçant la réception de cette dépêche.

Lorsque le manque d'une dépêche est dument expliqué sur le bordereau de remise et si cette dépêche parvient au bureau destinataire par le plus prochain courrier, l'établissement d'un bulletin de vérification n'est pas nécessaire.

7 — En cas de perte d'une dépêche close, les Offices intermédiaires sont rendus responsables des objets recommandés que renfermait la dépêche, dans les limites de l'article 10 de la Convention, à condition que la non-réception de cette dépêche leur ait été signalée aussitôt que possible.

8 — Lorsque le bureau destinataire n'a pas fait parvenir au bureau expéditeur par le premier courrier après la vérification, un bulletin constatant des erreurs ou des irrégularités quelconques, l'absence de ce document vaut comme accusé de réception de la dépêche et de son contenu, jusqu'à preuve du contraire.

XXIV

DÉPÊCHES ÉCHANGÉES AVEC DES BÂTIMENTS DE GUERRE

1 — L'établissement d'un échange, en dépêches closes, entre un Office postal de l'Union et des divisions navales ou

bâtiments de guerre de même nationalité, ou entre une division navale ou bâtiment de guerre et une autre de même nationalité, doit être notifié, autant que possible à l'avance, aux Offices intermédiaires.

2 — La suscription de ces dépêches est rédigée comme suit :

Du bureau de.....

Pour la division navale (nationalité) de (désignation de la division) à.....

Pour le bâtiment (nationalité) le (nom du bâtiment) à

ou (Pays)

De la division navale (nationalité) de (désignation de la division) à.....

Du bâtiment (nationalité) le (nom du bâtiment) à.....

Pour le bureau de.....

ou (Pays)

De la division navale (nationalité) de (désignation de la division) à.....

Du bâtiment (nationalité) le (nom du bâtiment) à.....

Pour la division navale (nationalité) de (désignation de la division) à.....

Pour le bâtiment (nationalité) le (nom du bâtiment) à

(Pays)

3 — Les dépêches à destination ou provenant de divisions navales ou de bâtiments de guerre sont acheminées, sauf indication d'une voie spéciale sur l'adresse, par les voies les plus rapides et dans les mêmes conditions que les dépêches échangées entre bureaux de poste.

Quand les dépêches à destination d'une division navale ou d'un bâtiment de guerre sont expédiées en dehors, le capitaine du paquebot postal qui les transporte les tient à la disposition du commandant de la division ou du bâtiment destinataire pour le cas où celui-ci viendrait demander au paquebot en route la livraison de ces dépêches.

4 — Si les bâtiments ne se trouvent pas au lieu de destination quand les dépêches à leur adresse y arrivent, ces dépêches sont conservées au bureau de poste, en attendant leur retrait par le destinataire ou leur réexpédition sur un autre point. La réexpédition peut être demandée, soit par l'Office postal d'origine, soit par le commandant de la division

navale ou du bâtiment destinataire, soit enfin par un Consul de même nationalité.

5 — Celles des dépêches dont il s'agit qui portent la mention "Aux soins du Consul de..." sont consignées au Consulat du pays d'origine. Elles peuvent être ultérieurement, à la demande du Consul, réintégrées dans le service postal et réexpédiées sur le lieu d'origine ou sur une autre destination.

6 — Les dépêches à destination d'un bâtiment de guerre sont considérées comme étant en transit jusqu'à leur remise au commandant de ce bâtiment de guerre, alors même qu'elles auraient été primitivement adressées aux soins d'un bureau de poste ou à un Consul chargé de servir d'agent de transport intermédiaire; elles ne sont donc pas considérées comme étant parvenues à leur adresse tant qu'elles n'auront pas été délivrées au bâtiment de guerre respectif.

XXV

CARTES D'IDENTITÉ

1 — Les Administrations des postes des pays contractants désignent, chacune pour ce qui la concerne, les bureaux de poste ou les services postaux qui doivent délivrer les cartes d'identité.

2 — Ces cartes sont établies sur une formule conforme au modèle F annexé au présent Règlement. Les formules de cartes d'identité sont fournies, à titre onéreux, par le Bureau international; elles sont rédigées dans la langue du pays qui délivre la carte, avec traduction interlinéaire en langue française, le cas échéant.

3 — Au moment de la demande, le requérant doit remettre sa photographie et justifier de son identité. Le fonctionnaire qui a reçu la demande en prend note sur un registre; puis il colle à la deuxième page de la carte la photographie fournie par l'intéressé, applique, mi-partie sur cette photographie et mi-partie sur la carte, le timbre-poste représentant la taxe, qu'il annule au moyen d'une empreinte bien nette du timbre à date. Il applique ensuite une empreinte de ce timbre ou de son sceau officiel au recto de la carte et porte sur celle-ci en caractères latins toutes les autres indications que la formule comporte (n° d'ordre du registre, date de l'expiration de la validité, prénoms et nom, profession et domicile du titulaire, ainsi que son signalement, avec traduction interlinéaire en langue française, le cas échéant). Puis il invite le titulaire à apposer sa signature à la place *ad hoc*, après quoi il signe lui-même la carte qu'il remet ensuite à

l'intéressé contre paiement de la taxe due. Toutes les inscriptions doivent être faites à l'encre.

Toutefois, chaque pays conserve la faculté de délivrer les cartes d'identité du modèle F relatives au service international, selon les règles appliquées pour les cartes en usage dans son service interne.

XXVI

CORRESPONDANCES RÉEXPÉDIÉES

1 — En exécution de l'article 16 de la Convention, et sauf les exceptions prévues au § 2 suivant, les correspondances de toute nature adressées, dans l'Union, à des destinataires ayant changé de résidence, sont traitées par l'Office distributeur comme si elles avaient été adressées directement du lieu d'origine au lieu de la nouvelle destination.

2 — A l'égard, soit des envois du service interne de l'un des pays de l'Union qui entrent, par suite de réexpédition, dans le service d'un autre pays de l'Union, soit des envois échangés entre deux pays de l'Union qui ont adopté dans leurs relations réciproques une taxe inférieure à la taxe ordinaire de l'Union, mais entrant, par suite de réexpédition, dans le service d'un troisième pays de l'Union vis-à-vis duquel la taxe est la taxe ordinaire de l'Union, soit, enfin, des envois échangés pour leur premier parcours entre localités de deux services limitrophes pour lesquels il existe une taxe réduite, mais réexpédiés sur d'autres localités de ces pays de l'Union ou sur un autre pays de l'Union, on observe les règles suivantes :

1.° Les envois non affranchis ou insuffisamment affranchis pour leur premier parcours sont frappés, par l'Office distributeur, de la taxe applicable aux envois de même nature directement adressés du point d'origine au lieu de la destination nouvelle.

2.° Les envois régulièrement affranchis pour leur premier parcours et dont le complément de taxe afférent au parcours ultérieur n'a pas été acquitté avant leur réexpédition, sont frappés, suivant leur nature, par l'Office distributeur, d'une taxe égale à la différence entre le prix d'affranchissement déjà acquitté et celui qui aurait été perçu si les envois avaient été expédiés primitivement sur leur nouvelle destination.

3.° Les envois primitivement adressés à l'intérieur d'un pays de l'Union et dûment affranchis selon le régime intérieur sont considérés comme des envois régulièrement affranchis pour leur premier parcours.

4.° Les envois ayant circulé primitivement en franchise de port dans l'intérieur d'un pays sont frappés par l'Office distributeur de la taxe applicable aux envois affranchis de même nature adressés directement du point d'origine au lieu de la destination nouvelle.

3 — Si, dans les cas précités, les envois ont parcouru, avant de parvenir à l'Office distributeur, un autre pays pour lequel l'Office d'origine perçoit une taxe supérieure à celle qu'il applique avec le pays distributeur, les envois sont passibles de la taxe supérieure.

4 — Le montant des taxes à percevoir du destinataire doit être indiqué par l'Office réexpéditeur, en francs et centimes, à côté des timbres-poste ou, s'il n'y en a pas, à côté du timbre d'origine.

La taxe complémentaire dont les envois exprès peuvent être grevés en vertu des dispositions de l'article 15, § 3 de la Convention principale, doit, dans tous les cas, être indiquée, en francs et centimes, à l'endroit précité par l'Office réexpéditeur.

5 — Les objets de toute nature, mal dirigés, sont, sans aucun délai, réexpédiés par la voie la plus prompte sur leur destination.

6 — Les correspondances de toute nature, ordinaires ou recommandées, qui, portant une adresse incomplète ou erronée, sont renvoyées aux expéditeurs pour qu'ils la complètent ou la rectifient, ne sont pas, quand elles sont remises dans le service avec une suscription complétée ou rectifiée, considérées comme des correspondances réexpédiées, mais bien comme de nouveaux envois, et deviennent, par suite, passibles d'une nouvelle taxe.

XXVII

CORRESPONDANCES TOMBÉES EN REBUT

1 — Les correspondances de toute nature tombées en rebut pour quelque cause que ce soit, doivent être renvoyées immédiatement au pays d'origine, soit isolément, soit en une liasse spéciale étiquetée "Rebuts". Le délai de conservation des correspondances gardées en instance à la disposition des destinataires ou adressés "poste restante" est réglé par les dispositions du pays de destination. Toutefois, ce délai ne pourra dépasser six mois dans les relations avec les pays d'outre-mer et deux mois dans les autres relations; le renvoi au pays d'origine doit avoir lieu dans un délai plus court, si l'expéditeur l'a demandé par une annotation sur l'enve-

loppe écrite dans une langue connue dans le pays de destination.

2 — Toutefois, les correspondances recommandées tombées en rebut sont renvoyées au bureau d'échange du pays d'origine comme s'il s'agissait de correspondances recommandées à destination de ce pays.

3 — Par exception, deux Offices correspondants peuvent, d'un commun accord, adopter un autre mode de renvoi de rebuts. Ils peuvent aussi s'entendre pour se dispenser de se renvoyer réciproquement les "chain-letters" (lettres dites boules de neige) insuffisamment affranchies qui ont été refusées par le destinataire lorsque l'Office de destination a constaté, après avoir consulté le destinataire, que les envois en cause sont en effet de "chain-letters".

Les imprimés dénués de valeur, qui sont tombés en rebut, ne sont jamais renvoyés à l'origine à moins que l'envoyeur, par une anotation à l'extérieur de l'envoi, n'en ait demandé le retour.

4 — Avant de renvoyer à l'Office d'origine les correspondances non distribuées pour un motif quelconque, le bureau destinataire doit indiquer d'une manière claire et concise, en langue française, au recto de ces objects, la cause de la non-remise sous la forme suivante: inconnu, refusé, en voyage, parti, non réclamé, décédé, ou un mot similaire. Cette indication est fournie par l'application d'un timbre ou l'apposition d'une étiquette. Chaque Office a la faculté d'ajouter la traduction, dans sa propre langue, de la cause de non-remise et les autres indications qui lui conviennent.

Le bureau destinataire doit biffer ensuite le lieu de la première destination et apposer la mention "retour" à côté de l'empreinte du timbre à date du bureau expéditeur.

5 — Si des correspondances mises à la poste dans un pays de l'Union et adressées à l'intérieur de ce même pays ont pour expéditeurs de personnes habitant un autre pays et doivent, par suite de non-distribution et de mise en rebut, être renvoyées à l'étranger pour être rendues à leurs auteurs, elles deviennent des envois de l'échange international. En pareil cas, l'Office réexpéditeur et l'Office distributeur font application auxdites correspondances des dispositions de §§ 2, 3 et 4 de l'article XXVI précédent.

6 — Les correspondances pour les marins et autres personnes, adressées aux soins d'un Consul et rendues par celui-ci au bureau de poste local comme non réclamées, doivent être traitées de la manière prescrite par le § 1 ou le § 2, suivant le cas, pour les rebuts en général. Le montant des taxes per-

gues à la charge du Consul sur ces correspondances doit en même temps lui être rendu par le bureau de poste local.

XXVIII

RÉCLAMATION D'OBJETS ORDINAIRES NON PARVENUS

1 — Toute réclamation relative à un objet de correspondance ordinaire non parvenu à destination donne lieu au procédé suivant :

1.° Il est remis au réclamant une formule conforme au modèle H ci-annexé, avec prière d'en remplir, aussi exactement que possible, la partie qui le concerne.

2.° Le bureau où la réclamation s'est produit transmet la formule directement au bureau correspondant. La transmission s'effectue d'office et sans aucun écrit.

3.° Le bureau correspondant fait présenter la formule au destinataire ou à l'expéditeur, selon le cas, avec prière de fournir des renseignements à ce sujet.

4.° Munie de ces renseignements, la formule est renvoyée d'office au bureau qui l'a dressée.

5.° Dans le cas où la réclamation est reconnue fondée, elle est transmise à l'Administration centrale pour servir de base aux investigations ultérieures.

6.° A moins d'entente contraire, la formule est rédigée en français ou porte une traduction française.

2 — Toute Administration peut exiger, par une notification adressée au Bureau international, que les réclamations qui concernent son service soient transmises à son Administration centrale ou à un bureau spécialement désigné par elle.

XXIX

RÉCLAMATION D'OBJETS RECOMMANDÉS

1 — Pour les réclamations d'objets recommandés, il est fait usage d'une formule conforme ou analogue au modèle I annexé au présent Règlement. L'Office du pays d'origine transmet cette formule directement à l'Office de destination.

2 — Toutefois, les Offices d'origine et de destination peuvent, d'un commun accord, faire transmettre la réclamation de bureau à bureau en suivant la même voie d'acheminement que l'envoi qui fait l'objet de la réclamation.

3 — Dans le cas prévu au § 1 ci-dessus, lorsque l'Office destinataire est en état de fournir les renseignements sur le sort définitif de l'envoi réclamé, il renvoie cette formule, re-

vêtu des renseignements que le cas comporte, à l'Office d'origine.

Lorsque le sort d'un envoi qui a passé à découvert par plusieurs services ne peut être immédiatement constaté dans le service du pays de destination, l'Office destinataire renvoie la formule à l'Office d'origine. Celui-ci complète la formule en y indiquant les données de la transmission au premier Office intermédiaire. Il l'adresse ensuite à ce dernier Office, qui y consigne ses observations et l'envoie, éventuellement, à l'Office suivant. La réclamation passe ainsi d'Office à Office, jusqu'à ce que le sort de l'objet réclamé soit établi. L'Office qui a effectué la remise au destinataire, ou qui, le cas échéant, ne peut établir, ni la remise, ni la transmission régulière à une autre Administration, constate le fait sur la formule et la renvoie à l'Office d'origine.

4 — Dans le cas prévu au § 2 ci-dessus, les recherches se poursuivent depuis l'Office d'origine jusqu'à l'Office de destination. Chaque Office établit sur la formule les données de la transmission à l'Office suivant et l'envoie ensuite à celui-ci. L'Office qui a effectué la remise au destinataire, ou qui, le cas échéant, ne peut établir ni la remise, ni la transmission régulière à une autre Administration, constate également le fait sur la formule et la renvoie à l'Office d'origine.

5 — Les formules I sont rédigées en français ou portent une traduction interlinéaire en cette langue. Elles doivent indiquer l'adresse complète du destinataire et être accompagnées, autant que possible, d'un fac-simile de l'enveloppe ou de la suscription de l'envoi. Elles sont transmises sans lettre d'envoi sous enveloppe fermée. Chaque Administration est libre de demander, par une notification adressée au Bureau international, que les réclamations qui concernent son service soient transmises, soit à son Administration centrale, soit à un bureau spécialement désigné, soit enfin directement au bureau de destination ou, si elle est seulement intéressée à titre d'intermédiaire, au bureau d'échange auquel l'envoi a été expédié.

Les formules I et les pièces y annexées doivent, dans tous les cas, faire retour à l'Office d'origine de l'objet réclamé, dans un délai qui ne peut excéder six mois à partir de la date de la réclamation. Ce délai est porté à neuf mois dans les relations avec les pays d'outre-mer.

6 — Les dispositions qui précèdent ne s'appliquent pas aux cas de spoliation de dépêche, manque de dépêche, etc., qui comportent une correspondance plus étendue entre les Administrations.

XXX

RETRAIT DE CORRESPONDANCES ET MODIFICATION DE L'ADRESSE OU
DES CONDITIONS D'ENVOI

1 — Pour les demandes de renvoi ou de réexpédition de correspondances, ainsi que pour les demandes de rectification d'adresses l'expéditeur doit faire usage d'une formule conforme au modèle J, annexé au présent Règlement. En remettant cette réclamation au bureau de poste, l'expéditeur doit y justifier de son identité et produire, s'il y a lieu, le bulletin du dépôt. Après la justification, dont l'Administration du pays d'origine assume la responsabilité, il est procédé de la manière suivante:

1.° Si la demande est destinée à être transmise par voie postale, la formule, accompagnée d'un fac-simile parfait de l'enveloppe ou suscription de l'envoi, est expédiée directement, sous pli recommandé, au bureau de poste destinataire.

2.° Si la demande doit être faite par voie télégraphique, la formule est déposée au service télégraphique chargé d'en transmettre les termes au bureau de poste destinataire.

S'il s'agit d'une rectification d'adresse, la demande télégraphique doit être confirmée, par le premier courrier, par une demande postale accompagnée du fac-simile précité.

2 — A' la réception de la formule J ou du télégramme en tenant lieu, le bureau de poste destinataire recherche la correspondance signalée et donne à la demande la suite nécessaire.

Toutefois, s'il s'agit d'un changement d'adresse demandé par voie télégraphique, le bureau destinataire se borne à retenir la lettre et attend, pour faire droit à la demande, l'arrivée du fac-simile nécessaire.

Si la recherche est infructueuse, si l'objet a déjà été remis au destinataire, ou si la demande par voie télégraphique n'est pas assez explicite pour permettre de reconnaître sûrement l'objet de correspondance indiqué, le fait est signalé immédiatement au bureau d'origine, qui en prévient le réclamant.

3 — A moins d'entente contraire, la formule J est rédigée en français ou porte une traduction interlinéaire en cette langue, et, dans le cas d'emploi de la voie télégraphique, le télégramme est formulé en langue française.

4 — Une simple correction d'adresse (sans modification du nom ou de la qualité du destinataire) peut aussi être demandée directement par l'expéditeur au bureau destinataire,

c'est-à-dire, sans l'accomplissement des formalités prescrites pour le changement d'adresse proprement dit.

5 — Toute Administration peut exiger, par une notification adressée au Bureau international, que l'échange des réclamations, en ce qui la concerne, soit effectué par l'entremise de son Administration centrale ou d'un bureau spécialement désigné.

Dans le cas où l'échange des réclamations s'effectue par l'entremise des Administrations centrales, il doit être tenu compte des demandes expédiées directement par les bureaux d'origine au bureaux de destination, dans ce sens que les correspondances y relatives sont exclues de la distribution jusqu'à l'arrivée de la réclamation de l'Administration centrale.

Les Administrations qui usent de la faculté prévue par le premier alinéa du présent paragraphe prennent à leur charge les frais que peut entraîner la transmission, dans leur service intérieur, par voie postale ou télégraphique, des communications à échanger avec le bureau destinataire.

Le recours à la voie télégraphique est obligatoire lorsque l'expéditeur a lui-même fait usage de cette voie et que le bureau destinataire ne peut pas être prévenu en temps utile par la voie postale.

XXXI

EMPLOI DE TIMBRES-POSTE PRÉSUMÉS FRAUDULEUX OU D'EMPREINTES CONTREFAITES DE MACHINES À AFFRANCHIR

Sous réserve des dispositions que comporte la législation de chaque pays, même dans les cas où cette réserve n'est pas expressément stipulée dans les dispositions du présent article, le procédé ci-après est suivi pour la constatation de l'emploi, pour l'affranchissement, de timbres-poste frauduleux ou d'empreintes contrefaites de machines à affranchir :

a) Lorsque la présence, sur un envoi quelconque, d'un timbre-poste frauduleux (contrefait ou ayant déjà servi) ou d'empreintes contrefaites de machines à affranchir est constatée au départ, par un Office dont la législation particulière n'exige pas la saisie immédiate de l'envoi, la figurine n'est altérée d'aucune façon, et l'envoi, inséré dans une enveloppe à l'adresse du bureau destinataire, est acheminé sous recommandation d'office.

b) Cette formalité est notifiée, sans délai, aux Administrations des pays d'origine et de destination, au moyen d'un avis conforme au modèle *K* annexé au présent Règlement. Un

exemplaire de cet avis est, en outre, transmis au bureau de destination dans l'enveloppe qui renferme l'objet revêtu du timbre-poste présumé frauduleux.

c) Le destinataire est convoqué pour constater la contravention.

La remise de l'envoi n'a lieu que dans le cas où le destinataire ou son fondé de pouvoirs paye le port dû et consent à faire connaître le nom et l'adresse de l'expéditeur, et à mettre à la disposition de la poste, après avoir pris connaissance du contenu, l'objet entier s'il est inséparable du corps du délit ou bien la partie de l'objet (enveloppe, bande, portion de lettre, etc.) qui contient la suscription et l'empreinte ou de timbre signalé comme frauduleux.

d) Le résultat de la convocation est constaté par un procès-verbal conforme au modèle *L* annexé au présent Règlement et où il est fait mention des incidents survenus tels que non-comparation, refus de recevoir l'envoi, de l'ouvrir ou d'en faire connaître l'expéditeur, etc. Ce document est signé par l'agent des postes et par le destinataire de l'envoi ou son fondé de pouvoirs; si ce dernier refuse de signer, le refus est constaté au lieu et place de la signature.

Le procès-verbal est transmis, avec pièces à l'appui, sous recommandation d'office, à l'Administration des postes du pays d'origine, qui, à l'aide de ces documents, fait poursuivre, s'il y a lieu, la répression de l'infraction d'après sa législation intérieure.

XXXII

STATISTIQUES DES FRAIS DE TRANSIT

1 — Les statistiques à effectuer en exécution des articles 4 et 19 de la Convention pour le décompte des frais de transit dans l'Union et en dehors des limites de l'Union, sont établies une fois tous les trois ans d'après les dispositions des articles suivants pendant les vingt-huit premiers jours du mois de mai ou pendant les 28 jours qui suivent le 14 octobre alternativement.

La statistique de mai 1921 s'appliquera exceptionnellement aux années 1920 à 1923 inclusivement; la statistique d'octobre-novembre 1924 s'appliquera aux années 1924 à 1926 inclusivement et ainsi de suite.

2 — Dans le cas d'accession à l'Union d'un pays ayant des relations importantes, les pays de l'Union dont la situation pourrait, par suite de cette circonstance, se trouver modifiée sous le rapport du paiement des frais de transit, ont

la faculté de réclamer une statistique spéciale se rapportant exclusivement au pays nouvellement entré.

3 — Lorsqu'il se produit une modification importante dans le mouvement des correspondances et pour autant que cette modification affecte une période ou des périodes s'élevant à un total d'au moins douze mois, les Offices intéressés s'entendent pour reviser les comptes des frais de transit en cause. Dans ce cas, les sommes à payer par les Offices expéditeurs sont, soit augmentées, soit diminuées, soit partagées d'après les services intermédiaires réellement employés, mais les poids totaux qui servent de base aux nouveaux comptes doivent ordinairement être les mêmes que ceux des dépêches expédiées pendant la période de statistique mentionnée au § 1 du présent article. Au besoin, une statistique spéciale peut être employée pour régler le partage de ces poids entre les divers services empruntés. Aucune modification dans le mouvement des correspondances n'est considérée comme importante lorsqu'elle ne comporte pas une modification des frais de transit pour le transport en cause de plus de 10,000 francs par an.

Exceptionnellement, l'établissement d'une statistique spéciale peut être exigé aussi pour la constatation de nouveaux poids totaux qui doivent servir de base pour les comptes nouveaux lorsqu'il y a une augmentation des poids totaux du transport en cause de 100 % ou une diminution de 50 % au moins et que des comptes nouveaux subiraient en conséquence une modification de plus de 10,000 francs par an.

XXXIII

DÉPÊCHES CLOSES

1 — Les correspondances échangées en dépêches closes, entre deux Offices de l'Union ou entre un Office de l'Union et un Office étranger à l'Union, à travers le territoire ou au moyen des services d'un ou de plusieurs autres Offices, font l'objet d'un relevé conforme au modèle M annexé au présent Règlement, qui est établi d'après les dispositions suivantes.

Pendant chaque période de statistique, des sacs ou des paquets distincts doivent être employés pour les "lettres et les cartes postales" et pour les "autres objets". Ces sacs ou paquets doivent respectivement être munis d'une étiquette "L. C." et "A. O.". Lorsque le volume des dépêches le per-

met, les sacs ou paquets distincts peuvent être réunis dans un seul sac collecteur qui doit être étiqueté "S. C."

Par dérogation aux dispositions des articles XXI et XXII du présent Règlement, chaque Administration a la faculté, pendant la période de statistique, de comprendre les objets recommandés et les envois exprès autres que les lettres et les cartes postales dans un des sacs ou paquets destinés aux autres objets, en faisant mention de ce fait sur la feuille d'avis; mais, si conformément auxdits articles XXI et XXII, ces objets sont compris dans un sac ou paquet à lettres, ils sont traités, en ce qui concerne la statistique de poids, comme faisant partie de l'envoi de lettres.

2 — Lorsque la route à suivre et les services de transport à utiliser pour les dépêches expédiées pendant la période de statistique sont inconnus ou incertains, l'Office d'origine doit, à la demande de l'Administration destinataire, préparer pour chaque dépêche un état conforme au modèle T annexé au présent Règlement. Cet état doit être transmis successivement, sans retard, aux différents services participant au transport des dépêches; ces services inscrivent, l'un après l'autre, les renseignements concernant le transit sur cet état qui est renvoyé ensuite à l'Office d'origine joint au relevé modèle M.

3 — En ce qui concerne les dépêches d'un pays de l'Union pour un autre pays de l'Union, le bureau d'échange expéditeur inscrit, à la feuille d'avis pour le bureau d'échange destinataire de la dépêche, le poids brut des lettres et des cartes postales et celui des autres objets, sans distinction de l'origine ni de la destination des correspondances. On ne tient pas compte des fractions de poids jusqu'à 500 grammes inclusive-ment, tandis que les fractions de poids supérieures à 500 grammes sont arrondies au total d'un kilogramme. Le poids brut comprend le poids de l'emballage, mais non pas celui des sacs vides emballés dans des sacs distincts, des sacs ne contenant que des correspondances exemptes de tous frais de transit (article 4, § 9, de la Convention), des dépêches qui se composent uniquement d'une feuille d'avis négative (article XIX, § 9, du Règlement), ni celui des sacs collecteurs mentionnés dans le § 1 du présent article. Dans les cas où le poids brut des lettres et des cartes postales ainsi que celui des autres objets ne dépassent ni l'un ni l'autre 500 grammes, on ajoute, en tête de la feuille d'avis, la mention "Poids brut ne dépasse pas 500 grammes". Ces indications sont vérifiées par le bureau d'échange destinataire. Si ce bureau constate que le poids réel des lettres et des cartes postales ou des au-

tres objets dépasse de plus de 50 grammes le poids maximum, ou reste de plus de 50 grammes au-dessous du poids minimum (qui auraient pu donner lieu au poids arrondi inscrit dans la feuille d'avis), il rectifie ces indications et signale l'erreur immédiatement au bureau d'échange expéditeur au moyen d'un bulletin de vérification. Si les différences de poids constatées restent dans les limites précitées, les indications du bureau expéditeur ne sont pas modifiées et ne donnent pas lieu à un bulletin de vérification.

4 — Aussitôt que possible après la clôture des opérations de statistique, les bureaux destinataires dressent les relevés (modèle M) en autant d'expéditions qu'il y a d'Offices intéressés, y compris celui du lieu de départ. Ces relevés sont transmis par les bureaux d'échange qui les ont établis aux bureaux d'échange de l'Office débiteur pour être revêtus de leur acceptation. Ceux-ci, après avoir accepté ces relevés, les transmettent à l'Administration centrale dont ils relèvent, chargée de les répartir entre les Offices intéressés.

Si ces relevés ne sont pas parvenus aux bureaux d'échange de l'Office débiteur dans le délai de quatre mois (six mois dans les échanges avec les pays d'outre-mer), à dater du jour de l'expédition de la dernière dépêche à comprendre dans la statistique, les indications des bureaux expéditeurs y sont substituées. Ces bureaux dressent les relevés (modèle M), en nombre suffisant, en ajoutant la mention "Les relevés M du bureau destinataire ne sont pas parvenus dans le délai réglementaire", et les transmettent à l'Administration centrale dont ils relèvent, chargée de le répartir entre les Offices intéressés.

5 — En ce qui concerne les dépêches closes échangées entre un pays de l'Union et un pays étranger à l'Union, par l'intermédiaire d'un ou de plusieurs Offices de l'Union, les bureaux d'échange du pays de l'Union dressent, pour les dépêches expédiées ou reçues, un relevé (modèle M) qu'ils transmettent à l'Office de sortie ou d'entrée, lequel établit, à la fin de la période de statistique, un relevé général en autant d'expéditions qu'il y a d'Offices intéressés, y compris lui-même et l'Office de l'Union débiteur. Une expédition de ce relevé est transmise à l'Office débiteur, ainsi qu'à chacun des Offices qui ont pris part au transport des dépêches.

6 — Aussitôt que possible après chaque période de statistique, les Administrations qui ont expédié des dépêches en transit envoient la liste de ces dépêches aux différentes Administrations dont elles ont emprunté l'intermédiaire.

Si cette liste indique des dépêches en transit, qui d'après les dispositions du § 3 précédent ne donnent pas lieu à l'éta-

blissement d'un relevé (modèle M), on y ajoute une mention explicative telle que "Sacs vides", "Dépêches se composant uniquement d'une feuille d'avis négative", "Rebuts" ou "Poids ne dépasse pas 500 grammes".

Les dépêches closes provenant des pays au delà et qui sont réexpédiées insérées dans les dépêches en transit et inscrites dans le tableau II de la feuille d'avis, sont indiquées dans une partie spéciale de la liste.

Pour les dépêches dont l'entrepôt dans un port donne lieu, aux termes du § 4 de l'article 4 de la Convention, à une rémunération au profit de l'Office entreposeur, cet Office établit, par pays d'origine, un relevé journalier conforme au modèle Pbis annexé au présent Règlement et où figurent les indications relatives aux dépêches reçues du pays considéré, par l'entrepôt, pendant la période des 28 jours de la statistique des frais de transit, sans égard aux dates d'expédition et de réexpédition des dites dépêches.

Les indications portées sur les relevés journaliers sont récapitulées pour chaque pays d'origine, sur un état conforme au modèle Pter annexé au présent Règlement et qui est envoyé à l'Administration centrale du dit pays, accompagné des relevés modèle Pbis y afférents.

L'état récapitulatif Pter, revêtu de l'acceptation du Chef de l'Administration du pays débiteur, est transmis avec les relevés modèle Pbis à l'Administration centrale de l'Office dont relève l'entrepôt.

7 — Il incombe aux Administrations des pays dont relève des bâtiments de guerre de dresser les relevés (modèle M) relatifs aux dépêches expédiées ou reçues par ces bâtiments. Les dépêches expédiées, pendant la période de statistique, à l'adresse des bâtiments de guerre, doivent porter sur des étiquettes la date d'expédition.

Dans les cas où ces dépêches sont réexpédiées, l'Office réexpéditeur en informe l'Office du pays dont le bâtiment relève.

XXXIV

CORRESPONDANCES À DÉCOUVERT

1 — Les correspondances ordinaires et recommandées ainsi que les lettres de valeur déclarée provenant du pays même ou des pays au delà transmises à découvert pendant une période de statistique font l'objet d'une inscription sur la

feuille d'avis, par le bureau d'échange expéditeur, rédigée comme suit :

Correspondances à découvert	Nombre
Lettres	
Cartes postales	
Autres objets	

Les correspondances exemptes de tous frais de transit conformément aux dispositions du § 9 de l'article 4 de la Convention ne sont pas comprises dans ces chiffres.

2 — A défaut de correspondances à découvert, le bureau expéditeur inscrit en tête de la feuille d'avis la mention :

“Pas de correspondances à découvert.”

3 — Les inscriptions, dans les feuilles d'avis, sont vérifiées par le bureau d'échange destinataire. Si ce bureau constate des différences de plus de cinq lettres, cartes postales ou autres objets, il rectifie les inscriptions sur la feuille d'avis et signale l'erreur immédiatement au bureau expéditeur, au moyen d'un bulletin de vérification. Si la différence constatée reste dans la limite précitée, les indications du bureau expéditeur restent inaltérées et ne donnent pas lieu à un bulletin de vérification. Après avoir terminé les opérations statistiques le bureau d'échange destinataire dresse, en simple expédition, des relevés (modèle O), qui sont transmis, sans retard, à l'Administration centrale dont il relève.

XXXV

COMPTE DES FRAIS DE TRANSIT

1 — Les poids des dépêches closes, les nombres des correspondances transmises à découvert et, le cas échéant, les nombres des sacs entreposés dans un port multipliés par 13 servent de base à des comptes particuliers établissant en francs et centimes les prix annuels de transit revenant à chaque Office. Dans le cas où ce multiplicateur ne se rapporte pas à la périodicité du service, ou lorsqu'il s'agit d'expéditions extraordinaires faites pendant la période de statistique, les Administrations intéressées s'entendent pour l'adoption d'un autre multiplicateur. Le soin d'établir les comptes in-

combe à l'Office crédateur, qui les transmet à l'Office débiteur. Le multiplicateur admis fait chaque fois règle, pour toute la période de statistique.

2 — Afin de tenir compte du poids des sacs et de l'emballage et des catégories de correspondances exemptes de tous frais de transit en conformité des dispositions du § 9 de l'article 4 de la Convention, le montant total du compte des dépêches closes est réduit de 10 %.

3 — Les comptes particuliers sont dressés, sur la base des relevés (modèles M, O et Phis) en double expédition, en conformité des modèles N, P et Pter annexés au présent Règlement, et transmis aussitôt que possible et, au plus tard, avant l'expiration de 12 mois après la fin de la période de statistique, à l'Office débiteur.

4 — Si l'Office qui a envoyé le compte n'a reçu aucune observation rectificative dans un intervalle de 6 mois à compter de l'envoi, ce compte est considéré comme admis de plein droit.

5 — Sauf entente contraire entre les Administrations intéressées, le décompte général comprenant les frais de transit territorial et maritime est établi par le Bureau international.

6 — Aussitôt que les comptes particuliers entre deux Administrations sont approuvés ou considérés comme admis de plein droit (§ 4 du présent article), chacune des deux Administrations transmet sans retard, au Bureau international, un relevé (modèle Q) indiquant les montants totaux de ces comptes. Lors de la réception de ce relevé (modèle Q) d'une Administration, le Bureau international en avertit l'autre Administration intéressée.

En cas de différences entre des indications correspondantes de deux Administrations, le Bureau international les invite à se mettre d'accord et à lui communiquer les sommes définitivement fixées.

Dans les cas où l'une seulement des Administrations aurait fourni le relevé (modèle Q), les indications de cette Administration font foi, à moins que le relevé correspondant de l'Administration retardataire ne soit parvenu au Bureau international en temps opportun pour l'établissement du prochain décompte annuel.

Dans le cas du § 4 du présent article, les relevés doivent porter la mention "Aucune observation de l'Office débiteur n'est parvenue dans le délai réglementaire".

Dans le cas où deux Administrations se seraient mises d'accord pour faire un règlement spécial, le relevé portera la

mention "Compte réglé à part — à titre d'information" et ne sera pas compris dans le décompte général. Cette mention est omise dans le cas du § 10 de l'article 4 de la Convention principale.

7 — Le Bureau international effectue les suppressions prévues dans l'article 4, § 10, de la Convention principale et en donne avis aux Offices intéressés.

8 — Le Bureau international établit, à la fin de chaque année, sur la base des relevés qui lui sont parvenus jusque-là et qui sont considérés comme admis de plein droit, un décompte annuel des frais de transit. Ce décompte indique :

- a) le total du Doit et de l'Avoir de chaque Administration;
- b) le solde débiteur ou le solde de chaque Administration, représentant la différence entre le total du Doit et le total de l'Avoir;
- c) les sommes à payer par les Administrations débitrices;
- d) les sommes à recevoir par les Administrations créditrices.

Les totaux des deux catégories de soldes sous les lettres a à d doivent nécessairement être égaux.

Le Bureau international pourvoit à ce que le nombre des paiements à effectuer par les Administrations débitrices soit restreint dans la mesure du possible.

9 — Les décomptes annuels doivent être transmis aux Administrations de l'Union par le Bureau international, aussitôt que possible et, au plus tard, avant l'expiration du premier trimestre de l'année qui suit l'année de leur établissement.

XXXVI

LIQUIDATION DES FRAIS DE TRANSIT

1 — Le solde annuel résultant du décompte du Bureau international ou des règlements spéciaux est un solde exprimé en francs-or. Il est payé l'Office débiteur à l'Office créancier en or ou au moyen de traites payables à vue sur la capitale ou sur une place commerciale du pays créancier.

En cas de paiement au moyen de traites, celles-ci sont établies en monnaie du pays créancier pour un montant équivalent au cours du change au jour de l'achat à la quantité de francs-or que représente le solde à payer.

Ces traites peuvent être également tirées sur un autre pays à la condition qu'elles représentent le même équivalent

et que les frais d'escompte soient à la charge de l'Office débiteur.

2 — Le paiement du solde annuel doit être effectué dans le plus bref délai possible et, au plus tard, avant l'expiration d'un délai de 4 mois à partir de la date d'envoi du décompte et, par le Bureau international, pour les pays d'Europe et de 5 mois pour les autres pays. Passé ce délai, les sommes dues par un Office à un autre Office sont productives d'intérêts, à raison de 7 % l'an et à dater du jour d'expiration du dit délai.

XXXVII

RÉPARTITION DES FRAIS DU BUREAU INTERNATIONAL

1 — Les frais communs du Bureau international ne doivent pas dépasser, par année, la somme de 300,000 francs suisses, non compris les frais spéciaux auxquels donne lieu la réunion d'un Congrès, d'une Conférence ou d'une Commission.

2 — L'Administration des postes suisses surveille les dépenses du Bureau international, fait les avances nécessaires et établit le compte annuel, qui est communiqué à toutes les autres Administrations.

3 — Pour la répartition des frais, les pays de l'Union sont divisés en sept classes, contribuant chacune dans la proportion d'un certain nombre d'unités, savoir :

1 ^{re} classe,	25 unités
2 ^e classe,	20 unités
3 ^e classe,	15 unités
4 ^e classe,	10 unités
5 ^e classe,	5 unités
6 ^e classe,	3 unités
7 ^e classe,	1 unité

4 — Ces coefficients sont multipliés par le nombre des pays de chaque classe, et la somme des produits ainsi obtenus fournit le nombre d'unités par lequel la dépense totale doit être divisée. Le quotient donne le montant de l'unité de dépense.

5 — Les pays de l'Union sont classés ainsi qu'il suit, en vue de la répartition des frais :

1^{re} classe : Allemagne, Argentine (République), Chine, Etats-Unis d'Amérique, Ethiopie, France, Grande-Bretagne, Inde britannique, Confédération australienne (Commonwealth of Australia), Canada, Union de l'Afrique du Sud, ensemble

des autres dominions, colonies et protectorats britanniques, Italie, Japon, Pologne, Russie, Turquie.

2^e classe: Espagne, Mexique;

3^e classe: Autriche, Belgique, Brésil, Egypte, Grèce, Hongrie, Pays-Bas, Roumanie, Royaume des Serbes, Croates et Slovènes, Suède, Suisse, Tchécoslovaquie, Algérie, colonies et protectorats français de l'Indochine, ensemble des autres colonies françaises, ensemble des possessions insulaires des Etats-Unis d'Amérique autres que les Iles Philippines, Indes néerlandaises;

4^e classe: Chosen, Danemark, Finlande, Norvège, Portugal, colonies portugaises de l'Afrique, colonies portugaises en Asie et en Océanie;

5^e classe: Bulgarie, Chili, Colombie, Maroc (à l'exclusion de la Zone espagnole), Maroc (Zone espagnole du), Pérou, Tunisie;

6^e classe: Bolivie, Costa-Rica, Cuba, République Dominicaine, Equateur, Guatemala, Haïti, République du Honduras, Luxembourg, République de Nicaragua, République de Panama, Paraguay, Perse, République de Salvador, Territoire de la Sarre, Royaume de Siam, Uruguay, Venezuela, colonies néerlandaises en Amérique;

7^e classe: Colonie du Congo belge, établissements espagnols du golfe de Guinée, Islande, ensemble des colonies italiennes, ensemble des dépendances japonaises autres que Le Chosen, Libéria, Iles Philippines, République de St-Marin.

XXXVIII

COMMUNICATIONS À ADRESSER AU BUREAU INTERNATIONAL

1. Le Bureau international sert d'intermédiaire aux notifications régulières et générales qui intéressent les relations internationales.

2. Les Administrations faisant partie de l'Union doivent se communiquer notamment, par l'intermédiaire du Bureau international:

1^o, l'indication des surtaxes qu'elles perçoivent par application de l'article 6 de la Convention, en plus de la taxe de l'Union, pour frais de transport extraordinaire, ainsi que la nomenclature des pays par rapport auxquels ces surtaxes sont perçues, et, s'il y a lieu, la désignation des voies qui en motivent la perception;

2^o, la collection en trois exemplaires de leurs timbres-poste et des impressions-types de leurs machines à affran-

chir, officiellement adoptées, avec indications, le cas échéant, de la date à partir de laquelle les timbres-poste des émissions antérieures cesseraient d'avoir cours;

3°, l'avis si elles entendent user de la faculté qui est laissée aux Administrations d'appliquer ou de ne pas appliquer certaines dispositions générales de la Convention et du présent Règlement;

4°, les taxes modérées qu'elles ont adoptées, soit en vertu d'arrangements particuliers conclus par application de l'article 23 de la Convention, soit en exécution de l'article 22 de la Convention, et l'indication des relations dans lesquelles ces taxes modérées sont applicables;

5°, la liste, le cas échéant, des bureaux de poste qu'elles entretiennent dans des pays étrangers à l'Union;

6°, la liste des objets interdits à l'importation ou au transit et de ceux qui sont admis conditionnellement au transport dans leurs services respectifs: Cette liste devra indiquer séparément les dits objets par mode de transport, savoir:

a) par la "poste aux lettres" (lettres, imprimés, échantillons);

b) sous forme de "colis postal" (dans les relations entre pays contractants ou non contractants), et;

c) facultativement sous une autre forme (par l'intermédiaire des Administrations postales ou d'autres entreprises de transport);

7°, la liste des lignes de paquebots dépendant d'elles qui sont à la disposition des autres Administrations, avec indication des parcours, de la périodicité des services, et de la distance entre les ports d'escale.

3. Toute modification apportée ultérieurement, à l'égard de l'un ou de l'autre des sept points ci-dessus mentionnés, doit être notifiée sans retard de la même manière.

4. Le Bureau international reçoit également de toutes les Administrations de l'Union deux exemplaires de tous les documents qu'elles publient, tant sur le service intérieur que sur le service international.

XXXIX

STATISTIQUE GÉNÉRALE

1. Chaque Administration fait parvenir au Bureau international une série aussi complète que possible de renseignements statistiques sous forme de tableau à dresser conformément

aux modèles ci-annexés R et S. Les tableaux R sont transmis à la fin du mois de juillet de chaque année; mais les renseignements compris dans les parties I, II et IV de ce tableau ne sont fournis qu' tous les trois ans; quant aux tableaux S, ils le sont également tous les trois ans, à la même date. Les renseignements fournis se rapportent toujours à l'année précédente.

2. Les opérations de service qui donnent lieu à enregistrement font l'objet de relevés périodiques, d'après les écritures effectuées.

3. Pour toutes les autres opérations, il est procédé chaque année à un comptage en bloc des objets de correspondance de toute nature, sans faire de distinction entre les lettres, cartes postales, imprimés, papiers d'affaires et échantillons de marchandises, et tous les trois ans, au plus tard, à un dénombrement des différentes catégories de correspondances.

Les statistique ont lieu pendant une semaine pour les échanges quotidiens et pendant quatre semaines pour les échanges non quotidiens. Est réservé à chaque Administration le droit de procéder à ces statistiques aux époques qui correspondent le mieux à la moyenne de son trafic postal.

Dans l'intervalle qui s'écoule entre les statistiques spéciales le dénombrement des différentes catégories est fait d'après des chiffres proportionnels tirés de la précédent statistique spéciale.

4. Le Bureau international est chargé de faire imprimer et de distribuer les formules de statistique à remplir par chaque Administration. Il est chargé, en outre, de fournir aux Administrations qui en feront la demande toutes les indications nécessaires sur les règles à suivre pour assurer, autant que possible, l'uniformité des opérations de statistique.

XL

ATTRIBUTIONS DU BUREAU INTERNATIONAL

1. Le Bureau international dresse une statistique générale pour chaque année.

2. Il rédige, à l'aide des documents qui sont mis à sa disposition, un journal spécial en langues allemande, anglaise, espagnole et française.

3. Le Bureau international publie, d'après les informations fournies en vertu des prescriptions de l'article XXXVIII précédent, un recueil officiel de tous les renseignements

d'intérêt général concernant l'exécution de la Convention et du présent Règlement dans chaque pays de l'Union. Les modifications ultérieures sont publiées par suppléments semestriels. Toutefois, dans les cas d'urgence, lorsqu'une Administration demande expressément la publication immédiate d'un changement qui s'est produit dans son service, le Bureau international en fait l'objet d'une circulaire spéciale.

Des recueils analogues concernant l'exécution des Arrangements spéciaux de l'Union peuvent être publiés par le Bureau international sur la demande des Administrations participant à ces Arrangements.

4. Tous les documents publiés par le Bureau international sont distribués aux Administrations de l'Union dans la proportion du nombre d'unités contributives assignées à chacune d'elles par l'article XXXVII précédent.

5. Les exemplaires et documents supplémentaires qui seraient réclamés par ces Administrations sont payés à part, d'après leur prix de revient.

6. Le Bureau international doit, d'ailleurs, se tenir en tout temps à la disposition des membres de l'Union, pour leur fournir, sur les questions relatives au service international des postes, les renseignements spéciaux dont ils pourraient avoir besoin.

7. Le Bureau international instruit les demandes de modification ou d'interprétation des dispositions qui régissent l'Union. Il notifie les résultats de chaque instruction, et toute modification ou résolution adoptée n'est exécutoire que trois mois, au moins, après sa notification.

8. Le Bureau international opère la balance et la liquidation des décomptes de toute nature entre les Administrations de l'Union qui déclarent vouloir emprunter l'intermédiaire de ce Bureau dans les conditions déterminées par l'article XLI ci-après.

9. Le Bureau international prépare les travaux des Congrès ou Conférences. Il pourvoit aux copies et impressions nécessaires à la rédaction et à la distribution des amendements, procès-verbaux et autres renseignements.

10. Le Directeur de ce Bureau assiste aux séances des Congrès ou Conférences et prend part aux discussions sans voix délibérative.

11. Il fait sur sa gestion un rapport annuel qui est communiqué à toutes les Administrations de l'Union.

12. La langue officielle du Bureau international est la langue française.

13. Le Bureau international est chargé de publier un dictionnaire alphabétique de tous les bureaux de poste du monde, avec une mention spéciale pour ceux de ces bureaux chargés de services qui ne sont pas encore généralisés. Ce dictionnaire est tenu au courant au moyen de suppléments ou de toute autre manière que le Bureau international jugera convenable.

Le dictionnaire mentionné au présent paragraphe est livré au prix de revient aux Administrations qui en font la demande.

14. Le Bureau international est chargé de la confection et de l'approvisionnement des coupons-réponse prévus à l'article 13, § 2, de la Convention principale, ainsi que de la liquidation des comptes se rapportant à ce service et dont il s'agit à l'article VII du présent Règlement.

15. Il est également chargé de l'établissement et de la distribution des cartes d'identité prévues à l'article 9 de la Convention principale et à l'article XXV de ce Règlement et de l'établissement et de la distribution du tableau des équivalents prévu à l'article IV du présent Règlement.

XLI

OFFICE CENTRAL DE COMPTABILITÉ ET DE LIQUIDATION DES COMPTES ENTRE LES ADMINISTRATIONS DE L'UNION

1. Le Bureau international de l'Union postale universelle est chargé d'opérer la balance et la liquidation des décomptes de toute nature relatifs au service international des postes entre les Administrations des pays de l'Union.

Les Administrations qui ont l'intention de réclamer, pour ce service de liquidation, le concours du Bureau international, se concertent, à cet effet, entre elles et avec ce Bureau.

Malgré son adhésion, chaque Administration conserve le droit d'établir à son choix des décomptes spéciaux pour diverses branches du service et d'en opérer à sa convenance le règlement avec ses correspondants, sans employer l'intermédiaire du Bureau international, auquel, à teneur de l'alinéa qui précède, elle se borne à indiquer pour quelles branches de service et pour quels pays elle réclame ses offices.

Sur la demande des Administrations intéressées, les décomptes télégraphiques peuvent aussi être indiqués au Bureau international pour entrer dans la compensation des soldes.

Les Administrations qui auront emprunté l'intermédiaire du Bureau international pour la balance de la liquidation des décomptes peuvent cesser d'user de cet intermédiaire trois mois après qu'elles en auront averti le dit Bureau.

2. Après que les comptes particuliers ont été débattus et arrêtés d'un commun accord, les Administrations débitrices transmettent aux Administrations créditrices, pour chaque nature d'opérations, une reconnaissance, établie en francs et centimes, du montant de la balance des deux comptes particuliers, avec l'indication de l'objet de la créance et de la période à laquelle elle se rapporte.

Toutefois, en ce qui concerne l'échange des mandats, la reconnaissance doit être transmise par l'Office débiteur dès l'établissement de son propre compte particulier et la réception du compte particulier de l'Office correspondant, sans attendre qu'il ait été procédé à la vérification de détail. Les différences ultérieurement constatées sont reprises dans le premier compte à intervenir.

Sauf entente contraire, l'Administration qui désirerait, pour sa comptabilité intérieure, avoir des comptes généraux, aurait à les établir elle-même et à les soumettre à l'acceptation de l'Administration correspondante.

Les Administrations peuvent s'entendre pour pratiquer un autre système dans leurs relations.

3. Chaque Administration adresse mensuellement ou trimestriellement, si des circonstances spéciales le rendent désirable, au Bureau international, un tableau indiquant son Avoir du chef des décomptes particuliers, ainsi que le total des sommes dont elle est créditrice envers chacune des Administrations contractantes; chaque créance figurant dans ce tableau doit être justifiée par une reconnaissance de l'Office débiteur.

Ce tableau doit parvenir au Bureau international le 19 de chaque mois ou du premier mois de chaque trimestre au plus tard, sous peine de n'être compris que dans la liquidation du mois ou du trimestre suivant.

4. Le Bureau international constate, en rapprochant les reconnaissances, si les tableaux sont exacts. Toute rectification nécessaire est notifiée aux Offices intéressés.

Le Doit de chaque Administration envers une autre est reporté dans un tableau récapitulatif; afin d'établir le total dont chaque Administration est débitrice, il suffit d'additionner les diverses colonnes de ce tableau récapitulatif.

5 — Le Bureau international réunit les tableaux et les récapitulations en une balance générale indiquant :

- a) le total du Doit et de l'Avoir de chaque Administration;
- b) le solde débiteur ou le solde créditeur de chaque Administration, représentant la différence entre le total du Doit et le total de l'Avoir;
- c) les sommes à payer par une partie des membres de l'Union à une Administration, ou réciproquement les sommes à payer par cette dernière à l'autre partie.

Les totaux des deux catégories de soldes sous *a* et *b* doivent nécessairement être égaux.

On pourvoir autant que possible à ce que chaque Administration n'ait à effectuer, pour se libérer, qu'un ou deux paiements distincts.

Toutefois, l'Administration qui se trouve habituellement à découvert vis-à-vis d'une autre Administration pour une somme supérieure à 50.000 francs a le droit de réclamer des acomptes.

Ces acomptes sont inscrits tant par l'Administration créditrice que par l'Administration débitrice, au bas des tableaux à adresser au Bureau international (voir § 3).

6 — Les reconnaissances (voir § 3) transmises au Bureau international avec les tableaux sont classées par Administration.

Elles servent de base pour l'établissement de la liquidation de chacune des Administrations intéressées. Dans cette liquidation doivent figurer :

- a) les sommes afférentes aux décomptes spéciaux portant sur les divers échanges;
- b) le total des sommes résultant de tous les décomptes spéciaux par rapport à chacune des Administrations intéressées;
- c) les totaux des sommes dues à toutes les Administrations créditrices pour chaque branche du service, ainsi que leur total général.

Ce total doit être égal au total du Droit qui figure dans la récapitulation.

Au bas de la liquidation, la balance est établie entre le total du Droit et le total de l'Avoir résultant des tableaux adressés par les Administrations au Bureau international (voir § 3). Le montant net du Droit ou de l'Avoir doit être égal au solde débiteur ou au solde créditeur porté dans la balance générale. En outre, la liquidation statue sur le mode de liquidation, c'est-à-dire qu'elle indique les Administrations

en faveur desquelles le paiement doit être affectué par l'Administration débitrice.

Les liquidations doivent être transmises aux Administrations intéressées, par le Bureau international, au plus tard le 22 de chaque mois.

7 — Le paiement des sommes dues, en vertu d'une liquidation, par une Administration à une autre Administration, doit être effectué aussitôt que possible et, au plus tard, quinze jours après réception de la liquidation par l'Administration débitrice. Quant aux autres conditions de paiement, les dispositions du § 1 de l'article XXXVI précédent font loi. Les dispositions du § 2 du dit article sont, le cas échéant, applicables en cas de non-paiement du solde dans le délai fixé.

Les soldes débiteurs ou créditeurs n'excédant pas 500 francs peuvent être reportés à la liquidation du mois suivant, à la condition toutefois que les Administrations intéressées soient en rapport mensuel avec le Bureau international. Il est fait mention de ce report dans les récapitulations et dans les liquidations pour les Administrations créditrices et débitrices. L'Administration débitrice fait parvenir, le cas échéant, à l'Administration créditrice, une reconnaissance de la somme due, pour être portée au prochain tableau.

XLII

LANGUE

1— Les feuilles d'avis, tableaux, relevés et autres formules à l'usage des Administrations de l'Union pour leurs relations réciproques doivent être rédigés en langue française, avec ou sans traduction interlinéaire dans une autre langue, à moins que les Administrations intéressées n'en disposent autrement par une entente directe.

2 — En ce qui concerne la correspondance de service, l'état de choses actuel est maintenu, sauf autre arrangement à intervenir ultérieurement et d'un commun accord entre les Administrations intéressées.

XLIII

RESSORT DE L'UNION

1 — Sont considérés comme appartenant à l'Union postale universelle:

1°, tous les bureaux de poste établis par des pays de l'Union dans des pays étrangers à l'Union;

2°, la principauté de Liechtenstein comme relevant de l'Administration des postes de Suisse;

3°, les îles Féroë et le Groenland, comme faisant partie du Danemark;

4°, les possessions espagnoles de la côte septentrionale d'Afrique, comme faisant partie de l'Espagne; la République du Val d'Andorre, comme relevant de l'Administration des postes espagnoles;

5°, la principauté de Monaco, comme relevant de l'Administration des postes de France;

6°, Basutoland, comme relevant de l'Administration des postes de l'Union de l'Afrique du Sud;

7°, Walfisch-Bay, comme faisant partie de l'Union de l'Afrique du Sud;

8°, les bureaux de poste norvégiens établis aux îles de Spitzberg, comme relevant de l'Administration des postes de Norvège.

2— Dans l'intervalle qui s'écoule entre les réunions, les Administrations des pays de l'Union qui ouvrent dans des pays étrangers à l'Union des bureaux de poste qui doivent être considérés comme appartenant à l'Union, en font communication aux Administrations de tous les autres pays de l'Union, par l'intermédiaire du Bureau international.

XLIV

PROPOSITIONS FAITES DANS L'INTERVALLE DES RÉUNIONS

1 — Dans l'intervalle qui s'écoule entre les réunions, toute Administration des postes d'un pays de l'Union a le droit d'adresser aux autres Administrations participantes, par l'intermédiaire du Bureau international, des propositions concernant les dispositions du présent Règlement.

2 — Toute proposition est soumise au procédé suivant:

Un délai de 6 mois est laissé aux Administrations pour examiner les propositions et pour faire parvenir au Bureau international, les cas échéant, leurs observations. Les amendements ne sont pas admis. Les réponses sont réunies par les soins du Bureau international et communiquées aux Administrations avec l'invitation de se prononcer pour ou contre. Les Administrations qui n'ont point fait parvenir leur vote dans un délai de six mois, à compter de la date de la seconde circulaire du Bureau international leur notifiant les observations apportées, sont considérées comme s'abstenant.

3 — Pour devenir exécutoires, les propositions doivent réunir, savoir :

1°, l'unanimité des suffrages, s'il s'agit de l'addition de nouvelles dispositions ou de la modification des dispositions du présent article et des articles III, IV, VIII, XXX, XXXI, XXXII, XXXVI et XLV;

2°, les deux tiers des suffrages, s'il s'agit de la modification des dispositions des articles, I, II, V, VI, X, XI, XII, XIII, XIV, XV; XVI, XVII, XVIII, ~~XX~~, XXIII, XXIV, XXVI, XXXV; XXXIX, XLI, XLII et XLIII;

3°, la simple majorité absolue s'il s'agit, soit de la modification des dispositions autres que celles indiquées ci-dessus, soit de l'interprétation des diverses dispositions du Règlement, sauf le cas de litige prévu à l'article 25 de la Convention.

4 — Les résolutions valables sont consacrées par une simple notification du Bureau international à toutes les Administrations de l'Union.

5 — Toute modification ou résolution adoptée n'est exécutoire que trois mois, au moins, après sa notification.

XLV

DURÉE DU RÈGLEMENT

Le présent Règlement sera exécutoire à partir du jour de la mise en vigueur de la Convention du 30 novembre 1920. Il aura la même durée que cette Convention, à moins qu'il ne soit renouvelé d'un commun accord entre les parties intéressées.

Fait à Madrid, le trente novembre mil neuf cent vingt.

Pour l'Allemagne: *Ronge*. — *Schenk*. — *Orth*.

Pour les Etats-Unis d'Amérique: *Conde de Colombi*.

Pour les Iles Philippines et les autres possessions insulaires des Etats-Unis d'Amérique: *Conde de Colombi*.

Pour la République Argentine: *A. Barrera Nicholson*.

Pour l'Autriche: *Eberan*.

Pour la Belgique: *A. Pirard*. — *Tixhon*. — *Hub. Krains*.

Pour la colonie du Congo belge: *M. Halewyck*. — *G. Tondeur*.

Pour la Bolivie: *Luis Rodriguez*.

Pour le Brésil: *Alcibiades Peçanha*. — *J. Henrique Aderne*.

Pour la Bulgarie: *N. Startcheff*. — *N. Boschnakoff*.

Pour le Chili: *A. de la Cruz*. — *Florencio Marquez de la Plata*. — *Gus. Cousino*.

Pour la Chine: *Liou Fou-Tcheng*.

Pour la République de Colombie: *W. Mac Lellan*. — *Gabriel Roldan*.

Pour la République de Costa-Rica: *Manuel M. de Peralta*.

Pour la République de Cuba: *Juan Iruretagoyena*.

Pour le Danemark: *Hollnagel Jensen*. — *Holmblad*.

Pour la République Dominicaine: *Leopoldo Lovelace*.

Pour l'Égypt: *N. T. Borton*.

Pour la République de l'Équateur: *Luis Robalino Davila*. — *Leonidas A. Yerovi*.

Pour l'Espagne: *Conde de Colombi*. — *José de Garcia Torres*. — *Guillermo Capdevila*. — *José de Espana*. — *Martin Vicente*. — *Antonio Camacho*.

Pour les colonies espagnoles: *Benardo Rolland*. — *Manuel G. Acebo*.

Pour l'Éthiopie: *Weuldeu-Berhane*.

Pour la Finlande: *G. E. F. Albrecht*.

Pour la France: *M. Lebon*.

Pour M. Georges Bonnet: *M. Lebon*. — *G. Blin*. — *P. Bouillard*. — *Barrail*.

Pour l'Algérie: *H. Treuillé*.

Pour les colonies et protectorats français de l'Indochine: *André Touzet*.

Pour l'ensemble des autres colonies françaises: *G. Demartial*.

Pour la Grande-Bretagne et divers dominions, colonies et protectorats britanniques: *F. H. Williamson*. — *E. J. Harrington*. — *E. L. Ashley Foakes*.

Pour l'Inde britannique: *G. R. Clarke*.

Pour la Commonwealth de l'Australie: *Justinian Oxenham*.

Pour le Canada: *F. H. Williamson*.

Pour la Nouvelle-Zélande: *R. B. Morris*.

Pour l'Union de l'Afrique du Sud: *H. W. S. Twycross*. — *D. J. O'Kelly*.

Pour la Grèce: *P. Scassi*. — *Th. Penthéoudakis*.

Pour le Guatemala: *Juan J. Ortega*. — *Enrique Trautmann*.

Pour la République d'Haïti: *Luis Ma. Solér*.

Pour la République du Honduras: *Ricardo Beltrán y Rózpide*.

Pour la Hongrie: *O. de Fejér*. — *G. Baron Szalay*.

Pour l'Islande: *Hollnagel Jensen*.

Pour l'Italie et les colonies italiennes: *E. Delmati*. — *T. C. Giannini*. — *S. Ortisi*.

Pour le Japon: *S. Nakanishi*. — *Arajiro Miura*. — *Y. Hiratsuka*.

Pour le Chosen: *S. Nakanishi*. — *Arajiro Miura*. — *Y. Hiratsuka*.

Pour l'ensemble des autres dépendances japonaises: *S. Nakanishi*. — *Arajiro Miura*. — *Y. Hiratsuka*.

Pour la République de Libéria: *Luis Ma. Solér*.

Pour le Luxembourg: *G. Faber*.

Pour le Maroc (à l'exclusion de la Zone espagnole): *Gérard Japy*. — *J. Walter*.

Pour le Maroc (Zone espagnole): *M. Aguirre de Cárcer*. — *L. López-Ferrer*. — *C. Garcia de Castro*.

Pour le Mexique:

Pour M. Cosme Hinojosa: *Julio Poulat*. — *Julio Poulat*. — *Alfonso Reyes*.

Pour le Nicaragua: *M. Ig. Terán*.

Pour la Norvège: *Sommerschield*. — *Klaus Helsing*.

Pour la République de Panama: *J. D. Arosemena*.

Pour le Paraguay: *Fernando Pignet*.

Pour les Pays-Bas: *A. W. Kymmell*. — *J. S. v. Gelder*.

Pour les Indes néerlandaises: *Wigman*. — *W. F. Gerdes Oosterbeek*. — *J. van der Werf*.

Pour les colonies néerlandaises en Amérique: *Wigman*. — *W. F. Gerdes Oosterbeek*. — *J. van der Werf*.

Pour le Pérou: *D. C. Urrea*. — *O. Barrenechea y Raygada*.

Pour la Perse: *Husséïn Khan Alaï*. — *C. Molitor*.

Pour la Pologne: *W. Dobrowolski*. — *Maciejewski*. — *Dr. Marjan Blachier*.

Pour le Portugal: *Henrique Mousinho de Albuquerque*.

Pour les colonies portugaises de l'Afrique: *Juvenal Elvas Floriado Santa Barbara*.

Pour les colonies portugaises de l'Asie et de l'Océanie: *José Emilio dos Santos e Silva*.

Pour la Roumanie: *D. G. Marinesco*. — *Eug. Boukman*.

Pour le Salvador: *Ismael G. Fuentes*.

Pour le Territoire de la Sarre: *Douarche*.

Pour le Royaume des Serbes, Croates et Slovènes: *Drag. Dimitrijevitch*. — *S. P. Toutoundjitch*. — *Dr. Franya Pavlitch*. — *Costa Zlatanovitch*.

Pour le Royaume de Siam: *Phra Sanpakitch Preecha*.

Pour la Suède: *Julius Juhlin*. — *Thore Wennqvist*.

Pour la Suisse: *Mengotti*. — *F. Boss*.

Pour la Tchécoslovaquie: *Dr. Otokar Ruzicka*. — *Václav Kucera*.

Pour la Tunisie: *Gérard Japy*. — *A. Barbarat*.

Pour la Turquie: *Méhmed-Ali*.

Pour l'Uruguay: *Adolfo Agorio*.

Pour les Etats-Unis de Venezuela: *Pedro-Emilio Coll*.
— *Barceló*. — *A. Posse*.

IV

PROTOCOLE FINAL

Au moment de procéder à la signature du Règlement d'exécution de la Convention principale arrêté par le Congrès postal universel de Madrid, les plénipotentiaires soussignés sont convenus de ce qui suit:

I

En cas de paiement au moyen de traites du solde prévu à l'article XXXVI, le montant à payer est calculé de la manière suivant:

1°, en ce qui concerne les paiements à effectuer à un pays où les billets de banque sont échangeables à vue contre de l'or et d'où l'exportation de l'or est libre, le montant du solde est converti en monnaie du pays créateur au pair des monnaies d'or;

2°, quant aux paiements à effectuer à un autre pays, le solde est converti, sauf entente contraire entre l'Office créateur et l'Office débiteur, au pair des monnaies d'or en monnaie d'un pays où les conditions prévues à l'alinéa précédent sont remplies. Ensuite le montant qui provient de cette conversion peut être transformé, suivant le cas, ou en monnaie du pays créateur ou, exceptionnellement, en monnaie d'un autre pays. Dans les deux cas le cours du change au jour d'achat de la traite est pris comme base de la transformation.

II

Par mesure de transition, les coupons-réponse de la valeur nominale de 25 centimes qui se trouveront en possession des Administrations postales au jour où la Convention de Madrid sera mise à exécution pourront être vendus à un prix à déterminer par l'Administration qui les débitera sans que ce prix puisse toutefois être inférieur à 25 centimes (or).

Ces coupons, aussi bien que ceux qui auront été vendus avant la mise à exécution de la Convention de Madrid et qui seront présentés après cette date, seront échangés contre un timbre-poste ou des timbres-poste représentant la moitié du

montant du prix d'affranchissement d'une lettre simple à destination de l'étranger.

Pour l'établissement du relevé prévu à l'article VII, § 7, du Règlement, la valeur de ces coupons sera fixée à 25 centimes par unité.

Les Administrations qui augmenteront leurs taxes avant le 1^{er} janvier 1922, d'après la faculté accordée par l'article 30 de la Convention principale, auront également la faculté de faire appliquer la disposition du 2^e alinea du présent article à partir de la date de l'augmentation de leurs taxes.

III

Le Bureau international est autorisé à épuiser le stock de coupons-réponse déjà partiellement imprimés, en y ajoutant les corrections et compléments rendus nécessaires par les décisions prises en modification du Règlement d'exécution de la Convention de Rome.

IV

Les livrets d'identité, délivrés avant l'entrée en vigueur du présent Règlement, conservent leur validité dans les relations entre les pays signataires de l'Arrangement spécial de Rome jusqu'à l'expiration du délai de trois ans, sans pouvoir être renouvelés.

V

Par exception, les Administrations qui, à cause de la valeur instable de leur monnaie, ne sont pas à même de fixer d'une manière définitive les équivalents des taxes-types de l'Union ne sont pas tenues d'observer strictement les dispositions de l'article VI, § 4, du Règlement d'exécution relatives à la couleur des timbres.

VI

Par exception, les dispositions des articles XXXII, XXXIII, XXXIV et XXXV du Règlement d'exécution de la Convention principale s'appliqueront à la statistique de mai 1921.

En foi de quoi les plénipotentiaires ci-dessous ont dressé le présent Protocole final, qui aura la même force et la même valeur que si ses dispositions étaient insérées dans le texte même du Règlement auquel il se rapporte, et ils l'ont signé en un exemplaire qui restera déposé aux Archives du Gouver-

nement de l'Espagne et dont une copie sera remise à chaque partie.

Fait à Madrid, le trente novembre mil neuf cent vingt.

Pour l'Allemagne: *Ronge. — Shenk. — Orth.*

Pour les Etats-Unis d'Amérique: *Conde de Colombi.*

Pour les Iles Philippines et les autres possessions insulaires des Etats-Unis d'Amérique: *Conde de Colombi.*

Pour la République Argentine: *A. Barrera Nicholson.*

Pour l'Autriche: *Eberan.*

Pour la Belgique: *A. Pirard. — Tixhon. — Hub. Krains.*

Pour la colonie du Congo belge: *M. Halewick. — G. Tondeur.*

Pour la Bolivie: *Luis Rodriguez.*

Pour le Brésil: *Alcibiades Peçanha. — J. Henrique Aderne.*

Pour la Bulgarie: *N. Startcheff. — N. Boschnakoff.*

Pour le Chili: *A. de la Cruz. — Florencio Marquez de la Plata. — Guso Cousiño.*

Pour la Chine: *Liou Fou-Tcheng.*

Pour la République de Colombie: *W. Mac. Lellan. — Gabriel Roldan.*

Pour la République de Costa-Rica: *Manuel M. de Peralta.*

Pour la République de Cuba: *Juan Iruretagoyena.*

Pour le Danemark: *Hollnagel Jensen. — Holmblad.*

Pour la République Dominicaine: *Leopoldo Lovelace.*

Pour l'Egypte: *N. T. Borton.*

Pour la République de l'Équateur: *Luis Robalino Davila. — Leonidas A. Yerovi.*

Pour l'Espagne: *Conde de Colombi. — José de Garcia Torres. — Guillermo Capdevila. — José de España. — Martin Vicente. — Antonio Camacho.*

Pour les colonies espagnoles: *Bernardo Rolland. — Manuel G. Acebo.*

Pour l'Ethiopie: *Weuldeu-Berhane.*

Pour la Finlande: *G. E. F. Albrecht.*

Pour la France: *M. Lebon.*

Pour M. Georges Bonnet: *M. Lebon. — G. Blin. — P. Bouillard. — Barrail.*

Pour l'Algérie: *H. Treuillé.*

Pour les colonies et protectorats français de l'Indochine: *André Touzet.*

Pour l'ensemble des autres colonies françaises: *G. Demartial.*

Pour la Grande-Bretagne et divers dominions, colonies et protectorats britanniques: *F. H. Williamson. — E. J. Harrington. — E. L. Ashley Foakes.*

Pour l'Inde britannique: *G. R. Clarke.*

Pour la Commonwealth de l'Australie: *Justinian Oxenham.*

Pour le Canada: *F. H. Williamson.*

Pour la Nouvelle-Zélande: *B. R. Morris.*

Pour l'Union de l'Afrique du Sud: *H. W. S. Twycross. — D. J. O'Kelly.*

Pour la Grèce: *P. Scassi. — Th. Penthéroudakis.*

Pour le Guatemala: *Juan J. Ortega. — Enrique Traumann.*

Pour la République d'Haïti: *Luis Ma. Solér.*

Pour la République du Honduras: *Ricardo Beltrán y Rózpide.*

Pour la Hongrie: *O. de Fejér. — G. Baron Szalay.*

Pour l'Islande: *Holtnagel Jensen.*

Pour l'Italie et les colonies italiennes: *E. Delmati. — T. C. Giannini. — S. Ortisi.*

Pour le Japon: *S. Nakanishi. — Arajiro Miura. — Y. Hiratsuka.*

Pour le Chosen: *S. Nakanishi. — Arajiro Miura. — Y. Hiratsuka.*

Pour l'ensemble des autres dépendances japonaises: *S. Nakanishi. — Arajiro Miura. — Y. Hiratsuka.*

Pour la République de Libéria: *Luis Ma. Solér.*

Pour le Luxembourg: *G. Faber.*

Pour le Maroc (à l'exclusion de la Zone espagnole): *Gérard Japy. — J. Walter.*

Pour le Maroc (Zone espagnole): *M. Aguirre de Cárcer. — L. Lóppéz-Ferrer. — C. Garcia de Castro.*

Pour le Mexique:

Pour M. Cosme Hinojoso: *Julio Poulat. — Julio Poulat. — Affonso Reys.*

Pour le Nicaragua: *M. Ig. Terán.*

Pour la Norvège: *Sommerschield. — Klaus Helsing.*

Pour la République de Panama: *J. D. Arosemena.*

Pour le Paraguay: *Fernando Pignet.*

Pour les Pays-Bas: *A. W. Kymmell. — G. S. v. Gelder.*

Pour les Indes néerlandaises: *Wigman. — W. F. Gerdes Oosterbeek. — J. van der Werf.*

Pour les colonies néerlandaises en Amérique: *Wigman. — W. F. Gerdes Oosterbeek. — J. van der Werf.*

Pour le Pérou: *D. C. Urrea*. — *O. Barrenechea y Raygada*.

Pour la Perse: *Husséïn Khan Alai*. — *C. Molitor*.

Pour la Pologne: *W. Dobrowolski*. — *Maciejewski*. —
Dr. *Marjan Blachier*.

Pour le Portugal: *Henrique Mousinho de Albuquerque*.

Pour les colonies portugaises de l'Afrique: *Juvenal Elvas Floriado Santa Barbara*.

Pour les colonies portugaises de l'Asie et de l'Océanie: *José Emilio dos Santos e Silva*.

Pour la Roumanie: *D. G. Marinesco*. — *Eug. Boukman*.

Pour le Salvador: *Ismael G. Fuentes*.

Pour le Territoire de la Sarre: *Douarche*.

Pour le Royaume des Serbes, Croates et Slovènes: *Drag. Dimitrijevitch*. — *S. P. Toutoundjitch*. — Dr. *Franya Palvitch*. — *Costa Zlatanovitch*.

Pour le Royaume de Siam: *Phra Sanpakitch Preecha*.

Pour la Suède: *Julius Juhlin*. — *Thore Wennqvist*.

Pour la Suisse: *Mengotti*. — *F. Boss*.

Pour la Tchécoslovaquie: Dr. *Otokar Rusicka*. — *Václav Kucera*.

Pour la Tunisie: *Gérard Japy*. — *A. Barbarat*.

Pour la Turquie: *Méhméd-Ali*.

Pour l'Uruguay: *Adolfo Agorio*.

Pour les Etats-Unis de Venezuela: *Pedro-Emilio Coll*. — *Barceló*. — *A. Posse*.

ANNEXES

A

COUPON-RÉPONSE INTERNATIONAL		
(a).....	(c)	(b)
Timbre du bureau d'origine		Timbre du bureau d'échange
	(Dessin)	
(d) Ce coupon peut être échangé dans tous les pays de l'Union contre un timbre-poste ou des timbres-poste représentant le montant de l'affranchissement d'une lettre simple à destination de l'étranger; il est valable, le mois d'émission écoulé, deux mois encore (six mois dans les relations avec les pays d'outre mer).		
(Nom du pays d'émission.)		

- (a) Traduction de l'en-tête dans la langue du pays d'émission.
 (b) Prix de vente dans le pays d'émission.
 (c) Cet espace est occupé par une traduction du texte (d) dans la langue du pays d'émission.
 (d) Cette explication est répétée au verso dans les langues de plusieurs pays.

B

R	LAUSANNE N. 1460
---	---------------------



RECTO

AVIS DE RÉCEPTION

Timbre du bureau expéditeur



A.....

M.....

.....
(Lieu de destination)

.....
(Pays de destination)

SERVICE
DES POSTES

ADMINISTRATION
DES
POSTES D.....

E
(RECTO)

Correspondance avec l'Office
d.....

FEUILLE D'AVIS

Numéro d'ordre de la
dépêche.....
expédiée par le paquebot
.....

Dépêche (.....^e envoi) du bureau d'échange d.....
pour le bureau d'échange d.....
Départ du..... 192...., à..... h.....m.
Arrivée le..... 192.... à..... h.....m. du.....

Nombre de
sacs ou paquets
composant l'envoi.....

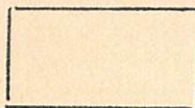
Timbre du bureau
expéditeur



Timbre du bureau
destinataire



Application éventuelle
du timbre *exprès*



..... objets recommandés..... } inscrit au tableau ci-dessous.
..... paquets } d'objets recommandés.
..... sacs... } inscrit sur..... listes distinctes.
..... paquets de valeurs déclarés..... } attachés au paquet d'objets recommandés.
..... } insérés dans le sac d'objets recommandés.

II — (Recto) — Continuação

I. Liste des envois recommandés				
Numéros d'ordre 1	BUREAUX D'ORIGINE 2	Numéros d'inscription au bureau d'origine 3	Lieux des destinations 4	Observations 5
1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20				

PAYS DE DESTINATION

Timbre de
bureau destinataire:



Dépêche (..... envoi) du bureau d'échange.....
pour le bureau d'échange.....
expédiée le..... 192....., à..... h..... m.
arrivée le..... 192....., à..... h..... m.

[illegible]

L'employé du bureau d'échange expéditeur:

L'employé du bureau d'échange destinataire:

(Dimensions 210 × 297 mm.)

E

(VERSO)

II. Liste des dépêches closes insérées dans la présente dépêche

Bureaux d'origine 1	Bureaux de destination 2	Nombre des dépêches closes 3	Observations 4
.....sacs vides en retour, dont..... à dépêches et..... pour objets recommandés Indications de service			

L'employé du bureau d'échange expéditeur, L'employé du bureau d'échange destinataire,

F

1

UNION POSTALE UNIVERSELLE	
ADMINISTRATION DES POSTES	
de	
CARTE D'IDENTITÉ N.	
valable jusqu'au	
Titulaire {	Nom :
	Prénoms :
	Profession :
	Domicile :
	Délivrée par le bureau ou le service
	de
	le
Le Chef de service:	

2

Photographie	
Timbre poste	
(la moitié sur la photographie)	
Signature du titulaire:	

CORRESPONDANCE AVEC L'OFFICE

.....

3

SIGNALEMENT (1)

Année de naissance: —

Lieu de naissance:

Taille:

Cheveux:

Yeux:

Marques particulières: —

Le titulaire dont la signature est ci-contre accepte la responsabilité prévue au chiffre 4 des observations.

(1) Les indications du signalement doivent, le cas échéant, porter une traduction interlinéaire en langue française.

ADMINISTRATION DES POSTES

d.....

4

OBSERVATIONS

1. Cette carte doit servir uniquement de pièce justificative pour les opérations postales.
2. Les cartes d'identité, valables pendant deux ans, sont délivrées par les bureaux ou services postaux, pourvu que le demandeur soit connu notoirement à la poste ou qu'il soit à même de justifier de son identité d'une manière irrefutable. Les cartes doivent être libellées en caractères latins.
3. Si, pendant la validité de la carte, la physionomie du titulaire s'est modifiée à tel point qu'elle ne concorde plus avec la photographie ou le signalement, la carte doit être renouvelée.
4. Le titulaire est responsable des conséquences que peut entraîner la perte, la soustraction ou l'emploi frauduleux de la présente carte.

BULLETIN DE VÉRIFICATION

Timbre du bureau
expéditeurpour la rectification et la constatation des erreurs et irrégularités de toute nature
reconnues dans la dépêche.

du bureau d'échange d.....

pour le bureau d'échange d.....

Timbre du bureau
destinataire

.....e expédition du..... 192....., à...h...du.....

ERREURS OU IRRÉGULARITÉS DIVERSES

(Manque de la dépêche, manque d'objets recommandés ou de la feuille d'avis, dépêche, spoliée, lacérée
ou en mauvais état, etc.)

A....., le..... 192....

Les employés du bureau d'échange destinataire,
.....

A....., le..... 192....

Vu et accepté:

Le chef du bureau d'échange expéditeur,
.....

ADMINISTRATION DES POSTES

G

CORRESPONDANCE AVEC L'OFFICE

Timbre du bureau
expéditeur

BULLETIN DE VÉRIFICATION

Timbre du bureau
destinataire

pour la constatation et la rectification des erreurs et irrégularités de toute
nature reconnues dans la dépêche N°
du bureau d'échange d.....
pour le bureau d'échange d.....
.....e expédition du 192... à h.....

ERREURS OU IRRÉGULARITÉS DIVERSES

(Manque de la dépêche, manque d'envois recommandés ou de la feuille d'avis, dépêche
spoliée, lacérée ou en mauvais état, etc.)

A, le 192.....

A, le 192.....

Les employés du bureau d'échange destinataire

Vu et accepté:
Le chef du bureau d'échange expéditeur

(Dimensions: 148 x 210 mm.)

• • • • •

Numéro d'ordre de la feuille de route
Nom du navire

PAYS DE DESTINATION

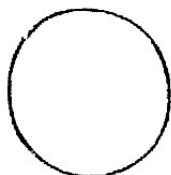
• • • • •

F

FEUILLE DE ROUTE

DES COLIS POSTAUX EXPÉDIÉS PAR LE BUREAU D'ÉCHANGE D.....
AU BUREAU D'ÉCHANGE D.....

Timbre à date



Départ (..... envoi) du..... 192..., à...h...m.

Arrivée..... du..... 192..., à...h...m.

NUMÉROS		Nombre de colis postaux	BUREAU		Poids de chaque colis avec valeur déclarée	Valeur dé- clarée	BONIFICATIONS de taxes et droits		Montant des rem- bourse- ments	Observa- tions
d'ordre	de l'en- regis- tre- ment		d'origine	de destination (*)			par l'Office expéditeur à l'Office correspondant	par l'Office correspondant à l'Office expéditeur		
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
						francs-or	fr.	ct.	fr.	ct.
Totaux.....										

L'employé du bureau expéditeur.

L'employé du bureau destinataire.

(*) Ne pas remplir dans les cas où les colis sont adressés au même bureau que les feuilles de route.

(Dimensions : 148×210 ou 210×297 ou 297×420 mm.)

ADMINISTRATION DES POSTE

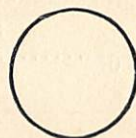
d.

BUREAU d.

H

(RECTO)

Timbre du bureau
expéditeur



RENSEIGNEMENTS A FOURNIR EN CAS DE RÉCLAMATION D'UN OBJET DE CORRESPONDANCE
ORDINAIRE NON PARVENU

I. PAR LE RÉCLAMANT (EXPÉDITEUR OU DESTINATAIRE)

<i>Demandes</i>	<i>Réponses</i>
a. Nature de l'envoi (lettre, carte postale, journal ou autre imprimé, échantillon ou paquet de papiers d'affaires). b. Quelle était l'adresse de l'envoi ? c. Quelle est l'adresse exacte du destinataire ? d. L'envoi était-il volumineux ? e. Que renfermait-il ? (Signalement aussi exact et complet que possible). f. Date précise ou approximative du dépôt à la poste. g. Nom et domicile de l'expéditeur. h. En cas de recherches fructueuses, à qui, de l'envoyeur ou du destinataire, doit-on faire parvenir l'envoi réclamé ?	

II. PAR L'EXPÉDITEUR	
<i>i.</i> Etait-il affranchi et, dans l'affirmative, quelle était la valeur de timbres-poste apposés. <i>j.</i> Date et heure du dépôt à la poste. <i>k.</i> Le dépôt a-t-il eu lieu au guichet ou à la boîte ? Dans ce dernier cas, à quelle boîte ? <i>l.</i> Le dépôt a-t-il été effectué par l'expéditeur lui-même ou par un tiers ? Dans ce dernier cas, par quelle personne ?	
<i>m.</i> Renseignements particuliers du bureau d'origine. <i>n.</i> Renseignements du 1^{er} bureau intermédiaire. <i>o.</i> Renseignements du 2^e bureau intermédiaire.	
La présente formule doit être renvoyée à.....	

ADMINISTRATION DES POSTES

d.....
—

H

(VERSO)

Timbre du bureau
expéditeur



BUREAU d.....
—

III. RENSEIGNEMENTS A FOURNIR PAR LE DESTINATAIRE EN CAS DE RÉCLAMATION D'UN OBJET DE
CORRESPONDANCE ORDINAIRE NON PARVENU

<i>Demandes</i>	<i>Réponses</i>
<i>p.</i> L'envoi est-il parvenu au destinataire ? <i>q.</i> Les correspondances sont-elles d'ordinaire retirées au bureau de poste ou distribuées à domicile ? <i>r.</i> A qui sont-elles confiées dans le premier cas ? <i>s.</i> Dans le second cas, sont-elles remises directement au destinataire ou à une personne attachée à son service ; ou bien déposées dans une boîte particulière ? Le cas échéant, cette boîte est-elle bien fermée et régulièrement levée ? <i>t.</i> La perte des correspondances s'est-elle déjà produit souvent ? Dans le cas affirmatif indiquer d'où provenaient les correspondances perdues. <i>u.</i> Renseignements particuliers du bureau de destination.	
La présente formule doit être renvoyée à	

d.

K

AVIS DE L'ENVOI

BUREAU

d.

DÉPARTEMENT OU PROVINCE

d.

Sous recommandation d'office de l'objet de correspondance décrit ci-après paraissant revêtu d'un timbre-poste frauduleux ou d'une empreinte contrefaite de machines à affranchir

Nature de l'objet	Bureau d'origine et date d'expédition	Copie textuelle de l'adresse	Indication du timbre-poste présupposé frauduleux ou de l'empreinte contrefaite de machines à affranchir (Valeur.)	Observations
1	2	3	4	5

Timbre du bureau
expéditeur



..... des postes.

L

Timbre à date
du bureau
de destination



ADMINISTRATION DES POSTES D.....

PROCÈS-VERBAL

dressé à.....par application de l'article 20 de la Convention
de l'Union postale universelle et de l'article XXXI du Règlement d'exécution de cette
Convention.

EMPLOI D'UN TIMBRE-POSTE FRAUDULEUX OU D'UNE EMPREINTE CONTREFAITE
DE MACHINES À AFFRANCHIR

L'an mil neuf cent vingt.....¹e.....
 Nous soussigné..... des postes à..... agissant en vertu de
 l'article 20 de la Convention de l'Union postale universelle et de l'article XXXI du
 Règlement d'exécution de cette Convention et assistant à la vérification d'.....²)
 expédié le..... de..... à l'adresse de M.....
 pesant..... et affranchi à raison de..... avons constaté que cet envoi
 était revêtu ³)..... (du n° timbre-poste présumé frauduleux
 d'une empreinte contrefaite de machines à affranchir
 ce qui constitue la contravention prévue par l'art 20 de la Convention précitée.

Le destinataire nous { qu'il refusait de faire connaître l'expéditeur
a déclaré ²⁾ { que l'expéditeur lui est inconnu
 { que l'expéditeur est M ³⁾

En conséquence,
nous lui avons remis
nous avons saisi
à l'effet de les transmettre à l'Administration des postes de

De quoi nous avons dressé le présent procès-verbal en simple expédition pour qu'il y soit donné suite conformément à l'article 20 de la Convention et à l'article XXXI du Règlement susmentionnés.

*Signature du destinataire
ou du fondé de pouvoirs.*

Signature d.....
des postes.

Demande de retrait ou de rectification d'adresse (*)

ADMINISTRATION DES POSTES DE.....

(RECTO)

J

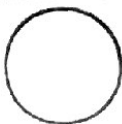
(Note à transmettre sous pli recommandé et aux frais du réclamant)

RÉCLAMATION PAR VOIE POSTALE

I. DEMANDE DE RETRAIT

.....
 Prière de renvoyer au bureau.....
 l'expéditeur, le.....192....., et dont la suscription est conforme au fac-similé ci-joint.
 (nature de l'objet) numéro....., adressé..... à votre
 bureau le.....192.....
 A....., le.....192.....
 Le.....des postes,

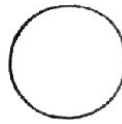
Timbre du bureau



II. DEMANDE DE RECTIFICATION D'ADRESSE

.....
 Prière de substituer.....
 sur la suscription de l....., et dont la suscription est conforme au fac-similé ci-joint.
 du bureau de....., le.....192.....
 A....., le.....192.....
 Le.....des postes,

Timbre du bureau



(*) Biffer le recto ou le verso, suivant le cas.

J

(VERSO)

RÉCLAMATION PAR VOIE TÉLÉGRAPHIQUE (Télégramme aux frais du réclamant)

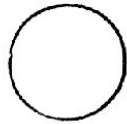
I. DEMANDE DE RETRAIT

.....
 Renvoyer à l'origine.....
 (tel objet) numéro....., adressé.....
 (Adresse exacte du destinataire).
 Griffe:.....
 Cachet:.....
 Suscription:.....
 Particularité:.....
 Timbre du bureau



II. DEMANDE DE RECTIFICATION D'ADRESSE (*)

.....
 Substituer.....
 (nature de l'objet) numéro....., expédié.....
 (ce jour ou le.....) à votre
 bureau pour M.....
 Griffe:.....
 Cachet:.....
 Suscription:.....
 Particularité:.....
 Timbre du bureau



(*) NB. Il ne peut être satisfait à cette demande qu'après réception du fac-similé par la poste.

ADMINISTRATION DE.....
BUREAU DE.....

Timbre du bureau
d'origine

I
(RECTO)

A re

En cas de

Le chef du bureau de destination

(a) Lettre, échantillon, imprimé, etc.

(b) Lettre ou boîte.

(c) Description du contenu autant que possible.

(d) Cadre à remplir par l'expéditeur ou, à défaut, par le bureau d'origine.

(e) Biffer, le cas échéant.

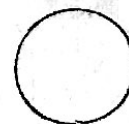
(f) Indication réservée aux bureaux d'échange avec l'étranger (à fournir seulement dans le cas prévu à l'article XXIX, § 3, 2^e alinea du Règlement d'exécution).

(g) Indiquer l'adresse exacte et complète.

d.....

BUREAU d.....

Timbre du bureau
d'origine



I
(Recto)

RÉCLAMATION

A remplir dans le service
d'origine

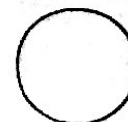
d'un envoi recommandé (.....) (a)
ou d'un envoi de valeur déclarée de..... (.....) (b)
contenant (.....) (c)
déposé par M..... le.....
sous le N°..... au bureau de..... à l'adresse
suivante:
.....
.....
..... (d)
et faisant l'objet d'une demande d'avis de réception..... (e)

A remplir dans le service de destination

en cas de distribution
en cas de non-distribution

Le soussigné déclare que l'envoi susmentionné a été dûment livré à l'ayant droit le.....

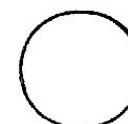
Timbre du bureau
distributeur



Le chef du bureau distributeur,

Le soussigné déclare que l'envoi susmentionné.....
est encore en instance au bureau de.....
a été renvoyé au bureau d'origine le.....
a été réexpédié le..... à..... (f)
n'est pas parvenu au bureau de destination.

Timbre du bureau
de destination



Le chef du bureau de destination,

- (a) Lettre, échantillon, imprimé, etc.
- (b) Lettre ou boîte.
- (c) Description du contenu autant que possible.
- (d) Cadre à remplir par l'expéditeur ou, à défaut, par le bureau d'origine.
- (e) Biffer, le cas échéant.
- (f) Indiquer l'adresse exacte et complète.

(Dimensions: 210×297 mm.)

I

(VERSO)

L'envoi désigné d'autre part a été inséré dans la dépêche du bureau d'échange de.....
du.....192.....(.....° envoi) pour le bureau d'échange
 de.....

Il a été inscrit sous le N°..... du tableau I de la feuille d'avis.
de la feuille d'envoi

Timbre à date



Signature

L'envoi désigné d'autre part a été inséré dans la dépêche du bureau d'échange de.....
de.....192.....(.....° envoi) pour le bureau d'échange
 de.....

Il a été inscrit sous le N°..... du tableau I ne la feuille d'avis.
de la feuille d'envoi.

Timbre à date



Signature

L'envoi désigné d'autre part a été inséré dans la dépêche du bureau d'échange de.....
du.....192.....(.....° envoi) pour le bureau d'échange
 de.....

la été inscrit sous le N°..... du tableau I de la feuille d'avis.
de la feuille d'envoi.

Timbre à date



Signature

RÉPONSE DÉFINITIVE

de l'Office de destination ou, le cas échéant, de l'Office intermédiaire qui ne peut établir la transmission régulière de l'envoi réclamé à l'Office suivant.

RÉCLAMATION

Timbre du bureau
d'origine



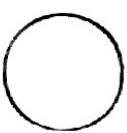
d'un objet recommandé (.....)
ou d'un envoi de valeur déclarée de.....
contenant (.....)
déposé par M.....
sous le N°..... au bureau de.....
suivante:

.....
et faisant l'objet d'une demande d'avis de réception.....
(d).....
(e).....

(f) L'envoi désigné ci-dessus a été expédié dans la dépêche du bureau d'échange de.....
du..... 192.....
.....
Il a été inscrit sous le N°.....
du tableau I de la feuille d'avis.
de la feuille d'envoi N°.....

Le soussigné déclare que l'envoi susmentionné a été dûment livré à l'ayant droit le.....

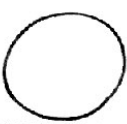
Timbre du bureau
distributeur



Le chef du bureau distributeur,

Le soussigné déclare que l'envoi susmentionné.....
est encore en instance au bureau de.....
a été renvoyé au bureau d'origine le.....
a été réexpédié le.....
n'est pas parvenu au bureau de destination.

Timbre du bureau
de destination



Le chef du bureau de destination

A remplir dans le service d'origine

A remplir dans le service de destination

En cas de distribution

En cas de non distribution

(a) Lettre, échantillon, imprimé, etc.

(b) Lettre ou boîte.

(c) Description du contenu autant que possible.

(d) Carte à remplir par l'expéditeur ou, à défaut, par le bureau d'origine.

(e) Brevet, le cas échéant.

(f) Indication réservée aux bureaux d'échange avec l'étranger (à fournir seulement dans le cas prévu à l'article XXIX, § 3,

2^e alinéa du Règlement d'exécution).

(g) Indiquer l'adresse exacte et complète.

I

A REMPLIR SEULEMENT DANS LE CAS OÙ LE SORT DE L'ENVOI N'A PU ÊTRE ÉTABLI PAR LES RECHERCHES PRÉVUES AU RECTO.
(Verso)

A remplir dans le service d'origine

L'envoi désigné d'autre part a été inséré dans la dépêche du bureau d'échange de.....
du.....192.....(.....) envoi pour le bureau d'échange
du.....
Il a été inscrit sous le N°.....
du tableau V de la feuille d'avis ou de la liste spéciale.

de la feuille d'envoi.

Timbre à date

Signature

L'envoi désigné d'autre part a été inséré dans la dépêche du bureau d'échange de.....
du.....192.....(.....) envoi pour le bureau d'échange
du.....
Il a été inscrit sous le N°.....
du tableau V de la feuille d'avis ou de la liste spéciale.

de la feuille d'envoi.

Timbre à date

Signature

L'envoi désigné d'autre part a été inséré dans la dépêche du bureau d'échange de.....
du.....192.....(.....) envoi pour le bureau d'échange
du.....
Il a été inscrit sous le N°.....
du tableau V de la feuille d'avis ou de la liste spéciale.

de la feuille d'envoi.

Timbre à date

Signature

L'envoi désigné d'autre part a été inséré dans la dépêche du bureau d'échange de.....
du.....192.....(.....) envoi pour le bureau d'échange
du.....
Il a été inscrit sous le N°.....
du tableau V de la feuille d'avis ou de la liste spéciale.

de la feuille d'envoi.

Timbre à date

Signature

RÉPONSE DÉFINITIVE

de l'Office de destination ou, le cas échéant, de l'Office intermédiaire qui ne peut établir la transmission régulière de l'envoi réclamé
à l'Office suivant

ADMINISTRATION

BUREAU

DES

K

d.....

POSTES

DÉPARTEMENT ou PROVINCE

AVIS DE L'ENVOI

d.....

d.....

1) Nature de l'envoi (lettre, mandat, billon, imprimé, papiers d'affaires, etc.)

expéditeur.....et affranchi à raison de.....avons constaté que cet envoi

2) Biffer, suivant le cas, l'une ou l'autre de ces indications.

était revêtu ²⁾..... { du'n timbre-poste présumé frauduleux
d'une empreinte contrefaite de machines à affranchir

ce qui constitue la contravention prévue par l'article 20 de la Convention précitée.

3) Nom et adresse du contrevenant (s'il habite une grande ville, indiquer la rue et le numéro de la maison).

Le destinataire nous { qu'il refusait de faire connaître l'expéditeur
a déclaré ²⁾ { que l'expéditeur lui est inconnu
que l'expéditeur est M ³⁾

.....En conséquence,

nous lui avons remis.....

nous avons saisi.....

à l'effet de les transmettre à l'Administration des postes de.....

De quoi nous avons dressé le présent procès-verbal en simple expédition pour qu'il y soit donné suite conformément à l'article 20 de la Convention et à l'article XXXI du Règlement susmentionnés.

Signature du destinataire
ou au fondé de pouvoirs.

Signature d.....
des postes.

Office expéditeur

M

Office destinataire

TRANSIT EN DÉPÊCHES CLOSES

Dépêches du bureau d'échange d.....
 pour le bureau d'échange d.....
 expédiés par l'intermédiaire d.....

Dates	Première dépêche du bureau d'échange d.....pour le bureau d'échange d.....		Deuxième dépêche du bureau d'échange d..... pour le bureau d'échange.....		Troisième dépêche du bureau d'échange d..... por le bureau d'échange d.....	
	Poids brut		Poids brut		Poids brut	
	Lettres et cartes postales	Autres objets	Lettres et cartes postales	Autres objets	Lettres et cartes postales	Autres objets
	Kilogrammes ...	Kilogrammes....	Kilogrammes....	Kilogrammes....	Kilogrammes....	Kilogrammes....
Totaux.....						

A....., le..... 192.....
 Le chef du bureau d'échange destinataire,

A....., le..... 192.....

Vu et accepté :
 Le chef du bureau d'échange expéditeur,

N

TRANSIT EN DÉPÊCHES CLOSES

Compte des sommes dues à..... pour le transport des dépêches closes expédiées
par..... en transit par les service pendant l'année 192....

Bureaux d'origine	Bureaux de destination	Poids des dépêches dans la période de la statistique		Multiplié par	Poids pour l'année	Prix de transit par kilogr.		Avoir de		Observations
		Lettres et cartes postales	Autres objets			Fr.	C.	Fr.	C.	
		Kilos	Kilos	13	Kilos	Fr.	C.	Fr.	C.	
Total.....										
A déduire 10 pour cent.....										
Total à reporter au relevé (Formule Q).....										

.....

O

.....

Relevé des correspondances transmises à découvert dans les dépêches du bureau de pour le bureau de
..... expédiées pendant la période de la statistique de à

DATES	NOMBRE DE		
	Lettres	Cartes postales	Autres objets
Totaux			

Office expéditeur

P

Office destinataire réexpéditeur

TRANSIT A DÉCOUVERT

Comptes des sommes dues à l'Office d..... pour le transit
des correspondances transmises à découvert par l'Office de.....
pendant l'année 192.....

Bureaux d'origine	Bureaux destinataires réexpéditeurs	Nombre de		
		Lettres	Cartes Postales	Autres objets
Totaux				
Multipliés par 13		à 6 C. Fr. C.	à 2 1/2 C. Fr. C.	à 2 1/2 C. Fr. C.
Total à reporter au relevé (Formule Q)		Fr. C.		

Office entreposeur

Pter

Office expéditeur

DÉPÊCHES EN ENTREPÔT

Compte des sommes dues à l'Office d pour l'entrepôt des dépêches closes
expédites par l'Office d pendant l'année 192....

Bureaux d'origine	Bureaux de destination	Nombre des sacs ou paquets entrepôts pendant la statistique	Multiplié par	Nombre pour l'année	Prix par sac	Avoir de		Observations
			13		0,50	Fr.	C.	
Total à reporter au relevé (formule Q).....								

A..... le..... 192....

Le Chef de l'entrepôt,

A..... le..... 192....

Vu et accepté:

Le Directeur de l'Administration expéditrice,

Q FRAIS DE TRANSIT ORDINAIRES

RELEVÉ

Indiquant les montants totaux des comptes particuliers réciproques entre les Administrations des postes de.....
..... et de

SOMMES DUES POUR CHACUNE DES ANNÉES 1920 à 1923 SUR LA BASE DE LA STATISTIQUE DE MAI 1921			AVOIR DE L'OFFICE	
			de.....	de.....
Nombre de			Fr. C.	Fr. C.
Lettres	Cartes postales	Autres objets		
Correspondances à découvert				
Envois de.....				
Envois de.....				
Poids brut				
Lettres et cartes postales kilogr.	Autres objets kilogr.			
Dépêches closes				
Envois de.....				
Envois de.....				
Dépêches en entrepôt				
Envois de.....				
Envois de.....				
Nombre de sacs				
Totaux.....				
Déduction.....				
Solde au crédit de l'Office de.....				
..... le..... 192....				

JOKGE -

R

TABLEAU STATISTIQUE

DU SERVICE POSTAL EN.....

ANNÉE 192.....

NOTA — En exécution des dispositions du Congrès de Madrid, ce tableau a été établi par le Bureau international.

I. GÉNÉRALITÉS

Colonne			Colonne		
	Année.....		5	Nombre d'habitants par bureau de poste..	
1	Pays.....		6	Nombre, par habitant, des lettres et cartes postales soumises à la taxe, de et pour l'intérieur, et des mêmes objets pour l'étranger.....	
2	Superficie en kilomètres carrés.....				
3	Nombre des habitants.....		7	Nombre, par habitant, des objets de correspondance de et pour l'intérieur et des mêmes objets pour l'étranger.....	
4	Nombre de kilomètres carrés par bureau de poste.....				

(R) — II. ORGANISATION DES POSTES

Colonne			Colonne	
	<i>Nombre des bureaux de poste à l'intérieur:</i>		16	Service des bureaux de poste.....
8	Bureaux chargés de la réception et de la distribution des envois de poste de toute nature.....		17	Total.....
9	Bureaux dont les attributions de réception et de distribution d'envois de poste sont restreintes.....			<i>Nombre des facteurs et autres agents subalternes</i>
10	Bureaux ambulants (Nombre de services fonctionnant tant à l'aller qu'au retour).....		18	Service de l'Administration centrale et des Administrations régionales.....
11	Nombre des bureaux de poste à l'étranger.....		19	Service des bureaux de poste.....
12	Total des bureaux de poste.....		20	Total.....
13	Nombre des Administrations des postes régionales.....		21	Total du personnel.....
14	Nombre des boîtes aux lettres à l'usage du public.....		22	Nombre des entrepreneurs du transport des malles (pour mémoire).....
	Personnel		23	Nombre des relais de la poste aux chevaux de l'Etat et privés.....
	<i>Nombre des fonctionnaires et des employés:</i>		24	Nombre des chevaux de trait, etc., de l'Etat et privés (Services gratuits et services subventionnés).....
15	Service de l'Administration centrale et des Administrations régionales.....		25	Nombre des voitures et traîneaux de l'Etat et privés (Services gratuits et services subventionnés).....

(R) — III. SERVICE POSTAL

	SERVICE INTÉRIEUR		SERVICE INTERNATIONAL					
			Réception		Expédition		Transit	
	Colonne		Colonne		Colonne		Colonne	
<i>Envois soumis à la taxe (Nombre):</i>								
Lettres affranchies.....	26		57		84		109	
Lettres non affranchies.....	27		58		85		110	
Cartes postales (simples et avec réponse payée).....	28		59		86		111	
Imprimés.....	29		60		87		112	
Papiers d'affaires.....	30		61		88		113	
Echantillons de marchandises.....	31		62		89		114	
Envois admis à la franchise de port (Nombre).....	32		63		90		115	
Totaux des envois inscrits aux colonnes 26-32, 57-63, 84-90 et 109-115.....	33		64		91		116	

Envois recommandés trouvés parmi les correspondances inscrites aux colonnes 33, 64, 91 et 116 (Nombre).....	34		65		92		117	
Colis ordinaires (Nombre).....	35		66		93		118	
<i>Lettres et boîtes avec déclaration de valeur</i>								
Nombre	36		67		94		119	
Valeur (Francs).....	37		68		95		120	
<i>Colis avec déclaration de valeur:</i>								
Nombre	38		69		96		121	
Valeur (Francs).....	39		70		97		122	
<i>Remboursements :</i>								
Objets de correspondance (Nombre).....	40		71		98		—	—
Colis (Nombre).....	41		72		99		—	—
Montant total des remboursements (Francs).....	42		73		100		—	—
Remboursements refusés (Nombre).....	43		74		101		—	—
Mandats de poste (Nombre).....	44		75		102		—	—
Mandats de post. Valeur (Francs).....	45		76		103		—	—

(R) — III. SERVICE POSTAL (suite)

			SERVICE INTERNATIONAL							
			SERVICE INTÉRIEUR		Réception		Expédition		Transit	
			Colonne		Colonne		Colonne		Colonne	
Recouvrements	Nombre.....	46		77		104		—	—	
	Valeurs à encaisser (Francs).....	47		78		—	—	—	—	
	Non encaissés (Nombre).....	48		79		—	—	—	—	
Chèques et virements postaux										
Nombre de comptes.....		49		—	—	—	—	—	—	
Opérations:										
(Versements, remboursements et virements)	Nombre	50		—	—	—	—	—	—	
	Montant	51		—	—	—	—	—	—	
Virements...	Nombre	—	—	80		105		—	—	
	Montant	—	—	81		106		—	—	

Journaux et autres ouvrages périodiques servis par abonnement:

Nombres des abonnements.....	52		82		107		—	—
Nombre des numéros.....	53		83		108		—	—
<i>Produit de la vente des timbres-poste et autres formules d'affranchissement:</i>								
Nombre.....	54		—	—	—	—	—	—
Valeur (Francs).....	55		—	—	—	—	—	—
Nombre des voyageurs transportés.....	56		—	—	—	—	—	—
Nombre des dépêches closes en transit.....	—		—	—	—	—	123	

(R) — IV. CORRESPONDANCES-REBUT. Service intérieur

	Colonne	Correspondances ordinaires et recommandées tombées en rebut (Nombre)	Colonne	Correspondances-rebut qui ont pu être remises en distribution ou renvoyés aux expéditeurs	Colonne	Correspondances restées en souffrances
Lettres et cartes postales ordinaires et recommandées.....	124		126		128	
Imprimés, papiers d'affaires et échantillons ordinaires et recommandés.....	125		127		129	

IV. CORRESPONDANCES-REBUT. Service international

	Colonne	Correspondances de l'intérieur pour l'étranger qui sont rentrées au bureau des rebuts	Colonne	Correspondances en rebut renvoyées de l'étranger et qui ont pu être placées	Colonne	Correspondances renvoyées de l'étranger qui sont restées en souffrance	Colonne	Correspondances de l'étranger tombées en rebut et renvoyées au pays d'origine
Lettres et cartes postales ordinaires et recommandées.....	130		132		134		136	
Imprimés, papiers d'affaires et échantillons ordinaires et recommandés.....	131		133		135		137	

(R) — V. RÉSULTAT FINANCIER

Colonne	RECETTES	Francs	Colonne	DÉPENSES	Francs
138	Produit de la vente des timbres-poste et des formules d'affranchissement.....	143		Traitements et émoluments:	
139	Recettes effectuées en numéraire.....	144		a) des fonctionnaires et employés.....	
140	Taxes perçues pour le transport des voyageurs et pour surpoids de bagages et autres recettes diverse.....	145		b) des facteurs et autres agents subalternes.....	
141	Bonifications reçues des Administrations étrangères.....	146		Achat et entretien des bâtiments et du matériel des postes, frais de location, de chauffage et d'éclairage, fournitures de bureau et autres menus frais.....	
142	Total des recettes.....	147		Frais de transport par les voies ferrées, pavées, macadamisées, maritimes et fluviales (y compris les frais de construction et d'entretien des voitures de poste, ainsi que les subventions aux entrepreneurs de relais de poste).....	
		148		Indemnités pour perte et avarie d'envois de poste.....	
		149		Subventions aux compagnies de navigation.....	
		150		Bonifications payées aux Administrations étrangères.....	
		151		Autres dépenses diverses.....	
		152		Total des dépenses.....	
		153		Total de recette.....	
				Excédent des recettes.....	
				Excédent des dépenses.....	

INTERNATIONA

92....

eau a été établi pe

P lis di- res	Lettres et boi avec déclara de valeur		Virements postaux		Journaux, etc., servis par abonnement		
	Nombre	Val	Re- couvre- ments	Nombre		Montant	
							bre
	1	12	1	21	22	23	24
EU							
Al'emagne....							
Autriche.....							
Belgique.....							
Inde britanniq							
Japon.....							
.....							
.....							
.....							

Administration des postes de.....
TABLEAU STATISTIQUE DU SERVICE INTERNATIONAL (EXPÉDITION)
POUR L'ANNÉE 192....

NOTE.— En exécution des décisions du Congrès de Madrid, ce tableau a été établi par le Bureau international.

PAYS	ENVOIS SOUMIS A LA TAXE						Envois recom- mandés (trouvés pour les paquets pondants présentés aux colonnes 2-8)	Tobacs des envois présentés aux colonnes 2-8	Envois admis à la franchise de port	Lettres et boîtes avec déclaration de valeur	REMBOURSEMENTS				Mandats de poste		Virements postaux		Journaux, etc., servis par abonnement										
	LETTRES		Cartes postales simples et avec reponse payée	Im- primés	Papiers d'affaires	Echan- tillons de marques d'usages dus					Colis avec déclaration de valeur	Montant total des remboursements	Colis	Objets de con- servation d'usage	Nombre	Francs	Nombre	Francs		Nombre	Francs								
	Nombre	Nombre																				Nombre	Nombre	Nombre	Nombre	Francs	Francs	Nombre	Francs
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24						
EUROPE																													
Allemagne.....																													
Autriche.....																													
Belgique.....																													
.....																													
AMÉRIQUE																													
Argentine (République).....																													
Brésil.....																													
Canada.....																													
Chili.....																													
.....																													
AFRIQUE																													
Égypte.....																													
Libéria.....																													
.....																													
ASIE																													
Inde britannique.....																													
Japon.....																													
.....																													
TOTAUX																													

OFFICE ET PAYS D'ORIGINE ET DATE
DE L'EXPÉDITION

NOMBRE DE SACS

.....

.....

Date de l'expédition	Route	Empreinte du timbre à date du bureau qui a manipulé la dépêche

AVIS - Les renseignements concernant l'Office manipulant les dépêches en commençant par le bureau d'origine l'expédié *sans retard* par chaque service. Il doit être renvoyé ultérieurement

BULLETIN DE TRANSIT DES DÉPÊCHES

OFFICE ET PAYS D'ORIGINE ET DATE
DE L'EXPÉDITION

OFFICE ET PAYS DE
DESTINATION

NOMBRE DE SACS

RENSEIGNEMENTS CONCERNANT LE TRANSIT

Date de l'expédition	Route	Transit (maritime ou territorial)	Services utilisés. (En cas de transit maritime indiquer le nom du paquebot)	Empreinte du timbre à date du bureau qui a manipulé la dépêche

AVIS - Les renseignements concernant le transit doivent être indiqués à tour de rôle par chaque Office manipulant les dépêches en commençant par le bureau d'origine pour finir au bureau de destination. Le bulletin doit être expédié sans retard par chaque service. Il doit être renvoyé ultérieurement au bureau d'origine joint au relevé «M» respectif.

U
COUPONS-RÉPONSE
RELEVÉ

Les coupons échangés dans les relations réciproques entre les Administrations des postes de.....
..... et de
..... pendant

	Nombre	Valeur calculée à 50 c. par unité	
		Fr.	C.
Coupons émis par.....			
et échangés contre des timbres-poste de.....			
.....			
Coupons émis par.....			
et échangés contre des timbres-poste de			
Solde au (crédit) de l'Administration			
(débit)			
de.....			

..... le 192

.....

V

ARRANGEMENT

Concernant

L'échange des lettres et des boîtes avec valeur déclarée

Conclue entre:

L'Allemagne, la République Argentine, l'Autriche, la Belgique et la Colonie du Congo Belge, le Brésil, la Bulgarie, le Chili, la Chine, la République de Colombie, le Danemark, l'Égypte, l'Espagne, l'Éthiopie, la Filande, la France, l'Algérie, les Colonies et protectorats Français de l'Indochine, l'Ensemble des Autres Colonies Françaises, la Grande-Bretagne et Divers Dominions, Colonies et Protectorats Britanniques, l'Inde Britannique, la Nouvelle-Zélande, la Grèce, le Guatemala, la République d'Haïti, la République du Honduras, la Hongrie, l'Islande, l'Italie et les Colonies Italiennes, le Japon, le Chosen, l'Ensemble des Autres Dépendances Japonaises, la République de Libéria, le Luxembourg, le Maroc (A l'exclusion de la zone espagnole), le Maroc (zone espagnole), le Nicaragua, la Norvège, la République de Panama, le Paraguay, les Pays-Bas, les Indes Néerlandaises, les Colonies Néerlandaises en Amérique, le Pérou, la Perse, la Pologne, le Portugal, les Colonies Portugaises de l'Afrique, les Colonies Portugaises de l'Asie et de l'Océanie, la Roumanie, la Russie, la République de St.-Marin, le Salvador, le Territoire de la Sarre, le Royaume des Serbes, Croates et Slovènes, la Suède, la Suisse, la Tchécoslovaquie, la Tunisie et la Turquie.

Les soussignés, plénipotentiaires des Gouvernements des pays ci-dessus énumérés, vu l'article 21 de la Convention principale, ont, d'un commun accord et sous réserve de ratification, arrêté l'Arrangement suivant:

ARTICLE 1

ÉTENDUE DE L'ARRANGEMENT; POIDS MAXIMUM DES BOÎTES

1 — Il peut être expédié, de l'un des pays mentionnés ci-dessus pour un autre de ces pays, des lettres contenant des valeurs-papier déclarées et des boîtes contenant des bijoux et objets précieux déclarés avec assurance du montant de la déclaration.

La participation au service des boîtes avec valeur déclarée est limitée aux échanges entre ceux des pays adhérents dont les Administrations sont convenues d'établir ce service dans leurs relations réciproques.

2 — Le poids maximum des boîtes est fixé à 1 kilogramme par envoi.

3 — Les divers offices, pour leurs rapports respectifs, ont la faculté de déterminer un maximum de déclaration de valeur qui, dans aucun cas, ne peut être inférieur à 10,000 francs par envoi, et il est entendu que les diverses Administrations intervenant dans le transport ne sont engagées que jusqu'à concurrence du maximum qu'elles ont respectivement adopté.

ARTICLE 2

REMBOURSEMENTS

1 — Les lettres et boîtes avec valeur déclarée peuvent être grevées de remboursement, aux conditions admises par les §§ 1 et 2 de l'article 8 de la Convention principale. Ces objets sont soumis aux formalités et aux taxes des envois de valeur déclarée de la catégorie à laquelle ils appartiennent.

2 — La perte d'une lettre ou boîte avec valeur déclarée, grevée de remboursement, engage la responsabilité du service postal dans les conditions déterminées par l'article 12 ci-après.

3 — Les sommes encaissées régulièrement du destinataire, déduction faite des taxes prévues au § 4 de l'article 8 de la Convention principale, sont garanties à l'expéditeur dans les conditions déterminées par l'Arrangement concernant le service des mandats de poste pour les sommes converties en mandats de poste, sauf dans les cas prévus à l'article 9 du présent Arrangement.

4 — Les dispositions de l'article 8, §§ 5 et 6 de la Convention principale, s'appliquent également aux envois avec valeur déclarée grevés de remboursement.

ARTICLE 3

MODE DE TRANSMISSION DES ENVOIS DE VALEUR DÉCLARÉE

1 — La liberté du transit est garantie sur le territoire de chacun des pays adhérents.

Il en est de même à l'égard du transport maritime effectué ou assuré par les Offices des pays adhérents, pourvu

toutefois que ces Offices soient en mesure d'accepter la responsabilité des valeurs à bord des paquebots ou bâtiments dont ils font emploi.

2 — A moins d'arrangement contraire entre les Offices d'origine et de destination, la transmission des valeurs déclarées échangées entre pays non limitrophes s'opère à découvert et par les voies utilisées pour l'acheminement des correspondances ordinaires..

3 — L'échange de lettres et de boîtes contenant des valeurs déclarées entre deux pays qui correspondent, pour les relations ordinaires, par l'intermédiaire d'un ou de plusieurs pays non participant au présent Arrangement, ou au moyen de services maritimes dégagés de responsabilité, est subordonné à l'adoption de mesures spéciales à concerter entre les Administrations des pays d'origine et de destination: telles que l'emploi d'un voie détournée, l'expédition en dépêches closes, etc.

ARTICLE 4

PORT ET DROIT D'ASSURANCE

1 — Les frais de transit prévus par l'article 4 de la Convention principale sont payables par l'office d'origine aux offices qui participent au transport intermédiaire, à découvert ou en dépêches closes, des lettres contenant des valeurs déclarées.

En ce qui concerne les boîtes avec valeur déclarée, les frais de transit sont dus d'après les taxes prévues à la Convention principale pour les autres objets.

2 — Indépendamment de ces frais, l'Administration du pays d'origine est redevable à titre de droit d'assurance, envers l'Administration du pays de destination et, s'il y a lieu, envers chacune des Administrations participant au transit territorial avec garantie de responsabilité, d'un droit proportionnel de 5 centimes par chaque somme de 300 francs ou fraction de 300 francs déclarée.

3 — En outre, s'il y a transport par mer avec la même garantie, l'Administration d'origine est redevable, envers chacun des offices participant à ce transport, d'un droit d'assurance maritime de 1 centime par chaque somme de 300 francs ou fraction de 300 francs déclarée.

4 — Le décompte de ces droits a lieu sur la base de

relevés établis tous les trois ans, pendant une période de 28 jours à déterminer par le Règlement d'exécution prévu par l'article 16 ci-après.

ARTICLE 5

TAXES

1 — La taxe des lettres et des boîtes contenant des valeurs déclarées doit être acquittée à l'avance, et se compose :

1°, pour les lettres, du port et du droit fixe applicables à une lettre recommandée du même poids et pour la même destination — port et droit acquis en entier à l'office expéditeur —; pour les boîtes, d'un port de 20 centimes par 50 grammes avec un minimum de 1 franc et, en outre, du droit fixe de recommandation (port et droit fixe acquis en entier à l'office expéditeur);

2°, pour les lettres et les boîtes, d'un droit proportionnel d'assurance comprenant, par 300 francs ou fraction de 300 francs déclarées, autant de fois 5 centimes qu'il y a d'offices participant au transport territorial, avec addition, s'il y a lieu, du droit d'assurance maritime prévue au 3° paragraphe de l'article 4 précédent.

Toutefois, est réservée à l'office d'origine la faculté de percevoir un droit autre que celui indiqué ci-dessus, pourvu que le droit perçu sur l'expéditeur ne dépasse pas au total 50 centimes par 300 francs de la somme déclarée;

3°, les pays disposés à se charger des risques pouvant dériver du cas de force majeure ont le droit de percevoir de ce chef une surtaxe spéciale, sans que le total de cette surtaxe et du droit d'assurance normal puisse dépasser le droit prévu à l'alinéa précédent.

2 — L'expéditeur d'un envoi contenant des valeurs déclarées reçoit, sans frais, au moment du dépôt, un récépissé sommaire de son envoi.

3 — Il est loisible au pays de destination de percevoir pour le factage des boîtes avec valeur déclarée et pour l'accomplissement des formalités en douane, un droit dont le montant total ne peut pas excéder de 50 centimes par envoi, ainsi qu'un droit de magasinage pour tous les envois avec valeur déclarée adressés poste restante ou qui ne seraient pas retirés de la poste dans le délai stipulé par les règlements internes de ce pays. Le montant de ce droit est

fixé par la législation interne de chaque pays et n'est pas exigible en cas de réexpédition ou de mise en rebut de l'envoi.

Les lettres et les boîtes renfermant des valeurs déclarées ne peuvent être frappées, à la charge des destinataires, d'aucun droit-postal autre que ceux prévus par les divers articles du présent Arrangement.

4 — Les pays adhérents, qu'ils aient ou non le franc pour unité monétaire, perçoivent les taxes prévues au § 1 qui précède:

1°, pour ce qui concerne le port et le droit fixe de recommandation des lettres et boîtes avec valeur déclarée, d'après les équivalents, dans leurs monnaies respectives, des taxes applicables aux objets de la poste aux lettres;

2°, pour ce qui concerne le droit d'assurance des lettres et des boîtes avec valeur déclarée aux taux qu'ils ont fixés et notifiés au Bureau international par l'intermédiaire de l'Administration des postes suisses.

ARTICLE 6

FRANCHISE

1 — Les lettres de valeur déclarée échangées soit par les Administrations postales entre elles, soit entre ces Administrations et le Bureau international, sont admises à la franchise de port; de droit fixe et de droit d'assurance dans les conditions déterminées par l'article 13, § 3, de la Convention principale.

2 — Il en est de même des lettres et des boîtes avec valeur déclarée non grevées de remboursement expédiées ou reçues par des prisonniers de guerre, soit directement, soit par l'intermédiaire des bureaux de renseignements doit il est question au § 4 de l'article 13 précité.

3 — Les envois avec valeur déclarée expédiés en franchise ne donnent pas lieu aux bonifications prévues par l'article 4 du présent Arrangement.

ARTICLE 7

AVIS DE RÉCEPTION ET DEMANDES DE RENSEIGNEMENTS

1 — L'expéditeur d'un envoi contenant des valeurs déclarées peut, aux conditions déterminées par le § 3 de l'article 7 de la Convention principale en ce qui concerne les objets recommandés, obtenir qu'il lui soit donné avis de la

remise de cet objet au destinataire ou demander des renseignements sur le sort de son envoi, postérieurement au dépôt.

2 — Le produit du droit applicable aux avis de réception et, le cas échéant, aux demandes de renseignements sur le sort des envois, est acquis en entier à l'office du pays qui le perçoit.

ARTICLE 8

DEMANDES DE RETRAIT OU DE MODIFICATION D'ADRESSE; DÉGRÈVEMENT DU MONTANT D'UNE REMBOURSEMENT; REMISSE PAR EXPRES

1 — L'expéditeur d'un envoi avec valeur déclarée peut la retirer du service ou en faire modifier l'adresse, pour réexpédier cet envoi, soit à l'intérieur du pays de destination primitif, soit sur l'un quelconque des pays contractants, aussi longtemps qu'il n'a pas été livré au destinataire, aux conditions et sous les réserves déterminées, pour les correspondances ordinaires et recommandées, par l'article 11 de la convention principale.

L'expéditeur d'un envoi avec valeur déclarée grevé de remboursement peut, sous les conditions fixées pour les demandes de modification de l'adresse, demander le dégrèvement total ou partiel du montant du remboursement.

2 — Il peut, de même, demander la remise à domicile par porteur spécial aussitôt après l'arrivée, aux conditions et sous les réserves fixées par l'article 15 de ladite convention.

Est, toutefois, réservé à l'office du lieu de destination la faculté de faire remettre par exprès un avis d'arrivée de l'envoi au lieu de l'envoi de lui-même lorsque ses règlements intérieurs le comportent.

ARTICLE 9

INTERDICTIONS

1 — Toute déclaration frauduleuse de valeur supérieure à la valeur réellement insérée dans une lettre ou dans une boîte est interdite.

En cas de déclaration frauduleuse de cette nature, l'expéditeur perd tout droit à l'indemnité, sans préjudice des poursuites judiciaires que peut comporter la législation du pays d'origine.

Il en est de même lorsque les lettres de valeur déclarée contiennent des objets dont l'insertion dans les envois de l'espèce est interdit aux termes du § 2 ci-après.

Il n'y a pas fraude du fait de ne déclarer qu'une partie de la valeur incluse dans une lettre ou dans une boîte.

2 — Il est interdit d'insérer dans les lettres de valeur :

- a) des espèces monnayées;
- b) des objets passibles de droits de douane, à l'exception des valeurs-papier;
- c) des matières d'or et d'argent, des pierreries, des bijoux et autres objets précieux.
- d) de l'opium, de la morphine, de la cocaïne et autres stupéfiants. Toutefois, l'interdiction ne s'applique pas aux envois de cette nature effectués dans un but médical sous la forme de boîtes avec valeur déclarée, pour les pays qui les admettent à cette condition;
- e) des objets dont l'entrée ou la circulation sont prohibées dans le pays de destination.

Il est interdit d'insérer dans les boîtes avec valeur déclarée outre les objets mentionnés sous lettre e) ci-dessus des lettres ou notes pouvant tenir lieu de correspondance, des monnaies ayant cours, des billets de banque ou valeurs quelconques au porteur, des titres et des objets rentrant dans la catégorie des papiers d'affaires.

Toutefois, il est permis d'insérer dans l'envoi la facture ouverte réduite à ses énonciations constitutives, de même qu'une simple copie de l'adresse de la boîte avec mention de l'adresse de l'expéditeur.

Les objets qui auraient été à tort admis à l'expédition, doivent être renvoyés au timbre d'origine, sauf le cas où l'administration du pays de destination serait autorisée, par sa législation ou par ses règlements intérieurs, à les remettre aux destinataires.

Toutefois, les objets adressés sous des initiales ou dont l'adresse est indiquée au crayon sont obligatoirement renvoyés au timbre d'origine.

ARTICLE 10

RÉEXPÉDITION

1 — Une lettre ou boîte de valeur déclarée réexpédiée par suite du changement de résidence du destinataire, à l'intérieur du pays de destination, n'est passible d'aucune taxe supplémentaire.

2 — En cas de réexpédition sur un des pays contractants autre que le pays de destination, les droits d'assurance fixés par les §§ 2 et 3 de l'article 4 du présent Arrangement sont perçus sur le destinataire, du chef de la réexpédition, au profit de chacun des offices intervenant dans le nouveau transport.

3 — La réexpédition par suite de fausse direction ou de mise en rebut ne donne lieu à aucune perception postale supplémentaire à la charge du public.

ARTICLE 11

DROITS DE DOUANE; GARANTIE; DROITS FISCAUX ET FRAIS D'ESSAYAGE

1 — Les boîtes avec valeur déclarée sont soumises à la législation du pays d'origine ou du pays de destination, en ce qui concerne, à l'exportation, la restitution des droits de garantie, et, à l'importation, l'exercice du contrôle de la garantie et de la douane.

2 — Les droits fiscaux et frais d'essayage exigibles à l'importation sont perçus sur les destinataires lors de la distribution. Si, par suite de changement de résidence du destinataire, de refus ou pour toute autre cause, une boîte de valeur déclarée vient à être réexpédiée sur un autre pays participant à l'échange ou renvoyés au pays d'origine, ceux des frais dont il s'agit qui ne sont pas remboursables à réexportation sont répétés d'office à office pour être recouvrés sur le destinataire ou sur l'expéditeur.

ARTICLE 12

RESPONSABILITÉ

1 — La responsabilité des offices qui participent au transport, soit à découvert, soit en dépêches closes, de lettres ou de boîtes avec valeur déclarée est engagée dans les limites déterminées aux paragraphes suivants. Il en est de même à l'égard du transport maritime effectué ou assuré par les Offices des pays adhérents, pourvu toutefois que ces Offices soient en mesure d'accepter la responsabilité des valeurs à bord des paquebots ou bâtiments dont ils font emploi.

2 — Sauf le cas de force majeure et les cas prévus au § 1 de l'article 9 du présent Arrangement, lorsqu'une lettre ou une boîte contenant des valeurs déclarées a été perdue, spoliée ou avariée, l'expéditeur ou, à défaut de celui-ci, le destinataire, a

droit à une indemnité correspondant au montant réel de la perte, de la spoliation ou de l'avarie, à moins que le dommage n'ait été causé par la faute ou la négligence de l'expéditeur, ou ne provienne de la nature de l'objet, et sans que l'indemnité puisse dépasser en aucun cas la somme déclarée. Les dommages indirects ou les bénéfices non réalisés ne sont pas pris en considération.

En cas de perte de l'envoi ou de destruction complète de son contenu, et si le remboursement est effectué au profit de l'expéditeur, celui-ci a, en outre, droit à la restitution des frais d'expédition, ainsi que des frais postaux de réclamation lorsque la réclamation a été motivée par une faute de la poste. Toutefois, le droit d'assurance reste acquis aux Administrations postales.

3 — L'obligation de payer l'indemnité incombe à l'Administration dont relève le bureau expéditeur. Est réservé à cette Administration le recours contre l'Administration responsable, c'est-à-dire, contre l'Administration sur le territoire ou dans le service de laquelle la perte, l'avarie ou la spoliation a eu lieu.

Lorsqu'une lettre ou une boîte contenant des valeurs déclarées a été perdue, spoliée ou avariée par suite de force majeure, l'Office sur le territoire ou dans le service duquel la perte, la spoliation ou l'avarie a eu lieu en est responsable devant l'Office expéditeur, si les deux pays se chargent des risques, en cas de force majeure, quant aux envois avec valeur déclarée.

4 — Jusqu'à preuve du contraire, la responsabilité incombe à l'Administration qui, ayant reçu l'objet sans faire d'observation et étant mise en possession de tous les moyens réglementaires d'investigation, ne peut établir ni la délivrance au destinataire, ni, s'il y a lieu, la transmission régulière à l'Administration suivante.

5 — Le paiement de l'indemnité par l'Office expéditeur doit avoir lieu le plus tôt possible, et, au plus tard, dans les délais de six mois à partir du jour de la réclamation; dans les relations avec les pays d'outre-mer ce délai est porté à neuf mois.

L'Office expéditeur a la faculté de différer exceptionnellement le règlement de l'indemnité au delà du délai précité lorsqu'à son expiration il n'est pas encore fixé sur le sort de l'objet recherché ou sur l'importance du dommage, ou lorsque la question de savoir si la perte de l'envoi est due à un cas de force majeure n'est pas encore tranchée.

Toutefois, l'Office d'origine est autorisé à désintéresser l'expéditeur pour le compte de l'Office intermédiaire ou destinataire qui, régulièrement saisi, a laissé s'écouler six mois sans donner de solution à l'affaire. Ce délai est porté à neuf mois pour les pays d'outre-mer.

L'Office responsable ou pour le compte duquel le paiement est effectué en conformité de l'alinéa précédent est tenu de rembourser à l'Office expéditeur le montant de l'indemnité et, le cas échéant, des intérêts, dans le délai de trois mois après avis de paiement. Ce remboursement s'effectue sans frais pour l'Office créditeur, soit au moyen d'un mandat de poste ou d'une traite, soit en espèces ayant cours dans le pays créditeur. Passé le délai de trois mois, la somme due à l'Office expéditeur est productive d'intérêts, à raison de 7 % l'an, à dater du jour de l'expiration dudit délai.

Tout Office dont la responsabilité est dûment établie et qui a tout d'abord décliné le paiement de l'indemnité doit en outre, prendre à sa charge tous les frais accessoires résultant du retard non justifié apporté au paiement.

6 — Il est entendu que la réclamation n'est admise que dans le délai d'un an qui suit le jour du dépôt à la poste de l'envoi portant déclaration; passé ce terme, le réclamant n'a droit à aucune indemnité.

7 — L'Administration pour le compte de laquelle est opéré le remboursement du montant des valeurs déclarées non parvenues à destination, est subrogée dans tous les droits du propriétaire.

8 — Si la perte, la spoliation ou l'avarie a eu lieu en cours de transport, sans qu'il soit possible d'établir sur le territoire ou dans le service de quel pays le fait s'est accompli, les Administrations en cause supportent le dommage par parts égales. Toutefois, si la spoliation ou l'avarie a été constatée dans le pays de destination, il incombe à l'Administration de ce pays de prouver que ni l'emballage, ni la fermeture de l'objet n'ont montré aucune défectuosité apparente et que le poids n'a pas différé de celui établi lors du dépôt.

Si la perte, la spoliation ou l'avarie a eu lieu sur le territoire ou dans le service d'un Office intermédiaire que n'a pas adhéré au présent Arrangement, les autres Administrations supportent le dommage par parts égales. Dans ce cas, il est de rigueur pour l'expéditeur de prouver d'une manière authentique que le contenu de l'envoi était complet, intact et soigneusement emballé.

9 — Les Administrations cessent d'être responsables des valeurs déclarées contenues dans les envois dont les ayants

droit ont donné reçu et pris livraison, à moins que ceux-ci ne déposent immédiatement une réclamation et ne puissent prouver leur bonne foi, en cas de déclaration ultérieure du dommage. Les Administrations cessent aussi d'être responsables des envois dont elles ne peuvent rendre compte par suite de la destruction des documents de service pour cause de force majeure.

ARTICLE 13

LÉGISLATION DES PAYS CONTRACTANTS; ARRANGEMENTS SPÉCIAUX

1 — Est réservé le droit de chaque pays d'appliquer, aux envois contenant des valeurs déclarées à destination ou provenant d'autres pays, ses lois ou règlements intérieurs, en tant qu'il n'y est pas dérogé par le présent Arrangement.

2 — Les stipulations du présent Arrangement ne portent pas restriction au droit des parties contractantes de maintenir et de conclure des arrangements spéciaux, ainsi que de maintenir et d'établir des unions plus restreintes en vue de la réduction des taxes ou de toute autre amélioration de service.

3 — Dans les relations entre Offices qui se sont mis d'accord à cet égard, les expéditeurs de boîtes avec valeur déclarée peuvent prendre à leur charge les droits de douane et autres droits non postaux dont l'envoi serait passible dans le pays de destination, moyennant déclaration préalable au bureau de dépôt et obligation de payer, sur la demande du bureau de destination, les sommes indiquées par ce dernier.

L'Administration qui fait opérer le dédouanement pour le compte de l'expéditeur est autorisée à percevoir de ce chef un droit spécial qui ne peut dépasser 25 centimes par baite. Ce droit est indépendant de celui prévu à l'article 5, § 3.

ARTICLE 14

SUSPENSION TEMPORAIRE DU SERVICE

Chacune des Administrations des pays contractants peut, dans des circonstances extraordinaires de nature à justifier la mesure, suspendre temporairement le service des valeurs déclarées, tant à l'expédition qu'à la réception et d'une manière générale ou partielle, sous la condition d'en donner immédiatement avis, au besoin par le télégraphe, à l'Administration ou aux Administrations intéressées.

ARTICLE 15

ADHÉSIONS

Les pays de l'Union qui n'ont point pris part au présent Arrangement sont admis à y adhérer sur leur demande et dans la forme prescrite par l'article 26 de la Convention principale, en ce qui concerne les adhésions à l'Union postale universelle.

ARTICLE 16

RÈGLEMENT D'EXÉCUTION

Les Administrations des postes des pays contractants règlent la forme et le mode de transmission des lettres et des boîtes contenant des valeurs déclarées et arrêtent toutes les autres mesures de détail ou d'ordre nécessaires pour assurer l'exécution du présent Arrangement.

ARTICLE 17

PROPOSITIONS FORMULÉES DANS L'INTERVALLE DES CONGRÈS

1 — Dans l'intervalle qui s'écoule entre les réunions prévues à l'article 27 de la Convention principale, toute Administration des postes d'un des pays contractants a le droit d'adresser aux autres Administrations participantes, par l'intermédiaire du Bureau international, des propositions concernant le service des lettres et des boîtes avec valeur déclarée.

Pour être mise en délibération, chaque proposition doit être appuyée par au moins deux Administrations sans compter celle dont la proposition émane. Lorsque le Bureau international ne reçoit pas, en même temps que la proposition, le nombre nécessaire de déclarations d'appui, la proposition reste sans aucune suite.

2 — Toute proposition est soumise au procédé déterminé par le § 2 de l'article 28 de la Convention principale.

3 — Pour devenir exécutoires, les propositions doivent réunir, savoir :

1° l'unanimité des suffrages, s'il s'agit de l'addition de nouvelles dispositions ou de la modification des dispositions du présent article et des articles 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 12 et 18;

2° les deux tiers des suffrages, s'il s'agit de la modification des dispositions du présent Arrangement autres que celles des articles 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 12, 17 et 18;

3° la simple majorité absolue, s'il s'agit de l'interprétation des dispositions du présent Arrangement, sauf le cas de litige prévu à l'article 25 de la Convention principale.

4 — Les résolutions valables sont consacrées, dans les deux premiers cas, par une déclaration diplomatique, et dans le troisième cas, par une notification administrative, selon la forme indiquée à l'article 28 de la Convention principale.

5 — Toute modification ou résolution adoptée n'est exécutoire que trois mois, au moins, après sa notification.

ARTICLE 18

DURÉE DE L'ARRANGEMENT; ABROGATION DES DISPOSITIONS ANTÉRIEURES

1 — Le présent Arrangement entrera en vigueur le 1^{er} Janvier 1922 et il aura la même durée que la Convention principale, sans préjudice du droit, réservé à chaque pays, de se retirer de cet Arrangement moyennant un avis donné, un an à l'avance, par son Gouvernement au Gouvernement de la Confédération Suisse.

Toutefois, en ce qui concerne les taxes et droits d'assurance, chaque pays est autorisé à les mettre en vigueur avant la date précitée à la condition d'en informer le Bureau international au moins un mois à l'avance et au besoin par télégramme.

2 — Sont abrogées, à partir du jour de la mise à exécution du présent Arrangement, toutes les dispositions de l'Arrangement pour l'échange des lettres et des boîtes avec valeur déclarée, conclu à Rome en 1906.

3 — Le présent Arrangement sera ratifié aussitôt que faire se pourra. Les actes de ratification seront échangés à Madrid.

En foi de quoi, les plénipotentiaires des pays ci-dessus énumérés ont signé le présent Arrangement à Madrid, le trente Novembre mil neuf cent vingt.

Pour l'Allemagne: *Ronge*. — *Schenk*. — *Orth*.

Pour la République Argentine: *A. Barrera Nicholson*.

Pour l'Autriche: *Eberan*.

Pour la Belgique: *A. Pirard*. — *Tixhon*. — *Hub. Krains*.

Pour la colonie du Congo belge: *M. Halewyck*. — *G.*

Tondeur.

Pour le Brésil: *Alcibiades Peçanha*. — *J. Henrique Aderne*.

Pour la Bulgarie: *N. Startcheff*. — *N. Boschnakoff*.

Pour le Chili: *A. de la Cruz*. — *Florencio Marquez de la Plata*. — *Gus. Cousiño*.

Pour la Chine: *Liou Fou-Tcheng*.

Pour la République de Colombie: *W. Mac Lellan*. — *Gabriel Roldan*.

Pour le Danemark: *Hollnagel Jensen*. — *Holmblad*.

Pour l'Égypte: *N. T. Borton*.

Pour l'Espagne: *Conde de Colombi*. — *José de Garcia Torres*. — *Guillermo Capdevila*. — *José de España*. — *Martin Vicente*. — *Antonio Camacho*.

Pour l'Éthiopie: *Weuldeu-Berhane*.

Pour la Finlande: *G. E. F. Albrecht*.

Pour la France: *M. Lebon*.

Pour M. Georges Bonnet: *M. Lebon*. — *G. Blin*. — *P. Bouillard*. — *Barrail*.

Pour l'Algérie: *H. Treuillé*.

Pour les colonies et protectorats français de l'Indochine: *André Touzet*.

Pour l'ensemble des autres colonies françaises: *G. Demartial*.

Pour la Grande-Bretagne et divers dominions, colonies et protectorats britanniques: *F. H. Williamson*. — *E. J. Harrington*. — *E. L. Ashley Foakes*.

Pour l'Inde britannique: *G. R. Clarke*.

Pour la Nouvelle-Zélande: *R. B. Morris*.

Pour la Grèce: *P. Scassi*. — *Th. Penthéroudakis*.

Pour le Guatemala: *Juan J. Ortega*. — *Enrique Traumann*.

Pour la République d'Haïti: *Luis Ma. Solér*.

Pour la République du Honduras: *Ricardo Beltran y Rózpide*.

Pour la Hongrie: *O. de Fejér*. — *G. Baron Szalay*.

Pour l'Islande: *Hollnagel Jensen*.

Pour l'Italie et les colonies italiennes: *E. Delmati*. — *S. Ortisi*.

Pour le Japon: *S. Nakamshi*. — *Arajiro Miura*. — *Y. Hiratsuka*.

Pour le Chosen: *S. Nakanishi*. — *Arajiro Miura*. — *Y. Hiratsuka*.

Pour l'ensemble des autres dépendances japonaises: *S. Nakanishi*. — *Arajiro Miura*. — *Y. Hiratsuka*.

Pour la République de Libéria: *Luis Ma. Solér*.

Pour le Luxembourg: *G. Faber*.

Pour le Maroc (à l'exclusion de la Zone espagnole): *Gérard Japy*. — *J. Walter*.

Pour le Maroc (Zone espagnole): *M. Aguirre de Carcer*. — *L. Lopez-Ferrer*. — *C. Garcia de Castro*.

Pour le Nicaragua: *M. Ig. Terán*.

Pour la Norvège: *Sommerschield*. — *Klaus Helsing*.

Pour la République de Panama: *J. D. Arosemena*.

- Pour le Paraguay: *Fernando Pignet*.
Pour les Pays-Bas: *A. W. Kymmell*. — *J. S. v. Gelster*.
Pour les Indes néerlandaises. *Wigman*. — *W. F. Gerdes Oosterbeek*. — *J. van der Werf*.
Pour les colonies néerlandaises en Amérique: *Wigman*. — *W. F. Gerdes Oosterbeek*. — *J. van der Werf*.
Pour le Pérou: *D. C. Urrea*. — *O. Barrenechea Y. Raygada*.
Pour la Perse: *Husséin Khan Alaï*. — *C. Malitor*.
Pour la Pologne: *W. Dobrowolski*. — *Maciejewski*. — *Dr. Marjan Blachier*.
Pour le Portugal: *Henrique Mousinho de Albuquerque*.
Pour les colonies portugaises de l'Afrique: *Juvenal Elvas Floriado Santa Barbara*.
Pour les colonies portugaises de l'Asie et de l'Océanie: *José Emilio dos Santos e Silva*.
Pour la Roumanie: *D. G. Marinesco*. — *Eug. Boukman*.
Pour le Salvador: *Ismael G. Fuentes*.
Pour le Territoire de la Sarre: *Douarche*.
Pour le Royaume des Serbes, Croates et Slovènes: *Drag. Dimitrijevitch*. — *S. P. Toutoundjitch*. — *Dr. Franya Pavlitch*. — *Costa Zlatanovitch*.
Pour la Suède: *Julius Juhlin*. — *Thore Wennqvist*.
Pour la Suisse: *Mengotti*. — *F. Boss*.
Pour la Tchécoslovaquie: *Dr. Otokar Ruzicha*. — *Václav Kucera*.
Pour la Tunisie: *Gérard Japy*. — *A. Barbarat*.
Pour la Turquie: *Méhméd-Ali*.

VI

PROTOCOLE FINAL

Au moment de procéder à la signature de l'Arrangement concernant l'échange des lettres et des boîtes avec valeur déclarée, les plénipotentiaires soussignés sont convenus de ce qui suit:

I

En dérogation à la disposition du § 3 de l'article premier de l'Arrangement qui fixe à 10.000 francs la limite au-dessous de laquelle le maximum de déclaration de valeur ne peut en aucun cas être fixé, il est convenu que tout pays peut réduire ce maximum à 5.000 francs, ou au chiffre adopté dans son service intérieur, si ce chiffre est inférieur à 5.000 francs.

II

En dérogation aux prescriptions du § 4 de l'article 4 de l'Arrangement, est maintenue provisoirement, en ce qui concerne les droits d'assurance pour les valeurs déclarées, la suspension de l'établissement du décompte de ces droits stipulée par la circulaire du Bureau International de Berne du 17 Janvier 1916, n. 270/17.

En foi de quoi, les plénipotentiaires ci-dessous ont dressé le présent Protocole final, qui aura la même force et la même valeur que si ses dispositions étaient insérées dans le texte même de l'Arrangement auquel il se rapporte, et ils l'ont signé en un exemplaire qui restera déposé aux Archives du Gouvernement espagnol et dont une copie sera remise à chaque partie.

Fait à Madrid, le trente Novembre mil neuf cent vingt.

Pour l'Allemagne: *Ronge*. — *Schenk*. — *Orth*.

Pour la République Argentine: *A. Barrera Nicholson*.

Pour l'Autriche: *Eberan*.

Pour la Belgique: *A. Pirard*. — *Tixhon*. — *Hub. Krains*.

Pour la colonie du Congo belge: *M. Halewvych*. — *G. Tondeur*.

Pour le Brésil: *Alcibiades Peçanha*. — *J. Henrique Aderne*.

Pour la Bulgarie: *N. Startcheff*. — *N. Boschnakoff*.

Pour le Chili: *A. de la Cruz*. — *Florencio Marquez de La Plata*. — *Gus. Cousiño*.

Pour la Chine: *Liou-Fou-Tcheng*.

Pour la République de Colombie: *W. Mac Lellan*. — *Gabriel Roldan*.

Pour le Danemark: *Holtnagel Jensen*. — *Holmblad*.

Pour l'Egypte: *N. T. Bortou*.

Pour l'Espagne: *Conde de Colombi*. — *José Garcia Torres*. — *Guillermo Capdevila*. — *José de España*. — *Martim Vicente*. — *Antonio Camacho*.

Pour l'Ethiopie: *Weuldeue Berhane*.

Pour la Finlande: *G. E. F. Albrecht*.

Pour la France: *M. Lebon*.

Pour M. Georges Bonnet, *M. Lebon* — *G. Blin*, — *P. Bouillard*. — *Barrail*.

Pour l'Algérie: *H. Treuillé*,

Pour les colonies et protectorats français de l'Indochine: *André Touzet*.

Pour l'ensemble des autres colonies françaises: *G. Demartial*.

Pour la Grande-Bretagne et divers dominions, colonies et protectorats britanniques: *F. H. Williamson*. — *E. J. Harrington*. — *E. L. Ashley Foakes*.

Pour l'Inde britannique: *G. R. Clarke*.

Pour la Nouvelle-Zélande: *R. B. Morris*.

Pour la Grèce: *P. Scassi*. — *Th. Penthéroudakis*.

Pour le Guatemala: *Juan J. Ortega*. — *Enrique Trau-mann*.

Pour la République d'Haïti: *Luíz Ma. Solér*.

Pour la République du Honduras: *Ricardo Beltrán y Rózpide*.

Pour la Hongrie: *O. de Fejér*. — *G. Baron Szalay*.

Pour l'Islande — *Hollnagel Jensen*.

Pour l'Italie et les colonies italiennes: *E. Delmatti* — *S. Ortisi*.

Pour le Japon: *S. Nakanishi*. — *Arajiro Miura*. — *Y. Hiratsuka*.

Pour le Chosen: *S. Nakanishi*. — *Arajiro Miura*. — *Y. Hiratsuka*.

Pour l'ensemble des autres dependances japonaises: *S. Nakatiski*. — *Arajiro Miura*. — *Y. Hiratsuka*.

Pour la République de Libéria: *Luis Ma. Solér*.

Pour le Luxembourg: *G. Faber*.

Pour le Maroc (à l'exclusion de la Zone espagnole): *Gérard Japy*. — *J. Walter*.

Pour le Maroc (Zone espagnole): *M. Aguirre de Car-cer*. — *L. López-Ferrer*. — *C. Garcia de Castro*.

Pour le Nicaragua: *M. Ig. Terán*.

Pour la Norvège: *Sommerschield*. — *Klaus Helsing*.

Pour la République de Panamá: *J. D. Arosemena*.

Pour le Paraguay: *Fernando Pignet*.

Pour les Pays-Bas: *A. W. Kymmell*. — *J. S. v. Gelder*.

Pour les Indes néerlandaises: *Wigman*. — *W. F. Ger-des Oosterbeck*. — *J. van der Werf*.

Pour les colonies néerlandaises en Amérique: *Wigman*. — *W. F. Gerdes Oosterbeck*. — *J. van der Werf*.

Pour le Pérou: *D. C. Urrea*. — *O. Barrenechea y Ray-gada*.

Pour la Perse: *Husséin Khan Alaï*. — *C. Molitor*.

Pour la Pologne: *W. Dobrowolski. — Maciejewski. — Dr. Marjan Blachier.*

Pour le Portugal: *Henrique Mousinho de Albuquerque.*

Pour les colonies portugaises de l'Afrique: *Juvenal Elvas Floriado Santa Barbara.*

Pour les colonies portugaises de l'Asie et de l'Océanie: — *José Emilio dos Santos e Silva.*

Pour la Roumanie: *D. G. Marinesco. — Eug. Boukman.*

Pour le Salvador: *Ismael G. Fuentes.*

Pour le Territoire de la Sarre: *Douarche.*

Pour le Royaume des Serbes, Croates et Slovènes: *Drag. Dimitrijevith. — S. P. Toutoundjich. — Dr. Frany Pavlitch. — Costa Zlatanovitch.*

Pour la Suède: *Julius Juhlin. — Thore Wennqvist.*

Pour la Suisse: *Mengotti. — F. Boss.*

Pour la Tchécoslovaquie: *Dr. Otokar Ruziicka. — Václav Kucera.*

Pour la Tunisie: *Gérard Japy. — A. Barbarat.*

Pour la Turquie: *Méhmed-Ali.*

VII

RÈGLEMENT D'EXÉCUTION DE L'ARRANGEMENT

CONCERNANT L'ÉCHANGE DES LETTRES ET DES BOÎTES AVEC VALEUR
DECLARÉE

Conclue entre:

L'Allemagne, la République Argentine, l'Autriche, la Belgique et la Colonie du Congo Belge, le Brésil, la Bulgarie, le Chili, la Chine, la République de Colombie, le Danemark, l'Égypte, l'Espagne, l'Éthiopie, la Finlande, la France, l'Algérie, les Colonies et Protectorats Français de l'Indochine, l'ensemble des autres Colonies Françaises, la Grande-Bretagne et divers dominions, Colonies et Protectorats Britanniques, l'Inde Britannique, la Nouvelle Zélande, la Grèce, le Guatemala, la République d'Haïti, la République du Honduras, la Hongrie, l'Islande, l'Italie et les Colonies Italiennes, le Japon, le Chosen, l'ensemble des autres dépendances japonaises, la République de Libéria, le Luxembourg, le Maroc (à l'exclusion de la zone espagnole), le Maroc (zone espagnole), le Nicaragua, la Norvège, la République de Panama, le Paraguay, les Pays-Bas, les Indes Néerlandaises, les Colonies Néerlandaises en Amérique, le Pérou, la Perse, la Pologne, le Portugal, les Colonies Portugaises de l'Afrique, les Colonies Portugaises de

l'Asie et de l'Océanie, la Roumanie, la Russie, la République de St-Marin, le Salvador, le Territoire de La Sarre, le Royaume des Serbes, Croates et Slovènes, la Suède, la Suisse, la Tchécoslovaquie, la Tunisie et la Turquie.

Les soussignés, vu l'article 21 de la Convention principale et l'article 46 de l'Arrangement concernant l'échange des lettres et des boîtes avec valeur déclarée, ont, au nom de leurs Administrations respectives, arrêté d'un commun accord les mesures suivantes pour assurer l'exécution dudit Arrangement.

I

ORGANISATION DU SERVICE

1 — Les Administrations postales des pays adhérents qui entretiennent des services maritimes réguliers, utilisés pour le transport des correspondances ordinaires, dans le ressort de l'Union, désignent aux Offices des autres pays adhérents ceux de ces services qui peuvent être affectés au transport des lettres et des boîtes contenant des valeurs déclarées, avec garantie de responsabilité.

2 — Les Administrations des pays contractants qui entretiennent des échanges directs se notifient mutuellement, au moyen de tableaux conformes au modèle. A ci-annexé, savoir.

1°, la nomenclature des pays par rapport auxquels elles peuvent respectivement servir d'intermédiaires pour le transport des lettres et des boîtes de valeur déclarée;

2°, les voies ouvertes à l'acheminement desdits envois, à partir de leur entrée sur leur territoire ou dans leurs services;

3°, le montant des droits d'assurance qui doivent leur être également bonifiés pour chaque destination, par l'Office qui leur livre des lettres ou des boîtes à découvert.

3 — Les Administrations des pays hors d'Europe et l'Office ottoman ont la faculté de restreindre à certains bureaux le service des envois avec valeur déclarée. Les Administrations qui usent de cette faculté doivent notifier, aux Offices participants, la liste de ceux de leurs bureaux à destination desquels il peut être admis des envois avec valeur déclarée.

4 — Au moyen des tableaux A reçus des ses correspondants, chaque Administration détermine les voies à employer pour la transmission de ses valeurs déclarées et les droits à percevoir sur les expéditeurs d'après les conditions dans lesquelles s'effectue le transport intermédiaire.

5 — Chaque Administration doit faire connaître directement, au premier Office intermédiaire, quels sont les pays pour lesquels elle se propose de lui livrer à découvert des lettres et des boîtes contenant des valeurs déclarées.

II

CONDITIONNEMENT DES ENVOIS

1 — Les lettres contenant des valeurs déclarées ne peuvent être admises que sous une enveloppe fermée au moyen de cachets identiques en cire fine, espacés, reproduisant un signe particulier, et appliqués en nombre suffisant pour retenir tous les plis de l'enveloppe. Il est interdit d'employer des enveloppes à bords coloriés et les enveloppes à panneau transparent.

2 — Chaque lettre doit, d'ailleurs, être conditionnée de manière qu'il ne puisse être porté atteinte à son contenu sans endommager extérieurement et visiblement l'enveloppe ou les cachets.

3 — Les timbres-poste employés à l'affranchissement et les étiquettes, s'il y en a, se rapportant au service postal, doivent être espacés, afin qu'ils ne puissent servir à cacher les lésions de l'enveloppe. Ils ne doivent pas, non plus, être repliés sur le deux faces de l'enveloppe, de manière à couvrir la bordure. Il est interdit d'apposer sur les lettres de valeur déclarée d'autres étiquettes que celles se rapportant au service postal.

4 — Les bijoux et objets précieux doivent être renfermés dans des boîtes suffisamment résistantes, en bois ou en métal, n'excédant pas 30 centimètres en longueur, 10 centimètres en largeur et 10 centimètres en hauteur; les parois des boîtes en bois doivent avoir au moins 8 millimètres d'épaisseur.

5 — Les boîtes de valeur déclarée doivent être entourées d'un croisé de ficelle solide, sans nœuds, et dont les deux bouts sont réunis sous un cachet en cire fine portant une empreinte particulière. Les boîtes doivent, en outre, être scellées, sur les quatre faces latérales, de cachets identiques. Les faces supérieure et inférieure doivent être recouvertes de papier blanc, pour recevoir l'adresse du destinataire, la déclaration de la valeur et l'empreinte des timbres de service.

6 — Les lettres et boîtes contenant des valeurs déclarées adressées sous des initiales ou dont l'adresse est indiquée au

crayon ne sont pas admises; il en est de même de celles qui au moment de leur mise à la poste portent des ratures ou surcharges dans l'adresse.

III

INDICATION DU MONTANT DES VALEURS; DÉCLARATIONS EN DOUANE

1 — La déclaration des valeurs doit être exprimée dans la monnaie du pays d'origine et être inscrite par l'expéditeur sur l'adresse de l'envoi en toutes lettres et en chiffres, sans rature, ni surcharge, même approuvées.

2 — Le montant de la déclaration de valeur doit, en outre, être converti en francs-or par l'expéditeur ou par l'Office d'origine. Le résultat de la conversion doit être indiqué par de nouveaux chiffres placés à côté ou au-dessous de ceux qui représentent le montant de la déclaration dans la monnaie du pays d'origine. Cette disposition n'est pas applicable aux relations directes entre pays ayant une monnaie commune.

3 — Les boîtes de valeur déclarée doivent être accompagnées de déclarations en douane conformes ou analogues au modèle B ci-joint, dans les relations qui comportent l'emploi de semblables déclarations. Il appartient aux Administrations intéressées d'adresser une notification à ce sujet aux Offices correspondants, et de leur indiquer le nombre des déclarations en douane à joindre aux envois.

4 — Les boîtes à remettre franches de droits doivent porter une étiquette de couleur avec l'indication en gros caractères "Franc de Droits". Elles sont accompagnées d'un bulletin d'affranchissement qui est solidement attaché aux déclarations en douane.

Les dispositions des articles VIII et XX du Règlement d'exécution de la Convention concernant l'échange des colis postaux sont applicables aux boîtes à remettre franches de droits, sauf en ce qui concerne les Offices qui déclareront pouvoir adhérer au mode de règlement des comptes prévu par ces articles et qui sont tenus, dès lors, d'indiquer les dispositions qu'ils désirent adopter à ce sujet.

IV

EXPRES; AVIS DE RÉCEPTION; DEMANDES DE RETRAIT OU DE CHANGEMENT D'ADRESSE; ENVOIS GREVÉS DE REMBOURSEMENT

Les dispositions de l'article 15 de la Convention principale, ainsi que des articles XII et XXX de son Règlement

d'exécution sont respectivement applicables en cas de demande, soit de remise par exprès, soit d'avis de réception, de retrait ou de changement d'adresse d'une lettre ou boîte avec valeur déclarée.

Les dispositions de l'article XIII du Règlement d'exécution de la Convention principale sont applicables aux lettres ou boîtes de valeur déclarée grevées de remboursement.

V

DÉCLARATIONS FRAUDULEUSES

Lorsque des circonstances quelconques ou les réclamations des intéressés viennent à révéler l'existence d'une déclaration frauduleuse de valeur supérieure à la valeur réelle insérée dans une lettre ou boîte, avis en est donné à l'Administration du pays d'origine, dans le plus bref délai possible, et le cas échéant, avec les pièces de l'enquête à l'appui.

VI

INDICATION DU POIDS DES ENVOIS; TIMBRE À DATE

1 — Le poids exact, en grammes, de chaque lettre ou boîte contenant des valeurs déclarées doit être inscrit sur l'envoi, par l'Office d'origine, à l'angle gauche supérieur de la suscription.

2 — L'envoi est, en outre, frappé par le bureau d'origine du côté de la suscription, du timbre indiquant le lieu et la date du dépôt et, le cas échéant, du timbre spécial en usage dans les pays d'origine pour les lettres ou boîtes contenant des valeurs déclarées.

3 — Le bureau destinataire applique, au verso, son propre timbre à la date de la réception.

VII

CONDITION DE TRANSMISSION DES ENVOIS; BUREUX D'ÉCHANGE

1 — La transmission des envois contenant des valeurs déclarées entre pays limitrophes ou reliés entre eux au moyen d'un service maritime direct, est effectuée par ceux des bureaux d'échange que les deux Offices correspondants désignent d'un commun accord à cet effet.

2 — Dans les rapports entre pays séparés par un ou plusieurs services intermédiaires, les lettres et boîtes de valeur

déclarée doivent toujours suivre la voie la plus directe et être livrées à découvert au premier Office intermédiaire, si cet Office est à même d'assurer la transmission dans les conditions déterminées par l'article I du présent Règlement.

3 — Toutefois, est réservé aux Offices correspondants la faculté de s'entendre entre eux et avec les Offices intermédiaires, soit pour échanger des valeurs déclarées en dépêches closes au moyen des services d'un ou de plusieurs pays intermédiaires participant ou non à l'Arrangement, soit pour assurer la transmission à découvert par des voies détournées, au cas où ce mode de transmission ne comporte pas, par la voie directe, la garantie de responsabilité sur tout le parcours.

VIII

FEUILLES D'ENVOIS; CONFECTION DES PAQUETS; INSERTION DANS LES DÉPÊCHES

1 — Les lettres et les boîtes contenant des valeurs déclarées sont inscrites individuellement par le bureau d'échange expéditeur sur des feuilles d'envoi spéciales, conformes au modèle C annexé au présent Règlement, avec tous les détails que ces formules comportent.

Les colonnes 6, 7 et 8 desdites feuilles ne sont remplies que pendant la période de statistique prévue à l'article 4 de l'Arrangement.

En regard de l'inscription des envois à faire remettre par exprès, on doit faire figurer dans la colonne "Observations" la mention "Exprès".

2 — Les lettres et boîtes avec valeur déclarée forment, avec la feuille d'envoi, un ou deux paquets spéciaux qui sont ficelés et enveloppés de papier solide, puis ficelés extérieurement et cachetés à la cire fine sur tous les plis, au moyen du cachet du bureau d'échange expéditeur. Ces paquets portent pour suscription les mots "Valeurs déclarées" ou "Lettres de valeur déclarée" et "Boîtes de valeur déclarée".

Au lieu d'être réunies en un paquet proprement dit, les lettres avec valeur déclarée peuvent être insérées dans une enveloppe de fort papier fermée au moyen de cachets à la cire.

3 — La présence ou l'absence de tels paquets dans une dépêche susceptible de contenir des envois avec valeur déclarée est constatée, en regard de la rubrique *ad-hoc* qui figure au recto de la feuille d'avis, soit par l'indication du nombre des paquets, soit par la mention "Néant".

4 — Le paquet ou les paquets de valeur déclarée sont réunis par un croisé de ficelle au paquet des objets recom-

mandés et insérés au centre de la dépêche: à ces paquets réunis est attachée extérieurement l'enveloppe spéciale renfermant la feuille d'avis.

Toutefois, lorsqu'on utilise un sac pour l'emballage des objets recommandés, le paquet ou les paquets de valeur déclarée sont insérés dans ce sac.

5 — Toutes les fois qu'un des deux Offices correspondants réclame la séparation, les boîtes de valeur déclarée doivent être décrites sur les formules C distinctes et être emballées séparément.

6 — Les avis de réception des envois de valeur déclarée sont traités conformément aux dispositions de l'article XII du Règlement d'exécution de la Convention principale.

7 — Les dispositions du présent article peuvent être modifiées d'un commun accord entre les deux Offices correspondants, dans les relations où ces dispositions seraient incompatibles avec le régime particulier de l'un deux.

IX

VERIFICATION DES PAQUETS; IRRÉGULARITÉS DIVERSES

1 — À la réception d'un paquet de valeur déclarée, le bureau d'échange destinataire commence par rechercher si ce paquet ne présente aucune irrégularité, soit dans son état ou sa confection extérieure, soit dans l'accomplissement des formalités auxquelles la transmission est soumise par l'article précédent.

2 — Ce bureau procède ensuite à la vérification particulière des envois contenant des valeurs déclarées, et, s'il y a lieu, à la constatation des manquants ou autres irrégularités, ainsi qu'à la rectification des feuilles d'envoi, en se conformant aux règles tracées pour les objets recommandés par l'article XXIII du Règlement d'exécution de la Convention principale.

3 — La constatation, soit d'un manquant, soit d'une altération ou irrégularité de nature à engager la responsabilité des Administrations respectives est opérée au moyen d'un procès-verbal que est transmis, accompagné des enveloppes, ficelles et cachets du paquet ainsi que du sac qui le contient et sous recommandation d'office, à l'Administration centrale du pays auquel appartient le bureau d'échange expéditeur, indépendamment du bulletin de vérification à transmettre immédiatement à ce bureau. Un double du procès-verbal etc., en même temps, adressé à l'Administration centrale à la-

quelle ressortit le bureau d'échange destinataire ou à tout autre organe de direction désigné par cette dernière.

4 — Sans préjudice de l'application des dispositions du § 3, le bureau d'échange qui reçoit d'un bureau correspondant un envoi insuffisamment emballé ou avarié doit y donner cours après l'avoir emballé de nouveau, s'il y a lieu, conservant autant que possible l'emballage primitif. En pareil cas, le poids de l'envoi doit être constaté avant et après le nouvel emballage, et indiqué sur l'enveloppe même de l'objet.

X

RÉEXPÉDITION; REBUTS

1 — Les lettres et les boîtes de valeur déclarée réexpédiées par suite de fausse direction sont acheminées sur leur destination par la voie la plus rapide dont peut disposer l'Office réexpéditeur.

Lorsque la réexpédition entraîne restitution des envois de l'espèce à l'Office expéditeur les bonifications inscrites, le cas échéant, pendant la période de statistique à la feuille d'envoi de cet Office, sont annulées et le bureau d'échange réexpéditeur livre ces envois pour mémoire à son correspondant, après avoir signalé l'erreur par un bulletin de vérification.

Dans le cas contraire, et si les droits bonifiés à l'Office réexpéditeur sont insuffisants pour couvrir sa part de ces droits et les frais de réexpédition qui lui incombent, il se crédite de la différence en forçant la somme inscrite à son avoir sur les feuilles d'envois du bureau d'échange expéditeur. Le motif de cette rectification est notifié audit bureau au moyen d'un bulletin de vérification.

2 — Les lettres et boîtes de valeur déclarée réexpédiées, par suite du changement de résidence des destinataires, sur un des pays contractants, sont frappées du timbre T par l'Office réexpéditeur et grevées à la charge du destinataire, par l'Office distributeur, d'une taxe représentant le droit revenant à ce dernier Office et, s'il y a lieu, à chacun des Offices intermédiaires.

Dans ce dernier cas, le premier Office intermédiaire qui reçoit, pendant la période de statistique, une valeur déclarée réexpédiée se crédite du montant de son droit vis-à-vis de l'Office auquel il livre cet envoi et ce dernier, à son tour, s'il n'est lui-même qu'un intermédiaire, répète sur l'Office suivant son propre droit cumulé avec celui dont il a tenu compte à l'Office précédent. La même opération se poursuit dans les

rapports entre les différents Offices participant au transport jusqu'à ce que l'envoi parvienne à l'Office distributeur.

Toutefois, si les droits exigibles pour le parcours ultérieur d'un envoi réexpédié sont acquittés au moment de la réexpédition, cet envoi est traité comme s'il était adressé directement du pays réexpéditeur dans le pays de destination et remis sans taxe au destinataire.

3 — Toute lettre ou boîte de valeur déclarée dont le destinataire est parti pour un pays non participant au présent Arrangement est renvoyée immédiatement en rebut au pays d'origine pour être rendue à l'expéditeur, à moins que l'Office de la première destination ne soit en mesure de la faire parvenir.

4 — Les envois de valeur déclarée qui sont tombés en rebut, pour quelque cause que ce soit, doivent être réciproquement renvoyés, par l'intermédiaire des bureaux d'échange respectifs, aussitôt que possible, et, au plus tard, dans les délais fixés par le Règlement d'exécution de la Convention principale. Ces envois sont inscrits pour mémoire sur la feuille spéciale C avec la mention "Rebut", dans la colonne d'observations et compris dans le paquet intitulé "Valeurs déclarées".

5 — Si de boîtes de valeur déclarée réexpédiées sur un autre pays par suite de changement de résidence du destinataire, ou tombées en rebut, sont grevées de frais accessoires de vérification non remboursables lors de la réexpédition, le montant en est porté au débit de l'Office correspondant, dans la colonne 8 de la feuille d'envoi, avec indication sommaire en regard, dans la colonne 9, de la nature des frais de l'espèce à recouvrer sur le destinataire ou sur l'expéditeur (droit de timbre, frais d'essayage, etc.).

XI

RESPONSABILITÉ

Jusqu'à preuve du contraire, l'Administration qui a transmis une lettre, ou une boîte contenant des valeurs déclarées à une autre Administration est déchargée de toute responsabilité par rapport à ces valeurs, si le bureau d'échange auquel la lettre ou la boîte a été livrée n'a pas fait parvenir, par le premier courrier après la vérification, à l'Administration expéditrice, un procès-verbal constatant l'absence ou l'altération, soit du paquet entier des valeurs déclarées, soit de la lettre ou de la boîte elle-même.

XII

RÉCLAMATIONS D'ENVOIS NON PARVENUS

En ce qui concerne les réclamations des lettres et boîtes de valeur déclarée non parvenues à destination, les Administrations se conforment aux dispositions de l'article XXIX du Règlement d'exécution de la Convention principale concernant la réclamation des objets recommandés.

XIII

FRAIS DE TRANSIT

Les prix dus à chaque Office participant, conformément au premier paragraphe de l'article 4 de l'Arrangement, pour le transit territorial ou maritime des lettres et boîtes avec valeur déclarée, sont calculés dans les conditions fixées par les articles XXXII à XXXV du Règlement d'exécution de la Convention principale.

XIV

STATISTIQUE; COMPTES; PAYEMENT DES SOLDES

1 — Tous les 3 ans, pendant les périodes de 28 jours prévues à l'article XXXII du Règlement d'exécution de la Convention principale, pour la statistique générale, chaque Administration fait établir par chacun de ses bureaux d'échange et pour tous les envois reçus, des bureaux d'échange d'un seul et même Office, un état, conforme au modèle D annexé au présent Règlement, des sommes inscrites sur chaque feuille d'envoi, soit à son crédit pour sa part et celle de chacune des Administrations intéressées dans les droits d'assurance perçus par l'Office expéditeur, soit à son débit, pour la part revenant aux Offices intermédiaires; en cas de réexpédition ou de mise en rebut, dans les droits postaux à recouvrer sur les destinataires ou sur les expéditeurs.

2 — Les états D sont ensuite récapitulés par les soins de la même Administration dans un compte conforme au modèle E, également annexé au présent Règlement, compte dont les totaux sont multipliés par 13, pour établir le montant annuel des bonifications. Dans les cas où ce multiplicateur ne se rapporte pas à la périodicité du service, ou lorsqu'il s'agit d'expéditions extraordinaires faites pendant la période de statistique, les Administrations s'entendent pour l'adoption d'un autre multiplicateur.

Si l'utilité en est reconnue, par suite de l'adhésion de nouveaux Offices à l'Arrangement, des statistiques spéciales peuvent être effectuées.

Les résultats de la statistique de Mai 1921 seront valables exceptionnellement pour les années 1920 à 1923 inclusive-ment; ceux de la statistique d'Octobre-Novembre 1924 s'appliqueront aux années 1924 à 1926 et ainsi de suite.

3 — Le compte E, accompagné des états partiels, des feuilles d'envoi et, s'il y a lieu, des bulletins de vérification y afférents, est soumis à l'examen de l'Office correspondant dans le courant du mois qui suit celui pendant lequel la statistique a été tenue.

Le résultat de cet examen est communiqué à l'Office qui a établi le compte, dans le délai d'un mois au plus tard à partir de la date de réception dudit compte.

4 — Chaque Administration participant au service des boîtes avec valeur déclarée, établit, en outre, à la fin de l'année, un relevé spécial des sommes portées à son débit dans la colonne 8 des feuilles d'envoi, pour les droits non postaux à recouvrer sur les destinataires ou les expéditeurs desdites boîtes.

Ce relevé, accompagné des pièces justificatives, est soumis, dans le courant du premier mois de l'année suivant celle à laquelle il se rapporte, à la vérification de l'Office correspondant, qui doit le renvoyer dans le délai d'un mois.

5 — Les comptes E et, le cas échéant, les relevés spéciaux dont il est question au paragraphe précédent, après avoir été vérifiés et acceptés de part et d'autre, sont résumés dans un compte général par les soins de l'Administration créditrice, sauf autre arrangement à prendre par les Offices intéressés.

Le compte général doit être établi et transmis à l'Office correspondant au plus tard dans le courant de la première moitié du troisième mois de l'année qui suit celle en cause, et ce dernier Office doit renvoyer le compte, accepté ou avec observations, dans un délai d'un mois au plus après la réception.

6 — Sauf autre arrangement entre les Offices intéressés, le paiement du solde résultant du compte général doit être effectué sans frais pour l'Administration créditrice, au plus tard un mois après que ledit compte a été contradictoirement arrêté.

Passé ce délai, les soldes en retard sont productifs d'intérêts, au profit de l'Administration créditrice à raison de 7° % l'an, à dater du jour de l'expiration du délai.

XV

COMMUNICATIONS DE DOCUMENTS ET DE RENSEIGNEMENTS

1 — Les Administrations se communiquent réciproquement, par l'intermédiaire du Bureau international et trois mois au moins avant la mise à exécution de l'Arrangement, savoir :

1°, le tarif des droits d'assurance applicable dans leur service aux lettres et aux boîtes de valeur déclarée pour chacun des pays contractants, en conformité de l'article 5 de l'Arrangement et de l'article 1 du présent Règlement;

2°, le cas échéant, l'empreinte du timbre spécial en usage dans leur service pour les valeurs déclarées;

3°, le maximum jusqu'à concurrence duquel elles admettent les valeurs déclarées, par application de l'article 1^{er} de l'Arrangement.

2 — Toute modification apportée ultérieurement à l'égard de l'un ou de l'autre des trois points ci-dessus mentionnés doit être notifiée, sans retard, de la même manière.

XVI

PROPOSITIONS DE MODIFICATIONS DANS L'INTERVALLE DES CONGRÈS

1 — Dans l'intervalle qui s'écoule entre les réunions prévues à l'article 27 de la Convention principale, toute Administration des postes d'un pays de l'Union a le droit d'adresser aux autres Administrations participantes, par l'intermédiaire du Bureau international, des propositions pour la modification ou l'interprétation du présent Règlement.

2 — Toute proposition est soumise au précedure déterminé par l'article XLIV du Règlement d'exécution de la Convention principale.

3 — Pour devenir exécutoires, les propositions doivent réunir, savoir :

1°, l'unanimité des suffrages, s'il s'agit de l'addition de nouvelles dispositions ou de la modification des dispositions du présent article ou de l'article XVII;

2°, les deux tiers des suffrages, s'il s'agit de la modification des articles II, III, VI, VII, VIII, IX, XI et XIII;

3°, la simple majorité absolue, s'il s'agit de la modification des autres articles ou de l'interprétation des diverses

dispositions du présent Règlement, sauf le cas de litige prévu à l'article 25 de la Convention principale.

4 — Les résolutions valables sont consacrées par une simple notification du Bureau international à toutes les Administrations participantes.

5 — Toute modification ou résolution adoptée n'est exécutoire que trois mois, au moins, après sa notification.

XVII

DURÉE DU RÈGLEMENT

Le présent règlement sera exécutoire à partir du jour de la mise en vigueur de l'Arrangement. Il aura la même durée que cet Arrangement, à moins qu'il ne soit renouvelé d'un commun accord entre les parties intéressées.

Fait à Madrid, le trente Novembre mil neuf cent vingt.

Pour l'Allemagne: *Range. — Schenk. — Orth.*

Pour la République Argentine: *A. Barrera Nicholson.*

Pour l'Autriche: *Eberan.*

Pour la Belgique: *A. Pirard. — Tixhon. — Hub Krains.*

Pour la colonie du Congo Belge: *M. Halewyck. — G.*

Tondeur.

Pour le Brésil: *Alcibiades Peçanha. — J. Henrique Aderne.*

Pour la Bulgarie: *N. Statcheff. — N. Boschnakoff.*

Pour la Chine: *Lion Fou-Tcheng.*

Plata. — Gus. Cousiño.

Pour la Chine: *Liou Fou-Tcheng.*

Pour la République de Colombie: *W. Mac Lellan. — Gabriel Roldan.*

Pour le Danemark: *Hollnagel Jensen. — Holmblad.*

Pour l'Égypte: *N. T. Borton.*

Pour l'Espagne: *Conde de Colombi. — José de Garcia Torres. — Guillermo Capdevila. — José de España. — Martin Vicente. — Antonio Camacho.*

Pour l'Éthiopie: *Weuldeu-Berhane.*

Pour la Finlande: *G. E. F. Albrecht.*

Pour la France: *M. Lebon.*

Pour M. Georges Bonnet: *M. Lebon. — G. Blin. — P. Bouillard. — Barrail.*

Pour l'Algérie: *H. Treuillé.*

Pour les colonies et protectorats français de l'Indochine: *André Touzet.*

Pour l'ensemble des autres colonies françaises: *G. Demartial*.

Pour la Grande-Bretagne et divers dominions, colonies et protectorats britanniques: *F. H. Williamson*. — *E. J. Harrington*. — *E. L. Ashley Foakes*.

Pour l'Inde britannique: *G. R. Clarke*.

Pour la Nouvelle-Zélande: *R. B. Morris*.

Pour la Grèce: *P. Scassi*. — *Th. Pentheroudakis*.

Pour le Guatemala: *Juan J. Ortega*. — *Enrique Traumann*.

Pour la République d'Haïti: *Luis Ma. Solér*.

Pour la République du Honduras: *Ricardo Beltran y Rozpide*.

Pour la Hongrie: *O. de Fejér*. — *G. Baron Szalay*.

Pour l'Islande: *Hollnagel Jensen*.

Pour l'Italie et les colonies italiennes: *E. Delmatt*. — *S. Ortisi*.

Pour le Japon: *S. Nakanishi*. — *Arajiro Miura*. — *Y. Hiratsuka*.

Pour le Chosen: *S. Nakanishi*. — *Arajiro Miura*. — *Y. Hiratsuka*.

Pour l'ensemble des autres dépendances japonaises: *S. Nakanishi*. — *Arajiro Miura*. — *Y. Hiratsuka*.

Pour la République de Libéria: *Luis Ma. Solér*.

Pour le Luxembourg: *G. Faber*.

Pour le Maroc (à l'exclusion de la Zone espagnole): *Gerard Japy*. — *J. Walter*.

Pour le Maroc (Zone espagnole): *M. Aguirre de Carcer*. — *L. Lopez-Ferrer*. — *C. Garcia de Castro*.

Pour le Nicaragua: *M. Ig. Teran*.

Pour la Norvège: *Sommerschild*. — *Klaus Helsing*.

Pour la République de Panama: *J. D. Arosemena*.

Pour le Paraguay: *Fernando Pignet*.

Pour les Pays-Bas: *A. W. Kymmell*. — *J. S. v. Gelder*.

Pour les Indes néerlandaises: *Wigman*. — *W. F. Gerdes Oosterbeek*. — *J. van der Werf*.

Pour les colonies néerlandaises en Amérique: *Wigman*. — *W. F. Gerdes Oosterbeek*. — *J. van der Werf*.

Pour le Pérou: *D. C. Urrea*. — *O. Barrenechea y Raygada*.

Pour la Perse: *Husséïn Khan Alai*. — *C. Molitor*.

Pour la Pologne: *W. Dobrowolski*. — *Maciejewski*. — *Dr. Manjan Blachier*.

Pour le Portugal: *Henrique Mousinho de Albuquerque*.

Pour les colonies portugaises de l'Afrique: *Juvenal Elvas Floriado Santa Barbara.*

Pour les colonies portugaises de l'Asie et de l'Océanie: *José Emilio dos Santos e Silva.*

Pour la Roumanie: *D. G. Marinesco. — Eug. Boukman.*

Pour le Salvador: *Ismael G. Fuentes.*

Pour le Territoire de la Sarre: *Douarche.*

Pour le Royaume des Serbes, Croats et Slovènes: *Drag. Dimitrijevitch. — S. P. Toutoundjtch. — Dr. Franya Pavlitch. — Costa Zlatanovitch.*

Pour la Suède: *Julius Juhlin. — Thore Wennqvist.*

Pour la Suisse: *Mengotti. — F. Boss.*

Pour la Tchécoslovaquie: *Dr. Otokar Ruzicka. — Václav Kuccera.*

Pour la Tunisie: — *Gérard Japy. — A. Barbarat.*

Pour la Turquie: *Méhméd-Ali.*

B

DÉCLARATION EN DOUANE

Déclaration du contenu 1	Valeur du contenu 2	Poids		Observations 5
		brut de la boîte 3	net du contenu 4	
		grammes	grammes	
A....., le.....192...				L'expéditeur,

ADMI

C

DES

(VERSO)

d.....

Timbre du bureau expéditeur			Droits d'assurance (lettres et boîtes) à récupérer par l'Office expéditeur de la dépêche	Frais divers à récupérer par l'Office expéditeur de la dépêche	Observations
			7	8	
Départ (..			Fr. Ct.	Fr. Ct.	
Numéros d'ordre 1	Bureau d'origine 2	Numéro d'inscription au bureau d'origine 3			
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
8					
9					
10					
11					
12					
13					
14					
15					
16					
17					
18					
19					
A rep					
Expéditeur,			Les employés du bureaux destinataire,		

d..... d.....

C

(RECTO)

FEUILLE D'ENVOI

Timbre du bureau expéditeur DES LETTRES ET BOITES AVEC VALEUR DÉCLARÉE Timbre du bureau destinataire
expédiées par le bureau d'échange d.....
au bureau d'échange de.....

Départ (.....° envoi) du..... 192....., à.... h..... m. du.....
Arrivée le..... 192....., à.... h..... m.

Numéros d'ordre	Bureau d'origine	Numéro d'inscription au bureau d'origine	Lieu de destination	Montant des valeurs déclarées	Droits d'assurance à bonifier pour les lettres et les boîtes à l'Office destinataire de la dépêche	Droits d'assurance (lettres et boîtes) à récupérer par l'Office expéditeur de la dépêche	Frais divers à récupérer par l'Office expéditeur de la dépêche	Observations
1	2	3	4	5	6	7	8	9
20								
21								
22								
23								
24								
25								
26								
27								
28								
29								
30								
31								
32								
33								
34								
35								
36								
A reporter				Fr. Ct.	Fr. Ct.	Fr. Ct.	Fr. Ct.	

C

(VERSO)

Numéros d'ordre	Bureau d'origine	Numéro d'inscription au bureau d'origine	Lieu de destination	Montant des valeurs déclarées	Droits d'assurance pour les lettres et les boîtes à l'Office destinataire de la dépêche	Droits d'assurance (lettres et boîtes) à récupérer par l'Office expéditeur de la dépêche	Frais divers à récupérer par l'Office expéditeur de la dépêche	Observations
1	2	3	4	5	6	7	8	
20								
21								
22								
23								
24								
25								
26								
27								
28								
29								
30								
31								
32								
33								
34								
35								
36								
Report....				Fr. Ct.	Fr. Ct.	Fr. Ct.	Fr. Ct.	
Totaux...								

Les employés du bureau expéditeur, Les employés du bureaux destinataire,

d.

d.....

D

ÉTAT

Mois d..... 192.....

[illegible]

Timbre du bureau d'échange destinataire



Le Chef du bureau d'échange destinataire.

E

(VERSO)

Désignation des d'échange destinataires	Montant des sommes dues d'après chaque état			
	à l'Office desti- nataire		à l'Office expedi- teur	
Report.	fr.	ct.	fr.	ct.
Totaux				

Solde au crédit de l'Office.....

**CORRESPONDANCE
AVEC L'OFFICE**

DES POSIES	d.....
(RECTO)	d.....
AVEC LE COTIZ	d.....

COMPTE

..... d'envoi des valeurs déclarées adressées par les bureaux d'échange d'..... aux bureaux d'échange d'.....

Mois d.....	192 ..
-------------	-------------

Numéros d'ordre	Désignation des bureaux d'échange destinataire	Montant des sommes dues d'après chaque état	
		a l'Office destinataire	a l'Office expéditeur
		fr.	ct.
1			
2			
3			
4			
5			
6			
7			
8			
9			
10			
11			
12			
13			
14			
15			
16			
17			
18			
19			
20			
Totaux à reporter			

Solde au crédit de l'Office.....

VIII

CONVENTION CONCERNANT L'ÉCHANGE DES COLIS POSTAUX

Conclue entre:

L'Allemagne, la République Argentine, l'Autriche, la Belgique et la colonie du Congo Belge, la Bolivie, le Brésil, la Bulgarie, le Chili, la Chine, la République de Colombie, la République de Costa-Rica, la République de Cuba, le Danemark, la République Dominicaine, l'Égypte, l'Équateur, l'Espagne et les colonies espagnoles, l'Éthiopie, la Finlande, la France, l'Algérie, les colonies et protectorats français de l'Indochine, l'ensemble des autres colonies françaises, la Grèce, le Guatemala, la République d'Haiti, la République du Honduras, la Hongrie, l'Inde Britannique, l'Islande, l'Italie et les colonies italiennes, le Japon, le Chosen, l'ensemble des autres dépendances japonaises, la République de Libéria, le Luxembourg, le Maroc (à l'exclusion de la zone espagnole), le Maroc (zone espagnole), le Nicaragua, la Norvège, la République de Panama, le Paraguay, les Pays-Bas, les Indes néerlandaises, les colonies, néerlandaises en Amérique, le Pérou, la Perse, la Pologne, le Portugal, les colonies portugaises de l'Afrique, les colonies portugaises de l'Asie et de l'Océanie, la Roumanie, la Russie, la République de St-Marin, le Salvador, le territoire de la Sarre, le Royaume des Serbes, Croates et Slovènes, le Royaume de Siam, la Suède, la Suisse, la Tchécoslovaquie, la Tunisie, la Turquie, l'Uruguay et les États-Unis de Venezuela.

Les soussignés, plénipotentiaires des Gouvernements des pays ci-dessus énumérés, vu l'article 21 de la Convention principale, ont, d'un commun accord et sous réserve de ratification, arrêté la Convention suivante:

ARTICLE 1

OBJET DE LA CONVENTION

1 — Il peut être expédié, sous la dénomination de colis postaux, de l'un des pays mentionnés ci-dessus pour un autre de ces pays, des colis avec ou sans valeur déclarée jusqu'à concurrence de 10 kilogrammes, avec les coupures de poids suivantes: jusqu'à 1 kilogramme, de 1 à 5 kilogrammes et de 5 à 10 kilogrammes.

Par exception, il est loisible à chaque pays de n'accepter que les colis de la coupure de poids de 5 kilogrammes et de ne pas se charger des colis avec déclaration de valeur, ni des colis encombrants.

Chaque pays fixe, en ce qui le concerne, la limite supérieure de la déclaration de valeur, laquelle ne peut, en aucun cas, descendre au-dessous de 1.000 francs.

Dans les relations entre deux ou plusieurs pays qui ont adopté des maxima différents, c'est la limite la plus basse qui doit être réciproquement observée.

2 — Les Administrations des postes des pays correspondants peuvent convenir d'admettre les colis d'un poids de plus de 10 kilogrammes sur la base des dispositions de la Convention, sauf augmentation de la taxe et de la responsabilité en cas de perte, de spoliation ou d'avarie.

3 — Le Règlement d'exécution détermine les autres conditions auxquelles les colis sont admis au transport.

ARTICLE 2

TRANSIT DES COLIS

1 — La liberté du transit est garantie sur le territoire de chacun des pays adhérents, et la responsabilité des Offices qui participent au transport est engagée dans les limites déterminées par l'article 16 ci-après.

En conséquence, les diverses Administrations participant à la present Convention peuvent s'expédier réciproquement des colis postaux par l'intermédiaire d'une ou de plusieurs d'entre elles.

2 — A moins d'arrangement contraire entre les Offices intéressés, la transmission des colis postaux échangés entre pays non limitrophes s'opère à découvert.

ARTICLE 3

RÉTRIBUTION DU TRANSPORT

1 — L'Administration du pays d'origine est redevable envers chacune des Administrations participant au transit territorial, d'un droit de 0 fr. 30 par colis jusqu'au poids de 1 kilogramme, de 0 fr. 50 par colis jusqu'au poids de 5 kilogrammes, et de 0 fr. 90 par colis de 5 à 10 kilogrammes.

2 — En outre, s'il y a un ou plusieurs transports maritimes, l'Administration du pays d'origine doit, à chacun des Offices dont les services participent au transport maritime, et, les cas échéant, pour chacun de ces services, un droit dont le taux est fixé par colis, savoir:

Échelons de distance

Colis jusqu'à 1 kilogramme — Colis jusqu'à 5 kilogrammes
— Colis de 5 à 10 kilogrammes

Jusqu'à 500 milles marins.....	0,15	0,25	0,45
De 501 à 1000 milles marins.....	0,25	0,40	0,75
De 1001 à 2000 milles marins.....	0,40	0,60	1,10
De 2001 à 3000 milles marins.....	0,50	0,80	1,45
De 3001 à 4000 milles marins.....	0,60	1,00	1,80
De 4001 à 5000 milles marins.....	0,70	1,20	2,15
De 5001 à 6000 milles marins.....	0,80	1,40	2,50
De 6001 à 8000 milles marins.....	0,90	1,60	2,85
De 7001 à 8000 milles marins.....	1,00	1,80	3,20
De 8001 à 9000 milles marins..... (maximum)		2,00	3,55
De 9001 à 10000 milles marins..... (maximum)		2,20	3,90
C'est à dire, au delà de 1000 milles marins, il convient d'ajouter..... (maximum)		0,20	0,35
par 1000 milles ou fraction de 1000 milles excédant.			

Ces parcours sont calculés, le cas échéant, d'après la distance moyenne entre les ports respectifs des deux pays correspondants.

Toutefois, pour les colis jusqu'à 1 kilogramme le droit du à chacun des Offices dont les services participent au transport maritime, ne doit pas excéder le taux de 1 franc par colis, sans égard aux parcours.

3 — Les pays signataires de la présente Convention, qu'ils aient ou non le franc comme unité monétaire, ont la faculté, sous réserve d'aviser, un mois au moins à l'avance, l'Administration des postes suisses, de réduire ou de majorer simultanément leurs taxes territoriales de départ et d'arrivée. La réduction ou la majoration sera valable pendant une période de six mois au minimum. La majoration ne pourra, en aucun cas, dépasser, pour chaque coupure de poids, les taxes normales correspondantes.

Toutefois, la taxe qui revient au pays d'origine ou de destination ne pourra dépasser la taxe perçue dans son service interne pour les colis de la même coupure de poids.

La même faculté de réduction ou de majoration de 100 % au maximum, est accordée aux pays contractants, en ce qui concerne les droits applicables aux transports maritimes indiqués au § 2 ci-dessus. Toutefois, la majoration ne peut être demandée que lorsqu'elle est appliquée aussi aux colis postaux du pays dont dépendent les services qui effectuent les transports maritimes, les relations entre ce pays et ses colonies étant exceptées.

4 — Pour les colis encombrants, les bonifications fixées par les §§ 1 et 2 précédents sont augmentées de 50 %.

5 — Indépendamment des frais de transit précités, l'Administration du pays d'origine est redevable, à titre de droit d'assurance pour les colis avec valeur déclarée, envers chacune des Administrations dont les services participent au transport avec responsabilité et, le cas échéant, pour chacun de ces services, d'une quote-part de droit d'assurance fixée, par 300 francs ou fraction de 300 francs, à fr. 05 pour transit territorial et à 0 fr. 10 pour transit maritime.

6 — Les droits fixés en francs ou en centimes et prévus par la présente Convention, se rapportent au franc-or conforme au poids et au titre des monnaies d'or établis par la législation en vigueur dans les divers pays qui ont adopté cette unité monétaire.

Les équivalents des droits sont fixés, dans la monnaie des pays contractants, de la manière prévue à l'article II du Règlement d'exécution de la présente Convention.

ARTICLE 4

OBLIGATION DE L'AFFRANCHISSEMENT

L'affranchissement des colis postaux est obligatoire.

ARTICLE 5

TAXES ET SURTAXES; AVIS DE RÉCEPTION

1 — La taxe des colis postaux se compose d'un droit comprenant autant de fois 0 fr. 30 par colis jusqu'au poids de 1 kilogramme, 50 centimes par colis jusqu'au poids de 5 kilogrammes, et 90 centimes par colis de 5 à 10 kilogrammes, qu'il y a d'Offices, participant au transport territorial, avec addition, le cas échéant, pour les, quotes-parts terminales (dé-

part et arrivée) de la surtaxe prévue au § 3 de l'article 3. Il convient d'ajouter, s'il y a lieu, le droit maritime prévu à l'article 3, § 2, ainsi que la surtaxe maritime correspondante prévue au § 3 et les taxes, droits et surtaxes mentionnés dans les paragraphes ci-après.

2 — Les colis encombrants sont soumis à une taxe additionnelle de 50 % qui est arrondie, s'il y a lieu, par 5 centimes. Cette taxe additionnelle ne s'applique pas aux surtaxes prévues aux §§ 4 et 5 ci-après.

3 — Pour les colis avec valeur déclarée, il est ajouté, par fraction indivisible de 300 francs :

a) un droit de 5 centimes par Administration participant au transport territorial;

b) un droit de 10 centimes par service maritime emprunté.

Toutefois, comme mesure de transition, est réservée à l'Office d'origine la faculté de percevoir un droit autre que ceux indiqués ci-dessus, pourvu que le droit perçu sur l'expéditeur ne dépasse pas au total 50 centimes par 300 francs de la somme déclarée.

Les pays disposés à se charger des risques pouvant dériver du cas de force majeure ont le droit de percevoir, de ce chef, pour les colis avec valeur déclarée, une surtaxe spéciale sans que le total de cette surtaxe et du droit d'assurance normal puisse dépasser le droit prévu à l'alinéa précédent.

Chaque pays d'origine a la faculté d'appliquer, à son profit, un droit d'expédition dont la quantité ne peut dépasser 50 centimes par colis avec valeur déclarée.

4 — Comme mesure de transition, chacun des pays contractants a la faculté d'appliquer aux colis postaux provenant ou à destination des ses bureaux une surtaxe de 0, fr. 25 par colis.

Exceptionnellement, cette surtaxe peut être élevée à 0 fr. 75 au maximum pour la République Argentine, l'Autriche, la Bolivie, le Brésil, le Chili, la Chine, la Colombie, l'Égypte (pour ce qui concerne les bureaux du Soudan), l'Équateur, la Finlande, la Grèce, le Guatemala, l'Indochine (pour divers bureaux du Laos indochinois), l'Inde britannique, le Nicaragua, la République de Panama, le Pérou, les colonies portugaises d'Afrique (pour divers bureaux de l'Angola et du Mozambique), la Russie d'Europe et la Russie d'Asie prises chacune séparément, le Salvador, le Siam, la Suède, la Turquie d'Asie, l'Uruguay, le Venezuela; à 50 centimes pour la Bul-

garie, la République d'Haiti et l'Islande; à 40 centimes pour la République Dominicaine, et à 1 fr. 50 pour les Colonies néerlandaises.

L'Ethiopie a la faculté d'appliquer provisoirement les surtaxes de 40 centimes, 1 fr. 25 et 1 fr. 70 respectivement, pour les colis de chacune des trois coupures de poids (1 kilogramme, 1 à 5 kilogrammes, 5 à 10 kilogrammes).

La République de Panama a la faculté d'appliquer provisoirement une surtaxe de 50 centimes pour le transport de colis à travers l'Isthme.

5 — Le transport entre la France continentale, d'une part, l'Algérie et la Corse, d'autre part, donne lieu à la charge de l'expéditeur et par colis à une surtaxe égale, à titre de bonification maritime, au droit maritime applicable au transport n'excédant pas 500 milles marins, et pour les colis de valeur déclarée, à un droit supplémentaire d'assurance de 10 centimes par 300 francs ou fraction.

Tout colis postal avec déclaration de valeur en provenance ou à destination de la Corse et de l'Algérie donne lieu à la charge de l'expéditeur et à titre de droit territorial corse ou algérien, à une taxe supplémentaire d'assurance de 5 centimes par 300 francs ou fraction.

Il est loisible à l'Administration espagnole de percevoir une surtaxe de 0 fr. 25 pour le transport entre l'Espagne continentale d'une part, les îles Baléares, les possessions espagnoles du Nord de l'Afrique et les bureaux de la Zone espagnole du Maroc, d'autre part, et de 0 fr. 50 pour le transport entre l'Espagne continentale et les îles Canaries.

Il est loisible à l'Administration portugaise de percevoir une surtaxe de 1 fr. 50 par colis jusqu'à 5 kilogrammes pour le transport entre le Portugal continental et les îles Madère et Açores.

6 — L'envoyeur d'un colis postal peut obtenir un avis de réception de cet objet en payant d'avance un droit fixe égal à la taxe d'une lettre de port simple. Le double de ce droit peut être perçu pour les avis de réception demandés postérieurement au dépôt du colis, ainsi que pour les demandes de renseignements, à moins que l'expéditeur n'ait déjà acquitté la taxe spéciale pour obtenir un avis de réception. Le double dudit droit peut être également perçu de l'expéditeur d'un colis tombé en rebut, au moment où il aura à remplir la formule d'avis de non-remise mentionnée à l'article XV du Règlement d'exécution. Les droits sont acquis en entier à l'Administration du pays d'origine.

ARTICLE 6

BONIFICATIONS AUX OFFICES DE DESTINATION ET AUX OFFICES INTERMÉDIAIRES

L'Office expéditeur bonifie pour chaque colis :

a) à l'Office destinataire, par colis jusqu'au poids de 1 kilogramme, le cas échéant, 30 centimes; par colis jusqu'au poids de 5 kilogrammes 50 centimes, et par colis de 5 à 10 kilogrammes 0 fr. 90, avec addition, s'il y a lieu, des surtaxes prévues aux 5 premiers paragraphes de l'article 5 précédent et d'un droit de 0 fr. 05 pour chaque somme de 300 francs ou fraction de 300 francs de valeur déclarée, ainsi que du droit de remise à domicile par exprès prévu à l'article 9;

b) éventuellement à chaque Office intermédiaire, les droits fixés par l'article 3.

ARTICLE 7

DROITS DE FACTAGE ET DE FORMALITÉS EN DOUANE

Il est loisible au pays de destination de percevoir pour le factage et pour l'accomplissement des formalités en douane, un droit dont le montant total ne peut pas excéder 0 fr. 50 par colis. Sauf arrangement contraire entre les Offices intéressés, cette taxe est perçue du destinataire au moment de la livraison du colis. En outre, il est accordé aux Offices de destination la faculté de percevoir un droit de factage spécial qui ne peut dépasser 50 centimes, chaque fois qu'un colis est présenté au domicile du destinataire, après une première présentation infructueuse.

ARTICLE 8

COLIS CONTRE REMBOURSEMENT

1 — Les colis peuvent être expédiés grevés de remboursement dans les relations entre les pays dont les Administrations conviennent d'assurer ce service. Le maximum du remboursement est égal au maximum fixé pour les mandats de poste à destination des pays d'origine des colis.

Toutefois, chaque Office est obligé d'admettre en transit les colis contre remboursement, quel que soit le montant du remboursement.

2 — Il est perçu sur l'expéditeur d'un colis grevé de remboursement une taxe spéciale de 1 % du montant du rem-

boursement. L'Office expéditeur a la faculté d'arrondir la taxe d'après les convenances de son système monétaire et de fixer un minimum de perception qui ne peut dépasser une demi-unité monétaire.

La taxe de 1 % est partagée entre l'Administration du pays d'origine et celle du pays de destination de la manière prescrite par le Règlement d'exécution.

3 — La liquidation des montants des remboursements encaissés est effectuée au moyen de mandats de remboursement, qui sont délivrés gratuitement.

Le montant d'un mandat de remboursement tombé en rebut reste à la disposition de l'Administration du pays d'origine du colis grevé de remboursement.

A tous les autres égards, les mandats de remboursement sont soumis aux dispositions fixées par l'Arrangement concernant l'échange des mandats de poste, sous les réserves prévues au Règlement d'exécution.

4 — La perte d'un colis grevé de remboursement engage la responsabilité du service postal dans les conditions déterminées par l'article 16 ci-après pour les colis non grevés de remboursement.

Après la livraison de l'objet, l'Administration du pays de destination est responsable du montant du remboursement, à moins qu'elle ne puisse prouver que le colis et le bulletin d'expédition y afférent ne portaient pas, lors de la transmission à son service, les désignations prescrites, pour les colis grevés de remboursement, par le Règlement d'exécution.

Les sommes encaissées régulièrement du destinataire sont garanties à l'expéditeur dans les conditions déterminées par l'Arrangement concernant les mandats de poste, sauf dans les cas prévus au 2^e alinéa de l'article 17 de la présente Convention.

5 — Les dispositions des §§ 5 et 6 de l'article 8 de la Convention principale s'appliquent également aux colis postaux grevés de remboursement.

ARTICLE 9

REMISE PAR EXPRES

1 — Les colis sont, à la demande des expéditeurs, remis à domicile par un porteur spécial immédiatement après leur arrivée, dans les pays de l'Union dont les Administrations conviennent de se charger de ce service.

Ces envois, qui sont qualifiés "exprès", sont soumis à une taxe spéciale; cette taxe est fixée à 0 fr. 50 et doit être entièrement acquittée d'avance par l'expéditeur, en sus du port ordinaire, que le colis puisse, ou non, être remis au destinataire ou seulement signalé par exprès dans le pays de destination. Elle fait partie des bonifications dévolues à ce pays.

2 — Si un colis de l'espèce est, par suite de changement de domicile du destinataire, réexpédié à un autre pays sans que la remise par exprès ait été tentée, la taxe fixe payée par l'expéditeur est bonifiée au nouveau pays de destination, si celui-ci a consenti à se charger de la remise par exprès; dans le cas contraire, cette taxe reste acquise à l'Office du pays de la première destination; il en est de même lorsque les colis sont tombés en rebut.

3 — Lorsque le domicile du destinataire se trouve en dehors du rayon de la distribution gratuite du bureau de destination, ce bureau peut percevoir une taxe complémentaire, jusqu'à concurrence du prix fixé pour la remise par exprès dans le service interne, déduction faite de la taxe fixe payée par l'expéditeur, ou de son équivalent dans la monnaie du pays qui perçoit ce complément.

La taxe complémentaire prévue ci-dessus reste exigible en cas de réexpédition ou de mise en rebut de l'objet; elle est acquise à l'Administration qui l'a perçue.

4 — La remise ou l'envoi d'un avis d'invitation au destinataire n'est essayé qu'une seule fois. Après un essai infructueux, le colis cesse d'être considéré comme exprès et sa remise s'effectue dans les conditions requises pour les colis ordinaires.

ARTICLE 10

COLIS URGENTS

1 — Dans les relations entre les pays qui se sont mis d'accord à ce sujet, l'expéditeur peut demander qu'un colis ordinaire soit transporté autant que possible par les moyens rapides utilisés pour le transport de la poste aux lettres. Ces colis, qualifiés d'urgents, sont remis par exprès au domicile du destinataire pourvu qu'ils ne portent pas la mention "poste restante". Il est perçu pour les colis urgents la triple taxe d'affranchissement des colis ordinaires du même poids et de la même destination, ainsi que, le cas échéant, la taxe de remise par exprès. La taxe additionnelle pour les colis encombrants et les autres taxes accessoires ne sont perçues, le cas échéant, qu'à leur simple montant.

2 — Pour les colis urgents, chaque Office participant au transport reçoit les bonifications qui lui reviennent d'après les dispositions du paragraphe précédent.

ARTICLE 11

COLIS POUR LES PRISONNIERS DE GUERRE

Les colis postaux, à l'exception des colis grevés de remboursement, destinés aux prisonniers de guerre ou expédiés par eux, sont affranchis de toutes taxes prévues par la présente Convention, aussi bien dans les pays d'origine et de destination que dans les pays intermédiaires. Ces colis postaux expédiés en franchise ne donnent lieu ni aux bonifications prévues par les articles 3, 5, 6, 7 et 9 de la présente Convention, ni à paiement d'indemnité en cas de perte, de spoliation ou d'avarie.

ARTICLE 12

INTERDICTION DE PERCEVOIR DES DROITS AUTRES QUE CEUX PRÉVUS PAR LA CONVENTION; PAYEMENT DES DROITS DE DOUANE; PER- CEPTION D'ARRHES

1 — Les colis auxquels s'applique la présente Convention ne peuvent être frappés d'aucun droit postal autre que ceux prévus par les divers articles de ladite Convention.

Est accordée aux Offices de destination la faculté de prélever des destinataires un droit de magasinage pour les colis adressés poste restante ou qui ne seraient pas retirés de la poste dans un délai stipulé par les règlements internes de ces pays. Le montant du droit en question est fixé par la législation intérieure de chaque pays et suit le colis en cas de réexpédition ou de retour à l'envoyeur au profit de l'Office qui a frappé le colis de ce droit.

2 — Les droits de douane ou autres droits non postaux doivent être acquittés par les destinataires des colis. Toutefois, les expéditeurs peuvent prendre à leur charge les droits dont il s'agit, moyennant déclaration préalable au bureau de départ. Dans ce cas, ils doivent payer, sur la demande du bureau de destination, les sommes indiquées par ce bureau. Les bureaux d'expédition ont la faculté de percevoir des expéditeurs des arrhes suffisantes.

L'Administration qui fait opérer le dédouanement pour le compte de l'expéditeur est autorisée à percevoir, de ce chef, un droit spécial qui ne peut dépasser 25 centimes par colis. Ce droit est indépendant de celui prévu à l'article 7 précédent.

ARTICLE 13

RETRAIT OU MODIFICATION D'ADRESSE; ANNULATION OU MODIFICATION DU MONTANT DU REMBOURSEMENT

L'expéditeur d'un colis postal peut le faire retirer du service ou en faire modifier l'adresse aux conditions et sous les réserves déterminées pour les correspondances, par l'article 11 de la Convention principale, avec cette addition que, si l'expéditeur demande le renvoi ou la réexpédition d'un colis, il est tenu de garantir d'avance le paiement du port dû pour la nouvelle transmission.

L'expéditeur d'un colis postal grevé de remboursement peut aussi faire annuler ou réduire le montant de ce remboursement; les demandes à cet effet sont transmises de la même manière que les demandes de retrait ou de modification d'adresse.

ARTICLE 14

RÉEXPÉDITION; REBUTS; ANNULATION DES DROITS DE DOUANE

1 — La réexpédition d'un pays sur un autre de colis postaux, par suite de changement de résidence des destinataires, ainsi que le renvoi des colis postaux tombés en rebut, ou refoulés par la douane, donne lieu à la perception supplémentaire des taxes fixées par les §§ 1 à 5 de l'article 5 à la charge des destinataires ou, le cas échéant, des expéditeurs, sans préjudice du remboursement des droits de douane ou autres frais spéciaux dont le pays de destination n'accorde pas l'annulation.

2 — Lorsque le destinataire a demandé la réexpédition d'un colis postal dans le territoire du pays de destination même, il est loisible à l'Administration de ce pays de percevoir une taxe de réexpédition sur la base de ses règlements internes. Cette taxe reste exigible au profit du pays qui a effectué la réexpédition dans les limites de son territoire, en cas de renvoi du colis au pays d'origine.

Toutefois, l'expéditeur est autorisé à interdire au moyen d'une annotation appropriée sur le bulletin d'expédition et sur le colis toute réexpédition qui pourrait être demandée par le destinataire.

3 — Les Administrations contractantes s'engagent à intervenir auprès des Administrations des douanes respectives pour que les droits de douane soient annulés sur les colis postaux renvoyés au pays d'origine, abandonnés par l'expéditeur, détruits pour cause d'avarie complète du contenu ou réexpédiés sur un tiers pays.

ARTICLE 15

INTERDICTIONS

1 — Sauf arrangement contraire entre les pays contractants, il est interdit d'expédier par la voie de la poste des colis contenant;

a) des matières explosibles, inflammables ou dangereuses, des animaux ou insectes vivants, sauf les exceptions prévues au Règlement d'exécution;

b) de l'opium, de la morphine, de la cocaïne et autres stupéfiants. Toutefois, cette interdiction ne s'applique pas aux envois de cette nature effectués dans un but médical, pour les pays qui les admettent à cette condition;

c) des objets dont l'admission n'est pas autorisée par les lois ou règlements de douane ou autres;

d) des lettres ou des notes ayant le caractère de correspondance actuelle et personnelle, ainsi que des objets de correspondance de toute nature portant une autre adresse que celle du destinataire du colis.

Il est permis, cependant, d'insérer dans l'envoi la facture ouverte réduite à ses énonciations constitutives, de même qu'une simple copie de l'adresse du colis avec mention de l'adresse de l'expéditeur.

Il est également interdit d'expédier des pièces monnayées, des matières d'or et d'argent et d'autres objets précieux, dans les colis sans valeur déclarée à destination des pays qui admettent la déclaration de valeur.

2 — Les colis qui auraient été à tort à l'expédition doivent être renvoyés à l'Office d'origine, sauf le cas où l'Administration du pays de destination serait autorisée, par sa législation ou ses règlements internes, à en disposer autrement.

ARTICLE 16

RESPONSABILITÉ

1 — Sauf le cas de force majeure et les prévus au § 1 de l'article 15 de la présente Convention, lorsqu'un colis postal a été perdu, spolié ou avarié, l'expéditeur et, à défaut de celui-ci, le destinataire a droit à une indemnité correspondant au montant réel de la perte, de la spoliation ou de l'avarie, à moins que le dommage n'ait été causé par la faute ou la négligence de l'expéditeur ou ne provienne de la nature de l'objet et sans que cette indemnité puisse dépasser, pour les colis ordinaires, 10 francs par colis jusqu'au poids de 1 kilo-

gramme, 25 francs par colis de 1 à 5 kilogrammes et 40 francs par colis de 5 à 10 kilogrammes, et pour les colis avec valeur déclarée, le montant de cette valeur.

Ne sont pas pris en considération les dommages indirects ou les bénéfices non réalisés.

L'indemnité est calculée d'après le prix courant des marchandises de même nature et qualité, au lieu et à l'époque où la marchandise a été acceptée au transport. A défaut de prix courant, l'indemnité est calculée d'après la valeur ordinaire de la marchandise évaluée sur les mêmes bases.

Les Administrations des pays contractants s'engagent à intervenir auprès des Administrations des douanes respectives pour que les droits soient annulés sur les colis postaux perdus, spoliés ou avariés dans leur service. Toutefois, les droits dont l'annulation n'a pu être obtenue tombent à la charge des transporteurs responsables de la perte, de la spoliation ou de l'avarie.

Dans le cas où une indemnité est due pour la perte, la destruction ou la spoliation complète d'un colis, l'expéditeur a, en outre, droit à la restitution des frais d'expédition. Il en est de même quant aux envois refusés par les destinataires à cause de leur mauvais état pourvu que celui-ci soit imputable au service postal et qu'il engage, par conséquent, la responsabilité des Administrations en cause. Lorsqu'une réclamation a été motivée par une faute de la poste, les frais postaux de réclamation sont restitués à l'expéditeur.

Le destinataire qui a pris livraison d'un colis spolié ou avarié, en faisant des réserves, a droit à l'indemnité réglementaire.

Le droit d'assurance reste acquis, dans tous les cas, aux Administrations postales.

2 — L'obligation de payer l'indemnité incombe à l'Administration dont relève le bureau expéditeur. Est réservé à cette Administration le recours contre l'Administration responsable, c'est-à-dire contre l'Administration sur le territoire ou dans le service de laquelle la perte, spoliation ou avarie a eu lieu.

Lorsqu'un colis avec valeur déclarée a été perdu, spolié ou avarié dans des circonstances de force majeure, l'Office sur le territoire ou dans le service duquel la perte, la spoliation ou l'avarie a eu lieu en est responsable devant l'Office expéditeur si les deux pays se chargent des risques, en cas de force majeure, quant aux colis avec valeur déclarée.

3 — Jusqu'à preuve du contraire, la responsabilité incombe à l'Administration qui, ayant reçu le colis sans faire

d'observation, ne peut établir ni la délivrance au destinataire ni, s'il y a lieu, la transmission régulière à l'Administration suivante.

4 — Le paiement de l'indemnité par l'Office expéditeur doit avoir lieu le plus tôt possible et, au plus tard, dans le délai d'un an à partir du jour de la réclamation.

Le dit Office a la faculté de différer exceptionnellement le règlement de l'indemnité au delà du délai précité lorsqu'il n'est pas encore fixé sur le sort de l'objet recherché ou sur l'importance du dommage ou lorsque la question de responsabilité n'a pu être tranchée pour des raisons étrangères au service postal (force majeure par exemple).

Toutefois, l'Office d'origine est autorisé à désintéresser l'expéditeur pour le compte de l'Office intermédiaire ou destinataire qui, régulièrement saisi, a laissé s'écouler six mois sans donner de solution à l'affaire; ce délai est porté à neuf mois dans les relations avec les pays d'outre-mer.

L'office responsable ou pour le compte duquel le paiement est effectué, en conformité de l'alinéa précédent, est tenu de rembourser à l'Office expéditeur le montant de l'indemnité, dans le délai de trois mois après avis de paiement. Ce remboursement s'effectue sans frais pour l'Office créditeur, soit par voie de décompte, soit au moyen d'un mandat de poste ou d'une traite, soit en espèces ayant cours dans le pays créditeur. Le cas échéant, le montant de l'indemnité est repris d'office par voie de décompte sur le pays responsable, soit directement, soit par l'intermédiaire du premier Office de transit, qui se crédite à son tour sur l'Office suivant, l'opération étant répétée jusqu'à ce que la somme payée ait été portée au débit de l'Office responsable. Passé ce délai de trois mois, la somme due à l'Office expéditeur est productive d'intérêts à raison de 7 % l'an, à dater du jour de l'expiration dudit délai.

Un Office dont la responsabilité est dument établie et qui a tout d'abord décliné le paiement de l'indemnité, doit, en outre, prendre à sa charge tous les frais accessoires résultant du retard non justifié apporté au paiement.

5 — Il est entendu que la réclamation n'est admise que dans le délai d'un an à partir du jour qui suit celui du dépôt du colis à la poste; passé ce terme, le réclamant n'a droit à aucune indemnité.

6 — L'Administration pour le compte de laquelle est opéré le remboursement du montant de la valeur déclarée des colis non parvenus à destination est subrogée dans tous les droits du propriétaire.

7 — Si la perte, la spoliation ou l'avarie a lieu en cours de transport sans qu'il soit possible d'établir sur quel territoire le fait s'est accompli, ou si, en cas de transmission globale des colis ordinaires, il ne peut être établi sur quel territoire un colis a été perdu, spolié ou avarié, les Administrations en cause supportent le dommage par parts égales.

Pour les envois adressés bureau restant ou conservés en instances à la disposition des destinataires, la responsabilité cesse par la délivrance à une personne qui a justifié de son identité suivant les règles en vigueur dans le pays de destination et dont les noms et qualités sont conformes aux indications de l'adresse.

8 — Les Administrations cessent d'être responsables des colis postaux dont les ayants droit ont pris livraison, ainsi que des colis dont elles ne peuvent rendre compte par suite de la destruction des documents de service pour cause de force majeure.

ARTICLE 17

DÉCLARATION FRAUDULEUSE

Toute déclaration frauduleuse de valeur supérieure à la valeur réelle du contenu d'un colis est interdite. En cas de déclaration frauduleuse de cette nature, l'expéditeur perd tout droit à une indemnité, sans préjudice des poursuites judiciaires que peut comporter la législation du pays d'origine.

Il en est même pour les colis contenant des objets dont l'insertion est interdite dans les envois de l'espèce, aux termes de l'article 15 de la présente Convention.

Il n'y a pas contravention du fait de ne déclarer qu'une partie de la valeur du contenu d'un colis postal.

ARTICLE 18

SUSPENSION TEMPORAIRE DU SERVICE

Chaque Administration peut, dans des circonstances extraordinaires qui sont de nature à justifier la mesure, suspendre temporairement le service des colis postaux d'une manière générale ou partielle, à la condition d'en donner immédiatement avis, au besoin par le télégraphe, à l'Administration ou aux Administrations intéressées.

ARTICLE 19

LÉGISLATION INTÉRIEURE

La législation intérieure de chacun des pays contractants demeure applicable en tout ce qui n'est pas prévu par les stipulations contenues dans la présente Convention.

ARTICLE 20

UNIONS RESTREINTES

1 — Les stipulations de la présente Convention ne portent pas restriction au droit des parties contractantes de maintenir et de conclure des conventions spéciales, ainsi que de maintenir et d'établir des unions plus restreintes, en vue de la réduction des taxes ou de toute autre amélioration de service.

2 — Toutefois, les Offices des pays participants à la présente Convention, qui entretiennent un échange de colis postaux avec des pays non contractants, admettent tous les autres Offices participants à profiter de ces relations pour l'échange des colis postaux avec ces derniers pays.

ARTICLE 21

ADHÉSIONS À LA CONVENTION

1 — Les pays de l'Union postale universelle qui n'ont point pris part à la présente Convention sont admis à y adhérer sur leur demande et dans la forme prescrite par l'article 26 de la Convention principale en ce qui concerne les adhésions à l'Union postale universelle.

2 — Toutefois, si le pays qui désire adhérer à la présente Convention réclame la faculté de percevoir une surtaxe supérieure à 25 centimes par colis, le Gouvernement de la Confédération suisse soumet la demande d'adhésion à tous les pays contractants. Cette demande est considérée comme admise si, dans un délai de six mois, aucune objection n'a été présentée.

ARTICLE 22

RÈGLEMENT D'EXÉCUTION

Les Administrations des postes des pays contractants désignent les bureaux ou localités qu'elles admettent à l'échange international des colis postaux; elles règlent le mode de transmission de ces colis et arrêtent toutes les autres mesures de détail et d'ordre nécessaires pour assurer l'exécution de la présente Convention.

ARTICLE 23

CONGRÈS ET CONFÉRENCES

La présente Convention est soumise aux conditions de revision déterminées par l'article 27 de la Convention principale.

ARTICLE 24

PROPOSITIONS DE MODIFICATION FORMULÉES DANS L'INTERVALLE DES CONGRÈS

1 — Dans l'intervalle qui s'écoule entre les réunions prévues à l'article 27 de la Convention principale, toute Administration des postes d'un des pays contractants a le droit d'adresser aux autres Administrations participantes, par l'intermédiaire du Bureau international, des propositions concernant le service des colis postaux.

Pour être mise en délibération, chaque proposition doit être appuyée par, au moins, deux Administrations, sans compter celle dont la proposition émane. Lorsque le Bureau international ne reçoit pas, en même temps que la proposition, le nombre nécessaire de déclarations d'appui, la proposition reste sans aucune suite.

2 — Toute proposition est soumise au procédé déterminé au § 2 de l'article 28 de la Convention principale.

3 — Pour devenir exécutoires, ces propositions doivent réunir, savoir :

a) l'unanimité des suffrages, s'il s'agit de l'addition de nouvelles dispositions ou de la modification des dispositions du présent article et des articles 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 23 et 25 de la présente Convention;

b) les deux tiers des suffrages, s'il s'agit de la modification des dispositions de la présente Convention autres que celles des articles précités;

c) la simple majorité absolue, s'il s'agit de l'interprétation des dispositions de la présente Convention, sauf le cas de litige prévu à l'article 25 de la Convention principale.

4 — Les résolutions valables ont été consacrées, dans les deux premiers cas, par une déclaration diplomatique, et, dans le troisième cas, par une notification administrative, selon la forme indiquée à l'article 28 de la Convention principale.

5 — Toute modification ou résolution n'est exécutoire que trois mois, au moins, après sa notification.

ARTICLE 25

DURÉE DE LA CONVENTION; ABROGATION DES TRAITÉS ANTÉRIEURS;
RATIFICATIONS

1 — La présente Convention sera mise à exécution le 1^{er} Janvier 1922.

Toutefois, chaque pays est autorisé à mettre les nouveaux tarifs en vigueur à partir du 1^{er} Avril 1921, du 1^{er} Juillet 1921 ou du 1^{er} Octobre 1921, sous réserve de prévenir le Bureau international, au besoin par télégramme, deux mois à l'avance.

2 — Elle aura la même durée que la Convention principale, sans préjudice du droit laissé à chaque partie contractante de se retirer de la présente Convention moyennant un avis donné, un an à l'avance, par son Gouvernement au Gouvernement de la Confédération Suisse.

3 — Sont abrogées, à partir du jour de la mise à exécution de la présente Convention, les stipulations de la Convention concernant l'échange des colis postaux, conclue à Rome en 1906.

4 — La présente Convention sera ratifiée aussitôt que faire se pourra. Les actes de ratification seront échangés à Madrid.

En foi de quoi, les plénipotentiaires des pays ci-dessus énumérés ont signé la présente Convention à Madrid, le trente Novembre mil neuf cent vingt.

Pour l'Allemagne: *Ronge. — Schenk. — Orth.*

Pour la République Argentine: *A. Barrera Nicholson.*

Pour l'Autriche: *Eberan.*

Pour la Belgique: — *A. Pirard. — Tichon. — Hub. Krains.*

Pour la colonie du Congo belge: *M. Halwuyck. — G. Tondeur.*

Pour la Bolivie: *Luis Rodriguez.*

Pour le Brésil: *Alcibiades Peçanha. — J. Henrique Aderne.*

Pour la Bulgarie: *N. Startcheff. — N. Boschnakoff.*

Pour le Chili: *A. de la Cruz. — Florencio Marquez de la Plata. — Gus. Cousiño.*

Pour la Chine: *Liou Fou-Tcheng.*

Pour la République de Colombie: *W. Mac Lellan. — Gabriel Roldan.*

Pour la République de Costa-Rica: *Manuel M. de Peralta.*

Pour la République de Cuba: *Juan Iruretagoyena.*

Pour le Danemark: *Hollnagel Jensen*. — *Holmblad*.

Pour la République Dominicaine: *Leopoldo Lovelace*.

Pour l'Égypte: *N. T. Borton*.

Pour la République de l'Équateur: *Luis Robalino Dávila*.

— *Leonidas A. Yerovi*.

Pour l'Espagne: *Conde de Colombi*. — *José de Garcia Torres*. — *Guillermo Capdevila*. — *José de España*. — *Mar-tín Vicente*. — *Antonio Camacho*.

Pour les colonies espagnoles: *Bernardo Rolland*. — *Ma-nuel G. Acebo*.

Pour l'Éthiopie: *Weuldeu Berhane*.

Pour la Finlande: *G. E. F. Albercht*.

Pour la France: *M. Lebon*.

Pour M. Georges Bonnet: *M. Lebon*. — *G. Blin*. — *P. Bouillard*. — *Barrail*.

Pour l'Algérie: *H. Treuillé*.

Pour les colonies et protectorats français de l'Indochine: *André Touzet*.

Pour l'ensemble des autres colonies françaises: *G. De-martial*.

Pour la Grèce: *P. Scassi*. — *Th. Penthéroudakis*.

Pour le Guatemala: *Juan. J. Ortega*. — *Enrique Trau-mann*.

Pour la République d'Haïti: *Luis Ma. Solér*.

Pour la République du Honduras: *Ricardo Beltrán y Rózpide*.

Pour la Hongrie: *O. de Fejér*. — *G. Baron Szalay*.

Pour l'Inde britannique: *G. R. Clarke*.

Pour l'Islande: *Hollnagel Jensen*.

Pour l'Italie et les colonies italiennes: *E. Delmati*. — *S. Ortisi*.

Pour le Japon: *N. Nakanishi*. — *Arajiro Miura*. — *Y. Hiratsuka*.

Pour le Chosen: *S. Nakanishi*. — *Arajiro Miura*. — *Y. Hiratsuka*.

Pour l'ensemble des autres dépendances japonaises: *S. Nakanishi*. — *Arajiro Miura*. — *Y. Hiratsuka*.

Pour la République de Libéria: *Luis Ma. Solér*.

Pour le Luxembourg: *G. Faber*.

Pour le Maroc (à l'exclusion de la Zone espagnole): *Gé-rard Japy*. — *J. Walter*.

Pour le Maroc (Zone espagnole): *M. Aguirre de Cárcer*. — *L. Lopez-Ferrer*. — *G. Garcia de Castro*.

Pour le Nicaragua: *M. Ig. Teràn*.

Pour la Norvège: *Sommerschield*. — *Klaus Helsing*.

- Pour la République de Panama: *J. D. Arosemena*.
Pour le Paraguay: *Fernando Pignet*.
Pour les Pays-Bas: *A. W. Kymmell*. — *J. S. V. Gelder*.
Pour les Indes néerlandaises: *Wigman*. — *W. F. Gerdes Oosterbeek*. — *J. van der Werf*.
Pour les colonies néerlandaises en Amérique: *Wigman*. — *W. F. Gerdes Oosterbeek*. — *J. van der Werf*.
Pour le Pérou: *D. C. Urrea*. — *O. Barrenechea y Raygada*.
Pour la Perse: *Husséïn Khan Alaï*. — *C. Molitor*.
Pour la Pologne: *W. Dobrowolski*. — *Maciejewski*. — *Dr. Marjan Blachier*.
Pour le Portugal: *Henrique Mousinho de Albuquerque*.
Pour les colonies portugaises de l'Afrique: *Juvenal Elvas Floriano Santa Barbara*.
Pour les colonies portugaises de l'Asie et de l'Océanie: *José Emilio dos Santos e Silva*.
Pour la Roumanie: *D. G. Marinesco*. *Eug. Boukman*.
Pour le Salvador: *Ismael G. Fuentes*.
Pour le Territoire de la Sarre: *Douarche*.
Pour le Royaume des Serbes, Croates et Slovènes: *Drag. Dimitrijevitch*. — *S. P. Toutoundjitch*. — *Dr. Franya Pavlitch*. — *Costa Zlatanovitch*.
Pour le Royaume de Siam: *Phra Sanpakiltch Preecha*.
Pour la Suède: *Julius Juhlin*. — *Thore Wennqvist*.
Pour la Suisse: *Mengotti*. — *F. Boss*.
Pour la Tchécoslovaquie: *Dr. Otokar Ruzicka*. — *Vaclav Kucera*.
Pour la Tunisie: *Gérard Japy*. — *A. Barbarat*.
Pour la Turquie: *Méhméd-Ali*.
Pour l'Uruguay: *Adolfo Agorio*.
Pour les Etats-Unis de Venezuela: *Pedro-Emilio Coll*. — *Barceló*. — *A. Posse*.

IX

PROTOCOLE FINAL

Au moment de procéder à la signature de la Convention conclue à la date de ce jour, relativement à l'échange des colis postaux, les plénipotentiaires soussignés sont convenus de ce qui suit:

I

Tout pays où la poste ne se charge pas actuellement du transport des colis postaux et qui adhère à la Convention

susmentionnée aura la faculté d'en faire exécuter les clauses par les entreprises de chemins de fer et de navigation. Il pourra en même temps limiter ce service aux colis provenant ou à destination de localités desservies par ces entreprises.

L'Administration postale de ce pays devra s'entendre avec les entreprises de chemins de fer et de navigation pour assurer la complète exécution, par ces dernières, de toutes les clauses de la Convention, spécialement pour organiser le service d'échange à la frontière.

Elle leur servira d'intermédiaire pour toutes leurs relations avec les Administrations postales des autres pays contractants et avec le Bureau international.

II

Par exception aux dispositions du § 1 de l'article 2, des §§ 1 et 2 de l'article 3 et respectivement des §§ 1 et 4 de l'article 5 de la Convention:

1^a. Le Gouvernement russe a la faculté de porter à 1 fr. 25 le droit de transit territorial pour la Russie d'Europe et pour celle d'Asie, prises chacune séparément.

2^a. Le Gouvernement ottoman a la faculté de porter à 2 francs 50 le droit de transit territorial pour les colis postaux qui doivent traverser la Turquie d'Asie.

3^a. Le Gouvernement chinois a la faculté de porter à 1 franc 25 le droit de transit territorial pour les colis qui doivent traverser la Chine.

4^a. Le Gouvernement argentin a la faculté d'appliquer une surtaxe de 1 franc 50 par colis, à titre de transit territorial, aux colis postaux qui doivent être transportés par le chemin de fer transandin.

5^a. Est appliquée pour le transport des colis postaux provenant ou à destination des bureaux argentins de la Costa del Sur, Tierra del Fuego et îles adjacentes, une surtaxe ne dépassant pas 1 franc 25 centimes par colis et, pour le transport des colis avec déclaration de valeur à destination ou provenant des mêmes bureaux, un droit supplémentaire de 10 centimes par 300 francs ou fraction de 300 francs,

6^a. La République de Colombie, l'Equateur, le Pérou, les Etats-Unis de Venezuela et le Brésil ont la faculté de porter transitoirement:

a) à 1 franc le droit de transit territorial;

b) à 1 franc 25 la surtaxe à appliquer aux colis postaux originaires ou à destination de leur territoire.

7^a. La Colonie du Congo belge a la faculté :

1^a, d'appliquer aux colis postaux, pour leur parcours au delà de ses bureaux d'échange, une surtaxe qui ne peut dépasser le tarif applicable aux colis de son service intérieur;

2^a, de limiter à 500 francs le maximum de la déclaration de valeur de colis postaux;

3^a, de ne pas assurer le transport des colis postaux en transit par son territoire.

8^a. La Perse et les colonies portugaises d'Afrique ont le faculté de ne pas assurer le transport des colis postaux en transit par leur territoire. Cette faculté leur est accordée à titre provisoire.

9^a. L'Inde britannique a la faculté d'appliquer aux colis postaux originaires de son pays à destination des autres pays un tarif gradué correspondant à différentes catégories de poids, à la condition que la moyenne des taxes ne dépasse pas la taxe normale, y compris la surtaxe à laquelle elle aurait droit.

(Cette dernière facultée est également accordée aux pays qui adhèrent à la Convention dans l'intervalle, jusqu'au prochain Congrès.

10. Est réservée aux pays de l'Union la faculté de percevoir une surtaxe, qui ne peut dépasser 30 centimes par 20 grammes ou fraction de 20 grammes, pour chaque envoi qui, à la demande de l'expéditeur, est transporté dans un coffre-fort flottant placé à bord d'un paquebot postal. La surtaxe est acquise au pays d'origine de l'envoi.

L'emploi de coffres-forts flottants est réglé de commun accord entre les Administrations qui conviennent d'assurer ce service dans leurs relations réciproques.

III

La Grèce, la Tunisie et la Turquie d'Asie ont la faculté de ne pas admettre provisoirement les colis dont les dimensions ou le volume excéderaient le maximum autorisée pour les services maritimes dans le Règlement d'exécution.

Les Colonies néerlandaises ont la faculté de limiter provisoirement à 0^m,60 le maximum de dimension dans un sens quelconque et à 25^{dm}3 le volume des colis postaux.

En foi de quoi, les plénipotentiaires ci-dessous ont dressé le présent Protocole final, qui aura la même force et la même valeur que si les dispositions qu'il contient étaient insérées

dans la Convention, et ils l'ont signé sur un exemplaire qui restera déposé aux Archives du Gouvernement espagnol et dont une copie sera remise à chaque partie.

Madrid, le trente Novembre mil neuf cent vingt.

Pour l'Allemagne: *Ronge. — Schenk. — Orth.*

Pour la République Argentine: *A. Barrera Nicholson.*

Pour l'Autriche: *Eberan.*

Pour la Belgique: *A. Pirard. — Tichon. — Hub. Krains.*

Pour la colonie du Congo belge: *M. Halewyck. — G. Tondeur.*

Pour la Bolivie: *Luis Rodriguez.*

Pour le Brésil: *Alcibiades Peçanha. — J. Henrique Aderne.*

Pour la Bulgarie: *N. Startcheff. — N. Boschnakoff.*

Pour le Chili: *A. de la Cruz. — Florencio Marquez de la Plata. — Gus. Cousiño.*

Pour la Chine: *Liou Fou-Tcheng.*

Pour la République de Colombie: *W. Mac Lellan. — Gabriel Roldan.*

Pour la République de Costa-Rica: *Manuel M. de Peralta.*

Pour la République de Cuba: *Juan Iruretogoyena.*

Pour le Danemark: *Holtnagel Jensen. — Holmblad.*

Pour la République Dominicaine: *Leopoldo Lovelace.*

Pour l'Égypte: *N. T. Borton.*

Pour la République de l'Équateur: *Luis Robalino Dávila. Leonidas A. Yerovi.*

Pour l'Espagne: *Conde de Colombi. — José de Garcia Torres. — Guillermo Capdevila. — José de España. — Martins Vicente. — Antonio Camacho.*

Pour les colonies espagnoles: *Bernardo Rolland. — Manuel G. Acebo.*

Pour l'Éthiopie: *Weuldeu-Berhane.*

Pour la Finlande: *G. E. F. Albrecht.*

Pour la France: *M. Lebon.*

Pour M. Georges Bonnet: *M. Lebon. — G. Blin. — P. Bouillard. — Barrail.*

Pour l'Algérie: *H. Treuillé.*

Pour les colonies et protectorats français de l'Indochine: *André Touzet.*

Pour l'ensemble des autres colonies françaises: *G. Demartial.*

Pour la Grèce: *P. Scassi. — Th. Penthéroudakis.*

Pour le Guatemala: *Juan J. Ortega*. — *Enrique Trammann*.

Pour la République d'Haiti: *Luis Ma. Solér*.

Pour la République du Honduras: *Ricardo Beltrán y Rózpide*.

Pour la Hongrie: *O. de Fejér*. — *G. Baron Szalay*.

Pour l'Inde britannique: *G. R. Clarke*.

Pour l'Islande: *Holtnagel Jensen*.

Pour l'Italie et les colonies italiennes: *E. Delmati*. — *S. Ortisi*.

Pour le Japon: *S. Nakanishi*. — *Arajiro Miura*. — *Y. Hiratsuka*.

Pour le Chosen: *S. Nakanishi*. — *Arajiro Miura*. — *Y. Hiratsuka*.

Pour l'ensemble des autres dépendances japonaises: *S. Nakanishi*. — *Arajiro Miura*. — *Y. Hiratsuka*.

Pour la République de Libéria: *Luis Ma. Solér*.

Pour le Luxembourg: *G. Faber*.

Pour le Maroc (à l'exclusion de la zone espagnole): *Gérard Japy*. — *J. Walter*.

Pour le Maroc (zone espagnole): *M. Aguirre de Cárcer*. — *L. Lopez-Ferrer*. — *C. Garcia de Castro*.

Pour le Nicaragua: *M. Ig. Terán*.

Pour la Norvège: *Sommerschield*. — *Klaus Helsing*.

Pour la République de Panama: *J. D. Arosemena*.

Pour le Paraguay: *Fernando Pignet*.

Pour les Pays-Bas: *A. W. Kymmell*. — *J. S. v. Gelder*.

Pour les Indes néerlandaises: *Wigman*. — *W. F. Gerdes Oosterbeek*. — *J. van der Werf*.

Pour les colonies néerlandaises en Amérique: *Wigman*. — *W. F. Gerdes Oosterbeek*. — *J. van der Werf*.

Pour le Pérou: *D. C. Urrea*. — *O. Barrenechea y Raygada*.

Pour la Perse: *Hussein Khan Alai*. — *C. Molitor*.

Pour la Pologne: *W. Dobrowolski*. — *Maciejewski*. — *Dr. Marjan Blachier*.

Pour le Portugal: *Henrique Mousinho de Albuquerque*.

Pour les colonies portugaises de l'Afrique: *Juvenal Elvas Floriado Santa Barbara*.

Pour les colonies portugaises de l'Asie et de l'Océanie: *José Emilio dos Santos e Silva*.

Pour la Roumanie: *D. G. Marinesco*. — *Eug. Boukman*.

Pour le Salvador: *Ismael G. Fuentes*.

Pour le Territoire de la Sarre: *Douarche*.

Pour le Royaume des Serbes, Croates et Slovènes: *Drag. Iimitrikevitch. — S. P. Toutoundjitch. — Dr. Franya Pavlitch. — Costa Zlatanovitch.*

Pour le Royaume de Siam: *Phra Sanpakitch Preecha.*

Pour la Suède: *Julius Juhlin. — Thore Wennqvist.*

Pour la Suisse: *Mengotti. — F. Boss.*

Pour la Tchécoslovaquie: *Dr. Otokar Ruzicha. — Václav Kucera.*

Pour la Tunisie: *Gérard Japy. — A. Barbarat.*

Pour la Turquie: *Méhméd-Ali.*

Pour l'Uruguay: *Adolfo Agorio.*

Pour les Etats-Unis de Venezuela: *Pedro-Emilio Coll. — Barcelo. — A. Posse.*

X

RÈGLEMENT D'EXÉCUTION DE LA CONVENTION CONCERNANT L'ÉCHANGE DES COLIS POSTAUX

Conclue entre :

L'Allemagne, la République Argentine, l'Autriche, la Belgique et la Colonie du Congo Belge, la Bolivie, le Brésil, la Bulgarie, le Chili, la Chine, la République de Colombie, la République de Costa-Rica, la République de Cuba, le Danemark, la République Dominicaine, l'Égypte, l'Équateur, l'Espagne et les Colonies Espagnoles, l'Éthiopie, la Finlande, la France, l'Algérie, les colonies et protectorats français de l'Indochine, l'ensemble des autres colonies françaises, la Grèce, le Guatemala, la République d'Haiti, la République du Honduras, la Hongrie, l'Inde Britannique, l'Islande, l'Italie et les colonies italiennes, le Japon, le Chosen, l'ensemble des autres dépendances japonaises, la République de Libéria, le Luxembourg, le Maroc (à l'exclusion de la zone espagnole), le Maroc (zone espagnole), le Nicaragua, la Norvège, la République de Panama, le Paraguay, les Pays-Bas, les Indes néerlandaises, les colonies néerlandaises en Amérique, le Pérou, la Perse, la Pologne, le Portugal, les colonies portugaises de l'Afrique, les colonies portugaises de l'Asie et de l'Océanie, la Roumanie, la Russie, la République de St-Marin, le Salvador, le Territoire de la Sarre, le Royaume des Serbes, Croates et Slovènes, le Royaume de Siam, la Suède, la Suisse, la Tchécoslovaquie, la Tunisie, la Turquie, l'Uruguay et les États-Unis de Venezuela.

Les soussignés, vu l'article 21 de la Convention principale et l'article 22 de la Convention concernant l'échange des colis postaux, ont, au nom de leurs administrations respectives, arrêté d'un commun accord, les mesures suivantes pour assurer l'exécution de cette dernière Convention.

I

ACHEMINEMENT DES COLIS POSTAUX; COMMUNICATION DES RENSEIGNEMENTS ET DOCUMENTS RELATIFS À L'ÉCHANGE DES COLIS POSTAUX

1 — Chaque administration est obligée d'acheminer, par les voies et moyens qu'elle emploie pour ses propres colis, les colis postaux qui lui sont remis par une autre administration pour être expédiés en transit par son territoire.

2 — Les administrations postales des pays contractants qui entretiennent des services maritimes réguliers désignent, aux offices des autres pays contractants, ceux de ces services qui peuvent être affectés au transport des colis postaux, en indiquant les distances.

3 — Les administrations des pays contractants qui entretiennent des échanges directs se notifient mutuellement, au moyen de tableaux conformes au modèle A ci-annexé, savoir :

a) la nomenclature des pays pour lesquels elles peuvent respectivement servir d'intermédiaire pour le transport des colis postaux;

b) les voies ouvertes à l'acheminement desdits colis, à partir de l'entrée sur leurs territoires ou dans leurs services;

c) le total des frais qui doivent leur être bonifiés de ce chef, pour chaque destination, par l'office qui leur livre les colis.

4 — Au moyen des tableaux A reçus de ses correspondants, chaque administration détermine les voies à employer pour la transmission de ses colis postaux et les taxes à percevoir sur les expéditeurs, d'après les conditions dans lesquelles s'effectue le transport intermédiaire.

5 — Chaque administration doit, en outre, faire connaître directement, au premier office intermédiaire, quels sont les pays pour lesquels elle se propose de lui livrer des colis postaux.

6 — Chaque administration doit communiquer aux administrations contractantes la liste des objets dont l'admission dans son pays n'est pas autorisée par les lois ou règlements.

II

EQUIVALENTS DES TAXES

1 — En exécution de l'article 5, § 1, de la convention concernant l'échange des colis postaux, les administrations des pays contractants perçoivent leurs taxes d'après les équivalents qu'elles ont fixés, selon les indications du tableau ci-annexé (modèle O) et qu'elles doivent notifier au Bureau international, par l'intermédiaire de l'administration des postes suisses.

2 — En cas de changement du système monétaire dans l'un des pays susmentionnés, l'administration de ce pays doit s'entendre avec l'administration des postes suisses pour modifier les équivalents; il appartient à cette dernière administration de faire notifier la modification à tous les autres offices de l'Union par l'intermédiaire du Bureau international.

3 — Toute administration a la faculté de recourir, si elle le juge nécessaire, à l'entente prévue au paragraphe précédent en cas de modification importante dans la valeur de sa monnaie.

III

COLIS ENCOMBRANTS

1 — Sont considérés comme encombrants:

- a) les colis dépassant 1^m,50 dans un sens quelconque;
- b) les colis dépassant, dans un sens, 1 mètre et, dans un autre sens, 50 centimètres;
- c) les colis qui, par leur forme, leur volume ou leur fragilité ne se prêtent pas facilement au chargement avec d'autres colis ou qui demandent des précautions spéciales, tels que plantes et arbustes en paniers, cages vides ou renfermant des animaux vivants, boîtes à cigares vides ou boîtes en fardeaux, meubles, vanneries, jardinières, voitures d'enfants, rouets, vélocipèdes, etc.

2 — Les administrations qui assurent des transports par mer ont la faculté de considérer comme encombrant tout colis qui emprunte ces transports et dont le volume dépasse 55 décimètres cubes, ou dont une des dimensions est supérieure à 1^m,25.

3 — En ce qui concerne le calcul exact du volume, du poids ou de la dimension des colis postaux, la manière de voir du bureau expéditeur doit être considérée comme prévalant, sauf erreur évidente.

IV

TRANSPORT DES CARTOUCHES ET ARTICLES SIMILAIRES

Est réservée aux administrations intéressées la faculté de s'entendre sur le transport des capsules et des cartouches métalliques chargés pour les armes à feu portatives et des éléments de fusées d'artillerie inexplosibles.

Ces objets doivent être solidement emballés à l'intérieur et à l'extérieur dans des caisses ou des barils et être déclarés tant sur le bulletin d'expédition que sur l'envoi même.

V

CONDITIONNEMENT DES COLIS

1 — Pour être admis au transport, tout colis doit :

1° — Porter l'adresse exacte du destinataire en caractères latins. Les adresses au crayon ne sont pas admises; toutefois, sont acceptés au transport les colis dont l'adresse est écrite au crayon à encre, sur un fond préalablement mouillé. L'adresse des colis doit être écrite sur l'emballage même de l'envoi ou y être attachée solidement et de manière qu'elle ne puisse se détacher. Il est recommandé d'insérer dans l'envoi une copie de l'adresse;

2°, être emballé d'une manière qui réponde à la durée de transport et qui préserve assez efficacement le contenu pour qu'il soit impossible d'y porter atteinte sans laisser une trace apparente de violation. L'emballage des colis pour les pays d'outre-mer doit être particulièrement solide et bien conditionné, en raison des nombreux transbordements et manipulations que doivent supporter ces envois; en particulier, lorsque le contenu est composé de métaux précieux, d'objets en métal ou de marchandises lourdes, il est indispensable d'employer, pour l'emballage, des boîtes en métal résistant ou des caisses en bois d'au moins un centimètre d'épaisseur. Toutefois, sont acceptés, sans emballage, les objets qui peuvent être emboîtés, ou réunis et maintenus par un lien solide, muni de plombs ou de cachets, de manière à former un seul et même colis ne pouvant se désagréger. Il n'est exigé, non plus d'emballage pour les colis d'une seule pièce, tels que pièces de bois, métalliques, etc., qu'il n'est pas dans les usages du commerce d'emballer;

3°, être scellé par des cachets identiques à la cire, par des plombs ou par un autre moyen, avec empreinte ou marque spéciale uniforme de l'expéditeur:

4°, en cas de déclaration de valeur, porter cette déclaration sur l'adresse dans la monnaie du pays d'origine, sans rature ni surcharge même approuvées. Le montant de cette déclaration doit, en outre, être converti en francs-or par l'expéditeur ou par l'office d'origine. Le résultat de la conversion doit être indiqué par de nouveaux chiffres placés à côté ou au-dessous de ceux qui représentent le montant de la déclaration dans la monnaie du pays d'origine.

2 — Les liquides et les corps facilement liquéfiables doivent être expédiés dans un double récipient. Entre le premier (bouteille, flacon, pot, boîte, etc.) et le second (boîte en métal, en bois résistant ou en carton ondulé de solide qualité), est ménagé, autant que possible, un espace qui doit être rempli de sciure, de son ou de toute autre matière absorbante ou protectrice.

Cette dernière condition est obligatoire lorsque le premier récipient est particulièrement fragile.

VI

BULLETINS D'EXPÉDITION ET DÉCLARATIONS EN DOUANE

1 — Chaque colis doit être accompagné d'un bulletin d'expédition en carton résistant et de déclarations en douane conformes ou analogues aux modèles B et C ci-joints. Les administrations se renseignent réciproquement sur le nombre de déclarations en douane à fournir pour chaque destination.

L'expéditeur peut ajouter sur le coupon du bulletin d'expédition des communications relatives à l'envoi, à la condition toutefois que la législation du pays d'origine n'y soit pas contraire. Il a, en outre, la faculté d'indiquer, au verso du bulletin d'expédition, la manière dont il entend disposer du colis, au cas où la livraison ne pourrait être effectuée. Cette annotation doit être libellée en français ou dans une langue connue dans le pays de destination.

2 — Un seul bulletin d'expédition et, si les lois douanières ne s'y opposent pas, une seule déclaration en douane peuvent servir à plusieurs colis ordinaires jusqu'au nombre de trois, émanant du même expéditeur, soumis à la même taxe et destinés à la même personne. Cette disposition n'est pas applicable aux expédiés contre remboursement ou avec déclaration de valeur, qui doivent être accompagnés chacun d'un bulletin séparé.

Toutefois, il est loisible à chaque pays d'exiger un bulletin et des déclarations en douane distincts pour chaque colis en provenance ou à destination de l'étranger.

3 — Les formules de bulletins d'expédition et les déclarations en douane qui ne sont pas imprimés en langue française doivent porter une traduction interlinéaire dans cette langue.

4 — Les bulletins d'expédition accompagnant les colis avec valeur déclarée doivent porter, pour chaque colis, l'empreinte du cachet qui a servi à fermer l'envoi, ainsi que l'indication de la valeur déclarée d'après les règles mentionnées sous le chiffre 4^e de l'article V du présent Règlement.

Le poids exact en grammes de chaque colis avec valeur déclarée doit être inscrit par l'Office d'origine, tant sur l'adresse du colis que sur le bulletin d'expédition, à la place à ce réservée dans cette formule.

5 — Les administrations contractantes déclinent toute responsabilité quant à l'exactitude des déclarations en douane.

VII

ETIQUETTES DISTINCTIVES

1 — Chaque colis, ainsi que le bulletin d'expédition qui s'y rapporte, doit être revêtu d'une étiquette conforme au modèle D ci-annexé et indiquant le numéro de l'enregistrement et le nom du bureau de dépôt. Le même bureau d'origine ne peut employer, en même temps, deux ou plusieurs séries d'étiquettes, sauf le cas où les séries sont complétées par un caractère distinctif.

2 — Le bulletin d'expédition est, en outre, frappé par le bureau d'origine, du côté de la suscription, du timbre indiquant le lieu et la date du dépôt.

3 — Les colis avec valeur déclarée ainsi que leur bulletin d'expédition doivent porter une étiquette rouge avec l'indication "Valeur déclarée" en caractères latins.

4 — Les colis grevés de remboursement ainsi que leur bulletin d'expédition doivent être revêtus d'une étiquette de couleur orange conforme au modèle D, annexé au Règlement d'exécution de la Convention principale.

5 — Les colis à remettre par exprès sont, de même que leur bulletin d'expédition, frappés d'un timbre ou revêtus d'une étiquette portant, en gros caractères, le mot "Exprès".

6 — Les colis urgents et les bulletins d'expédition y afférents doivent porter une étiquette avec l'indication très apparent: "Urgent".

7 — Lorsque les colis contiennent des espèces monnayées, des matières d'or ou d'argent ou d'autres objets précieux, les étiquettes prescrites par les §§ 1, 3, 4, 5 et 6 précédents et les timbres-poste, s'il y en a d'apposés sur les colis, doivent être espacés afin qu'ils ne puissent servir à cacher des lésions de l'emballage. Ils ne doivent pas, non plus, être repliés sur les deux faces de l'emballage de manière à couvrir la bordure.

VIII

COLIS FRANCS DE DROITS

1 — Les colis à remettre aux destinataires francs de droits ou francs de droits de douane seulement, doivent porter sur l'adresse ainsi que sur les bulletins d'expédition une étiquette de couleur, avec l'indication, en gros caractères: "Franc de tous droits", ou "Franc de droits de douane seulement". La même indication doit être inscrite par les expéditeurs sur les bulletins d'expédition.

2 — Tout colis expédié "franc de droits" est accompagné d'un bulletin d'affranchissement conforme au modèle E ci-annexé, confectionné en carton de couleur jaune et dont le recto est rempli par le bureau expéditeur d'après la con-texture de la formule.

Un seul bulletin d'affranchissement peut servir pour plusieurs colis ordinaires jusqu'au nombre de trois émanant du même expéditeur, soumis à la même taxe et destinés à la même personne. Cette disposition n'est pas applicable aux colis contre remboursement ou avec valeur déclarée, qui doivent être accompagnés chacun d'un bulletin séparé. Il est, d'ailleurs, loisible à tout pays d'exiger un bulletin d'affranchissement distinct pour chaque colis en provenance ou à destination de l'étranger.

Le bulletin d'affranchissement est solidement attaché au bulletin d'expédition.

3 — Après la livraison au destinataire, le bureau qui a effectué le dédouanement pour le compte de l'expéditeur, remplit, en ce qui le concerne, les indications qui figurent au verso du bulletin d'affranchissement et transmet ce dernier accompagné des pièces justificatives, sous enveloppe fermée, sans indication du contenu, au bureau d'origine du colis.

Toutefois, chaque Administration a le droit de faire effectuer par des bureaux spécialement désignés le renvoi des bulletins d'affranchissement grevés de frais et de demander que les bulletins renvoyés de l'étranger soient transmis à

un bureau déterminé. Dans ce dernier cas, le nom du bureau auquel les bulletins doivent être renvoyés est inscrit par le bureau expéditeur du colis au recto du bulletin d'affranchissement.

4 — A' la réception d'un bulletin d'affranchissement indiquant les frais déboursés par le service destinataire, l'Administration d'origine convertit le montant de ces frais dans sa propre monnaie à un taux qu'elle fixe elle-même et qui ne doit pas être supérieur au taux fixé pour l'émission des mandats de poste à destination du pays correspondant. Le résultat de la conversion est indiqué dans le corps de la formule et sur le coupon latéral et confirmé par la signature de l'agent qui a opéré la conversion. Après avoir recouvré le montant des frais, le bureau d'origine remet à l'expéditeur le coupon du bulletin et, le cas échéant, les pièces justificatives.

5 — Lorsqu'un envoi qui porte l'étiquette "Franc de droits" parvient au service destinataire sans bulletin d'affranchissement le bureau chargé du dédouanement établit un duplicata du bulletin, en ayant soin de substituer le nom du pays d'origine de l'envoi à celui de l'Administration dont il relève lui-même. Lorsque le bulletin d'affranchissement est perdu après livraison du colis, un duplicata est établi dans les mêmes conditions.

6 — Les bulletins d'affranchissement afférents aux envois qui, pour un motif quelconque, sont renvoyés à l'origine, doivent être annulés par les soins de l'Office qui effectue le renvoi et être attachés aux bulletins d'expédition.

IX

MODE DE TRANSMISSION DE COLIS

1 — L'échange des colis postaux entre pays limitrophes ou reliés entre eux au moyen d'un service maritime direct est effectué par les bureaux et dans les locaux désignés par les Offices intéressés.

2 — Dans les rapports entre pays séparés par un ou plusieurs territoires intermédiaires, les colis postaux doivent suivre les voies dont les Offices intéressés sont convenus; ils sont livrés à découvert au premier Office intermédiaire. Les Offices intéressés peuvent s'entendre pour établir des échanges soit à découvert, soit en sacs, paniers ou compartiments clos avec feuilles de route directes. Dans ce cas, lesdits Offices arrêtent d'un commun accord les mesures nécessaires pour l'échange des colis postaux et les opérations de comptabilité.

3 — Toutefois, il est obligatoire de former des récipients clos lorsque le nombre des colis postaux est de nature à entraver les opérations d'une Administration intermédiaire d'après la déclaration de cette Administration.

Les récipients clos doivent être renvoyés vides à l'Office expéditeur par le prochain courrier, sauf autre arrangement entre les Offices correspondants. Les paniers, sacs et autres récipients semblables, nécessaires à l'échange des colis, sont à la charge, à parts égales, des Offices qui s'en servent dans leurs rapports réciproques, sauf arrangement contraire.

4 — Les Offices participant à l'échange des colis urgents s'entendent pour assurer la transmission rapide et, autant que possible, directe de ces colis; ces Offices arrêtent également d'un commun accord les mesures nécessaires pour la comptabilité.

5 — Lorsque, des colis postaux sont retenus d'office en cours de transport, soit par la poste, soit par la douane, l'expéditeur doit être invité, par avis de non-remise, à donner ses instructions. Toutefois, cette mesure n'est pas obligatoire dans les cas de force majeure, tels que grèves, inondations, etc.

X

FEUILLE DE ROUTE; DESCRIPTION DES COLIS

1 — Les colis postaux sont inscrits par le bureau d'échange expéditeur sur une feuille de route conforme au modèle F, annexé au présent Règlement, avec tous les détails que cette formule comporte. Toutefois, les Offices correspondants peuvent s'entendre pour que les colis ordinaires ne soient inscrits sur les feuilles de route qu'en bloc, avec indication sommaire des montants à bonifier. Les bulletins d'expédition, les mandats de remboursement, les déclarations en douane et, les cas échéant, les autres documents exigés (tels que factures, certificats d'origine, de santé, etc.), ainsi que les bulletins E et les avis de réception, sont attachés à la feuille de route.

Les bureaux d'échange intermédiaires ne sont pas tenus de vérifier les documents accompagnant les feuilles de route.

2 — Les colis postaux pour le service des prisonniers de guerre sont inscrits sur cette même feuille, mais sans aucune bonification.

3 — Sauf arrangement contraire dans les relations par mer, les bureaux expéditeurs doivent numéroter les feuilles de route à l'angle gauche supérieur, d'après une série annuelle pour chaque bureau d'origine et pour chaque bureau de destination, en mentionnant autant que possible, au-dessous du nu-

méro, le nom du paquebot ou du bâtiment que emporte la dépêche. Le dernier numéro d'une année écoulée doit être mentionné sur la feuille de route de la première expédition de l'année suivante.

XI

AVIS DE RÉCEPTION

1 — Quand un colis postal est l'objet d'une demande d'avis de réception, le bureau d'origine inscrit à la main sur ce colis et sur son bulletin d'expédition, d'une manière très apparente, la mention "Avis de réception" on y appose l'empreinte d'un timbre portant "A. R."

2 — La formule d'avis de réception est établie par le bureau d'origine ou par tout autre bureau à désigner par l'Office expéditeur. Si elle ne parvient pas au bureau de destination, celui-ci dresse d'office un nouvel avis de réception.

Les avis de réception doivent être formulés en français ou porter une traduction interlinéaire en cette langue.

3 — Le bureau de destination, après avoir dûment rempli la formule, la renvoie, à découvert et en franchise de port, à l'adresse de l'expéditeur du colis.

4 — Lorsque l'expéditeur demande un avis de réception d'un colis postal postérieurement au dépôt de cet objet, le bureau d'origine reproduit sur une formule d'avis de réception la description très exacte du colis (bureau d'origine, date de dépôt, numéro, suscription). Cette formule est attachée à une réclamation modèle N, préalablement revêtue de timbres-poste représentant la taxe prévue à l'article 5, § 6, de la Convention, et traitée selon les prescriptions de l'article XVI suivant, à cette exception près que, en cas de livraison régulière du colis auquel l'avis de réception se rapporte, le bureau de destination retire la formule N et renvoie l'avis de réception, dûment rempli, à l'origine, de la manière prescrite par le § 3 précédent.

5 — Si un avis de réception, régulièrement demandé par l'expéditeur au moment du dépôt, n'est pas parvenu dans les délais voulus au bureau d'origine, on procède, pour réclamer l'avis manquant, conformément aux règles tracées au § 4 précédent. Le bureau d'origine inscrit en tête la mention "Dupli-cata de l'avis de réception, etc."

XII

VÉRIFICATION PAR LES BUREAUX D'ÉCHANGE

1 — A' la réception d'une feuille de route, le bureau d'échange destinataire procède à la vérification des colis pos-

faux et des divers documents inscrits sur cette feuille et, s'il y a lieu, opère la constatation des manquants ou autres irrégularités au moyen d'une formule conforme au modèle G annexé au présent Règlement et en se conformant aux règles tracées par l'article IX du Règlement d'exécution de l'Arrangement concernant les valeurs déclarées.

2 — Les différences de peu d'importance en ce qui concerne le volume, la dimension et le poids ainsi que les irrégularités qui n'engagent évidemment pas la responsabilité des Administrations respectives sont seulement signalées par bulletin de vérification.

3 — Toutes les différences qui pourraient être relevées dans les bonifications et mises en compte doivent être signalées par bulletin de vérification au bureau expéditeur. Les bulletins de vérification régularisés doivent être annexés aux feuilles de route qu'ils concernent. Les corrections non appuyées par des pièces justificatives ne sont pas admises par la revision.

XIII

COLIS GREVÉS DE REMBOURSEMENT

1 — Les colis grevés de remboursement et les bulletins d'expédition y afférents doivent porter du côté de l'adresse le mot "Remboursement" écrit ou imprimé d'une manière très apparente et suivi de l'indication du montant du remboursement dans la monnaie du pays d'origine, exprimé en caractères latins, sans rature ni surcharge, même approuvées. L'expéditeur doit indiquer sur le colis et au recto du bulletin d'expédition son nom et son adresse, également en caractères latins.

2 — Tout colis expédié contre remboursement est accompagné d'un mandat de remboursement conforme ou analogue au modèle H annexé au présent Règlement. Ce mandat de remboursement, qui est attaché au bulletin d'expédition, doit porter l'indication du montant du remboursement dans la monnaie du pays d'origine et indiquer, en règle générale, l'expéditeur du colis comme bénéficiaire du mandat. Cependant, chaque Administration est libre de faire adresser aux bureaux d'origine des colis ou à d'autres de ses bureaux les mandats afférents aux envois originaires de son service. Le coupon du mandat doit indiquer le nom et l'adresse du destinataire du colis, ainsi que le lieu et la date de dépôt de cet envoi.

3 — Sauf entente contraire entre les Administrations d'origine et de destination, les montants des mandats de remboursement sont convertis en monnaie du pays destinataire

par les soins de l'Administration de ce pays, qui se sert à cet effet du taux de conversion dont elle fait usage pour la conversion des mandats de poste à destination du pays d'origine des colis.

4 — Immédiatement après avoir encaissé le remboursement le bureau de destination ou tout autre bureau désigné par l'Administration destinataire remplit la partie "Indications de service" du mandat de remboursement et, après y avoir apposé son timbre à date, renvoie ce mandat franc de port à l'adresse qui y est indiquée.

Les mandats de remboursement sont payés dans les conditions déterminées par chaque Administration en vue d'assurer le paiement des montants des remboursements aux expéditeurs des colis.

5 — Dans le cas où le destinataire ne paye pas le montant remboursement dans un délai de sept jours dans les relations entre les pays d'Europe, et dans un délai de quinze jours dans les relations des pays d'Europe avec les pays hors d'Europe et de ces derniers pays entre eux, à partir du jour qui suit celui de l'arrivée du colis au bureau destinataire, le colis est traité comme étant tombé en rebut, conformément aux dispositions de l'article XV, § 3, du présent Règlement.

Ces délais peuvent être étendus jusqu'à un maximum de 28 jours par les Administrations auxquelles leur législation en fait use obligatoire. L'expéditeur peut toutefois demander, par une annotation libellée dans une langue connue dans le pays de destination, le renvoi immédiat des colis à son adresse, si le destinataire refuse de payer le montant du remboursement lors de la première présentation.

Les mandats afférents aux colis postaux grevés de remboursement qui, pour un motif quelconque, sont renvoyés à l'origine, doivent être annulés par les soins de l'Office qui effectue le renvoi.

6 — Lorsque les mandats afférents aux colis grevés de remboursement sont égarés, perdus ou détruits avant l'encaissement du remboursement, le bureau destinataire en établit des duplicata au nom du bureau expéditeur.

Les mandats de remboursement égarés, perdus ou détruits après l'encaissement du remboursement sont également remplacés par des duplicata ou des autorisations de paiement, après constatation par les deux Administrations que le mandat n'a été ni payé, ni remboursé.

7 — Les mandats de remboursement dont les bénéficiaires n'ont pas réclamé le paiement dans les délais de validité fixés par le Règlement d'exécution de l'Arrangement concernant

l'échange des mandats, sont traités en conformité des dispositions des §§ 2 et 3 de l'article VIII du Règlement d'exécution de l'Arrangement concernant le service des recouvrements.

8 — Les dispositions des §§ 7 et 8 de l'article XIII du Règlement d'exécution de la Convention principale concernant les mandats indélivrables aux bénéficiaires ou non encaissés par ceux-ci s'appliquent également au service des colis postaux grevés de remboursement.

XIV

RÉEXPÉDITION

1 — Les colis postaux réexpédiés par suite de fausse direction sont acheminés par la voie la plus directe dont peut disposer l'Office réexpéditeur; ils ne peuvent être frappés de droits de douane ou autre par ledit Office. Lorsque la réexpédition entraîne restitution des colis à l'Office expéditeur, le bureau d'échange réexpéditeur lui alloue les bonifications reçues, après avoir signalé l'erreur par un bulletin de vérification.

Dans le cas contraire, et si le montant bonifié à l'Office réexpéditeur est insuffisant pour couvrir les frais de réexpédition qui lui incombent, il se crédite de la différence en forçant la somme inscrite à son avoir sur la feuille de route du bureau d'échange expéditeur. Le motif de cette rectification est notifié au dit bureau au moyen d'un bulletin de vérification.

Lorsqu'un colis a été admis à tort, à l'expédition, par suite d'une erreur imputable au service postal, et doit, pour ce motif, être renvoyé au pays d'origine, ou, si l'une des prohibitions prévues à l'article 15 de la Convention est constatée par le bureau d'échange d'entrée au cours des opérations d'échange, il est procédé de la même manière que si ce colis devait être restitué à l'Office expéditeur par suite de fausse direction.

2 — Les colis postaux réexpédiés par suite de changement de résidence des destinataires ou d'une erreur imputable à l'expéditeur, sont grevés à la charge des destinataires, par l'Office distributeur, d'une taxe représentant la quote-part revenant à ce dernier Office, à l'Office réexpéditeur et, s'il y a lieu, à chacun des Offices intermédiaires.

L'Office réexpéditeur se crédite de sa quote-part sur l'Office intermédiaire ou sur l'Office de la nouvelle destination. Dans le cas où le pays de réexpédition et celui de la nouvelle destination ne sont pas limitrophes, le premier Office

intermédiaire qui reçoit un colis postal réexpédié se crédite du montant de sa quote-part, et de celle de l'Office réexpéditeur, vis-à-vis de l'Office auquel il livre cet objet; et ce dernier, à son tour, s'il n'est lui-même qu'un intermédiaire, répète, sur l'Office suivant, sa propre quote-part, cumulée avec celles dont il a tenu compte à l'Office précédent. La même opération se poursuit dans les rapports entre les différents Offices participant au transport, jusqu'à ce que le colis postal parvienne à l'Office distributeur.

Toutefois, si la taxe exigible pour le parcours ultérieur d'un colis à réexpédier est acquittée au moment de la réexpédition, cet objet est traité comme s'il était adressé directement du pays réexpéditeur dans le pays de destination, et remis sans taxe postale au destinataire.

3 — Les colis grevés de remboursement peuvent être réexpédiés, si le pays de la nouvelle destination entretient avec celui d'origine un échange de colis grevés de remboursement. Les colis sont, dans le cas de réexpédition, accompagnés des mandats de remboursement créés par le service d'origine. L'Office de la nouvelle destination procède à l'égard de la liquidation du remboursement comme si le colis lui avait été directement expédié.

4 — Les colis sont réexpédiés dans leur emballage primitif et accompagnés du bulletin d'expédition créé par le bureau d'origine. Dans le cas où le colis doit, pour un motif quelconque, être remballé ou le bulletin d'expédition primitif remplacé par un bulletin supplémentaire, il est indispensable que le nom du bureau d'origine du colis et le numéro d'enregistrement primitif figurent tant sur le colis que sur le bulletin d'expédition.

XV

REBUTS

1 — Lorsque les expéditeurs de colis tombés en rebut n'ont pas indiqué sur le verso du bulletin d'expédition et sur l'envoi même la manière dont il doit être disposé de leur colis, l'Office de destination signale à l'Office d'origine, dans le plus court délai possible, les colis postaux tombés en souffrance. A cet effet, il est fait usage d'une formule conforme au modèle J ci-joint, libellée en français ou comportant une traduction interlinéaire dans cette langue. La disposition de l'expéditeur ne peut être qu'une de celles prévues au § 2 suivant.

En règle générale, les avis de non-remise sont échangés entre les bureaux de destination et d'origine. Toutefois, cha-

que l'Office peut demander que les avis qui concernent son service soient transmis à son Administration centrale ou à un bureau spécialement désigné. L'avis de non-remise doit indiquer, les cas échéant, le montant des frais de douane et autres dont le colis est déjà grevé et de ceux dont il pourrait être encore grevé en raison d'un magasinage prolongé.

Lorsque des colis postaux ayant donné lieu à un avis sont retirés ou réexpédiés avant la réception des dispositions de l'expéditeur, le bureau d'origine doit en être informé immédiatement, à l'intention de l'envoyeur. Après réception des dispositions de l'expéditeur, ces dernières seules sont valables et exécutoires.

2 — L'expéditeur d'un colis tombé en rebut peut demander :

- a) que le colis lui soit immédiatement renvoyé;
- b) que l'adresse du colis soit rectifiée ou complétée;
- c) que le colis soit remis à un autre destinataire ou qu'il soit réexpédié sur une autre destination, pour être remis au destinataire primitif ou à une autre personne;
- d) que le destinataire primitif soit avisé encore une fois;
- e) que le colis soit vendu aux risques et périls de l'expéditeur ou traité comme abandonné;
- f) qu'un colis grevé de remboursement soit remis au destinataire primitif ou à une autre personne sans perception du montant du remboursement ou contre paiement d'une somme inférieure à celle indiquée originairement. Le procédé à suivre en ce qui concerne l'annulation ou le remplacement du mandat de remboursement est celui prescrit au § 2 de l'article XVII ci-après;

g) que le colis soit remis au destinataire sans perception des frais de douane ou des autres frais dont le colis est grevé.

Si l'expéditeur ne répond pas du tout ou exprime un désir non conforme aux demandes d'instruction qui lui ont été adressées par le bureau d'origine, l'Office de destination n'est pas tenu de lui adresser un nouvel avis; dans ces cas, le colis lui est renvoyé à l'expiration du délai fixé au § 3 suivant. Il en est de même si l'expéditeur refuse d'accepter l'avis de non-remise ou de payer le droit prévu par le § 6 de l'article 5 de la Convention.

Les colis postaux qui n'ont pu être remis aux destinataires pour une cause quelconque et dont les expéditeurs ont fait abandon pur et simple, ne sont pas renvoyés par l'Office destinataire, qui les traite conformément à sa législation intérieure.

3 — Si dans le délai d'un mois, à partir de l'expédition de

l'avis, le bureau de destination n'a pas reçu des instructions suffisantes, les colis est renvoyé au bureau d'origine. Ce délai est porté à quatre mois dans les relations avec les pays d'outre-mer.

Les colis gardés en instance à la disposition des destinataires ou adressés poste restante sont considérés comme tombés en rebut après le délai de conservation prescrit par les règlements du pays de destination, sans, toutefois, que ce délai puisse dépasser quatre mois dans les relations avec les pays d'outre-mer et un mois dans les autres relations.

Le renvoi du colis doit avoir lieu immédiatement, si la demande de l'expéditeur formulée, soit par une annotation préalable sur le bulletin d'expédition, soit en réponse à l'avis de non-remise modèle J, n'a pas pu être exécutée ou n'a pas abouti à la livraison du colis. Si l'expéditeur a ajouté à sa nouvelle disposition une seconde instruction éventuelle (autre adresse, etc.), le colis n'est renvoyé que si cette disposition subsidiaire n'a eu, à son tour, aucun résultat.

4 — Tout colis dont le destinataire est parti pour un pays non participant à la Convention concernant les colis postaux est traité comme rebut, à moins que l'Office de la première destination ne soit en mesure de le faire parvenir.

Les colis à renvoyer à l'expéditeur sont inscrits sur la feuille de route avec la mention "Rebuts", dans la colonne d'observations. Ils sont traités et taxés comme les objets réexpédiés par suite de changement de résidence des destinataires.

Dans le cas où ces colis sont grevés d'autres frais que de taxes de renvoi, une spécification de ces frais doit être ajoutée sur le bulletin d'expédition.

5 — Les articles sujets à détérioration ou à corruption peuvent seuls être vendus immédiatement, même en route à l'aller ou au retour, sans avis préalable et sans formalité judiciaire, au profit de qui de droit. En cas d'impossibilité de vente pour une cause quelconque, les objets détériorés ou corrompus sont détruits. Il est dressé procès-verbal de la vente ou de la destruction.

Une copie du procès-verbal, accompagnée du bulletin d'expédition, est transmise au bureau d'origine.

Le produit de la vente sert, en premier lieu, à couvrir les frais qui grèvent l'envoi. Le cas échéant, l'excédent est transmis au bureau d'origine pour être remis à l'expéditeur, qui supporte les frais de l'envoi. Les frais non couverts par la vente tombent à la charge de l'expéditeur et sont repris sur l'Office d'origine.

XVI

RÉCLAMATIONS

1 — Pour les réclamations de colis postaux, ou de mandats de remboursement non parvenus en retour, il est fait usage d'une formule conforme ou analogue au modèle N annexé au présent Règlement. L'Office du pays d'origine transmet cette formule directement à l'Office de destination.

2 — Toutefois, dans les relations avec les pays d'outre-mer et de ces pays entre eux, la réclamation est transmise de bureau à bureau en suivant la même voie d'acheminement que l'envoi qui fait l'objet de la réclamation.

3 — Dans le cas prévu au § 1 ci-dessus, lorsque l'Office destinataire est en état de fournir les renseignements sur le sort définitif du colis réclamé ou du mandat de remboursement, il renvoie cette formule, revêtue des renseignements que le cas comporte, à l'Office d'origine.

Lorsque le sort d'un colis qui a passé par plusieurs services ne peut être immédiatement constaté dans le service du pays de destination, l'Office destinataire renvoie la formule à l'Office d'origine. Celui-ci complète la formule en y indiquant les détails de la transmission au premier Office intermédiaire et l'adresse ensuite à cet Office, qui y consigne les observations et l'envoi, éventuellement, à l'Office suivant. La réclamation se poursuit ainsi d'Office à Office jusqu'à ce que le sort de l'objet réclamé soit établi. L'Office qui a effectué la remise au destinataire, ou qui, le cas échéant, ne peut établir, ni la remise, ni la transmission régulière à une autre Administration, constate le fait sur la formule et la renvoie à l'Office d'origine.

4 — Dans le cas prévu au § 2 ci-dessus, les recherches se poursuivent depuis l'Office d'origine jusqu'à l'Office de destination. Chacun d'eux établit sur la formule les données de la transmission à l'Office suivant et l'envoi ensuite à celui-ci. Si les données de la transmission à l'Office suivant ne peuvent être établies, la formule est envoyée à l'Administration du pays de destination. L'Office qui a effectué la remise au destinataire, ou qui, le cas échéant, ne peut établir ni la remise, ni la transmission régulière à une autre Administration, constate le fait sur la formule et la renvoie à l'Office d'origine.

5 — Les formules N sont rédigées en français ou portent une traduction interlinéaire en cette langue. Elles doivent

être accompagnées, autant que possible, d'un fac-similé de la suscription de l'adresse. Ces formules sont transmises, sans lettre d'envoi, sous enveloppe fermée. Chaque Administration est libre de demander, par une notification adressée au Bureau international, que les réclamations qui concernent son service soient transmises, soit à son Administration centrale, soit à un bureau spécialement désigné, soit enfin directement au bureau de destination ou, si elle est seulement intéressée à titre d'intermédiaire, au bureau d'échange auquel l'envoi a été expédié.

XVII

DEMANDES DE RETRAIT, DE CHANGEMENT D'ADRESSE OU DE DÉGRÈ- VEMENT DU REMBOURSEMENT

1 — Les demandes de retrait de colis postaux et de changement d'adresse sont soumises aux règles et formalités prescrites par l'article XXX du Règlement d'exécution de la Convention principale.

2 — En cas de demande de dégrèvement partiel d'un colis suivi de remboursement, un nouveau mandat de remboursement établi pour le montant réduit doit être joint à la demande.

Les mandats de remboursement annulés ou remplacés sont détruits par les soins de l'Office destinataire des colis.

XVIII

COMPTABILITÉ

1 — Chaque Administration fait établir mensuellement, par chacun de ses bureaux d'échange et pour tous les envois reçus de bureaux d'échange d'un seul et même Office, un état, conforme au modèle K annexé au présent Règlement, des sommes inscrites sur chaque feuille de route, soit à son crédit, pour sa part et celle de chacune des Administration intéressées, s'il y a lieu, dans les taxes perçues par l'Office expéditeur, soit à son débit, pour la part revenant à l'Office réexpéditeur et aux Offices intermédiaires, en cas de réexpédition et de rebut, dans les taxes à recouvrer sur les destinataires.

2 — Les états K sont ensuite récapitulés par les soins de la même Administration dans un compte L dont le modèle est également annexé au présent Règlement.

3 — Ce compte, accompagné des états partiels, des feuilles de route et, s'il y a lieu, des bulletins de vérification y

afférents est soumis à l'examen de l'Office correspondant, dans le courant du mois qui suit celui auquel il se rapporte.

Les totaux ne doivent jamais être rectifiés. Les erreurs qui pourraient être relevées doivent faire l'objet d'états de différence.

4 — Les comptes mensuels, après avoir été vérifiés et acceptés de part et d'autre, sont résumés dans un compte général trimestriel par les soins de l'Administration créditrice.

Les Administrations participantes ont, toutefois, la latitude de s'entendre entre elles pour n'opérer ce résumé que semestriellement ou annuellement.

5 — Le solde résultant de la balance des comptes réciproques entre deux Offices est payé par l'Office débiteur à l'Office créateur de la manière prévue au § 1 de l'article XXXVI du Règlement d'exécution de la Convention principale, ainsi qu'au Protocole final du dit Règlement.

6 — L'établissement, l'envoi et le paiement des comptes doivent être effectués dans le plus bref délai possible et, au plus tard, avant l'expiration du trimestre suivant. Passé ce délai, les sommes dues par un Office à un autre Office sont productives d'intérêts, à raison de 7 % l'an, à dater du jour de l'expiration du dit délai.

7 — Est réservée, toutefois, aux Offices intéressés, la faculté de prendre, d'un commun accord, d'autres dispositions que celles qui sont formulées dans le présent article.

XIX

DÉCOMPTÉ DES REMBOURSEMENTS

1 — Sauf entente contraire entre les Offices intéressés, le décompte relatif aux remboursements payés par chaque Administration pour le compte d'une autre Administration est effectué au moyen d'annexes aux comptes particuliers (modèle M ci-joint) des mandats de poste de l'Administration créditrice pour l'Administration correspondante.

2 — Dans ces comptes des remboursements, qui sont accompagnés de mandats de remboursement payés et quittancés, les mandats sont inscrits par ordre alphabétique des bureaux d'émission et par ordre numérique de l'inscription des mandats dans les registres de ce bureau. A la fin du compte, l'Administration qui l'a établi, déduit de la somme totale de sa créance $\frac{1}{2}$ %, représentant la quote-part de l'Administration correspondante dans le droit de remboursement.

3 — La somme finale du compte particulier des remboursements est ajoutée, autant que possible, à celle du compte par-

ticulier des mandats de poste pour le même exercice. La vérification et la liquidation de ces décomptes sont effectuées selon des règles fixées pour les décomptes des mandats de poste par le Règlement d'exécution de l'Arrangement concernant le service des mandats.

XX

DÉCOMPTE DES DROITS FIGURANT SUR LES BULLETINS D'AFFRANCHISSEMENT

1 — Le décompte relatif aux frais de douane, etc., déboursés par chaque Administration pour le compte d'une autre, est effectué au moyen de comptes particuliers mensuels conformes au modèle E bis, ci-annexé, qui sont établis dans la monnaie du pays crédeur par l'Administration débitrice. Les bulletins d'affranchissement sont inscrits dans les comptes, par ordre alphabétique des bureaux qui ont opéré le dédouanement en suivant l'ordre numérique qui leur a été donné par ces bureaux.

2 — Le compte particulier, accompagné des bulletins réglés, est transmis à l'Administration créditrice, au plus tard à la fin du mois qui suit celui auquel le décompte se rapporte. Il n'est pas dressé de compte négatif.

3 — La vérification de ces décomptes est effectuée d'après les règles fixées pour les décomptes des mandats de poste par le Règlement d'exécution de l'Arrangement concernant le service des dits mandats.

4 — Les décomptes de droits de douane donnent lieu à une liquidation spéciale. Toutefois, pour les Offices qui le demandent, ils sont annexés, soit aux comptes mandats de poste, soit aux comptes L ou M des dits Offices.

XXI

COMMUNICATION DE DOCUMENTS RELATIFS A L'ÉCHANGE DES COLIS POSTAUX

1 — Les Administrations se communiquent réciproquement, par l'intermédiaire du Bureau international et trois mois au moins avant la mise à exécution de la Convention, savoir :

a) les dispositions qu'elles auront prises en ce qui concerne la limite de poids, la déclaration de valeur, les colis encombrants, les remboursements, le nombre de colis qui peuvent être accompagnés d'une seule déclaration en douane et l'admission de communications manuscrites sur le bulletin d'expédition;

b) s'il y a lieu, limites de dimensions et de volumes prévues au § 2 de l'article III du présent Règlement;

c) le tarif applicable dans leur service aux colis postaux pour chacun des pays contractants, en conformité de l'article 5 de la Convention concernant les colis postaux et de l'article I du présent Règlement;

d) les taxes terminales appliqués aux colis postaux;

e) les noms des bureaux ou localités qui participeront à l'échange des colis postaux, ou l'avis que tous les bureaux participent à ce service;

f) un extrait en langue allemande, anglaise, espagnole ou française, des dispositions de leurs lois ou règlements intérieurs applicables au transport des colis postaux.

2 — Toute modification apportée ultérieurement à l'égard des dispositions ci-dessus mentionnées doit être notifiée sans retard de la même manière.

XXII

PROPOSITIONS DE MODIFICATIONS DU RÈGLEMENT D'EXÉCUTION

1 — Dans l'intervalle qui s'écoule entre les réunions prévues à l'article 27 de la Convention principale, toute Administration d'un des pays contractants a le droit d'adresser aux autres Administrations participantes, par l'intermédiaire du Bureau international, des propositions concernant les dispositions du présent Règlement.

2 — Toute proposition est soumise au procédé déterminé par l'article XLIV du Règlement d'exécution de la Convention principale.

3 — Pour devenir exécutoires, les propositions doivent réunir, savoir:

a) l'unanimité des suffrages, s'il s'agit de l'addition de nouvelles dispositions ou de la modification des dispositions du présent article ou de l'article XXIII;

b) les deux tiers des suffrages s'il s'agit de la modification des dispositions des articles II, III, IV, V, VI, VII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV et XV;

c) la simple majorité absolue s'il s'agit de la modification des autres articles ou de l'interprétation des diverses dispositions du présent Règlement, sauf le cas de litige prévu à l'article 25 de la Convention principale.

4 — Les résolutions valables sont consacrées par une simple notification du Bureau international à toutes les Administrations participantes.

5 — Toute modification ou résolution adoptée n'est exécutoire que trois mois, au moins, après sa notification.

XXIII

DURÉE DU RÈGLEMENT

Le présent Règlement sera exécutoire à partir du jour de la mise en vigueur de la Convention.

Il aura la même durée que cette Convention, à moins qu'il ne soit renouvelé d'un commun accord entre les parties contractantes.

Fait à Madrid, le trente novembre mil neuf cent vingt.

Pour l'Allemagne: *Ronge. — Schenk. — Orth.*

Pour la République Argentine: *A. Barrera Nicholson.*

Pour l'Autriche: *Eberan.*

Pour la Belgique: *A. Pirard. — Tishon. — Hub. Krains.*

Pour la colonie du Congo belge: *M. Halewyck. — G. Tondeur.*

Pour la Bolivie: *Luis Rodriguez.*

Pour le Brésil: *Alcibiades Peçanha. — J. Henrique Aderne.*

Pour la Bulgarie: *N. Startcheff. — N. Boschnakoff.*

Pour le Chili: *A. de la Cruz. — Florencio Marquez de la Plata. — Gus. Cousiño.*

Pour la Chine: *Liou Fou-Tcheng.*

Pour la République de Colombie: *W. Mac Lellan. — Gabriel Roldan.*

Pour la République de Costa-Rica: *Manuel M. de Peralta.*

Pour la République de Cuba: *Juan Iruretagoyena.*

Pour le Danemark: *Holtnagel Jensen. — Holmblad.*

Pour la République Dominicaine: *Leopoldo Lovelace.*

Pour l'Égypte: *N. T. Borton.*

Pour la République de l'Équateur: *Luis Robalino Dávila. — Leonidas A. Yerovi.*

Pour l'Espagne: *Conde de Colombi. — José de Garcia Torres. — Guillermo Capdevila. — José de España. — Martins Vicente. — Antonio Camacho.*

Pour les colonies espagnoles: *Bernardo Rolland. — Manuel G. Acebo.*

Pour l'Éthiopie: *Weuldeu-Berhane.*

Pour la Finlande: *G. E. F. Albrecht.*

Pour la France: *M. Lebon.*

Pour M. Georges Bonnet: *M. Lebon. — G. Blin. — P. Bouillard. — Barrail.*

Pour l'Algérie: *H. Treuillé.*

Pour les colonies et protectorats français de l'Indochine: *André Touzet.*

Pour l'ensemble des autres colonies françaises: *G. Demartial.*

Pour la Grèce: *P. Scassi. — Th. Penthéroudakis.*

Pour le Guatemala: *Juan J. Ortega. — Enrique Traumann.*

Pour la République d'Haiti: *Luis Ma. Solér.*

Pour la République du Honduras: *Ricardo Beltrán y Rózpide.*

Pour la Hongrie: *O. de Fejér. — G. Baron Szalay.*

Pour l'Inde britannique: *G. R. Clarke.*

Pour l'Islande: *Hollnagel Jensen.*

Pour l'Italie et les colonies italiennes: *E. Delmati. — S. Ortisi.*

Pour le Japon: *S. Nakanishi. — Arajiro Miura. — Y. Hiratsuka.*

Pour le Chosen: *S. Nakanishi. — Arajido Miura. — Y. Hiratsuka.*

Pour l'ensemble des autres dépendances japonaises: *S. Nakanishi. — Arajiro Miura. — Y. Hiratsuka.*

Pour la République de Libéria: *Luis Ma. Solér.*

Pour le Luxembourg: *G. Faber.*

Pour le Maroc (à l'exclusion de la Zone espagnole): *Gérard Japy. — J. Walter.*

Pour le Maroc (Zone espagnole): *M. Aguirre de Cárcer, — L. Lopez-Ferrer. — C. Garcia de Castro.*

Pour le Nicaragua: *M. Ig. Terán.*

Pour la Norvège: *Sommerschield. — Klaus Helsing.*

Pour la République de Panama: *J. D. Arosemena.*

Pour le Paraguay: *Fernando Pignet.*

Pour les Pays-Bas: *A. W. Kymmell. — J. S. v. Gelder.*

Pour les Indes néerlandaises: *Wigman. — W. F. Gerdes Oosverbeek. — J. van der Werf.*

Pour les colonies néerlandaises en Amérique: *Wigman. — W. F. Gerdes Oosterbeek. — J. van der Werf.*

Pour le Pérou: *D. C. Urrea. — O. Barrenechea y Raygada.*

Pour la Perse: *Hussein Khan Alai. — C. Molitor.*

Pour la Pologne: *W. Dobrowolski. — Maciejewski. — Dr. Marjan Blachier.*

Pour le Portugal: *Henrique Mousinho de Albuquerque.*

Pour les colonies portugaises de l'Afrique: *Juvenal Elvas Floriado Santa Barbara.*

Pour les colonies portugaises de l'Asie et de l'Océanie: *José Emilio dos Santos e Silva.*

Pour la Roumanie: *D. G. Marinesco.* — *Eng. Boukman.*

Pour le Salvador: *Ismael G. Fuentes.*

Pour le Territoire de la Sarre: *Douarche.*

Pour le Royaume des Serbes, Croates et Slovènes: *Drag. Dimitrijevitch.* — *S. P. Toutoundjitch.* — *Dr. Franya Pavlitch.* — *Costa Zlatanovitch.*

Pour le Royaume de Siam: *Phra Sanpakitch Preecha.*

Pour la Suède: *Julius Juhlin.* — *Thore Wennqvist.*

Pour la Suisse: *Mengotti.* — *F. Boss.*

Pour la Tchécoslovaquie: *Dr. Otokar Ruzicha.* — *Václav Kucera.*

Pour la Tunisie: *Gérard Japy.* — *A. Barbarat.*

Pour la Turquie: *Méhméd-Ali.*

Pour l'Uruguay: *Adolfo Agorio.*

Pour les États-Unis de Venezuela: *Pedro-Emilio Coll.* — *Barcelo.* — *A. Posse.*

ÉCHANGE DE COLIS POSTAUX

ENTRE PAYS NON LIMITROPHES

Tableau indiquant les conditions auxquelles peuvent être transmis à découvert à l'Office des postes d....., par l'Office des postes d....., des colis postaux à destination des pays auxquels le premier Office est à même de servir d'intermédiaire au second.

Pays de destination	Voies de transmission	Désignation des pays intermédiaires et des services maritimes à employer	Total des Frais à Bonifier par l'Office..... à l'Office.....		Observations
			Taxe au poids	Droits d'assurance par 300 francs	
1	2	3	4	5	6

COUPON

Peut être détaché par le
destinatairere du bureau
l'origine

Numéros d'enregistrement

Pays d'origine.....

Valeur déclarée

BULLETIN D'EXPÉDITION

Ci joint..... Nombre de déclarations en douane.....

Montant du remboursement

Application
du
timbre poste
ou
indication
de la
taxe perçue

- destinataire primitif ou à une autre personne;
- d) que le destinataire primitif soit avisé encore une fois;
- e) que le colis soit vendu aux risques et périls de l'expéditeur ou traité comme abandonné;
- f) qu'un colis grevé de remboursement soit remis au destinataire primitif ou à une autre personne sans perception du montant du remboursement ou contre paiement d'une somme inférieure à celle indiquée originairement;
- g) que le colis soit remis au destinataire sans perception des frais de douane ou des autres frais dont le colis est grevé.

RÉCÉPISSÉ DU DESTINATAIRE

Le soussigné déclare avoir reçu { le colis désigné }
 { les colis désignés } au recto du présent bulletin

A....., le.....192.....

(Signature)

.....

Administration des Postes de.....
ou
Administration des Chemins de fer de.....

.....

C

DÉCLARATION EN DOUANE

M.....

COLIS POSTAUX		DÉSIGNATION DU CONTENU	VALEURS	POIDS	
Nombre	Espèce			Brut — Grammes	Net — Grammes

.....192..

L'expéditeur,

D

475

BARMEN I

475 Barmen I

E
(RECTO)

COUPON L'expéditeur $\frac{\text{au colis *)}}{\text{de la boîte *)}}$ N..... avec valeur déclarée de..... déposé.....à..... pour M..... à..... a payé les droits indiqués au verso.	Timbre du bureau d'origine  Pays d'origine..... BULLETIN D'AFFRANCHISSEMENT $\frac{\text{Le...colis *)}}{\text{La boîte *)}}$ N.....de.....avec valeur déclarée de.....expédié.....par..... à l'adresse de..... à..... domicile..... doit (doivent) être remis.....franc.....de $\frac{\text{tous droits *)}}{\text{droits de douane *)}}$ *) Biffer le superflu. A renvoyer au bureau de..... (Indiquer le nom du bureau d'origine ou, le cas échéant, celui du bureau d'échange).
--	--

E
(VERSO)

(doit être imprimé en sens inverse du recto)

DÉTAIL DES DROITS DUS (dans la monnaie du pays destinataire) <table style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 80%;">Droits de douane.....</td> <td style="width: 20%; border-bottom: 1px solid black;"></td> </tr> <tr> <td>Frais de emballage.....</td> <td style="border-bottom: 1px solid black;"></td> </tr> <tr> <td>Droits de dédouanement.....</td> <td style="border-bottom: 1px solid black;"></td> </tr> <tr> <td>Autres frais.....</td> <td style="border-bottom: 1px solid black;"></td> </tr> <tr> <td>.....</td> <td style="border-bottom: 1px solid black;"></td> </tr> <tr> <td>Total.....</td> <td style="border-bottom: 1px solid black;"></td> </tr> </table>	Droits de douane.....		Frais de emballage.....		Droits de dédouanement.....		Autres frais.....				Total.....		TOTAL DES FRAIS DÉBOURSÉS (voir le détail sur le coupon) (dans la monnaie du pays de destination du colis) Timbre du bureau qui a fait l'avance des frais soit (à convertir par l'Office d'origine du colis)		
Droits de douane.....															
Frais de emballage.....															
Droits de dédouanement.....															
Autres frais.....															
.....															
Total.....															
soit *). Timbre du bureau d'origine du colis	N. du registre Registre d'arrivée N.....	Date	Bureau qui a fait l'avance des frais Converti par (nom de l'agent)	Signature de l'agent Timbre du bureau recouvrant											

*) Dans la monnaie du pays d'origine du colis.

E bis
COMPTE

des frais payés par l'Administration d.....pour le compte de l'Administration de.....

Mois de.....192....

Numéro d'ordre	Dates	Bureaux qui ont fait l'avance des frais	Bureaux déboursants	Montant de chaque bulletin		Observations
			Totaux.....			

ADMINISTRATI

d.....

Numéro d'ordre

Nom du p

.....

TE

DES COLIS POSTAUX EXPÉD

.....

.....

Timbre à date



.... 192....., à..... h.....m. du.....

.... 192....., à..... h.....m. du.....

Numéro		N de leur parée	Bonifications de taxes et droits		Montant des rembour- sements	Oser- vations
d'ordre	de l'enre- gistrement		par l'Office expéditeur à l'Office correspondant	par l'Office correspon- dant à l'Office expéditeur		
1	2		8	9	10	11
Totaux.....						
L'employé du bureau e			L'employé du bureau destinataire,			
.....						

(*) Ne pas remplir dans le cas où que les feuilles de route.

• • • • •

Numéro d'ordre de la feuille de route
Nom du navire

PAYS DE DESTINATION

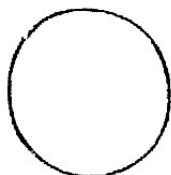
.....

F

FEUILLE DE ROUTE

DES COLIS POSTAUX EXPÉDIÉS PAR LE BUREAU D'ÉCHANGE D.....
AU BUREAU D'ÉCHANGE D.....

Timbre à date



Départ (..... envoi) du..... 192..., à...h...m.

Arrivée..... du..... 192..., à...h...m.

NUMÉROS		Nombre de colis postaux	BUREAU		Poids de chaque colis avec valeur déclarée	Valeur dé- clarée	BONIFICATIONS de taxes et droits		Montant des rem- bourse- ments	Observations
d'ordre	de l'en- regis- tre- ment		d'origine	de destination (*)			par l'Office expéditeur à l'Office correspondant	par l'Office correspondant à l'Office expéditeur		
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
						francs-or	fr.	ct.	fr.	ct.
Totaux.....										

L'employé du bureau expéditeur.

L'employé du bureau destinataire.

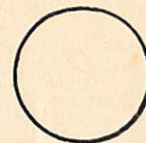
(*) Ne pas remplir dans les cas où les colis sont adressés au même bureau que les feuilles de route.

(Dimensions : 148×210 ou 210×297 ou 297×420 mm.)

d.....

G

SERVICE DES COLIS POSTAUX



Timbre à date

BULLETIN DE VÉRIFICATION

pour la rectification et la constatation des erreurs et irrégularités de toute nature reconnues dans l'envoi de colis du bureau d'échange d.....

par le bureau d'échange d.....

Expéditions..... 192.....

MANQUE DE COLIS						
Numéro		Lieu d'origine	ADRESSE (aussi exacte que possible)	Montant du port bonifié	Vérification du bureau destinataire	Observations
d'ordre	de l'enregistre- ment					

PAYS	ENVOIS SOUMIS A LA TAXE										Remboursements				Mandats de poste		Virements postaux		Jour- naux, etc., servis par abonne- ment					
	LETTRES		Cartes postales simples et avec réponse payée	Im- primés	Papiers d'affaires	Echan- tillons de marchan- dises	Envois admis à la franchise de port	Totaux des envois inscrits aux colonnes 2-8	Envois recom- mandés parmi les cor- respon- dances inscrits aux colonnes 2-8	Colis ordi- naires	Lettres et boîtes avec déclaration de valeur		Colis avec déclaration de valeur		Objets de cor- respon- dance	Colis	Montant total des rembour- sements	Mandats de poste		Re- couvres- ments	Virements postaux			
	affran- chies	non affran- chies									Nombre	Valeur	Francs	Nombre				Valeur			Francs	Nombre	Valeur	Francs
			2	3	4	5	6	7	8	9					10	11	12			13				
1																								24
I. EUROPE																								
II. AFRIQUE																								
III. AMERIQUE																								
IV. ASIE																								
V. AUSTRALIE et OCEANIE																								
TOTAUX																								

(G) continuação

AVARIE DE COLIS								
Numéro		Lieu d'origine	ADRESSE		Contenu	Poids constaté	Valeur déclarée	Indication du récipient (panier, sac, etc.)
d'ordre	de l'enregistrement		de l'expéditeur	du destinataire				
Description et cause apparente de l'avarie ou autres observations.								

IRRÉGULARITÉS

(manque de la feuille, emballage ou fermeture insuffisants, etc.)

Erreurs						
Numéro		Lieu d'origine	Nom et adresse du destinataire	Poids	Montant du port bonifié	Rectification du bureau destinataire
d'ordre	de l'enregistrement					
Total		Total vérifié				

..... le 192...

Vu et accepté

..... le 192...

L'employé du bureau destinataire,

Le chef du bureau expéditeur

H
(RECTO)

COUPON ou mandat de remboursement de..... (Montant en chiffres) pour le colis n°..... déposé le..... 192... à..... par M..... à l'adresse de M..... à.....	ADMINISTRATION DES POSTES D..... MANDAT DE REMBOURSEMENT INTERNATIONAL de la somme de (en chiffres arabes) (les unités en toutes lettres et en caractères latins) Pour le colis postal n.....expédié le..... Payable à M..... Lieu de destination Adresse du destinataire..... Pays de destination..... INDICATIONS DE SERVICE (*) <table border="1"><tr><td>Numéro d'émission.....</td><td rowspan="5"> Somme versée (Monnaie du pays destinataire du colis) </td><td rowspan="5"> Timbre du bureau d'émission  </td></tr><tr><td>Date d'émission.....</td></tr><tr><td>Bureau d'émission.....</td></tr><tr><td>Pays d'émission.....</td></tr><tr><td>Signature de l'agent qui a dressé le mandat:</td></tr></table> (*) Indications à remplir par l'Office destinataire du colis après l'encaissement du montant du remboursement.	Numéro d'émission.....	Somme versée (Monnaie du pays destinataire du colis)	Timbre du bureau d'émission 	Date d'émission.....	Bureau d'émission.....	Pays d'émission.....	Signature de l'agent qui a dressé le mandat:
Numéro d'émission.....	Somme versée (Monnaie du pays destinataire du colis)	Timbre du bureau d'émission 						
Date d'émission.....								
Bureau d'émission.....								
Pays d'émission.....								
Signature de l'agent qui a dressé le mandat:								

II

(VERSO)

(Cadre réservé aux endossements, s'il y a lieu)

QUITTANCE DU DESTINATAIRE

Reçu la somme indiquée d'autre part

Lieu.....

Le..... 192.....

Signature du destinataire:

.....

Timbre du bureau
payeur



Registre
d'arrivée.

N°.... ..

ADMINISTRATION DES POSTES d.....

(Colis postaux)

AVIS DE NON REMISE

Le.....colis dont ci-joint.....bulletin.....d'expédition n°.....originale.....
de.....se trouve.....
en souffrance à mon bureau pour le motif suivant:

- a) Le.....colis.....été refusé.....par le destinataire (1).
- b) Le.....colis n°.....pas été réclamé..... (1).
- c) Le destinataire est inconnu, absent, parti, décédé (1).
- d) L'adresse est insuffisante (1).
- e) L'adresse du colis n'est pas conforme à celle du bulletin (1).

f) Le destinataire refuse de payer { les frais de douane (1).
le remboursement (1).
les autres frais dont le colis est grevé (1).

g) Le colis est grevé des frais de douane et autres s'élevant au total à.....Pour
prolongation de magasinage cette somme sera majorée à raison de.....

Prière de demander les instructions de l'expéditeur et de lui faire connaître que si ses instructions ne me parviennent pas
dans un délai de.....mois, le.....colis lui sera.....réexpédié.....sous suite des frais.

Timbre à date



Signature :

REPONSE

Le.....colis doi.....être

{	a) Présenté encore une fois au destinataire.....	}	M.....
	b) Remis à.....		rue..... n°.....(1)
	sans perception...		
	du montant du remboursement de..... fr.....ct.		
{	contre paiement..	}	
	c) Réexpédié à M.....		rue..... n°.....(1)
	d) Réexpédié à son point d'origine (1).		

L'expéditeur fait abandon du colis (1).

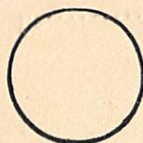
L'expéditeur demande que le colis soit vendu (1).

L'expéditeur demande que le colis soit présenté encore une fois au destinataire, sans perception des droits de douane ou des autres frais dont le colis est grevé; l'expéditeur prendra ces frais à sa charge.

L'expéditeur n'ayant pas répondu aux demande d'instructions qui lui ont été adressées, le..... colis doi.....être.. renvoyé.....à mon bureau à l'expiration du délai réglementaire (1).

Signature:.....

Timbre à date



(1) Biffer les indications dont il n'est pas fait usage.

K

d..... d.....

ETAT MENSUEL

des sommes que se doivent réciproquement l'Administration des postes d..... et l'Administration des postes d..... à titre de frais pour les colis postaux livrés par les bureaux d'échange dépendant de la première Administration au bureau d'échange d.....

Mois d 192											
Totaux par bureau d'échange correspondants.											
Total général de chaque avoir.											

Timbre du bureau d'échange destinataire



Le Chef du bureau d'échange destinataire.

d.....

ETAT MENSUEL

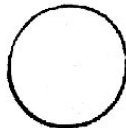
d.....

des sommes que se doivent réciproquement l'Administration des postes d.....
et l'Administration des postes d....., à titre de frais pour les colis postaux livrés par les
bureaux d'échange dépendant de la première Administration au bureau d'échange d.....

Mois d.....192....

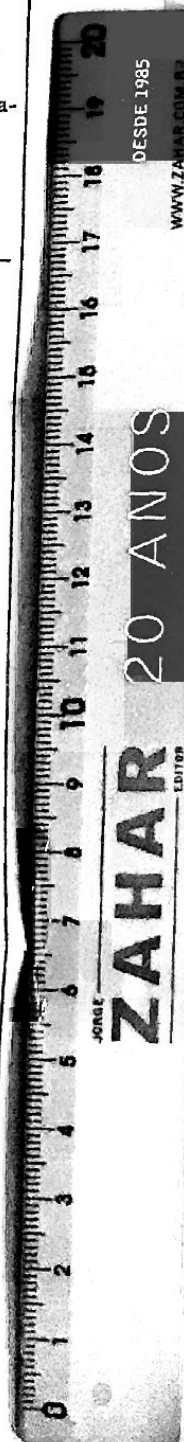
Dates des feuilles de route	I. Avoir de l'Office destinataire (Colonne 8 de la formule F)						II. Avoir de l'Office expéditeur Taxes et droits (Colonne 9 de la formule F)						Observations
	Envoi du bureau d.....	Envoi du bureau d.....	Envoi du bureau d.....	Envoi du bureau d.....	Envoi du bureau d.....	Envoi du bureau d.....	Envoi du bureau d.....	Envoi du bureau d.....	Envoi du bureau d.....	Envoi du bureau d.....	Envoi du bureau d.....		
1.....	fr.	c.	fr.	c.	fr.	c.	fr.	c.	fr.	c.	fr.	c.	
2.....													
3.....													
4.....													
5.....													
6.....													
7.....													
8.....													
9.....													
10.....													
11.....													
12.....													
13.....													
14.....													
15.....													
16.....													
17.....													
18.....													
19.....													
20.....													
21.....													
22.....													
23.....													
24.....													
25.....													
26.....													
27.....													
28.....													
29.....													
30.....													
31.....													
Totaux par bureaux d'échange correspondants.....													
Total général de chaque avoir.													

Timbre du bureau d'échange destinataire



Le Chef du bureau d'échange destinataire.

(Dimensions: 210×297 ou 105×297 mm.)



COMPTE PARTICULIER

mandats de remboursement payés par l'Administration d.....
pour le compte de l'Administration d.....
pendant le mois d..... 192.....

[illegible]

ADMINISTRATION

D.....

.....P

4

COMPTE

récapitulatif des états mensuels des feuilles de route de colis postaux adressées par le
bureau d'échange d.....aux bureaux d'échange d.....

Mois d.....192..

Numéro d'ordre	Désignation des bureaux d'échange destinataires	Montant des sommes dues d'après chaque état mensuel à l'Office destinataire	Montant des sommes dues d'après chaque état mensuel à l'Office expéditeur — Taxes et droits	Observations
1				
2				
3				
4				
5				
6				
7				
8				
9				
10				
11				
12				
13				
14				
15				
16				
17				
18				
19				
20				
	1/2 % du montant de remboursements effe- ctués pour l'Office desti- nataire.			
	TOTAUX			
	Solde au crédit de l'Of- fice			

**CORRESPONDANCE
AVEC L'OFFICE**

d.....

4

COMPTE

récapitulatif des états mensuels des feuilles de route de colis postaux adressées par le
bureau d'échange d.....aux bureaux d'échange d.....

Mois d.....192..

Numéro d'ordre	Désignation des bureaux d'échange destinataires	Montant des sommes dues d'après chaque état mensuel à l'Office destinataire	Montant des sommes dues d'après chaque état mensuel à l'Office expéditeur — Taxes et droits	Observations
1				
2				
3				
4				
5				
6				
7				
8				
9				
10				
11				
12				
13				
14				
15				
16				
17				
18				
19				
20				
	1/2 % du montant de remboursements effe- ctués pour l'Office desti- nataire.			
	TOTAUX			
	Solde au crédit de l'Of- fice			

M COMPTE PARTICULIER

des mandats de remboursement payés par l'Administration d.
pour le compte de l'Administration d.
pendant le mois d.

192

[illegible]

A
(RECTO)
ADMINISTRATION DES POSTES

(VERSO)

COUPON

(Peut être détaché
par le destinataire)Montant du mandat
en chiffresDésignation de
l'envoyeurTimbre
du bureau
d'origine

Le.....192...

Annexe C — 312 — 1

du..... Cours du change
.....
Somme payée:
..... (*)

Mandat de Poste International

de la somme de
(en chiffres arabes)

(Les unités en toutes lettres et en
caractères latins)

payable à M.....

Lieu de destination:.....

Adresse du destinataire:.....

Pays de destination:.....

Indications de service

Número d'émission

Date d'émission:.....

Bureau expéditeur:.....

Signature de l'agent
qui a dressé le mandat:

(*) Indications à remplir par l'Office
destinataire lorsqu'il opère lui-même la
conversion ou qu'il fait usage, pour ses
payements, de papier-monnaie déprécié
par rapport à la monnaie métallique
ayant le cours de l'or. (Arrangement,
article 2.)

Somme versée

(Monnaie du pays
d'origine)

Registre d'arrivée

N.....

Timbre du
bureau d'origine

QUITTANCE DU DESTINATAIRE

(Cadre réservé aux endossements, s'il y a lieu)

Reçu la somme indiquée d'autre part,

Lieu.....

Le.....192...

Signature du destinataire:

Timbre du bu-
reau payeur

N. B. — Le verso doit être imprimé en sens inverse du recto.

B

ADMINISTRATION DES POSTES

d.....

AVIS D'ÉMISSION

Copie d'un mandat télégraphique déposé au bureau d.....
le..... pour le bureau d.....
(Pays).....

Nom de l'envoyeur	Numéro du mandat	Nom, prénoms, qualité et domicile du destinataire	Montant du mandat	Somme versée (Monnaie du pays d'origine)

Timbre du bureau d'origine

A..... le..... 192...

Timbre du bureau de destination

Le..... des postes,

(Signature)

Annexe C - 312 - 2 -

C

ADMINISTRATION DES POSTES

D.....

AVIS DE PAYEMENT

N. du registre:

d'un mandat

Le soussigné déclare que la somme de.....
montant du mandat n..... émis par le bureau d..... le.....
à l'adresse de M..... été dûment payée
le 192

Timbre du bureau payeur

du destinataire

Signature: (*)

de l'agent

du bureau payeur

(*) Cet avis doit être signé par le bénéficiaire ou, si les règlements du pays de destination le comportent, par l'agent du bureau payeur, puis être mis sous enveloppe et envoyé, par le premier courrier, au bureau d'origine du mandat qu'il concerne.

2

(VERSO)

Mois d.....

[illegible]

Total général des sommes dues par l'Office d.....à l'Office d.....	fr.
mois de.....	192...

Le Chef d.....

N

ADMINISTRATION DES POSTES D.....

RÉCLAMATION D'UN COLIS POSTAL

ou a'un mandat de remboursement non parvenu

Partie à remplir par l'Office
d'origine

Bureau de dépôt:
Date du dépôt:
Description très exacte du contenu:
N d'enregistrement:.....
Adresse du destinataire (aussi exactement que possible):.....
Contenu exact:.....
Poids:.....
Déclaration de valeur:.....
Remboursement:.....
Demande d'un avis de réception:.....
(Dans le cas affirmatif, ajouter les lettres A. R.)
Nom et adresse de l'expéditeur:.....
Acheminement: expédié le..... 192.... par le bureau
d'échange de..... au bureau d'échange de.....,
sous le n°..... de la feuille de route.
Date..... Signature.....

Partie à remplir par
l'Office de destination

Administration des postes d.....
Le colis décrit ci-dessus a été remis le..... 192.... à.....
Date..... Signature.....
—
Le colis décrit ci-dessus.....
.....
.....
Date..... Signature.....

Partie à remplir par les Offices
intermédiaires

Administration des postes d.....
Réacheminé le..... 192.... par le bureau d'échange
de..... au bureau d'échange de....., sous
le n°..... de la feuille de route.
Date..... Signature.....
Administration des postes d.....
Réachemine le..... 192.... par le bureau d'échange
de..... au bureau d'échange de....., sous
le n°..... de la feuille de route.
Date..... Signature.....
Administration des postes d.....
Réacheminé de..... 192.... par le bureau d'échange
de..... au bureau d'échange de....., sous le
n°..... de la feuille de route.
Date..... Signature.....

Réponse définitive (1)

(1) De l'Office destinataire ou, le cas échéant de l'Office intermédiaire qui ne peut établir la transmission régulière de l'envoi réclamé à l'Office suivant.

0

ÉQUIVALENTS DES TAXES

[illegible]

XI

ARRANGEMENT CONCERNANT LE SERVICE DES MANDATS DE POSTE

Conclue entre:

L'Allemagne, la République Argentine, l'Autriche, la Belgique et la Colonie du Congo Belge, la Bolivie, Le Brésil, la Bulgarie, le Chili, la Chine, la République de Colombie, le Danemark, l'Égypte, l'Espagne, l'Éthiopie, la Finlande, la France, l'Algérie, les Colonies et Protectorats Français de l'Indochine, l'ensemble des autres Colonies Françaises, la Grèce, la République du Honduras, la Hongrie, l'Islande, l'Italie et les Colonies Italiennes, le Japon, le Chosen, l'ensemble des autres dépendances Japonaises, la République de Liberia, le Luxembourg, de Maroc (à l'exclusion de la zone espagnole), le Maroc (Zone espagnole), le Nicaragua, la Norvège, la République de Panama, le Paraguay, les Pays-Bas, les Indes Néerlandaises, les Colonies Néerlandaises en Amérique, le Pérou, la Pologne, le Portugal, les Colonies Portugaises de l'Afrique, les Colonies Portugaises de l'Asie et l'Océanie, la Roumanie, la République de St-Marin, le Territoire de la Sarre, le Royaume des Serbes, Croates et Slovènes, le Royaume de Siam, la Suède, la Suisse, la Tchécoslovaquie, la Tunisie, la Turquie, l'Uruguay et les États-Unis de Venezuela.

Les soussignés, plénipotentiaires des Gouvernements des pays ci-dessus énumérés, vu l'article 24 de la Convention principale, ont, d'un commun accord et sous réserve de ratification, arrêté l'Arrangement suivant:

ARTICLE 1

DISPOSITIONS PRÉLIMINAIRES

L'échange des envois de fonds par la voie de la poste et au moyen de mandats, entre ceux des pays contractants dont les Administrations conviennent d'établir ce service, est régi par les dispositions du présent Arrangement.

ARTICLE 2

VERSEMENT; MONTANT MAXIMUM TRANSMISSIBLE

1 — En principe, le montant des mandats doit être versé par les déposants et payé aux bénéficiaires en numéraire; mais chaque Administration a la faculté de recevoir et d'employer elle-même, à cet effet, tout papier-monnaie ayant cours légal

dans son pays, sous réserve de tenir compte, le cas échéant, de la différence de cours.

2 — Chaque Administration a la faculté de fixer le maximum des mandats qu'elle émet à condition que ce maximum n'excède pas 1.000 francs-or.

Sauf arrangement contraire, le maximum des mandats payables dans un pays déterminé est le même que celui qui a été adopté par ce pays pour l'émission.

Lorsqu'un même expéditeur a fait émettre, le même jour, dans une même localité, au profit du même bénéficiaire plusieurs mandats dont le montant total excède le maximum adopté par le pays de destination, le bureau destinataire est autorisé à échelonner le paiement des titres de telle façon que la somme payée au bénéficiaire dans une même journée n'excède pas ce maximum.

3 — Sauf arrangement contraire entre les Administrations intéressées, le montant de chaque mandat est exprimé dans la monnaie du pays où le paiement doit avoir lieu. A cet effet, l'Administration du pays d'origine détermine elle-même, s'il y a lieu, le taux de conversion de sa monnaie en monnaie du pays de destination.

L'Administration du pays d'origine détermine également, s'il y a lieu, le cours à payer par l'expéditeur, lorsque ce pays et le pays de destination possèdent le même système monétaire.

4 — Est réservé à chacun des pays contractants le droit de déclarer transmissible par voie d'endossement, sur son territoire, la propriété des mandats de poste provenant d'un autre de ces pays.

ARTICLE 3

TAXES; AVIS DE PAYEMENT; RETRAIT ET CHANGEMENT D'ADRESSE; REMISE PAR EXPRÈS

1 — La taxe générale à payer par l'expéditeur pour chaque envoi de fonds effectué en vertu de l'article précédent est fixée, pour les 100 premières unités monétaires à $\frac{1}{2}$ unité monétaire par 50 unités monétaires ou fraction de 50 unités monétaires et en outre au delà des 100 premières unités monétaires à $\frac{1}{2}$ unité monétaire par 100 unités monétaires ou fraction de 100 unités monétaires.

Sont exempts de toute taxe les mandats d'office relatifs au service des postes et échangés entre les Administrations postales ou entre les bureau relevant de ces Administrations,

ainsi que les mandats des Administrations postales destinés au Bureau international de l'Union Postale universelle et les mandats adressés aux prisonniers de guerre ou expédiés par eux.

2 — L'Administration qui a délivré des mandats tient compte, à l'Administration qui les a acquittés, d'un droit de $\frac{1}{4}$ % du montant total des mandats payés, abstraction faite des mandats émis en franchise de taxe.

3 — Les mandats échangés, par l'intermédiaire d'un des pays participant à l'Arrangement, entre un autre de ces pays et un pays non participant, peuvent être soumis, au profit de l'Office intermédiaire, à un droit supplémentaire prélevé sur le montant du titre et représentant la quote-part du pays non participant.

4 — Les mandats de poste et les acquits donnés sur ces mandats, de même que les récépissés délivrés aux déposants, ne peuvent être soumis, à la charge des expéditeurs ou des destinataires des fonds, à un droit ou à une taxe quelconque en sus de la taxe perçue en vertu du § 1 du présent article, sauf, toutefois, le droit de factage pour le paiement à domicile, s'il y a lieu, et le droit supplémentaire prévu par le § 3 ci-dessus.

5 — L'expéditeur d'un mandat peut obtenir un avis de paiement de ce mandat, en acquittant d'avance, au profit exclusif de l'Administration du pays d'origine, un droit fixe égal à celui qui est perçu dans ce pays pour les avis de réception des correspondances recommandées.

Toutefois, si cet avis n'est pas réclamé au moment de l'émission du mandat, l'expéditeur peut ultérieurement en faire la demande; mais dans le délai fixé par le § 6 de l'article 7 et moyennant paiement d'un droit double de celui prévu à l'alinéa précédent.

6 — L'expéditeur d'un mandat de poste peut le faire retirer du service ou en faire modifier l'adresse aux conditions et sous les réserves déterminées pour les correspondances ordinaires par l'article 11 de la Convention principale, tant que le bénéficiaire n'a pas pris livraison, soit du titre lui-même, soit du montant de ce titre.

7 — L'expéditeur peut également demander la remise des fonds à domicile, par porteur spécial, aussitôt après l'arrivée du mandat, aux conditions fixées par l'article 15 de la dite Convention.

8 — Est toutefois réservée à l'Office du pays de destination la faculté de faire remettre par exprès, au lieu des fonds, un avis d'arrivée du mandat ou le titre lui-même, lorsque ses règlements intérieurs le comportent.

ARTICLE 4

MANDATS TÉLÉGRAPHIQUES

1 — Les mandats de poste peuvent être transmis par le télégraphe, dans les relations entre les Offices dont les pays sont reliés par un télégraphe d'État ou qui consentent à employer à cet effet la télégraphie privée; ils sont qualifiés, en ce cas, de mandats télégraphiques.

2 — Les mandats télégraphiques peuvent, comme les télégrammes ordinaires et aux mêmes conditions que ces derniers, être soumis aux formalités de l'urgence, de la réponse payée, du collationnement et de l'accusé de réception, ainsi qu'aux formalités de la transmission par la poste ou de la remise par exprès, si le domicile du destinataire se trouve en dehors du rayon de la distribution gratuite du bureau de destination.

L'expéditeur doit indiquer, le cas échéant, le mode de transport à employer au delà des lignes télégraphiques (poste ou exprès).

Les mandats télégraphiques peuvent, en outre, donner lieu à des demandes d'avis de paiement à délivrer et à expédier par la poste.

Les expéditeurs de mandats télégraphiques peuvent les faire retirer du service ou en faire modifier l'adresse aux conditions et sous les réserves déterminées pour les correspondances ordinaires par l'article 11 de la Convention principale tant que le bénéficiaire n'a pas pris livraison, soit du titre lui-même, soit du montant de ce titre. Le bureau destinataire ne peut toutefois donner suite aux demandes de modification d'adresse qu'après réception de l'avis confirmatif.

Les expéditeurs des mandats télégraphiques peuvent ajouter à la formule réglementaire du mandat des communications pour le destinataire, pourvu qu'ils en payent le montant d'après le tarif.

3 — L'expéditeur d'un mandat télégraphique doit payer:

- a) la taxe ordinaire des mandats de poste et, si un avis de paiement est demandé, le droit fixe de cet avis;
- b) la taxe du télégramme.

4 — Le bénéficiaire d'un mandat télégraphique doit être avisé immédiatement et sans frais de l'arrivée du mandat; toutefois, lorsque son domicile se trouve en dehors du rayon de distribution gratuite du bureau de destination, les frais de remise par exprès de l'avis, s'il n'ont pas été payés par l'expéditeur, peuvent être perçus sur le destinataire.

Lorsque, au lieu de l'avis, l'Administration du pays de destination remet les fonds à domicile, il lui est loisible de percevoir, de ce chef, une taxe spéciale en tenant compte, le cas échéant, des frais d'express qui ont été payés par l'expéditeur.

5 — Les mandats télégraphiques ne sont grevés d'aucuns frais autres que ceux prévus au présent article, ou qui peuvent être perçus en conformité des règlements télégraphiques internationaux.

ARTICLE 5

RÉEXPÉDITION

1 — Par suite du changement de résidence du bénéficiaire, les mandats ordinaires peuvent être réexpédiés d'un des pays participant à l'Arrangement sur un autre de ces pays, si le pays de la nouvelle destination entretient avec celui d'origine un échange de mandats de poste sur la base du présent Arrangement.

La demande de réexpédition peut être formulée par l'expéditeur ou par le destinataire.

Le montant du mandat est converti par le bureau réexpéditeur en monnaie du pays de la nouvelle destination d'après le taux convenu pour le mandat à destination de ce pays et émanant du pays qui effectue la réexpédition. Il n'est perçu aucun supplément de taxe pour la réexpédition, mais le pays de la nouvelle destination touche en tout cas à son profit la quote-part de taxe qui lui serait dévolue si le mandat lui avait été primitivement adressé, même dans le cas où, par suite d'un arrangement spécial conclu entre le pays d'origine et le pays de la destination primitive, la taxe effectivement perçue serait inférieure à la taxe prévue par l'article 3 du présent Arrangement.

Toutefois, la conversion du montant n'est pas opérée quand le mandat est réexpédié sur le pays d'origine ou sur le pays de première destination. Suivant le cas, le titre est payé pour son montant primitif ou pour la somme versée en monnaie du pays d'origine et figurant aux indications de service.

2 — Les mandats télégraphiques peuvent être réexpédiés sur une nouvelle destination par voie postale, aux mêmes conditions que les mandats ordinaires.

3 — Si l'Administration du nouveau pays de destination entretient avec celle de la destination primitive un échange de mandats télégraphiques, la réexpédition des mandats ordinaires ou télégraphiques peut, à la demande de l'expéditeur

ou du destinataire, être opérée par voie télégraphique sans attendre la réception de l'avis confirmatif, en ce qui concerne les mandats télégraphiques. En pareil cas, le mandat original est quittancé par le bureau réexpéditeur et comptabilisé comme mandat payé, et les frais postaux et télégraphiques afférents au nouveau parcours sont déduits du montant à transmettre.

4 — Les mandats ordinaires originaires de pays ne participant pas au présent Arrangement, mais entretenant un échange de mandats de poste avec un pays contractant, peuvent, si les Arrangements particuliers ne s'y opposent pas, être réexpédiés, par voie postale, de ce dernier pays sur un tiers pays signataires de l'Arrangement. En pareil cas, le bureau réexpéditeur quitte le mandat original, le comptabilise comme mandat payé et établit un nouveau mandat dont la taxe est déduite du montant à transmettre.

ARTICLE 6

DÉCOMPTES

1 — Les Administrations des postes des pays contractants dressent, aux époques fixées par le Règlement ci-après, les comptes sur lesquels sont récapitulées toutes les sommes payées par leurs bureaux respectifs: et ces comptes, après avoir été débattus et arrêtés contradictoirement, sont soldés par l'Administration qui est reconnue redevable envers une autre, dans le délai fixé par le même Règlement. Sauf arrangement contraire, le paiement du solde a lieu dans la monnaie que le pays créancier applique au paiement des mandats de poste (article 2, § 3, ci-dessus).

2 — A cet effet, et sauf autre arrangement, lorsque les mandats ont été payés dans des monnaies différentes, la créance la plus faible est convertie en même monnaie que la plus forte, en prenant pour base de la conversion le cours moyen officiel du change dans le pays débiteur pendant la période à laquelle le compte se rapporte.

3 — En cas de non paiement du solde d'un compte dans les délais fixés, le montant de ce solde est productif d'intérêts, à dater du jour de l'expiration des dits délais jusqu'au jour où le paiement a lieu. Ces intérêts sont calculés à raison de 7 % l'an et sont portés au débit de l'Administration retardataire sur le compte suivant.

ARTICLE 7

RESPONSABILITÉ; MANDATS NON DISTRIBUABLES PÉRIMÉS

1 — Les sommes converties en mandats de poste sont garanties aux déposants, jusqu'au moment où elles ont été ré-

gulièrement payées aux destinataires ou à leurs ayant droit. Tout mandat qui n'a pu être payé au destinataire pour une cause quelconque doit être remboursé à l'expéditeur.

Tout mandat dont le montant a été inscrit au crédit du compte courant postal du destinataire en conformité des règles qui concernent le service des chèques postaux est considéré comme valablement payé.

Lorsqu'un mandat n'a pas atteint son but par suite d'une faute de service et doit pour cette raison être remboursé à l'expéditeur, celui-ci a droit, en outre, à la restitution des frais postaux de réclamation.

2— Lorsque le payment d'un mandat a été contesté, l'obligation de désintéresser le réclamant incombe à l'Office d'émission ou à l'Office de payment dûment saisi d'une réclamation reconnue fondée.

S'il n'y a pas eu faute de sa part, l'Office qui a désintéressé le réclamant a le droit d'exercer son recours contre l'Administration responsable du paiement sur faux acquit.

3 — Pour dégager sa responsabilité à l'égard de tout mandat payé par lui, l'Office de destination doit être en mesure d'établir que le paiement a eu lieu dans les conditions prescrites par ses règlements intérieurs.

4 — Le réclamant doit être désintéressé le plus tôt possible et au plus tard dans le délai d'un an à partir du jour de la réclamation.

Ce délai peut être exceptionnellement dépassé lorsque malgré toute la diligence apportée par les Administrations dans l'examen d'une affaire, il n'a pas été suffisant pour permettre de déterminer les responsabilités.

5 — Lorsque l'Office d'origine a été saisi d'une réclamation par l'expéditeur et que l'Office de destination a laissé s'écouler une période d'une année sans donner de solution à l'affaire, ce dernier Office peut être mis en demeure d'avoir à rembourser le réclamant dans un délai qui lui est indiqué en tenant compte des distances. Si la mise en demeure n'est pas suivie d'effet à l'expiration de ce délai, l'Office d'origine est autorisé à désintéresser l'expéditeur pour le compte de l'Office destination.

L'Office de destination pour le compte duquel un paiement est effectué, conformément aux dispositions de l'alinéa précédent, est tenu d'en rembourser le montant à l'Office expéditeur dans un délai de trois mois après la réception de l'avis dudit paiement. Le remboursement s'effectue sans frais pour l'Office créditeur, soit au moyen d'un mandat de poste ou d'une traite, soit en espèces ayant cours dans le pays crédi-

teur. Passé le délai de trois mois, la somme due à l'Office expéditeur est productive d'intérêts à raison de 7 % l'an, à dater du jour de l'expiration dudit délai.

6 — Il est toutefois entendu que la réclamation concernant le paiement d'un mandat à une personne non autorisée n'est admise que dans le délai d'un an à partir du lendemain du jour de l'expiration de la validité normale du mandat; passé ce terme, les Administrations cessent d'être responsables des paiements sur faux acquits.

7 — Les sommes encaissées par chaque Administration, en échange de mandats de poste dont le montant n'a pas été réclamé dans le délais fixés par les lois ou règlements du pays d'origine, sont définitivement acquises à l'Administration qui a délivré ces mandats.

ARTICLE 8

LÉGISLATION DES PAYS CONTRACTANTS; UNIONS RESTREINTES

Est réservé à chaque pays le droit d'appliquer, aux mandats de poste à destination ou en provenance d'autres pays, ses lois et règlements intérieurs, en tant qu'il n'y est pas dérogé par le présent Arrangement.

Les stipulations du présent Arrangement ne portent pas restriction au droit des parties contractantes de maintenir et de conclure des arrangements spéciaux, ainsi que de maintenir et d'établir des unions plus restreintes en vue de la réduction des taxes ou de toute autre amélioration du service.

ARTICLE 9

SUSPENSION EXTRAORDINAIRE DU SERVICE

Chaque Administration peut, dans des circonstances extraordinaires qui sont de nature à justifier la mesure, suspendre temporairement le service des mandats internationaux, d'une manière générale ou partielle, sous la condition d'en donner immédiatement avis, au besoin par le télégraphe, à l'Administration ou aux Administrations intéressées.

ARTICLE 10

ADHÉSIONS À L'ARRANGEMENT

Les pays de l'Union qui n'ont point pris part au présent Arrangement sont admis à y adhérer sur leur demande, et dans la forme prescrite par l'article 26 de la Convention principale en ce qui concerne les adhésions à l'Union postale universelle.

ARTICLE 11

DÉSIGNATION DES BUREAUX PARTICIPANT À L'ÉCHANGE; RÈGLEMENT D'EXÉCUTION

1 — Les Administrations des postes des pays contractants prennent les mesures nécessaires pour assurer, autant que possible, le paiement des mandats dans toutes les localités de leurs pays respectifs.

2 — Ces Administrations règlent la forme et le mode de transmission des mandats, la forme des comptes désignées à l'article 6 et toute autre mesure de détail ou d'ordre nécessaire pour assurer l'exécution du présent Arrangement.

ARTICLE 12

PROPOSITION DANS L'INTERVALLE DES RÉUNIONS

1 — Dans l'intervalle qui s'écoule entre les réunions prévues à l'article 27 de la Convention principale, toute Administration des postes d'un des pays contractants a le droit d'adresser aux autres Administrations participantes, par l'intermédiaire du Bureau international, des propositions concernant le service des mandats de poste.

Pour être mise en délibération, chaque proposition doit être appuyée par au moins deux Administrations, sans compter celle dont la proposition émane. Lorsque le Bureau international ne reçoit pas, en même temps que la proposition, le nombre nécessaire de déclarations d'appui, la proposition reste sans aucune suite.

2 — Toute proposition est soumise au procédé déterminé par le § 2 de l'article 28 de la Convention principale.

3 — Pour devenir exécutoires, les propositions doivent réunir, savoir :

1, l'unanimité des suffrages, s'il s'agit de l'addition de nouvelles dispositions ou de la modification des dispositions du présent article et des articles 1, 2, 3, 4, 6 et 14;

2, les deux tiers des suffrages, s'il s'agit de la modification des dispositions autres que celles des articles précités;

3, la simple majorité absolue, s'il s'agit de l'interprétation des dispositions du présent Arrangement, sauf le cas de litige prévu par l'article 25 de la Convention principale.

4 — Les résolutions valables sont consacrées, dans les deux premiers cas, par une déclaration diplomatique, et dans le troisième cas, par une notification administrative, selon la forme indiquée à l'article 28 de la Convention principale.

5 — Toute modification ou résolution adoptée n'est exécutoire que trois mois, au moins, après sa notification.

ARTICLE 13

PARTICIPATION D'AUTRES ADMINISTRATIONS AU SERVICE DES MANDATS

Les pays dans lesquels le service des mandats relève d'une Administration autre que celle des postes, peuvent participer à l'échange régi par les dispositions du présent Arrangement.

Il appartient à l'Administration chargée, dans ces pays, du service des mandats, de s'entendre avec l'Administration postale, pour assurer la complète exécution de toutes les clauses de l'Arrangement.

Cette dernière Administration lui servira d'intermédiaire pour toutes ses relations avec les Administrations postales des autres pays contractants et avec le Bureau international.

ARTICLE 14

DURÉE DE L'ARRANGEMENT; RATIFICATION

1 — Le présent Arrangement entrera en vigueur le 1^{er} janvier 1922.

2 — Il aura la même durée que la Convention principale, sans préjudice du droit réservé à chaque pays de se retirer de cet Arrangement moyennant un avis donné, un an à l'avance, par son Gouvernement au Gouvernement de la Confédération Suisse.

3 — Sont abrogées, à partir du jour de la mise à exécution du présent Arrangement, toutes les dispositions convenues antérieurement entre les divers Gouvernements ou Administrations des parties contractantes.

4 — Le présent Arrangement sera ratifié aussitôt que faire se pourra. Les actes de ratification seront échangés à Madrid.

En foi de quoi, les plénipotentiaires des pays ci-dessus énumérés ont signé le présent Arrangement à Madrid, le trente Novembre mil neuf cent vingt.

Pour l'Allemagne: *Ronge.* — *Schenk.* — *Orth.*

Pour la République Argentine: *A. Barrera Nicholson.*

Pour l'Autriche: *Eberan.*

Pour la Belgique: *A. Pirard.* — *Tixhon.* — *Hub. Krains.*

Pour la colonie du Congo belge: *M. Halewyck.* — *G. Tondeur.*

Pour la Bolivie: *Luis Rodriguez.*

Pour le Brésil: *Alcibiades Peçanha.* — *J. Henrique Aderne.*

Pour la Bulgarie: *N. Startcheff.* — *N. Boschnakoff.*

Pour le Chili: *A. de la Cruz*. — *Florencio Marquez de la Plata*. — *Gus. Cousiño*.

Pour la Chine: *Liou Fou-Tcheng*.

Pour la République de Colombie: *W. Mac Lellan*. — *Gabriel Roldan*.

Pour le Danemark: *Hollnagel Jensen*. — *Holmblad*.

Pour l'Égypte: *N. T. Borton*.

Pour l'Espagne: *Conde de Colombi*. — *José de Garcia Torres*. — *Guillermo Capdevila*. — *José de España*. — *Martin Vicente*. — *Antonio Camacho*.

Pour l'Éthiopie: *Weuldeu-Berhane*.

Pour la Finlande: *G. E. F. Albrecht*.

Pour la France: *M. Lebon*.

Pour M. Georges Bonnet: *M. Lebon*. — *G. Blin*. — *P. Bouillard*. — *Barrail*.

Pour l'Algérie: *H. Treuillé*.

Pour les colonies et protectorats français de l'Indochine: *André Touzet*.

Pour l'ensemble des autres colonies françaises: *G. Demartial*.

Pour la Grèce: *P. Scassi Th. Penth-roudakis*.

Pour la République du Honduras: *Ricardo Beltran y Rozpide*.

Pour la Hongrie: *O. de Fejér*. — *G. Baron Szalay*.

Pour l'Islande: *Hollnagel Jensen*.

Pour l'Italie et les colonies italiennes: *E. Delmati*. — *T. C. Giannini*. — *S. Ortisi*.

Pour le Japon: *S. Nakanishi*. — *Arajiro Miura*. — *Y. Hiratsuka*.

Pour le Chosen: *S. Nakanishi*. — *Arajiro Miura*. — *Y. Hiratsuka*.

Pour l'ensemble des autres dépendances japonaises: *S. Nakanishi*. — *Arajiro Miura*. — *Y. Hiratsuka*.

Pour la République de Libéria: *Luis Ma. Solér*.

Pour le Luxembourg: *G. Faber*.

Pour le Maroc (à l'exclusion de la Zone espagnole): *Gérard Japy*. — *J. Walter*.

Pour le Maroc (zone espagnole): *M. Aguirre de Carcer*. *L. Lopez-Ferrer*. — *G. Garcia de Castro*.

Pour le Nicaragua: *M. Ig. Teran*.

Pour la Norvège: *Sommerschild*. — *Klaus Helsing*.

Pour la République de Panama: *J. D. Arosemena*.

Pour le Paraguay: *Fernando Pignet*.

Pour les Pays-Bas: A. W. Kymmell. — J. S. v. Gelder.

Pour les Indes Néerlandaises: Wigman. — W. F. Gerdes.
Oosterbeck. J. van der Werf.

Pour les colonies néerlandaises en Amérique: Wigman.—
W. F. Gerdes Oosterbeck. — J. van der Werf.

Pour le Pérou: D. C. Urrea. — O. Barrenechea y Raygada.

Pour la Pologne: W. Dobrowolski. — Maciejewski. — Dr.
Marjan Blachier.

Pour le Portugal: Henrique Mousinho de Albuquerque.

Pour les colonies portugaises de l'Afrique: Juvenal Elvas
Floriado Santa Barbara.

Pour les colonies portugaises de l'Asie et de l'Océanie:
José Emilio dos Santos e Silva.

Pour la Roumanie: D. G. Marinesco. — Eug. Boukman.

Pour le Territoire de la Sarre: Douarche.

Pour le Royaume des Serbes, Croates et Slovènes: Drag.
Dimitriyevitch. — S. P. Toutoundjitch. — Dr. Franya Palitch.
—Costa Zlatanovitch.

Pour le Royaume de Siam: Phra Sanpakitch Preecha.

Pour la Suède: Julius Juhlin. — Thore Wennqvist.

Pour la Suisse: Mengotti. — F. Boss.

Pour la Tchécoslovaquie: Dr. Otokar Ruzicka. — Václav
Kucera.

Pour la Tunisie: Gérard Japy. — A. Barbarat.

Pour la Turquie: Méhméd-Ali.

Pour l'Uruguay: Adolfo Agorio.

Pour les Etats-Unis de Venezuela: Pedro-Emilio Coll. —
S. Barceló. — A. Posse.

XII

PROTOCOLE FINAL

Au moment de procéder à la signature de l'Arrangement concernant le service des mandats de poste, les plénipotentiaires soussignés sont convenus de ce qui suit:

I

A titre provisoire chaque pays a la faculté de percevoir une taxe inférieure à celle prévue à l'article 3 du présent Arrangement.

II

En ce qui concerne les taxes prévues par l'Arrangement, chaque pays est autorisé à les mettre en vigueur avant le 1^{er} Janvier 1922, à la condition d'en informer le Bureau interna-

tional au moins un mois d'avance et au besoin, par télégramme.

En foi de quoi, les plénipotentiaires ci-dessous ont dressé le présent Protocole final, qui aura la même force et la même valeur que si ses dispositions étaient insérées dans le texte même de l'Arrangement auquel il se rapporte, et ils l'ont signé en un exemplaire qui restera déposé aux Archives du Gouvernement espagnol et dont une copie sera remise à chaque partie.

Fait à Madrid, le trente Novembre mil neuf cent vingt.

Pour l'Allemagne: *Ronge. — Schenk. — Orth.*

Pour la République Argentine: *A. Barrera Nicholson.*

Pour l'Autriche: *Eberan.*

Pour la Belgique: *A. Pirard. — Tixhon. — Hub. Krains.*

Pour la colonie du Congo belge: *M. Halewyck. — G. Ton-deur.*

Pour la Bolivie: *Luis Rodriguez.*

Pour le Brésil: *Alcibiades Peçanna. — J. Henrique Aderne.*

Pour la Bulgarie: *N. Startcheff. — N. Boschnakoff.*

Pour le Chili: *A. de la Cruz. — Florencia Marquez de la Plata. — Gus. Cousiño.*

Pour la Chine: *Liou Fou-Tcheng.*

Pour la République de Colombie: *W. Mac Lellan. — Gabriel Roldan.*

Pour le Danemark: *Hollnagel Jensen. — Holmblad.*

Pour l'Égypte: *N. T. Borton.*

Pour l'Espagne: *Conde de Colombi. — José Garcia Torres. — Guillermo Capdevilla. — José de España. — Martin Vicente. — Antonio Camacho.*

Pour l'Éthiopie: *Weuldeu-Berhane.*

Pour la Finlande: *G. E. F. Albrecht.*

Pour la France: *M. Lebon.*

Pour M. Georges Bonnet: *M. Lebon. — G. Blin. — P. Bouillard. — Barrail.*

Pour l'Algérie: *H. Treuillé.*

Pour les colonies et protectorats français de l'Indochine: *André Touzet.*

Pour l'ensemble des autres colonies françaises: *G. Demartial.*

Pour la Grèce: *P. Scassi. — Th. Penthéroudakis.*

Pour la République du Honduras: *Ricardo Beltrán y Rózpide.*

Pour la Hongrie: *O. de Fejér. — G. Baron Szalay.*

- Pour l'Islande: *Hollnagel Jensen*.
- Pour l'Italie et les colonies italiennes: *E. Delmati*. — *T. C. Giannini*. — *S. Ortisi*.
- Pour le Japon: *S. Nakanishi*. — *Arajiro Miura*. — *Y. Hiratsuka*.
- Pour le Chosen: *S. Nahanishi*. — *Arajiro Miura*. — *Y. Hiratsuka*.
- Pour l'ensemble des autres dépendances japonaises: *S. Nakanishi*. — *Arajiro Miura*. — *Y. Hiratsuka*.
- Pour la République de Libéria: *Luis Ma. Soler*.
- Pour le Luxembourg: — *G. Faber*.
- Pour le Maroc (à l'exclusion de la Zone espagnole): *Gérard Japy*. — *J. Walter*.
- Pour le Maroc (zone espagnole): *M. Aguirre de Cárcer*. — *L. Lopez-Ferrer*. — *C. Garcia de Castro*.
- Pour le Nicaragua: *M. Ig. Terán*.
- Pour la Norvège: *Sommerschield*. — *Klaus Helsing*.
- Pour la République de Panama: *J. D. Arosemena*.
- Pour le Paraguay: *Fernando Pignet*.
- Pour les Pays-Bas: *A. W. Kymmell*. — *J. S. v. Gelder*.
- Pour les Indes Néerlandaises: *Wigman*. — *W. F. Gerdes Oosterbeek*. — *J. van aer Werf*.
- Pour les colonies néerlandaises en Amérique: *Wigman*. — *W. F. Gerdes Oosterbeek*. — *J. van der Werf*.
- Pour le Pérou: *D. C. Urrea*. — *O. Barrenechea y Raygada*.
- Pour la Pologne: *Dobrowolski*. — *Maciejewski*. — *Dr. Marjan Blachier*.
- Pour le Portugal: *Henrique Mousinho de Albuquerque*.
- Pour les colonies portugaises de l'Afrique: *Juvenal Elvas Floriado Santa Barbara*.
- Pour les colonies portugaises de l'Asie et de l'Océanie: *José Emilio dos Santos e Silva*.
- Pour la Roumanie: *D. G. Marinesco*. — *Eug. Boukman*.
- Pour le Territoire de la Sarre: *Douarche*.
- Pour le Royaume des Serbes, Croates et Slovènes: *Drag. Dimitrijevitich*. — *S. P. Toutoundjitch*. — *Dr. Franya Pavlitch*. — *Costa Zlatanovitch*.
- Pour le Royaume de Siam: *Phra Sanpakitch Preecha*.
- Pour la Suède: *Julius Juhlin*. — *Thore Wennqvist*.
- Pour la Suisse: *Mengotti*. — *F. Boss*.
- Pour la Tchécoslovaquie: *Dr. Otokat Ruzicha*. — *Václav Kucera*.
- Pour la Tunisie: *Gérard Japy*. — *A. Barbarat*.

Pour la Turquie: *Méhméd-Ali.*
 Pour l'Uruguay: *Adolfo Agorio.*
 Pour les Etats-Unis de Venezuela: *Pedro-Emilio Coll.* —
S. Barceló. — *A. Possé.*

XIII

REGLEMENT D'EXECUTION DE L'ARRANGEMENT CONCERNANT LE SERVICE DES MANDATS DE POSTE

Conclu entre:

L'Allemagne, la République Argentine, l'Autriche, la Belgique et la Colonie du Congo belge, la Bolivie, le Brésil, la Bulgarie, le Chili, la Chine, la République de Colombie, le Danemark, l'Egypte, l'Espagne, l'Ethiopie, la Finlande, la France, l'Algérie, les colonies et protectorats français de l'Indochine, l'ensemble des autres colonies françaises, la Grèce, la République du Honduras, la Hongrie, l'Islande, l'Italie, et les colonies italiennes, le Japon, le Chosen, l'ensemble des autres dépendances japonaises, la République de Libéria, le Luxembourg, le Maroc (à l'exclusion de la zone espagnole), le Maroc (zone espagnole), le Nicaragua, la Norvège, la République de Panama, le Paraguay, les Pays-Bas, les Indes Néerlandaises, les Colonies Néerlandaises en Amérique, le Pérou, la Pologne, le Portugal, les colonies portugaises de l'Afrique, les colonies portugaises de l'Asie et de l'Océanie, la Roumanie, la République de St-Marin, le Territoire de la Sarre, le Royaume des Serbes, Croates et Slovènes, le Royaume de Siam, la Suède, la Suisse, la Tchécoslovaquie, la Tunisie, la Turquie, l'Uruguay et les Etats-Unis de Venezuela.

Les soussignés, vu l'article 24 de la Convention principale et l'article 11 de l'Arrangement concernant le service des mandats de poste, ont, au nom de leurs Administrations respectives, arrêté d'un commun accord les mesures suivantes pour assurer l'exécution du dit Arrangement.

I

RÉCÉPISSÉ

Un récépissé, bulletin de dépôt ou déclaration de versement des sommes en échange desquelles un mandat de poste international est émis, doit être délivré sans frais au déposant, dans la forme adoptée par chaque Administration.

II

FORMULES; ANNOTATIONS ADMISES; ADRESSE

1 — Les mandats de poste internationaux sont établis sur une formule conforme au modèle A annexé au présent Règlement. Les formules doivent être confectionnées en carton résistant; leurs dimensions ne peuvent excéder 18 $\frac{1}{2}$ centimètres de longueur et 12 $\frac{1}{2}$ centimètres de largeur.

2 — Les formules de mandats qui ne sont pas imprimées en langue française doivent porter une traduction interlinéaire dans cette langue et les inscriptions que leur texte comporte doivent être formulées en chiffres arabes et en caractères latins, suivant le cas, sans rature ni surcharge, même approuvées.

L'indication du montant de la monnaie divisionnaire peut avoir lieu exclusivement en chiffres, mais quand il est fait usage de cette faculté, le chiffre représentant les unités de la monnaie divisionnaire est précédé d'un zéro lorsqu'il n'y a pas de dizaine.

Les inscriptions au crayon ne sont pas admises. Toutefois, les indications de service peuvent être portées au crayon-encore.

3 — Il est interdit de consigner sur les mandats d'autres annotations que celles que comporte la contexture des formules. Par contre, l'expéditeur a le droit d'ajouter, sur le coupon, des communications quelconques destinées au bénéficiaire du mandat.

4 — Les mandats d'office et les mandats destinés aux prisonniers de guerre ou expédiés par eux doivent porter en tête les mots "en franchise de taxe", et le coupon latéral mentionner au verso le motif de l'envoi des titres.

5 — L'adresse des mandats doit désigner le bénéficiaire avec précision, c'est-à-dire d'une façon permettant de déterminer clairement la personnalité de l'ayant droit. Les adresses abrégées et les adresses télégraphiques ne sont pas admises.

III

MANDATS TÉLÉGRAPHIQUES

1 — Les mandats télégraphiques sont rédigés par le bureau de poste qui a reçu le dépôt des fonds et adressés au bureau de poste qui doit en opérer le paiement.

2 — Sauf arrangement contraire entre les Administrations intéressées, les mandats télégraphiques sont dressés en langue française. Ils sont rédigés comme suit :

Indications éventuelles (en toutes lettres ou d'après les abréviations autorisés dans le service télégraphique).

Mandat. (N° postal d'émission.)

Postes. (Nom du bureau de poste de destination.)

(Avis de paiement, s'il y a lieu).

(Nom de l'envoyeur) — (montant de la somme transmise exprimé en chiffres et, en ce qui concerne les unités (franc, mark, etc.), en toutes lettres dans la monnaie du pays de destination).

(Désignation exacte du bénéficiaire, de sa résidence et, s'il est possible, de son domicile, avec mention obligatoire de l'un des mots : Madame ou Mademoiselle, devant le nom patronymique, même accompagné d'un prénom, d'un bénéficiaire féminin, sauf le cas où cette indication fait double emploi avec celle d'une qualité, d'un titre, d'une fonction ou d'une profession permettant de déterminer clairement la personnalité de l'ayant droit.)

Les indications qui précèdent doivent toujours figurer sur les formules de mandats télégraphiques dans l'ordre ci-dessus. L'envoyeur et le bénéficiaire ne peuvent être désignés par une abréviation ou un mot conventionnels quelconques.

Toutefois, l'indication du nom, de la résidence du bénéficiaire peut être omise dans le cas où ce nom est le même que celui du bureau de poste de destination.

Lorsque les mandats télégraphiques sont émis par les bureaux de poste de localités non dotées d'un service télégraphique, le lieu d'émission de ces mandats doit être indiqué dans les télégrammes immédiatement après le numéro postal d'émission, de la manière suivant :

“Mandat . . . de . . . ”

De même, les mandats télégraphiques originaux de localités pourvues de plusieurs bureaux de poste doivent porter la désignation précise du bureau de poste d'origine, lorsque ce bureau n'est pas chargé du service télégraphique.

3 — Les divers Offices, pour leurs services respectifs, ont la faculté d'autoriser les bureaux télégraphiques de localités pourvues d'un ou de plusieurs bureaux de poste à recevoir de l'envoyeur et à payer au lieu de destination le montant des mandats télégraphiques.

4 — La répétition partielle est obligatoire (répétition de bureau à bureau des noms propres et des nombres).

5 — Le bureau de poste expéditeur adresse sous enveloppe, à titre confirmatif et par le plus prochain courrier postal, au bureau de poste destinataire, un avis d'émission du mandat télégraphique, conforme ou analogue au modèle B annexé au présent Règlement. Cet avis est rattaché, par ce dernier bureau, au mandat acquitté par le bénéficiaire.

IV

TRANSMISSION

1 — Les mandats sont transmis à découvert.

2 — L'insertion des mandats dans les dépêches est réglée par les dispositions de l'article XXII, § 1, du Règlement d'exécution de la Convention principale.

V

REEXPEDITION; RENVOI

1 — Lorsqu'un mandat ordinaire est soumis à la réexpédition dont il est fait mention à l'article 5, § 1, de l'Arrangement le bureau réexpéditeur bife, s'il y a lieu, d'un trait de plume les indications du montant du mandat de manière à laisser reconnaître les inscriptions primitives. L'indication se trouvant sous la rubrique "somme verse" doit rester intacte. Après avoir réduit la valeur d'émission en monnaie du pays de la nouvelle destination, ledit bureau inscrit le montant résultant de la conversion en toutes lettres à un endroit convenable de la formule du mandat, mais autant que possible immédiatement au-dessus de l'indication primitive de ce montant en toutes lettres. La nouvelle inscription portée sur le mandat est signée par l'agent de service. Ce même procédé doit être suivi en cas de réexpéditions ultérieures.

Toutefois, en cas de réexpédition sur le pays d'origine, ou sur le pays de première destination, le bureau réexpéditeur rétablit le montant primitif ou y substitue le montant qui est inscrit, aux indications de service, en monnaie du pays d'origine.

La réexpédition des mandats télégraphiques par la voie postale (article 5, § 2, de l'Arrangement) est effectuée dans les mêmes conditions. Les mandats doivent être mis sous enveloppe. Les avis confirmatifs sont transmis également sous enveloppe dès leur réception par le bureau de première destination.

2 — En cas de réexpédition par voie télégraphique d'un mandat ordinaire ou télégraphique (article 5, § 3, de l'Arrangement), le bureau de la première destination établit un mandat télégraphique pour la somme restant après déduction de la taxe du télégramme et de la taxe postale. La taxe postale est calculée sur le montant du mandat original, défalcation faite du montant de la taxe du télégramme.

La conversion est effectuée, s'il y a lieu, conformément aux règles tracées par l'article précité. Le mandat original est quittancé par le bureau de la première destination et revêtu de la mention ci-après :

“Réexpédié le montant de . . . à . . . sous déduction de la taxe de . . . ”

Après la réexpédition d'un mandat de poste ordinaire par voie télégraphique, le coupon de ce mandat est annexé à l'avis d'émission pour être remis au destinataire.

3 — Les demandes de réexpédition ou de renvoi sont enregistrées, pour mémoire, par le premier bureau de destination, et, le cas échéant, par les bureaux destinataires ultérieurs. Le bureau qui opère la réexpédition d'un mandat dans les conditions prévues ci-dessus en donne avis au bureau d'émission.

VI

REMISE PAR EXPRES; RETRAIT; CHANGEMENT D'ADRESSE

Les dispositions des articles IX, §§ 5 et 6, XXVI, § 4, et XXX du Règlement d'exécution de la Convention principale sont respectivement applicables, en cas de demande, soit de remise par exprès, soit de retrait ou de changement d'adresse d'un mandat de poste.

Toutefois, il n'est pas joint de fac-similé du mandat à la demande de retrait ou de changement d'adresse. La demande doit toujours indiquer le numéro, la date d'émission et le montant du mandat qu'elle concerne.

VII

MANDATS IRREGULIERS; SUSPENSION PROVISOIRE DU PAYEMENT

1 — Les mandats de poste dont le paiement n'a pu être effectué pour l'une des causes suivantes :

- 1°, indication inexacte, insuffisante ou douteuse du nom ou domicile des bénéficiaires,
- 2°, différences ou omissions de noms ou de sommes,
- 3°, ratures ou surcharges dans les inscriptions,

4°, omissions de timbres, de signatures ou d'autres indications de service,

5°, indication du montant à payer dans une monnaie autre que celle du pays de destination ou, le cas échéant, que la monnaie admise à cet effet par les Administrations correspondantes,

6°, emploi de formules non réglementaires;
sont régularisés par les soins de l'Administration que les a émis.

2 — A cet effet, les mandats sont renvoyés, le plus tôt possible, sous enveloppe au bureau d'origine, à moins que le destinataire, ayant été avisé, ne réclame l'application des dispositions du § 4 ci-après.

Toutefois, dans les rapports avec les pays d'outre-mer, l'Administration destinataire est autorisée à faire payer les mandats dont le montant est indiqué dans une monnaie autre que celle admise, lorsqu'elle est en état d'effectuer la conversion au taux dont se sert l'Office d'émission, à condition d'en donner immédiatement avis à l'Administration qui a émis le mandat.

Les risques résultant de la conversion erronée sont à la charge de l'Administration qui a effectué cette conversion.

3 — Les mandats télégraphiques dont le paiement ne peut être effectué par suite d'adresse insuffisante ou inexacte ou pour une autre cause non attribuable au destinataire, donnent lieu à l'envoi au bureau d'origine d'un avis de service indiquant la cause du non paiement. Le bureau d'origine vérifie si l'irrégularité empêchant le paiement ne provient pas d'une erreur imputable au service. Si cette irrégularité a été commise par le service, il la rectifie sur-le-champ par avis de service. Dans le cas contraire, il prévient l'expéditeur, qui est admis à rectifier l'irrégularité par un avis de service taxé.

Les mandats télégraphiques dont l'irrégularité n'a pas été rectifiée dans un délai raisonnable au moyen d'un avis de service sont régularisés dans la forme prescrite pour les mandats de poste ordinaires.

4 — Si le destinataire d'un mandat irrégulier ordinaire le désire et offre de payer tous les frais, les irrégularités qui s'opposent au paiement de ce mandat peuvent être régularisées par la voie télégraphique, au moyen d'un avis de service taxé. Le mandat est, dans ce cas, conservé par le bureau de destination, lequel en opère la régularisation à la réception

du télégramme rectificatif émanant du bureau d'origine, et joint ce télégramme au mandat régularisé.

5 — Les mandats télégraphiques dont le titre confirmatif seul est parvenu, mais dont le télégramme fait défaut, ne doivent pas être payés au simple vu de la première de ces pièces. Avant tout, il y a lieu de réclamer le télégramme au moyen d'un avis de service télégraphique. Le bureau destinataire réclame également les avis d'émission qui ne lui seraient pas parvenus par premier courrier après la date du mandat. Les avis d'émission manquants sont réclamés par des bulletins de vérification conformes ou analogues au modèle G annexé au Règlement d'exécution de la Convention principale.

6 — Dans le cas où les télégrammes rectificatifs mentionnés au § 4 ci-dessus ont été motivés par une erreur imputable au service, la taxe de ces télégrammes doit être remboursée à qui de droit.

7 — Les mandats (ordinaires et télégraphiques) refusés, de même que ceux dont les bénéficiaires sont inconnus, partis sans laisser d'adresse, ou partis pour des pays n'ayant pas adhéré à l'Arrangement, sont renvoyés immédiatement, par le bureau de destination, au bureau d'origine, après avoir été frappés du timbre ou revêtus de l'étiquette dont l'usage est prescrit par l'article XXVII, § 4, du Règlement d'exécution de la Convention principale.

Les télégrammes-mandats renvoyés pour une cause quelconque ainsi que les avis d'émission y relatifs doivent être mis sous enveloppe.

VIII

DURÉE DE VALIDITÉ; MANDANTS NON PAYÉS

1 — Les mandats sont valables jusqu'à l'expiration du premier mois qui suit celui de leur émission. Ce délai est majoré de quatre mois dans les relations avec les pays hors d'Europe ou de ces pays entre eux, sauf arrangement contraire entre les Offices intéressés.

2 — Passé ce terme, ils ne peuvent plus être payés que sur un visa pour date donné par l'Administration qui les a émis et à la réquête de l'Administration dont dépend le bureau destinataire.

3 — Le visa pour date doit être inscrit sur le titre même, et donne au mandat une nouvelle durée de validité égale à celle prévue au § 1 du présent article.

4 — Les mandats dont le paiement n'a pas été réclamé en temps utile sont renvoyés, aussitôt après l'expiration du délai de validité ordinaire, par l'Administration qui en est dépositaire à l'Administration du pays d'origine.

IX

MANDATS NON DISTRIBUABLES, PERDUS OU DÉTRUITS

1 — Le remboursement des mandats non payés aux destinataires est effectué aux envoyeurs aussitôt que l'Administration du pays d'origine est rentrée en possession de ces mandats.

S'il s'agit de mandats télégraphiques, l'Administration du pays d'origine doit être en possession tant du mandat que de l'avis d'émission.

2 — Les mandats égarés, perdus ou détruits peuvent être remplacés, sur la demande de l'envoyeur ou du destinataire, par des autorisations de paiement que délivre l'Administration du pays d'origine, après avoir constaté, d'accord avec l'Administration du pays de destination, que le mandat n'a été ni payé, ni remboursé, ni réexpédié.

Les autorisations de paiement ont une durée de validité égale à celle des mandats dont elles tiennent lieu.

Dans les cas, cependant, d'un mandat égaré ou perdu en cours de transmission, dont il serait demandé simultanément le remboursement par l'envoyeur, et le paiement par le destinataire, l'autorisation serait délivrée au profit de l'envoyeur, auquel appartient la somme non payée au destinataire.

Aucune nouvelle taxe n'est exigée pour les autorisations de paiement.

3 — Lorsque le remboursement d'un mandat égaré, perdu ou détruit est réclamé par l'envoyeur, celui-ci doit fournir, à l'appui de sa demande, son récépissé, bulletin de dépôt ou déclaration de versement.

L'Administration du pays d'origine accorde le remboursement après s'être assurée que l'Office de destination n'a pas payé et ne payera pas le mandat.

X

PAYEMENT DES MANDATS TÉLÉGRAPHIQUES

Le paiement des mandats télégraphiques doit avoir lieu sans attendre la réception de l'avis confirmatif.

XI

AVIS DE PAYEMENT

1 — Lorsque l'expéditeur d'un mandat ordinaire demande à recevoir avis du paiement de ce mandat, le bureau d'origine appose sur le titre le timbre-poste représentant le droit fixe perçu de ce chef. Il annule ce timbre-poste par l'inscription très apparente des mots: "Avis de paiement".

2 — S'il s'agit d'un mandat télégraphique, le timbre-poste représentant la taxe due de ce chef est appliqué sur l'avis d'émission.

3 — Le bureau payeur adresse le jour même du paiement, au bureau d'origine chargé d'en faire la remise au déposant, un avis conforme ou analogue au modèle C annexé au présent Règlement.

4 — Lorsque, ultérieurement à l'émission d'un mandat, l'expéditeur demande à recevoir un avis de paiement, le bureau d'origine reproduit sur une formule C, préalablement revêtue de timbres-poste représentant la taxe prévue à l'article 3, § 5, de l'Arrangement, la description très exacte du mandat et transmet cette formule, sous enveloppe, au bureau de destination. Ce bureau, après avoir rempli la formule, la renvoie de la même manière. Toutefois, l'Administration du pays d'origine des mandats a la faculté de prescrire à ses bureaux de lui communiquer, au préalable, les demandes d'avis de paiement introduites plus d'un mois après l'émission du titre.

XII

RÉCLAMATIONS DE MANDATS NON PARVENUS

Pour les réclamations relatives à un mandat de poste ordinaire ou télégraphique non parvenu à destination, il est fait usage d'une formule conforme ou analogue au modèle D annexé au présent Règlement.

Les bureaux suivent pour l'instruction des réclamations et leur envoi les règles indiquées au § 4 de l'article précédent en ce qui concerne les avis de paiement.

Lorsque le bureau destinataire est en état de fournir des renseignements définitifs sur le sort du titre réclamé, il renvoie cette formule, complétée suivant le résultat des recherches, au bureau qui a reçu la réclamation. En cas de recherches infructueuses ou de paiement contesté, la formule est transmise à l'Administration du pays d'origine par l'intermédiaire de l'Administration du pays destinataire.

Les formules D sont rédigées en français ou portent une traduction interlinéaire en cette langue. Elles doivent indiquer l'adresse complète du destinataire.

Elles sont transmises, sans lettres d'envoi, sous enveloppe fermée. Chaque Administration est libre de demander, par une notification adressée au Bureau international, que les réclamations qui concernent son service soient transmises, soit à son Administration centrale, soit à un bureau spécialement désigné par elle.

XIII

COMPTES MENSUELS

1 — Chaque Administration dresse, à la fin de chaque mois, pour chacune des autres Administrations, un compte particulier, conforme au modèle E annexé au présent Règlement, et sur lequel sont récapitulés, autant que possible par ordre chronologique et par ordre alphabétique des noms des bureaux d'émission, tous les mandats payés par ses propres bureaux, pour le compte de l'Office correspondant, pendant le mois précédent.

2 — Elle inscrit également sur ce compte le montant du droit qui lui revient, en vertu du § 2 de l'article 3 de l'Arrangement, sur les mandats payés par ses bureaux.

Cette bonification s'opère sur les totaux du compte des mandats payés, abstraction faite des mandats émis en franchise de taxe.

3 — Le compte particulier est transmis à l'Administration débitrice, au plus tard à la fin du mois qui suit celui auquel le compte se rapporte, accompagné des mandats de poste et des mandats télégraphiques quittancés, ces derniers accompagnés autant que possible de leurs avis d'émission respectifs.

Les avis d'émission qui parviennent à l'Office de destination après l'envoi du compte sur lequel sont décrits les mandats télégraphiques auxquels ils se rapportent sont renvoyés à l'Office d'origine annexés à l'un des comptes suivants.

4 — A défaut de mandats payés un compte particulier négatif est adressé à l'Administration correspondante.

XIV

COMPTES GÉNÉRAUX

1 — Immédiatement après la réception des comptes particuliers et sans attendre qu'il ait été procédé à la vérifi-

cation de détail la balance est faite dans un compte général que dresse l'Administration créditrice, sauf autre arrangement entre les Offices intéressés, en se conformant pour la conversion des monnaies, s'il y a lieu, au § 2 de l'article 6 de l'Arrangement.

Les différences ultérieurement constatées sont reprises dans le premier compte particulier à intervenir. Elles sont négligées si leur montant total n'excède pas 50 centimes par compte.

2 — Le compte général doit être arrêté dans un délai de deux mois après l'expiration du mois auquel il se rapporte.

Ce délai est porté à quatre mois dans les relations avec les pays situés hors d'Europe ou de ces pays entre eux.

Toutefois, les Administrations peuvent s'entendre en vue de dresser le compte général par trimestre, par semestre ou par année.

3 — Sauf arrangement contraire, la différence formant le solde du compte est payée au moyen de traites payables à vue sur la capitale ou sur une place commerciale du pays créancier, en monnaie de ce pays et sans aucune perte pour lui, les frais du paiement restant à la charge de l'Office débiteur.

Ces traites peuvent être exceptionnellement tirées sur un autre pays à la condition que les frais d'escompte soient à la charge de l'Office débiteur.

4 — Le paiement doit être effectué, au plus tard, quinze jours après réception du compte général indiquant les sommes reconnues exactes. Ce délai sera d'un mois pour les pays de l'Amérique du Sud.

Toute Administration qui se trouve à découvert vis-à-vis d'une autre Administration, d'une somme supérieure à 30,000 francs-or, a le droit de réclamer, même avant la clôture du compte, un acompte ou solde provisoire jusqu'à concurrence des trois quarts du montant de sa créance. Le cas échéant, il doit être satisfait à sa demande dans le délai de huit jours.

En cas de non paiement de l'acompte dans ce délai, les prescriptions du § 3 de l'article 6 de l'Arrangement sont applicables.

XV

COMMUNICATIONS RÉCIPROQUES PAR L'INTERMÉDIAIRE DU BUREAU INTERNATIONAL

1 — Les Administrations des pays contractants doivent se communiquer réciproquement, par l'intermédiaire du Bureau

international et trois mois au moins avant la mise à exécution de l'Arrangement, savoir :

1°, le maximum qu'elles adoptent, chacune dans sa monnaie respective, pour l'échange des mandats, en vertu de l'article 2, § 2, de l'Arrangement;

2°, le tarif et, s'il y a lieu, le taux de conversion monétaire ou le cours qu'elles appliquent en exécution de l'article 2, § 3, de l'Arrangement;

3°, la nomenclature de ceux de leurs bureaux respectifs qu'elles autorisent à émettre et à payer des mandats internationaux ou l'avis que tous leurs bureaux participent à ce service;

4°, un exemplaire du mandat qu'elles emploient;

5°, l'orthographe des noms de nombre, de 1 à 1000, qui peuvent être écrits en toutes lettres, dans leur langue respective, sur les mandats émis par elles;

6°, la durée des délais après lesquels leur législation respective attribue définitivement à l'Etat le montant des mandats dont le paiement n'a pas été réclamé par les ayants droit;

7°, le cas échéant, l'avis de leur participation à l'échange des mandats télégraphiques;

8°, la liste des pays avec lesquels elles échangent des mandats de poste sur la base de l'Arrangement;

9°, la nomenclature des pays ne participant pas à l'Arrangement et pour lesquels elles peuvent servir d'intermédiaires pour l'échange des mandats de poste.

2 — Toute modification apportée ultérieurement, à l'égard de l'un ou l'autre des points ci-dessus mentionnés, doit être notifiée sans retard de la même manière.

Toutefois, les modifications concernant les taux de conversion sont, en outre, notifiées immédiatement à l'Administration correspondante.

XVI

PROPOSITIONS DANS L'INTERVALLE DES RÉUNIONS

1 — Dans l'intervalle qui s'écoule entre les réunions prévues à l'article 27 de la Convention principale, toute Administration des postes d'un des pays contractants a le droit d'adresser aux autres Administrations participantes, par l'intermédiaire du Bureau international, des propositions concernant les dispositions du présent Règlement.

2 — Toute proposition est soumise au procédé déterminé par l'article XLIV du Règlement d'exécution de la Convention principale.

3 — Pour devenir exécutoires, les propositions doivent réunir, savoir:

1°, l'unanimité des suffrages, s'il s'agit de l'addition de nouvelles dispositions ou de la modification des dispositions du présent article et des articles II, X et XVII du présent Règlement;

2°, les deux tiers des suffrages, s'il s'agit de la modification des dispositions des articles I, III, IV, V, VI, IX e XI;

3°, la simple majorité absolue, s'il s'agit de la modification des autres articles ou l'interprétation des diverses dispositions du présent Règlement, sauf les cas de litige prévu à l'article 25 de la Convention principale.

4 — Les résolutions valables sont consacrées par une simple notification du Bureau international à toutes les Administrations participantes.

5 — Toute modification ou résolution adoptée n'est exécutoire que trois mois, au moins, après sa notification.

XVII

DURÉE DU RÈGLEMENT

1 — Le présent Règlement sera exécutoire à partir du jour de la mise en vigueur de l'Arrangement.

2 — Il aura la même durée que cet Arrangement, à moins qu'il ne soit renouvelé d'un commun accord entre les parties intéressées.

Fait à Madrid, le trente Novembre mil neuf cent vingt.

Pour l'Allemagne: *Ronge. — Schenk. — Orth.*

Pour la République Argentine: *A. Barrera Nicholson.*

Pour l'Autriche: *Eberan.*

Pour la Belgique: *A. Picard. — Tixhon. — Hub. Krains.*

Pour la colonie du Congo belge: *M. Halewyck. — G.*

Tondeur.

Pour la Bolivie: *Luis Rodriguez.*

Pour le Brésil: *Alcibiades Pecanha. — J. Henrique Aderne.*

Pour la Bulgarie: *N. Startcheff. — N. Boschnakoff.*

Pour le Chili: *A. de la Cruz. — Florencio Marquez de la Plata. — Gus. Cousiño.*

Pour la Chine: *Liou Fou-Tcheng.*

Pour la République de Colombie: *W. Mac Lellan. — Gabriel Roldan.*

Pour le Danemark: *Hollagel Jensen. — Holmblad.*

Pour l'Égypte: *N. T. Borton.*

Pour l'Espagne: *Conde de Colompt.* — *José García Torres.*
— *Guillermo Capdevilla.* — *José de España.* — *Martin Vicente.* — *Antonio Camacho.*

Pour l'Ethiopie: *Weulden-Berhane.*

Pour la Finlande: *G. E. F. Albrecht.*

Pour la France: *M. Lebon.*

Pour M. Georges Bonnet: *M. Lebon.* — *G. Blin.* — *P. Bouillard.* — *Barraïl.*

Pour l'Algérie: *H. Treuillé.*

Pour les colonies et protectorats français de l'Indochine: *André Touzet.*

Pour l'ensemble des autres colonies françaises: *G. Demartial.*

Pour la Grèce: *P. Scassi.* — *Th. Penthéroudakis.*

Pour la République du Honduras: *Ricardo Beltrán y Rozpide.*

Pour la Hongrie: *O. de Fejér.* — *G. Baron Szalay.*

Pour l'Islande: *Holtnagel Jensen.*

Pour l'Italie et les colonies italiennes: *E. Delmati.* — *T. C. Giannini.* — *S. Ortisi.*

Pour le Japon: *S. Nakanishi.* — *Arajiro Miura.* — *Y. Hiratsuka.*

Pour le Chosen: *S. Nakanishi.* — *Arajiro Miura.* — *Y. Hiratsuka.*

Pour l'ensemble des autres dépendances japonaises: *S. Nakanishi.* — *Arajiro Miura.* — *Y. Hiratsuka.*

Pour la République de Libéria: *Luis Ma. Solér.*

Pour le Luxembourg: *G. Faber.*

Pour le Maroc (à l'exclusion de la zone espagnole): *Gerard Japy.* — *J. Walter.*

Pour le Maroc (zone espagnole): *M. Aguirre de Cárcer.*
— *L. López-Ferrer.* — *C. García de Castro.*

Pour le Nicaragua: *M. Ig. Terán.*

Pour Norvège: *Sommerschild.* — *Klaus Helsinh.*

Pour la République de Panama: *J. D. Arosemena.*

Pour le Paraguay: *Fernando Pignet.*

Pour les Pays-Bas: *A. W. Kymmell.* — *J. S. v. Gelder.*

Pour les Indes néerlandaises: *Wigman.* — *W. F. Gerdes Oosterbeek.* — *J. van der Werf.*

Pour les colonies néerlandaises en Amérique: *Wigman.*
— *W. F. Gerdes Oosterbeek.* — *J. van der Werf.*

Pour le Pérou: *D. C. Urrea.* — *O. Barrenechea y Raygada.*

Pour la Pologne: *W. Döbrowoiski.* — *Maciejewski.* — *Dr. Marjan Blachier.*

Pour le Portugal: *Henrique Mousinhô de Albuquerque.*

Pour les colonies portugaises de l'Afrique: *Juvenal Elvas Floriado Santa Barbara.*

Pour les colonies portugaises de l'Asie et de l'Océanie: *José Emilio dos Santos e Silva.*

Pour la Roumanie: *D. G. Marinesco.* — *Eug. Boukman.*

Pour le Territoire de la Sarre: *Douarche.*

Pour le Royaume des Serbes, Croates et Slovènes: *Drag. Dimitrijevitch.* — *S. P. Toutoundjitch.* — *Dr. Franya Pavlitch.* — *Costa Zlatanovitch.*

Pour le Royaume de Siam: *Phra Sanpaktich Preecha.*

Pour la Suède: *Julius Juhlin.* — *Thore Wennqvist.*

Pour la Suisse: *Mengotti.* — *F. Boss.*

Pour la Tchécoslovaquie: *Dr. Otokar Ruzicha.* — *Václav Kucera.*

Pour la Tunisie: *Gérard Japy.* — *A. Barbarat.*

Pour la Turquie: *Méhméd-Ali.*

Pour l'Uruguay: *Adolfo Agorio.*

Pour les Etats-Unis de Venezuela: *Pedro-Emilio Coll.* — *S. Barceló.* — *A. Posse.*

A

ERSO)

COUPON

, s'il y a lieu)

(Peut être détaché
par le destinataire)

Montant du mandat
en chiffres

ATAIRE

art,

Désignation de
l'envoyeur

.....

.....192....

Timbre
du bureau
d'origine

ataire :

Timbre du bu-
reau payeur

Le.....192....

en sens inverse du recto.

TRATION DES POSTES

AVIS DE PAYEMENT

registre:

d'un mandat

assigné déclare que la somme de.....
 u mandat n.....émis par le bureau d....., le.....
 e de M....., été dûment payée
192

u bureau
 ur

Signature: (*)

du destinataire

de l'agent
 du bureau payeur

et avis doit être signé par le bénéficiaire ou, si les règlements du pays de desti-
 comportent, par l'agent du bureau payeur, puis être mis sous enve-
 envoyé, par le premier courrier, au bureau d'origine du mandat qu'il concerne.

D

ADMINISTRATION DES POSTES D.....)

Bureau d.....

N.....

RÉCLAMATION D'UN MANDAT.....NON PARVENU

Nom et domicile du réclamant

(A remplir par le bureau destinataire)

(A remplir par le bureau d'origine)

(*)

Bureau d'émission:.....

Le mandat décrit ci-contre

Date d'émission:.....

— a été dûment payé au destinataire

Numéro d'enregistrement :.....

le.....

Montant:

— est encore en instance au bureau

Nom du destinataire:.....

de.....

Adresse du destinataire:.....

— a été renvoyé au bureau d'origine

.....

de.....

Bureau de destination:.....

— a été réexpédié le.....

Renseignements complémentaires:...

à.....

.....

— n'est pas parvenu au bureau

.....

de.....

A.....de.....192...

A.....de.....192...

Signature

Signature



(*) Biffer les indications inutiles.

ADMINISTRATION DES POSTES

192...

MOIS de.....

d.....

d.....

— —
E

(RECTO)

COMPTE PARTICULIER

DES

MANDATS DE POSTE INTERNATIONAUX

DÉLIVRÉS PAR LES BUREAUX DE POSTE

.....
ET PAYÉS PAR LES BUREAUX DE POSTE

.....
PENDANT LE MOIS DÉSIGNÉ CI-DESSUS

.....
Cahier n°.....
.....

DECRETO N. 16.397 — DE 27 DE FEVEREIRO DE 1924

Crêa a Legação do Brasil no Egypto

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Attendendo ao disposto no art. 37, n. 2, da lei n. 4.793, de 7 de janeiro do corrente anno, decreta:

Art. 1.º Fica creada uma Legação do Brasil no Egypto, com a seguinte dotação annual, em ouro: — Ministro Residente: — Ordenado — 8:000\$000 (oito contos de réis); — Gratificação — 4:000\$000 (quatro contos de réis); — Representação — 6:000\$000 (seis contos de réis); — para aluguel de chancellaria, — 5:000\$000 (cinco contos de réis); e para expediente, 500\$000 (quinhentos mil réis).

Art. 2.º Passará a servir na Legação no Egypto o Segundo Secretario de Legação que tinha exercicio na Legação supprimida (Grecia).

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 1924, 103º da Independencia e 36º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

DECRETO N. 16.398 — DE 27 DE FEVEREIRO DE 1924

Supprime a Legação do Brasil na Grecia

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Attendendo ao disposto no art. 37, n. 2, da lei n. 4.793, de 7 de janeiro do corrente anno, decreta:

Art. 1.º Fica supprimida a Legação do Brasil na Grecia.

Art. 2.º São transferidas para a Legação do Brasil no Egypto, creada por decreto desta data, as verbas attribuidas á mesma Legação do Brasil na Grecia.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 1924, 103º da Independencia e 36º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

DECRETO N. 16.412 — DE 13 DE MARÇO DE 1924

Crêa uma representação permanente do Brasil junto á Liga das Nações

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo á conveniencia de regularizar a participação effectiva do paiz nos trabalhos da Liga das Nações, de cujo conselho executivo vem fazendo parte o Brasil, desde a assignatura do pacto de Versailles, resolve:

Art. 1.º Fica organizada, em Genebra, uma representação permanente junto á Liga das Nações, a qual se comporá de um representante com as prerogativas, vencimentos e representação de Embaxaidor, pagos pela verba "Extraordinarias no Exterior", emquanto o Congresso não fixar dotação propria no orçamento, um Ministro adjunto, designado, a titulo temporario, entre os Ministros Residentes, um Primeiro e um Segundo Secretarios de Legação, escolhidos entre os avulsos, e os assessores technicos, que já alli estão servindo.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 13 de março de 1924, 103º da Independencia e 36º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

DECRETO N. 16.413 — DE 13 DE MARÇO DE 1924

Faz publica a declaração da Hungria sobre a Convenção Sanitaria Internacional de 1903

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a declaração do Governo Hungaro sobre a Convenção Sanitaria Internacional de 3 de dezembro de 1903, e as precedentes, da mesma natureza, assignadas a 30 de janeiro de 1892, 15 de abril de 1893, 3 de abril de 1894 e 14 de março de 1897, conforme communicou ao Ministerio das Relações Exteriores a Embaixada da Republica Franceza nesta Capital, por nota n. 16, de 29 de janeiro proximo passado, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 13 de março de 1924, 103º da Independencia e 36º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

TRADUÇÃO

Embaixada da Republica Franceza no Brasil — N. 16 —
Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 1924.

Senhor Ministro,

A pedido do Governo Hungaro, estou encarregado por meu Governo de notificar ao Governo Federal a nota junta, que foi dirigida ao Governo Francez pela Legação da Hungria em Paris, a 7 de junho de 1923:

"Entre os tratados, convenções e accôrdos plurilateraes que, desde a entrada em vigor do Tratado de Trianon e sob reserva das disposições nelle contidas, serão sómente applicados entre a Hungria e as Potencias Alliadas e Associadas que delle são partes, o artigo 217 do Tratado de Paz designa sob o n. 16 a Convenção Sanitaria de 3 de dezembro de 1903, assim como as precedentes convenções da mesma natureza, assignadas a 30 de janeiro de 1892, 15 de abril de 1893, 3 de abril de 1894 e 19 de março de 1897."

"Tendo em vista que o Tratado de Trianon foi concluido entre as Potencias Alliadas e Associadas, de uma parte, e a Hungria, da outra, suas disposições, assim como as que concernem á applicação renovada de certos tratados, convenções e accôrdos, não são applicaveis ás relações existentes entre a Hungria e os Estados que subscreveram os tratados, convenções e accôrdos enumerados nos artigos supra mencionados ou que a esses adheriram, mas não são Potencias Alliadas e Associadas."

"Em consequencia, e para prevenir difficuldades que poderiam surgir de uma divergencia de opiniões sobre a questão da manutenção dos ditos tratados, convenções e accôrdos no que concerne ás relações da Hungria em face dos Estados que não pertençam á categoria de Potencias Alliadas e Associadas, a Legação da Hungria tem a honra de declarar, em nome do Governo Real da Hungria, que a Hungria, apesar da dissolução da monarchia austro-hungara e não obstante o artigo 217 do Tratado de Paz, reconhece estar ligada pela Convenção Sanitaria de 3 de dezembro de 1903. Respectivamente, em relação aos Estados que assignaram as convenções sanitarias anteriores, enumeradas acima, ou tenham a ellas adherido, mas não tenham ratificado a Convenção Sanitaria de 3 de dezembro de 1903 ou não tenham a ella accedido, ella reconhece estar ligada pelas Convenções precedentes acima mencionadas. A Hungria applicará, portanto, para o futuro, a dita Convenção respectivamente, as ditas Convenções em relação a todos os Estados que dellas são partes contractantes,

ajuntando, todavia, que, em virtude do segundo parographo do artigo 91 do Tratado de Trianon, ella renunciou a toda participação no Conselho Sanitario Maritimo e Quarentenario do Egypto e consentiu, no que lhe concerne, em transferir ás autoridades egypcias os poderes deste Conselho.”

“A presente notificação deve ser tomada como tendo, sómente, um character declarativo, de modo a não deixar subsistir nenhuma duvida concernente á manutenção das convenções em questão por parte da Hungria, a qual — si bem que diminuida pelo Tratado de Paz — no ponto de vista do direito constitucional húngaro, é identica ao antigo Reino da Hungria, o qual, no tempo do dualismo, formava com a Austria a outra parte componente da antiga monarchia austro-hungara. Segue-se, portanto, que a dissolução da monarchia, isto é, a extincção da connexão constitucional entre a Austria e a Hungria — em si mesma — não modificou o vigor dos tratados, convenções e accôrdos internacionaes que foram concluidos no tempo do dualismo pela accessão constitucional da Hungria.”

Queira acceitar, Senhor Ministro, a segurança de minha alta consideração.

O Embaixador de França — A. R. Conty.

A Sua Excellencia o Senhor Felix Pacheco, Ministro das Relações Exteriores — Palacio Itamaraty.

DECRETO N. 16.414 — DE 13 DE MARÇO DE 1924

Publica a adhesão da ilha Reunião á Convenção Radiotelegraphica Internacional assignada em Londres a 5 de julho de 1912

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a adhesão da ilha Reunião á Convenção Radiotelegraphica Internacional assignada em Londres a 5 de julho de 1912, conforme communicou ao Ministerio das Relações Exteriores a Embaixada Britanica nesta Capital, por nota de 21 de fevereiro de 1924, cuja traducção official acampanha este decreto.

Rio de Janeiro, 13 de março de 1924, 103° da Independencia e 36° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

TRADUÇÃO OFFICIAL

Embaixada Britanica — N. 23 — Petropolis, 21 de fevereiro de 1924.

Senhor Ministro,

Com referencia á minha nota n. 131, de 7 de novembro de 1923, relativa á Convenção Radiotelegraphica Internacional, assignada em Londres a 5 de julho de 1912, tenho a honra de informar a Vossa Excellencia, de ordem de meu Governo, que lhe foi notificada a seguinte adhesão á referida Convenção, na data abaixo mencionada:

Reunião, 29 de outubro de 1923.

Prevaleço-me desta oportunidade para reiterar a Vossa Excellencia as seguranças da minha mais alta consideração. —
John Tilley.

A Sua Excellencia o Senhor Felix Pacheco, Ministro das Negocios Estrangeiros — Rio de Janeiro.

DECRETO N. 16.415 — DE 13 DE MARÇO DE 1924

Promulga a adhesão do Brasil ao ajuste relativo á conservação ou ao restabelecimento dos direitos de propriedade industrial attingidos pela guerra mundial, assignado em Berna a 30 de junho de 1920.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Tendo sancionado pelo decreto n. 4.750, de 17 de novembro de 1923, a resolução do Congresso Nacional, que approvou a adhesão do Brasil ao Ajuste relativo á conservação ou ao restabelecimento dos direitos de propriedade industrial attingidos pela guerra mundial, assignado em Berna, a 30 de junho de 1920; e tendo sido confirmada essa adhesão em 10 de janeiro ultimo, conforme communicou, por nota n. 1.071/52, de 20 de fevereiro ultimo, ao Ministerio das Relações Exteriores, a Legação da Suissa nesta Capital:

Decreta que o mesmo Ajuste, appenso por cópia ao presente decreto, seja executado e cumprido tão inteiramente como nelle se contém.

Rio de Janeiro, 13 de março de 1924, 103° da Independencia e 36° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

Arrangement — Concernant — 1^o conservation ou le rétablissement des droits de propriété industrielle atteints par la guerre mondiale.

(Du 30 juin 1920.)

Les Plénipotentiaires soussignés des Pays membres de l'Union internationale pour la protection de la propriété industrielle, dûment autorisés par leurs Gouvernements respectifs, ont, d'un commun accord et sous réserve de ratification, arrêté le texte suivant destiné à garantir et à faciliter l'exercice normal des droits de propriété industrielle atteints par la guerre mondiale:

Art. 1. — Les délais de priorité, prévus par l'article 4 de la Convention internationale de Paris du 20 mars 1883, révisée à Washington en 1911, pour le dépôt ou l'enregistrement des demandes de brevets d'invention ou modèles d'utilité, des marques de fabrique ou de commerce, des dessins et modèles, qui n'étaient pas encore expirés le 1^{er} août 1914 et ceux qui auraient pris naissance pendant la guerre ou auraient pu prendre naissance si la guerre n'avait pas eu lieu, seront prolongés par chacune des Hautes Parties contractantes en faveur des titulaires des droits reconnus par la Convention précitée, ou leurs ayants cause, jusqu'à l'expiration d'un délai de six mois à partir de la mise en vigueur du présent Arrangement.

Toutefois, cette prolongation de délai ne portera pas atteinte aux droits de toute Haute Puissance contractante ou de toute personne qui seraient, de bonne foi, en possession, au moment de la mise en vigueur du présent Arrangement, de droits de propriété industrielle en opposition avec ceux demandés en revendiquant le délai de priorité. Elles conserveront la jouissance de leurs droits, soit personnellement, soit par tous agents ou titulaires de licence auxquels elles les auraient concédés avant la mise en vigueur du présent Arrangement, sans pouvoir, en aucune manière, être inquiétées ni poursuivies comme contrefacteurs.

Art. 2. — Un délai d'une année à partir de la mise en vigueur du présent Arrangement, sans surtaxe ni pénalité d'aucune sorte, sera accordé aux titulaires des droits reconnus par la Convention pour accomplir tout acte, remplir toute formalité, payer toute taxe et généralement satisfaire à toute obligation prescrite par les lois et règlements de chaque État pour conserver ou obtenir les droits de propriété industrielle déjà acquis au 1^{er} août 1914 ou qui, si la guerre n'avait pas

eu lieu, auraient pu être acquis depuis cette date, à la suite d'une demande faite avant la guerre ou pendant sa durée.

Les droits de propriété industrielle qui auraient été frappés de déchéance par suite du défaut d'accomplissement d'un acte, d'exécution d'une formalité ou de paiement d'une taxe seront remis en vigueur, sous réserve des droits que des tiers possèdent de bonne foi sur des brevets d'invention ou des modèles d'utilité ou sur des dessins et modèles industriels.

Art. 3. — La période comprise entre le 1^{er} août 1914 et la date de la mise en vigueur du présent Arrangement n'entrera pas en ligne de compte dans le délai prévu pour la mise en exploitation d'un brevet ou pour l'usage de marques de fabrique ou de commerce ou l'exploitation de dessins et modèles industriels; en outre, il est convenu qu'aucun brevet, marque de fabrique ou de commerce ou dessin ou modèle industriel qui était encore en vigueur au 1^{er} août 1914 ne pourra être frappé de déchéance ou d'annulation du seul chef de non-exploitation ou de non-usage avant l'expiration d'un délai de deux ans à partir de la mise en vigueur du présent Arrangement.

Art. 4. — Les dispositions du présent Arrangement ne comportent qu'un minimum de protection; elles n'empêchent pas de revendiquer l'application de prescriptions plus larges qui seraient édictées par législation intérieure d'un pays contractant; elles laissent également subsister les accords plus favorables et non contraires que les Gouvernements des pays signataires auraient conclus ou concluraient entre eux sous forme de traités particuliers ou de clauses de réciprocité.

Art. 5. — Les dispositions du présent Arrangement n'affectent en rien les stipulations convenues entre les pays belligérents dans les Traités de paix signés à Versailles le 28 juin 1919 et à St.-Germain le 10 septembre 1919, pour autant que ces stipulations contiennent des réserves, des exceptions ou des restrictions.

Le présent Arrangement sera ratifié et les ratifications en seront déposées à Berne dans un délai maximum de trois mois.

Il entrera en vigueur le jour même où le procès-verbal du dépôt des ratifications aura été dressé, entre les Hautes Parties contractantes qui l'auront ainsi ratifié, et pour toute autre Puissance à la date du dépôt de sa ratification.

Les pays qui n'auront pas signé le présent Arrangement pourront y accéder sur leur demande. Cette accession sera

notifié par écrit au Gouvernement de la Confédération Suisse, et par celui-ci à tous les autres. Elle emportera, de plein droit et sans délai, adhésion à toutes les clauses et admission à tous les avantages stipulés dans le présent Arrangement.

Il aura la même force que la Convention générale et il sera mis hors d'effet, par simple décision d'une Conférence (art. 14 de la Convention), lorsqu'il aura rempli son but transitoire.

Le présent Arrangement sera signé en un seul exemplaire, lequel sera déposé aux archives du Gouvernement de la Confédération suisse. Une copie certifiée sera remise par ce dernier à chacun des Gouvernements des pays signataires.

Fait à Berne, le 30 juin 1920

Pour l'Allemagne: *Kocher.*

Pour la France: *H. Allizé.*

Pour les Pays-Bas: *Van Panhuys.*

Pour la Pologne: *J. Perlowski.*

Pour le Portugal: *A. M. Bartholomeu Ferreira.*

Pour la Suède: *P. de Adlercreutz* (sous la réserve indiquée au procès-verbal).

Pour la Suisse: *Motta.*

Pour la Tchéco-Slovaquie: *Dr. Cyrill Dusek.*

Pour la Tunisie: *H. Allizé.*

PROCÈS-VERBAL DE SIGNATURE

Les Plénipotentiaires soussignés, à ce dûment autorisés, se sont réunis ce jour à l'effet de procéder à la signature de *l'Arrangement concernant la conservation ou le rétablissement des droits de propriété industrielle atteints par la guerre mondiale.*

Avant la signature, ils ont pris connaissance de la Déclaration explicative suivante lue par M. le Plénipotentiaire de la Suisse:

«A la demande de plusieurs Gouvernements adressée au Conseil fédéral suisse, il est constaté formellement que, comme celui-ci l'a exposé dans sa note du 29 mai 1920, la date du premier échange des ratifications sera considérée pour tous les pays adhérents au présent Arrangement ou qui y adhéreront dans l'avenir, comme le point de départ des divers délais qui y sont prévus.» !

M. le Plénipotentiaire de la Suède a lu ensuite la Déclaration suivante:

«La Suède adhère au présent Arrangement seulement en ce qui concerne les brevets d'invention et les modèles d'utilité, à l'exclusion des marques de fabrique ou de commerce et des dessins et modèles industriels, et cela sous les restrictions suivantes:

1. D'après la législation en vigueur en Suède, laquelle ne peut être modifiée, sans le concours du Parlement, le délai de priorité, dont il est question à l'article premier du présent Arrangement, expire le 30 juin 1920.

2. Conformément à une loi suédoise qui vient d'être adoptée, la demande tendant à ce qu'une demande de brevet d'invention qui aura été frappée de déchéance ou rejetée, soit examinée à nouveau, devra être déposée avant le premier janvier 1921 ou, lorsque la Déclaration de déchéance ou de rejet interviendra après le 30 juin 1920, dans les six mois qui suivront la décision.

D'après la même loi, la demande tendant à la restauration d'un brevet d'invention devra être déposée avant le premier janvier 1921.

Toutefois, il est prévu que, par une mesure générale, ces délais pourront être prorogés de six mois».

En foi de quoi, les Plénipotentiaires soussignés ont adopté le présent procès-verbal.

Fait à Berne, le trente juin 1920.

(Signatures.)

DECRETO N. 16.416 — DE 13 DE MARÇO DE 1924

Publica a adhesão do Dominio de Canadá á Convenção de Berna, para a protecção de obras litterarias e artisticas, revista em Berlim a 13 de novembro de 1908.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a adhesão, sob reserva, do Dominio de Canadá á Convenção de Berna, para a protecção de obras litterarias e artisticas, revista em Berlim a 13 de novembro de 1908, completada pelo Protocollo adicional, assignado em Berna a 20 de março de 1914; conforme communicou ao Ministerio das Relações Exteriores a Legação da Suissa nesta Capital, em

Nota AA 4/2 de 21 de fevereiro ultimo, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 13 de março de 1924, 103° da Independencia e 36° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

TRADUÇÃO OFFICIAL

Legação da Suissa no Brasil — AA 4/2 — Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1924.

Senhor Ministro;

Por nota de 7 de janeiro de 1924, a Legação de Sua Magestade Britannica em Berna deu conhecimento ao Conselho Federal Suisso da adhesão do Dominio de Canadá á Convenção de Berna, revista, para a protecção de obras litterarias e artisticas, de 13 de novembro de 1908, completada pelo Protocollo adicional, assignado em Berna a 20 de março de 1914. Esta adhesão, que produzirá seus effeitos a partir de 1ª de janeiro de 1924, põe definitivamente fim aos actos existentes anteriormente, taes como a primitiva Convenção de Berna de 9 de setembro de 1886 e o Acto adicional de Paris de 4 de maio de 1896, sómente aos quaes se achava ligado o Canadá até agora. Dóravante, a Convenção de Berna revista de 1908, regulará todos os paizes unionistas, exceptuando-se algumas disposições isoladas dos ditos actos anteriores, que foram mantidas por alguns Estados contractantes, sob a fórma de formal reserva.

A adhesão acima citada foi dada, apenas com a unica restricção, assim formulada na nota de 7 de janeiro do corrente anno:

«Em conformidade com o Protocollo adicional de 1914, o Dominio de Canadá restringe a protecção dos direitos autoraes em relação aos Estados Unidos d'America; restricções ás quaes estão sujeitos os direitos dos autores collocados sob a jurisdicção deste paiz, reguladas pelos artigos 13, 14, 15 e 27 da lei de 1921, sobre o direito dos autores.

O tratamento restrictivo estando, assim, circumscripto ás relações entre o Canadá e os Estados Unidos, o Conselho Federal Suisso julga poder referir-se ao texto official francez dessa lei, tal qual foi publicada pelo o «Direito do Autor»,

orgão da Repartição internacional da União, paginas 98 e seguintes, bem como aos estudos consagrados por este mesmo órgão ao historico, á extensão do Protocollo adicional de 1914 (v. 1914, p. 79 a 81 e 93 a 96), e aos trabalhos americanos que deram logar á primeira applicação deste Protocollo (v. notadamente 1923, p. 37 e 105 a 107).

Aproveito esta nova occasião, Senhor Ministro, para renovar a Vossa Excellencia os protestos da minha mais alta consideração. — *Gertsch.*

A Sua Excellencia o Senhor Doutor Felix Pacheco, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

DECRETO N. 16.424 — DE 26 DE MARÇO DE 1924

Publica a adhesão da Esthonia ao ajuste, abaixo mencionado, do Congresso Postal Universal de Madrid

O presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a adhesão da Republica da Esthonia ao ajuste, abaixo mencionado, do Congresso Postal Universal, assignado em Madrid, a 30 de Novembro de 1920; conforme communicou ao Ministerio das Relações Exteriores a Legação Suissa nesta Capital, por nota de 13 de Fevereiro do corrente anno, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Ajuste relativo ao serviço de vales-postaes, com o Protocollo final e o Regulamento de execução.

Rio de Janeiro, 26 de março de 1924, 103ª da Independencia e 36ª da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

TRADUCÇÃO OFFICIAL

Legação da Suissa no Brasil — N. GG 3/2 — Rio de Janeiro, 13 de Fevereiro de 1924.

Sr. Ministro — Tenho a honra de dar conhecimento a Vossa Excellencia que o Governo da Republica da Esthonia notificou ao Conselho Federal Suisso, por nota de 4 de janeiro de 1924, a sua adhesão aos ajustes abaixo enumerados e concluidos em Madrid a 30 de novembro de 1920:

1.º Ajuste relativo ao serviço de vales-postaes, com o Protocollo final e o Regulamento de execução.

2.º Ajuste relativo ao serviço de cobrança, com o Protocollo final e o Regulamento de execução.

3.º Ajuste relativo ao serviço de transferencia de creditos de contas correntes, com o Protocollo final e o Regulamento de execução.

Faço, pela presente, esta notificação a Vossa Excellencia, em virtude do artigo 26 da Convenção Postal Universal, do artigo 10 do ajuste relativo aos serviços de vales-postaes, do artigo 17 do ajuste relativo ao serviço de cobrança, e dos artigos 15 e 2 do ajuste relativo ao serviço de transferencia de creditos de contas correntes.

As datas, a partir das quaes a Esthonia executará as operações postaes previstas nos actos acima indicados, serão fixadas pela Directoria dos Correios e Telegraphos da Esthonia, de accôrdo com a Repartição Internacional de Berna.

Queira acceitar, Senhor Ministro, as seguranças da minha mais alta consideração. — *Gertsch*.

A Sua Excellencia o Senhor Dr. Felix Pacheco, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

DECRETO N. 16.445 — DE 2 DE ABRIL DE 1924

Publica a adhesão da Hespanha ás Convenções de Bruxellas para a unificação de certas regras em materia de abalroamento, de assistencia e de salvamento maritimos

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a adhesão da Hespanha ás Convenções Internacionais de Bruxellas, assignadas a 23 de setembro de 1910, relativamente á unificação de certas regras em materia de abalroamento, de assistencia e de salvamento maritimos, conforme communicou á Embaixada do Brasil naquella capital o Ministerio dos Negocios Estrangeiros da Belgica, por Notas de 20 de novembro de 1923, cujas traducções officiaes acompanham o presente decreto.

Rio de Janeiro, 2 de abril de 1924, 103ª da Independencia e 36ª da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

TRADUÇÃO OFFICIAL

Ministerio dos Negocios Estrangeiros — Direcção P/B. —
Secção das communicações. — C. 23/5.801 S. — Bruxellas,
30 de novembro de 1923.

Senhor Embaixador,

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excellencia, em virtude de uma communicação do Senhor Embaixador da Hespanha em Bruxellas, que o Governo Hespanhol decidiu adherir á «Convenção Internacional para a unificação de certas regras em materia de abalroamento», assignada em Bruxellas em 23 de setembro de 1910.

A notificação dessa adhesão tendo sido feita pelo Governo do Rei aos representantes dos Estados contractantes, em 30 de novembro de 1923, essa adhesão produzirá effeitos um mez depois da referida data, de accôrdo com as disposições do artigo 17 da Convenção acima citada.

Permitto-me recorrer a Vossa Excellencia para, por seu amavel intermedio, communicar o que precede ao Governo dos Estados Unidos do Brasil.

Aproveito este ensejo, Senhor Embaixador, para renovar a Vossa Excellencia as seguranças da minha mui alta consideração. — *Henri Jaspar*.

A Sua Excellencia o Senhor de Barros Moreira, Embaixador do Brasil — Bruxellas.

TRADUÇÃO OFFICIAL

Ministerio dos Negocios Estrangeiros — Direcção P/B. —
Secção das Communicações — N. C. 23/5.801. — Bruxellas,
30 de novembro de 1923.

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excellencia, em virtude de uma communicação do Senhor Embaixador da Hespanha em Bruxellas, que o Governo Hespanhol decidiu adherir á «Convenção Internacional para a unificação de certas regras em materia de assistencia e salvamento maritimos», assignada em Bruxellas em 23 de setembro de 1910.

A notificação dessa adhesão, tendo sido feita pelo Governo do Rei aos representantes dos Estados contractantes em 30 de novembro de 1923, essa adhesão produzirá effeitos um mez depois da referida data, de accôrdo com as disposições do artigo 17, da Convenção acima citada.

Permitto-me recorrer a Vossa Excellencia para, por seu amavel intermedio, communicar o que precede ao Governo dos Estados Unidos do Brasil.

Aproveito este ensejo, Senhor Embaixador, para renovar a Vossa Excellencia as seguranças da minha mui alta consideração. — *Henri Jaspar*.

A Sua Excellencia o Senhor de Barros Moreira, Embaixador do Brasil — Bruxellas.

DECRETO N. 16.452 — DE 9 DE ABRIL DE 1924

Promulga a Convenção especial sobre propriedade litteraria e artistica, de 1922, com Portugal

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, Tendo sancionado pelo decreto n. 4.848, de 23 de janeiro do corrente anno, a Reducção do Congresso Nacional que approvou a Convenção especial sobre a propriedade litteraria e artistica entre o Brasil e Portugal, assignada no Rio de Janeiro a 26 de setembro de 1922;

E havendo sido trocadas as respectivas ratificações nesta Capital, aos trinta e um dias do mez de março de mil novecentos e vinte quatro:

Decreta que a mesma Convenção seja executada e cumprida tão inteiramente como nella se contém.

Rio de Janeiro, 9 de abril de 1924, 103ª da Independencia e 36ª da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

Convenção especial sobre propriedade litteraria e artistica entre o Brasil e Portugal.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil e o Presidente da Republica de Portugal, tendo em consideração as grandes vantagens decorrentes de um regimen amplo, além do estabelecido pelo Accôrdo de 9 de setembro de 1889 e da Convenção de Berna, de 1886, revista em Berlim em 1908, ora em vigor em seus paizes, para a protecção da propriedade litteraria e artistica, e, tendo em vista que a intensificação das relações litterarias e artisticas entre os dous paizes — depende das facilidades á permuta de sua producção, resolveram firmar uma Convenção especial para esse fim, tendo nomeado seus Plenipotenciarios, a saber:

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, o Senhor Doutor José Manoel de Azevedo Marques, Ministro de Estado das Relações Exteriores;

e o Presidente da Republica de Portugal, o Senhor Doutor José Maria Vilhena Barbosa de Magalhães, Ministro dos Negocios Estrangeiros;

os quaes, depois de trocar seus Plenos Poderes, julgados em bôa e devida fórma, convieram no seguinte:

ARTIGO I

As garantias decorrentes do registro de obras literarias e artisticas em um dos paizes contractantes são reciprocamente asseguradas em ambos, segundo a legislação interna de cada um.

ARTIGO II

As obras literarias e artisticas submettidas a registro em um dos paizes contractantes serão consideradas, para os effeitos legais, como registradas no outro, a partir da data do deposito da respectiva certidão, passada pelo paiz em que se effectue o registro.

ARTIGO III

Serão depositados tantos exemplares das obras registradas, quantos forem exigidos pela legislação do paiz em que fôr feito o registro e mais um, que será remettido á repartição competente do outro paiz contractante, acompanhando a certidão a que se refere o artigo anterior.

ARTIGO IV

As publicações periódicas literarias e artisticas serão consideradas como obras, para os effeitos da presente Convenção especial.

ARTIGO V

As Altas Partes Contractantes estabelecerão entre a Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro e a de Lisboa um serviço de permuta de duplicatas de obras nacionaes publicadas antes da vigencia da presente Convenção especial.

Paragrapho primeiro — Para isso, cada uma dessas bibliothecas fornecerá, periodicamente, á outra, uma relação das obras permutaveis.

Paragrapho segundo — Essas obras serão avaliadas segundo os preços do mercado e esses preços serão mencionados em ouro na respectiva relação.

Paragrapho terceiro — As despesas decorrentes dessa permuta serão pagas, annualmente, por encontro de contas.

ARTIGO VI

Os exemplares em brochura das obras editadas em um dos paizes contractantes gozarão, no outro, de isenção de direitos.

Paragrapho unico — Todas as obras originaes de character literario e artistico comprehendidas na classificação estabelecida pela Convenção de Berna, revista em Berlim, gozarão desses favores.

ARTIGO VII

E' facultado aos representantes consulares de ambos os paizes contractantes pugnar, ex-officio, administrativa e judicialmente pela applicação da legislação interna e das estipulações da Convenção de Berna, revista em Berlim, nos casos de contravenção.

ARTIGO VIII

A transcrição de excerptos e a traducção de obras escriptas originariamente em lingua estrangeira e registradas nos paizes contractantes serão reguladas pela legislação interna do paiz em que se derem.

ARTIGO IX

Depois de approvada pelo Poder Legislativo em ambos os paizes contractantes e de trocadas as respectivas ratificações dentro de sessenta dias, a presente Convenção especial entrará em vigor em cada paiz na data de sua promulgação e vigorará até seis mezes depois de sua denuncia pelo Governo de uma das Altas Partes Contractantes.

Em testemunho do que os respectivos Plenipotenciarios assignaram a presente Convenção especial, appondo nella seus sellos.

Feito em duplicata, na lingua portugueza, no Rio de Janeiro, aos vinte e seis dias do mez de setembro de mil novecentos e vinte e dous. — *J. M. de Azevedo Marques.* — *José Maria Vilhena Barbosa de Magalhães.*

N. 3

DECISÕES

**Circular ao Corpo Diplomatico e ao Consular Brasileiros
sobre recibos mensaes e maneira de unil-os**

Contabilidade — N. 16 — Circular — Em 26 de maio de 1923.

Senhor....

Attendendo ás necessidades do serviço de escripturação desta Secretaria de Estado, recommendo que os recibos de vencimentos sejam feitos e encaminhados separadamente dos de aluguel de chancellaria, expediente e outras despesas.

Outrosim, peço a V.... de unir estes papeis por meio de fitas ou cordão, e não com prendedores metallicos, commumente usados, cuja pratica, além de damnificar os documentos, difficulta muito a sua escripturação e encadernação em livros distinctos.

Tenho a honra de reiterar a V....

FELIX PACHECO.

**Circular ao Corpo Diplomatico e ao Consular Brasileiros
sobre recibos de vencimentos e despesas**

Contabilidade — N. 17 — Em 27 de junho de 1923.

O Ministro de Estado das Relações Exteriores declara aos senhores membros do Corpo Diplomatico e do Consular que, para o bom andamento do serviço de verificação e escripturação dos recibos de vencimentos e das despesas das

repartições, devem ser dadas as cifras em moeda brasileira, ouro, e em libras esterlinas ao cambio de 27 dinheiros.

Ministerio das Relações Exteriores. Rio de Janeiro, 27 de junho de 1923.

Circular ao Corpo Consular Brasileiro sobre concessão provisoria de facturas consulares para a introdução de plantas vivas no Brasil

Directoria Geral dos Negocios Commerciaes e Consulares — N. 22 — Circular — Rio de Janeiro, 21 de setembro de 1923.

A pedido do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio, ficam os Consulados autorizados a conceder, provisoriamente, facturas consulares para a introdução de plantas vivas no Brasil, a despeito da falta da guia referida no art. 5º do Regulamento de Defeza Sanitaria Vegetal, toda a vez que as partidas forem encommendadas por telegramma, no qual o importador se comprometta a remetter pelo primeiro vapor a guia referida.

Declara o mesmo Ministerio que a falta occasional da guia não dispensa o certificado official de sanidade, que em hypothese alguma deixará de ser exigido pelos Consulados para expedição da respectiva factura.

FELIX PACHECO.

Circular ao Corpo Consular

Directoria de Contabilidade — Circular n. 23 — Em 25 de Setembro de 1923.

Indice: Taxa das facturas reformadas:

Sr. Respondendo a varias consultas dirigidas a este Ministerio sobre a taxa a cobrar pela legalisação de facturas reformadas, de que cogita o art. 18 do Decreto n. 14.039, de 29 de Janeiro de 1920, declaro a V. S. que fica estabelecida a taxa de 4\$ ouro, minimo, para essa classe de

documentos, salvo se houver augmento de valor em relação á factura primitiva, quando deverá ser accrescida a sobretaxa de 1\$ por cem libras ou fracção.

Reitero a V. S. os protestos da minha estima e consideração.

FELIX PACHECO.

Circular ao Corpo Diplomatico e ao Consular Brasileiros sobre prestação de contas e comprovantes das despesas de aluguel das Chancellarias

Contabilidade — N. 24 — Em 28 de setembro de 1923.

Senhor...

Tendo este Ministerio recebido varias reclamações da Delegacia do Thesouro Brasileiro em Londres, contra o não cumprimento dos termos do art. 45 do Regulamento annexo ao decreto n. 14.058, de 11 de fevereiro de 1920, recommendo o maximo cuidado, exactidão e presteza na prestação das contas de aluguel das chancellarias, sob pena de incorrerem os titulares das Repartições nas multas prescriptas pelo Codigo da Contabilidade, cujas disposições farei cumprir inflexivelmente.

FELIX PACHECO.

Circular ao Corpo Diplomatico e ao Consular Brasileiros sobre execução do Codigo da Contabilidade

Contabilidade — N. 25 — Em 10 de outubro de 1923.

Senhor...

O Ministro de Estado das Relações Exteriores chama a attenção para a execução integral do Codigo da Contabilidade da União, que baixou com o decreto n. 15.783, de 8 de novembro de 1922, publicado no *Diario Official* n. 260, de 10 de dezembro do mesmo anno, visto o firme proposito do Governo de cumpril-o e a Directoria da Contabilidade deste Ministerio de se eximir de quaesquer responsabilidades decorrentes do mesmo Codigo.

Outrosim, para a propria salvaguarda dos direitos de todos os funcionarios dos Corpos Diplomaticos e Consular, é preciso que a Directoria de Contabilidade receba, até 31 de março proximo futuro, as reclamações sobre tempo de serviço, alterando e completando os dados constantes do Almanaque deste Ministerio, editado em 31 de maio de 1920, sem o que os mesmos serão tidos como definitivos.

Queiram os Senhores Chefes de Missão ter a fineza de communicar o presente aos Senhores Secretarios e os Senhores Consules aos seus subalternos e aos Consules e Vice-Consules honorarios de sua jurisdicção.

FELIX PACHECO.

Circular ao Corpo Consular Brasileiro sobre importação de sementes de algodão e de algodão em caroço

Directoria Geral dos Negocios Commerciaes e Consulares
— N. 26 — Circular — Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1923.

De accordo com a portaria baixada pelo Ministerio de Estado da Agricultura, Industria e Commercio, em 21 de setembro ultimo, tendo em vista a necessidade de acautelar e defender os interesses da lavoura algodoeira, foi prohibida, em todo o territorio nacional, a importação de sementes de algodão e de algodão em caroço, ressalvada a hypothese de serem importadas as sementes pelo Ministerio da Agricultura, para culturas experimentaes.

Ficou, igualmente, prohibida a importação de quaesquer partidas de algodão em rama, e de residuos de algodão, quando não venham acompanhadas de documentos officiaes provando terem sido submettidas ao necessario expurgo.

Aos Senhores Consules recommendo o maior cuidado no cumprimento da resolução supra, providenciando para que, da mesma, seja dada sciencia aos interessados e suspendendo por completo os despachos de algodão, de algodão em caroço e em rama, ressalvadas as hypothese mencionadas na portaria acima referida.

FELIX PACHECO.

Circular ao Corpo Consular Brasileiro sobre mudas, fructas e sementes de cacaueiro procedentes de qualquer paiz estrangeiro, especialmente do Equador e das Guyanas

Directoria Geral dos Negocios Commerciaes e Consulares — N. 27 — Circular — Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1923.

Aos Senhores Consules recommendo o maior cuidado no cumprimento da resolução do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio, baixada pela portaria de 21 de setembro ultimo, que manda suspender, em todo o territorio nacional, a importação de mudas, fructas e sementes de cacaueiro procedentes de qualquer paiz estrangeiro, especialmente do Equador e das Guyanas, resalvada a hypothese unica de serem as referidas mudas, sementes e fructas importadas pelo Ministerio da Agricultura, para experimentos culturaes em seus estabelecimentos.

Deverão os Senhores Consules dar conhecimento dessa resolução aos interessados, suspendendo qualquer despacho das plantas, fructas e sementes acima mencionadas.

FELIX PACHECO.

Circular ao Corpo Consular Brasileiro sobre “Visto” em passaportes

Directoria Geral dos Negocios Commerciaes e Consulares — N. 2 — Circular — Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1924.

No intuito de evitar os constantes requerimentos dirigidos a este Ministerio solicitando o “Visto” em passaportes, communico aos Senhores Consules que é de sua competencia resolver sobre tal assumpto, uma vez observados o decreto de 6 de janeiro de 1921, e a Circular relativa a Senhoras que viajam desacompanhadas, só devendo ser pedida a interferencia do Ministerio em casos especiaes, cuja solução não possa ser dada pela sua repartição.

FELIX PACHECO.

Circular ao Corpo Consular Brasileiro sobre "Visto" gratis em passaportes de immigrants

Directoria Geral dos Negocios Commerciaes e Consulares — N. 3 — Circular — Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1924.

Afim de ser regularisada, de accôrdo com a legislação em vigor, a cobrança do "Visto" em passaportes de immigrants, communico aos Senhores Consules que, pelo art. 13 das instrucções para a execução da tabella de emolumentos consulares, a que se refere o decreto n. 15.905, de 27 de dezembro de 1922, os passaportes expedidos a immigrants são isentos de emolumentos, e, portanto, de estampilhas, estando, no mesmo caso, os vistos lançados em taes documentos.

Cumpre, entretanto, aos Consulados não confundir os estrangeiros que viajam em 3ª classe, tidos pelo Serviço de Povoamento do Sôlo como immigrants agricultores espontaneos e merecedores de alguns favores, com os immigrants chamados contractados, e destinados ás lavouras do paiz, unicos que têm direito á gratuidade alludida, e cuja introdução entre nós depende de accôrdos a serem celebrados com os Governos dos Estados.

FELIX PACHECO.

Circular ao Corpo Consular Brasileiro sobre disposições do Regulamento das Facturas Consulares

Directoria Geral dos Negocios Commerciaes e Consulares — N. 5 — Circular — Rio de Janeiro, 21 de março de 1924.

A pedido da Associação Commercial de São Paulo e para evitar a imposição de multas ao commercio nacional chamo a attenção dos Consulados brasileiros para as seguintes disposições do Regulamento das Facturas Consulares, approvadas pelo decreto n. 14.039, de 29 de janeiro de 1920:

Art. 8º, § 3º. Nenhuma factura deverá ser authenticada desde que verifique o respectivo Consul

não conter ella os requisitos essenciaes, de accôrdo com as disposições do presente regulamento.

Art. 18. Verificando o Consul não conter a factura os requisitos essenciaes, de accôrdo com o art. 8º, § 3º e mais disposições deste regulamento, convidará o exportador ou carregador para preencher-os na propria factura, e, si não for attendido, não a authenticará, dando do facto conhecimento á Directoria de Estatistica e á respectiva Alfandega.

Peço tambem aos Consules que deem sobre as facturas consulares instrucções aos Vice-Consules do seu districto afim de que fique normalisado esse serviço em todos os portos consulares e reclamem deste Ministerio o Regulamento das Facturas Consulares, si não o tiverem no respectivo archivo.

FELIX PACHECO.

Circular ao Corpo Consular Brasileiro sobre autographos

Directoria Geral dos Negocios Commerciaes e Consulares — N. 7 — Circular — Rio de Janeiro, 4 de abril de 1924.

Sendo constante as reclamações provenientes das Repartições do Ministerio da Fazenda, nos Estados, contra a falta de autographos dos funcionarios consulares, resolveu este Ministerio fiscalisar e tomar a si a respectiva distribuição.

Cumpre ao mesmo tempo remodelar o actual systema de autographos, que são collados em livros, o que difficulta as buscas para o reconhecimento das firmas, quando elle é necessario.

Para isso, ficou resolvido que de ora avante todas as firmas e rubricas dos funcionarios consulares sejam enviadas em cartões flexiveis de 0^m,20 de largura por 0^m,12 de altura, afim de serem guardadas em archivos de aço, por ordem alphetica.

Solicito, assim, a todos os Consules Geraes e Consules que remetam de novo 37 exemplares de suas firmas e rubricas

em cartões de accôrdo com a especificação supra, o mesmo fazendo relativamente aos Vice-Consules de sua jurisdição consular.

De accôrdo com a relação junta, que acaba de ser enviada pelo Ministerio da Fazenda, por solicitação deste, são em numero de 35 as Repartições do referido Ministerio que devem possuir autographos dos funcionarios consulares, ficando as duas fichas restantes destinadas a este Ministerio, sendo uma para uso constante e outra para o archivo geral.

Faço mais scientes os funcionarios consulares de que, a partir da data desta circular, nenhuma nomeação por elles feita será approvada sem que o titulo de nomeação seja acompanhado de 37 exemplares do autographo e da rubrica, de accôrdo com as determinações constantes da presente circular, nem deverá ser solicitado o *exequatur* para os Consules honorarios que não tenham remettido os autographos.

Os cartões deverão ter no alto o nome por extenso e o cargo do funcionario em letra clara e o sello consular, seguindo-se-lhes no centro a firma e a rubrica e na parte inferior as designações de logar, dia, mez e anno em que forem enviados.

Tenho por bem recommendado que os Senhores funcionarios do Corpo Consular darão o mais fiel e rapido cumprimento ás disposições da presente circular.

FELIX PACHECO.

**Circular ao Corpo Diplomatico e ao Consular Brasileiros
sobre a expedição de sementes, plantas ou partes vivas
de plantas**

Directoria Geral dos Negocios Commerciaes e Consulares — N. 9 — Circular — Rio de Janeiro, 1º de julho de 1924.

Por solicitação do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio peço ás Legações e aos Consulados Brasileiros providencias afim de que, em obediencia ao Regulamento de Defesa Sanitaria Vegetal, não sejam remettidas sementes,

plantas ou partes vivas de plantas, sem preenchimento das formalidades exigidas pelo alludido regulamento, devendo aquellas ser acompanhadas de attestado de sanidade da autoridade competente do paiz de origem e sujeitas ao exame do respectivo Serviço nas Repartições aduaneiras e postaes da Republica, pelo que não póde ser permittida a remessa em mala diplomatica.

FELIX PACHECO.

ANNEXO D

CONTABILIDADE

N. 1

Renda dos Consulados remunerados pelo Thesouro Nacional no exercicio de 1923

SÉDE	RENDA (Ouro)
<i>Consulados Geraes de 1ª classe :</i>	
Antuerpia.....	105 :346\$593
Barcelona.....	16 :048\$850
Buenos-Aires.....	117 :846\$850
Genova.....	94 :825\$296
Hamburgo.....	221 :950\$556
Lisbôa.....	144 :007\$592
Liverpool.....	179 :262\$555
Montevideo.....	50 :441\$222
Nova York.....	277 :858\$740
Paris.....	76 :491\$184
<i>Consulados Geraes de 2ª classe :</i>	
Amsterdam.....	37 :278\$816
Assumpção.....	1 :859\$407
Bordéos.....	26 :444\$148
Genebra.....	2 :420\$963
Havre.....	51 :626\$814
Londres.....	71 :733\$185
Norfolk.....	16 :000\$444
Porto.....	170 :580\$259
Valparaizo.....	419\$518
Yokohama.....	3 :206\$852
<i>Consulados de 1ª classe :</i>	
Berlim.....	8 :176\$037
Bremen.....	10 :425\$740
Bruxellas.....	1 :700\$518
Cadiz.....	4 :411\$852
Capetown.....	—
A transportar.....	1.690 :363\$991

SÉDE	RENDA (Ouro)
Transporte.....	1.690 :363\$991
Cardiff.....	34 :494\$148
Chicago (1).....	1 :014\$296
Christiania.....	10 :357\$111
Cobija.....	3 :833\$520
Dantzig.....	200\$963
Glasgow.....	19 :574\$815
Gothemburgo.....	10 :244\$000
Iquitos.....	7 :129\$333
Lyon.....	1 :833\$889
Manchester.....	25 :013\$962
Marselha.....	21 :310\$889
Napoles.....	36 :460\$778
Nova Orleans.....	10 :637\$148
Philadelphia.....	10 :748\$694
Posadas.....	6 :846\$482
Roma.....	3 :170\$258
Rosario de Santa Fé.....	46 :521\$630
Rotterdam.....	9 :303\$407
Rivera.....	3 :769\$074
Salto.....	748\$667
Southampton.....	47 :072\$220
Trieste.....	6 :813\$852
Villa-Bella-Porto Sucre (2).....	486\$629
Vigo.....	18 :071\$111

Consulados de 2ª classe :

Alexandria.....	706\$889
Alvear.....	524\$481
Artigas.....	527\$814
Baltimore.....	1 :525\$111
Barbados.....	1 :412\$740
Bombaim.....	54\$147
Boulogne-sur-Mer.....	2 :398\$370
Calcutta.....	—
Cayenna.....	1 :895\$184
A transportar.....	2.035 :065\$603

(1) Falta a renda de fevereiro.

(2) Falta o 4º trimestre.

SÉDE	RENDA (Ouro)
Transporte.....	2.035 :065\$603
Cherburgo.....	3 :880\$296
Dakar.....	4 :428\$480
Funchal (Ilha da Madeira).....	13 :057\$333
Galatz.....	1 :140\$704
Halifax.....	764\$074
Helsingfors.....	5 :168\$630
Kobe.....	8 :464\$740
La Plata.....	2 :459\$592
La Rochelle-Pallice.....	1 :122\$518
Livorno.....	3 :173\$444
Melo.....	120\$694
Milão.....	4 :846\$518
Munich.....	2 :724\$889
Paso de los Libres.....	2 :539\$777
Paysandú.....	727\$518
Praga.....	—
Rio Branco.....	87\$037
Santa Rosa.....	149\$814
Santo Tomé.....	1 :173\$666
Tampico (3).....	19 :329\$185
Vienna.....	6 :202\$666
Zurich.....	7 :987\$889
Total.....	2.124 :615\$067

(3) Falta a renda de janeiro e fevereiro.

N. 2

Renda líquida dos Consulados não remunerados pelo Thesouro Nacional
no exercicio de 1923

SÉDE	RENDA (Ouro)
Aveiro.....	1 :683\$444
Baden-Baden.....	160\$222
Beyruth.....	6 :315\$518
Braga.....	12 :613\$370
Cannes.....	19\$704
Chiavari.....	33\$926
Coimbra.....	5 :976\$333
Colombo.....	70\$503
Copenhague.....	4 :834\$962
Dresde.....	459\$422
Elberfeld.....	1 :436\$111
Florença.....	204\$334
Guayaramirim.....	338\$630
Hannover.....	120\$482
Havana.....	187\$778
Haya.....	5\$333
Hong-Kong.....	2 :666\$593
Las Palmas.....	643\$370
Leiria.....	1 :794\$480
Lourenço-Marques.....	130\$518
Magdeburgo.....	79\$111
Malaga.....	3 :291\$852
Nantes.....	10\$815
Nice.....	377\$814
Nüremberg.....	102\$740
Palermo.....	2 :204\$334
Panamá.....	18\$000
Port-of-Spain (Trinidad).....	424\$407
Riga.....	29\$407
Salonica.....	28\$370
A transportar.....	46.261\$883

SÉDE	RENDA (Ouro)
Transporte.....	46 :261\$883
Santa-Cruz de Teneriffe.....	241\$518
Santiago do Chile.....	251\$926
São João da Terra Nova.....	1 :625\$074
São Vicente do Cabo Verde.....	1 :339\$259
Shanghai.....	225\$111
Spezia.....	123\$963
Stockholmo.....	1 :536\$963
Sydney.....	4\$000
Tanger.....	32\$111
Tolosa.....	67\$185
Turim.....	1 :760\$740
Varsovia.....	870\$000
Veneza.....	2 :129\$592
Wiesbaden.....	89\$963
Willemstadt.....	77\$444
Total.....	56 :636\$732

N. 3

Movimento de estampilhas, a cargo da Secção de Contabilidade, no exercício de 1923

VALORES	SALDO QUE PASSOU DO EXERCÍCIO DE 1922		RECEBIDAS DA CASA DA MOEDA		DEVOLVIDAS PELOS CONSULADOS		REMETTIDAS AOS CONSULADOS		SALDOS EXISTENTES EM 31 DE DEZEMBRO DE 1923	
	Numero	Importancia	Numero	Importancia	Numero	Importancia	Numero	Importancia	Numero	Importancia
100.	42.895	4:289\$500	—	—	—	—	2.620	262\$000	40.275	4:027\$500
200.	64.015	12:803\$000	—	—	—	—	1.200	240\$000	62.815	12:563\$000
400.	27.270	10:908\$000	—	—	—	—	1.370	518\$000	25.990	11:360\$000
500.	84.290	42:149\$500	—	—	—	—	8.750	4:375\$000	75.540	37:774\$500
1.000.	76.315	76:315\$000	—	—	—	—	26.730	26:730\$000	49.535	49:535\$000
2.000.	103.333	204:666\$000	—	—	—	—	38.400	76:800\$000	63.933	127:866\$000
3.000.	108.733	326:199\$000	—	—	—	—	48.150	144:450\$000	63.533	181:749\$000
4.000.	103.365	413:460\$000	100.000	400:000\$000	—	—	142.115	568:460\$000	61.250	245:000\$000
5.000.	61.023	305:115\$000	—	—	—	—	32.018	160:090\$000	29.005	145:025\$000
10.000.	80.520	805:200\$000	—	—	—	—	17.240	172:400\$000	63.280	632:800\$000
20.000.	64.674	1.293:483\$000	—	—	—	—	11.005	220:100\$000	53.669	1.073:330\$000
50.000.	9.251	462:700\$000	—	—	—	—	9.100	455:000\$000	154	7:700\$000
100.000.	19.320	1.932:000\$000	—	—	—	—	2.370	237:000\$000	16.950	1.635:000\$000
	844.016	5.889:235\$000	100.000	400:000\$000	—	—	341.118	2.066:505\$000	602.898	4.222:730\$000

RESUMO

	Numero	Importancia
Saldo que passou de 1922	844.016	5.889:235\$000
Recebido da Casa da Moeda	100.000	400:000\$000
Devolvido pelos Consulados	—	—
Total em 1923	944.016	6.259:235\$000
Remettidas aos Consulados	341.118	2.066:505\$000
Existentes em 31 de dezembro de 1923.	602.898	4.222:730\$000

Rio de Janeiro, 30 de Abril de 1924.

N. 4

Resumo das tabellas do orçamento da despesa do Ministerio das Relações Exteriores
para o exercicio de 1924

NUMERO	VERBAS	PAPEL		OURO	
		Fixa	Variável	Fixa	Variavel
1	Secretaria de Estado.....	846:144\$000	619:500\$000		
2	Corpo diplomatico.....			1.315:000\$000	666:805\$555
3	Corpo consular.....			1.311:800\$000	590:132\$223
4	Recepções officiaes.....		250:000\$000		
5	Congressos e Conferencias.....				325:000\$000
6	Serviço telegraphico 1ª.....		200:000\$000		
6	» » 2ª.....				200:000\$000
7	Repartições internacionaes.....				398:200\$403
8	Ajudas de custo.....				350:000\$000
9	Extraordinarias no Exterior.....				470:000\$000
10	Expansão Economica (1ª).....		70:000\$000		
10	» » (2ª).....				240:000\$000
11	Commissões de limites.....		760:000\$000		
		846:144\$000	1.899:500\$000	2.626:800\$000	3.240:157\$851

Recapitulação

Total papel.....	2.745:644\$000
Total ouro.....	5.866:938\$181

Tabellas explicativas do orçamento do Ministerio das Relações Exteriores para o
exercício de 1924

NUMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NUMERO DO PESSOAL	NATUREZA DA DESPESA	SUB-CONSIGNAÇÕES	DESPESA PAPEL	
				FIXA	VARIÁVEL
		Verba 1ª (papel) Secretaria de Estado (Legislação: Decreto n. 14.057, de 11 de fevereiro de 1920; Lei n. 4.242, de 5 de janeiro de 1921; Lei n. 4.555, de 10 de agosto de 1922; Lei n. 4.632, de 6 de janeiro de 1923). PRIMEIRA PARTE — PESSOAL 1ª CONSIGNAÇÃO <i>Vencimentos do Pessoal</i>			
1	1	Ministro de Estado..... Ord. Rep. 24:000\$000 18:000\$000	42:000\$000		
2	2	Directores Geraes..... Ord. Grat. 12:000\$000 Rep. 6:000\$000 3:000\$000 21:000\$000	42:000\$000		
3	1	Consultor Juridico..... Grat. 24:000\$000	24:000\$000		
4	8	Directores de Secção..... Ord. Grat. 8:000\$000 Rep. 4:000\$000 1:800\$000 13:800\$000	110:400\$000		
5	12	Primeiros Officiaes..... Ord. Grat. 6:400\$000 3:200\$000 9:600\$000	115:200\$000		
6	12	Segundos Officiaes..... Ord. Grat. 4:800\$000 2:400\$000 7:200\$000	86:400\$000		
7	18	Terceiros Officiaes..... Ord. Grat. 3:600\$000 1:800\$000 5:400\$000	97:200\$000		
8	1	Cartographo..... Ord. Grat. 4:000\$000 2:000\$000	6:000\$000		
9	1	Calligrapho..... Ord. Grat. 3:200\$000 1:600\$000	4:800\$000		
10	1	Conservador do Archivo e Bibliotheca..... Ord. Grat. 3:200\$000 1:600\$000	4:800\$000		

NÚMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NÚMERO DO PESSOAL	NATUREZA DA DESPESA		SUB-CONSIGNAÇÕES	DESPESA PAPEL	
					FIXA	VARIÁVEL
11	1	Ajudante do Conservador..	Ord. 2:200\$000 Grat. 1:200\$000	3:600\$000		
12	1	Zelador da Mappotheca....	Ord. 2:400\$000 Grat. 1:200\$000	3:600\$000		
13	1	Porteiro.....	Ord. 6:000\$000 Grat. 3:000\$000	9:000\$000		
14	1	Ajudante de Porteiro.....	Ord. 4:600\$000 Grat. 2:300\$000	6:900\$000		
15	10	Continuos.....	Ord. 3:600\$000 Grat. 1:800\$000 5:400\$000	54:000\$000		
16	2	Correios.....	Ord. 3:600\$000 Grat. 1:800\$000 5:400\$000	10:800\$000		
17	2	Officiaes de Gabinete do Ministro.....	Grat. 6:000\$000	12:000\$000		
18	3	Auxiliares de Gabinete do Ministro.....	Grat. 4:800\$000	14:400\$000		
19	2	Auxiliares dos Directores Geraes.....	Grat. 2:400\$000	4:800\$000		
20	3	Continuos do Gabinete do Ministro.....	Grat. 1:200\$000	3:600\$000		
21	1	Gratificação Especial para o Director da Contabili- dade.....	Grat. 6:000\$000	6:000\$000	6:000\$000	
22	20	Serventes.....	Ord. 2:400\$000 Grat. 1:200\$000 3:600\$000	72:000\$000		
23	6	Dactylographos.....	Grat. 3:600\$000	21:600\$000		
24	1	Telephonista.....	Grat. 3:600\$000	3:600\$000		
25	2	Motoristas.....	Grat. 4:200\$000	8:400\$000		
26	1	Ajudante de motorista.....	Grat. 2:400\$000	2:400\$000		
27	1	Ajudante de motorista.....	Grat. 2:250\$000	2:250\$000		
28	1	Cocheiro.....	Grat. 3:000\$000	3:000\$000		
29	1	Ajudante de cocheiro.....	Grat. 2:250\$000	2:250\$000		
30	1	Lavador de carros.....	Grat. 2:160\$000	2:160\$000		
31	2	Jardineiros.....	Grat. 2:250\$000	4:500\$000		

NUMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NUMERO DO PESSOAL OU REPARTIÇÕES	NATUREZA DA DESPESA		SUB-CONSIGNAÇÕES	DESPESA PAPEL	
					FIXA	VARIÁVEL
32	1	Jardineiro.....	Grat. 1:800\$000	1:800\$000		
33	1	Electricista.....	Grat. 3:600\$000	3:600\$000		
34	1	Ajudante de electricista....	Grat. 1:500\$000	1:500\$000	784:1560\$000	
2ª CONSIGNAÇÃO						
35		Diarias dos Correios a 2\$ a diaria.....		1:464\$000		
36		Redacção do Boletim do Ministerio do Exterior..		12:000\$000		
37		Diarias dos plantões da Secretaria de Estado a 10\$ a diaria.....		7:320\$000	20:784\$000	
3ª CONSIGNAÇÃO						
38		Gratificações por serviços extraordinarios prestados pelos funcionarios do Ministerio ou do Gabinete do Ministro e prorrogação do expediente da Directoria de Contabilidade.....		20:000\$000		
39		Gratificações pela Redacção do Relatorio.....		10:000\$000		
40		Diferença de vencimentos por substituições.....		20:000\$000		
41		Gratificações por serviços extraordinarios prestados ao Ministerio por pessoas extranhas ao quadro do respectivo funcionalismo.....		35:000\$000		85:000\$000
4ª CONSIGNAÇÃO						
42		Fardamento do pessoal da Portaria.....				12:000\$000
5ª CONSIGNAÇÃO						
43		Conducção do Ministro.....			12:000\$000	
6ª CONSIGNAÇÃO						
Addidos						
44	1	Secretario Geral, Luiz Leopoldo Fernandes Pinheiro.	Ord. 16:000\$000 Grat. 8:000\$000	24:000\$000		
45	1	Conservador do Material, Aníbal Quintiliano da Silva.	Ord. 3:200\$000 Grat. 1:600\$000	4 800\$000	28:800\$000	
Totaes da parte " Pessoal " da Verba 1ª					846:144\$000	103:000\$000
SEGUNDA PARTE — MATERIAL						
1ª CONSIGNAÇÃO						
Material permanente						
1		Compra de moveis e de material de uso permanente para o expediente e serviço da Secretaria de Estado.....		30:000\$000		
2		Compra de livros e publicações, encadernação de livros e jornaes destinados á bibliotheca ou ao serviço permanente de consultas do Ministerio.....		7:000\$000		
3		Para obras e reparos nos edificios da Secretaria de Estado.....		50:000\$000		87:000\$000

NUMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NUMERO DO PESSOAL OU REPARTIÇÕES	NATUREZA DA DESPESA	SUB-CONSIGNAÇÕES	DESPESA PAPEL	
				FIXA	VARIÁVEL
		2ª CONSIGNAÇÃO			
		<i>Material de consumo</i>			
4		Para concerto de moveis, automoveis e objectos pertencentes á Secretaria de Estado.....	30:000\$000		
5		Acquisição de objectos necessarios ao expediente da Secretaria de Estado.....	48:000\$000		
6		Conservação do jardim e asseio da casa e despesa da garage.....	48:000\$000		126:000\$000
		3ª CONSIGNAÇÃO			
		<i>Despesas diversas de material</i>			
7		Consumo de gaz e força electrica.....	24:000\$000		
8		Serviço telephonico.....	17:500\$000		
9		Despesas do Gabinete do Ministro.....	10:000\$000		
10		Condução de empregados em serviço.....	5:000\$000		
11		Carretos e transportes de material e espolios....	3:000\$000		
12		Despesas miudas.....	5:000\$000		
13		Para despesas eventuaes de material.....	25:000\$000		89:500\$000
		4ª CONSIGNAÇÃO			
		<i>Serviços industriaes do Estado</i>			
14		Imprensa Nacional — Contas de fornecimentos e publicações.....	80:000\$000		
15		Estrada de Ferro Central do Brasil — Passagens e transportes por conta do Ministerio.....	24:000\$000		
16		Directoria Geral dos Correios — Franquia da correspondencia official para o exterior da Republica.....	35:000\$000		
17		Repartição Geral dos Telegraphos — Transmissão de telegrammas interiores por conta do Ministerio.....	35:000\$000		
18		Casa da Moeda — Fornecimentos de estampilhas consulares.....	40:000\$000		214:000\$000
		Total da [parte] "Material" da Verba 1ª.....			516:500\$000
		Totaes da Verba 1ª.....		846:144\$000	619:500\$000
		Verba 2ª (ouro)			
		Corpo Diplomatico			
		Legislação : Lei n. 3.454, de 6 de janeiro de 1918; Lei n. 3.674, de 7 de janeiro de 1919; Lei n. 3.991, de 5 de janeiro de 1920; Decreto n. 14.057, de 11 de fevereiro de 1920; Lei n. 4.156, de 15 de outubro de 1920; Lei n. 4.242, de 5 de janeiro de 1921; Decreto n. 14.692, de 24 de fevereiro de 1921; Decreto n. 14.733, de			
			SUB-CONSIGNAÇÕES	DESPESA OURO	
				FIXA	VARIÁVEL

NÚMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NÚMERO DO PESSOAL	NATUREZA DA DESPESA	SUB-CONSIGNAÇÕES	DESPESA OURO	
				FIXA	VARIÁVEL
		23 de março de 1921 ; Decreto n. 15.410, de 23 de março de 1922 ; Decreto n. 15.558, de 12 de julho de 1922 ; Decreto n. 15.559, de 12 de julho de 1922 ; Lei n. 4.555, de 10 de agosto de 1922 ; Decreto n. 15.751, de 23 de outubro de 1922 ; Lei n. 4.632, de 6 de janeiro de 1922, e Decreto n. 16.028, de 30 de abril de 1923.			
		PRIMEIRA PARTE — “PESSOAL”			
		1ª CONSIGNAÇÃO			
		<i>Vencimentos do pessoal</i>			
1	3	Embaixadores nos Estados Unidos da America, na Gran-Bretanha e na França. Ord. 12:000\$000 Grat. 6:000\$000 Rep. 35:000\$000	53:000\$000 159:000\$000		
2	1	Embaixador na Italia,..... Ord. 12:000\$000 Grat. 6:000\$000 Rep. 25:000\$000	43:000\$000 43:000\$000		
3	4	Embaixadores na Argentina, na Belgica, em Portugal e na Santa Sé..... Ord. 12:000\$000 Grat. 6:000\$000 Rep. 22:000\$000	40:000\$000 160:000\$000		
4	1	Embaixador no Chile..... Ord. 12:000\$000 Grat. 6:000\$000 Rep. 16:000\$000	34:000\$000 34:000\$000		
5	2	Embaixadores no Mexico e no Japão..... Ord. 12:000\$000 Grat. 6:000\$000 Rep. 12:000\$000	30:000\$000 60:000\$000		
6	1	Ministro no Uruguay..... Ord. 10:000\$000 Grat. 5:000\$000 Rep. 15:000\$000	30:000\$000 30:000\$000		
7	1	Ministro no Paraguay..... Ord. 10:000\$000 Grat. 5:000\$000 Rep. 11:000\$000	26:000\$000 26:000\$000		

NÚMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NÚMERO DO PESSOAL	NATUREZA DA DESPESA		SUB-CONSIGNAÇÕES	DESPESA OURO	
					FIXA	VARIÁVEL
8	7	Ministros na Alemanha, na Bolívia, na China, na Hes- panha, no Perú, na Suécia e na Suíça.....	Ord. 10:000\$000 Grat. 5:000\$000 Rep. 10:000\$000 25:000\$000	175:000\$000		
9	1	Ministro em Cuba e na America Central.....	Ord. 10:000\$000 Grat. 5:000\$000 Rep. 9:000\$000 24:000\$000	24:000\$000		
10	3	Ministros na Austria, Hol- landa e Polónia.....	Ord. 10:000\$000 Grat. 5:000\$000 Rep. 7:000\$000 22:000\$000	66:000\$000		
11	1	Ministro Residente na No- ruega.....	Ord. 8:000\$000 Grat. 4:000\$000 Rep. 8:000\$000 20:000\$000	20:000\$000		
12	6	Ministros Residentes na Co- lombia, na Dinamarca, no Equador, no Egypto, na Tcheco-Slovaquia e na Ve- nezuela.....	Ord. 8:000\$000 Grat. 4:000\$000 Rep. 6:000\$000 18:000\$000	108:000\$000		
13	22	Primeiros Secretarios dis- tribuidos um para a Alle- manha, Argentina, Aus- tria, Belgica, Bolívia, Chile, Estados Unidos, França, Gran-Bretanha, Hespa- nha, Hollanda, Italia, Mexico, Japão, Paraguay, Perú, Portugal, Polónia, Santa Sé, Suíça e Uru- guay e mais um Pri- meiro Secretario para servir onde for desi- gnado.....	Ord. 5:333\$333 Grat. 2:666\$667 8:000\$000	176:000\$000		
14	39	Segundos Secretarios, ser- vindo dous em cada uma das Embaixadas nos Es- tados Unidos, na França, na Gran-Bretanha, na Italia e em Portugal; um				

NÚMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NÚMERO DO PESSOAL OU REPARTIÇÕES	NATUREZA DA DESPESA	SUB-CONSIGNAÇÕES	DESPESA OURO	
				FIXA	VARIÁVEL
		em cada uma das demais Embaixadas e em cada uma das Legações Brasileiras e mais tres avulsos para servirem onde o Governo designar.....	Ord. 4:000\$000 Grat. 2:000\$000 6:000\$000	234:000\$000	1.315:000\$000
		2ª CONSIGNAÇÃO <i>Vencimentos addicionaes e eventuaes</i>			
15		Para pagamento de gratificações addicionaes de 2:000\$ annuaes aos Primeiros Secretarios que já attingiram cinco annos de serviço e de 4:000\$ annuaes aos que attingiram 10 annos de serviço neste posto, de accordo com o decreto n. 13.113, de 24 de julho de 1918.....	30:000\$000		
16		Para occorrer ao pagamento das gratificações addicionaes de que trata o art. 26 do decreto n. 14.057, de 11 de fevereiro de 1920, aos Encaire- gados de Negocios, quando os Chefes das Mis- sões não perdem as respectivas gratificações e representações.....	10:000\$000		
17		Para os interpretes, dactylographos, archivistas ou empregados extranumerarios, enquanto ne- cessarios forem e bem servirem ás Embaixadas e Legações, inclusive o pagamento de 3:600\$ de gratificação ao dactylographo-archivista da Embaixada na França e 3:200\$ ao interprete da Embaixada no Japão e 2:000\$ a cada um dos interpretes nas Legações na Noruega e na Dinamarca.....	30:000\$000		70:000\$000
		3ª CONSIGNAÇÃO <i>Porcentagens sobre vencimentos</i>			
18		Para attender ao augmento de 25 % nos ven- cimentos dos funcionarios do Corpo Diplo- matico em exercicio, excluidas as representações dos embaixadores, ministros plenipotenciarios e residentes.....			221:750\$000
		Totais da parte "Pessoal" da Verba 2ª.....		1.315:000\$000	291:750\$000
		SEGUNDA PARTE — "MATERIAL"			
		1ª consignação (despesas diversas) <i>Aluguel de Chancellarias</i>			
		Para o aluguel das casas para as Chancellarias das seguintes Embaixadas e Legações, prestadas as contas dos alugueis pagos e recolhidos os saldos ao Thesouro Nacional:			
1	1	Estados Unidos da America.....	40:000\$000		
2	1	Gran-Bretanha.....	25:000\$000		
3	1	Italia.....	20:111\$111		
4	2	Santa Sé e França, a cada uma....	40:000\$000		
5	1	Portugal.....	16:000\$000		
6	1	Chile.....	15:000\$000		
7	3	Belgica, Mexico e Japão, a cada uma	30:000\$000		
8	1	Uruguay.....	13:500\$000		
9	1	Allemanha.....	12:444\$444		
10	1	Perú.....	10:000\$000		

NÚMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NÚMERO DO PESSOAL OU REPARTIÇÕES	NATUREZA DA DESPESA	SUB-CONSIGNAÇÕES	DESPESA OURO	
				FIXA	VARIÁVEL
11	5	Austria, Hollanda, Cuba e America Central, Suissa e Hespanha, a cada uma.....	8:000\$000	40:000\$000	
12	12	Paraguay, China, Polonia, Tcheco-Slovaquia, Bolivia, Colombia, Equador, Egypto, Noruega, Suecia, Dinamarca, Venezuela, a cada uma.....	5:000\$000	40:000\$000 60:000\$300	322:055\$555
		2ª CONSIGNAÇÃO (despesas diversas)			
13		Conservação do predio e custeio do serviço da Embaixada na Argentina.....	12:000\$000		12:000\$000
		3ª CONSIGNAÇÃO (material de consumo)			
		Para o expediente das seguintes Embaixadas e Legações:			
14	1	Estados Unidos da America.....	4:000\$000		
15	4	França, Gran-Bretanha, Italia, Portugal, a cada uma.....	3:500\$000	14:000\$000	
16	2	Chile e Republica Argentina, a cada uma.....	2:000\$000	4:000\$000	
17	4	Santa Sé, Belgica, Mexico e Japão, a cada uma.....	1:000\$000	4:000\$000	
18	3	Uruguay, Hollanda e Alemanha, a cada uma.....	1:500\$000	4:500\$000	
19	2	Paraguay e Bolivia, a cada uma....	1:250\$000	2:500\$000	
20	2	Perú e Cuba, a cada uma.....	1:000\$000	2:000\$000	
21	12	Austria, China, Colombia, Equador, Egypto, Hespanha, Noruega, Polonia, Suecia, Dinamarca, Tcheco-Slovaquia e Venezuela, a cada uma	500\$000	6:000\$000	41:000\$000
		Total da parte "Material" da Verba 2ª.....			375:055\$555
		Totaes da Verba 2ª.....		1.315:000\$000	666:805\$555
		Verba 3ª (ouro)			
		Corpo Consular			
		Legislação ; Lei n. 3.232, de 5 de janeiro de 1917 ; Decreto n. 14.058, de 11 de fevereiro de 1920 ; Decreto n. 12.096, de 24 de abril de 1920 ; Lei n. 4.242, de 5 de janeiro de 1921 ; Lei n. 4.555, de 10 de agosto de 1922 ; Lei n. 4.632, de 6 de janeiro de 1923.			
		PRIMEIRA PARTE -- "PESSOAL"			
		1ª CONSIGNAÇÃO			
		<i>Vencimentos do pessoal</i>			
1	13	Consules Geraes de 1ª classe em Hamburgo, Buenos Aires, Antuerpia, Valparaíso, Nova York, Paris, Havre, Liverpool, Londres, Barcelona, Genova, Lisboa e Montevideo.....	Ord. 9:333\$333 Grat. 4:666\$667		
			14:000\$000	182:000\$000	

NUMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NUMERO DO PESSOAL	NATUREZA DA DESPESA	SUB-CONSIGNAÇÕES	DESPESA OURO	
				FIXA	VARIÁVEL
2	12	Consules Geraes de 2ª classe em Bremen, Shanghai, Nova Orleans, Norfolk, Bordéus, Amsterdam, Yokohama, Assumpção, Porto, Genebra, Zurich e Napoles..... Ord. 8:000\$000 Grat. 4:000\$000 12:000\$000	144:000\$000		
3	31	Consules de 1ª classe em Berlim, Rosario de Santa Fé, Posadas, Vienna, Bruxellas, Guayará-Mirim, Cobija, Dantzíg, Chicago, Philadelphia, Baltimore, Boulogne-sur-Mer, Kobe, Marselha, Lyon, Cardiff, Glasgow, Manchester, Southampton, Capetown, Cadiz, Vigo, Rotterdam, Trieste, Christiania, Iquitos, Panamá, Gothemburgo, Salto, Rivera e Roma..... Ord. 5:333\$333 Grat. 2:666\$667 8:000\$000	248:000\$000		
4	28	Consules de 2ª classe em Munich, Alvear, Paso de los Libres, Santo Tomé, La Plata, Copenhague, Alexandria, Helsingfors, La Rochelle-Pallice, Dakar, Cayena, Calcuttá, Halifax, Barbados, Dublin, Livorno, Milão, Cherburgo, Tampico, Varsovia, Funchal, Praga, Artigas, Melo, Paysandú, Rio Branco, Santa Rosa e Bukarest..... Ord. 4:000\$000 Grat. 2:000\$000 6:000\$000	168:000\$000		
5	15	Consules de 2ª classe Adjuntos em Hamburgo, Buenos Aires, Antuerpia, Valparaíso, Nova York, Paris, Liverpool, Londres, Barcelona, Genova, Lisboa, Porto, Montevideo, Iquitos e Havre..... Ord. 4:000\$000 Grat. 2:000\$000 6:000\$000	90:000\$000		
6	23	Auxiliares dos Consulados Geraes em Buenos Aires, Nova York, Paris e Londres..... Ord. 2:400\$000 Grat. 1:200\$000 3:600\$000	82:800\$000		

NÚMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NÚMERO DO PESSOAL	NATUREZA DA DESPESA		SUB-CONSIGNAÇÕES	DESPESA OURO	
					FIXA	VARIÁVEL
7	87	Auxiliares dos outros Consulados.....	Ord. 2:000\$000 Grat. 1:000\$000 3:000\$000	261:000\$000		
8	3	Gratificações suplementares aos Consules em Iquitos, Porto Sucre, e Cobija a cada um.....	6:000\$300	18:000\$300		
9	1	Gratificação suplementar ao Consul em Cayena.....	4:000\$300	4:000\$000		
10	6	Addidos Commercias.....	Ord. 8:000\$000 Grat. 4:000\$000 12:000\$000	72:000\$000		
11	3	Inspectores Consulares.....	Ord. 9:333\$333 Grat. 4:666\$667 14:000\$000	42:000\$000	1.311:800\$000	
2ª CONSIGNAÇÃO						
<i>Vencimentos eventuaes</i>						
12	5	Gratificações addicionaes aos Consules de 2ª classe em Alexandria, Paris, Liverpool, Londres e Nova York, a cada um.....	1:000\$000	5:000\$000		
13		Para occorrer ao pagamento de gratificações addicionaes de que trata o art. 36 do decreto n. 14.058, de 11 de fevereiro de 1922 e ao pagamento de gratificações a empregados extraordinarios, como sejam interpretes, dactylographos, escripturarios e archivistas que forem necessarios duranteo exercicio, incluindo a gratificação de 1:280\$000, ouro, para o interprete do Consulado em Gothemburgo e de 3:000\$000, ouro, para os Consules honorarios em Dresden e Swansea, 1:500\$000, ouro, a cada um dos Auxiliares mandados servir interinamente nos Consulados Geracs em Buenos Aires, Nova York, Paris e Londres.....		60:000\$000		65:000\$000
3ª CONSIGNAÇÃO						
<i>Porcentagem sobre vencimentos</i>						
14		Para attender ao augmento de 25 % nos vencimentos dos funcionarios do Corpo Consular em exercicio.....		349:250\$000		349:250\$000
Totaes da parte "Pessoal" da Verba 3ª.....					1.311:800\$000	414:250\$000

NUMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NUMERO DE REPARTIÇÕES	NATUREZA DA DESPESA	SUB-CONSIGNAÇÕES	DESPESA OURO	
				FIXA	VARIÁVEL
SEGUNDA PARTE — MATERIAL					
1ª CONSIGNAÇÃO (DESPESAS DIVERSAS)					
Aluguel de chancellarias					
Aluguel de Chancellarias, pres- tadas contas e recolhidos os saldos ao Thesouro Nacional:					
1	2	Buenos Aires e Nova York, a cada uma.....	8:000\$000	16:000\$000	
2	1	Londres.....	—	3:036\$667	
3	1	Montevideo.....	—	2:700\$000	
4	3	Paris, Havre e Bordéas, a cada uma	2:200\$000	6:600\$000	
5	1	Hamburgo.....	—	2:000\$000	
6	1	Nova Orleans.....	—	1:800\$000	
7	1	Liverpool.....	—	1:778\$889	
8	1	Chicago.....	—	1:600\$000	
9	2	Rosario de Santa Fé e Baltimore, a cada uma.....	1:500\$000	3:000\$000	
10	3	Bucarest, Baltimore, Marselha e Amsterdã.....	1:400\$000	4:200\$000	
11	1	Valparaíso, a cada uma.....	—	1:366\$667	
12	1	Milão.....	—	1:300\$000	
13	10	Salto, Iquitos, Antuerpia, Lisboa, Genova, Norfolk, Berlin, Phila- delphia, Lyon e Bruxellas, a cada uma.....	1:200\$000	12:000\$000	
14	3	Barcelona, Zurich e Helsingfors....	1:06\$667	3:200\$000	
15	35	Cobija, Guyara-Mirim, Calcuttá, As- sumpção, Halifax, Porto Alvear, Artigas, Melo, Libres, Paysandú, Posadas, Rio Branco, Rivera, Santa Rosa, S. Tomé, Barbados, Dublin, Glasgow, Southampton, La Rochelle-Pallice, Boulogne- sur-Mer, Cherburgo, Yokohama, Christiania, Gothemburgo, Napo- les, Cadiz, Kobe, Vienna, Genebra, Swansea, Capetown, Panamá e Shanghai.....	1:000\$000	35:000\$000	
16	20	Livorno, Alexandria, Dakar, Trieste, Manchester, Vigo, Cardiff, Cope- nhague, Bremen, Funchal, Rot- terdam, Cayenna, La Plata, Mu- nich, Roma, Dantzic, Stockholm, Tampico, Varsovia e Praga, a cada uma.....	800\$000	16:000\$000	
17	1	Braga.....	—	500\$000	
18	2	S. Vicente e Gibraltar, a cada uma	250\$000	500\$000	
19	1	Coimbra.....	—	200\$000	
			112:812\$223		
2ª CONSIGNAÇÃO (MATERIAL DE CONSUMO)					
Expediente dos Consulados de carreira e honorarios, a saber:					
20	1	Nova York.....	—	4:000\$000	
21	1	Paris.....	—	3:700\$000	
22	1	Liverpool.....	—	3:600\$000	
23	5	Hamburgo, Lisboa, Londres, Porto e Buenos Aires, a cada um.....	1:500\$000	7:500\$000	
24	5	Antuerpia, Genova, Havre, Bordéas e Montevideo, a cada um.....	1:200\$000	6:000\$000	
25	2	Amsterdã e Marselha, a cada um.	1:000\$000	2:000\$000	
26	6	Barcelona, Manchester, Norfolk, Nova Orleans, Napoles e Glasgow, a cada um.....	800\$000	4:800\$000	
27	11	Assumpção, Cobija, Yokohama, Valparaíso, Genebra, Gothem- burgo, Vigo, Berlin, Kobe, Sou- thampton e Shanghai, a cada um.	600\$000	6:600\$000	

NÚMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES REPARTIÇÕES	NATURAL DA DESPESA	SUB-CONSIGNAÇÕES	DESPESA OURO	
			FIXA	VARIÁVEL
28	14	14	500\$000	7:000\$000
29	17	17	500\$000	7:000\$000
30	10	10	400\$000	6:800\$000
31	12	12	240\$000	2:400\$000
32	8	8	150\$000	1:800\$000
			120\$000	90\$000
3ª CONSIGNAÇÃO (MATERIAL DE CONSUMO)				
Despesas com as facturas consulares e respectivas remessas a Estatística Commercial				
			400\$000	73\$000
			150\$000	300\$000
			100\$000	200\$000
			50\$000	300\$000
			40\$000	440\$000
			20\$000	120\$000
			15\$000	180\$000
4ª CONSIGNAÇÃO (MATERIAL DE CONSUMO)				
Expediente dos Vice-Consulados não remunerados				
41	2	2	500\$000	1:000\$000
42	1	1	—	180\$000
43	4	4	160\$000	640\$000
44	4	4	100\$000	400\$000
Total da parte "Material" da Verba 3ª				
Totales da Verba 3ª				
			1:311:800\$000	2:220\$000
			175:321\$423	590:132\$223

NÚMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NÚMERO DE REPARTIÇÕES	NATUREZA DA DESPESA	SUB-CONSIGNAÇÕES	DESPESA	
				VARIÁVEL — Papel	VARIÁVEL — Ouro
		Verba 4ª (papel) (MATERIAL DE DESPESAS DIVERSAS) Recepções oficiais Para despesas com a recepção e hospedagem e outras relativas a representantes de governos estrangeiros e hospedes illustres em visita ao Brasil.....		250:000\$000	
		Verba 5ª (ouro) Congressos e Conferencias 1ª CONSIGNAÇÃO (PESSOAL) Para representação do Brasil nos Congressos e Conferencias que se reunirem no exterior, quando as respectivas representações forem nomeadas pelo Ministério das Relações Exteriores.....			200:000\$000
		2ª CONSIGNAÇÃO (PESSOAL) Para representação do Brasil nos Congressos e Conferencias que se reunirem no Exterior, quando a representação official fôr da iniciativa dos demais Ministerios do Governo Federal.....			75:000\$000
		3ª CONSIGNAÇÃO (PESSOAL) Para dar cumprimento á resolução da 5ª Conferencia Internacional Americana, de Santiago, no Chile, relativa á Comissão da E. F. Pan-Americana.....			50:000\$000
		Total da verba.....			325:000\$000
		Verba 6ª Serviço telegraphico 1ª CONSIGNAÇÃO (PAPEL) (Despesas diversas) Telegrammas officiaes expedidos pela Secretaria de Estado pelos Cabos sub-marinos.....		200:000\$000	
		2ª CONSIGNAÇÃO (OURO) (Despesas diversas) Telegrammas officiaes expedidos pelas Embaxadas, Legações e Consulados.....			200:000\$000
		Totaes da verba.....		200:000\$000	200:000\$000

NÚMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NÚMERO DO PESSOAL OU REPARTIÇÕES	NATUREZA DA DESPESA	SUB-CONSIGNAÇÕES	DESPESA	
				VARIÁVEL — Papel	VARIÁVEL — Ouro
		Verba 7ª (ouro)			
		Repartições Internacionais			
		(MATERIAL DE DESPESAS DIVERSAS)			
		Para o pagamento, ao cambio par ouro, das contribuições com que o Brasil concorre para diversas Repartições Internacionais, sendo:			
1		Para a União Pan-America, 22.576 dollars e 27 centavos, moeda americana.....	41:314\$574		
2		Para o Instituto Internacional de Agricultura de Roma, além da contribuição fixa de 40.000 francos, moeda franceza, uma adicional de 60.000 francos, ou sejam 100.000 francos.....	11:766\$667		
3		Para a Repartição Internacional de Hygiene Publica em Paris, 20.000 francos, moeda franceza.	2:353\$333		
4		Para a Secretaria das Tarifas Aduaneiras em Bruxellas, 7.425 francos, moeda belga.....	785\$307		
5		Para o Congresso Internacional Permanente de Navegação, 2.000 francos, moeda franceza....	235\$533		
6		Para o Escriptorio Internacional das Estradas de Ferro em Bruxellas, 1.000 francos, belgas...	105\$900		
7		Para a Liga das Nações duas prestações semestres de 435.253,89 francos, ouro, moeda franceza, no total de 872.507,79 francos, ouro.	320.809\$013		
8		Para o Instituto Internacional do Frio, em Paris, 12.000 francos, moeda franceza.....	1:411\$993		
9		Para a Corte de Arbitragem do Tribunal de Haya — despesa provavel 3.500 florins.....	2 572\$500		
10		Para o Instituto Internacional Commercial de Bruxellas — 10.000 francos, moeda belga.....	1.050\$000		
11		Para o Bureau Internacional de Berna, para a protecção dos direitos autoraes, 5.000 francos, moeda suissa.....	1:765\$000		
12		Para subvenções a Institutos Internacionais de Telegraphos.....	6:691\$444		
13		Para subvenção á Comissão permanente do Congresso Ferro-Via do Sul-Americano.....	1:766\$500		
14		Para a Comissão permanente dos Congressos Internacionais de Sciencias Administrativas em Bruxellas, 1.500,00 francos, ouro, belga.....	529\$500		
15		Para a Camara de Commercio Belga-Brasileira. .	2:500\$000		
16		Para a manutenção da Cadeira de Camões no King's College de Londres, £ 300 annuaes....	2 533\$334		
		Total da verba.....			393:200\$403
					398:200\$403
		Verba 8ª			
		Ajudas de custo			
		1ª CONSIGNAÇÃO (PESSOAL)			
		Para ajudas de custo de nomeações, remoções, exonerações e retiradas dos funcionarios do quadro do Ministerio do Exterior.....			300:000\$000
		2ª CONSIGNAÇÃO			
		(Material de diversas despesas)			
		Para auxilios de viagem a funcionarios em férias extraordinarias ou por motivo de serviço.....			50:000\$000
		Total da verba.....			350:000\$000

NÚMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NÚMERO DAS REPARTIÇÕES	NATUREZA DA DESPESA	SUB-CONSIGNAÇÕES	DESPESA	
				VARIAVEL Papel	VARIAVEL Ouro
		Verba 9ª (ouro)			
		Extraordinárias no Exterior			
		1ª CONSIGNAÇÃO			
		(Material de diversas despesas)			
		Para despesas extraordinárias, inclusive as de caracter reservado, decorrentes do serviço in- te.nacional.....			300:000\$000
		2ª CONSIGNAÇÃO			
		(Material de diversas despesas)			
		Para repatriações e socorros a brasileiros des- validos.....			20:000\$000
		3ª CONSIGNAÇÃO			
		(Material permanente)			
		Para instalações de Chancellarias Diplomáticas e Consulares e aquisição de material de uso permanente.....			50:000\$000
		4ª CONSIGNAÇÃO			
		Material de diversas despesas			
		Para se proceder aos estudos destinados a ligar a Viação Férrea Brasileira com a E. F. Pan-Americana.....			100:000\$000
		Totais da verba.....			470:000\$000
		Verba 10ª			
		Expansão Econômica			
		1ª CONSIGNAÇÃO (PAPEL)			
		(Material de consumo)			
1		Para despesas com aquisição de revistas eco- nômicas e comerciais, jornais e publicações de propaganda para serem distribuídas pelas Embaixadas, Legações e Consulados.....		30:000\$000 40:000\$000	
2		Para impressão do Boletim do Ministério.....			
		2ª CONSIGNAÇÃO (OURO)			
		(Material de diversas despesas)			
3		Para despesas relativas à expansão econômica, comercial e industrial do Brasil, a cargo das Embaixadas, Legações e Consulados Bra- sileiros, bem como para atender a serviços de propaganda e defesa do Brasil no Estrangeiro..			240:000\$000
		Totais da verba.....		70:000\$000	240:000\$000

NÚMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NÚMERO DO PESSOAL OU REPARTIÇÕES	NATUREZA DA DESPESA	SUB-CONSIGNAÇÕES	DESPESA	
				VARIÁVEL — Papel	VARIÁVEL — Ouro
		Verba 11ª (papel)			
		Comissões de limites			
		1ª CONSIGNAÇÃO (PESSOAL)			
1		Para gratificações do pessoal que serve na caracterização dos limites com a Republica Oriental do Uruguay.....	98:000\$000		
2		Para gratificações do pessoal que serve na caracterização dos limites com a Republica do Peru.....	250:000\$000		
3		Para despesas e aumentos eventuaes do pessoal, que ocorrerem durante o anno.....	30:000\$000	378:000\$000	
		2ª CONSIGNAÇÃO			
		<i>(Material de diversas despesas)</i>			
1		Para o material de serviço da caracterização dos limites com a Republica do Uruguay.....	62:000\$000		
2		Para o material de serviço da caracterização dos limites com a Republica do Peru.....	290:000\$000		
3		Para eventuaes do material das Comissões de Limites.....	40:000\$000	382:000\$000	
		Total da verba.....		760:000\$000	

Art. 38. E' o Presidente da Republica autorizado:

I. A reorganizar, com os recursos existentes nas respectivas verbas dos orçamentos dos Ministerios das Relações Exteriores e Agricultura, Industria e Commercio, sem augmento de pessoal, os serviços de Propaganda e Expansão Economica do paiz no exterior.

II. A nomear, independentemente de concurso e de outras formalidades regulamentares, para as vagas de consules de segunda classe, os actuaes consules honorarios, brasileiros natos, que contarem mais de 10 annos de serviços ao paiz e que os tiverem prestado tambem na guerra, os actuaes auxiliares de consulado que nessa qualidade ou em outros empregos tenham mais de 10 annos de serviço.

III. A revêr os decretos ns. 14.056, 14.057 e 14.058, dando novos regulamentos á Secretaria de Estado, ao Corpo Diplomático e ao Consular, sem nenhum augmento nos totaes da despesa fixada no presente orçamento e sem nenhum acrescimo do pessoal ora existente, mas com liberdade para remodelar do melhor modo os quadros com o pessoal ora existente e as verbas ora fixadas, podendo, sempre que julgar conveniente aos interesses superiores do paiz, decretar a disponibilidade dos agentes diplomaticos e consulares que, havendo completado ou não o tempo necessario para a sua aposentadoria, estejam em exercicio no exterior, fixando em taes casos os pagamentos em papel e constituindo verba separada no orçamento. O Governo terá o cuidado de consagrar na presente reforma as disposições existentes sobre redução do pessoal.

Art. 39. Fica revigorada a autorização contida no n. 1. do art. 26, da lei n. 4.632, de 6 de janeiro de 1923, para a reorganização do Serviço de Expansão Economica, subordinada, porém, ao Ministerio do Exterior, dentro dos limites da verba propria, e nas bases estabelecidas pelo n. 7, do art. 99, da lei que fixou a despesa para o exercicio de 1922.

Art. 40. A partir de 1º de fevereiro de 1924, ficam sem vencimentos e sob as penas legais todos os funcionarios do Corpo Diplomático e do Corpo Consular que se acharem no Brasil fóra do disposto no art. 41, do decreto numero 14.057, de 11 de fevereiro de 1920 (licença especial de 10 a 20 annos de serviço publico), exceptuando-se os que se acharem servindo no Gabinete da Presidencia da Republica e no gabinete

do Ministro do Exterior, dentro dos respectivos quadros regulamentares, os quaes terão os seus vencimentos integaes, descontados apenas da gratificação que couber aos seus substitutos.

Art. 41. A contar da data desta lei, ficam divididas em duas partes as verbas destinadas neste orçamento á representação dos embaixadores e dos ministros plenipotenciarios e residentes. Uma parte, comprehendendo o terço do quantitativo fixado para cada um, será attribuido ao decore pessoal da função que os mesmos desempenham e esse terço independêrã de prestação de contas; a outra parte abrange os dous terços restantes e se considerará como despesa do proprio paiz deferida aos seus agentes diplomaticos para que o representem condignamente onde estiverem acreditados. Esta ultima parte poderá ser sacada por trimestres adiantados, mas de qualquer fórma os embaixadores, assim como os ministros plenipotenciarios e residentes, ficam obrigados a prestar contas á Delegacia do Thesouro em Londres e á Secretaria de Estado do que houverem despendido no trimestre anterior, com recepções, ou gentilezas de outra ordem. Os saldos verificados em cada trimestre dos dous terços referidos poderão ser levados ao trimestre seguinte, mas nenhuma das duas partes da verba annual respectiva poderá ser excedida, ficando prohibido conceder-se, por outras rubricas extraordinarias, qualquer recurso para a representação, salvo em circumstancias excepcionaes e por autorização expressa do Presidente da Republica.

Art. 42. Continúa em vigor o art. 27, da lei n. 4.555, de 10 de agosto de 1922.

Art. 43. Até que o Governo reorganize o Serviço de Expansão Economica, será mantido, como uma dotação de 20:000\$, destacada da verba ouro respectiva, o Serviço de Propaganda da Herva-Matte, na Europa.

N. 5

Resumo das tabeellas da proposta do orçamento da despesa do Ministerio das Relações Exteriores para o exercicio de 1925

NUMERO	VERBAS	PAPEL		OURO	
		Fixa	Variavel	Fixa	Variavel
1	Secretaria de Estado.....	852:120\$000	399:500\$000		
2	Corpo diplomatico.....			1.386:000\$000	692.305\$555
3	Corpo consular.....			1.297:050\$000	579:532\$223
4	Recepções officiaes.....		250:000\$000		
5	Congresso e Conferencias.....				275:000\$000
6	Serviço telegraphico.....				250:000\$000
7	Repartições internacionaes.....				398:200\$403
8	Ajudas de custas.....				350:000\$000
9	Extraordinarias no Exterior.....				350:000\$000
10	Expansão Economica.....		70.000\$000		240:000\$000
11	Commissões de limites.....		800:000\$000		
12	Serviços industriaes do Estado.....		214:000\$000		
		852:120\$000	1.733:500\$000	2.583:050\$000	3.135:088\$181

Recapitulação

Total papel.....	2.585:620\$000
Total ouro.....	5.818:138\$181

Votado para 1924

Total papel.....	2.745:644\$000
Total ouro.....	5.866:938\$181

Proposta do orçamento do Ministerio das Relações Exteriores para 1925

NÚMEROS DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NÚMERO DO PESSOAL	NATUREZA DA DESPESA		DESPESA PAPEL	
				FIXA	VARIÁVEL
		Verba 1ª (papel)			
		Secretaria de Estado			
		(Legislação : Decreto n. 14.056, de 11 de fevereiro de 1923; Lei n. 4.242, de 5 de janeiro de 1921; Lei n. 4.555, de 10 de agosto de 1922; Lei n. 4.632, de 6 de janeiro de 1923; Lei n. 4.793, de 7 de janeiro de 1924.			
		1ª CONSIGNAÇÃO PESSOAL			
		<i>1ª Sub-consignação Vencimentos do pessoal</i>			
1	1	Ministro de Estado.....	Ord. 24:000\$000 Rep. 18:000\$000	42:000\$000	
	2	Directores Geraes.....	Ord. 12:000\$000 Grat. 6:000\$000 Rep. 3:000\$000 21:000\$000	42:000\$000	
	1	Consultor Juridico.....	Grat. 24:000\$000	24:000\$000	
	8	Directores de Secção.....	Ord. 8:000\$000 Grat. 4:000\$000 Rep. 1:800\$000 13:800\$000	110:400\$000	
	12	Primeiros Officiaes.....	Ord. 6:400\$000 Grat. 3:200\$000 9:600\$000	115:200\$000	
	12	Segundos Officiaes.....	Ord. 4:800\$000 Grat. 2:400\$000 7:200\$000	86:400\$000	
	18	Terceiros Officiaes.....	Ord. 3:600\$000 Grat. 1:800\$000 5:400\$000	97:200\$000	
	1	Cartographo.....	Ord. 4:000\$000 Grat. 2:000\$000	6:000\$000	
	1	Calligrapho.....	Ord. 3:200\$000 Grat. 1:600\$000	4:800\$000	
	1	Conservador do Archivo e Bibliotheca.....	Ord. 3:200\$000 Grat. 1:600\$000	4:800\$000	

NÚMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NÚMERO DO PESSOAL	NATUREZA DA DESPESA			DESPESA PAPEL	
					FIXA	VARIÁVEL
1		Ajudante do Conservador... Ord. Grat.	2:400\$000 1:200\$000	3:600\$000		
1		Zelador da Mappotheca.... Ord. Grat.	2:400\$000 1:200\$000	3:600\$000		
1		Porteiro..... Ord. Grat.	6:000\$000 3:000\$000	9:000\$000		
1		Ajudante de Porteiro..... Ord. Grat.	4:600\$000 2:300\$000	6:900\$000		
10		Continuos..... Ord. Grat.	3:600\$000 1:800\$000	54:000\$000		
2		Correios..... Ord. Grat.	3:600\$000 1:800\$000	10:800\$000		
2		Officiaes de Gabinete do Mi- nistro..... Grat.	5:400\$000 6:000\$000	12:000\$000		
3		Auxiliares de Gabinete do Ministro..... Grat.	4:800\$000	14:400\$000		
2		Auxiliares dos Directores Geraes..... Grat.	2:400\$000	4:800\$000		
3		Continuos do Gabinete do Ministro..... Grat.	1:200\$000	3:600\$000		
1		Gratificação Especial para o Director da Contabilidade Grat.	6:000\$000	6:000\$000		
20		Serventes..... Ord. Grat.	2:400\$000 1:200\$000	72:000\$000		
6		Dactylographos..... Grat.	3:600\$000	21:600\$000		
1		Telephonista..... Grat.	3:600\$000	3:600\$000		
2		Motoristas..... Grat.	4:200\$000	8:400\$000		
1		Ajudante de motorista.... Grat.	2:400\$000	2:400\$000		
1		Ajudante de motorista.... Grat.	2:250\$000	2:250\$000		
1		Cocheiro..... Grat.	3:000\$000	3:000\$000		
1		Ajudante de cocheiro..... Grat.	2:250\$000	2:250\$000		
1		Lavador de carros..... Grat.	2:160\$000	2:160\$000		
2		Jardineiros..... Grat.	2:250\$000	4:500\$000		
1		Jardineiro..... Grat.	1:800\$000	1:800\$000		
1		Electricista..... Grat.	3:600\$000	3:600\$000		
1		Ajudante de electricista.... Grat.	1:500\$000	1:500\$000		
					790:560\$000	
2		Diarias dos correios, a 2\$ a diaria.....			1:460\$000	
3		Redacção do Boletim do Ministerio do Exterior.....			12:000\$000	

NÚMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NÚMERO DO PESSOAL OU REPARTIÇÕES	NATUREZA DA DESPESA	DESPESA PAPEL	
			FIXA	VARIÁVEL
4		Diária dos plantões da Secretaria de Estado, a 10\$ a diária..	7:300\$000	
5		Gratificações por serviços extraordinários prestados pelos funcionários do Ministério ou do Gabinete do Ministro, e prorrogação do expediente da Directoria da Contabilidade...		20:000\$000
6		Gratificações pela redacção do Relatório.....		10:000\$000
7		Diferença de vencimentos por substituições.....		20:000\$000
8		Gratificações por serviços extraordinários prestados ao Ministério por pessoas estranhas ao quadro do respectivo funcionalismo.....		35:000\$000
9		Fardamento do pessoal da Portaria.....		12:000\$000
10		Condução do Ministro.....	12:000\$000	
11		Addidos:		
	1	Secretario Geral Luiz Leopoldo Fernandes Pinheiro. Ord. 16:000\$000 Grat. 8:000\$000 24.000\$000		
	1	Conservador do Material Annibal Quintiliano da Silva..... Ord. 3:200\$000 Grat. 1:600\$000 4 800\$000	28:800\$000	
		Totaes da 1ª consignação da Verba 1ª.....	852:120\$000	97:000\$000
		SEGUNDA CONSIGNAÇÃO — MATERIAL		
		Material permanente		
1		Compra de moveis e de material de uso permanente para o expediente e serviço da Secretaria de Estado.....		30:000\$000
2		Compra de livros e publicações, encadernação de livros e jornaes destinados á bibliotheca ou ao serviço permanente de consultas do Ministerio.....		7:000\$000
3		Para obras e reparos nos edificios da Secretaria de Estado...		50:000\$000
		Material de consumo		
4		Para concerto de moveis, automoveis e objectos pertencentes á Secretaria de Estado.....		30:000\$000
5		Acquisição de objectos necessarios ao expediente da Secretaria de Estado.....		48:000\$000
6		Conservação do jardim e asseio da casa e despesa da "garage"		48:000\$000
		Despesas diversas de material		
7		Consumo de gaz e força electrica		24:000\$000
8		Serviço telephonico.....		17.500\$000
9		Despesas do Gabinete do Ministro.....		10:000\$000
10		Condução de empregados em serviço		5:000\$000
11		Carretos e transportes de material e espolios.....		3:000\$000
12		Despesas miudas		5:000\$000
13		Para despesas eventuaes de material		25:000\$000
		Total da 2ª consignação da Verba 1ª.....		302:500\$000
		Totaes da Verba 1ª.....	852:120\$000	399:500\$000
		Total geral da proposta para 1925..... 1.251:620\$000		
		Votado para 1924 (excluida 4ª consignação material — Serviços industriaes do Estado)..... 1.251:644\$000		
		Diferença a menos em 1925..... 24\$000		

NÚMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NÚMERO DO PESSOAL	NATUREZA DA DESPESA	DESPESA OURO	
			FIXA	VARIÁVEL
		Verba 2ª (ouro)		
		Corpo Diplomático		
		<i>Legislação : Lei n. 3 454, de 6 de janeiro de 1918 ; Lei n. 3.674' de 7 de janeiro de 1919 ; Lei n. 3 991, de 5 de janeiro de 1920 ; Decreto n. 14.057, de 11 de fevereiro de 1920 ; Lei n. 4.156, de 15 de outubro de 1920 ; Lei n. 4.212, de 5 de janeiro de 1921 ; Decreto n. 14.692, de 24 de fevereiro de 1921 ; Decreto n. 14.733, de 23 de março de 1921 ; Decreto n. 15.410, de 23 de março de 1922 ; Decreto n. 15 558, de 12 de julho de 1922 ; Decreto n. 15 559, de 12 de julho de 1922 ; Lei n. 4.555, de 10 de agosto de 1922 ; Decreto n. 15 751, de 23 de outubro de 1922 ; Lei n. 4.632, de 6 de janeiro de 1922 ; Decreto n. 16.028, de 30 de abril de 1923 ; Lei n. 4.793, de 7 de janeiro de 1924 e Decreto n. 16.412, de 13 de março de 1924.</i>		
		PRIMEIRA CONSIGNAÇÃO — PESSOAL		
		<i>1ª Sub-consignação — Vencimentos do pessoal</i>		
1	4	Embaixadores nos Estados Unidos da America, na Gran-Bretanha, na França e junto á Liga das Nações	Ord. 12:000\$000 Grat. 6:000\$000 Rep. 35:000\$000 53:000\$000	212:000\$000
	1	Embaixador na Italia.....	Ord. 12:000\$000 Grat. 6:000\$000 Rep. 25:000\$000 43:000\$000	43:000\$000
	4	Embaixadores na Argentina, na Belgica, em Portugal e na Santa Sé.....	Ord. 12:000\$000 Grat. 6:000\$000 Rep. 22:000\$000 40:000\$000	160:000\$000
	1	Embaixador no Chile.....	Ord. 12:000\$000 Grat. 6:000\$000 Rep. 16:000\$000 34:000\$000	34:000\$000
	2	Embaixadores no Mexico e no Japão.....	Ord. 12:000\$000 Grat. 6:000\$000 Rep. 12:000\$000 30:000\$000	60:000\$000

NÚMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NÚMERO DO PESSOAL	NATUREZA DA DESPESA		DESPESA OURO	
				FIXA	VARIÁVEL
	1	Ministro no Uruguay.....	Ord. 10:000\$000 Grat. 5:000\$000 Rep. 15:000\$000 <u>30:000\$000</u>	30:000\$000	
	1	Ministro no Paraguay.....	Ord. 10:000\$000 Grat. 5:000\$000 Rep. 11:000\$000 <u>26:000\$000</u>	26:000\$000	
	7	Ministros na Alemanha, na Bolívia, na China, na Hes- panha, no Perú, na Suécia e na Suíça.....	Ord. 10:000\$000 Grat. 5:000\$000 Rep. 10:000\$000 <u>25:000\$000</u>	175:000\$000	
	1	Ministro em Cuba e na Ame- rica Central.....	Ord. 10:000\$000 Grat. 5:000\$000 Rep. 9:000\$000 <u>24:000\$000</u>	24:000\$000	
	3	Ministro na Austria, Hol- landa e Polónia.....	Ord. 10:000\$000 Grat. 5:000\$000 Rep. 7:000\$000 <u>22:000\$000</u>	66:000\$000	
	1	Ministro Residente na No- ruega.....	Ord. 8:000\$000 Grat. 4:000\$000 Rep. 8:000\$000 <u>20:000\$000</u>	20:000\$000	
	7	Ministros Residentes na Co- lômbia, na Dinamarca, no Equador, no Egypto, na Tcheco-Slovaquia, na Ve- nezuela e junto á Liga das Nações.....	Ord. 8:000\$000 Grat. 4:000\$000 Rep. 6:000\$000 <u>18:000\$000</u>	126:000\$000	
	22	Primeiros Secretarios d's- tribuidos um para a Alle- manha, Argentina, Austria, Belgica, Bolívia, Chile, Estados Unidos França, Gran-Bretanha, Hespanha, Hollanda, Italia, Mexico, Japão, Paraguay, Perú, Portugal, Polónia, Santa			

NÚMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NÚMERO DO PESSOAL OU REPARTIÇÕES	NATUREZA DA DESPESA	DESPESA OURO	
			FIXA	VARIÁVEL
		Sé, Suíça, Uruguay, e mais um Primeiro Secre- tário da Delegação junto à Liga das Nações.....	Ord. 5:333\$333 Grat. 2:666\$667 <u>8:000\$000</u>	176:000\$000
39		Segundos "Secretarios ser- vindo dois em cada uma das Embaixadas nos Es- tados Unidos, na França, na Gran-Bretanha, na Ita- lia e em Portugal; um em cada uma das demais Em- baixadas e em cada uma das Legações Brasileiras; um da Delegação da Liga das Nações e mais dois avulsos para servirem onde o Governo designar.	Ord. 4:000\$000 Grat. 2:000\$000 <u>6:000\$000</u>	234:000\$000
2		Para pagamento de gratificações adicionais de 2:000\$ annuaes aos Primeiros Secretarios que já attingiram cinco annos de serviço e de 4:000\$ annuaes aos que attingiram 10 annos de serviço neste posto, de accordo com o decreto n. 13.113, de 24 de julho de 1918.....		30.000\$000
3		Para occorrer ao pagamento das gratificações adicionais de que trata o art. 26 do decreto n. 14.057, de 11 de fevereiro de 1920, aos Encarregados de Negocios, quando os Chefes das Missões não perdem as respectivas gratificações e representações.....		10.000\$000
4		Para os interpretes, dactylographos, archivistas ou empregados extranumerarios, enquanto necessarios forem e bem ser- virem ás Embaixadas e Legações, inclusive o pagamento de 3:600\$ de gratificação ao dactylographo-archivista da Embaixada na França e 3:200\$ ao interprete da Embaixada no Japão e 2:000\$ a cada um dos interpretes nas Legações na Noruega e na Dinamarca.....		30.000\$000
5		Para attender ao augmento de 25 % nos vencimentos dos funcionarios do Corpo Diplomatico em exercicio, excluidas as representações dos embaixadores, ministros plenipoten- ciarios e residentes, bem como quaesquer gratificações adicionaes.....		229.250\$000
		Totais da 1ª Consignação — Pessoal da verba 2ª.....	1.386:000\$000	299:250\$000
		SEGUNDA CONSIGNAÇÃO — MATERIAL		
		1ª Sub-consignação (despesas diversas)		
		Aluguel de Chancellarias		
1		Para o aluguel das casas para as Chancellarias das seguintes Embaixadas e Legações, prestadas as contas dos alugueis pagos e recolhidos os saldos ao Thesouro Nacional:		
1		Estados Unidos da America	—	40:000\$000
1		Gran-Bretanha.....	—	25:000\$000
1		Italia.....	—	20:111\$111
1		Santa Sé e França, a cada uma ..	20:000\$000	40:000\$000
1		Portugal.....	—	16:000\$000
2		Chile e Delegação junto à Liga das Nações, a cada uma.....	15:000\$000	30:000\$000
3		Belgica, Mexico e Japão, a cada uma	10:000\$000	30:000\$000

NÚMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NÚMERO DO PESSOAL OU REPARTIÇÕES	NATUREZA DA DESPESA	DESPESA OURO	
			FIXA	VARIÁVEL
1	1	Uruguay.....	—	13:500\$000
1	1	Allemanha.....	—	12:444\$444
1	1	Perú.....	—	10:000\$000
5	5	Austria, Hollanda, Cuba e America Central, Suissa e Hespanha, a cada uma.....	8.000\$000	40:000\$000
12	12	Paraguay, China, Polônia, Tcheco-Slovaquia, Bolívia, Colombia, Equador, Egypto, Noruega, Suecia, Dinamarca e Venezuela, a cada uma.....	5:000\$000	60.000\$000
		2ª Sub-consignação (despesas diversas)		
2	2	Conservação do predio e custeio do serviço da Embaixada na Republica Argentina.....		12:000\$000
		3ª Sub-consignação (material de consumo)		
3		Para o expediente das seguintes Embaixadas e Legações :		
1	1	Estados Unidos da America.....	4:000\$000	
4	4	França, Gran-Bretanha, Italia e Portugal, a cada uma.....	3:500\$000	14:000\$000
3	3	Chile, Republica Argentina e Delegação á Liga das Nações, a cada uma.....	2:000\$000	6:000\$000
4	4	Santa Sé, Belgica Mexico e Japão, a cada uma.....	1:000\$000	4:000\$000
3	3	Uruguay, Hollanda e Allemanha, a cada uma.....	1:500\$000	4:500\$000
2	2	Paraguay e Bolívia, a cada uma..	1:250\$000	2:500\$000
3	3	Perú, Cuba e Suissa a cada uma..	1:000\$000	3:000\$000
12	12	Austria, China Colombia, Equador, Egypto, Hespanha, Noruega, Polônia, Suecia, Dinamarca, Tcheco-Slovaquia e Venezuela, a cada uma.....	500\$000	6:000\$000
		Total da 2ª consignação da Verba 2ª.....		393:055\$555
		Totais da verba 2ª.....	1.386.000\$000	602:305\$555
		Total geral da verba 2ª, proposta para 1925.....	2.078:305\$555	
		Votada para 1924.....	1.981:805\$555	
		Diferença para mais em 1925.....	96:500\$000	
		Verba 3ª (ouro)		
		Corpo Consular		
		Legislação : Lei n. 3.232, de 5 de janeiro de 1917 ; Decreto n. 14.058, de 11 de fevereiro de 1920 ; Decreto n. 12.096, de 24 de abril de 1920 ; Lei n. 4.242, de 5 de janeiro de 1921 ; Lei n. 4.555, de 10 de agosto de 1922 ; Lei n. 4.632, de 6 de janeiro de 1923 ; Lei n. 4.793, de 7 de janeiro de 1924 ; Decreto n. 16.368, de 13 de fevereiro de 1924.		
		PRIMEIRA CONSIGNAÇÃO — PESSOAL		
		1ª sub-consignação — Vencimentos fixos		
1	23	Consules Geraes em Nova York, Nova Orleans, Buenos Ayres, Montevidéo, Valparaíso Assun-		

NÚMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NÚMERO DO PESSOAL	NATUREZA DA DESPESA	DESPESA OURO	
			FIXA	VARIÁVEL
		ção, Lisboa, Porto, Barcelona, Londres, Liverpool, Southampton Paris, Havre, Marselha, Genova, Antuerpia, Amsterdam, Hamburgo, Berlim, Napoles, Yokohama, Shanghai..... Ord. 8:666\$666 Grat. 4:333\$333 <u>13:000\$000</u> 299:000\$000		
32		Consules de primeira classe em Baltimore, Philadelphia, Chicago, Rosario, Posadas, Salto, Rivera, Panamá, Madrid, Cadiz, Vigo, Cardiff, Manchester, Glasgow, Bordéas, Boulogne, Lyon, Bruxellas, Rotterdam, Bremen, Roma, Trieste, Gênebra, Zurich, Vienna, Gothemburgo, Christiania, Constantinopla, Dantzic, Capetown, Alexandria, Kobe..... Ord. 5:333\$333 Grat. 2:666\$667 <u>8:000\$000</u> 256:000\$000		
32		Consules de segunda classe em Norfolk, Newport-News, Montreal, Tampico, Barbados, Cayenna, Cobiça, Guayará-Mirim, Iquitos, Passo delos Libres, Alvear, Santo Tomé, Artigas, Melo, Paysandú, Rio Branco, Santa Rosa, Cherbúrgo, La Rochella-Pallice, Dublin, Munich, Copenhagen, Milão, Livorno, Varsovia, Odessa, Helsingfors, Praga, Galatz, Dakar, Funchal, Calcuttá..... Ord. 4:000\$000 Grat. 2:000\$000 <u>6:000\$000</u> 192:000\$000		
13		Consules de segunda classe adjuntos, que exercerão as funções de seus cargos nos seguintes Consulados Geraes: Nova York, Buenos Ayres, Montevideo, Lisboa, Porto, Londres, Liverpool, Paris, Havre, Antuerpia, Hamburgo, Genova, Barcelona..... Ord. 4:000\$000 Grat. 2:000\$000 <u>6:000\$000</u> 78:000\$000		
23		Auxiliares dos Consulados Geraes em Buenos Ayres, Nova York, Paris e Londres Ord. 2:400\$000 Grat. 1.200\$000 <u>3:600\$000</u> 82:800\$000		

NÚMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NÚMERO DO PESSOAL OU REPARTIÇÕES	NATUREZA DA DESPESA		DESPESA OURO	
				FIXA	VARIÁVEL
87		Auxiliares de outros Consulados.....	Ord. 2.000\$000 Grat. 1.000\$000 3.000\$000	261.000\$000	
6		Addidos Commercias.....	Ord. 8.000\$000 Grat. 4.000\$000 12.000\$000	72.000\$000	
3		Inspectores Consulares.....	Ord. 9.333\$333 Grat. 4.666\$667 14.000\$000	42.000\$000	1.282.800\$000
<i>Addicionaes e eventuaes</i>					
2	4	Gratificações supplementares aos Consules em Iquitos, Cobija, Guayará-Mirim e Cayenna, a cada um.....	Grat. 3.000\$000	12.000\$000	
3	1	Gratificação annual ao Consul Geral em Nova York.....	Grat. 1.250\$000	1.250\$000	
4	1	Gratificação annual ao Consul adjunto em Nova York.....	Grat. 1.000\$000	1.000\$000	
6		Para occorrer ao pagamento de gratificações addicionaes de que trata o art. 36 do decreto n. 14.058, de 11 de fevereiro de 1922 e ao pagamento de gratificações a empregados extraordinarios, como sejam interpretes, dactylographos, escripturarios e archivistas que forem necessarios durante o exercicio, incluindo a gratificação de 1:280\$, ouro, para o interprete do Consulado em Gothemburgo e de 3:000\$, ouro, para os Consules honorarios em Dresden e Swansea 1:500\$, ouro, a cada um, e dos Auxiliares mandados servir interinamente nos Consuados Geraes em Buenos Ayres, Nova York, Paris e Londres.....	40.000\$000		40.000\$000
7		Para attender ao augmento de 25% nos vencimentos dos funcionarios consulares, constantes da 1ª sub-consignação, quando em effectivo exercicio nos postos.....	320:7 0\$000		320.700\$000
		Totaes da 1ª Consignação pessoal da Verba 3ª.....		1.297.050\$000	360.700\$000
SEGUNDA CONSIGNAÇÃO — MATERIAL					
<i>1ª sub-consignação (despesas diversas)</i>					
<i>Aluguel de Chancellarias</i>					
1		Aluguel de Chancellarias, prestadas contas e recolhidos os saldos ao Thesouro Nacional:			
2		Buenos Ayres e Nova York, cada um	8.000\$000	16.000\$000	
1		Londres.....	—	3.066\$667	
1		Montevideo.....	—	2.700\$000	

NÚMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NÚMERO DE REPARTIÇÕES	NATUREZA DA DESPESA	DESPESA OURO	
			FIXA	VARIÁVEL
3	1	Paris, Havre e Bordéus, a cada uma	2:200\$000	6:600\$000
1	1	Hamburgo.....	—	2:000\$000
1	1	Nova Orleans.....	—	1:800\$000
1	1	Liverpool.....	—	1:778\$889
1	1	Chicago.....	—	1:600\$000
2	2	Rosário de Santa Fé e Baltimore a cada uma.....	1:500\$000	3:000\$000
3	3	Marselha, Amsterdam e Galatz, a cada uma.....	1:400\$000	4:200\$000
1	1	Valparaíso.....	—	1:366\$667
1	1	Milão.....	—	1:300\$000
10	10	Salto, Iquitos, Antuerpia, Lisboa, Genova, Norfolk, Berlim, Philadel- phia, Lyon e Bruxellas, cada uma	1:200\$000	12:000\$000
3	3	Barcelona, Zurich e Helsingfors....	1:066\$667	3:200\$000
37	37	Cobija, Guayará-Mirim, Calcuttá, Assumpção, Montreal, Porto, Al- vear, Artigas, Melo, Libres, Pay- sandú, Posadas, Rio Branco, Rivera, Santa Rosa, Santo Thomé, Barbados, Dublin, Glasgow, Sou- thampton, La Rochelle-Pallice, Boulogne-sur-Mer, Cherburgo, Yo- kohama, Christiania, Gothem- burgo, Nápoles, Cadiz, Kobe, Viena, Genebra, Swansea, Cape- town, Panamá, Shanghai, Madrid e Constantinopla, a cada uma...	1:000\$000	37:000\$000
20	20	Livorno, Alexandria, Dakar, Tri- este, Manchester, Vigo, Cardiff, Copenhague, Bremen, Funchal, Rotterdam, Cayena, Newport- News, Munich, Roma, Danzig, Stockholm, Tampico, Varsovia e Praga, a cada uma.....	800\$000	16:000\$000
1	1	Braga.....	—	500\$000
2	2	S. Vicente e Gibraltar, a cada uma.....	250\$000	500\$000
1	1	Coimbra.....	—	200\$000
2ª Sub-consignação — (Despesas diversas)				
Para possíveis aumentos de aluguel de Chancel- laria e despesas correlatas.....			30:000\$000	30:000\$000
3ª Sub-consignação (Material de consumo)				
Expediente dos Consulados de carreira e honorários, a saber:				
3	1	Nova York.....	—	4:000\$000
1	1	Paris.....	—	3:700\$000
1	1	Liverpool.....	—	3:600\$000
5	5	Hamburgo, Lisboa, Londres, Porto e Buenos Aires, a cada um....	1:500\$000	7:500\$000
5	5	Antuerpia, Genova, Havre, Bor- déus e Montevideo, a cada um	1:200\$000	6:000\$000
2	2	Amsterdam e Marselha, a cada um.....	1:000\$000	2:000\$000
6	6	Barcelona, Manchester, Norfolk, Nova Orleans, Nápoles e Glas- gow, a cada um.....	800\$000	4:800\$000
11	11	Assumpção, Cobija, Yokohama, Valparaíso, Genebra, Gothen- burgo, Vigo, Berlim, Kobe, Sou- thampton e Shanghai, a cada um.....	600\$000	6:600\$000
16	16	Iquitos, Zurich, Montreal, Balti- more, Rotterdam, Posadas, Ro-		

NÚMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NÚMERO DE REPARTIÇÕES	NATUREZA DA DESPESA	DESPESA OURO	
			FIXA	VARIÁVEL
		sario de Santa Fé, Cardiff, Bremen, Trieste, Lyon, Philadelphia, Bruxellas, Guayará-Mirim, Capetown, Madrid e Constantinopla, a cada um.....	500\$000	8:000\$000
	17	Salto, Livorno, Christiania, Helsingfors, Cadiz, Galatz, Calcutta, Milão, Barbados, Bombaim, Rivera, Chicago, Paso de los Libres, Dakar, La Rochelle-Pallice e Boulogne-sur-Mer, a cada um.....	400\$000	6:800\$000
	10	Dantz'g, Alexandria, Cherburgo, Vienna, Funchal, Munich, Malaga, Panamá, Swansea e Roma, a cada um.....	240\$000	2:400\$000
	12	Alvear, Artigas, Melo, Paysandú, Cayenna, Rio Branco, Santa Rosa, S. Thomé, Newport-News, Tampico, Varsovia e Praga, a cada um.....	150\$000	1:800\$000
	8	Braga, S. Vicente, Cannes, Terra-Nova, Stockholm, Copenhague, Coimbra e Gibraltar, a cada um.....	120\$000	960\$000
				58:160\$000
		4ª Sub-consignação (Material de consumo)		
	4	Para possíveis aumentos de expediente de Chancellarias e despesas correlatas.....	10.000\$000	10:000\$000
		5ª Sub-consignação (Material de consumo)		
		<i>Despesas com as facturas consulares e respectivas remessas à Estatística Commercial</i>		
	5	1 Nova York.....	—	750\$000
		2 Liverpool e Hamburgo, a cada um.....	400\$000	800\$000
		2 Paris e Buenos Aires, a cada um.....	300\$000	600\$000
		2 Montevideo e Porto, a cada um.....	150\$000	300\$000
		2 Lisboa e Genova, a cada um.....	100\$000	200\$000
	6	Manchester Bordéus, Glasgow, Southampton, Londres e Napoles, a cada um.....	50\$000	300\$000
	11	Amsterdam, Barcelona, Havre, Marselha, Cardiff, Genebra, Bremen, Norfolk, Antuerpia, Rosario de Santa Fé, Gothemburgo, a cada um.....	40\$000	440\$000
	6	Valparaíso, Shanghai, Nova Orleans, Yokohama, Assumpção e Zurich, a cada um.....	20\$000	120\$000
	12	Berlim, Cadiz, Vienna, Dantz'g, Chicago, Philadelphia, Baltimore, Rotterdam, Vigo, Helsingfors, Milão e Funchal, a cada um.....	15\$000	180\$000
				3:690\$000
		6ª SUB-CONSIGNAÇÃO (Material de consumo)		
		<i>Expediente dos Vice-Consulados não remunerados</i>		
	2	Liverpool e Nova York, a cada um.....	500\$000	1:000\$000
	1	Genova.....	—	180\$000

NÚMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NÚMERO DE REPARTIÇÕES	NATUREZA DA DESPESA	DESPESA OURO	
			FIXA	VARIÁVEL
4		Buenos Aires, Barcelona, Hamburgo e Assumpção, a cada um. 160\$000 640\$000		
4		Lisboa, Porto, Genebra e Paris, a cada um. 100\$000 400\$000		2:220\$000
		Total da parte Material da verba 3ª.....		218:882\$223
		Totais da Verba 3ª.....	1.297:050\$000	579:582\$223
		Total geral da verba 3ª, proposta para 1925..... 1.876:632\$223		
		Votada para 1924..... 1.901:932\$223		
		Diferença para menos na proposta.... 25:300\$000		
			DESPESA PAPEL	DESPESA OURO
			VARIÁVEL	VARIÁVEL
		Verba 4ª (papel)		
		(Material de despesas diversas)		
		Recepções oficiais		
		CONSIGNAÇÃO ÚNICA		
1		Para despesas com a recepção e hospedagem e outras relativas a representantes de governos estrangeiros e hospedes illustres em visita ao Brasil.....	250.000\$000	
		Total geral da verba 4ª, proposta para 1925..... 250:000\$000		
		Votada para 1924..... 250:000\$000		
		Verba 5ª (ouro)		
		Congressos e Conferências		
		1ª CONSIGNAÇÃO (PESSOAL)		
1		Para representação do Brasil nos Congressos e Conferências que se reunirem no exterior, quando as respectivas representações forem nomeadas pelo Ministério das Relações Exteriores.....		200.000\$000
		2ª CONSIGNAÇÃO (pessoal)		
2		Para representação do Brasil nos Congressos e Conferências que se reunirem no Exterior quando a representação oficial for da iniciativa dos demais Ministérios do Governo Federal.....		75.000\$000
				275.000\$000
		Total geral da verba 5ª, proposta para 1925..... 275:000\$000		
		Votada para 1924..... 325:000\$000		
		Diferença para menos na proposta.... 50:000\$000		

NUMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NUMERO DE REPARTIÇÕES	NATUREZA DA DESPESA	DESPESA	
			VARIAVEL Papel	VARIAVEL Ouro
		Verba 6^a		
		Serviço telegraphico (ouro)		
		CONSIGNAÇÃO (única)		
		(Despesas diversas)		
		Telegrammas officiaes do Ministerio, das Embaixadas, Legações e Consulados, transmitidos pelos Cabos submarinos.....		250:000\$000
		Esta verba tem em 1924 duas consignações, sendo a primeira de 200:000\$ papel, e a segunda de 200:000\$ ouro; ficaram fundidas em uma unica de 250:000\$, ouro.		
		Verba 7^a (ouro)		
		Repartições Internacionais		
		(MATERIAL DE DESPESAS DIVERSAS)		
		Para o pagamento ao cambio par, ouro, das contribuições com que o Brasil concorre para diversas Repartições Internacionais, sendo :		
1		Para a União Pan-America 22.576 dolares e 27 centavos, moeda americana.....	41:314\$574	
2		Para o Instituto Internacional de Agricultura de Roma, além da contribuição fixa de 40.000 francos, moeda franceza, uma adicional de 60.000 francos, ou sejam 100.000 francos.....	11:766\$667	
3		Para Repartição Internacional de Hygiene Publica em Paris 20.000 francos, moeda franceza.	2:333\$333	
4		Para a Secretaria das Tarifas Aduaneiras em Bruxellas, 7.425 francos, moeda belga.....	786\$307	
5		Para o Congresso Internacional Permanent de Navegação, 2.000 francos, moeda franceza....	235\$333	
6		Para o Escriptorio Internacional das Estradas de Ferro em Bruxellas, 1.000 francos, belgas..	105\$900	
7		Para a Liga das Nações, duas prestações semestres de 436.253, 89 francos, ouro, moeda franceza, no total de 872.507,79 francos, ouro.	320:809\$013	
8		Para o Instituto Internacional do Frio, em Paris, 12.000 francos, moeda franceza.....	1:411\$908	
9		Para a Corte de Arbitragem do Tribunal de Haya, despesa provavel, 3.500 florins.....	2:572\$500	
10		Para o Instituto Internacional Commercial de Bruxellas, 19.000 francos, moeda belga.....	1:059\$000	
11		Para o Bureau Internacional de Berna, para a protecção dos direitos autoraes, 5.000 francos, moeda suissa.....	1:765\$000	
12		Para subvenções a Institutos Internacionais de Telegraphos.....	6:691\$444	
13		Para subvenção á Commissão permanente do Congresso Ferro Viario Sul-Americano.....	1:766\$500	
14		Para a Commissão permanente dos Congressos Internacionais de Sciencias Administrativas em Bruxellas, 1.500,00 francos, ouro, belga...	529\$500	
15		Para a Camara de Commercio Belga-Brasileira.	2:500\$000	
16		Para a manutenção da Cadeira de Camões no "Kings College" de Londres, £ 300 annuaes..	2:533\$334	393:200\$403
		Total da verba.....		393:200\$403
		Total geral da verba 7 ^a , proposta para 1925.....	398:200\$403	
		Votada para 1924.....	398:200\$403	

NÚMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES NÚMERO DO PESSOAL OU REPARTIÇÕES	NATUREZA DA DESPESA	DESPESA	
		VARIÁVEL Papel	VARIÁVEL Ouro
	Verba 8ª		
	Ajudas de custo		
	1ª CONSIGNAÇÃO (pessoal)		
	Para ajudas de custo de nomeações, exonerações e retiradas dos funcionarios do quadro do Ministerio do Exterior.....		300:000\$000
	2ª CONSIGNAÇÃO		
	<i>(Material de diversas despesas)</i>		
	Para auxilios de viagem a funcionarios em férias extraordinarias ou por motivo de serviço.....		50:000\$000
	Total da verba.....		350:000\$000
	Total geral da verba 8ª, proposta para 1925.....	350:000\$000	
	Votada para 1924.....	350:000\$000	
	Verba 9ª (ouro)		
	Extraordinarios no Exterior		
	1ª CONSIGNAÇÃO		
	<i>(Material de diversas despesas)</i>		
	Para despesas extraordinarias, inclusive as de caracter reservado, decorrentes do serviço internacional.....		300:000\$000
	2ª CONSIGNAÇÃO		
	<i>(Material de diversas despesas)</i>		
	Para repatriações e soccorros a brasileiros desvalidos.....		20:000\$000
	3ª CONSIGNAÇÃO		
	<i>(Material permanente)</i>		
	Para installações de Chancellarias Diplomaticas e Consulares e aquisição de material de uso permanente.....		30:000\$000
	Total da verba.....		350:000\$000
	Total geral da verba 9ª, proposta para 1925.....	350:000\$000	
	Votada para 1924.....	470:000\$000	
	Diferença para menos na proposta.....	120:000\$000	

NÚMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES NÚMERO DO PESSOAL OU REPARTIÇÕES	NATUREZA DA DESPESA	DESPESA	
		VARIÁVEL — Papel	VARIÁVEL — Ouro
	Verba 10ª		
	Expansão Económica		
	1ª CONSIGNAÇÃO (papel)		
	<i>(Material de consumo)</i>		
1	Para despesas com aquisição de revistas económicas e comerciais, jornaes e publicações de propaganda para serem distribuidas pelas Embaixadas, Legações e Consulados.....	30.000\$000	
2	Para impressão do Boletim do Ministério.....	40.000\$000	
	2ª CONSIGNAÇÃO (ouro)		
	<i>(Material de diversas despesas)</i>		
3	Para despesas relativas á expansão económica, commercial e industrial do Brasil, a cargo das Embaixadas, Legações e Consulados Brasileiros, bem como para attender a serviços de propaganda e defesa do Brasil no estrangeiro.....		240.000\$000
	Totaes da verba.....	70.000\$000	240.000\$000
	Total geral da verba 10ª, proposta para 1925.....	70.000\$000	240.000\$000
	Votada para 1924.....	70.000\$000	240.000\$000
	Verba 11ª (papel)		
	Commissões de limites		
	1ª CONSIGNAÇÃO (pessoal)		
1	Para gratificações do pessoal que serve na caracterização dos limites com a Republica Oriental do Uruguay.....	98.000\$000	
2	Para gratificações do pessoal que serve na caracterização dos limites com a Republica do Perú.....	390.000\$000	
3	Para despesas e augmentos eventuaes do pessoal, que occorrerem durante o anno....	15.000\$000	503.000\$000
	2ª CONSIGNAÇÃO		
	<i>(Material de diversas despesas)</i>		
1	Para o material do serviço da caracterização dos limites com a Republica do Uruguay....	62.000\$000	
2	Para o material do serviço da caracterização dos limites com a Republica do Perú.....	220.000\$000	
3	Para eventuaes do material das Commissões de Limites.....	15.000\$000	297.000\$000
	Total da verba.....	800.000\$000	
	Total da proposta para 1925.....	800.000\$000	
	Total votado para 1924.....	760.000\$000	
	Diferença a mais.....	40.000\$000	

NÚMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NÚMERO DAS REPARTIÇÕES	NATUREZA DA DESPESA	DESPESA	
			VARIAVEL — Papel	VARIAVEL — Ouro
		Verba 12ª (papel)		
		CONSIGNAÇÃO ÚNICA		
		Serviços industriais do Estado		
		(Regulamento do Código de Contabilidade)		
1		Imprensa Nacional — Contas de fornecimentos e publicações.....	80:000\$000	
2		Estrada de Ferro Central do Brasil — Passagens e transportes por conta do Ministério.....	24.000\$000	
3		Directoria Geral dos Correios — Franquia da correspondência official para o exterior da Republica.	35:000\$000	
4		Repartição Geral dos Telegraphos — Transmissão de telegrammas interiores por conta do Ministério.....	35:000\$000	
5		Casa da Moeda — Fornecimentos de estampilhas consulares.....	40:000\$000	214:000\$000
		Total desta verba proposta para 1925..	214:000\$000	
		Total votado para 1924 (verba 1ª — Material — 4ª consignação).....	214:000\$000	

ANNEXO E

Montepio

Quadro dos contribuintes do montepio dos funcionarios do Ministerio das Relações Exteriores que falleceram e a cujas familias foram abonadas quantias para funeral ou luto e pensões, desde 1890 até 30 de abril de 1923

NOMES DOS CONTRIBUINTES	CATEGORIAS	DATA DO FALLECIMENTO	QUANTIA ABONADA PARA FUNERAL OU LUTO	NOMES DOS PENSIONARIOS	DATA DOS TITULOS	IMPORTANCIA DA PENSÃO ANNUAL	
Francisco Gil Castello Branco.	Consul Geral de 2ª classe	6 de setembro de 1891	200\$000	(*) Theodora de Britto Castello Branco, viuva	23 de janeiro de 1892...	750\$000	
				Filhos.. { (*) Francisco Gil.....	Idem.....	375\$000	
					{ Dora Antonietta.....	Idem.....	375\$000
José Coelho Gomes.....	2º Secretario de Legação	6 de julho de 1892....	200\$000	Luiza Hatcher Gomes, viuva.....	5 de setembro de 1892.	1:250\$000	
Dr. Luiz Pires Garcia.....	Consul Geral de 1ª classe	24 de outubro de 1892 .	200\$000	(*) Rosa de Amorim Pires Garcia, viuva...	26 de dezembro de 1892.	2:000\$000	
Francisco Paulo de Faria....	Continuo desta Secretaria de Estado.....	16 de abril de 1893....	200\$000	(*) Rita Maria de Faria, viuva.....	17 de abril de 1893....	300\$000	
				Filhos... { (*) Horacio.....	Idem.....	100\$000	
					{ (*) Julieta.....	Idem.....	100\$000
					{ (*) Carlos.....	Idem.....	100\$000
Francisco Xavier da Costa Aguiar de Andrade.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario de 1ª classe....	25 de março de 1893....	200\$000	Filhos ... { Georgina.....	23 de maio de 1893....	750\$000	
					{ Helena.....	Idem.....	750\$000
					{ (*) Eduardo.....	Idem.....	750\$000
					{ Maria.....	Idem.....	750\$000
Luiz Caetano da Silva.....	Director de Secção desta Secretaria de Estado.	22 de julho de 1893....	200\$000	(*) Firmina Caetano da Silva Cremona, irmã,	27 de julho de 1893....	1:200\$000	
				Marietta Bastos Monteiro de Oliveira, sobrinha.....	Idem.....	1:200\$000	
José Gurgel do Amaral Valente.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario de 1ª classe....	3 de junho de 1893....	200\$000	(*) Leopoldina Gasselseder, viuva.....	24 de agosto de 1893...	3:000\$000	
João Carneiro do Amaral....	Director de Secção desta Secretaria de Estado.	1 de outubro de 1893..	200\$000	Lavinia Ludwig do Amaral, neta..	7 de outubro de 1893..	2:400\$000	
Antonio Augusto de Castilho..	Consul Geral de 1ª classe	19 de janeiro de 1894...	200\$000	Maria Oliveira de Castilho, viuva.....	17 de março de 1894....	1:000\$000	
				Maria de Castilho, filha.....	Idem.....	1:000\$000	

NOMES DOS CONTRIBUINTES	CATEGORIAS	DATA DO FALLECIMENTO	QUANTIA ABONADA PARA FUNERAL OU LUTO	NOMES DOS PENSIONARIOS	DATA DOS TITULOS	IMPORTANCIA ANNUAL DA PENSÃO
Thomaz Fortunato de Brito...	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipoten- ciario de 1ª classe....	27 de fevereiro de 1894..	200\$000	(*) Maria Fortunata Hartley, irmã (*) Elisa Fortunata de Brito Azambuja, irmã Carolina Saldanha da Gama, sobrinha.....	31 de março de 1894.... Idem..... Idem.....	1:000\$000 1:000\$000 500\$000
Cesar Augusto Vianca de Lima	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipoten- ciario de 2ª classe....	15 de setembro de 1894..	200\$000	Grimaneza Vianna de Lima, viúva.....	28 de dezembro de 1894..	2:500\$000
Quirino Augusto da Cunha Bastos.....	1º Official desta Secreta- ria do Estado.....	1 de maio de 1895.....	200\$000	Alzira Herminia Bruce da Cunha Bastos, viúva..... Filhos.... { (*) Irineu { (*) Quirino..... { Hortencia..... { Laura.....	27 de maio de 1895..... Idem..... Idem..... Idem..... Idem.....	950\$000 237\$500 237\$500 237\$500 237\$500
Pedro Candido Afonso de Car- valho	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipoten- ciario de 2ª classe....	11 de maio de 1895.....	200\$000	Manoela Afonso de Carvalho, viúva..... Filhos.... { (*) Julia Adelia..... { (*) Henrique José Sebastião.... { (*) Frederico Afonso.....	19 de setembro de 1895.. Idem..... 25 de maio de 1896.... 19 de setembro de 1895..	1:250\$000 418\$666 418\$666 418\$666
Rita Maria de Faria.....	Viúva do continuo desta Secretaria de Estado Francisco Paula de Faria.....	16 de janeiro de 1896....		(*) Carlos Paulo de Faria, filho.....	4 de março de 1896....	300\$000
João Francisco Leite Nunes..	Consul.....	29 de janeiro de 1896....	200\$000	(*) Thereza da Conceição Castro Nunes, viúva { (*) Francisca..... { Clélia..... { José..... { Thereza..... { Maria Estella..... { Marianna..... { Carlos..... { Plínio.....	25 de março de 1896.... Idem..... Idem..... Idem..... Idem..... Idem..... Idem..... Idem.....	625\$000 78\$125 78\$125 78\$125 78\$125 78\$125 78\$125 78\$125

NOMES DOS CONTRIBUINTES	CATEGORIAS	DATA DO FALLECIMENTO	QUANTIA ABONADA PARA FUNERAL OU LUTO	NOMES DOS PENSIONARIOS	DATA DOS TITULOS	IMPORTANCIA DA PENSÃO ANNUAL
Joaquim Maria Nascentes de Azambuja.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario aposentado....	12 de junho de 1896....	200\$000	(*) Feliciano Vandelli de Andrade Azambuja, viuva.....	3 de julho de 1896.....	1:600\$000
Pedro Pinheiro Guimarães....	Director de Socção desta Secretaria de Estado.	8 de junho de 1896....	200\$000	(*) Henriqueta Ferreira Pinheiro Guimarães, viuva.....	15 de outubro de 1896..	2:400\$000
Antonio de Araujo Itajubá....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.....	3 de novembro de 1897.	200\$000	Maria Elisa Pereira da Silva, viuva.....	18 de março de 1898....	3:000\$000
Francisco Vieira Monteiro....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.....	23 de fevereiro de 1898..	200\$000	Joaquina de Amorim Vieira Monteiro, viuva	15 de junho de 1898....	1:500\$000
				Filhos.... { Maria Isabel	Idem.....	750\$000
				{ Joaquina Maria Anna.	Idem.....	750\$000
Napoléão de Siqueira Lamaix.	1º Secretario de Legação aposentado.....	31 de outubro de 1896...	200\$000	Frederica de Siqueira Lamaix, viuva.....	1º de outubro de 1898..	1:500\$000
Dr. Casemiro Dias Vieira Junior.....	Consul.....	30 de janeiro de 1897....	200\$000	Filhos.... { (*) Ricardo.....	23 de novembro de 1898..	208\$333
				{ (*) Maria Thereza.....	Idem.....	208\$333
				{ (*) Amalia.....	Idem.....	208\$333
				{ (*) Mercedes.....	Idem.....	208\$333
				{ (*) Delia.....	Idem.....	208\$333
				{ (*) Fernando.....	Idem.....	208\$333
Alfredo José Ferreira Baptista	2º Official desta Secretaria de Estado.....	21 de outubro de 1899...	200\$000	Maria Carolina Ferreira Baptista, viuva....	8 de novembro de 1899	750\$000
				Filhos.... { Nestor.....	Idem.....	250\$000
				{ Walkyria.....	Idem.....	250\$000
				{ (*) Eduardo.....	Idem.....	250\$000
Bacharel Luiz Caetano Pereira Guimarães.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario aposentado....	19 de maio de 1893.....	200\$000	Filhos.... { Iracema.....	25 de março de 1900....	625\$000
				{ Gabriella.....	Idem.....	625\$000
				{ (*) Horacio.....	Idem.....	625\$000
				{ (*) Gabriel.....	Idem.....	625\$000

NOMES DOS CONTRIBUINTES	CATEGORIAS	DATA DO FALLECIMENTO	QUANTIA ABONADA PARA FUNERAL OU LUTO	NOMES DOS PENSIONARIOS	DATA DOS TITULOS	IMPORTANCIA DA PENSÃO ANUAL
Theodora de Brito Castello Branco.....	Viuva do Consul Geral de 2ª classe Francisco Gil Castello Branco...	25 de março de 1899.....		Filhos.... { (*) Francisco Gil..... Dora Antonietta.....	Apostilla de 20 de feve- reiro de 1900.....	375\$000 375\$000
Leonardo Lessa Junior.....	Amanuense desta Secre- taria de Estado.....	15 de fevereiro de 1900..	200\$000	Emilia Carolina Coelho Lessa, irmã.....	3 de abril de 1900.....	1:100\$000
Egas Muniz Barreto de Ara- gão.....	1º Secretario de Legação	8 de outubro de 1893..	200\$000			
Oscar Reyndner do Amaral....	1º Secretario de Legação	29 de setembro de 1899..	200\$000			
Dr. José Joaquim Ferreira Valle.....	Consul Geral de 1ª classe	2 de fevereiro de 1899..	200\$000	Filhos.... { (*) Josephina Hoffmann do Des- terro..... (*) Carolina Hoffmann do Des- terro.....	11 de julho de 1900..... Idem.....	1:000\$000 1:000\$000
Bacharel Carlos Vieira Fer- reira.....	Ex-2º Secretario de Le- gação.....	3 de junho de 1900.....	200\$000	(*) Albertina de Gusmão Vieira Ferreira, viuva.....	24 do outubro de 1900..	1:250\$000
João Pereira de Andrada.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipoten- ciario aposentado.....	28 de agosto de 1900.....	200\$000	Filhas.... { Julia de Argollo Ferrão, casada. Alexandrina Olga de Andrada e Silva, casada..... Paulina Andrada Accioli de Brito, casada.....	19 de janeiro de 1901... Idem..... Idem.....	1:000\$000 1:000\$000 1:000\$000
Bacharel Americo de Campos.	Consul Geral de 2ª classe	21 de janeiro de 1900..	200\$000	(*) Anna Amalia Peixoto de Azevedo Cam- pos, viuva..... (*) Maria Amalia de Campos, filha.....	8 de março de 1901... Idem.....	750\$000 750\$000
Joaquim Tibiriçá Pinheiro Gui- marães.....	2º Official desta Secreta- ria de Estado.....	26 de fevereiro de 1901..	200\$000	Cecilia Roxo Pinheiro Guimarães, viuva...	8 de abril de 1901. ...	750\$000
				Filhos.... { Heloisa..... Jayme..... Abelardo..... Nair.....	Idem..... Idem..... Idem..... Idem.....	187\$500 187\$500 187\$500 187\$500

NOMES DOS CONTRIBUINTE	CATEGORIAS	DATA DO FALLECIMENTO	QUANTIA ABONADA PARA FUNERAL OU LUTO	NOMES DOS PENSIONARIOS	DATA DOS TITULOS	IMPORTANCIA DA PENSÃO ANUAL
Manoel de Azevedo Barroso Bastos	Consul Geral de 1ª classe	9 de abril de 1901.....	200\$000	(*) Mathilde de Azevedo Barroso Bastos, viuva	31 de dezembro de 1901.	2:000\$000
Antonio Joaquim Netto dos Reis.....	Consul Geral de 2ª classe	22 de agosto de 1901....	200\$000	Filhos.... (*) Maria Antonia..... (*) Hugo	22 de fevereiro de 1902.. Idem.....	300\$000 300\$000
				(*) Mario	Idem.....	300\$000
				(*) Francisca Hilda.....	Idem.....	300\$000
				(*) Luiz.....	Idem.....	300\$000
Miguel Francisco do Monte Junior.....	1º Official desta Secretaria de Estado.....	29 de janeiro de 1902....	200\$000	Florencia de Castro Monte, viuva.....	13 de março de 1902....	950\$000
				Dulce.....	Idem.....	118\$750
				Anna.....	Idem.....	118\$750
				(*) Rubens.....	Idem.....	118\$750
				Filhos.... Cordelia.....	Idem.....	118\$750
				Heloisa.....	Idem.....	118\$750
				Luiz.....	Idem.....	118\$750
				Abelardo.....	Idem.....	118\$750
				(*) Maria de Lourdes.....	Idem.....	118\$750
Luiz Pedro da Silva Rosa.....	Director de Secção aposentado desta Secretaria de Estado.....	21 de novembro de 1903.	200\$000	(*) Amalia Lisboa de Oliveira Rosa, viuva..	3 de dezembro de 1903.	1:200\$000
				Filhas.... (*) Albertina Lisboa da Silva Rosa	Idem.....	600\$000
				(*) Maria Olympia Lisboa da Silva Rosa.....	Idem.....	600\$000
José Antonio de Oliveira Leitão	Correio aposentado desta Secretaria de Estado.	24 de setembro de 1903..	200\$000	(*) Josepha Honorata Pereira Leitão, viuva.	11 de janeiro de 1904...	600\$000
João Germano Vieira de Barros	Director de Secção aposentado desta Secretaria de Estado.....	13 de janeiro de 1904....	200\$000	Abigail de Barros, filha solteira	3 de fevereiro de 1904.	2:400\$000
José de Almeida e Vasconcellos	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario	29 de julho de 1903.....	200\$000	Adelaide de Almeida e Vasconcellos, viuva.	26 de fevereiro 1904....	3:000\$000

NOMES DOS CONTRIBUINTES	CATEGORIAS	DATA DO FALLECIMENTO	QUANTIA ABONADA PARA FUNERAL OU LUTO	NOMES DOS PENSIONARIOS	DATA DOS TITULOS	IMPORTANCIA DA PENSÃO ANUAL
Domingos José da Silva Azevedo.....	Consul Geral de 1ª classe	21 de julho de 1903.....	200\$000	Maria Isabel de Azevedo, viuva.....	29 de fevereiro de 1904..	1:000\$000
				Filhos.... { Esther de Azevedo.....	Idem.....	333\$333
				{ Euridyce Inah de Azevedo.....	Idem.....	333\$333
				{ (*) Luiz de Azevedo.....	Idem.....	333\$333
Henrique de Barros Cavalcante de Lacerda.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario aposentado....	24 de novembro de 1904.	200\$000	Luiza Maria Peixoto de Brito e Mello Cavalcante de Lacerda, viuva.....	19 de dezembro de 1904.	3:000\$000
José Pedro Wernneck Ribeiro de Aguiar.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario de 1ª classe aposentado	18 de outubro de 1903...	200\$000	Albertina Werneck Ribeiro de Aguiar, viuva, interdicta.....	21 de março de 1905....	3:000\$000
Eduardo Octaviano.....	Consul Geral de 2ª classe	13 de novembro de 1903.	200\$000	Vera Octaviano, viuva.....	19 de março de 1906....	1:500\$000
Carlos Mauricio da Silva.....	Correio aposentado desta Secretaria de Estado.	15 de julho de 1904.....	200\$000	(*) Carlota Joaquina das Dores, viuva.....	20 de março de 1906....	300\$000
				(*) Marianna Mauricia da Silva, filha	Idem.....	300\$000
Carlos Fraenkel.....	Consul aposentado.....	12 de maio de 1906.....	200\$000	Aldina de Magalhães Fraenkel, viuva.....	31 de agosto de 1906....	700\$000
				Filhos.... { (*) Walter	Idem.....	175\$000
				{ Edith	Idem.....	175\$000
				{ Benjamin Constant.....	Idem.....	175\$000
				{ Carlos	Idem.....	175\$000
Pedro de Castro Pereira Sodré	Consul Geral de 1ª classe	8 de julho de 1906.....	200\$000	(*) Isabel Tross Pereira Sodré, viuva.....	25 de dezembro de 1906.	2:000\$000
Olympio Adolpho de Souza Pitanga.....	Consul Geral de 1ª classe	13 de outubro de 1906...	200\$000	Regina Lydia Pitanga, filha maior e solteira	2 de julho de 1907.....	2:000\$000
José Alexandrino de Oliveira..	Director de Secção desta Secretaria de Estado.	20 de novembro de 1907.	200\$000	Eugenia Baptista de Oliveira, viuva.....	11 de dezembro de 1907.	3:000\$000

NOMES DOS CONTRIBUINTES	CATEGORIAS	DATA DO FALLECIMENTO	QUANTIA ABONADA PARA FUNERAL OU LUTO	NOMES DOS PENSIONARIOS	DATA DOS TITULOS	IMPORTANCIA DA PENSÃO ANNUAL
Francisco Ignacio de Carvalho Moreira.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario aposentado.....	1 de abril de 1906.....	200\$000	Carlota de Carvalho Moreira, viuva.....	6 de maio de 1908.....	3:000\$000
Vital do Espirito Santo Fontenelle.....	2º Official desta Secretaria de Estado.....	22 de junho de 1908.....	200\$000	(*) Castorina de Oliveira Fontenelle, viuva.. Gilda, filha.....	30 de julho de 1908..... Idem.....	800\$000 800\$000
Feliciano José da Costa.....	Director de Secção aposentado desta Secretaria de Estado.....	17 de julho de 1909.....	200\$000	Filhas solteiras e maiores { Amelia Mattos da Costa..... Elvira Mattos da Costa..... Maria da Gloria Mattos da Costa.....	3 de setembro de 1909.. Idem..... Idem.....	800\$000 800\$000 800\$000
Francisco de Paula Araujo e Silva.....	2º Secretario de Legação	20 de agosto de 1909....	200\$000	Luiza Carolina de Araujo e Silva, irmã solteira.....	27 de setembro 1909....	2:000\$000
Dr. Alfredo Sergio Teixeira de Macedo.....	Ex-Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.....	10 de janeiro de 1906....	200\$000	Anna Francisca da Silveira Teixeira de Macedo, viuva.....	7 de junho de 1910....	3:000\$000
Ernesto Augusto Ferreira.....	1º Official desta Secretaria de Estado.....	9 de maio de 1910....	200\$000	Maria Augusta Ferreira, irmã maior e solteira.....	28 de junho de 1910....	3:100\$000
José Cordeiro do Rego Barros	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.....	31 de dezembro de 1908.	200\$000	Ellen do Rego Barros, viuva.....	20 de julho de 1910....	3:333\$333
José Augusto Ferreira da Costa.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.....	1 de abril de 1910.....	200\$000	Candida Dyonisia da Costa, irmã maior e solteira..... Maria Aurea Porciuncula da Costa, irmã maior e solteira.....	16 de fevereiro de 1911.. Idem.....	1:666\$666 1:666\$666
Castorina de Oliveira Fontenelle.....	Viuva do 2º Official desta Secretaria de Estado, Vital do Espirito Santo Fontenelle.....			Gilda, filha menor e solteira.....	28 de março de 1911....	800\$000

NOMES DOS CONTRIBUINTE	CATEGORIAS	DATA DO FALLECIMENTO	QUANTIA ABONADA PARA FUNERAL OU LUTO	NOMES DOS PENSIONARIOS	DATAS DOS TITULOS	IMPORTANCIA DA PENSÃO ANUAL
José Antonio d'Espinheiro....	Director de Secção desta Secretaria de Estado..	30 de março de 1911....	200\$000	Maria Carlota da Conceição Espinheiro, viuva	7 de julho de 1911	3:600\$000
José Joaquim Gomes dos Santos.....	Consul Geral de 1ª classe	23 de julho de 1910.....	200\$000	Firmina Ferrer de Gomes dos Santos, viuva.	25 de julho de 1911.....	3:600\$000
João Belmiro Leoni.....	Consul Geral de 1ª classe	3 de junho de 1910.....	200\$000	Mercedes Werneck Leoni, filha menor e sol- teira.....	25 de julho de 1911.....	1:800\$000
				Carmen Werneck Leoni, filha menor e sol- teira.....	Idem.....	1:800\$000
Dr. David Moretzsohn Cam- pista.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipoten- ciario	12 de outubro de 1911...	200\$000	Jovita Maia Campista, viuva	20 de julho de 1912.....	1:666\$666
				Olga Campista, filha maior e solteira.....	Idem.....	416\$666
				Filhas menores { Lucilia	Idem.....	416\$666
				{ Dora.....	Idem.....	416\$666
				{ Elsa.....	Idem.....	416\$666
Joaquim da Silva Lessa Para- nhos.....	Vice-Consul	9 de abril de 1912.....	200\$000	Amelia Sabina Jacomella Paranhos, viuva..	29 de julho de 1912.....	1:333\$333
Julio Henrique de Mello e Alvim.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipoten- ciario	9 de março de 1912.....	200\$000	Henriqueta da Terra Vianna, filha casada..	5 de novembro de 1912.	3:333\$333
Paulino José Soares Pereira..	Porteiro desta Secreta- ria de Estado.....	13 de novembro de 1912.	200\$000	Evangelina Pereira Franco de Sá, filha ca- sada.....	9 de janeiro de 1913....	2:000\$000
Eugenio Ferraz de Abreu.....	1º Official desta Secreta- ria de Estado.....	22 de outubro de 1912...	200\$000	Carmen Ferraz de Oliveira, filha casada....	24 de janeiro de 1913....	3:200\$000
João Ventura Rodrigues.....	Continuo desta Secreta- ria de Estado.....	10 de novembro de 1912.	200\$000	Cecilia Ventura Rodrigues, filha maior e solteira.....	7 de março de 1913....	1:200\$000
João Vieira da Silva.....	Consul Geral de 1ª classe	18 de agosto de 1912....	200\$000	Ida Reis Vieira da Silva, viuva.....	12 de março de 1913....	3:600\$000

NOMES DOS CONTRIBUINTES	CATEGORIAS	DATA DO FALLECIMENTO	QUANTIA ABONADA PARA FUNERAL OU LUTO	NOMES DOS PENSIONARIOS	DATA DOS TITULOS	IMPORTANCIA DA PENSÃO ANNUAL
Raul de Souza Carvalho.....	3º Official desta Secretaria de Estado.....	20 de outubro de 1912...	200\$000	(*) Maria Izabel Pinheiro de Souza Carvalho, viuva..... Murillo, filho menor.....	26 de agosto de 1913... Idem.....	900\$000 1:800\$000
Joaquim Ferraz Rego.....	Consul Geral de 1ª classe	28 de julho de 1912.....	200\$000	Maria de Azambuja Ferraz Rego, viuva.. Gabriel, filho menor.....	26 de agosto de 1913... Idem.....	1:800\$000 1:800\$000
Aluizio Azevedo.....	Consul Geral de 2ª classe	21 de janeiro de 1913....	200\$000	(*) Camilla Amalia de Azevedo Lobato, irmã viuva.....	26 de agosto de 1913..	3:600\$000
João Antonio Rodrigues Martins.....	Consul Geral de 1ª classe	27 de dezembro de 1912..	200\$000	Helena Tavares Rodrigues Martins, viuva..	26 de agosto de 1913...	3:600\$000
Manoel Ferraz de Campos Salles.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.....	28 de junho de 1913.....	200\$000	(*) Anna Gabriella de Campos Salles, viuva.. (*) Helena de Campos Salles, filha maior e solteira..... (*) Leonor de Campos Salles, filha maior e solteira.....	22 de dezembro de 1913.. Idem..... Idem.....	1:666\$666 1:666\$666 1:666\$666
Arthur Stockler Pinto de Menezes.....	2º Secretario de Legação	29 de maio de 1913.....	200\$000	Olga Brandini Stockler Pinto de Menezes, viuva..... Filhos { Thales Alexandro..... Moema Herminia..... Archimedes..... Eloíma..... Nary.....	12 de janeiro de 1913... Idem..... Idem..... Idem..... Idem.....	1:333\$333 266\$666 266\$666 266\$666 266\$666
José Calmon Nogueira Valle da Gama.....	Consul Geral de 1ª classe	5 de fevereiro de 1913..	200\$000	(*) Rosa Monica Nogueira Valle da Gama, viuva..... (*) Rosa Maria Calmon da Gama, filha maior e solteira..... (*) Anna Romana Calmon da Gama, filha maior e solteira.....	13 de março de 1920.... 23 de janeiro de 1914... 13 de março de 1920....	4:666\$666 900\$000 2:333\$333
Thomaz Pompeu Lopes Ferreira.....	2º Secretario de Legação	15 de julho de 1913.....	200\$000	(*) Jesuina Inglez de Souza Lopes Ferreira, viuva..... (*) Herculano, filho menor.....	23 de janeiro de 1914... Idem.....	1:000\$000 1:000\$000

NOMES DOS CONTRIBUENTES	CATEGORIAS	DATA DO FALLECIMENTO	QUANTIA ABONADA PARA FUNERAL OU LUTO	NOMES DOS PENSIONARIOS	DATA DOS TITULOS	IMPORTANCIA DA PENSÃO ANNUAL
Joaquim Aurelio Nabuco de Araujo.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.....	17 de janeiro de 1910...	200\$000	Evelina Nabuco, viuva..... Maria Carolina Nabuco, filha maior e solteira.....	14 de fevereiro de 1914. Idem.....	1:666\$666 333\$333
Benjamin Borges Ribeiro da Costa.....	2º Official desta Secretaria de Estado.....	12 de fevereiro de 1914..	200\$000	Filhos menores. { (*) Mauricio Nabuco..... (*) Joaquim..... (*) Maria Anna..... (*) José Thomaz.....	Idem..... Idem..... Idem..... Idem.....	333\$333 333\$333 333\$333 333\$333
Salvador de Mendonça.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.....	5 de junho de 1913....	200\$000	Constança do Paço Borges da Costa, mãe viuva..... Evangelina Borges Ribeiro da Costa, irmã maior e solteira.....	10 de março de 1914... Idem.....	1:200\$000 1:200\$000
Francisco Xavier da Cunha..	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.....	13 de dezembro de 1913..	200\$000	(*) Maria Redmar de Mendonça, viuva.... (*) Amalia Helena de Mendonça, filha maior e solteira..... (*) Valentina de Mendonça, filha maior e solteira.....	20 de março de 1914... Idem..... Idem.....	1:666\$666 833\$333 833\$333
Heraclito de Alencastro Pereira da Graça.....	2º Consultor Juridico do Ministerio.....	16 de abril de 1914....	200\$000	Amelia Coutinho Xavier da Cunha, viuva...	8 de julho de 1914.....	3:333\$333
José Maria da Gama Dias Berquó.....	Consul Geral.....	17 de outubro de 1913...	200\$000	Eliza Barreto da Graça, viuva..... Maria Adelaide Graça, filha maior e solteira..... Fernando Barreto Graça, menor.....	2 de outubro de 1914.... Idem..... Idem.....	1:800\$000 900\$000 900\$000
Brazilio Itiberê da Cunha....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.....	11 de agosto de 1913....	200\$000	Maria Thereza Berquó, nota maior e solteira	16 de dezembro de 1914..	1:500\$000
				(*) Leopoldina Itiberê da Cunha, viuva..... (*) Maria Leopoldina, filha menor e solteira..... (*) Maria Adelaide, idem..... (*) Maria Brazilia, idem.....	18 de dezembro de 1914.. Idem..... Idem..... Idem.....	1:666\$666 555\$555 555\$555 555\$555

NOMES DOS CONTRIBUINTES	CATEGORIAS	DATA DO FALLECIMENTO	QUANTIA ABONADA PARA FUNERAL OU LUTO	NOMES DOS PENSIONARIOS	DATA DOS TITULOS	IMPORTANCIA DA PENSÃO ANNUAL
Raymundo de Sá Valle.....	Consul Geral de 1ª classe	25 de setembro de 1914..	200\$000	(*) Sylvia de Sá Valle, viuva.....	19 de fevereiro de 1915..	3:600\$000
Eduardo Drolhe Fasciotti....	Consul Geral de 1ª classe	28 de outubro de 1913...	200\$000	Leocadia Fonseca de Drolhe Fasciotti, viuva	25 de maio de 1915.....	3:600\$000
Eduardo Callado.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipoten- ciario aposentado....	14 de outubro de 1914...	200\$000	Henriqueta Zeballos de Callado, viuva.....	25 de maio de 1915.....	1:600\$000
Oscar de Souza Azevedo.....	Continuo desta Secre- taria de Estado.....	17 de março de 1915.....	200\$000	Maria Martins de Azevedo, viuva.....	20 de julho de 1915.....	600\$000
				{ Oscarina.....	Idem.....	120\$000
				{ Maria Amelia.....	Idem.....	120\$000
				Filhos menores. { Oswaldina.....	Idem.....	120\$000
				{ Hilda.....	Idem.....	120\$000
				{ Adriano.....	Idem.....	120\$000
Jorge Francisco Henrique Feldtmann.....	Chancellor.....	1 de dezembro de 1913..	200\$000	Martha Feldtmann, viuva.....	5 de novembro de 1915	1:333\$333
Raul Franklin Reydner do Amaral.....	1º Secretario de Legação	12 de junho de 1913.....	200\$000	Sarah Durrant do Amaral, viuva....	8 de novembro de 1915	1:333\$333
				Maida Lilla Violet Durrant do Amaral, filha menor.....	Idem.....	666\$666
				Oriando Victor Reydner do Amaral, filho menor.....	Idem.....	666\$666
Carlos Gonçalves da Silva....	2º Secretario de Legação	13 de agosto de 1915.....	200\$000	Alice Pereira Pinto da Silva, viuva.....	14 de março de 1916...	1:000\$000
Vicente Ferrer de Barros Wan- derley e Araujo.....	Vice-Consul.....	16 de maio de 1915.....	200\$000	Carlos Emilio, filho menor.....	Idem.....	1:000\$000
				Ephygenia Villares Wanderley Araujo, viuva	18 de maio de 1916.....	666\$666
				Maria Vicentina Araujo Ferrer, filha maior e solteira.....	Idem.....	333\$333
				Ephygenia Villares Wanderley e Araujo. filha maior e solteira	Idem.....	333\$333

NOMES DOS CONTRIBUINTES	CATEGORIAS	DATA DO FALLECIMENTO	QUANTIA ABONADA PARA FUNERAL OU LUTO	NOMES DOS PENSIONARIOS	DATA DOS TITULOS	IMPORTANCIA DA PENSÃO ANNUAL
Jorge de Vasconcellos Esteves.	2º Secretario de Legação	21 de julho de 1915.....	200\$000	(*) Estella de Vasconcellos Esteves, viuva...	21 de julho de 1916.....	2:000\$000
José Lucas Gomes da Silva....	Continuo.....	12 de agosto de 1916....	200\$000	Cecilia Vianna Gomes da Silva, viuva....	7 de outubro de 1916...	1:200\$000
Antonio Pereira de Miranda...	Porteiro aposentado....	16 de maio de 1917.....	200\$000	Ottília Pereira de Miranda, filha maior e solteira.....	9 de junho de 1917.....	1:000\$000
				Isaura Pereira de Miranda, filha maior e solteira.....	Idem.....	1:000\$000
Sully José de Souza.....	Consul Geral de 1ª classe	23 de março de 1917....	200\$000	Amelia Sully de Souza, viuva.....	2 de outubro de 1917..	1:800\$000
				Amelia Sully de Souza, filha maior e sol- teira.....	Idem.....	1:800\$000
Joaquim Carneiro de Men- donça.....	Consul Geral de 2ª classe	2 de março de 1917....	200\$000	(*) Dora Carneiro de Mendonça, filha maior e solteira.....	2 de outubro de 1917...	1:800\$000
Dr. José Fortunato da Silveira Bulcão.....	Consul Geral de 1ª clas- se, aposentado.....	30 de setembro de 1917..	200\$000	Brasília Bulcão, filha maior e solteira.....	12 de novembro de 1917	1:600\$000
Henrique Mamede Lins de Al- meida.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipoten- ciario, aposentado...	19 de janeiro de 1918 ..	200\$000	(*) Maria Luiza Lins de Almeida, viuva...	19 de janeiro de 1918..	1:666\$666
José Maria da Silva Paranhos do Rio-Branco.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipoten- ciario.....	10 de fevereiro de 1912	200\$000	(*) Helena Lins de Almeida, filha maior e solteira.....	Idem.....	1:666\$666
Alberto Fialho.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipoten- ciario, aposentado....	6 de agosto de 1917....	200\$000	(*) Clotilde da Silva Paranhos do Rio- Branco, filha maior e divorciada.....	23 de janeiro de 1918...	3:333\$333
				Sarah Hamilton de Fialho, viuva.....	8 de março de 1918...	4:000\$000
				Constança, filha menor, nascida em 4 de Outubro de 1900.....	Idem.....	2:000\$000
				Sar.h, filha menor, nascida em 4 de ou- tubro de 1900.....	8 de março de 1918....	2:000\$000
Benjamin Graça.....	Consul Geral de 2ª clas- se, aposentado.....	10 de dezembro de 1917	200\$000	(*) Josepha Henriques Graça, viuva.....	24 de abril de 1918.....	1:666\$666

NOMES DOS CONTRIBUENTES	CATEGORIAS	DATA DO FALLECIMENTO	QUANTIA ABONADA PARA FUNERAL OU LUTO	NOMES DOS PENSIONARIOS	DATA DOS TITULOS	IMPORTANCIA DA PENSÃO ANUAL
Joaquim Carneiro de Mendonça.....	Consul Geral de 2ª classe.....	2 de março de 1914...	200\$000	(*) Laura Graça, filha maior e solteira..... (*) Noemia Graça, filha maior e solteira....	24 de abril de 1918..... Idem.....	833\$333 833\$333
Torquato Rosa Moreira Junior	1º Official.....	23 de janeiro de 1919...	200\$000	Ernestina Carneiro de Mendonça, viuva.... Nair Aguiro Moreira, viuva.....	10 de outubro de 1918.. 28 de abril de 1919.....	1:800\$000 1:600\$000
Paulo de Godoy.....	2º Secretario de Legação	3 de fevereiro de 1919..	200\$000	Elsa, filha menor, nascida em 8 de julho de 1916..... Luz Mendez Godoy, viuva.....	Idem..... 16 de maio de 1919.....	1:600\$000 2:000\$000
Americo Santos.....	Consul.....	21 de dezembro de 1918..	200\$000	(*) Palmyra Aranha Santos, viuva..... (*) Elisabeth Maria America, filha menor, nascida em 15 de janeiro de 1905.....	21 de maio de 1919..... Idem.....	1:333\$333 666\$666
Adolpho Affonso da Silva Gordo.....	1º Secretario de Legação	31 de dezembro de 1918.	200\$000	(*) Maria Ernestina, filha menor, nascida em 12 de janeiro de 1910..... Helena, irmã menor e solteira, nascida em 23 de novembro de 1911.....	Idem..... 24 de julho de 1919.....	666\$666 1:333\$333
Dr. Francisco Eugenio Emilio Emery.....	Consul Geral de 1ª classe.....	25 de fevereiro de 1919..	200\$000	Carolina, irmã menor e solteira, nascida em 31 de janeiro de 1905..... Serafina Lagos de Emery, viuva.....	Idem..... 13 de agosto de 1919..	1:333\$333 2:333\$333
Alfredo Carlos Alcoforado....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.....	8 de agosto de 1918...	200\$000	Sofia Serafina Emery, filha maior e solteira. Alice Alcoforado, viuva.....	Idem..... 6 de setembro de 1919.	2:333\$333 5:000\$000
Arino Ferreira Pinto.....	Director de Secção desta Secretaria de Estado.	7 de abril de 1919.....	200\$000	Elvira Reis Ferreira Pinto, viuva.....	20 de abril de 1919.....	4:000\$000
Nicoláo Pinto da Silva Valle..	Consul geral de 1ª classe aposentado.....	20 de maio de 1919.....	200\$000	Hilda de Mattos Pereira Valle, viuva..... Maria Antonia, filha menor, nascida em 16 de dezembro de 1912.....	18 de maio de 1920..... 18 de maio de 1920.....	4:036\$044 672\$674

NOMES DOS CONTRIBUINTES	CATEGORIAS	DATA DO FALLECIMENTO	QUANTIA ABONADA PARA FUNERAL OU LUTO	NOMES DOS PENSIONARIOS	DATA DOS TITULOS	IMPORTANCIA DA PENSÃO ANNUAL
Henrique Mamede Lins de Almeida.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipoten- ciario aposentado.....	25 de outubro de 1917..	200\$000	Maria Angelica, filha menor, nascida em 26 de setembro de 1916.....	18 de maio de 1920....	672\$674
				Carlos Antonio, filho menor, nascido em 30 de agosto de 1914.....	Idem.....	672\$674
				Jayme, filho menor, nascido em 7 de se- tembro de 1910.....	Idem.....	672\$674
				Fernando, filho menor, nascido em 16 de julho de 1909.....	Idem.....	672\$674
				Octavio, filhe menor, nascido em 23 de no- vembro de 1900.....	Idem.....	662\$674
Joaquim Carneiro de Men- donça.....	Consul Geral de 2ª clas- se.....	2 de março de 1915....	200\$000	Maria Luiza Lins de Almeida, viuva.....	11 de junho de 1920....	4:000\$000
				Helena Lins de Almeida, filha menor.....	Idem.....	4:000\$000
Dr. Bazilio Itiberê da Cunha..	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipoten- ciario.....	11 de agosto de 1913...	200\$000	Ernestina Carneiro de Mendonça, viuva....	25 de junho de 1920....	4:363\$636
				Dora Carneiro de Mendonça, filha maior, solteira.....	Idem.....	4:363\$636
				Leopoldina Itiberê da Cunha, viuva.....	10 de julho de 1920....	3:826\$300
Jssé Maria da Silva Paranhos do Rio-Branco.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipoten- ciario.....	10 de fevereiro de 1912.	200\$000	Maria Leopoldina, filha menor, nascida em 4 de dezembro de 1898.....	Idem.....	942\$100
				Maria Adelaide, filha menor, nascida em 1 de setembro de 1901.....	Idem.....	942\$100
				Maria Brazilia, filha menor, nascida em 2 de maio de 1900.....	Idem.....	942\$100
Dr. Raymundo de Sá Valle...	Consul Geral de 1ª clas- se.....	25 de setembro de 1914.	200\$000	Clotilde da Silva Paranhos do Rio Branco, filha maior, divorciada.....	11 de agosto de 1920...	5:647\$058
				Sylvia Varella de Sá Valle, viuva.....	19 de agosto de 1920...	11:184\$464
José Calmon Nogueira Valle da Gama.....	Consul Geral em Monte- vidéo.....	5 de fevereiro de 1913.	200\$000	Rosa Monica Nogueira Valle da Gama, viuva.....	27 de agosto de 1920...	3:910\$765

NOMES DOS CONTRIBUENTES	CATEGORIAS	DATA DO FALLECIMENTO	QUANTIA ABONADA PARA FUNERAL OU LUTO	NOMES DOS PENSIONARIOS	DATA DOS TITULOS	IMPORTANCIA DA PENSÃO ANUAL
Americo Santos.. .. .	Consul.....	21 de dezembro de 1918.	200\$000	Anna Romana Calmon da Gama, filha maior, solteira.....	27 de agosto de 1920...	1:955\$392
				Palmyra Aranha Santos, viuva.....	11 de setembro de 1920.	2:639\$174
				Elizabeth Maria America, filha menor, nascida em 15 de janeiro de 1905....	Idem.....	1:319\$587
Salvador de Mendonça.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.....	5 de dezembro de 1913.	200\$000	Maria Ernestina, filha menor, nascida em 12 de janeiro de 1910.....	Idem.....	1:319\$587
				Maria Redanan de Mendonça, viuva.....	13 de setembro de 1920.	4:000\$000
				Amalia Helena de Mendonça, filha maior, solteira.....	Idem.....	2:000\$000
				Valentina de Mendonça, filha maior, solteira.....	Idem.....	2:000\$000
Manoel de Azevedo Barroso Bastos.....	Consul Geral de 1ª classe em Iquitos.....	9 de abril de 1901.....	200\$000	Mathilde de Azevedo Barroso Bastos, viuva.....	23 de novembro de 1920.	4:529\$488
Pedro de Castro Pereira Sodré.	Consul Geral de 1ª classe.....	8 de junho de 1906.....	200\$000	Isabel Tross Pereira Sodré, viuva.....	Idem.....	3:232\$927
Thomaz Pompéu Lopes Ferreira.....	Segundo Secretario de Legação.....	15 de julho de 1913.....	200\$000	Jesuina Inglez de Souza Lopes Ferreira, viuva.....	27 de novembro de 1920.	1:699\$115
				Herculano, filho menor, nascido em 8 de novembro de 1907.....	Idem.....	1:699\$115
João Francisco Leite Nunes...	Consul no Salto.	20 de janeiro de 1896...	200\$000	Thereza da Conceição Castro Nunes, viuva.	29 de novembro de 1920.	1:881\$533
				Francisca Castro Nunes, filha maior, solteira.....	Idem.....	235\$191
				Thereza Castro Nunes, filha maior, solteira.....	Idem.....	235\$191
				Maria Estella Castro Nunes, filha maior, solteira.....	Idem.....	235\$191
				Marianna Castro Nunes, filha maior, solteira	Idem.....	235\$191
				Clelia Castro Nunes, filha maior, solteira...	Idem.....	235\$191

NOMES DOS CONTRIBUINTES	CATEGORIAS	DATA DO FALLECIMENTO	QUANTIA ABONADA PARA FUNERAL QU LUTO	NOMES DOS PENSIONARIOS	DATA DOS TITULOS	IMPORTANCIA DA PENSÃO ANNUAL
Aluizio de Azevedo.....	Consul Geral de 2ª clas- se.....	21 de janeiro de 1913 ..	200\$000	Camilla Amalia de Azevedo Lobato, irmã viuva.....	2 de dezembro de 1920.	6:704\$170
Manoel Ferraz de Campos Salles.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipoten- ciario.....	23 de junho de 1913....	200\$000	Helena de Campos Salles, filha maior, solteira Leonor de Campos Salles, filha maior, sol- teira.....	24 de dezembro de 1920. Idem.....	2:831\$353 2:831\$851
Henrique Carlos de Ribeiro Lisboa.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipoten- ciario.....	3 de julho de 1920.....	200\$000	Henriqueta de Rostaing Lisboa, viuva.....	31 de dezembro de 1920.	2:666\$666
Alfredo Sergio Teixeira de Macedo.....	Ex-Enviado Extraordi- nario e Ministro Ple- nipotenciario.....	10 de janeiro de 1906...	200\$000	Guagerita Henriqueta Rostaing Lisboa de Sbau, filha maior e viuva.....	Idem.....	2:666\$666
Benjamin Graça.....	Consul Geral de 2ª clas- se aposentado.....	10 de novembro de 1917.	200\$000	Anna Francisca da Silveira Teixeira de Macedo, viuva.....	2 de fevereiro de 1921.	4:853\$932
Antonio Joaquim Netto dos Reys.....	Consul Geral de 2ª classe em disponibilidade....	22 de agosto de 1901....	200\$000	Josepha Henriques Graça, viuva.....	25 de fevereiro de 1921.	3:100\$923
				Laura Graça, filha maior, solteira.....	Idem.....	1:550\$464
				Noemia Graça, filha maior, solteira.....	Idem.....	1:550\$464
				Francisca Hilda Netto dos Reys, filha maior, solteira.....	3 de março de 1921....	778\$378
				Maria Antonia Netto dos Reys, filha maior, solteira	23 de março de 1921....	778\$378
Jorge de Vasconcellos Esteves.	Segundo Secretario de Legação.....	21 de julho de 1915....	200\$000	Stella de Vasconcellos Esteves, viuva.....	31 de março de 1924....	4:193\$270
João Francisco Leite Nunes.	Consul no Salto.....	29 de janeiro de 1893...	200\$000	Clelia de Castro Nunes, filha maior, solteira	2 de abril de 1921.....	235\$198
Eduardo Augusto Guilherme Thompson.....	Cartographo.....	31 de outubro de 1920..	200\$000	Julietta Thompson Guimarães, irmã viuva... Emilia Lilly Reeve, sobrinha, solteira	16 de abril de 1921.... Idem.....	83\$333 41\$666
				Amelia Julieta Henriqueta Reeve, sobrinha, solteira.....	Idem.....	41\$666

NOMES DOS CONTRIBUINTES	CATEGÓRIAS	DATA DO FALLECIMENTO	QUANTIA ABONADA PARA FUNERAL OU LUTO	NOMES DOS PENSIONARIOS	DATA DOS TITULOS	IMPORTANCIA DA PENSÃO ANUAL
Antonio de Freitas.....	Correio da Secretaria de Estado.....	26 de fevereiro de 1921.	200\$000	Maria da Silva Freitas.....	26 de maio de 1921....	600\$004
				Filhas menores { Odette.....	Idem.....	150\$000
				{ Hilda.....	Idem.....	150\$000
				{ Humberto.....	Idem.....	150\$000
				{ Wilson.....	Idem.....	150\$000
Eduardo Felix Simões dos Santos Lisboa.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario aposentado....	11 de junho de 1921....	200\$000	Laura Latorre Lisboa.....	21 de setembro de 1921.	4:000\$000
				Maria Helena Latorre Lisboa, filha maior e solteira.....	Idem.....	4:000\$000
Enéas Martins.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.....	2 de julho de 1919.....	200\$000	Cacilda Martins, viuva.....	31 de agosto de 1921....	2:500\$000
				Enéas Martins Filho, filho menor.....	Idem.....	2:500\$000
Leonel Martiniano de Alencar.	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario aposentado....	26 de março de 1921....	200\$000	Maria Angela de Alencar, filha maior e solteira.....	13 de dezembro de 1921	4:000\$000
				Josephina Alencar Isquierdo, filha maior e solteira.....	Idem.....	4:000\$000
Henrique Carlos de Ribeiro Lisboa.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario aposentado....	8 de julho de 1920.....	200\$000	Henriette de Rostaing Lisboa, viuva.....	16 de janeiro de 1922...	8:000\$000
Rodrigo Heraclito Ribeiro....	Consul de 1ª classe.....	22 de maio de 1921.....	200\$000	Noemia Caldeira de Sousa, viuva.....	5 de outubro de 1922..	1:666\$666
				Filhos menores { Ilka.....	Idem.....	555\$555
				{ Heraclito.....	Idem.....	555\$555
				{ Enéas.....	Idem.....	555\$555
Miguel José da Costa.....	Porteiro da Secretaria de Estado.....	5 de julho de 1923.....	200\$000	Carolina Tavares da Costa, viuva.....	8 de dezembro de 1923	3:000\$000

NOMES DOS CONTRIBUINTE	CATEGORIAS	DATA DO FALLECIMENTO	QUANTIA ABONADA PARA FUNERAL OU LUTO	NOMES DOS PENSIONARIOS	DATA DOS TITULOS	IMPORTANCIA DA PENSÃO ANNUAL
Antonio da Fontoura Xavier..	Embaixador Extraordi- nario e Plenipotencia- rio.....	1 de abril de 1922.....	200\$000	Anna Sophia da Fontoura Xavier, viuva....	11 de dezembro de 1922.	3:000\$000
				Anna Margarida da Fontoura Xavier, filha maior e solteira.....	Idem.....	3:000\$000
Francisco Regis de Oliveira..	Embaixador Extraordi- nario e Plenipoten- ciario.....	22 de janeiro de 1916...	200\$000	Amelia Maria Regina Luiza Regis de Oli- veira, filha maior e divorciada.....	21 de março de 1923 ...	3:333\$333
Antonio Jansen do Paço.....	Director de Secção da Secretaria de Estado..	26 de outubro de 1913...	200\$000	Laura Cardoso Jansen do Paço, viuva.....	6 de abril de 1923.....	2:000\$000
				José, filho menor.....	Idem.....	1:000\$000
				Maria Jansen do Paço, filha maior e solteira.	Idem.....	1:000\$000
Manoel da Silva Pontes.....	Consul Geral de 1ª clas- se.....	20 de setembro de 1920.	200\$000	Hermantine Langgaard de Menezes.....	24 de julho de 1923.....	4:000\$000
Arthur Eduardo Raoux Briggs	Director Geral da Se- cretaria de Estado...	4 de junho de 1923....	200\$000	Francisca Eduarda Ribeiro Briggs.	24 de junho de 1923...	6:000\$000
Frederico Affonso de Carvalho	Director Geral aposen- tado.....	5 de junho de 1923.....	200\$000	Maria Amalia Affonso de Carvalho.....	31 de julho de 1923.....	6:000\$000
Francisco Regis de Oliveira..	Embaixador Extraor- dinario e Plenipoten- ciario.....	22 de janeiro de 1910....	200\$000	Amelia da Silva Guimarães.....	14 de setembro de 1923,	1:666\$366
				Amelia Maria Luiza Regis de Oliveira...	Idem.....	1:666\$366
Bruno Gonçalves Chaves.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipoten- ciario, aposentado....	10 de abril de 1923.....	200\$000	Casimira Garcia Chaves.....	15 de outubro de 1923..	4:000\$000
				Maria Gisella Chaves, filha maior e solteira.	Idem.....	4:000\$000

NOMES DOS CONTRIBUINTES	CATEGORIAS	DATA DO FALLECIMENTO	QUANTIA ABONADA PARA FUNERAL OU LUTO	NOMES DOS PENSIONARIOS	DATA DOS TITULOS	IMPORTANCIA DA PENSÃO ANNUAL
Antonio José de Paula Fon- seca.....	Consul Geral aposentado	1 de setembro de 1923.	200\$000	Alice Porto de Paula Fonseca.....	26 de fevereiro de 1924.	2:333\$333
				Armando, filho menor.....	Idem.....	583\$333
				Murillo, filho menor.....	Idem.....	583\$333
				Fernando, filho menor.....	Idem.....	583\$333
				Alice, filha menor.....	Idem.....	583\$333
Antonio Alves da Fonseca....	1º Official da Secretaria de Estado.....	30 de novembro de 1923.	200\$000	Luiza Berutti da Fonseca.....	20 de março de 1924.....	1:600\$000
				Luiza Alzira, filha menor e solteira...	Idem.....	800\$000
				Hilda Maria, filha menor e solteira.....	Idem.....	800\$000

(*) As pensões marcadas com um asteristico não estão mais em vigor.

RIO DE JANEIRO
IMPrensa NACIONAL

1925

PAYS	ENVOIS SOUMIS A LA TAXE										Lettres et bolles avec déclaration de valeur		Colis avec déclaration de valeur		Remboursements			Mandats de poste		Re- coure- ments		Virements postaux		Jour- naux, etc., servis par abonne- ment	Nombre																				
	LETTRES		Cartes postales simples et avec réponse payée	Im- primés	Papiers d'affaires	Echan- tillons de marchan- dises	Envois admis à la franchise de port	Totaux des envois inscrits aux colonnes 2-8	Envois recom- mandés parmi les cor- respon- dances inscrits aux colonnes 2-8	Colis ordi- naires	Nombre	Valeur	Francs	Nombre	Objets de cor- respon- dance	Colis	Montant total des rembour- sements	Nombre	Valeur	Francs	Nombre	Francs																							
	Nombre	2																					3			4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23
1																								24																					
I. EUROPE																																													
II. AFRIQUE																																													
III. AMERIQUE																																													
IV. ASIE																																													
V. AUSTRALIE et OCEANIE																																													
TOTAUX																																													

• • • • •

Numéro d'ordre de la feuille de route
Nom du navire

PAYS DE DESTINATION

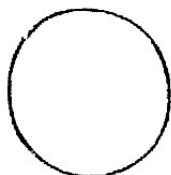
.....

F

FEUILLE DE ROUTE

DES COLIS POSTAUX EXPÉDIÉS PAR LE BUREAU D'ÉCHANGE D.....
AU BUREAU D'ÉCHANGE D.....

Timbre à date



Départ (..... envoi) du..... 192..., à...h...m.

Arrivée..... du..... 192..., à...h...m.

NUMÉROS		Nombre de colis postaux	BUREAU		Poids de chaque colis avec valeur déclarée	Valeur dé- clarée	BONIFICATIONS de taxes et droits		Montant des rem- bourse- ments	Observations
d'ordre	de l'en- regis- tre- ment		d'origine	de destination (*)			par l'Office expéditeur à l'Office correspondant	par l'Office correspondant à l'Office expéditeur		
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
						francs-or	fr.	ct.	fr.	ct.
Totaux.....										

L'employé du bureau expéditeur.

L'employé du bureau destinataire.

(*) Ne pas remplir dans les cas où les colis sont adressés au même bureau que les feuilles de route.

(Dimensions : 148×210 ou 210×297 ou 297×420 mm.)

**CORRESPONDANCE
AVEC L'OFFICE**

DES POSIES	d.....
(RECTO)	d.....
AVEC L'OBJET	d.....

COMPTÉ

d'achat des valeurs déclarées adressées par les bureaux d'échange d.....

d'achat des valeurs déclarées adressées aux bureaux d'échange d.....

Mois d.....	192 ..
-------------	-------------

Numéros d'ordre	Désignation des bureaux d'échange destinataire	Montant des sommes dues d'après chaque état	
		a l'Office destinataire	a l'Office expéditeur
		fr.	ct.
1			
2			
3			
4			
5			
6			
7			
8			
9			
10			
11			
12			
13			
14			
15			
16			
17			
18			
19			
20			
Totaux à reporter			

Solde au crédit de l'Office.....